O MUNDO FUNERÁRIO NA ANTIGUIDADE TARDIA EM PORTUGAL:

AS NECRÓPOLES DOS SÉCULOS V A VIII

ANDREIA AREZES

CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

Edições Afrontamento

O MUNDO FUNERÁRIO NA ANTIGUIDADE TARDIA EM PORTUGAL: AS NECRÓPOLES DOS SÉCULOS V A VIII

ANDREIA AREZES

VOLUME I

CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

Título: ***O mundo funerário na Antiguidade Tardia em Portugal: as necrópoles dos séculos V a VIII***

Autor: Andreia Arezes
Design gráfico: Helena Lobo Design | www.hldesign.pt
Co-edição: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»
Via Panorâmica, s/n | 4150-564 Porto | www.citcem.org | citcem@letras.up.pt
Edições Afrontamento, Lda. | Rua Costa Cabral, 859 | 4200-225 Porto
www.edicoesafrontamento.pt | geral@edicoesafrontamento.pt
Colecção: Teses Universitárias, n.º 9
N.º edição: 1837
ISBN: 978-972-36-1583-8 (Edições Afrontamento)
ISBN: 978-989-8351-81-4 (CITCEM)
Depósito legal: 428943/17
Impressão e acabamento: Rainho & Neves Lda. | Santa Maria da Feira
geral@rainhoeneves.pt
Distribuição: Companhia das Artes – Livros e Distribuição, Lda.
comercial@companhiadasartes.pt

Trabalho cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por fundos nacionais através da FCT, no âmbito do projeto POCI-01-0145-FEDER-007460.

SUMÁRIO

VOLUME I

PRÓLOGO 7

APRESENTAÇÃO 13

AGRADECIMENTOS 17

INTRODUÇÃO 23

1. OS ESTUDOS DE ARQUEOLOGIA «GERMÂNICA»: ESTADO DA ARTE 31
1.1. Investigações na Europa 35
1.2. Investigações na Península Ibérica 44
1.2.1. Investigações em Portugal 54

2. QUADRO HISTÓRICO 67
2.1. As «invasões» na Europa 70
2.2. As «invasões» na Península Ibérica 89

3. A ETNICIDADE E AS PROBLEMÁTICAS EM TORNO DA FILIAÇÃO DOS MATERIAIS 107
3.1. As «culturas arqueológicas» e a etnicidade 116
3.2. A relação entre Antropologia, etnicidade e o conceito de raça 118
3.3. Definição de tribo 121
3.4. Variabilidade da interpretação: o contexto e a orientação dos investigadores 122
3.4.1. Exemplo vândalo 126
3.4.2. Exemplo visigótico 130
3.5. Uma perspetiva geral dos problemas atuais 135
3.5.1. As «grandes migrações» 137
3.6. Em suma 144

4. QUADRO MENTAL E RELIGIOSO 149

5. AS NECRÓPOLES 173
5.1. Topografias 177
5.1.1. O espaço urbano 177
5.1.2. As necrópoles rurais 179
5.1.3. Enterramentos *ad sanctos* e *apud ecclesiam* 182
5.1.4. Enterramentos em gruta 186
5.1.5. Sepulturas isoladas 188
5.2. Organização espacial, orientação das sepulturas e posicionamento dos inumados 189
5.3. Opções construtivas das sepulturas, implantação espacial e ensaio de tradução simbólica das escolhas 193

5.3.1. Sepulturas com reaproveitamento de materiais 194
5.3.2. Sepulturas de lajes 195
5.3.3. Sepulturas em fossa simples 196
5.4. Reutilização tumular 197
5.5. Sinalização das sepulturas 199
5.6. Reconhecimento da utilização de caixões 201
5.7. Perspetiva global 202

6. OS SÍTIOS 205
6.1. Sítios a norte do Douro 208
6.2. Sítios entre o Douro e o Tejo 222
6.3. Sítios a sul do Tejo 258
6.3.1. O Alentejo 258
6.3.2. O Algarve 344

7. OS MATERIAIS 373
7.1. Adereços de vestuário 377
7.1.1. Placas de cinturão 378
7.1.2. Fivelas e fuzilhões isolados 383
7.1.3. Fíbulas 385
7.1.4. Botões 388
7.1.5. Apliques 389
7.2. Adornos do corpo 391
7.2.1. Anéis 391
7.2.2. Braceletes 393
7.2.3. Brincos anelares 395
7.3. Armamento ou elementos com vocação cinegética 395
7.4. Outros materiais metálicos 400
7.5. Vasilhas cerâmicas 401
7.6. Vidros 403
7.7. Outros materiais 405
7.7.1. Contas 405
7.8. Em suma 407

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS 409

FONTES E BIBLIOGRAFIA CITADAS 415

VOLUME II (CD)

ANEXO I – CATÁLOGO DOS MATERIAIS

ANEXO II – DOCUMENTAÇÃO GRÁFICA
Estampas dos materiais do Catálogo
Outras ilustrações

ANEXO III – CARTOGRAFIA E GRÁFICOS

O Danúbio

«[...] A ninguém é possível sem asas
Alcançar o que está mais próximo
Directamente
E chegar à outra margem. [...]»

Hinos Tardios, de Friedrich Hölderlin
(trad. de Maria Dias Furtado)

PRÓLOGO

MÁRIO JORGE BARROCA

No passado do atual território português existem períodos mais ou menos obscuros, quer do ponto de vista histórico, quer do ponto de vista arqueológico, sobre os quais são mais as dúvidas que temos do que os dados seguros de que dispomos. Um desses períodos é, sem dúvida, o da Antiguidade Tardia, que abarca os derradeiros momentos do Império Romano, marcados, logo no início do século V, pela invasão e fixação dos Suevos, dos Alanos e dos Vândalos (Asdingos e Silingos) no espaço peninsular, a que se seguiram, algumas décadas mais tarde, os Visigodos. Alguns destes povos – como foi o caso dos Vândalos – permaneceram pouco tempo no espaço ibérico, deixando por isso escassas marcas. Mas outros estabeleceram-se de forma mais perene, como foi o caso dos Suevos, que se fixaram no Noroeste Peninsular, onde criaram uma unidade política autónoma relativamente estável, abarcando a Galiza e o Norte de Portugal, prolongando-se até às cercanias do vale do Tejo. Mas os vestígios materiais da presença destes povos – Suevos, Alanos ou Vândalos – são muito escassos e esparsos, resumindo-se a um ou outro achado arqueológico sobejamente conhecido, como é o caso da necrópole de Beiral do Lima ou da sepultura do Convento de Santa Clara de Beja. E, mesmo sobre estes exemplos, sempre convocados quando se estuda este período, continuamos a ter muitas dúvidas, até pelo facto de eles não resultarem de escavações arqueológicas, mas serem fruto de achados fortuitos. Poder-se-ia pensar que, em relação aos Visigodos, que dominaram a Península durante dois séculos, a situação seria diferente. Mas o facto de o território português se situar na periferia geográfica da grande mancha das mais importantes necrópoles hispano-visigodas, implantadas na Meseta ibérica, agrava o nosso vazio de informação. Estas circunstâncias, aliadas à ausência (até um passado recente) de programas de investigação científica orientados para esta época, contribuiu para se difundir a ideia, demasiado generalizada, de que o passado «suevo-visigótico» do território português seria uma realidade com escassa expressão e representatividade. Como se a presença destes povos, ao lado dos substratos autóctones, hispano-romanos, tivesse tido menor espessura e densidade do que encontrou noutras zonas do espaço peninsular.

Felizmente que, num passado recente, alguns projetos de investigação conseguiram começar a inverter este panorama. O estudo de Andreia Arezes, que o leitor tem entre mãos, é um deles, e um dos mais consistentes. Ele marca, verdadeiramente, uma inflexão nos nossos conhecimentos sobre a Antiguidade Tardia em Portugal. Mas seja-me permitido contextualizar a forma como ele surgiu e como me vi, de alguma forma, a ele ligado.

Conheci Andreia Arezes no já distante ano letivo de 2001-02, quando foi minha aluna da cadeira de «Arqueologia Medieval», lecionada no âmbito da licenciatura de História, variante de Arqueologia, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que concluiu nesse mesmo ano com elevada classificação. Alguns anos mais tarde, em 2007, os nossos percursos voltaram-se a cruzar, quando Andreia Arezes decidiu frequentar o curso de Mestrado em Arqueologia da Faculdade de Letras do Porto, escolhendo a área de especialização em Arqueologia Medieval. Foi, por isso, minha orientanda. Já nessa altura o seu interesse

direcionava-se para o período da Antiguidade Tardia e o tema escolhido para a sua dissertação de Mestrado foi o estudo dos elementos de adorno suevo-visigóticos do território hoje português. Esse estudo levou Andreia Arezes a percorrer os principais museus portugueses que possuem materiais arqueológicos onde, com um rigor assinalável, procedeu à inventariação, descrição, desenho, fotografia e classificação de um volume surpreendente de peças, ajudando a desvendar uma nova realidade. O Mestrado foi concluído com sucesso, tendo a sua dissertação sido distinguida com o «Segundo Prémio de História Medieval da Galiza e Portugal» e conhecido edição na Galiza[1].

Uma vez concluído o Mestrado, Andreia Arezes manifestou interesse em continuar a aprofundar a sua investigação, alargando-a, agora, a todos os materiais provenientes de contexto funerário. Surgia assim o projeto de Doutoramento que, uma vez mais, contou com a minha orientação. Os dois estudos estão, por isso, interligados. O trabalho de Mestrado circunscreveu-se a elementos de adorno, de uso pessoal, em metal, de proveniência funerária e não-funerária. A tese de Doutoramento recuperou parte desses materiais – os de contexto funerário – e alargou-se a outros materiais presentes nas inumações, nomeadamente às cerâmicas e às armas, e aos aspectos rituais e deposicionais. Do objeto isolado passou-se para o contexto integrado, o que permitiu várias aproximações, arqueológicas mas também culturais e mentais. Tendo apresentado candidatura à Fundação para a Ciência e a Tecnologia, foi distinguida com uma bolsa, o que lhe permitiu dedicar-se integralmente à investigação, que se prolongou por quatro anos. Ela implicou que Andreia Arezes voltasse a percorrer todo o território português, visitando estações arqueológicas, empresas de Arqueologia e inúmeras instituições museológicas, procedendo ao estudo e inventariação de centenas de peças – desde fíbulas, anéis e brincos até armas e peças de cerâmica – aplicando de novo o rigor e a minúcia que eu já lhe reconhecia dos tempos de Mestrado. O resultado é este estudo que, partindo da realidade funerária tardo-antiga, nos abre as portas a um passado menos conhecido e menos valorizado do nosso território.

Por imposição do calendário académico, que pedia que o estudo fosse executado em três ou, no máximo, quatro anos, ele teve de se circunscrever a materiais depositados em instituições, não sendo compatível com a realização de novas escavações arqueológicas. E, como todos sabem, muitas vezes as informações disponíveis para cada peça são demasiado escassas, confusas ou até, por vezes, inexistentes. As escavações, realizadas há várias décadas e por vezes por arqueólogos pouco conhecedores das problemáticas da época em estudo, adotaram metodologias deficientes, quer em termos do processo exumativo, quer em termos do registo arqueológico. Tudo isto empobreceu o seu potencial informativo. Mas, como se pode verificar pelas páginas que se seguem, foi muita a informação que Andreia Arezes conseguiu, ainda assim, retirar deste espólio esquecido nas reservas dos nossos museus.

---

[1] Cf. Arezes, 2011.

Com a tese de Doutoramento de Andreia Arezes o país ficou finalmente com um registo exaustivo, rigoroso e atualizado, dos seus materiais altimediévicos de proveniência funerária. Antes, com o seu Mestrado, ganhara um estudo sistemático sobre os elementos de adorno pessoais, de contexto funerário e não-funerário. A realidade portuguesa, como se pode verificar a partir destes dois trabalhos, está muito longe de ser tão pobre quanto outrora se entendia. Importa, agora, alargar e aprofundar a investigação arqueológica, publicando-se materiais desta época que surgiram em contextos não funerários e que continuam depositados em instituições museológicas portuguesas a aguardar estudo, e procedendo-se a novas e mais rigorosas escavações em contextos funerários, para que, com o uso de novas metodologias, se procurem respostas a velhos e a novos problemas. E importa alargar a investigação arqueológica para as estruturas de habitat, para compreendermos finalmente como e onde viviam as pessoas que foram inumadas nestes cemitérios.

Como se depreende das minhas palavras, a obra de Andreia Arezes é um estudo decisivo para a compreensão dos conturbados tempos que vão desde os inícios do século V aos inícios do século VIII. O facto de ter sido distinguido, em 2016, com o «Prémio CITCEM / AFRONTAMENTO para Teses Universitárias», permitiu que ele conhecesse edição pública. Em boa hora. Pena seria que um trabalho desta qualidade ficasse esquecido no limbo das dissertações académicas.

Abril, 2017

APRESENTAÇÃO

Originalmente intitulado *Ocupação «Germânica» na Alta Idade Média em Portugal: as necrópoles dos séculos V a VIII*, este trabalho (agora revisto) versa sobre um período, tema e conjunto de problemáticas que a investigação em arqueologia tem, no território em estudo, relegado para as «margens», perpetuando-os como periféricos a campos tradicionalmente mais explorados.

Centra-se numa das vertentes do mundo funerário cristalizado no período que medeia entre os inícios do século V e os do VIII, num espaço amplo que corresponde ao território atualmente definido como português. Concretamente, analisa as áreas de enterramento onde se revelou possível identificar vestígios materiais correlacionáveis com a presença «germânica», daí o esforço de inventariação de todas as necrópoles, núcleos de reduzida dimensão, ou mesmo sepulturas isoladas que, à luz dos dados atualmente disponíveis, se enquadram nos parâmetros definidos como válidos para assumir a diferenciação face a outros espaços de morte: aqueles que, sem fazer eco das transformações introduzidas a partir do século V, continuaram a perpetuar os modelos herdados do Baixo Império, num quadro plenamente «hispano-romano». Para justificar a seleção levada a cabo procedemos ao arrolamento e, sempre que possível, ao estudo presencial dos objetos exumados nos sítios onde a presença «germânica» foi rastreada. Essa componente artefactual (apresentada no II volume da obra) abarca, fundamentalmente, adereços de vestuário e adornos do corpo ou, já no campo do material votivo, recipientes cerâmicos e vítreos, presentemente conservados em instituições públicas localizadas um pouco por todo o país, mas também em empresas privadas e, mais raramente, em coleções particulares.

Este suporte material constitui o ponto de partida para a reflexão em torno das problemáticas que marcam este período de charneira. O percurso trilhado passa, pois, pela reavaliação dos «velhos» paradigmas e pela confrontação com os renovados pressupostos entretanto trazidos à colação, pela abordagem ao atual estado da investigação, pelo diálogo e/ou oposição entre os contributos da arqueologia e as informações colhidas nas escassas fontes coevas dos acontecimentos, pela discussão a respeito dos fatores de etnicidade ou do papel imputado às «migrações germânicas». Por outro lado, e pelo facto de a «fonte» privilegiada deste trabalho radicar nos espaços de morte e nos materiais neles recolhidos, impôs-se que procurássemos «traduzir» os moldes em que funcionava o quadro mental e religioso subjacente, para que nos interrogássemos acerca dos «fragmentos» de realidade recuperados e, em última instância, para que ensaiássemos a sistematização possível do universo funerário que corporiza o nosso objeto de estudo.

Palavras-chave: Território português; Migrações «germânicas»; Etnicidade; Enterramentos.

AGRADECIMENTOS

O meu primeiro e profundo agradecimento é dedicado ao Professor Doutor Mário Jorge Barroca, a quem devo a orientação exigente do trabalho agora dado à estampa, o vasto conhecimento com que me ajudou a moldá-lo e a incomparável disponibilidade, paciência, atenção e rigor que lhe votou, assim como a todo o meu percurso de investigação.

À Fundação para a Ciência e Tecnologia agradeço os meios que tornaram possível a sua preparação nos quatro anos da bolsa de doutoramento que me foi concedida e sem a qual a dissertação original não teria sido construída.

Ao CITCEM e às Edições Afrontamento, que patrocina o prémio com que foi contemplada (na edição de 2016), agradeço a inestimável possibilidade de a publicar em livro, no quadro da coleção «Teses Universitárias». Ao júri que a apreciou em provas públicas[1], e muito especialmente aos arguentes, Professores Doutores Ángel Morillo Cerdán (UCM – Madrid) e Carlos Jorge Fabião (FLUL – Lisboa), o conjunto de indicações e sugestões que oportunamente lhe dirigiram e que, incorporados no processo de revisão, em muito contribuíram para apurar a versão final.

Não poderia deixar de agradecer também à unidade de acolhimento (CEAACP) que me acolheu no período de redação, na pessoa da sua Coordenadora, Professora Doutora Maria da Conceição Lopes (FLUC), e do líder do Grupo de Arqueologia e Espaços na Época Medieval e Moderna, Professor Doutor Cláudio Torres (CAM). E à Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), a «casa» de formação, aos professores que me ensinaram e, em particular, aos do Departamento de Ciências e Técnicas do Património e aos do Departamento de História.

Incontornável também é o agradecimento ao conjunto de instituições públicas e a todos os responsáveis que aceitaram os pedidos de estudo enviados, permitindo a análise de materiais conservados nos seus acervos.

Agradeço, pois, à Câmara Municipal de Abrantes, na pessoa da arqueóloga municipal, Filomena Gaspar, que me recebeu e disponibilizou um conjunto de importantes informações, inclusive os relatórios das intervenções que resultaram na recolha dos materiais estudados.

Na Câmara Municipal de Castelo de Vide, os meus maiores agradecimentos centram-se na pessoa do Presidente António Pita e do incansável João Magusto. A esta instituição devo também a cedência de alojamento na «Casa do Investigador» e a boa receção prodigalizada, bem como a notável abertura e colaboração da Secção de Arqueologia do Município.

Agradeço também ao Campo Arqueológico de Mértola e ao Museu de Mértola – Núcleo da Basílica Paleocristã, e em especial, à Susana Gómez, ao Virgílio Lopes, à Fátima Palma e à Rute Fortuna, que me acompanhou no Laboratório.

[1] A dissertação, originalmente intitulada *Ocupação «Germânica» na Alta Idade Média em Portugal: as necrópoles dos séculos V a VIII*, foi defendida na Faculdade de Letras da Universidade do Porto no dia 9 de abril de 2015. O júri, constituído pelos Professores Doutores Lúcia Cardoso Rosas (presidente), Ángel Morillo Cerdán e Carlos Jorge Fabião (arguentes), Maria Teresa Soeiro, Rui Morais e Mário Jorge Barroca (vogais), aprovou-a com Distinção, por unanimidade.

Exprimo ainda o meu agradecimento ao Museu dos Condes de Castro Guimarães, na pessoa da então vereadora do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Cascais, Ana Clara Justino, e de Severino Rodrigues.

Ao Museu D. Diogo de Sousa, na pessoa da sua Diretora, Isabel Cunha e Silva e na de Maria José Sousa, por toda a sua disponibilidade e incansável apoio. Ao Manuel Santos, agradeço também a cedência de alguns dos ficheiros fotográficos que tive oportunidade de utilizar no Catálogo de materiais.

Ao Museu Geológico, exprimo o meu agradecimento na pessoa do seu Diretor, Miguel Ramalho. Ao Museu de História Natural (atual Museu de História Natural e Ciência da Universidade do Porto), igualmente na pessoa do então Diretor, Jorge Guimarães da Costa Eiras, assim como da Curadora, Maria José Cunha.

Agradeço também ao Museu Monográfico de *Conimbriga*, na pessoa do seu Diretor, Virgílio Hipólito Correia, e também de José Ruivo e Pedro Sales, que me receberam por um longo período, me abriram o acervo das «Escavações Antigas» e discutiram comigo muitas questões e problemáticas.

No Museu Municipal de Arqueologia de Albufeira, os meus agradecimentos centram-se na pessoa da sua Diretora, Idalina Nobre, e do arqueólogo municipal, Luís Campos Paulo.

Agradeço ainda ao Museu Municipal de Arqueologia de Marvão, na pessoa do seu Diretor, Jorge Oliveira, de Hernâni Sarnadas e de Fernanda Mateus.

Ao Museu Municipal Santos Rocha, na pessoa da Conservadora, Ana Margarida Ferreira e de Maria José Gomes.

Ao Museu Nacional de Arqueologia, na pessoa do então Diretor, Luís Raposo e também da Conservadora, Ana Isabel Santos. Agradeço também à Luísa Guerreiro e ao Luís Filipe, da secção de inventário, que com toda a solicitude me acompanhou nas incursões pelas reservas. À Olga Regina, que ali trabalhava à altura, a sua boa disposição e toda a ajuda que me prestou.

Agradeço ainda ao Museu Nacional de Arte Antiga, na pessoa do seu Diretor, António Filipe Pimentel, e de Luísa Penalva, responsável pela coleção de ourivesaria.

Ao Museu Regional Rainha D. Leonor, na pessoa do seu Diretor, José Carlos de Almeida Oliveira.

Ao Museu da Sociedade Martins Sarmento, na pessoa do Presidente da Direção, António Amaro das Neves.

Ao Museu dos Terceiros – Câmara Municipal de Ponte de Lima, na pessoa de José Velho Dantas.

Além das instituições públicas elencadas, também algumas empresas privadas facultaram acesso aos materiais recolhidos no quadro de intervenções que dirigiram no terreno. À Archeoestudos, na pessoa de Heloísa Santos e Paula Abranches, agradeço a possibilidade de analisar os materiais recolhidos na necrópole da São Matias (Beja). À Arqueologia e

Património, na pessoa de Vítor Fonseca e dos então colaboradores, Sérgio Gomes, Lídia Baptista e Margarida Figueiredo, agradeço as informações e relatórios de intervenções referentes a trabalhos desenvolvidos no âmbito da implementação de infraestruturas relacionadas com o empreendimento do Alqueva. À Perennia Monumenta, na pessoa de Francisco Reimão Queiroga, que coordenou muitos dos trabalhos de campo que dirigi ou em que participei, agradeço a cedência para estudo dos materiais recuperados na necrópole de São Miguel (Caldas de Vizela) e, claro, tudo o que aprendi com a sua experiência e conhecimentos. Ao Manuel Vitorino agradeço o apoio na elaboração do modelo gráfico utilizado para a apresentação das estampas e tudo o que me ensinou a fazer no «mundo» da informática.

Agradeço também a todos os que se dispuseram a responder às questões e dúvidas que distribuí por inúmeras caixas de correio eletrónicas, não raro cunhando os seus esclarecimentos com uma enorme e pronta recetividade.

A minha gratidão vai ainda para a Daniela Vieitas, amiga com quem cresci e que me recebeu em Lisboa, fazendo-me sempre sentir em casa ao longo do tempo que dediquei a consultar bibliografia na Biblioteca Nacional e a estudar materiais no Museu Geológico, no Museu Nacional de Arte Antiga e, mais demoradamente, no Museu Nacional de Arqueologia.

À Sandra Santos e ao Alexandre Gonçalves, agradeço o acolhimento em Cascais, com o costumado calor e amizade. Agradeço-lhes ainda a bibliografia disponibilizada, agradecimento que dedico também ao César Guedes.

À Carla Meira, agradeço a confiança, o forte incentivo, as perguntas, e as histórias das terras de «longe» que há anos me vem contando.

À Susana Camanho e ao Emídio Agra, os meus doces companheiros das tardes passadas na biblioteca de Viana, todas as conversas e risos ao lanche; à Luísa Nunes, o exemplo de superação, bem como o cuidado e ternura sempre presentes, apesar da sua batalha diária.

Ao Sérgio Gomes, à Ana Vale e à Eliana Sousa, agradeço o apoio, as conversas, as «discussões». E ao Sérgio, muito especialmente, a imaginação, os desafios e a acutilância.

À Alexandra Vieira, à Joana Alves, à Lurdes Oliveira e à Mónica Corga, agradeço toda a confiança, carinho e, claro, as palavras que foram guardando para mim.

Agradeço também à minha família e, em particular, aos meus Pais, que me ensinaram e guiaram com toda a dedicação.

À D. Dina, agradeço (com profunda saudade) o exemplo de força e integridade, e ter-me mostrado o que significa ser imensamente generoso.

Agradeço, finalmente, aos que acreditaram e me ajudaram a persistir neste projeto.

E ao João, pelas cumplicidades e pela entrega inquebrantável.

INTRODUÇÃO

O período sobre o qual nos debruçámos para a elaboração deste trabalho encontra-se balizado entre os alvores do século V e os do VIII, e há muito que nos fascinava, sobretudo pela complexidade e dinâmicas dos mundos que nele coexistiram e, mais ou menos permeáveis, se entrecruzaram e interpenetraram. Um período prenhe dessa riqueza que perpassa pelas chamadas fases de «transição».

O espaço, por seu turno, concerne ao território atualmente definido como português. Mas a abordagem a essa extensão ampla envolve o entendimento de diversas variáveis. Longe de se constituir como uma unidade coerente, do ponto de vista geográfico e histórico, afirma-se antes como um cosmos provido de múltiplas facetas e ocupado em moldes diferenciados, não só ao longo do tempo, mas mesmo em fases coevas. Os condicionalismos geográficos são, naturalmente, indissociáveis dos próprios ritmos de apropriação do território e da profundidade (ou fragilidade) das marcas nele deixadas pelos grupos que o cruzaram em «trânsito» ou que, de forma mais ou menos permanente, nele se fixaram. Subir montanhas ou atravessar planícies, suportar um maior ou menor rigor climático, aceder a solos com aptidão agrícola ou a terrenos pobres e estéreis…Viver perto ou distante de uma *villa* ou de uma via romanas, ou mesmo de um rio navegável: todos estes fatores determinaram o acesso diferenciado aos bens, e uma perceção do meio pouco homogénea ou consentânea. Geografia, topografia e paisagem humana previamente construída, não se dissociam, condicionam-se mutuamente e a quem ocupa o território. E essa ocupação manifesta-se a vários níveis, sejam os que respeitam ao mundo dos vivos, e dos seus *habitats,* mais ou menos elaborados e complexos, sejam os relativos ao mundo dos mortos.

Estudar a ambiência funerária afeta às entidades «forâneas» que, entre os inícios do século V e os do VIII, coincidiram num mesmo tempo e espaço com os hispano-romanos impôs-nos, naturalmente, o arrolamento das necrópoles classificadas como sendo de tradição ou filiação «germânica». Mas, devemos dizê-lo, o processo de identificação das necrópoles afigurava-se-nos bem mais claro e direto antes de mergulharmos em profundidade na teia de problemáticas inerentes ao universo funerário da Antiguidade Tardia. De qualquer modo, o avanço na investigação permitiu-nos acrescentar estações e, em contrapartida, forçou-nos a eliminar outras, que inicialmente integráramos.

Com efeito, se por um lado alguns dos sítios que incluímos na presente dissertação se encontravam classificados como romanos, tardo-romanos ou «indeterminados», ignorando-se a pluralidade de fases que apresentavam, outros, apontados como «suevo-visigóticos», «visigóticos» ou «bárbaros», careciam, afinal, de bases firmes de sustentação que permitissem aferir a validade de tais denominações. E, além destes, outros havia que possuíam indícios materiais que traduziam uma efetiva presença «forânea», mas cuja natureza, todavia, ficava à margem de uma potencial relação com a dimensão funerária; nalguns casos, não será de excluir que essa associação tenha existido, mas não houve forma de a confirmar adequadamente, à luz dos dados disponíveis. Talvez com a implementação de

novos trabalhos de campo a opacidade se dissipe e se torne possível destrinçar as dúvidas que obstaculizaram a clarificação de algumas situações particulares.

Posto isto, torna-se evidente a importância de que se revestiu o processo de «reclassificação» das necrópoles, assente, numa primeira fase, na análise crítica da bibliografia e, numa segunda, na confrontação entre as informações recolhidas e a observação presencial dos materiais nelas exumados, desenvolvida em diversas instituições. A propósito, convém notar que o conjunto de sítios compilado a partir da bibliografia impressa consultada foi engrossado pelos contributos contidos nos relatórios referentes às intervenções realizadas no quadro da arqueologia de contrato. E, neste ponto, não poderíamos deixar de sublinhar que os resultados das escavações empreendidas no âmbito do imenso empreendimento do Alqueva, acabaram por representar uma «fonte» bastante relevante, geradora de novos e pertinentes dados.

Evidentemente, porém, o rol que iremos elencar e examinar em detalhe pecará sempre por defeito. Aos problemas decorrentes das circunstâncias mencionadas, acresce registar que certamente haverá necrópoles ou pequenos núcleos mortuários – sobretudo os resultantes da reconversão parcial de sítios criados para responder a uma outra vocação que não a funerária –, que quedam por publicar. Além do mais, nem sempre as informações constantes do Portal do Arqueólogo conseguem suprir essas lacunas, e fornecer um panorama razoavelmente ilustrativo das diacronias ou modalidades de ocupação sedimentadas em cada estação. Há, pois, muito caminho a desbravar, e afinações a promover.

Impõe-se, por outro lado, que teçamos algumas considerações a respeito do estudo dos materiais, que constitui um dos suportes da presente dissertação. Em primeiro lugar e, como facilmente se depreende, até pelo volume de artefactos envolvidos no trabalho, há que sublinhar que a análise levada a cabo se fundou na observação macroscópica das peças, maioritariamente conservadas em reserva. Cada um dos elementos inventariados foi sujeito a descrição individual e pormenorizada, desde logo acrescida dos correspondentes dados metrológicos, e complementada com fotografias digitais de alta resolução. Tal metodologia foi reproduzida nas distintas instituições museológicas que visitámos, tendo-nos proporcionado uma confrontação permanente e direta com os objetos, e permitido cotejar as impressões construídas a partir da análise presencial, com as informações colhidas na bibliografia. O esforço de sistematização das características dos artefactos e a comparação com materiais oriundos de outros sítios da geografia peninsular, ou mesmo da Europa oriental e central, afigurou-se fundamental, até porque, sistematicamente, fomos forçados a debater-nos com uma séria dificuldade de fundo: a descontextualização de grande parte das peças analisadas.

Na verdade, este foi um dos maiores problemas que enfrentámos neste trabalho. São vários os casos em que o conhecimento auferido em torno da componente artefactual estudada se resume quase que à indicação da denominação do espaço de origem. Salvo as exceções consubstanciadas pelas intervenções efetuadas no âmbito da arqueologia empresarial,

da atuação autárquica, ou de projetos de investigação mais recentes, o panorama geral é pautado por inúmeras incógnitas. E, há que realçá-lo, as zonas de obscuridade não incidem somente sobre os traços específicos de cada enterramento: são extensíveis à globalidade do espaço funerário. Não raro, carecemos de informações relativas à orgânica subjacente às áreas mortuárias, seja ela referente ao modo como os sepulcros se dispunham no terreno e articulavam entre si, ou à orientação e tipologia que apresentavam. De igual forma, também as particularidades inerentes às deposições humanas concretizadas no interior das sepulturas passaram, recorrentemente, em branco, ficando por explicar se os restos osteológicos figuravam em posição primária ou secundária, se correspondiam a um ou mais indivíduos e, a verificar-se a inumação de múltiplos defuntos, em que moldes foi promovida a reutilização tumular. Tais lacunas são, até certo ponto, compreensíveis: muitas das explorações que proporcionaram as recolhas agora sujeitas a análise foram realizadas há largas de dezenas de anos e, em algumas situações, mesmo há mais de uma centena. Dificilmente se poderia esperar que as metodologias então aplicadas buscassem dar resposta a algumas das questões que, atualmente, se reveste de toda a acuidade e premência colocar. Não obstante, e mesmo para as fases em que a arqueologia procurava ainda encontrar o seu espaço de afirmação, há exceções dignas de monta a destacar. Veja-se a representada por Estácio da Veiga, que na segunda metade do século XIX desenvolveu trabalhos de campo a grande escala e produziu uma obra monumental, pontuada de pertinentes descrições acerca dos sítios. E muito embora algumas tenham entretanto sido reformuladas, ou mesmo retificadas, não deixam de corporizar uma abordagem notável e até inovadora, nomeadamente por suplantar a tradicional vertente vincadamente «colecionista» que grassava à época, e que tomava os objetos como foco quase exclusivo de interesse. Já para os alvores do século XX, há que mencionar os esforços prodigalizados por Almeida Carvalhais, um funcionário do então *Museu Ethnologico Português*, que na necrópole do Cortiçal, em Arraiolos, registou as associações de peças reveladas em cada sepultura intervencionada. Porém, é curioso que tal procedimento tenha sido adoptado no ano 1901, sem que, contudo, pareça ter criado «escola» ou, pelo menos, uma norma a seguir noutras escavações.

Mas se os problemas metodológicos (ou, melhor dizendo, a ausência de metodologias adequadas), são suscetíveis de ser apontados como parte da justificação para o vazio de dados que afeta diversos domínios, há outras razões explicativas na raiz da descontextualização de muitos dos artefactos presentemente integrados nos acervos das instituições museológicas. Uma delas prende-se com o facto de as descobertas terem acontecido fortuitamente, à margem de qualquer ação programada; por vezes até, a ocorrência de um achado casual foi motivo para desencadear explorações descontroladas nos terrenos que o haviam gerado, em ações que visavam sobretudo a obtenção de materiais «preciosos», e que acabaram por se saldar em destruições irremediáveis.

Constata-se, portanto, que o entendimento sobre os sítios e, consequentemente, sobre os conjuntos artefactuais neles exumados, surge condicionado por vários fatores que, ao

restringirem o espectro de dados disponíveis, influíram inevitavelmente na interpretação e, claramente, enformaram obstáculos à validação de algumas das hipóteses levantadas à medida que a investigação avançava. Mas, conscientes que uma série de limitações iria indubitavelmente toldar o caminho a trilhar, houve que procurar definir quais as vias alternativas que nos permitiriam alcançar respostas: as possíveis, no quadro do atual estado de conhecimentos, não todas as que seriam desejáveis. E, neste ponto, impõe-se sublinhar a importância de que se revestiu a reflexão em torno das informações coligidas no âmbito das intervenções levadas a cabo em sítios portugueses e que, em contracorrente face ao panorama previamente descrito, constituem exemplo de boas práticas de campo e da realização de pesquisas aturadas. Em paralelo, também os dados recuperados noutros territórios – que não aquele a que corresponde o nosso objeto de estudo, e sobretudo se procedentes de contextos selados e bem datados –, forneceram pistas valiosas para o estabelecimento de pontes entre distintas realidade, as quais se mostraram fundamentais não só para perceber quais as linhas de aproximação e continuidades a considerar como, por outro lado, quais os pontos de quebra e rutura.

Mas, como facilmente se depreende, as dificuldades estiveram longe de se circunscrever às questões suscitadas pela componente artefactual ou pelas propostas de cronologias a aventar: assolaram igualmente outros domínios e, convém dizê-lo, de forma acentuada. Na verdade, e recuperando a ideia de dualidade acima mencionada, a respeito da equação entre continuidades e ruturas, há algo incontornável a realçar a propósito do período em análise: é um palco privilegiado de discussão entre perspetivas muito pouco consonantes ou, diríamos mesmo, profundamente antagónicas. As conceções que, há alguns anos, pareciam sólidas, foram abaladas e, algumas, chegariam mesmo a ruir. Os estilhaços contaminaram em bloco todo um edifício teórico, e a conjugação de uma série de circunstâncias, que adiante exploraremos, determinaram uma firme «mudança de paradigma». Até que ponto válida, em todas as suas vertentes e implicações, ou qual a capacidade operativa dos renovados pressupostos trazidos a lume: uma das áreas que se nos revelou premente perscrutar. E uma outra: em que medida a necessidade de rever as linhas de força de um enquadramento com claras fragilidades intrínsecas poderá ter conduzido a que se menosprezasse o peso efetivo de um conjunto de dados históricos e arqueológicos. Como se o «colapso» do cenário cristalizado sobretudo com base nas escassas fontes coevas e, a certos níveis, acriticamente reproduzido, tivesse autorizado a suplantação total do panorama prévio por uma conceção que se assume como essencialmente distinta da anteriormente propalada, e em que até o *corpus* de conceitos manipulados faz eco das profundas alterações que afetaram a moldura teórica em voga.

O nosso percurso fez-se, pois, a partir da abordagem dialética aos discursos sedimentados, procurando perceber de que modo se articulavam com a «realidade» do território em análise e com as materialidades inventariadas, ou até que ponto estas eram passíveis de os contrariar, ou pelo menos, às tentações mais «universalistas» de que, por vezes, pareciam

imbuídos. E não poderíamos deixar de acentuar desde já que, independentemente do maior grau de validade (ou debilidade) de muitos dos argumentos que se vêm digladiando, há algo fundamental a ter em consideração: a discussão fez avançar os conhecimentos desta fase de charneira e teve, na nossa perspetiva, o grande mérito de abalar «mitos», de forçar a decomposição de uma linha de argumentação, e de obrigar a questionar os antecedentes que a explicam.

Aproveitamos, finalmente, para registar que o leque de outras das problemáticas com que nos debatemos decorre precisamente das especificidades inerentes a um estudo que tem como cerne o mundo funerário. Se, por um lado, as informações geradas pelos contextos sepulcrais, sobretudo quando preservados incólumes, enformam um manancial de importância crucial, até porque se revestem de potencialidades únicas, por outro, incorrem em inevitáveis ambivalências. E, com efeito, a disparidade de modelos teóricos formulados no sentido de justificar a integração de materiais nos túmulos, ou as motivações subjacentes à reutilização das sepulturas e subsequente tratamento conferido aos restos osteológicos conservados, apenas para citar dois exemplos das questões a que reiteradamente se procurou responder na abundante bibliografia produzida nas últimas décadas, fazem eco da profunda divergência de posições e perspetivas defendidas pelos investigadores que se debruçam sobre o universo em análise.

O caminho traçado fez-se, pois, entre interrogações. Parte delas acompanhou-nos desde o início do trajeto, outras foram assomando e passaram a povoá-lo também, suscitadas por novas leituras, pelos autores que fomos descobrindo, ou pelo próprio desenrolar da investigação, nunca verdadeiramente fechada. E o esforço permanente que se impôs foi o de encontrar patamares de entendimento consistentes, e de definir a coerência possível entre as singularidades, as recorrências e até as contradições de uma panóplia de variáveis e práticas que estão longe de primar por uma estanque regularidade. O equilíbrio que logramos alcançar e que não é, naturalmente, isento de dúvidas e de alguma margem de incertezas, será apresentado nas páginas que se seguem.

1.
OS ESTUDOS DE ARQUEOLOGIA «GERMÂNICA»: ESTADO DA ARTE

Não poderíamos começar esta incursão sem fazer um breve parêntesis em torno do termo «bárbaro». Na verdade, não só se encontra presente em grande parte da bibliografia produzida a respeito dos «povos germânicos», com os quais surge intimamente relacionado, como cunhou, na sua aceção negativa, grande parte das perspetivas que a literatura da especialidade há muito lhe vem votando.

O conceito, que começou a ser utilizado pelos gregos, sendo dirigido aos que não falavam a língua, e cuja suposta inferioridade se espraiava por todos os domínios, da moral duvidosa às maneiras apresentadas à mesa[2], persistiu no tempo e, com algumas alterações de significado, se bem que em regra carregado de conotações pejorativas, foi posteriormente aplicado pelos romanos a diferentes «povos»[3], caso dos saxões, francos ou godos. Designação perfeitamente cimentada, continuou a grassar nos vocabulários da Europa medieval e moderna[4], mantendo-se ainda ativa na contemporaneidade. Já, por exemplo, os primórdios da aplicação do termo «vândalo», no sentido depreciativo que atualmente lhe é atribuído, remetem para os finais do século XVIII, ficando a dever-se a um bispo que fez uso da mencionada designação para se referir aos que, no curso da Revolução Francesa, queimaram bibliotecas e derrubaram igrejas[5]. Como se constata e ainda que com centúrias de intervalo, há aqui uma linha de continuidade, uma «ligação» semântica entre as palavras, que se mostra plenamente coerente nas suas aceções vincadamente negativas.

Entre vários dos problemas de que se reveste a utilização do vocábulo «bárbaro», não poderíamos deixar de salientar o da generalização excessiva e o facto de se perspetivar o «outro», isto é, o conjunto dos que se encontravam para lá das fronteiras do Império, como uma amálgama integrante de uma espécie de entidade «coletiva», imbuída de características danosas, que suscitavam não mais que desconfiança e suspeita. No entanto e, como é sabido, a imensa amplitude do conceito incluía uma grande diversidade de grupos, que se diferenciavam entre si, em função de práticas e costumes adotados ou mesmo da língua falada.

Uma outra tendência recorrente é a de assimilar os «bárbaros» aos povos «germânicos». Todavia, convém notar que também este termo se encontra imbuído de equívocos, na medida em que configura um anacronismo histórico, transposto para as primeiras centúrias do milénio. É certo que tal designação vem sendo amplamente difundida desde a publicação da obra *De origine et situ Germanorum* (A Germânia), de Cornélio Tácito, nos finais do século I, tendo, além do mais, figurado em muitos outros textos da Antiguidade Tardia escritos em latim. Contudo, a expressão era então direcionada especificamente para

---

[2] HEATHER, 2009: xiv.

[3] «[…] The Romans were traditionally highly dismissive of 'barbarians' and despite increasing and ever-closer contacts during the later fourth and fifth centuries (including marriage alliances between the imperial family and the Germanic royal houses), some very offensive Roman attitude survived for a very long time. It is easy to find on Latin literature of the age the sentiment that barbarians were uncouth and beneath consideration, or indeed that the best barbarian was a dead barbarian […]» (WARD-PERKINS, 2006: 24).

[4] GOFFART, 1981: 277.

[5] MARTENS, 2003: 57.

os povos que bordejavam o Reno, como os francos. Em contrapartida, outros grupos – entre os quais se contavam os visigodos –, instalados na região do Baixo Danúbio, apesar de falarem uma língua germânica, ficavam à margem do significado abarcado pela palavra[6].

Conscientes deste facto, poderemos, não obstante, recorrer ao uso de tais designações ao longo do texto, na medida em que, apesar de acarretarem imprecisões não despiciendas, são suscetíveis de proporcionar um inequívoco nível de entendimento. Elas serão, no entanto, e obviamente, utilizadas sem qualquer conotação pejorativa, juízo de valor ou carga «ideológica».

Vimos, pois, como a aplicação do termo «bárbaro» é passível de gerar equívocos. O mesmo se poderá dizer em relação ao modo como os «germânicos» foram sendo perspetivados ao longo do tempo. Alguns historiadores «modernos», na esteira das considerações de Tácito, insistiram na noção de uma ascendência comum para os povos que, supostamente, cabiam nesta designação[7], pressuposto que tem vindo a ser atacado em várias frentes e através da enunciação de argumentos sólidos.

Mas não será apenas a ideia de uma ascendência comum a dever ser posta em causa: também a noção de uma unidade ideal entre grupos incorrerá em crítica. Na verdade e mesmo que parte deles comunicasse através de dialetos idênticos, tal não afasta a possibilidade de as rivalidades que os opunham serem de tal forma fortes que facilmente os predispunham a combater outras unidades, ainda que supostamente «próximas» e tidas igualmente como «germânicas»[8]. Neste sentido, e na opinião de Walter Goffart, parece difícil conceber um coletivo «bárbaro» imbuído do propósito de aniquilar o Império[9], o que, em contrapartida, não significa que a ação destes grupos, ainda que não alinhada num intento de tal natureza, possa ser tida como irrelevante no quadro do desmoronamento da ordem política e institucional do mundo romano do Ocidente.

Ora, feito o ponto da situação em relação a esta questão e apontados alguns dos problemas que, recorrentemente, contaminaram os modelos teóricos formulados a respeito do período em análise, há que iniciar o trajeto que nos propusemos traçar em torno dos estudos devotados à arqueologia «germânica».

Comecemos então por salientar que, neste âmbito, foi precisamente sobre o mundo funerário que recaiu o maior foco de atenção.

Ao interesse que, ao longo dos tempos, foi sendo votado aos chamados *Reihengräberfeld* [10] não terá sido alheia a componente material a que, tradicionalmente, estes cemitérios foram sendo associados. Aliás, diríamos até que o «espólio» funerário, designadamente, o

---

[6] GOFFART, 1981: 278-279.

[7] GOFFART, 1981: 279.

[8] «33 […]. 2 […] Que possa permanecer e subsistir nesses povos, se não o amor por nós, pelo menos o ódio recíproco, já que, ameaçados os destinos do império, a fortuna nada melhor nos pode dar que a discórdia dos inimigos. […]» (TÁCITO, 2011: 47).

[9] GOFFART, 1981: 279.

[10] Veremos, adiante, em que medida também esta denominação poderá ser discutível.

mais fulgurante e apelativo – caso das placas de cinturão e das fíbulas aquiliformes providas de decoração policroma –, funcionaram como motor e justificação desse interesse. Porém, a excecionalidade de tal tipo de elementos acarretou danos irreparáveis e problemas de que ainda hoje se ressentem as investigações debruçadas sobre esta realidade. Por um lado, a focalização nos objetos favoreceu um certo grau de negligência ou descuido na análise das necrópoles como um todo e dos sepulcros que proporcionavam a exumação dos artefactos, em particular. Por outro, os adornos foram sendo valorizados em função da relevância intrínseca que os caracterizava e crescentemente perspetivados de um ponto de vista quase que colecionista[11]. Como tal, estavam criadas as condições para descurar os contextos e as práticas subjacentes à produção dos mesmos. A organização das sepulturas no espaço cemiterial, a disposição dos elementos votivos que acompanhavam o indivíduo inumado, o modo como se articulavam os adereços de vestuário e do corpo e a vinculação de determinadas composições a um género, corporizam domínios pouco ou nada explorados nalgumas geografias, sistematicamente relegados para um plano muito secundário.

1.1. Investigações na Europa

Não seria possível tratar esta temática sem abordar o fenómeno dos nacionalismos europeus. E, por motivos óbvios, dada a ligação com o objeto de estudo desta dissertação, iremos focar-nos fundamentalmente no caso alemão e no modo como uma série de contributos se congregaram e inspiraram não só o nascimento de um corpo de conceções como, em última instância, uma doutrina que acabou por influenciar de forma determinante a história do século XX.

Começamos desde já por salientar que as leituras etnicistas do registo arqueológico e a ênfase colocada na concordância entre conceitos como «civilização», «cultura» ou «raça» constituíram um patamar basilar de parte importante dos nacionalismos que principiaram a emergir nos finais do século XIX e a sedimentar-se nos alvores da centúria subsequente[12].

Ora, para compreender o impacto que as questões relacionadas com a superioridade da «raça» nórdica ou germânica tiveram ao nível da produção da literatura arqueológica da época é forçoso atender aos moldes de desenvolvimento da Antropologia Pré-histórica[13]. Disciplina emergente, que se institucionalizou a partir de meados do século XIX, exerceu forte influência sobre as abordagens e interpretações votadas ao mundo funerário altimediévico. E a preponderância revelou-se tão profunda que, mesmo no pós-Guerra, continuou a ser vulgar enunciar modelos explicativos para as «invasões» centrados no estabelecimento de uma clara dicotomia entre espaços cemiteriais: por um lado, os que mantinham a integridade indígena ou, por outras palavras, o substrato romanizado preservado; por outro,

[11] JAMES, 1989: 24.
[12] AZKARATE GARAI-OLAUN, 2002: 116; VEIT, 2003: 37.
[13] WIWJORRA, 1996: 169.

os que se apresentavam diretamente conotados com a presença de indivíduos forâneos, os «imigrantes» germânicos. O grande problema, porém, prende-se com o facto de a fundamentação avançada para esta perfeita compartimentação brotar de procedimentos «científicos», que passavam pela medição das dimensões dos crânios exumados, de forma a atestar a ocorrência dos chamados «dolicocéfalos»[14]. Mas a que se refere exatamente tal designação?

Foi nos finais do século XIX e dealbar do XX que Ludwig Wilser, discípulo de Alexander Ecker[15] e membro ativo de algumas sociedades antropológicas estipulou os parâmetros definidores deste «Homem», o *homo europäus dolichocephalus flavus.* Elevado a um patamar proeminente, na medida em que simbolizava a «raça» superior, caber-lhe-ia o imperativo de conduzir os destinos do mundo[16]. É certo que a teoria elaborada por Wilser, em que se entrelaçavam Pré-história e manifestas convicções políticas e ideológicas, encontrou barreiras em alguns setores da Antropologia alemã contemporânea. Criticavam-lhe, sobretudo, o discurso chauvinista que, regido pela falta de rigor e pela simplificação, apenas contribuía para diminuir a dignidade da ciência. Porém e apesar da rejeição suscitada entre pares, as conceções de Wilser foram sendo dadas à estampa, tendo alcançado apreciável êxito, nomeadamente entre investigadores da etnicidade e nas publicações de extrema direita[17].

Mas, note-se, também as fontes escritas antigas[18] desempenharam um papel importante no enaltecimento do «passado germânico», tendo, além do mais, servido como estímulo para o estudo da Pré-história, que começou a desenvolver-se sobretudo com o Romantismo. E é interessante registar que as «informações» colhidas nas fontes auferiram de uma tal popularidade, que acabaram não só por incorporar as descrições promovidas em torno da história antiga alemã como, em paralelo, por orientar as interpretações dos achados arqueológicos que, por seu turno, granjeavam crescente importância[19]. Todavia e se, numa primeira fase, continuava a haver lugar para admirar os testemunhos romanos e para investigar as suas ruínas, dentro dos parâmetros da arqueologia clássica, a opção pelas pesquisas direcionadas para o referido âmbito cronológico não tardariam a ser menorizadas e

---

[14] JAMES, 1989: 25.

[15] A propósito do pensamento de A. Ecker: «[…] Besides his scientific ideas, Ecker had also expressed his social-Darwinist attitude in a lecture on *Der Kampf urn's Dasein in der Natur und im Volkerleben (The fight for survival in nature and in the life of peoples)* when claiming "decisive influence over Europe's destiny for the Germanic race" [Ecker 1871: 29] […]» (WIWJORRA, 1996: 172).

[16] «[…] According to him, the Homo europäus dolichocephalus flavus had been subjected to the Nordic selection conditions for the longest time and consequently was the highest race, destined to rule the world, and one look into history and present times should be enough to see that. He saw modern Germans as "the descendants of those Germans who have stayed pure and unmixed for the longest time" [Wilser 1904: 180]. […]» (WIWJORRA, 1996: 172).

[17] WIWJORRA, 1996: 171-172.

[18] «[…] they were the *Edda*, a compendium of proverbs and mythological traditions that had been written down in Iceland in the twelfth century; then the *Nibelungenlied* about the dragon–slayer Siegfried, also stemming from the twelfth century; and Tacitus's (approximately AD 55–113) *Germania* dating to around AD 100. Those sources, which had been rediscovered in the fifteenth, eighteenth and seventeenth centuries respectively, served to magnify the German national self–esteem […]» (WIWJORRA, 1996: 165).

[19] WIWJORRA, 1996: 165-166.

até, antagonizadas: afinal, ao demonstrar a influência exercida por culturas «exógenas» em nada se contribuía para a glorificação dos antepassados germânicos. E era esse o imperativo. No século I Tácito proveu a sua obra de descrições que contemplavam as características físicas destes povos. E essas descrições, entretanto vertidas para a língua alemã, eram agora reiteradamente citadas como «prova» da existência de um tipo que persistia já desde a Pré-história[20]. Aliás, serviram como ponto de partida a Rudolf Virchow, que no século XIX se propôs levar a cabo um exame geral às crianças alemães em idade escolar. E, no seu entender, os resultados obtidos permitiram-lhe concluir que a maior parte da população encaixava perfeitamente no estereótipo que vinha sendo construído[21].

É certo que, numa primeira fase, os arqueólogos profissionais não equacionavam a pretensa continuidade da população germânica desde os tempos pré-históricos. Todavia e, progressivamente, os argumentos rácicos fornecidos pelas Antropologia combinaram-se com as explicações «arqueológicas», fundamentalmente fornecidas por amadores, pelo que, sobretudo a partir de 1880, as publicações trazidas a lume, muitas das quais populares e pseudocientíficas, começaram a fazer eco dessa linha de pensamento[22].

Ora, determinadas visões históricas cujas raízes entroncaram nos movimentos nacionalistas impulsionaram o florescimento de ideologias chauvinistas e, em paralelo, serviram de mote para sustentar noções que acabaram por se revelar perigosas. Assim, o pressuposto de que qualquer solução política que não contemplasse um nexo direto entre um estado e um povo específico se afigurava anómala e que, por conseguinte, devia ser vigorosamente combatida e, claro, corrigida, foi, de modo tácito ou mesmo explicitamente, defendida por muitos investigadores[23].

Mas não seria possível perceber de que modo estas conceções se implantaram sem nos determos no pensamento desenvolvido por algumas figuras que se empenharam em promover estudos imbuídos de orientações muito concretas.

Uma delas, incontornável, é Gustav Kossinna, que granjeou importância capital na construção de um ideário que marcou profundamente uma época. Aliás, na opinião de U. Veit, o seu nome é indissociável da «interpretação étnica das culturas arqueológicas». Não foi, porém, o único, na medida em que também os membros da escola de Marburg exerceram um papel fundamental no estabelecimento das bases teóricas de sustentação do modelo que germinava. Mas o alcance dos ensinamentos propalados por Kossinna ilustra quase que de modo exemplar a história da «emergência e queda» da arqueologia germânica na primeira metade do século XX. Ao mesmo tempo, configura como que um «caso

[20] «[…] 4.2. Donde também a aparência dos corpos. Embora em tão grande número de homens, é semelhante para todos: olhos ferozes e azuis, cabeleiras ruivas, corpos grandes e apenas vigorosos para a fúria dos ataques. […]» (TÁCITO 2011: 19-21).

[21] «[…] Besides a great body length, blond hair and blue eyes, long skulls were taken as an additional characteristic of the Germanic type. […]» (WIWJORRA, 1996: 170).

[22] WIWJORRA, 1996: 168, 170.

[23] POHL, 1991: 39.

de estudo», ao nível da definição de conexões entre «objetividade arqueológica» e «identidade cultural»[24]. No entanto, há que salientar que Kossinna, bibliotecário da Universidade de Berlim com formação em filologia[25], não foi o primeiro a procurar atribuir achados arqueológicos específicos a um grupo particular[26]; foi, porém, quem colocou a interpretação étnica no centro do pensamento pré-histórico e quem converteu a Pré-história numa disciplina académica de direito próprio[27]. A primeira cadeira alemã especialmente dedicada a tal domínio da investigação coube precisamente a esta figura. A sua criação remonta ao ano 1900[28], sendo um dos seus objetivos definido pelo próprio regente nos seguintes termos: «[…] stimulating, clarifying and consolidating national feelings […]»[29].

Em 1911, Kossinna dava um passo fundacional com a publicação de um artigo onde forjou uma das suas ideias mais emblemáticas[30]. Mas este foi apenas o ponto de partida para o arranque de um intenso trabalho dedicado a tais temáticas e com o qual procurou não só atingir os seus «pares», mas igualmente toda a comunidade não académica. Num livro editado em 1914, intitulado *Die deutsche Vorgeschichte – eine hervorragend nationale Wissenschaft*[31], que se tornou bastante popular, encontram-se já plasmadas várias das noções, nacionalistas e também racistas, que marcaram todo o percurso do autor. O conceito de ariano que defendia articulava-se com o pressuposto da existência de uma raça ideal, superior às demais: os *Germani*[32], descendentes dos indo-europeus, um grupo chave que teria impulsionado, através das suas movimentações e de forma decisiva, o curso da história[33]. Como se constata, por esta altura, já o conceito de «germânico» sofrera uma incontornável evolução, a que não foram alheios os contributos proporcionados pelo acumular de cerca de trinta anos das já mencionadas publicações de cariz popular: das primordiais aceções históricas e linguísticas avançara-se para uma dimensão rácico-antropológica. É certo que a amálgama de conceitos que foi sendo produzida e a instrumentalização dos rasgos antropológicos no intuito de sustentar uma visão nacionalista da história, começou por ser antagonizada e perspetivada como não-científica. O próprio Kossinna criticara, em 1904,

[24] VEIT, 2003: 36-37.

[25] DÍAZ-ANDREU, 2003: 41.

[26] «[…] It is a fact that there had been thinkers before him and a public ready for a nationalistic and racist view of prehistory when Kossinna changed his guidelines from those of scientific research to those of ethnic ideology. There are many renowned scientists with an ambivalent attitude towards a national view of race history. […]» (WIWJORRA, 1996: 174).

[27] VEIT, 2003: 37.

[28] DÍAZ-ANDREU, 2003: 41.

[29] KOSSINNA, 1896: 605 *apud* WIWJORRA, 1996: 174.

[30] «[…] Sharply defined archaeological culture areas correspond unquestionably with the areas of particular peoples or tribes […]» (KOSSINNA, 1911a *apud* Veit, 2003: 37).

[31] Na tradução para inglês: *German prehistory, a pre-eminently national discipline.*

[32] Veja-se a definição de *Germani* avançada por U. Veit, tendo como base os escritos de Kossinna: «[…] a slim, tall, light complexioned, blonde race, calm and firm in character, constantly striving, intellectually brilliant, with an almost ideal attitude towards the world and life in general […]» (VEIT, 2003: 38).

[33] VEIT, 2003: 37-38.

o trabalho de L. Wilser[34]; mas o seu percurso acabaria por levá-lo a caminhar na mesma direção, como se confirma pelo teor das obras que assinara em 1911 e 1914. E, longe de ter chegado a infletir a sua posição, em 1926 dedicar-se-ia a explanar mais detalhadamente o postulado que avançara em 1911[35].

Atendendo ao conteúdo das teorias que, progressivamente, iam tomando forma e ganhando cada vez mais adeptos, não admira que se tenha chegado ao ponto de as utilizar para obter dividendos políticos, colocando-as ao serviço da propaganda logo no contexto da Primeira Guerra e, posteriormente, como instrumento para condicionar as decisões decorrentes do Tratado de Versalhes. De qualquer modo, Kossinna não chegou a viver para assistir à plena apropriação das suas teses pelo partido nacional-socialista, num ambiente pautado pelo progressivo incremento do seu poder e influência política. Falecido em 1931, Kossinna ficou para sempre como figura tutelar de uma conceção da Pré-história claramente vinculada ao nacional-socialismo, a chamada *völkischen*[36].

Foi recorrentemente citado por Adolf Hitler, até pelas indicações que fornecera a respeito da origem dos arianos, centrada no norte da Europa e, concretamente, na «Grande Alemanha». Na verdade, Hitler considerou premente procurar no passado as raízes alemãs, numa busca que encontrou precisamente na definição da procedência da raça ariana o pilar norteador por excelência. Na sua perspetiva, o ariano assumia-se como o «Prometeu da humanidade», o símbolo de um «tipo superior», cuja existência estava sobejamente atestada, até porque, nas palavras do *führer*, «[…] toda la cultura humana, las obras de arte, ciencia y tecnología que tenemos ante nuestros ojos hoy, son casi exclusivamente producto del ario […]»[37]. Assim, ao ariano caberia a «missão» de continuar a afirmar-se como veículo transmissor de cultura e de, imbuído deste desígnio, iluminar todos aqueles que careciam de capacidades para a criar por si mesmos[38]. Note-se, porém, que contrariamente a Kossinna, o foco do seu interesse não recaía na Pré-história mas, fundamentalmente, na Antiguidade Clássica, período ideal com o qual estabeleceu uma ponte: «[…] La lucha que en la actualidad se avecina pondrá en juego una apuesta definitiva: una civilización lucha por su existencia, una civilización que sintetiza en su seno milenios y que abarca a su vez al helenismo y al germanismo. […]»[39].

Não obstante o desinteresse pessoal que nutria pela Pré-história, Hitler não contrariou o desenvolvimento da disciplina, até porque lhe reconhecia um enorme valor propagandís-

[34] WIWJORRA, 1996: 173.

[35] «[…] Clearly defined, sharply distinctive, bounded archaeological provinces correspond unquestionably to the territories of particular peoples and tribes. […]» (KOSSINNA, 1926 *apud* VEIT, 2003: 38-39).

[36] VEIT, 2003: 38.

[37] DÍAZ-ANDREU, 2003: 36.

[38] WIWJORRA, 1996: 177.

[39] DÍAZ-ANDREU, 2003: 36.

tico[40]. Mas relegou a sua orientação e controlo políticos para Alfred Rosenberg e Heinrich Himmler[41]. É certo, porém, que os resultados das escavações de um período tão recuado o exasperavam, sobretudo ao cotejá-los com a grandiosidade civilizacional da Grécia e Roma[42]. No entanto, e apesar desta diferença, não há propriamente divergências ideológicas de fundo a sinalizar. Afinal e independentemente da primazia concedida a cada uma das épocas, o objetivo primordial subjacente à investigação de ambas recaía no mesmo ponto: explicar a ascendência ariana da nação alemã[43]. De qualquer modo e, em termos globais, pode afirmar-se que, no quadro do regime nacional-socialista, a arqueologia recebeu um impulso vigoroso, sem paralelo sequer na Itália de Mussolini, o novo Augusto. Esse ímpeto, porém, só poderá ser compreendido à luz da importância crucial de que então se revestia o conceito de raça[44].

Ora, a organização da pesquisa no âmbito da Pré-história na Alemanha fez-se sobretudo a partir de duas instituições: a *Amt Rosenberg*, organizada por Alfred Rosenberg e chefiada por Hans Reinerth (figura que por vicissitudes várias acabou por ver malogrados os êxitos inicialmente auferidos[45], com a consequente perda de relevância da associação que tutelava[46]) e a *Ahnenerbe*, fundada em 1935 por Heinrich Himmler. Esta última, cujo nome

---

[40] «[…] the National Socialist regime in German fully appreciated the propaganda value of the past, particularly of prehistoric archaeology, and exploited this knowledge with characteristic efficiency. […]» (ARNOLD, 1997-1998: 247).

[41] «[…] ideologists as Heinrich Himmler […] and Alfred Rosenberg […] got involved in fantasies of Nordic pre-worlds, and both did their best to make progress with the institutionalization of prehistory according to their own ideas, seizing existing institutions (universities, conservation offices, societies) and bringing them into line. […]» (WIWJORRA, 1996: 179).

[42] «[…] ¿Porque llamamos la atención de todo el mundo al hecho de que no tenemos pasado? Ya es suficientemente malo que los romanos estuvieran erigiendo grandes edificios cuando nuestros ancestros estaban todavía viviendo en cabañas de barro: ahora Himmler está empezando a excavar todos esos poblados de cabañas y entusiasmarse con cada fragmento cerámico y hacha de piedra que encuentra. Todo lo que podemos probar con ello es que estábamos todavía lanzando armas de piedra y agachándonos junto a una fogata cuando Grecia y Roma habían ya alcanzado el estado cultural más elevado. Deberíamos realmente hacer lo más que pudiéramos para no revelar este pasado. Muy al contrario Himmler lo propaga a los cuatro vientos. Los romanos de hoy en día deben estar riéndose a carcajadas ante estas revelaciones […]» (DÍAZ-ANDREU, 2003: 36).

[43] B. Arnold chama a atenção para o facto de, em 1941 e perante o cenário de conquista da Europa por parte da Alemanha, Herbert Jankuhn, que muito se dedicara à exaltação da superioridade da «raça germânica», ter salientado a necessidade de trazer à colação um outro complexo cultural: «[…] I have suggested that German prehistoric archaeology should become a single unified project with the overarching theme 'The Birth of Today's European States'… If we plan in the future to take over to a large extent the intellectual leadership of Europe, we cannot exclusively emphasize the Germanic element, thereby creating from the outset a barrier between ourselves and the other peoples of Europe; rather, we must to a much greater extent than has previously been the case emphasize the Indo-Germanic roots that we share with most of the European peoples […]» (ARNOLD, 2004: 208).

[44] DÍAZ-ANDREU, 2003: 37-41.

[45] I. Wiwjorra explica a impopularidade de Hans Reinerth sobretudo em razão do seu comportamento «carreirista» e da sua incompetência profissional (WIWJORRA, 1996: 179).

[46] B. Arnold, a propósito da complexidade das motivações passíveis de determinar a adesão de um indivíduo ao partido de um regime totalitário, fornece como exemplo precisamente o caso do dirigente da Amt Rosenberg: «[…] Hans Reinerth, the highest ranking archaeologist in the Rosenberg Office, who was publicly accused by fellow prehistorian Bolko von Richthofen (brother of the so-called "Red Baron") of having joined the Nazi Party not out of conviction, but solely in order to further his academic career goals. […]» (ARNOLD, 2004: 199).

poderá ser traduzido como «Herança Ancestral», foi criada para funcionar como unidade de investigação e ensino das *Waffen-SS*, braço armado do regime. Tinha na Arqueologia pré-histórica o seu cerne: pelas possibilidades que congregava, não só enquanto geradora de símbolos (caso da suástica, então recuperada[47]), mas igualmente como fonte de dados relativos à mais remota ascendência alemã, dados esses que se afiguravam fundamentais para o objetivo de impor um novo culto, e substituir o cristianismo[48].

A arqueologia era então crescentemente valorizada; e de tal forma, que cada uma das unidades das *SS* passou a estar incumbida da organização de uma escavação, tarefa fundamental para, progressivamente, a própria polícia se assumir como «[…] un centro cultural de la grandeza alemana y del pasado alemán […]»[49]. Convém ainda acrescentar que, na fase imperialista da política alemã, algumas das intervenções a cargo da *Ahnenerbe*, transpostas para lá das fronteiras do país e favorecidas com generosas subvenções financeiras, puderam beneficiar da aliança formalizada com o Instituto Arqueológico Alemão nos seus esforços para definir as origens dos arianos[50].

Comparativamente ao papel ideológico de topo alcançado pela Pré-história, o da arqueologia clássica ficou circunscrito a níveis menos proeminentes[51], mas longe de pouco significativos. Vejamos então em que medida a *Ahnenerbe* influenciou os estudos em torno dos povos «germânicos» em geral e dos visigodos, em particular.

Uma das suas vertentes de atuação, em colaboração com a *SS-Sonderkommando* e sob o comando de Herbert Jankuhn, prendeu-se com o desenvolvimento de escavações em territórios ocupados da União Soviética, entre 1942 e 1943[52], configurando uma prática que geraria interesse noutros pontos da geografia europeia, nomeadamente, em Espanha, por razões que adiante exploraremos. Aliás, em 1941, Santa-Olalla remeteria para a Alemanha uma missiva endereçada a Wolfram Sievers e a Walter Wüst onde expressava a sua vontade de, juntamente com outros membros da Falange e após concluir os trabalhos que levaria a cabo em Castiltierra (Fresno de Cantespino, Segóvia), participar na intervenção prevista para uma necrópole gótica localizada na Ucrânia, numa área então controlada pelo exército alemão. Na verdade, uma parte significativa dos membros das instituições alemãs ligadas à arqueologia vinha sendo canalizada para o leste europeu, acompanhado o avanço das tropas, inclusive na sua progressão em território soviético, a qual lhes deixava, deste modo, «terreno livre» para que as mais diversas «intervenções» fossem concretizadas, o que, na prática, se traduziu na pilhagem de múltiplos sítios arqueológicos[53].

---

[47] «[…] Examples of the use/appropriation/modification/invention of material culture derived from archaeological sources in the construction of symbolic capital include the National Socialist swastika […]» (ARNOLD, 2004: 205).

[48] DÍAZ-ANDREU, 2003: 41-42.

[49] DÍAZ-ANDREU, 2003: 42.

[50] ARNOLD, 2004: 248; DÍAZ-ANDREU, 2003: 42.

[51] DÍAZ-ANDREU, 2003: 42.

[52] MEDEROS MARTÍN, 2003-2004: 18.

[53] GRACIA ALONSO, 2009: 303.

Presentemente, os ideários que descrevemos encontram-se totalmente desacreditados na comunidade científica, não sem, no entanto, terem marcado uma época e influenciado interpretações, quer contemporâneas da sua emergência, quer atribuíveis a fases subsequentes. Na opinião de E. James, também em larga medida superadas estão as tentativas de discernir as origens raciais de um determinado grupo através do ritual de enterramento identificado ou do tipo de elementos que lhes são associados nos sepulcros. Com efeito, as mudanças registadas ao nível das práticas funerárias começaram a ser explicadas também em função da cronologia e de transformações sociais que, não raro, se fazem sentir à escala regional. É incontestável, porém, que determinadas variações atestadas, nomeadamente ao nível dos adereços relacionados com o vestuário ou com o atavio do corpo, poderão ser suscetíveis de indicar uma «identidade étnica». Todavia, afigura-se importante analisar os materiais à luz de outros fatores relevantes, uma vez que os investigadores têm demonstrado a grande fluidez que grassava no seio das «populações germânicas», afastando a ideia da existência de grupos biologicamente fechados, com traços muito concretos[54]. Na realidade, o facto de essas populações poderem ser distinguidas através de uma determinada forma de vestir não implica uma ligação genética entre os indivíduos que compõem os referidos grupos, os quais configuram, acima de tudo, entidades políticas nascidas no contexto das migrações ou *Völkerwanderung*[55].

Ora, tradicionalmente, as temáticas relacionadas com a etnicidade e as «culturas arqueológicas» auferiram de grande relevância nos países de língua germânica. Todavia, a conjugação de determinadas circunstâncias, designadamente históricas e académicas, acabou necessariamente por influir no rumo tomado pelos inquéritos[56], sendo que um marco primordial na transformação das correntes dominantes radica precisamente em 1945, o ano que marca o fim da Segunda Guerra e a partir do qual a produção bibliográfica começou a fazer eco de importantes mudanças[57]. De qualquer forma, é curioso notar que, não raro, fora das fronteiras da Alemanha, talvez pela barreira da língua ou por condicionantes de outra natureza, nem sempre o modelo de abordagem aos dados arqueológicos no quadro de uma interpretação étnica, tão comum entre os arqueólogos alemães, foi tido em consideração[58].

Mas, atendendo às circunstâncias e aos eventos que tiveram lugar nas décadas de 30 e 40 do século XX, foi inevitável que a Pré-história tivesse, em grande medida, perdido a sua influência como disciplina e, consequentemente, que os pressupostos que a alimentaram tenham caído em descrédito na Alemanha do pós-guerra. Foi, pois, um retrocesso, face à posição que granjeara no dealbar da centúria, altura em que o imperativo de fixar a história prévia ao estabelecimento da Alemanha como nação, lhe forneceu a força necessária para

[54] «[…] we do know that Germanic groups came and went. Like any human organization, they could be created and destroyed, and the information we have would seem to indicate that the political patterns of Roman-period Germania were pretty fluid […]» (HEATHER, 2009: 124).

[55] JAMES, 1989: 25.

[56] VEIT, 2003: 36.

[57] HEATHER, 2009: 12.

[58] VEIT, 2003: 36.

se implantar na academia[59]. Mas não foi apenas a Pré-história a ressentir-se. Na sequência de todos os acontecimentos que tiveram como palco aquele longo conflito, registou-se uma poderosa inflexão do pensamento dominante e da direção das correntes em voga, com repercussões sobre as conceções estabelecidas em torno das migrações dos povos «germânicos»[60]. O facto de a Alemanha nacional-socialista ter procurado realçar e glorificar a «ocupação germânica» da Europa levou a que, findo o conflito, se tenha revelado problemático escapar às associações negativas decorrentes das orientações seguidas no quadro do regime, daí que muitos arqueólogos especializados no estudo de «povos» que falavam línguas germânicas tenham optado por evitar leituras «nacionais» e por, em contrapartida, enfatizar o carácter «tribal» e mais particular dos seus «objetos» de estudo: assim se explica que, no pós-guerra, a redefinição começasse a ser percetível até nos títulos das publicações trazidas a lume[61].

Atualmente, a tónica da investigação tem vindo a ser norteada para dar resposta a um outro conjunto de pressupostos. E, neste sentido, a publicação da obra *Romans, Barbarians and the Transformation of the Roman World: cultural interaction and the creation of identity in Late Antiquity*[62] afirma-se paradigmática, quase que o culminar de uma tendência que já vinha sendo sentida. Na verdade, as teses que apostam numa visão de continuidade têm vindo a ganhar uma enorme preponderância, o que não significa, porém, que se tenha atingido consenso: muito pelo contrário, posições acerrimamente contrárias continuam a digladiar-se.

Há dois pontos que importa destacar no quadro destas novas perspetivas. Na esteira de B. Arnold, B. Ward-Perkins chama a atenção para a importante alteração de vocabulário plasmada em muitos dos trabalhos recentemente editados: abandonando termos como «crise», «declínio» ou «queda», foram outros, e mais neutrais, os que começaram a ser privilegiados, tais como «transição» ou «transformação». E, numa linha paralela, mas que avança na mesma direção, foi colocada em causa a premissa que imputa às «invasões» responsabilidade no desmoronamento do mundo romano. Neste sentido, ao estipular-se que os fatores explicativos da «mudança cultural» radicam numa «transformação», a ideia de «acomodação»/implantação pacífica por parte dos grupos forâneos começou a granjear crescente impacto[63]. E este é o pressuposto que se reveste de maior novidade: pois se durante muito tempo o debate visou definir qual a extensão das consequências das invasões, a edição da obra *The World of Late Antiquity*, da autoria de Peter Brown, marcou o lançamento das fundações de um outro paradigma, que começou por marcar sobretudo o mundo anglo-saxónico[64].

---

[59] VEIT, 2003: 48.

[60] HEATHER, 2009: 12.

[61] «[…] publications after 1945 were entitled 'The Alamannen', 'The Franks', or 'The Saxons' […]» (ARNOLD, 2004: 207).

[62] MATHISEN & SHANZER, 2011.

[63] «[…] "accommodation" is now the fashionable word to explain how peoples from outside the empire came to live within it and rule it […]» (WARD-PERKINS, 2006: 5).

[64] WARD-PERKINS, 2006: 3-5.

1.2. Investigações na Península Ibérica

Enquanto Benito Mussolini convertia o passado clássico romano e os valores abarcados pelo conceito de *romanità* na pedra basilar do ideário implementado em Itália[65], e Adolf Hitler, na Alemanha, se dedicava à busca das origens primordiais da «raça ariana», a tónica explicativa da «nação espanhola» mostrava-se bem distinta. Nos anos vinte, com Miguel Primo de Rivera e posteriormente, de modo mais intenso, com Francisco Franco, foi concedido relevo a um tempo áureo específico, espraiado por dois séculos: o XV, dominado pelos reis católicos[66], e o XVI, por Filipe II de Espanha[67], I de Portugal. Porém, nos primórdios do franquismo e ainda que sem lograr obter idêntica relevância, o tema da raça foi igualmente abordado, até com alguma frequência, ao mesmo tempo que se destacava quer o passado celta quer o visigótico[68]. De qualquer modo e ainda que, na opinião de Díaz-Andreu e Ramírez-Sánchez, as épocas «privilegiadas»[69] pelo regime escapassem aos âmbitos tradicionalmente mais focados pela arqueologia, tal não invalida que os profissionais da área tenham deixado de insistir nos seus pontos de vista e, em regra, de defender que as origens primordiais de Espanha radicavam nos domínios que lhes eram mais familiares, isto é, nos seus próprios campos de especialização[70].

Note-se, porém, que nos anos de vigência das duas ditaduras, a arqueologia em Espanha não chegou a ser tão valorizada como em Itália e na Alemanha. Com efeito e naqueles países, as motivações ideológicas justificaram o interesse direto que os governantes dedicaram às investigações arqueológicas e às interpretações delas decorrentes[71]. Mas, se bem que as modalidades seguidas não tenham sido idênticas, tal não invalida o facto de, com Primo de Rivera, mas sobretudo com Francisco Franco, os profissionais e instituições ligados à

---

[65] A propósito, citamos um interessante e revelador excerto das palavras de B. Mussolini que, segundo M. Díaz-Andreu, remontam a 1922: «[…] Nosotros vemos en Roma la preparación del futuro. Roma es nuestro mito. Soñamos con una Italia romana, es decir, sabia y fuerte, disciplinada e imperial. Gran parte del espíritu inmortal de Roma renace con el fascismo: romano es el fascio, romana nuestra organización de combate. […]» (DÍAZ-ANDREU, 2003: 35).

[66] «[…] One should not forget that Francoist Spain sought its national roots in the period after 1492, when, following the strategic marriage arrangements of the Catholic Monarchs – Isabella of Castile and Fernando of Aragon – and the expulsion of the Moors, the religious and territorial unity of Spain was established […]» (DÍAZ-ANDREU & RAMÍREZ SÁNCHEZ, 2004: 115).

[67] DÍAZ-ANDREU, 2003: 35-37.

[68] DÍAZ-ANDREU, 2003: 55.

[69] Antonio Duplá lembra que o ideário falangista também valorizou o imperialismo romano, na medida em que a etapa de dominação romana teria consubstanciado «[…] la primera experiencia unitaria de la historia de España […]» (DUPLÁ, 2002: 189).

[70] «[…] Few of them agreed about what particular period should be seen as the primeval Golden Age. For García y Bellido the roots of the nation could be found with the Iberians, with the sculpture of the Dama de Elche representing the first Spanish lady […]. Alberto de Castillo, however, looked back at the Beaker period […], whereas Martínez Santa-Olalla thought that the Atlantic Bronze Age […] represented the historical origin of Spain. Opportunism is an issue we need to consider here, as in all three cases the primeval origin of the Spanish nation was that period with which these archaeologists were most familiar. […]» (DÍAZ-ANDREU & RAMÍREZ SÁNCHEZ, 2004: 126).

[71] DÍAZ-ANDREU, 2003: 55.

arqueologia terem visto a sua atividade cunhada pelo peso dos regimes. Assim, no quadro do franquismo, houve tendência para favorecer aqueles que, utilizando o poder alcançado, colocaram a arqueologia ao serviço do governo, moldando-a e adequando-a às suas necessidades. É neste contexto que a figura de Martínez Santa-Olalla adquire proeminência: «camisa velha», destacando-se entre os primeiros falangistas da ditadura, e substituto de Hugo Obermaier na cadeira de História Primitiva do Homem, em Madrid[72], foi colocado na liderança da *Comisaría General de Excavaciones Arqueológicas* (CGEA), instituição responsável pela administração estatal da disciplina, criada na sequência da guerra civil[73].

E o que imediatamente ressalta de uma análise à atuação da *Comisaría* nos anos da ditadura franquista prende-se com o carácter populista que lhe foi conferido. Aliás, a indicação para comissários locais e provinciais de figuras sem formação académica em arqueologia[74] parece ter sido inspirada no modelo reproduzido pelas *SS*. A tal não terá sido alheia a influência exercida nesse sentido precisamente por Santa-Olalla, pois ainda que o período em que viveu na Alemanha e durante o qual foi leitor de espanhol na Universidade de Bonn tenha precedido a plena ascensão do regime nacional-socialista, o domínio da língua e os contactos que deixou tecidos terão servido como canal para se manter a par dos desenvolvimentos que iam sendo produzidos naquele país[75]. Com efeito, nos anos que lá passou chegou a estabelecer contacto com Gustav Kossinna, talvez por intermédio de Bosch Gimpera, que fora seu aluno, daí que o interesse que acabou por nutrir pelos indo-europeus possa ter sido despertado nessa altura[76]. Na verdade, a evolução intelectual de Santa-Olalla dificilmente poderá ser desvinculada do seu pendor germanófilo e da atenção com que ia seguindo os acontecimentos na Alemanha. Mas, ainda que a sua focalização nos mundos celta e visigótico se torne evidente a partir de 1931[77], seria apenas em 1940 que, numa conferência proferida na Universidade de Berlim acerca da «indo-europeização» da Espanha, se tornaria perfeitamente claro que, na sua ótica, o conceitos de indo-europeu e o de ariano possuíam inequívocos pontos de proximidade[78].

---

[72] «[…] desde 23 de Octubre de 1939, Martínez Santa-Olalla pasó a detentar la cátedra provisional de Historia Primitiva del Hombre. Además, en la solicitud de la cátedra que presentó Martínez Santa-Olalla, el mismo se consideraba 'el más capacitado para ella y el que mayores méritos y derechos de todo orden podía presentar' […]» (MEDEROS MARTÍN, 2003-2004: 28).

[73] DÍAZ-ANDREU, 2003: 57; DÍAZ-ANDREU & RAMÍREZ SÁNCHEZ, 2004: 110; 124.

[74] «[…] most of the provincial and local commissars were amateurs with other jobs and no professional training in archaeology […]» (DÍAZ-ANDREU & RAMÍREZ SÁNCHEZ, 2004: 118); «[…] the CGEA isolated itself from the professional world and increasingly relied on no-professionals for the management of archaeology. Meanwhile, archaeologists working in the universities and museums were marginalized and prevented from conducting fieldwork. […]» (DÍAZ-ANDREU & RAMÍREZ SÁNCHEZ, 2004: 124).

[75] DÍAZ-ANDREU, 2003: 46.

[76] MEDEROS MARTÍN, 2003-2004: 15.

[77] DÍAZ-ANDREU, 2003: 47, nota 8.

[78] «[…] El Bronce Final es la clave de su propuesta, no sólo porque define por primera vez un Bronce Atlántico, sino por la interrelación que establece con el poblamiento ario de la Península Ibérica hasta culminar con 'la completa arización de España' […]» (MEDEROS MARTÍN, 2003-2004: 42).

Ora, dificilmente poderíamos abordar os estudos efetuados em torno da presença visigótica em Espanha sem nos determos nesta figura. De qualquer modo, é importante realçar que não foi apenas o facto de Santa-Olalla conhecer a fundo a estrutura da investigação desenvolvida na Alemanha da época, que o incitou a procurar transpô-la para a *Comisaría*. Havia um outro ponto de ligação crucial: a afinidade ideológica[79].

Passemos então em revista a atividade de Santa-Olalla, tomando como ponto de partida o ano de 1931. Foi então que começou a debruçar-se sobre a «arte móvel» atribuída aos visigodos; no entanto, só com as escavações que levaria a cabo nas necrópoles de Herrera de Pisuerga (Palência) e Daganzo de Arriba (Madrid), cujos resultados publicou em 1933 e 1936, respetivamente, as suas pesquisas prévias granjeariam outro impacto. Com efeito, até esse momento, os trabalhos de campo que, em Espanha, haviam sido consagrados àquele âmbito, eram ainda incipientes[80]: havia apenas a sinalizar os executados em 1924 por Cayetano de Mergelina na necrópole de Carpio de Tajo (Toledo), mas que viriam a ser trazidos à luz quase nos finais da década de quarenta, a par dos que decorriam em paralelo aos de Santa-Olalla em Piña de Esgueva (Valladolid), dirigidos por Antonio Tovar[81].

Em 1934, o ano em que era lançado *Die Grabfunde aus dem spanische Westgotenreich*, da autoria de Hans Zeiss[82], Santa-Olalla assinou um artigo que intitulou *Notas para un ensayo de sistematización de la arqueología visigoda en España, Períodos Godo e Visigodo*[83] e, ainda antes do seu termo, foi nomeado correspondente do *Deutsches Archäologisches Institut* e convidado a participar numa conferência a realizar na Universidade de Berlim, onde seriam debatidos temas da arqueologia visigótica. Já antes, porém, e conforme atestado nas atas de uma reunião da *Sociedad Española de Antropología, Etnografía e Prehistoria*, que tivera lugar em 1932, se tornara evidente a preocupação manifestada por Santa-Olalla relativamente ao esquecimento em que caíra a arqueologia germânica peninsular, situação que, na sua opinião, começava a dar sinais de inflexão, até porque ele próprio projetava integrar

[79] GRACIA ALONSO, 2009: 294.

[80] Já em termos de publicações, há que registar que a obra de Nils Åberg, *Die Franken und Völkerwanderungszeit*, fora editada em 1922. Nela se encontra reunida vasta documentação relativa a adornos pessoais, e se incluem placas de cinturão recolhidas na Meseta castelhana, sendo que a «novidade» do trabalho se prende com o facto de o autor apresentar não apenas as peças tradicionalmente consideradas como típicas dos visigodos, mas igualmente as inseríveis em cronologias mais avançadas, dos finais do século VI ao longo do VII. Anteriormente, apenas A. Götze procurara sistematizar aquele tipo de peça, num ensaio muito simples, trazido à luz em 1907 (RIPOLL LÓPEZ, 1998: 34).

[81] MEDEROS MARTÍN, 2003-2004: 17-18.

[82] Na opinião de Ripoll López, «[es] la primera incursión realmente importante en el tema […]. Se trata de un excelente catálogo, elaborado con gran minuciosidad, que recoge y ordena todo el material conocido hasta el momento de su publicación […]. En la síntesis propuso una clasificación tipológica y cronológica de los objetos. Aún hoy en día, el catálogo de Zeiss es de inestimable valor, pero desgraciadamente insuficiente, ya que con el paso del tiempo, el numero de hallazgos se ha cuadruplicado o quintuplicado. […]» (RIPOLL LÓPEZ, 1998: 34-35).

[83] Acerca deste trabalho, afirma Ripoll López «[…] Los intentos de sistematización de Julio Martínez Santa-Olalla deben ser también mencionados, aunque no modificaron la situación de la arqueología funeraria peninsular, sino que, en realidad, han quedado como una fusión de las aportaciones de A. Götze y Hans Zeiss. […]» (RIPOLL LÓPEZ, 1998: 35).

o referido domínio de estudo na cadeira de Historia Primitiva do Homem, que se preparava para lecionar na Universidade Central[84].

Entre 1932 e 1940 deu à estampa diversos trabalhos especificamente dedicados às fíbulas visigóticas, alguns dos quais acabaram vertidos para língua alemã. Todavia, em 1941, ano da primeira edição da obra *Esquema Paletnológico de la Península Hispánica*[85], foi forçado a reconhecer que parte dos objetos que publicara em 1936 e 1940, e que se supunha oriundos das províncias da Extremadura e Castilla – La Mancha não passavam, afinal, de falsificações. Este episódio revelou-se crucial: ao minar o prestígio e autoridade do Comissário Geral, acabaria por ditar o abandono da linha de produção bibliográfica a que se vinha dedicando[86] e por determinar um claro desvio de interesses, que o levou posteriormente a focar-se, por exemplo, nas temáticas norte-africanas. Até ao afastamento, porém, não só a sua ação no campo da arqueologia visigótica continuaria a granjear forte impacto e a desencadear inequívocas repercussões como, por outro lado, permaneceria regida por motivações ideológicas bem vincadas[87]. Com efeito, entre os meses de agosto e setembro de 1941, o ano em que o caso das falsificações foi trazido a lume, Santa-Olalla dirigiu a escavação de quatrocentos sepulcros na necrópole visigótica de Castiltierra, trabalho em que contou com a colaboração de Joachim Werner, docente na Universidade de Tübingen e que se achava em Segóvia em representação do *Deutsches Archäologisches Institut* e do *Seminario da Universidad de Marburg*[88]. Ora, a importância de que esta intervenção se revestia para o falangista não decorria somente da escala exponencial da campanha. Já em 1931, e a respeito da necrópole de Castiltierra, escrevera: «[es] la más rica de España, en la que se han destruido más de quinientas sepulturas, y que constituye una de las mayores vergüenzas para la arqueología española. […]»[89]. Constata-se, portanto, que a atenção que Santa-Olalla lhe votava vinha já de trás, pelo que não deixa também de ser significativo que esta escavação tenha sido a primeira a que deu seguimento a partir da *Comisaría General*[90], e que parte dos fundos

[84] MEDEROS MARTÍN, 2003-2004: 18.

[85] Publicado originalmente na *Corona de Estudios que la Sociedad Española de Antropología, Etnología y Prehistoria dedica a sus mártires* (Consejo Superior de Investigaciones Científicas), viria a conhecer 2.ª edição em 1946, através do *Seminario de Historia Primitiva del Hombre*.

[86] «[…] El abandono de la investigación visigótica por Martínez Santa-Olalla será cubierto por otros investigadores, tanto desde los comisarios provinciales, caso de la excavación de la necrópolis visigoda de Duratón (Segovia) entre 1942-43 por Antonio Molinero Pérez (1948), yacimiento conocido desde 1929, o la realizada por Mª Victoria Martín Rocha del Seminario de Historia Primitiva en la necrópolis de Villel de Mesa en 1945, financiadas por Sáez Martín. […]» (MEDEROS MARTÍN, 2003-2004: 19-20).

[87] MEDEROS MARTÍN, 2003-2004: 18; GRACIA ALONSO, 2009: 313-314.

[88] «[…] El carácter político de su viaje se concretó en la visita a la tumba de José Antonio [Primo de Rivera] el 8 de septiembre. No era la primera visita de Werner a Madrid. A principio de agosto, y acompañado siempre por Martínez Santa-Olalla, recurrió dos museos del Prado y Arqueológico Nacional, deteniéndose especialmente en las colecciones visigodas, objetivo preferencial del interés de *Das Ahnenerbe* […]» (GRACIA ALONSO, 2009: 304).

[89] MEDEROS MARTÍN, 2003-2004: 18.

[90] «[…] La propia CGE en el informe previo a la concesión de subvenciones informó positivamente una ayuda de 10.000 pesetas "dada su importancia, interés político e conveniencia de imprimirles un ritmo acelerado, por lo que estas excavaciones

utilizados tenha sido facultada pelo Ministerio del Movimiento, tutelado por José Luis de Arrese y Magra, amigo pessoal de Santa-Olalla, com cargos de responsabilidade na Falange Espanhola Tradicionalista (FET) e no ramo político do Movimento Nacional (JONS)[91]. Igualmente revelador é o facto de a intervenção levada a cabo em Castiltierra consubstanciar a primeira colaboração de vulto entre a *Comisaría* e a *Ahnenerbe*, circunstância que motivou José Luis de Arrese a endereçar ao *Reichsführer-SS* Heinrich Himmler e ao *SS-Sturmbannführer* Wolfram Sievers, um convite especial para que visitassem aquele sítio emblemático durante os trabalhos, proposta que justificou nos seguintes termos: «[…] para demonstrar la camaradería de falangistas e nacional socialistas en el terreno científico y de manera especial en el estudio de nuestros comunes problemas culturales y raciales […]»[92]. Todavia, o facto de muitos dos membros das equipas de arqueologia integradas em instituições alemãs terem sido canalizados para o leste europeu de forma a, na esteira do avanço do exército em território soviético, intervirem no terreno, acabou por conduzir à recusa do convite formulado por Arrese[93]. Em contrapartida, a Castiltierra chegariam dois *SS-Obersturmführers*, enviados pela embaixada alemã em Madrid, aos quais coube confirmar a extensão e relevância imputada à necrópole[94].

Alguns dos mais notáveis conjuntos então exumados em estruturas sepulcrais de Castiltierra acabariam por escapar à esfera do estado espanhol: dois deles seriam remetidos para a residência do próprio José Luis de Arrese; outros, por seu turno, seguiriam para a secção do Património Antigo da *SS-Ahnenerbe*, onde se esperava que fossem consolidados e restaurados[95]. Com efeito, Santa-Olalla assim o acordara com os seus colaboradores. Todos, aliás, pareciam concordar que em Espanha não estavam reunidas condições apropriadas para levar a cabo os procedimentos necessários, sobretudo no que se referia à conservação dos objetos de bronze. Gracia Alonso nota, contudo, que este foi apenas um dos capítulos de uma dispersão que persiste ainda[96]. Regista, além do mais, que a receção do acervo na

deberán ser dirigidas directamente por la Comisaría General de las Excavaciones Arqueológicas" […]» (GRACIA ALONSO, 2009: 304).

[91] Mederos Martín 2003-2004: 19.

[92] GRACIA ALONSO, 2009: 303.

[93] «[…] el *Reichsführer* respondió a Arrese el 4 de agosto de 1941 agradeciendo la invitación para unos trabajos que "[…] iluminarán y fortalecerán las relaciones existentes hoy entre nuestros dos pueblos […]", prometiendo ayuda para cuando finalizasen las operaciones militares en curso […]» (GRACIA ALONSO, 2009: 303.

[94] GRACIA ALONSO, 2009: 303-304.

[95] MEDEROS MARTÍN, 2003-2004: 19.

[96] A este propósito, Gracia Alonso cita Tobias Springer, conservador do *Germanisches Nationalmuseum*, onde materiais oriundos de Castiltierra terão chegado a estar depositados: «[…] El 24 de Agosto de 1952, Wilhelm Reinhart ofreció piezas de Castiltierra que, según él mismo, había comprado en el lugar en 1938 y 1939. No se compraron las piezas. […] En Nueva York se subastaron objetos de Castiltierra. El prof. Hans Zeiss, en su obra *Die Grabfund aus dem Westgotenreich*, publicó en 1934 objetos de diversas colecciones privadas […] En las excavaciones de 1941 colaboró con Martínez Santa Olalla, Juan García alias El Sordo, un comerciante de antigüedades al que el Museo de Barcelona compró objetos de dicho yacimiento. […]» (GRACIA ALONSO, 2009: 305-306).

Alemanha foi seguida de uma série de incidentes e peripécias, alguns dos quais permanecem por clarificar totalmente. Todavia, tudo indica que às dificuldades sentidas na concretização do trabalho proposto não foram alheios o mau estado de preservação das peças, em parte decorrente dos meios desajustados que acabaram por ser selecionados para efetuar a expedição a partir de Espanha. Mas também a completa ausência de informação disponibilizada acerca dos artefactos se constituiu como óbice[97]. Por estes e outros motivos, a «saga» que envolveu o tratamento dos materiais recolhidos em Castiltierra, primeiro em Berlim, e depois noutros locais, de Viena à Baviera, só terminaria em 1944, depois de uma intensa pressão diplomática, com a devolução dos objetos a Espanha[98].

Há ainda que registar que a campanha «oficial» de 1941 foi precedida de outras intervenções[99]. Uma delas decorreu em outubro de 1940, tendo sido conduzida por Pérez de Barradas e Domingo Fletcher Valls, às ordens de Santa-Olalla. A rapidez com que foi decidida e cumprida no terreno, com a ajuda de operários de uma aldeia próxima, tinha uma explicação: Himmler encontrava-se em Madrid, tendo então surgido a ideia de incluir no «programa de los actos que han de celebrarse con motivo de la visita a España de S.E. el *Reichsführer-SS* y jefe de la policía alemana D. Heinrich Himmler», uma passagem pela necrópole de Segóvia. Escassos dias antes, Santa-Olalla, que enquanto falangista bem posicionado e conhecedor da língua alemã integrara a comitiva encarregada de acompanhar Himmler[100], considerou que seria de grande interesse apresentar-lhe algumas sepulturas já escavadas, daí a entrada em cena de Pérez de Barradas e Fletcher Valls. Incumbidos da tarefa, os dois prepararam sepulcros e esqueletos a grande velocidade. Ao mesmo tempo, eram trazidos das aldeias próximas os habitantes mais altos e louros que fora possível encontrar. Assim, aquando da chegada de Himmler a Castiltierra, a presença destes camponeses permitiria demonstrar ao chefe da polícia alemã a suposta «continuidade racial dos visigodos na província de Castela». Todavia, e malgrado os «esforços» empenhados na composição deste cenário, o «programa» delineado ficaria por cumprir:

---

[97] «[…] los problemas con los materiales empezaron muy pronto. Un informe interno de 5 de Febrero de 1942 indica que el estado de conservación de las piezas era muy deficiente debido al pésimo sistema de embalaje empleado, llegando incluso un anillo fuera de las cajas. Schütrumpf empezó a trabajar con ellos […], pero se encontró con una nueva dificultad: Martínez Santa Olalla no había enviado adjunto ningún tipo de documentación, por lo que el laboratorio decidió no iniciar los trabajos. […]» (GRACIA ALONSO, 2009: 306).

[98] GRACIA ALONSO, 2009: 305-308.

[99] MEDEROS MARTÍN, 2003-2004: 19.

[100] «[…] al que acompañó en sus visitas a El Escorial para visitar la tumba provisional de José Antonio [Primo de Rivera] y al Alcázar de Toledo, actos organizados por el jefe de la policía española […], y posteriormente a los museos del Prado y Arqueológico Nacional cuyas colecciones interesaron especialmente a Himmler. […] se detuvo especialmente en las colecciones de escultura ibérica e arte visigodo. Martínez Santa-Olalla le regaló un broche visigodo del siglo VI, y el Conde de Mayalde una reproducción de la Dama de Elche. Dos días después, Blas Taracena explicaría la visita a los miembros del patronato del MAN, destacando el interés y la felicitación del visitante por las instalaciones del museo, y su "curiosidad científica y sólida preparación ante los restos visigodos y gráficos de la época de la emigración de los pueblos germánicos". […]» (GRACIA ALONSO, 2009: 296).

provavelmente em razão das fortes chuvas que assolaram a capital, Himmler acabaria por permanecer em Madrid[101]. Este episódio é, na verdade, muitíssimo revelador. Por um lado, permite comprovar que o «rigor» que se esperaria subjacente a uma intervenção desenvolvida num sítio considerado paradigmático, facilmente era preterido se outros valores, de ordem política ou ideológica, se levantassem. Por outro, é plenamente ilustrativo da manipulação ativa da realidade: o facto de, diligentemente, se ter decidido procurar, entre os castelhanos das redondezas, homens que se coadunassem com o «tipo» ariano, no intuito de atestar a ideia da perpetuação rácica, é bastante esclarecedor. No entanto, esta circunstância não deixa de levantar uma questão que se nos afigura premente: afinal, até que ponto os próprios defensores das teorias então disseminadas as julgavam efetivamente válidas?

Constata-se, portanto, a densidade das teias que, ao longo da década de trinta e primeiros anos da de quarenta, foram tecidas ao nível das práticas arqueológicas desenvolvidas por instituições e personalidades dos dois países. Daí que, na opinião de Mederos Martín, não seja possível desvincular o incremento da investigação em torno da «Espanha visigótica» do impulso produzido pela Alemanha nacional-socialista[102]. Não há como negar o entrelaçamento progressivo de relações. No caso de Santa-Olalla, foi sobretudo a partir de 1939 que logrou estreitar as que iniciara com a *Ahnenerb*e em 1938, talvez por alturas de uma viagem à Alemanha[103].

Mas neste contexto, há igualmente que salientar a resolução, tomada em 1940, de criar uma sede do *Deutsches Archäologisches Institut*, em Madrid, cujo objetivo último era muito claro: fomentar o desenvolvimento dos «estudos germânicos» no tempo das invasões. É certo que só em 1943 e então sob a direção de Helmut Schlunk, medievalista nomeado para o cargo, o Instituto estaria a funcionar plenamente. Nessa altura, porém, já Franco dava sinais de procurar distanciar-se da Alemanha, até porque o curso da Guerra começava a ser-lhe desfavorável e, neste sentido, o cenário internacional impunha uma inflexão da política que vinha sendo seguida. No entanto, tal não significa que as relações entre os dois países tenham sido interrompidas: apenas se tornaram mais discretas. Com efeito, ainda em 1943, esperava-se que José Luis de Arrese partisse para Berlim, onde deveria reunir-se com A. Hitler, J. von Ribbentrop e J. Goebbels[104]. Por outro lado, também as ligações de Santa-Olalla com a *Ahnenerbe* e, em particular, com Wolfram Sievers, se mantiveram constantes até ao final da Guerra. E, convém notá-lo, mesmo após 1945 e no quadro das importantes

[101] «[…] Como pudieron, y más mal que bien, consiguieron abrir una serie de tumbas y preparar los esqueletos, pero al llegar a su alojamiento […] por la noche se enteraron de la suspensión de la visita: "Himmler no viene, no sé si porque ha llovido mucho en Madrid o porque Julio [Santa-Olalla] sea idiota. Esto y lo otro son posibles. (Mañana) por la noche viene un auto a buscarnos, así que no tendré tiempo ni para levantar los objetos y los esqueletos con cierto orden. Y a esto llaman excavaciones! […]" […]» (GRACIA ALONSO, 2009: 297).

[102] MEDEROS MARTÍN, 2003-2004: 19.

[103] GRACIA ALONSO, 2009: 293.

[104] MEDEROS MARTÍN, 2003-2004: 19; 34-35.

mudanças geopolíticas que se fizeram sentir, Santa-Olalla permaneceu fiel quer às amizades que firmara na Alemanha, quer à ideologia que o norteara[105].

Ao analisar o conjunto de dados disponíveis, Díaz-Andreu e Ramírez Sánchez concluíram que a situação em Espanha, ao nível do tipo de sítio escavado e das subvenções estatais concedidas para empreender trabalhos de campo, não divergiu substancialmente no período que precedeu e no que se seguiu à Guerra Civil espanhola. Ainda assim, houve um ponto de viragem a assinalar, marcando a diferença entre ambas as fases. Com efeito, na década de quarenta, e contrariamente ao documentado antes da Guerra Civil, atribuíram-se importantes fundos à escavação de duas estações da Idade do Ferro, Azaila (Teruel) e Sanchorreja (Ávila), ao mesmo tempo que se incrementou o número de intervenções levadas a cabo em estações visigóticas. Os autores veem nesta nova dinâmica um indício de motivações políticas, até porque a Idade do Ferro e a chamada «época das migrações» possuem um denominador comum: o de pressuporem a penetração de grupos forâneos oriundos da Europa Central na Península Ibérica. Não obstante e, atendendo ao facto de os fundos outorgados às necrópoles visigóticas de Castiltierra, Yecla e Herrera de Pisuerga não serem particularmente significativos, quando cotejados com os valores adjudicados para a escavação de sítios inseríveis noutras cronologias leva-os, por outro lado, a refrearem o impacto dessa politização. De qualquer modo, a colaboração que Santa-Olalla manteve com arqueólogos alemães e com a *Ahnenerbe*[106] ilustra de forma exemplar a tessitura de relações, não só políticas, mas também ideológicas, que foram sendo alimentadas nos anos da ascensão e pleno vigor do nacional-socialismo alemão. E, neste contexto, o episódio de Castiltierra[107] é paradigmático, pois além do mais demonstra claramente que a manipulação da investigação arqueológica é especialmente vincada em tempos mais agitados e de maior tensão[108].

Os moldes em que Martínez Santa-Olalla tutelou e organizou a arqueologia entre 1939 e 1955, período durante o qual se eternizou na administração da *Comisaría*[109], acabaram por ser encarados como pouco fiáveis, daí que muitos profissionais optassem por se afastar, temendo ficar associados ao nome do falangista, que terá «caído em desgraça» e sido relegado para um crescente isolamento, quer em razão da falta de tato político que foi manifestando, quer pelo facto de ter suscitado disputas e querelas com muitos dos seus colegas de profissão[110]. Aliás, é interessante constatar que, já em 1942, as polémicas que o envolviam chegaram a ser evocadas na correspondência trocada entre membros da cúpula

[105] GRACIA ALONSO, 2009: 294; 319.

[106] DÍAZ-ANDREU & RAMÍREZ SÁNCHEZ, 2004: 120.

[107] «[…] What most applications of archaeological research to the construction of a political present have in common is that make expedient use of the data available. Information which is favorable to the political agenda in question is emphasized, evidence which does not support that agenda is marginalized or suppressed. In some cases, evidence is fabricated. […]» (ARNOLD, 1997-1998: 238-239).

[108] ARNOLD, 1997-1998: 249.

[109] DÍAZ-ANDREU & RAMÍREZ SÁNCHEZ, 2004: 110.

[110] DÍAZ-ANDREU, 2003: 57.

das *SS*[111]. Não admira pois que, em 1955, anos passados, com a perda de influência interna dos falangistas e a ascensão dos grupos católicos, em especial da *Opus Dei*, estivesse preparado o terreno para uma inflexão no equilíbrio de poder até então vigente, a qual passou pela extinção da *Comisaría* e pela criação de uma nova instituição, o *Servicio Nacional de Excavaciones Arqueológicas*[112].

Santa-Olalla, figura controversa, marcou indelevelmente a arqueologia da Antiguidade Tardia em Espanha. E se em 1934 defendeu que com os visigodos se atingira a plena unificação peninsular, tese defendida, entre os investigadores alemães, por W. Reinhart[113], que via nos visigodos os instituidores de um «estado nacional»[114], ainda recentemente a tendência para procurar discernir as origens de Espanha enquanto «nação» podiam ser encontradas, por exemplo, em Menéndez Pidal, que para o demonstrar recorreu a diversas fontes: aos escritos produzidos por autores da Antiguidade, como Estrabão ou Tito Lívio, que salientaram o carácter individualista dos iberos, ou a Paulo Orósio, que realçou a unidade da *Hispania*. Por seu turno, aos godos atribuiu Menéndez Pidal um papel unificador fundamental, na medida em que estes se assumiriam como «[…] los barbaros más romanizados, poseídos de la idea romana del Estado como factor del bien y la justicia para la total comunidad de sus súbditos […]»[115].

Na perspetiva de M. Díaz-Andreu, os modelos histórico-culturalistas que se impuseram no decurso dos anos vinte, a par do pensamento empírico e das interpretações etnoculturais, condicionaram fortemente a evolução da investigação em Espanha, tendo persistido sobretudo até à década de setenta; no entanto, talvez se possa considerar que,

---

[111] «[…] el *SS-Obersturmführer* Dr. Kurt Willvonseder remitía desde Viena un informe a Sievers […]. En el […] detalla una serie de cuestiones que minan el prestigio y la imagen del comisario general. El primer punto se refiere al citado caso de las falsificaciones de piezas visigodas en España. […] Además, y como núcleo de su nota, transmite a Sievers las informaciones y opiniones que Oswald Menghin ha obtenido sobre la situación y estructura de la investigación arqueológica en España de boca de Martin Almagro. En síntesis, dichas informaciones indicaban que Martínez Santa Olalla había perdido el apoyo del Ministerio de Educación para sus trabajos, e había granjeado la animadversión de muchos investigadores "a causa de su afán por estar en toda circunstancia en primer plano" […]; y se le recriminaba "haber acusado de intrigas desleales al Prof. H. Obermaier, que hasta el estallido de la guerra civil española ocupaba la cátedra de prehistoria de la Universidad de Madrid" […]» (GRACIA ALONSO, 2009: 313-314).

[112] DÍAZ-ANDREU & RAMÍREZ SÁNCHEZ, 2004: 110; 122.

[113] Em Espanha, W. Reinhart publicou regularmente artigos no *Archivo Español de Arqueología*, sobretudo na década de quarenta. Já em 1952, numa edição do Seminario de Historia Primitiva del Hombre, dava à estampa a obra intitulada *Historia general del reino hispánico de los Suevos*. Em Portugal, Reinhart assinou um estudo dedicado à numismática sueva e visigótica em 1942. E, a propósito das afirmações supracitadas de Mederos Martín, convém atentar em algumas observações produzidas pelo autor alemão nesse breve estudo: «Em tempos históricos, a primeira conquista de territórios ibéricos por povos nórdicos realizou-se com a invasão dos vândalos, suevos e alanos […]. Meio século mais tarde, os visigodos submeteram o restos da Península. Êstes sucessos foram de importância extraordinária; pondo fim ao domínio romano, com êles começou nova época da história da Ibéria. […]» (REINHART, 1942: 5); «[…] Os visigodos conseguem pela primeira vez na história a unificação da Península ibérica sob o seu domínio e isto foi acompanhado de certa elevação do nível cultural, como se depreende da massiça cunhagem de moedas de oiro em cêrca de 80 diferentes lugares do reino. […]» (REINHART, 1942: 8).

[114] MEDEROS MARTÍN, 2003-2004: 20.

[115] DUPLÁ, 2002: 176-177.

de certa forma, continuam a subsistir[116], daí a forte resistência erguida à penetração das correntes teóricas anglo-saxónicas[117]. Já na opinião de Vizcaíno Sánchez, alguns dos problemas de que o estudo do mundo funerário da Antiguidade Tardia se ressente ainda decorrem do facto de muitas das intervenções de campo levadas a cabo terem respondido a inquéritos, pressupostos e metodologias que, atualmente, não seriam aceitáveis. E, como exemplo, cita as escavações realizadas nas grandes necrópoles visigóticas da Meseta, sobretudo ao longo das décadas de 30 e 40 do século passado[118]. Tal não invalida, porém, que muitos e importantes desenvolvimentos tenham entretanto sido alcançados. A este propósito, é incontornável fazer referência ao imenso labor protagonizado por Pere de Palol i Salellas. Formado na Universidade de Barcelona, onde lecionou, antes de transitar para a de Valladolid, por um período de catorze anos, findo o qual retornaria a «casa», devotou o seu interesse à Antiguidade Tardia e, em particular, à arqueologia cristã e ao mundo visigótico. Escavou em sítios que se inseriam neste universo e produziu uma ampla obra escrita que atravessa várias décadas: iniciada nos anos quarenta, continuaria a ser construída até aos inícios dos noventa[119] e encontra hoje, em Gisela Ripoll López, uma prolífica prosseguidora[120].

Haveria muitos outros autores a mencionar, pelo que assentimos que o panorama que procurámos traçar, no intuito de explicar as raízes e condicionantes que moldaram uma linha de pensamento e a produção de um determinado *corpus* bibliográfico, deixou por referenciar outros nomes e obras. No entanto, o facto de o «nascimento» de uma «tradição» de estudos dedicados ao período e tema em análise, que são o cerne da presente dissertação, ser indissociável do enquadramento descrito afigura-se-nos fulcral para o esforço de compreensão da evolução do pensamento subjacente.

Já no intento de ilustrar o panorama atual, destacamos as várias edições da *Zona Arqueológica*, uma publicação do *Museo Arqueológico Regional* (Alcalá de Henares) que tem sido regularmente trazida a lume, chamando igualmente a atenção para a tendência referida por alguns autores, relativamente ao incremento das perspetivas que privilegiam os cenários de imperturbável continuidade, extensíveis desde o Baixo Império ao século VII[121],

[116] Veja-se também a opinião de A. Duplá acerca desta questão: «[…] Algunos efectos de la etapa anterior perduran, no obstante, como lastre que tardará en soltarse. Me refiero, por ejemplo, a la pérdida irreparable de varias décadas respecto al desarrollo historiográfico de otros países o a la pervivencia de ciertos hábitos académicos jerárquicos y clientelares poco proclives a la crítica y al debate. Posiblemente ahí resida el alcance último del franquismo. […]» (DUPLÁ, 2002: 190).

[117] DÍAZ-ANDREU, 2004: 54.

[118] VIZCAÍNO SÁNCHEZ, 2007 [Ed. 2009]: 535.

[119] Dada a magnitude dos títulos de que é autor, optamos por destacar dois, pela importância de que se revestiram: *Esencia del Arte Hispánico de Época Visigoda: Romanismo y Germanismo* (1956) e *L'art en Espagne: du royaume wisigoth a la fin de l'époque romane* (1967).

[120] Realçamos duas das obras assinadas por Ripoll López: *La Necrópolis Visigoda de el Carpio de Tajo (Toledo)*, publicada em 1985 e *Toréutica de la Bética (siglos VI y VII D.C.)*, em 1998.

[121] Vizcaíno Sánchez fornece como exemplo a leitura proposta por González Villaescusa para a região valenciana (VIZCAÍNO SÁNCHEZ, 2007 [Ed. 2009]: 539).

no que, como tivemos oportunidade de registar, configura uma realidade crescentemente dominante à escala europeia.

Finalmente, não poderíamos dar por terminado este subcapítulo dedicado à investigação em Espanha sem realçar os contributos cruciais recentemente introduzidos por um conjunto de investigadores. Os trabalhos elaborados por autores como Vigil Escalera-Guirado[122], Iñaki Martín Viso[123], Juan Antonio Quirós Castillo[124] e Carlos Tejerizo García[125], marcados pela reflexão pertinente em torno dos paradigmas historiográficos, e que incorporam os resultados de intervenções de campo regidas por metodologia rigorosa, têm permitido avanços qualitativos de fundo e olhares renovados sobre as modalidades de ocupação dos sítios, sobre as relações entre áreas dos vivos e espaços mortuários, e suscitado o desbravar de outros caminhos a trilhar na interpretação.

1.2.1. Investigações em Portugal

Não poderíamos tratar esta questão sem começar por tentar compreender em que medida algumas das ideias em voga a que tivemos já oportunidade de fazer menção se repercutiram em Portugal. E, neste sentido, somos levados a olhar em perspetiva para o século XIX.

A historiografia portuguesa do período que medeia entre 1834 e 1880, cuja base radica nos movimentos românticos, foi fortemente marcada pelo génio de Alexandre Herculano[126], personalidade que foi também um dos grandes «cultores e autoridades da língua», bem como escritor e tradutor[127]. Como vimos, na Europa de então, imbuída ainda da ideologia celebrada na Revolução Francesa, procurava delinear-se a «[…] história genética das nações que haviam nascido à sombra da Idade Média […]»[128].

O foco recaía, pois, na análise de temas vinculados ao aparecimento dos estados. Neste contexto, os tempos medievais afirmavam-se como um pilar primordial, o embrião que acabara por germinar, propiciando a «[…] libertação do homem moderno […]». Contrariando as perspetivas humanistas, cujo eco se propagara até ao despontar do Romantismo, e que na época medieval encontravam não mais que a escuridão da noite, os românticos olhavam agora para aquele período de forma distinta, nele discernindo a base da construção política da Europa, nas suas vertentes latina e cristã. Ora, os sentimentos patrióticos, que grassavam à época um pouco por todo o continente, exerceram um papel determinante nesta «reabilitação» do medievo, anteriormente tão imerso em conotações negativas: afinal, parecia possível

[122] VIGIL-ESCALERA GUIRADO, 2000: 223-252; 2006: 704-713.
[123] MARTÍN VISO, 2012: 31-63.
[124] QUIRÓS CASTILLO *et al.*, 2013: 215-232.
[125] TEJERIZO GARCÍA, 2011: 29-43; 2012: 37-49.
[126] SERRÃO, 1977: 81.
[127] MARQUES 2002, 412; 437; 439.
[128] SERRÃO, 1977: 81.

descortinar nesse passado as origens profundas e primordiais que permitiriam explicar o presente histórico[129]. Note-se, porém, que Herculano não pode ser descrito somente como romântico, na medida em que se afirmava, igualmente, como um homem do seu tempo, um liberal[130].

De qualquer modo, Herculano surge-nos como uma figura central nesse processo de «reabilitação» dos tempos medievais, e por várias razões. Por um lado, pelo facto de, ao estudar as instituições daquela época, ter concluído que o município constituiu o modelo de organização comunitária por excelência: concebido pelos romanos e conservado sob o domínio visigótico e árabe, desempenhara, na sua opinião, um papel fulcral na criação dos reinos que emergiram com a Reconquista Cristã. Por outro, é incontornável salientar que o seu nome se encontra indelevelmente associado a duas obras de fundo, cuja conceção deverá ser entendida à luz do objetivo basilar de proceder à «reconstituição» do passado nacional[131]: a *História de Portugal*, subdividida em quatro volumes; e a colossal compilação de documentos que dá pelo nome de *Portugaliae Monumenta Historica.* A proposta para levar a cabo tal empresa foi por ele apresentada perante a Academia em 1852 e nos seguintes termos: «[…] que se fizesse uma collecção de documentos relativos à história social e politica do nosso paiz desde o seculo viii até os fins do xv […]»[132]. Tendo sido aceite, foi cumprida e o *corpus* dos resultados publicado. Representa desde então uma fonte preciosa, de inestimável valor e, ainda que com algumas limitações inerentes, uma «[…] notável realização cultural […]», que expandiu de forma inexorável os estudos dedicados ao período medieval, aos quais abriu uma panóplia de caminhos, sobretudo porque levou a metodologia da investigação a apoiar-se num suporte documental[133].

É certo que muitas das posições defendidas por Alexandre Herculano, sobretudo para períodos mais recuados, não lograriam subsistir por muito tempo: as investigações levadas a cabo por autores como Martins Sarmento, Leite de Vasconcelos ou Mendes Correia, respetivamente, para os campos da Pré-história, Etnografia e Antropologia, acabariam por demonstrar a pluralidade subjacente ao elemento português e, em paralelo, por promover perspetivas renovadas em torno da questão «lusitana»[134].

Mas um outro ponto interessante a focar prende-se com a influência que o Romantismo exerceu na produção literária de Herculano. Para tal, é fundamental recorrer à obra intitulada *Eurico o presbítero*, «[…] em que o ideal romântico supera o real histórico […]»[135].

---

[129] SERRÃO, 1977: 81-82.

[130] «[…] Se a sua concepção medieva e a sua busca de uma definição secular para a origem da nação portuguesa o prendem ao movimento romântico, a valorização do homem como princípio e fim da sociedade política tornou-o um liberal de expressiva marca. Como pensador, Herculano foi mais romântico; como homem para quem a acção política tinha de orientar-se pelo culto estrénuo de uma doutrina, impôs-se pela segunda face. […]» (SERRÃO, 1997: 193).

[131] SERRÃO, 1997: 102; 121.

[132] SERRÃO, 1997: 122.

[133] SERRÃO, 1997: 125.

[134] SERRÃO, 1997: 104.

[135] SERRÃO, 1997: 183-184.

A ação inicia-se em pleno ocaso da monarquia visigótica, numa altura em que esta se apresentava já corrompida e periclitante[136]. Mas neste cenário de vício e decadência generalizada em que resvalaram os godos, «[…] algumas almas conservavam ainda a tempera robusta dos antigos homens da Germania […]»[137]. São atributos como este, que remetem para um forte vigor e coragem, que poderiam ser utilizados para caracterizar a sua personagem central, Eurico, um dos nobres da corte de Vitiza. Então abastado e poderoso, acabou por ver a sua vida transformada: ao ser impedido de consumar o seu amor por Hermengarda, filha de Favila e irmã de Pelágio, que viria a ser celebrizado pelas lutas na Reconquista Cristã, afastou-se do esplendor de Toledo e fez-se ordenar presbítero na longínqua e afastada Carteia[138]. No entanto, nos combates que acabou por se ver chamado a travar, no esforço de defender a *Hespanha* contra os «mouros», que haviam avançado até aos contrafortes das Astúrias, Eurico cumprira feitos heroicos, exacerbados na batalha de Covadonga onde, ao lado de Pelágio, ajudara a repelir o «invasor»[139] e, no fundo, a abrir caminho para a formação dos reinos cristãos. Eurico assume um papel chave, pois é através dele e dos que combateram a seu lado que, de uma certa forma, o desmoronado reino visigótico «perdura»[140].

Além de Herculano, essa figura incontornável que, interessada nas «origens» primordiais do país, valorizou o passado medieval e o elemento visigótico, muito embora sem o exaltar, até porque reconheceu as fraquezas de um poder que não resistiu ao embate árabe[141], cabe-nos olhar para as perspetivas enunciadas por um outro autor que, julgamos, importa aqui mencionar: Teófilo Braga. Se bem que fortemente adverso a algumas das posições defendidas por Herculano[142], sentia essa mesma necessidade de recuar no passado e de estabelecer os fundamentos da sua nação, que desde logo se diferenciavam e opunham aos

---

[136] «[…] A monarchia wisigothica procurou imitar o luxo do império que morrera, e que ella substituíra. Toletum quiz ser a imagem de Roma. Esta causa principal, ajudada por muitas outras, nascidas em grande parte da mesma origem, gerou a dissolução politica por via da dissolução moral […]» (HERCULANO, 1859: 3).

[137] HERCULANO, 1859: 4.

[138] HERCULANO, 1859: 9-11.

[139] HERCULANO, 1859: 294-297.

[140] «[…] Restituido pela desgraça a esse punhado de godos o antigo vâlor e energia, em quanto os arabes perdiam o primeiro nos ocios do triunpho, nos deleites de uma civilisação immensa, e malbaratavam a segunda nas luctas intestinas, os territorios e o poderio christão crescerem e prosperaram até o tempo d'Affonso III rei d'Oviedo […]» (HERCULANO, 2010 [1842]: 104).

[141] «[…] o imperio wisigodo desabou em ruinas ao embate violento do enthusiasmo e pericia dos arabes, e a policia e civilisação destes subsistiu nas Hespanhas a muito mais viciosa e incompleta civilisação dos godos, a reacção christã e europea contra a violencia maometana e asiatico-africana começou imediatamente. Desde a batalha do Chryssus ou Guadelete, em que expirou o imperio fundado por Theoderico e estabelecido em toda a Peninsula por Leovigildo, até o encontro de Canicas ou Cangas, em que se póde dizer nasceu o reino das Asturias, bem curto espaço mediou. […]» (HERCULANO, 2010 [1842]: 104).

[142] Um dos pontos de divergência radicava no problema da existência de uma «raça portuguesa»: «[…] Existe de facto uma raça portugueza? A esta pergunta, respondeu Alexandre Herculano negativamente, considerando a Lusitânia um território differente do de Portugal, e o *Lusos* umas tribus barbaras, com quem o povo portuguez nada tinha de commum, por ser um elemento adventício, transplantado das Asturias e do reino de Leão; que pretender relacionar os dados de Strabão sobre os Lusitanos com os portiiguezes, era uma preoccupaçao heráldica dos humanistas do século XVI. Como poderia o historiador comprehender o individualismo ethnico de Portugal? […]» (BRAGA, 1909: 11-12).

do país vizinho: «[…] Se a historia da Hespanha começa com o dominio dos Romanos, a formação da sociedade moderna começa com o império visigotico. É esta propriamente a importância do elemento germânico. A continuidade das invasões fez com que a banda guerreira e a banda agricola eguaes como homens livres (*werh-rnan*) se differenciassem, prevalecendo os homens de armas sobre a decadência da outra classe, que se foi misturando com as populações vencidas, do colonato romano […]»[143].

Claramente imbuído do espírito do tempo, preocupara-se em definir a «base etnológica da nacionalidade», seguindo um objetivo concreto: estabelecer as fundações de uma teoria da literatura, que pressupunha que a força da escrita característica de cada povo se encontrava intimamente ligada à vitalidade da sua raça[144]. E, a propósito da narrativa «histórica» das origens do país, a questão da raça, precisamente, é amplamente abordada, e sempre devidamente acompanhada da enunciação de juízos em torno da pureza e superioridade de algumas tribos e povos[145]. Já outros, por seu turno, eram apresentados como detentores de não mais que caracteres negativos: de fracas qualidades morais a rasgos físicos descritos em termos pouco elogiosos, muito embora «apoiados» nos dados «científicos» proporcionados pela Antropologia[146].

De qualquer modo, e se bem que reconhecendo aos visigodos o desempenho de um papel importante, nomeadamente na «[…] fácil assimilação da cultura latina […] emquanto á unidade imperial e emprego da lingua dos Códigos e nos tribunaes. […]»[147], foi no moçarabismo que Teófilo Braga identificou o elemento primordial da nação portuguesa, justificador de uma evidente singularidade etnológica. O moçárabe surgia-lhe como fruto da combinação do «godo-lite»[148] e do árabe, sem que chegasse a contemplar qualquer influência romana[149] na sua constituição[150]. Entendia que o colapso do «império visigótico», subsequente à batalha de Guadalete, se ficara a dever à ausência de apoios e ao isolamento da classe privilegiada que conduzia os destinos do reino. Os membros dessa classe, corporizados nos chamados «godo-nobres», e que não conseguiram sustentar o poder, acabariam

---

[143] BRAGA, 1909: 24.

[144] CALAFATE, 2006: 89.

[145] «[…] É este influxo persistente da raça que se reconhece penetrando os seus caracteres anthropologicos. Uma das grandes conclusões scientificas em que assenta a Anthropologia é a presistencia das Raças, nos seus typos ainda os mais remotos, e a conservação dos seus costumes através dos mais continuados cruzamentos, dando a revivescência dos typos mais numerosos e mais fortes. […] As concepções mentaes, a intensidade emotiva,as formas de actividade, e mesmo as instituições sociaes e religiosas, differenciam-se pelas capacidades de cada raça. […]» (BRAGA, 1909: 8).

[146] BRAGA, 1909: 12 e *ss.*

[147] BRAGA, 1909: 23.

[148] Segundo P. Calafate, ao utilizar esta expressão, Teófilo Braga pretendia «[…] designar os elementos mais populares da sociedade por oposição ao nobre. […]» (CALAFATE, 2006: 89).

[149] «[…] Nem a invasão já enfraquecida dos Celtas, na Hespanha; nem os Romanos pela sua falta de numero entre os mercenários das suas legiões, nem os Phenicios pela sua incommunicabilidade semita, se mestiçaram com os Lusitanos, conservando-se […] a raça mais pura da Europa. […]» (BRAGA, 1909: 21).

[150] CALAFATE, 2006: 89.

por se refugiar nas Astúrias, local a partir de onde promoveram a Reconquista, ao mesmo tempo que procuravam restabelecer a sua antiga força e privilégios. Quanto aos árabes, dando mostras de tolerância e abertura, teriam favorecido a permanência e evolução das «populações sedentárias»[151]. Estava, pois, na sua perspetiva, encontrada a dinâmica que viria a permitir o posterior desenvolvimento de Portugal. A *História da Literatura Portuguesa*, obra que Teófilo Braga publica na década de setenta do século XIX, é pois perpassada não só por uma firme noção da valência da raça como, em paralelo, por uma ideia de continuidade histórica, que se vinha firmando progressivamente e de modo indelével, um pouco por toda a geografia europeia, muito embora em adequação ao contexto político de cada país e aos pressupostos dos teóricos que a defendiam.

Este introito serviu-nos para sublinhar a «redescoberta» dos alvores da época medieval no Portugal do século XIX, num fenómeno a que não foram alheios nem o Romantismo nem o Nacionalismo em voga. Mas, apesar de a ideia de busca das «origens» naquele período se afirmar como parte de um importante desígnio, tal não significa que a Arqueologia, que então dava também os seus primeiros passos, o tenha acompanhado de perto.

Em Portugal não podemos propriamente falar de uma tradição de estudo e investigação especialmente devotada ao período que medeia entre a penetração de grupos de origem «germânica» em território peninsular, prévia ao desmoronar das estruturas políticas da parte ocidental do Império Romano, e a «invasão» berbere dos alvores do século VIII. No período de vigência da ditadura salazarista, que foi em parte coeva das experienciadas na Alemanha e em Espanha, foi efetivamente criada uma narrativa que estabeleceu a identidade e os atributos do Homem do Estado Novo: «[…] Do imenso e polimorfo aparelho político-burocrático construído durante as décadas de 1930 e 1940 resultaria, assim, um programa de acção que visava a moldagem da vida nacional. Do conjunto de práticas promovidas por esses organismos emergiu uma biopolítica que visava instaurar a portugalidade decorrente da mitologia do regime. […] Em cada uma das actividades, especificam-se atributos desse Homem Novo, fabricam-se variantes identitárias de um mesmo modelo que visa a fabricação dos indivíduos necessários às tarefas que compõem os projectos nacionais. […]»[152]. Nessa «fabricação», a história e as origens da nacionalidade foram necessariamente sublimadas. No entanto, o campo sobre o qual se debruça o presente trabalho não chegou a integrar a conceção então formulada, na medida em que eram outras as esferas que pareciam adequar-se melhor à mitologia[153]: «[…] Este silêncio que fala vai sendo construído em

[151] BRAGA, 1909: 25.

[152] GOMES, 2011: 302-303.

[153] A este propósito, citamos Isabel Fernandes: «[…] A máquina propagandística do regime pôs em marcha um plano de exaltação dos valores nacionais, dos momentos e dos símbolos de um passado glorioso em que os castelos e as igrejas medievais assumiam o papel principal. Certo é que, graças à excessiva importância que lhes é cometida, estes monumentos vão ser alvo de reabilitações, muitas delas com resultados bem questionáveis, e motivam a primazia dos estudos de história e arte medievais. Os critérios que presidem aos restauros aproximam-se agora da unidade de estilo e da reintegração estilística e, pelo menos teoricamente, reclamam fundamentar-se na análise histórica e arqueológica. […]» (FERNANDES, 2005: 150).

vários lugares: a aldeia, a barra do Tejo, o castelo medieval, as ruínas de um castro… São utopias, lugares simultaneamente fora e dentro da passagem do tempo. […]»[154].

Mas independentemente da existência de uma moldura teórica ou ideológica específica que motivasse a produção de um «conhecimento» direcionado para os domínios aqui tratados, há nomes e obras incontornáveis a mencionar, pelos contributos, mais ou menos rigorosos, que lograram fornecer à Arqueologia portuguesa.

O aporte «inaugural» talvez possa situar-se na aproximação aos finais do século XIX, altura em que Estácio da Veiga publicava a obra *Memórias das Antiguidades de Mértola*, onde concedeu particular relevância ao «cemitério visigótico» do Rossio do Carmo[155]. Posteriormente, eram dados à estampa os textos que Francisco de Paula e Oliveira elaborara na sequência das escavações efetuadas nas necrópoles de Cascais[156], que julgou inseríveis em cronologia romana[157]. Na década seguinte e com os números iniciais do *Archeólogo Português*, eram trazidos a lume dois artigos da autoria de Santos Rocha com referências a sítios e achados pertinentes para o estudo do período em análise[158], se bem que, na altura, a natureza e diacronia desses testemunhos não tenha chegado a ser plenamente clarificada[159]. Já nos alvores do século XX, Félix Alves Pereira publicava, na mesma revista, duas contribuições[160] que, muito embora não especificamente devotadas ao âmbito que nos ocupa, incluíam renovadas abordagens e propostas de classificação para sepulcros e materiais, alguns dos quais previamente divulgados[161]. E, em 1913, no terceiro volume da obra *Religiões da Lusitânia*, Leite de Vasconcelos dedicava um pequeno capítulo ao período visigótico, onde fazia uma aproximação aos vestígios «bárbaros» identificados e dos quais destacava, entre outros, os adornos exumados nas necrópoles de Cascais, a espada de Beja e as epígrafes de Mértola[162].

Mas seria preciso aguardar pelos finais da década de vinte para um capítulo expressamente consagrado à arte visigótica ser pela primeira vez incorporado numa *História de Portugal*, concretamente, na edição monumental de Barcelos, comemorativa do oitavo

---

[154] GOMES, 2011: 452.

[155] VEIGA, 1880.

[156] OLIVEIRA, 1888-1892: 82-108.

[157] Acerca da errónea classificação proposta por Paula e Oliveira, vejam-se as observações de Leite de Vasconcelos: «[…] Não admira que Paula e Oliveira se equivocasse, porque então, como ainda hoje, a arqueologia visigotica era pouco conhecida em Portugal; além d'isso a sua affirmação tem outra atenuante, porque o seu trabalho foi publicado postumo, e ninguem sabe se, quando Paula e Oliveira chegasse a revê-lo para o prelo, mudaria de opinião. […]» (VASCONCELOS, 1906: 325, nota 2).

[158] ROCHA, 1895: 193-212; 1896: 65-79.

[159] No primeiro deles, Santos Rocha dá notícia das suas intervenções na Quinta de Marim e visitas a Milreu e Bensafrim (ROCHA, 1895: 193-212). No segundo, por seu turno, aborda as sepulturas da Marateca (ROCHA, 1896: 65-79).

[160] PEREIRA, 1905:16-28; 1908: 202-244

[161] No artigo intitulado *Antiguidades de Vianna do Alemtejo*, F. A. Pereira abordou sepulturas mirtilenses e estruturas sepulcrais das necrópoles de Cascais, tendo concluído que os vestígios noticiados por Paula e Oliveira seriam de época visigótica (PEREIRA, 1905:18). Já no segundo, F. Pereira deu a conhecer um fuzilhão isolado de contorno escutiforme, recuperado no Castro de Cendufe (PEREIRA, 1908: 204).

[162] VASCONCELOS, 1913: 575-589.

centenário da independência e dirigida por Damião Peres. Assinado por Vergílio Correia, tem como grande foco a arquitetura e as linhas que orientaram a sua evolução, fenómeno que o autor procura ilustrar através de imagens dos edifícios e elementos arquitetónicos isolados que considera mais relevantes e paradigmáticos[163]. Não obstante, também a epigrafia lhe merece algumas observações e, neste âmbito, realça o importante conjunto de epígrafes funerárias recuperadas em Mértola, que a publicação das *Antiguidades* da vila, por Estácio da Veiga, dera pela primeira vez a conhecer. A abordagem de V. Correia à arte visigótica culmina com breves indicações em torno dos adornos visigóticos. Neste ponto, interessou-o salientar o cruzamento de influxos patentes naquilo a que se refere como «nómada sumptuária», indicar os achados peninsulares mais vultuosos, fundamentalmente recolhidos na Meseta castelhana, e estabelecer o contraponto face à realidade portuguesa coeva, mencionando, a este propósito, as descobertas resultantes dos trabalhos levados a cabo por Paula e Oliveira nos cemitérios de Cascais, a par das efetuadas em *Conimbriga*[164].

Esta incursão, que se pretendeu de síntese para as esferas da arte, não foi a única a figurar na *História de Portugal* de Barcelos. Newton de Macedo, na mesma obra, ensaiou uma abordagem geral ao «domínio germânico». Numa primeira parte, obedecendo ao intuito de explicar quer a natureza e o modo de vida dos «bárbaros» quer os acontecimentos decorrentes das relações que teceram com os romanos e das movimentações que desencadearam e culminaram na penetração e fixação de alguns grupos em território peninsular, recua aos tempos de César e Trajano, mencionando a pressão e os combates que se travaram nas fronteiras do Reno e Danúbio desde os primórdios do Império. Por outro lado e, fazendo eco das teorias filológicas e antropológicas que então grassavam na Europa, registou que as ideias que defendiam para estas populações «árias» uma descendência direta a partir dos indo-europeus tinham colhido aceitação generalizada. Salvaguardava, porém, que outros argumentos se haviam começado a perfilar e, consequentemente, a quebrar a aparente solidez dos pressupostos inicialmente estabelecidos[165].

Dedica uma segunda parte, que intitula «Os Bárbaros na Península», à descrição dos sucessos políticos e militares que tiveram lugar naquela geografia desde a «invasão germânica». E é interessante constatar que Newton de Macedo introduz na narrativa histórica

[163] Note-se, porém, que alguns dos exemplos que fornece receberam entretanto outras leituras. Veja-se o caso de São Frutuoso de Montélios: Vergílio Correia considerou-o como um dos mais significativos e importantes monumentos do período visigótico (CORREIA, 1928: 372). Já Ferreira de Almeida, a propósito de um capitel coríntio integrado naquele espaço, escreveria, algumas décadas mais tarde: «[…] em mármore, ao lado de outros que utilizam a pedra de Ançã, com técnica e gosto diferentes e de aspecto mais tardio, este é um dos capitéis que servem de apoio a estudiosos que falam na dualidade de estilos e de épocas patentes nos diversos elementos construtivos deste pequeno templo […]. Este capitel, visigótico para uns, ou tardirromano para outros, mostra-nos […] duas coroas de folhas de acanto, de escultura e recorte ao sabor do Baixo Império, embora possa provir de obra do tempo de São Frutuoso. […]» (ALMEIDA, 1986b: 16).

[164] CORREIA, 1928: 365-388.

[165] MACEDO, 1928: 293-313.

imagens de estruturas[166] e materiais arqueológicos, sobretudo, numismas, mas também lucernas, que considera potencialmente relacionáveis com aquele substrato. No entanto e além de incorrer em alguns erros e imprecisões, não explora os dados nem acrescenta grandes informações que ajudem a interpretá-los[167].

Já na terceira parte, designada «Organização política e social», apresenta mais imagens de artefactos, desta feita essencialmente referentes a adornos do corpo e vestuário. E ainda que deixando-os a pairar algo desgarrados, sem estabelecer a devida conexão entre as representações e o texto, ou sem sequer fornecer, em todos os casos, indicações relativas aos sítios de origem[168], foi esta a forma que encontrou para conceder visibilidade a alguns dos parcos vestígios então documentados[169].

Este *corpus* inicial viria a ser incrementado e, nas décadas que se seguiram, foram vários os arqueólogos que publicaram novos contributos, em regra corporizados em artigos breves, cuja elaboração foi suscitada pela ocorrência de achados fortuitos. Foram precisamente essas as circunstâncias a ditar a preparação de vários trabalhos, que acabaram por ser editados em atas de congressos científicos ou em periódicos da especialidade, como a *Revista de Guimarães*. Entre eles se conta o que divulgou a placa de cinturão recuperada no santuário de São Caetano, em Chaves[170], entretanto furtada e atualmente em paradeiro incerto[171], uma outra placa oriunda das Grutas do Poço Velho, em Cascais[172] ou uma terceira, procedente da Herdade de Fontalva, em Elvas[173]. Contudo, convém registar que nenhum dos autores citados se dedicava especificamente à investigação nestes domínios: como dizíamos acima, os artigos que produziram decorreram fundamentalmente do facto de terem sido chamados a pronunciar-se sobre os artefactos, recolhidos sem contexto e não propriamente em ações programadas, suscetíveis de permitir avanços ao nível da análise dos sítios que os haviam gerado. De qualquer modo, há que sublinhar que Afonso do Paço voltaria a retomar o tema. Em 1957 apresentou uma comunicação no Colóquio Bracarense de Estudos Suévico-Bizantinos a que chamou *Vestígios de influência germânica no concelho de Cascais*, a qual acabou por integrar, sob a forma de artigo, as atas do encontro, editadas em 1960.

[166] Não serão as mais acertadas, uma vez que Newton de Macedo optou por incorporar fotografias de sepulturas escavadas na rocha (MACEDO, 1928: 318).

[167] Note-se, todavia, que publica um mapa com locais de cunhagem cartografados (MACEDO, 1928: 314-333).

[168] Os primeiros anéis que apresenta e que se encontram atualmente depositados no Museu Nacional Soares dos Reis, no Porto, constam de achados descontextualizados, daí que, naturalmente, não seja avançada qualquer informação relativa à proveniência dos mesmos. Mas Newton de Macedo publica também representações gráficas de dois brincos anelares e de dois anéis que identifica como originários de Olhão (foram, mais precisamente, recolhidos na Quinta de Marim) e ainda de um bracelete de Mértola. Em contrapartida, as peças da Abuxarda (Cascais) ou de Sta. Marinha do Zêzere (Baião) vêm acompanhadas apenas da indicação dos locais de depósito, mas sem informação acerca da procedência.

[169] MACEDO, 1928: 334-350.

[170] CARDOZO, 1942: 237-256.

[171] AREZES, 2011: 145.

[172] FIGUEIREDO & PAÇO, 1947: 14-20.

[173] PAÇO & FERREIRA, 1951: 416-425.

E nesse texto, Paço recuperou e reinterpretou as informações e cronologias propostas por Paula e Oliveira para as necrópoles de Alcoitão, Abuxarda e Murches, classificando-as então como visigóticas[174].

Outros arqueólogos, ainda que os seus interesses e atividades não se circunscrevessem ao período em análise, dispensaram-lhe alguma atenção. Abel Viana surge, neste campo, como uma figura de referência obrigatória. Em parceria com José Formosinho e Octávio da Veiga Ferreira, com quem conduziu intervenções no Alto Alentejo, descreveu o conjunto visigótico de Alcaria, exumado numa necrópole localizada em Caldas de Monchique, onde se encontra documentada uma ocupação da Idade do Ferro[175]. Já em colaboração com Dias de Deus e com o padre Henrique Louro, apresentou no III Congresso Arqueológico Nacional, realizado na Galiza, em 1953, uma comunicação intitulada *Apontamento de estações romanas e visigóticas da região de Elvas*, que viria a ser publicada dois anos depois[176]. Debruçou-se também detalhadamente sobre os notáveis materiais de Beja[177]: duas fivelas áureas com granadas incrustadas, cuja aquisição para o então Museu Etnológico fora noticiada em 1906 por M. Joaquim Campos[178], e uma espada com engastes de âmbar, objeto ímpar que, precisamente, fornece o mote para o artigo de Abel Viana, e que Leite de Vasconcelos se encarregara de publicar pela primeira vez em 1913[179]. Em 1960 Abel Viana elaborou uma breve síntese que designou *Suevos e Visigodos no Baixo Alentejo* e que, iniciada com uma súmula de acontecimentos que tiveram lugar no território peninsular a partir de 409, se detém depois nos vestígios que, imputados aos dois grupos exógenos, eram na altura conhecidos em Portugal. Em paralelo, a necrópole suévica (?) de Beiral de Lima (Ponte de Lima), receberia igualmente a sua atenção, tendo Abel Viana publicado o sítio e os achados nele recuperados no início da década de sessenta[180]. Entretanto, já Fernando Russell Cortez dera à estampa um artigo onde reunira os objetos de liturgia visigótica identificados em Portugal[181]. Admirador da «cultura germânica» e, consequentemente, interessado no período em análise, até porque, na esteira do ideário longamente defendido na Alemanha[182], mas tendencialmente desacreditado na sequência do final da Segunda Guerra, o considerava fulcral na interpretação da proto-história, aproveitava o seu texto para criticar a falta de investigação que Portugal lhe devotava. E, em paralelo, não deixava de fazer eco de

[174] PAÇO, 1960: 7.
[175] VIANA *et al.*, 1949: 1-7.
[176] DEUS *et al.*, 1955: 568-578.
[177] VIANA, 1953: 183-191.
[178] CAMPOS, 1906: 284-295.
[179] VASCONCELOS, 1913: 577, fig. 296.
[180] VIANA, 1961: 1-11.
[181] CORTEZ, 1950: 52-92.
[182] «[…] Germans were characterized as the original Indo-German type. Placing the Indo-German origin in the North (i.e. Scandinavia or even Germany) implied the global mission of the Nordic race and supported German nationalism in so far as it made modern Germans the core people not only of the Germanic but also of the Indo-German race. […]» (WIWJORRA, 1996: 171).

uma noção ainda muito disseminada em torno da pretensa unidade das «[…] hostes godas […]», que entendia pertencerem a «[…] um povo único […]»[183].

São igualmente incontornáveis as referências a Manuel Heleno. Longe de restringir as suas intervenções a um enquadramento temporal específico ou a um domínio particular de especialização, realizou um vultuoso número de escavações em sítios com ocupações atribuídas a diversas épocas, circunstância também propiciada pelas funções que desempenhou. Responsável por uma prolífica atividade de campo que, porém, não foi acompanhada da obra escrita que se esperaria ver-lhe corresponder, foi substituto e continuador de Leite de Vasconcelos, não só na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, mas igualmente enquanto diretor do Museu Etnológico, cargo que assumiu plenamente em 1930, com a aprovação expressa daquele que foi seu mestre, e depois de uma primeira passagem pelo cargo em regime interino[184].

É imperioso realçar as escavações que M. Heleno dirigiu na necrópole de Silveirona (Estremoz) em 1934: apesar de terem granjeado alguma visibilidade, a qual se viu plasmada, por exemplo, nas expectativas veiculadas pela imprensa nacional e no interesse com que alguns reconhecidos arqueólogos estrangeiros aguardavam os resultados da intervenção, estes acabariam por permanecer várias décadas inéditos. Só recentemente foram reunidos e interpretados, corporizando, numa primeira fase, uma dissertação de Mestrado e, posteriormente, uma publicação com a chancela do *Arqueólogo Português*, ambas da autoria de Mélanie Wolfram[185].

Mas a atividade de Manuel Heleno em sítios com ocupação «visigótica» não se restringiu aos trabalhos que dirigiu em Silveirona. Na década de cinquenta, em artigo dedicado à investigação arqueológica em Portugal, Heleno menciona os vestígios detetados na necrópole do Monte do Pombal (Vaiamonte), os quais desde logo relacionou cronologicamente com os do cemitério de Estremoz[186]. Todavia, e tendo o próprio dado início à intervenção, em 1947, acabou por incumbir João Lino da Silva da continuidade da tarefa, a qual terá sido retomada em 1952 e concluída em 1955[187]. Já na década de sessenta, concretamente, em 1964, João Lino da Silva cumpria novamente instruções de Manuel Heleno, desta feita escavando no cemitério do Sampão[188], sítio ao qual o ainda diretor do Museu fizera já breves referências, no quadro da publicação que dedicou à *villa* romana de Torre de Palma[189].

---

[183] CORTEZ, 1950: 52.

[184] CARDOSO, 2013: 13-14.

[185] CUNHA, 2004; 2008.

[186] HELENO, 1956: 232.

[187] WOLFRAM, 2011: 166-167.

[188] WOLFRAM, 2011: 167-168.

[189] «[…] Também no monte do Pombal, 500 m a NW de Torre de Palma, encontrámos um cemitério visigótico, com fechos de cinturão e anéis, aberto numa povoação eneolítica, no espólio da qual se contam pontas de seta grosseiras de base côncava, facas de silex […]. Uma boa armadilha para os arqueólogos, porque as primeiras sepulturas exploradas apresentavam os esqueletos dispostos à maneira medieval, mas continham um espólio eneolítico, lançado para dentro com a terra que encheu a cova. […]» (HELENO, 1962: 314).

Muito, porém, ficou por esclarecer a propósito das escavações nas necrópoles tardias de Vaiamonte. Manuel Heleno não chegou a publicar os resultados, sendo que certos pormenores acabariam por ser revelados por Saavedra Machado[190] e, mais recentemente, por M. Wolfram, que publicou alguma da correspondência enviada por João Lino da Silva a Manuel Heleno durante os tempos passados no Alentejo ao serviço do Museu[191]. Nem sempre, porém, as informações transmitidas pelas duas fontes são plenamente concordantes.

Curiosamente, D. Fernando de Almeida, no primeiro grande esforço empreendido em Portugal para proceder a uma síntese de vulto dos conhecimentos até então reunidos no âmbito da Arqueologia para o período em análise, e onde procurou inventariar sítios e materiais, mesmo que avulsos, não faz qualquer alusão nem ao Curral do Sampão nem ao Monte do Pombal, circunstância provavelmente explicada em função da escassez de dados disponíveis, consubstanciados em parcas referências que não terão possibilitado uma avaliação minimamente razoável dos sítios em causa. Mas a obra que assina, que constituiu a sua dissertação de doutoramento, integrada n' *O Arqueólogo Português*, e que designou como *Arte visigótica em Portugal*[192], tem precisamente o grande mérito de recuperar abundante informação esparsa, alguma da qual começara a ser produzida ainda no século XIX, e de a ter agrupado numa lógica que pretendeu não apenas restringir-se à composição de um Catálogo descritivo, mas igualmente promover avanços em termos interpretativos.

Na década de oitenta voltamos a deparar-nos com obras de fundo que procuraram promover visões gerais e de síntese para os domínios da arte de cada «época» da história do homem. Em 1986, a *História da Arte em Portugal*, publicada pelas Edições Alfa, integrava no primeiro volume, dirigido por Jorge de Alarcão, um capítulo intitulado «Arte Visigótica», assinado por Theodor Hauschild. Apostando sobretudo na análise arquitetónica, ainda que abordando tangencialmente também a epigrafia ou conjuntos artefactuais com características especialmente notáveis, procurou ilustrar a evolução das formas e sinalizar os monumentos ou elementos isolados que julgou mais representativos[193]. Por seu turno, o segundo volume da mesma obra, da autoria de Carlos Alberto Ferreira de Almeida, inclui dois capítulos de uma abordagem inovadora, mormente nas leituras que propõe para a arquitetura: um, primeiro, que designou «Arte paleocristã da época das invasões»[194] e um segundo, «Arte da época visigótica»[195].

No ano seguinte, Mário Barroca apresentava um trabalho intitulado *Necrópoles e sepulturas medievais de Entre-Douro-e-Minho (séculos V a XV)*, onde traçou o panorama da realidade do mundo funerário conhecida para aquele tempo longo, no espaço geográfico

[190] MACHADO, 1964: 167-170.
[191] WOLFRAM, 2011: 166-168.
[192] ALMEIDA, 1962: 5-278.
[193] HAUSCHILD, 1986: 149-169.
[194] ALMEIDA, 1986b: 9-36.
[195] ALMEIDA, 1986a: 37-71.

definido. Foi ali que, pela primeira vez, se reuniram e sistematizaram os dados relativos às áreas mortuárias portuguesas onde era possível discernir influências «germânicas», sendo elencados sítios, descrita a organização espacial subjacente, tipologias de sepulcros e os materiais neles recuperados, ao mesmo tempo que se estabelecia o contraponto com outras geografias melhor documentadas e se procurava interpretar a atitude dos grupos em causa perante a morte[196].

Já para os anos noventa e, concretamente, no campo da história política é fundamental salientar o papel de síntese que coube desempenhar às *Histórias de Portugal*. Em 1992 José Mattoso consagrava um capítulo, que mantém toda a acuidade e pertinência, aos sucessos políticos e militares protagonizados por suevos e visigodos no território português[197]. E no ano seguinte, na *Nova História de Portugal*, dirigida por A. H. de Oliveira Marques, era a vez de Jean-Pierre Leguay assinar *O 'Portugal' Germânico*[198].

Nos últimos anos, a investigação arqueológica especificamente relacionada com os vestígios de ocupação conotados com os tempos de domínio político de suevos e visigodos parece, na generalidade, ter voltado a cair no esquecimento: sem que alguma vez tivesse sido particularmente privilegiada, enfrenta um período de relativa estagnação. Há, porém, exceções a ressalvar e tentativas de contrariar este panorama. Não poderíamos deixar de fazer referência, a este propósito, aos trabalhos desenvolvidos por Helena Catarino, sobretudo no concelho de Alcoutim, onde estudou as modalidades de ocupação rural que, entre os séculos V e X, ali se cristalizaram[199]. Já para o Alto Alentejo, é incontornável citar André Carneiro e o estudo do povoamento que tem levado a cabo, abarcando um período lato que se estende desde os tempos imperiais a 711[200]. Em paralelo, há que mencionar os trabalhos de M. Wolfram, que apostou na organização e interpretação do manancial de informação recolhido por Manuel Heleno em Silveirona (Estremoz) e que há muito aguardava por tratamento[201]. Também nós, em 2010, no âmbito da preparação da dissertação do nosso Mestrado, consagrámos atenção ao estudo dos objetos metálicos de adorno dos séculos V a VIII, procedendo ao inventário e estudo destas peças para todo o território português[202]. Mais recentemente, Sara Prata, focada no mundo funerário dos concelhos de Castelo de Vide e Marvão, ambos abarcando áreas da Serra de São Mamede, procurou reinterpretar distintos espaços de morte de cronologia altimediévica, bem como os vestígios materiais recuperados em alguns dos sítios estudados[203]. Em paralelo, importantes contributos e notórios desenvolvimentos têm vindo a ser alcançados por Catarina Tente no território do Alto Mondego, cerne da investi-

[196] BARROCA, 1987: 71-88.
[197] MATTOSO, 1992: 300-359.
[198] LEGUAY, 1993: 11-115.
[199] CATARINO, 2005-2006: 117-136.
[200] CARNEIRO, 2011.
[201] CUNHA, 2004; 2008.
[202] AREZES, 2011.
[203] PRATA, 2012.

gação a que se vem dedicando e que comporta a execução de trabalhos de campo norteados por metodologia rigorosa, fundamentais para a compreensão do povoamento altimedieval ali sedimentado[204]. Já no Noroeste, com particular enfoque na área de *Bracara Augusta* e, sobretudo, em Dume, é a Luís Fontes que se ficam a dever as intervenções arqueológicas mais continuadas. Entre as muitas publicações de que é autor realçamos o que consagrou às fases construtivas da basílica de Dume, definidas num longo processo de escavação[205].

Resta-nos abordar um ponto crucial, que se prende com os contributos promovidos pela Arqueologia de contrato ou de «salvamento». Muito embora nem sempre os resultados obtidos tenham sido devidamente explorados, o incremento de dados foi exponencial nas últimas décadas, sobretudo a partir da criação do IPA (entretanto extinto, tendo as suas competências transitado entre instituições e concentrando-se atualmente na DGPC) e da implementação da legislação de trabalhos arqueológicos em vigor.

Contudo, as publicações promovidas por parte das empresas e profissionais, devido a uma série de circunstancialismos, são ainda insuficientes, o que redunda, não raro, na restrição de grande parte das novas informações aos relatórios produzidos para remeter à tutela e donos de obra. Não obstante, este cenário tem vindo a ser contrariado por valiosos esforços e dinâmicas, traduzidos na criação de revistas especializadas, de fóruns e blogues, e pela iniciativa de muitos arqueólogos, que começaram a assumir como fundamental a divulgação dos seus trabalhos em colóquios e congressos, bem como nos artigos a integrar as atas subsequentemente publicadas. E a enorme vantagem destas intervenções mais recentes radica no facto de, ainda que constrangidas por prazos ou limites espaciais de ação, obedecerem a metodologias de campo meticulosas e, como tal, geradoras de uma panóplia de dados preciosos, tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo. Aliás, e para o universo dos sítios com contextos funerários inseríveis nos séculos VI e VII, destacamos a identificação de áreas interessantes desveladas no âmbito de escavações preventivas e de minimização de impactes decorrentes da implementação de infraestruturas relacionadas com o empreendimento da barragem do Alqueva, caso da Horta de João Lopes (Selmes, Vidigueira), de São Matias (Beja) ou de Torre Velha 3 (São Salvador, Serpa).

Finalmente, uma última nota, para sublinhar as ainda incipientes pontes construídas entre a Arqueologia de contrato e a investigação fomentada a partir das universidades. Na verdade, afigura-se-nos que essa ligação terá que se incrementada, de forma a evitar a perpetuação de compartimentações. Efetivamente, os resultados auferidos no quadro das extensas intervenções que nos últimos anos têm sido levadas a cabo, sobretudo no Alqueva e, mais recentemente, no Alto Sabor, poderão não só ajudar a reequacionar uma série de questões como, em última instância, determinar a revisão de paradigmas e implicar a renovação de interpretações.

---

[204] TENTE, 2007; 2010.

[205] FONTES, 2006.

2.
QUADRO HISTÓRICO

Para a elaboração deste capítulo, embrenhámo-nos na leitura de trabalhos produzidos por diferentes historiadores, os quais, consoante o seu posicionamento teórico ou o entendimento que lhes é suscitado pelas fontes coevas, veiculam perspetivas que, não raro, se pautam por um reduzido nível de consonância. Em conformidade com o que tivemos oportunidade de salientar previamente, a historiografia dedicada às temáticas em análise foi sujeita a uma importante mudança de paradigma nas últimas décadas, daí que muitas das teses que pareciam plenamente firmadas tenham entretanto começado a ser confrontadas com algumas debilidades intrínsecas e, consequentemente, atacadas e abaladas em bloco. A Arqueologia, por seu turno, tem gerado valiosos contributos para o conhecimento do período em estudo, sendo que os sítios e as realidades materiais inventariados permitem estabelecer um patamar de questionamento e confronto face a um conjunto de conceções tradicionalmente propaladas. Longe, porém, de confluírem num patamar de uniformidade, deram lugar a um cenário eivado de variáveis.

Conscientes da fase de charneira em que a temática se encontra e da acesa discussão que vem suscitando, começamos desde já por chamar a atenção para uma interessante reflexão de Peter Heather: sem deixar de sublinhar que as evidências arqueológicas não são, afinal, tão frágeis e pouco reveladoras como alguns autores parecem querer fazer crer, ressalva, porém, que é imperioso saber o que esperar da análise dos dados. Com efeito, e a não ser que estejamos perante situações perfeitamente invulgares[206], o mais provável é que os vestígios correlacionáveis com a ocorrência de migrações não assumam um carácter propriamente exponencial. Na verdade, poderão até revestir-se de uma certa ambiguidade, o que, porém, não justifica que as evidências que as atestam sejam menorizadas ou mesmo, completamente rejeitadas. De qualquer modo e no que concerne, especificamente, aos domínios sobre os quais nos debruçamos, as evidências arqueológicas estão longe de se de mostrar irrelevantes[207].

Feito este breve introito, é tempo de passar em revista alguns dos marcos históricos que têm sido apontados como cruciais para a explicação do desenrolar dos acontecimentos. Mas, antes de mais, há que frisar um ponto fundamental, mencionado por Walter Pohl, e que se prende com o facto de a dicotomia entre a «CIVILIZAÇÃO» e o *Imperium*, por um lado, e o «mundo bárbaro» e as suas *gentes*, por outro, consubstanciar uma ideia produzida pelo próprio sistema romano. Tal não invalida, porém, que do outro lado do *limes* o ouro e demais riquezas do Império fossem encarados como irresistíveis focos de atração. E, à

[206] «[…] Unless you're dealing with the rare situation of an intrusive population driving out the existing one more or less in its entirety, or where land is being colonized for the first time, then the archaeological traces left by migration are unlikely to be impressive. Where migrants were mixing with an indigenous population it will only be a few, possible very few, elements of their material culture – those consciously or unconsciously linked to deeply encoded belief or behavioral patterns – that will necessarily be transferred. In other areas of life, migrants are likely enough to adopt convenient elements of indigenous cultural origin (as many modern migrants do), or become an unidentifiable component in new cultural amalgams created by the collision of migrant and host population. […]» (HEATHER, 2009: 119).

[207] HEATHER, 2009: 119-120.

medida que, por distintos meios, o acesso a tais bens ou mesmo aos símbolos de poder era incrementado, cresciam as tensões sociais: afinal, tais elementos eram geradores de prestígio para os «bárbaros» que deles se apropriavam. Neste sentido, a questão que se colocava para muitos dos grupos que gravitavam no exterior do Império era definir qual o meio mais eficaz de se aproximar da prosperidade: se lutando contra os romanos, se juntando-se a eles[208].

2.1. As «invasões» na Europa

Segundo Michel Kazanski, no período tardo-romano o Império defrontou-se com dois grandes grupos de «bárbaros»: por um lado, o dos germânicos sedentários, habitantes da zona central e ocidental da Europa, a área a que os autores clássicos se referiam como *Germania*; e, por outro, o dos povos de origem iraniana, que ocupavam a região oriental e parte da central do continente, coincidente com a *Scythia* ou *Sarmatia* mencionadas nas fontes antigas. Entre estes últimos, porém, contavam-se os sármatas, que gravitavam pelas planícies húngaras, e os alanos[209], pelas estepes pônticas. Mais tarde, já nos tempos de Justiniano, o Império do Oriente seria obrigado a debater-se com uma terceira força: a dos eslavos[210]. Em termos genéricos e ressalvando as múltiplas subdivisões documentadas, serão estes os grandes «atores» do «fenómeno» das migrações. Mas antes de nos debruçarmos mais pormenorizadamente sobre tais grupos, comecemos por refletir na noção de «invasão» e no modo como algumas circunstâncias se conjugaram, propiciando a ocorrência de importantes movimentações humanas.

Um dos pontos a destacar prende-se com o estado em que se achava o exército romano: apesar de poderoso e profissional, não cessava de mostrar insuficiências perante as exigências suscitadas pela imensa fronteira a defender, «tarefa» que, invariavelmente, configurava uma prioridade imperial. No entanto, há que registar que, naturalmente, não era apenas a fronteira a carecer de defesa, pois também as províncias reclamavam segurança. Na verdade, a história do Império fez-se ao ritmo do desenrolar de múltiplos conflitos. Veja-se como, já nos finais do século II, foi marcada por revoltas de escravos, tumultos perpetrados pelas multidões e turbulências desencadeadas por grupos «bárbaros». Contudo, e na opinião de W. Goffart, a mais séria ameaça chegou pelas mãos dos usurpadores, em regra generais que se colocavam em posição de liderança das suas tropas, com o intuito de afastar o imperador e tomar o seu lugar, daí que alguns autores discirnam nos conflitos nascidos destas lutas intestinas vigorosos focos de instabilidade. E, com efeito, facilmente um imperador cuja posição estivesse em perigo podia recorrer a contingentes «bárbaros» para lutar contra um

[208] POHL, 1991: 42.

[209] «[…] All the nomads living between the Danube and the Caucasus around the 4th c. A.D. were referred to as Alans […]» (KAZANSKI, 2013a: 493); «[…] During the Roman period, Iranian speakers nomads – the Sarmatians and the Alans – dominated these areas. The Alans progressively imposed their name on all of the steppe tribes of the Late Roman period, only the Sarmatians of the Hungarian Plain retaining their original name […]» (KAZANSKI, 2013a: 509).

[210] KAZANSKI, 2013a: 493.

opositor[211], até porque a aniquilação de um competidor fratricida poderia ser determinante para a manutenção do poder[212]. Foi o que fez Teodósio, ao integrar godos nas campanhas que empreendeu[213] contra Magno Máximo[214] e Flávio Eugénio[215].

Ao longo do tempo, vários académicos chamaram a atenção para o facto de, a partir do século IV, ter sido notório o incremento do número de funcionários e efetivos militares recrutados entre tribos longínquas. E se alguns teóricos entendem que tal tendência representa a antecâmara ou preparação das subsequentes «invasões» e que, através desta via, se estaria a consolidar a «germanização» do Império, outros há que contrapõem a este pressuposto a inexistência de uma identidade germânica propriamente dita[216], susceptível de estabelecer o enquadramento de tal orientação. Também por esse motivo, são muitos os investigadores que consideram que, ao procurar fazer uma súmula dos sintomas de declínio do Império, é incontornável avançar para além da questão da «ameaça bárbara» e da hostilidade sentida junto das fronteiras, indicando igualmente a escassez de recursos, as tensões sociais, ou as disputas decorrentes das ambições internas. Alguns ressalvam, inclusive, que talvez mesmo estas asserções necessitem de ser reequacionadas criticamente, de modo a tentar perceber em que medida os indícios existentes permitem comprová-las de modo inequívoco[217]. Já Ward-Perkins, por exemplo, sustenta argumentos de teor essencialmente materialista para explicar a decadência e colapso do Império[218].

Perspetiva bem diferente é a de W. Goffart, para quem o ponto fulcral se prende com a alteração de fundo na reação do Império face aos ataques «bárbaros». Com efeito, ao longo do século III, as respostas romanas ao conflito passavam, sistematicamente, pelo uso da força e pela enérgica defesa militar do território. Já a partir da segunda metade do século IV foi

---

[211] Na perspetiva de alguns autores, este tipo de procedimento esteve na base da chamada «barbarização» do exército romano, também designada, por alguns eruditos alemães, como *Germanisierung*. E, segundo Constantin Zuckerman, houve duas modalidades basilares de incorporação: «[…] D'une part, l'Empire engage des contingents de fédérés qui servent dans des formations qui leur son propre, hors du cadre structural de l'armée romaine. D'autre part, les Barbares sont recrutés dans des unités régulières. […]» (ZUCKERMAN, 1993: 17).

[212] GOFFART, 1981: 281-283.

[213] KULIKOWSKI, 2009: 153.

[214] «[…] When the emperor Theodosius moved against the western usurper Magnus Maximus in 388, his army contained so many troops from the traditional enemies of the empire that a court panegyrist made a special virtue of the fact: "A matter worth of record! There marched under Roman commanders and banners the onetime enemies of Rome; they followed the standards which they had once opposed; and their soldiers filled the cities of Pannonia, which they had only recently emptied by their hostile plundering." […]» (WARD-PERKINS, 2006: 39).

[215] «[…] In […] 393, thousands of Goths died fighting in northern Italy for the emperor Theodosius, as the battle of the River Frigidus, thereby gaining him victory over the usurper Eugenius. […]» (WARD-PERKINS, 2006: 24).

[216] «[…] Early Medieval peoples were far less homogenous than often thought. They themselves shared the fundamental belief to be of common origin; and modern historians, for a long time, found no reasons to think otherwise. […]» (POHL, 1991: 40).

[217] GOFFART, 1981: 283-289.

[218] «[…] My conception of Roman civilization, and its demise, is a very material one, which is itself probably renders it unfashionable. The capacity to mass-produce high-quality goods and spread comfort makes the Roman world rather too similar to our own society, with its rampant and rapacious materialism. […]» (WARD-PERKINS, 2006: 179).

adotada uma outra via de resolução das contendas, a qual privilegiou a negociação, sendo que, não raro, os acordos firmados culminaram na concessão de territórios às «tribos» agressoras. Goffart encontra nesta nova dinâmica, que rapidamente se converteu num procedimento recorrente, uma das chaves para a explicação da desagregação do Império Romano do Ocidente. De facto, e na sua opinião, as prioridades do governo passaram então a centrar-se na necessidade de garantir paz e reduzir a carga fiscal sobre a generalidade dos cidadãos, mesmo que tal implicasse abdicar da segurança prestada a outros habitantes do Império, designadamente, àqueles que viviam em províncias longínquas, e cuja proteção acarretava custos e sacrifícios excessivos. É, pois, neste contexto, que em detrimento das acções militares prolongadas, começa a privilegiar-se a «acomodação» de povos «bárbaros» nas províncias ocidentais[219]. No entanto e em conformidade com o que tivemos oportunidade de esclarecer no capítulo precedente, esta visão e a própria noção de «acomodação» estão longe de ser consensuais, encontrando em B. Ward-Perkins um dos seus mais vigorosos opositores[220]. De qualquer modo e não obstante as críticas que aponta a tal interpretação, Ward-Perkins ressalva que a mesma se reveste de alguns aspetos positivos, nomeadamente o de ter contribuído para a correção de um «mito» fundacional. Refere-se o autor à narrativa que concebia a queda do Império do Ocidente como o culminar de uma luta feroz e sem tréguas entre duas imensas forças opostas entre si: Roma, por um lado, e a massa dos «bárbaros», por outro[221].

Goffart, por seu turno, e apesar da leitura matizada que propõe, não deixa de reconhecer que, no dealbar do século V, as perdas e perigos causados pela presença de grupos «bárbaros» no interior das fronteiras, pareciam não compensar os supostos benefícios decorrentes da sua fixação[222]. E, com efeito, uma breve análise das descrições dos múltiplos conflitos que opuseram os dois «blocos» não deixa grande margem para que se equacione um clima de permanente entendimento. É certo que as fontes coevas não tendem, em regra, a ser favoráveis aos grupos de origem alógena. Mas há que registar algumas exceções à perceção negativa que grassava entre os autores que comungavam da herança greco-romana.

Uma das mais paradigmáticas é enformada por Paulo Orósio, presbítero provavelmente originário de *Bracara*[223], que na obra *Historiae adversus paganus*, de vocação uni-

[219] GOFFART, 1981: 288-291.

[220] «[…] When Goffart launched his theory of peaceful 'accommodation' […] it therefore fell on fertile ground. Goffart himself seems to have intended his book to play down the role of the Germanic peoples in European history. He hoped to show that the settlements were in reality more 'Roman' than 'barbarian', since they have been decided by Roman policy and carried out within a Roman administrative structure: 'The more or less ordinary garrisoning of Gaul, Spain, Africa and Italy by alien troops gives us no compelling reason to speak of a 'barbarian West'. But ironically his theory has been used by scholars in a very different spirit: to elevate the Germanic peoples to the status of peaceful collaborators with the native Romans. […]» (WARD-PERKINS, 2006: 174).

[221] WARD-PERKINS, 2006: 5; 181.

[222] GOFFART, 1981: 295.

[223] Segundo Adolfo Fernández, a formação de Orósio terá decorrido «[…] xunto con outras importantes personaxes da época como os irmáns Avito, nunha 'posible' escola teolóxica localizada en Braga e comandada polo metropolitano Balconio […]» (FERNÁNDEZ, 2013: 89).

versal e fortemente marcada por um cunho cristão[224], chama a atenção para o facto de o Império se ter erguido não só à custa de sangue romano, mas também «bárbaro». Por outro lado, Orósio congratula-se com a época em que vive, pois proporciona a hunos, suevos, vândalos ou burgúndios a possibilidade de se converterem, no que configura algo tão nobre, que compensaria até o enfraquecimento da estrutura imperial[225].

Já Jordanes, católico bizantino de ascendência gótica, concebeu uma narrativa histórica de dimensão épica, na qual os «bárbaros» assumem um papel de relevo, por vezes mesmo heroico[226]. Charles Mierow, que o traduziu, não considerava Jordanes propriamente um modelo de excelência literária ou, sequer, de originalidade. Com efeito, a obra *Getica* é, acima de tudo, uma compilação e, na opinião de Mierow, nem sequer particularmente escrupulosa ou cuidada[227]. Reconhece-lhe, no entanto, inegável valor, sobretudo porque congrega uma série de dados que, não fossem os seus escritos, teriam ficado irremediavelmente perdidos[228]. E, na verdade, há muito que os estudiosos reconheceram a importância do contributo de Jordanes: aliás, já no contexto do «renascimento carolíngio», foi tido como essencial para a apreciação do «passado comum» dos «bárbaros»[229]. Contudo, alguns historiadores contemporâneos, caso de M. Kulikowski e P. Heather, chamam a atenção para o reduzido nível de fiabilidade inerente a vários pontos da sua obra, sobretudo em razão dos anacronismos nela incorporados, circunstância a que não é alheio o facto de Jordanes narrar acontecimentos que, nalguns casos, haviam tido lugar cerca de trezentos anos antes da redação[230].

Por sua vez, Procópio, nascido na Cesareia nos finais do século V, e cujo nome ficaria indelevelmente associado ao período de governo de Justiniano I[231], foi amplamente valorizado, em razão das conexões que desenhou entre os grupos que, na sequência de um interminável périplo, fundaram reinos na região ocidental da Europa, e os antepassados desses mesmos grupos, que partiram de longínquas zonas do norte[232]. Por outro lado, foi fulcral na tentativa de cristalizar uma ideia de unidade primordial entre os diferentes povos

---

[224] «[…] Orosius' history aimed to show that Rome's pagan past had been filled with many more disasters than its more recent Christian era. […]» (KULIKOWSKI, 2009: 178).

[225] GOFFART, 1981: 297-298.

[226] GOFFART, 1981: 302.

[227] «[…] his style is irregular, rambling, uneven, and exhibits to a marked degree the traits of the decadent, crumbling later Latin. […]» (MIEROW, 1915: 1).

[228] MIEROW, 1915: 1.

[229] GOFFART, 1981: 303.

[230] HEATHER, 2009: 114.

[231] «[…] Procopius of Caesarea has written the history of the wars which Justinian, Emperor of the Romans, waged against the barbarians of the East and of the West, relating separately the events of each one, to the end that the long course of time may not overwhelm deeds of singular importance through lack of a record, and thus abandon them to oblivion and utterly obliterate them. The memory of these events he deemed would be a great thing and most helpful to men of the present time, and to future generations as well, in case time should ever again place men under a similar stress. […]» (PAGE & ROUSE, 1916: 3).

[232] GOFFART, 1981: 303.

germânicos, ligados pela fé ariana, pela língua e pelas características físicas[233]. Foi, além do mais, o único historiador romano da parte oriental do Império a mencionar a presença de mulheres e crianças entre os contingentes de godos que acabariam por se fixar na atual Itália e aí criar um reino, referência que alguns investigadores interpretam como uma evidência da «contaminação» do discurso pelo clássico *topos* das migrações. Porém, e como veremos, Procópio não foi o único contemporâneo a abordar o tema[234].

Também Amiano Marcelino, na parte ocidental do Império, o fez. De acordo com as descrições deste historiador, que viveu no século IV e desempenhou funções como militar, os grupos «bárbaros» eram dirigidos por homens armados, guerreiros que seguiam acompanhados das suas famílias e pertences. Este quadro permite, naturalmente, perspetivar movimentações de pessoas e bens a grande escala, muito embora sem que seja possível avançar números concretos fidedignos. Mas, há que realçá-lo, os relatos produzidos por Amiano possuem outras valências, e de crucial importância. Uma delas prende-se com o facto de fornecer valiosos pormenores acerca dos reveses que os godos sofreram antes de solicitarem a penetração no interior das fronteiras do Império[235], contributo fundamental, até porque, sendo Amiano coevo dos acontecimentos, os seus escritos escaparam à «deformação» resultante da passagem do tempo. Mas até que ponto poderá o conteúdo dos mesmos ser considerado fiável? A este propósito, P. Heather salienta desde logo as dificuldades em perceber qual o nível de credibilidade inerente à obra de um historiador enquadrado na tradição clássica. É certo que já na Antiguidade se esperava que a História veiculasse a «verdade» dos factos, ainda que essa «verdade» não tivesse que ser, necessariamente, literal; na verdade, uma certa dose de retórica, aliada à mestria narrativa requerida[236], poderiam ter implicações e prejudicar aquele que deveria ser o objetivo fulcral do texto. Ora, a abundante produção científica que tem Amiano como foco, parece fazer eco de algumas linhas de convergência. Por um lado, encontra-se assente que o autor, muito embora pugnando o seu interesse pela verdade, não era avesso a suplantá-la ou a contorná-la[237], sobretudo se confrontado com exigências de outro foro, nomeadamente literárias, ou se os eventos a narrar não se coadunassem com as suas próprias preferências ou ideologia. Não obstante,

[233] Atente-se nesta representativa passagem: «[…] All these, while they are distinguished from one another by their names, as has been said, do not differ in anything else at all. For they all have white bodies and fair hair, and are tall and handsome to look upon, and they use the same laws and practise a common religion. For they are all of the Arian faith, and have one language called Gothic; and, as it seems to me, they all came originally from one tribe, and were distinguished later by the names of those who led each group. This people used to dwell above the Ister River from of old. […]» (PROCÓPIO, 1916: 9-11).

[234] HEATHER, 2009: 247.

[235] HEATHER, 2009: 154.

[236] «[…] The vices of our author's style, and his ambitious affectation of ornament, are condemned by most critics; but some of the points which strike a modern reader as defects evidently arise from the alteration which the Latin language had already undergone since the days of Livy. […]» (YONGE, 1894: vii).

[237] «[…] The big cultural story unfolding around him in his own lifetime was the progressive Christianization of the Empire, but he deliberately minimized its appearance in his text, an may even have attempted to conceal a personal aversion to it in the guise of favoring religious toleration. […]» (HEATHER, 2009: 156).

Edward Gibbon, que redigiu o célebre *The Decline and Fall of the Roman Empire*, entendia que Amiano representava, entre todos os demais autores coevos, o «guia» mais seguro e confiável[238]. Por seu turno, C. D. Yonge, que verteu do latim a sua obra, sublinhou a enorme importância de que a mesma se reveste pois, independentemente do estilo e da linguagem utilizados, ela transmitiu factos que, de outro modo, teriam permanecido na obscuridade[239]. É também neste sentido que vai a opinião de P. Heather, que encontra no relato do século IV o mais detalhado e rico que se conhece para o período tardo-romano. De qualquer modo, a resposta à questão que colocávamos inicialmente, e que concernia à credibilidade da obra de Amiano Marcelino, dificilmente poderá ser generalizada; pelo contrário, afigura-se que o mais adequado será perspetivar as diferentes passagens dos textos de forma individualizada[240], entendimento semelhante ao manifestado por M. Kulikowski[241].

Consideremos, então, o alcance da chamada *Völkerwanderung,* designação que, em sentido literal, pode ser traduzida como «migração dos povos», e que tradicionalmente é utilizada para aludir às movimentações empreendidas por «povos» germânicos no território europeu a partir do século III. É certo que a «amálgama» heterogénea e complexa envolvida comportava entidades que só indevidamente poderiam ser apelidadas de germânicas, caso das que agregavam os alanos, nómadas de origem iraniana, ou os hunos, procedentes das vastas estepes euro-asiáticas, um imenso território que se estendia das fronteiras da China aos limites do continente europeu[242]. Tal não impediu, porém, que o termo *Völkerwanderung* se impusesse e perdurasse no tempo, até porque, em última instância, e independentemente da origem dos grupos, a questão migratória constitui um dos pontos chave do conceito.

São muitos os compêndios e livros de História que ilustram as rotas tradicionalmente atribuídas aos «invasores», estabelecendo, portanto, não só quais os trajetos seguidos, mas sublinhando igualmente a ideia da uma incomensurável pressão exercida pelas «vagas» de diferentes «povos» que atacaram e acabaram por avançar no território do Império. Mas, para W. Goffart, conceber as migrações «bárbaras» enquanto processo implacável iniciado nas margens do Báltico, em progressão contínua em direção ao Mediterrâneo, traduz a aceitação de uma espécie de mito, que o investigador equipara a outras narrativas concebidas no quadro da cultura greco-romana. E, apesar de a ocorrência de migrações ao longo das primeiras centúrias do milénio se assumir como factual, poderá ser erróneo interpretar todos os acontecimentos como parte de um fenómeno generalizado. Aliás, o facto de alguns grupos germânicos viverem, originalmente, como agricultores sedentários e não como

---

[238] HEATHER, 2009: 154-155.

[239] YONGE, 1894: vii.

[240] HEATHER, 2009: 154.

[241] «[…] we must always ask why he says what he says in the way he says it, for he is a master of innuendo and misdirection. […]» (KULIKOWSKI, 2007: 105).

[242] HEATHER, 2009: 153; 209.

nómadas, deveria indiciar que, subjacente a cada processo de movimentação e «invasão», estaria um conjunto de motivações concretas[243], e não uma panóplia de fatores aplicáveis em bloco a todas as situações documentadas.

Por outro lado ainda, e em conformidade com o que tivemos já oportunidade de mencionar, algumas das deslocações entendidas como «invasões» resultaram de acordos prévios. Com efeito, foi na sequência de uma autorização imperial expressa que os visigodos se dispuseram a atravessar o Danúbio em 376; também os vândalos se dirigiram para o norte de África em resposta ao apelo de um general rebelde[244]. É certo, no entanto, que acontecimentos como os evocados dificilmente poderão ser olhados de um prisma excessivamente simplista, como se representassem meras etapas de um processo pacífico, sem lugar a violências ou perturbações da ordem social. E, neste ponto, aproximamo-nos progressivamente de domínios pautados por uma encarniçada divergência de perspetivas. B. Ward-Perkins, por exemplo, realça o enfoque, no seu entender, desproporcionado, que os estudos mais recentes colocaram na concretização destes «pactos», dando a impressão da existência de um firme espírito de colaboração entre os «intrusos» e os romanos. Mas, na sua opinião, é complexo olhar para tais acordos sem, por um lado, atender às circunstâncias específicas subjacentes à realização de cada um deles e, por outro, sem que se compreenda a possibilidade de haver claras divergências entre as necessidades e expectativas dos habitantes das províncias e as estratégias delineadas por uma autoridade imperial distante[245].

Impõe-se, portanto, questionar: em que medida a concessão de territórios a grupos «bárbaros» no seio do Império terá alterado, de modo profundo e substancial, a vida da população «romanizada»?

W. Goffart entende que a imensa herança cultural greco-romana se infiltrou entre os grupos exógenos e demonstra-o ao sublinhar que o direito romano permaneceu em vigor nas zonas ocupadas e que, em regra, a propriedade, foi respeitada[246]. Acrescenta, além do mais, que as elites aristocráticas e clericais mantiveram dignidades e estatutos elevados[247]. J.

---

[243] GOFFART, 1981: 283-285.

[244] GOFFART, 1981: 284.

[245] WARD-PERKINS, 2006: 54.

[246] Nem sempre, contudo, a situação terá sido pacífica e regular. Atente-se nas afirmações de Bryan Ward-Perkins: «[…] some landowners in northern Gaul, who in about 442 attempted to resist a settlement of Alans by treaty, […] lost everything for their pains. In Africa, with the Vandal conquest, we hear of aristocrats who lost all their property and fled abroad: in 451 the western emperor Valentinien III issued a law-granting to the 'dignitaries and landowners of Africa, who have been stripped bare by the devastation of enemy', lands in neighbouring provinces that were still under imperial control. […]» (WARD-PERKINS, 2006: 64). Vejam-se, em paralelo, as observações J.-P. Leguay: «[…] Embora ignoremos as condições de fixação dos Germanos, podemos supor que recuperaram terras virgens ou abandonadas para formarem quinhões (*sortes*), para uso de uma família alargada, que espoliaram grandes latifundiários, que talvez tenham também partilhado com outros o solo arável (*ager*) ou em pousio (*saltus*), de acordo com as modalidades muito especiais de uma lei da hospitalidade, semelhante às que se encontram na Aquitânia, na Itália ou na Burgúndia. […] Fosse qual fosse o sistema imposto de ocupação do solo, adivinham-se as tensões que a promiscuidade teria gerado, a resistência ou a resignação dos proprietários e dos colonos […]» (LEGUAY, 1993: 36).

[247] GOFFART, 1981: 286; 295.

Mattoso, por seu turno, alude também à perenidade da língua, dos costumes e das relações tecidas pela administração romana[248]. Em contrapartida, Michel Kazanski aponta influências em sentido inverso. Apoiando-se em evidências arqueológicas recolhidas na *Gallia*, afirma que as semelhanças notadas entre o equipamento de guerra romano e o revelado em contextos «bárbaros» pode ficar a dever-se ao facto de os exércitos da parte oriental do Império serem em larga medida compostos por soldados de origem germânica[249], circunstância que terá levado à incorporação de técnicas usadas para além do *limes*[250].

Como se constata, basta aflorar algumas temáticas para desde logo se tornar evidente a dimensão do fosso que separa os investigadores debruçados sobre os problemas em análise. A falta de consenso é ampla e são múltiplos os pontos de discórdia.

Nem mesmo a avaliação do papel desempenhado pelos hunos no desencadear das intensas movimentações do século IV granjeia unanimidade. A estes archeiros ágeis e imprevisíveis, integrados em unidades militares bem organizadas[251], foi imputado um peso basilar, na medida em que se julgava que a pressão por eles exercida aquando da chegada à Europa Central teria influído de forma determinante nos fluxos então iniciados por outros grupos, na tentativa de escapar ao ímpeto que os movia. Peter Heather abordou recentemente este problema, que adiante retomaremos, demonstrando como, no quadro de perspetivas atualmente em voga, os hunos surgem não como fomentadores desses movimentos, mas enquanto beneficiários de um vazio de poder previamente criado[252]. Todavia, e não obstante a argumentação desenvolvida por alguns autores nesse sentido, caso de Walter Goffart ou Guy Halsall, abordar as ações promovidas pelos hunos na região danubiana continua a parecer-nos essencial, não só para explicar os acontecimentos sobrevindos na segunda metade do século IV, mas igualmente o rol de eventos que viria a ter lugar nos alvores da centúria subsequente. Impõe-se, pois, que recuemos no tempo, de forma a justificar esta observação.

Neste périplo que agora iniciamos, escusamo-nos a traçar a «genealogia» dos grupos «germânicos» identificados para lá do *limes* romano logo nas primeiras centúrias da era. Optámos também por não aprofundar excessivamente toda a narrativa de batalhas e alianças protagonizada por personagens comprometidas com estes dois mundos, o romano e o «bárbaro», dois mundos que eram, afinal, intrinsecamente diversificados e que dificilmente

---

[248] MATTOSO, 1992: 302.

[249] KAZANSKI, 2013a: 504.

[250] «[…] The distribution of Germanic-type weapons in the Pontic region and in Roman territory demonstrates that the same tactics were adopted by the barbarized Roman army and federate, or allied, groups […]» (KAZANSKI, 2013a: 518).

[251] «[…] The offensive component of the Hunnic army consisted of horseman, each of whom was supplied with two horses in accordance with steppe traditions. Their main weapons were the reinforced bow, and arrows with large heads and three fins […]. The shape of certain arrows was characteristic of central Asia styles. […] Attila's warriors thus preferred to use archery to annihilate their opponents at range. Long swords, discovered in Hunnic funerary contexts […], were used to cut down enemies who had been dispersed by arrow fire […]» (KAZANSKI, 2013a: 512-513).

[252] HEATHER, 2009: 178-179.

poderão ser entendidos como blocos unos, sólidos e fechados. Aliás, e como é sabido, as relações de clientelismo tecidas e os *foedus* criados mantiveram bem vivo o fluxo de ligações entre ambos. Mas não só de acordos se fez a «coexistência»: foram muitos os embates bélicos a opor os dois lados da fronteira.

As Guerras Marcomanas, travadas ao longo de mais de uma década na segunda metade do século II, constituem um bom exemplo de um desses conflitos. E, na realidade, permitem comprovar as dificuldades com que a máquina militar romana podia deparar-se, ainda que em contendas com grupos bem menos estruturados. No ano 170, Marco Aurélio deslocou importantes contingentes para a *Pannonia*, que vinha sendo reiteradamente assolada por incursões, num movimento que alguns autores interpretam como um prenúncio da intenção de anexar os territórios ocupados por marcomanos e quados. No entanto, o exército, destituído de tropas em pontos-chave, ao que tudo indica devido ao ataque que preparava, encontrava-se fragilizado, tendo sido flanqueado pelos marcomanos, que lograram avançar praticamente até ao cerne do Império, e aí levar a cabo cercos e pilhagens, cerceados apenas no ano 171. Mas os reveses romanos não ficariam por aqui, na medida em que os problemas se adensavam em várias frentes. Enquanto a península itálica era atacada, os sármatas e quados assaltavam regiões do Danúbio Médio a oeste dos Montes Cárpatos, dois grupos vândalos ameaçavam as fronteiras da *Dacia*, e também a do Reno era afetada. Comprova-se, portanto, que o Império, longe de viver uma situação de permanente tranquilidade, foi sendo sistematicamente obrigado a atuar em distintos pontos do território que abarcava. E, regressando a Marco Aurélio, veja-se como só em 172 conseguiria retomar a ofensiva projetada, no sentido da pacificação do Danúbio Médio[253].

No quadro da chamada «Grande Narrativa», as Guerras Marcomanas tenderam a ser consideradas como sinal do iminente arranque das migrações a grande escala que, partindo da *Germania*, acabariam por determinar a ruína e queda do Império Romano. No entanto, esta visão, que há alguns anos se afigurava consensual, tem vindo a ser contrariada por renovada argumentação, a qual, porém, escapa a um patamar geral de entendimento[254]. P. Heather nota que apesar da resposta de Marco Aurélio aos focos de conflito ter acabado por permitir a recuperação da estabilidade nas zonas próximas da fronteira oriental do Império, o século III voltaria a ser palco de problemas e, desta feita, de uma dimensão ainda mais avultada. Com efeito, a proeminência crescente granjeada pelos sassânidas convertera o Próximo Oriente, mais concretamente, a área sensivelmente correspondente aos atuais Irão e Iraque, numa vasta potência cuja importância ombreava já com a do Império Romano. Não

[253] «[…] Two years of intensive campaigning on the Middle Danube, punctuated by the rain miracle, brought the Marcomanni, the Quadi and the Iazyges to heel. Bohemia, Slovakia and the Great Hungarian plain had been pacified, but much of the rest of decade was taken up with a complex mix of military and diplomatic countermeasures, designed as ever, to turn immediate military victory into a longer-lasting piece […]» (HEATHER, 2009: 96-97).

[254] HEATHER, 2009: 98-99.

admira, pois, que muitos dos recursos militares ocidentais fossem canalizados para aquela geografia. Em paralelo, as zonas do Danúbio superior e Reno conheciam novas movimentações e uma constante e fulcral reorganização política. Com efeito, esta centúria parece ter sido decisiva na criação de novas confederações de grupos germânicos, caso da que agregava os alamanos. De qualquer modo, Heather recorda que, apesar de os conflitos junto ao Reno serem já então significativos, era sobretudo no vasto território que se estendia entre o leste dos Montes Cárpatos e as margens do Mar Negro, que se desenvolviam as lutas mais acesas. Aliás, seria precisamente a partir daquela região que os godos desencadeariam uma série de ataques contra o Império, empreendidos ainda na primeira metade do século III. Mais tarde, já na segunda metade da centúria, uma expedição marítima partia da costa norte do Mar Negro e avançava até ao Mediterrâneo, o *Mare Nostrum* romano. Era a primeira vez que uma campanha ofensiva desta natureza, levada a cabo por grupos de origem germânica com composição heterogénea, e que integrava godos, mas também hérulos, se aventurava naquelas paragens. O imperador Galieno daria início à resposta romana, mas seria já no tempo de Cláudio II, seu sucessor, que uma pesada derrota acabaria por ser infligida aos atacantes nos Balcãs[255].

De qualquer modo e por esta altura, já os godos começavam a afirmar-se como séria ameaça ao poderio romano, configurando uma situação distinta da experienciada pelo Império nos séculos I e II. Com efeito, e nas mencionadas centúrias, os romanos debateram-se fortemente com a pressão exercida por outros grupos, caso dos sármatas, de língua iraniana. Mas no dealbar da IV, já as entidades que davam pelo nome de «godos» e, em particular, o ramo dos *tervingi*[256], configuravam o grande foco de atenção do Império, e o objeto preferencial da sua ação, desenvolvida a dois níveis: o militar e o diplomático[257]. Mas como explicar esta «ascensão»? Na perspetiva de M. Kulikowski, os *tervingi*, que aparecem nas fontes gregas e latinas a propósito das campanhas vitoriosas de Diocleciano no Danúbio, viriam a desempenhar um papel histórico decisivo[258]. Ressalva-se, no entanto, que na opinião do mesmo autor, a «crise» do século III e a subsequente emergência dos godos como grupo dominante na centúria ulterior decorreu não tanto da eclosão de movimentos migratórios, mas sobretudo da reorganização sociopolítica implementada na região que ocupavam, reorganização essa que, na verdade, não só terá influído nos moldes subjacentes à configuração dos próprios godos, como à de outras entidades formadas nos tempos finais do Império. Ora, Heather não tem dúvidas quanto

[255] HEATHER, 2009: 107-111.

[256] «[…] The Tervingi surely were not a 'people' in the classic sense of the word: a close biologically self-reproducing group whose members all shared pretty much equally in a distinct cultural identity […]» (HEATHER, 2009: 157).

[257] HEATHER, 2009: 112.

[258] «[…] That campaign is significant for us because it marks the first appearance of the Tervingian name in Greek or Latin writing. Our source is a panegyric – a speech in praise of the emperor Maximian, delivered in Gaul in 291 – and it refers to the Tervingi as pars Gothorum, which is to say, a section of the Goths. As we shall see […] the Tervingi were throughout the fourth century the most important subdivision of the Goths. […]» (KULIKOWSKI, 2007: 31).

à importância de que se revestiu a dita reestruturação, plasmada de forma evidente em desenvolvimentos nas esferas social e económica. Com efeito, os godos *tervingi* do século IV enformavam uma «confederação» bem complexa, e a vários níveis, na medida em que possuíam hierarquias bem definidas e alguma atividade económica, assente quer em trocas comerciais quer numa certa capacidade produtiva[259]. Contudo e, ainda que concordando com Kulikowski quanto à necessidade de valorizar as transformações internas que o grupo foi acusando, Heather entende que existem argumentos igualmente sólidos para encarar a migração como um fator determinante nas mudanças sobrevindas no século III[260] e com incontornáveis repercussões no IV. Por essa altura, já a natureza das forças estabelecidas para além da fronteira do Baixo Danúbio se havia alterado profundamente, sendo que a transfiguração em causa esteve longe de se circunscrever a uma mera questão de nomenclatura[261]. Na realidade, o domínio dos godos e de outros grupos de língua germânica na região envolvente dos Montes Cárpatos representou, nas palavras de Heather, «[…] a major cultural shift […]»[262]. Neste contexto, a tradução da Bíblia para língua gótica por Ulfila, figura essencial na conversão dos godos ao arianismo[263], surge como um marco significativo e revelador de um patamar cultural crescentemente desenvolvido[264].

Chegados a este ponto, impõe-se questionar em que medida a Arqueologia corrobora este entendimento. Heather destaca, enquanto elemento de capital importância, a emergência, ainda no século III, de uma série de novos sistemas culturais que incorporavam traços

---

[259] HEATHER, 2009: 113.

[260] Veja-se em que moldes Jordanes descreve a migração do século III: «[…] But when the number of the people increased greatly and Filimer, son of Gadaric, reigned as king – about the fifth since Berig – he decided that the army of the Goths with their families should move from that region. In search of suitable homes and pleasant places they came to the land of Scythia, called Oium in that tongue. Here they were delighted with the great richness of the country, and it is said that when half the army had been brought over, the bridge whereby they had crossed the river fell in utter ruin, nor could anyone thereafter pass to or fro. And even to-day one may hear in that neighborhood the lowing of cattle and may find traces of men, if we are to believe the stories of travellers, although we must grant that they hear these things from afar. This part of the Goths, which is said to have crossed the river and entered with Filimer into the country of Oium, came into possession of the desired land, and there they soon came upon the race of the Spali, joined battle with them and won the victory. Thence the victors hastened to the farthest part of Scythia, which is near the sea of Pontus; for so the story is generally told in their early songs, in almost historic fashion. […]» (JORDANES, 1915: 57-58).

[261] «[…] The appearance of the Goths thus represents a massive change in the complexion and identity of the forces lined up on Rome's north-eastern frontier. […]» (HEATHER, 2009: 114).

[262] HEATHER, 2009: 114.

[263] «[…] Ulfila was descended from Cappadocians taken captive in the Gothic raids of Gallienus' reign, but he himself bore a Gothic name. The date of his consecration as bishop and the start of his mission is debated. He came from Gothia on an embassy to the emperor – perhaps Constantine, perhaps Constantius II – and was consecrated in either c. 336 or c. 341 by Eusebius of Nicomedia and other bishops. Eusebius was an adherent of a variety of Christianity associated with the Egyptian priest Arius who had argued that God the Son was subordinate to God the Father in the holy trinity. Arianism had been condemned as false doctrine – heresy – at the council of Nicaea, convened by Constantine in 325 immediately after his conquest of the eastern empire. […]» (KULIKOWSKI, 2007: 107).

[264] HEATHER, 2009: 114.

característicos do de *Wielbark*[265]. Entre estes há a realçar o de *Cernjachov*[266], que em meados do século IV se encontrava já fortemente disseminado num vasto território compreendido entre os rios Danúbio e Don. As especificidades que lhe são intrínsecas foram já identificadas em mais de cinco mil sítios localizados na área mencionada, tendo ficado plenamente demonstrada a correspondência, em termos cronológicos e geográficos, entre o sistema de *Cernjachov* e o domínio gótico da região a norte do Mar Negro no período tardo-romano[267].

Contudo, há que notar que a interpretação dos achados correlacionados com o sistema em causa se assumiu, durante algum tempo, como foco de controvérsia. É certo que logo aquando das primeiras recolhas de materiais, concretizadas nos alvores do século XX, se reconheceram evidentes analogias face a um conjunto de artefactos, sobretudo metálicos, tidos como apanágio dos grupos germânicos oriundos das zonas norte e centro da Europa. Os vestígios materiais recuperados foram, pois, rapidamente associados às migrações de grupos de godos descritas nas fontes e, já no quadro do regime nacional-socialista alemão, usados como instrumento legitimador da anexação de áreas do leste europeu. Todavia, e na realidade, a complexidade do sistema de *Cernjachov* não respondia convenientemente a tais pretensões políticas e ideológicas. Com efeito, o sistema incorpora uma componente artefactual que se encontra declaradamente destituída de qualquer relação com os elementos do «horizonte» de *Wielbark*, sendo que, além do mais, não é forçoso que todos os objetos e práticas abarcados pelo sistema de *Cernjachov* requeressem um mecanismo migratório para que pudessem circular e ser transferidos entre diferentes áreas. Tendo estas ressalvas em mente, é imprescindível salientar que um dos contributos mais prementes que o sistema de *Wielbark* transmitiu ao de *Cernjachov* radica no *corpus* de adereços correlacionados com

---

[265] «[…] dramatic transformations began to unfold in the configuration of Germanic, or Germanic-dominated, material culture systems on the territory of what is now Poland from about the middle of the second century AD. In particular, the Wielbark cultural system started to spread southwards from Pomerania into the north of Greater Poland […] and south-eastwards across the Vistula into Masovia. […] In the past, the identity of the population groups behind this set of remains generated acrimonious debate because of their potential relevance to the highly vexed question of Slavic origins, but it is now generally accepted that the Wielbark culture incorporated areas that, in the first two centuries AD, were dominated by Goths, Rugi and other Germani, even if its population had not originally been (or still was not) entirely Germanic-speaking. The new territories into which Wielbark remains began to spread from c.150, however, had previously been occupied by a population whose material remains belonged to Przeworsk system. This has […] been associated with the Vandals, but certainly encompassed other population groups besides. Like most of these cultural areas, it was so large that it must have included several of the small first – and second – century Germanic groups mentioned by Tacitus or Ptolomy. […]» (HEATHER, 2009: 104-105).

[266] «[…] When the developing Wielbark system of the first and second centuries AD is compared with the new systems generated east of the Carpathians and north of the Black Sea in the third century, the similarities that emerge are striking. We are dealing not with the transfer of isolated objects or technologies but with much more distinctive cultural traits, comprising customs expressive of social norms (female custom), socioeconomic life strategies (longhouses) and even deeply held belief systems (burial rites). It is also striking that Wielbark ceramics are prevalent in the early stages of Cernjachov development, and that the Wielbark system had been expanding dramatically in a south-easterly direction in the preceding generations, right up to the boundaries of the region where its Cernjachov counterpart would come into existence. […]» (HEATHER, 2009: 120-121).

[267] HEATHER, 2009: 117.

a indumentária feminina que este último passou a incorporar[268]. E, como é sabido, a visibilidade inerente ao vestuário e aos adornos que com ele se articulam fazem destes elementos veículos privilegiados da expressão da identidade e/ou alteridade dos indivíduos e da «entidade» que os agrega[269].

Ora, de acordo com a historiografia tradicional, apoiada sobretudo no relato tardio de Jordanes, a segunda metade do século IV foi palco de uma cisão crucial no grande grupo dos godos, a qual redundou na criação de duas entidades políticas distintas: os visigodos e os ostrogodos[270]. No entanto, a realidade seria bem mais complexa que a retratada retrospetivamente por aquele autor[271]. Heather regista como, em torno do ano 375, pelo menos seis entidades góticas distintas surgem referenciadas nas fontes contemporâneas enquanto «protagonistas» de uma atuação razoavelmente independente, indicação que o investigador interpreta como um indício da possibilidade de o número de grupos presente ser ainda mais elevado, num cenário que estaria em perfeita consonância com a natureza intrinsecamente diversificada dos godos[272]. Contudo e, em regra, a sucessão de acontecimentos narrados não faz eco desta problemática, talvez até por razões operativas. Mas vejamos quais os episódios tidos como fulcrais para o posterior desenrolar dos acontecimentos.

Tradicionalmente, a entrada em cena dos hunos tem sido encarada como decisiva: de tal forma e a uma tal escala, que justificou a emergência do conceito de *hunnensturm*[273], expressão traduzida, em sentido literal, como tempestade ou tormenta huna. Julga-se que, por volta de 370, terão arrancado da região do Volga inferior, começando por avançar na direção do Cáucaso do norte e do rio Don, até atingir a zona então ocupada pelos alanos, grupo que atacaram e prontamente derrotaram. A vitória alcançada abriu-lhes duas rotas de acesso ao Ocidente, uma das quais conduzia naturalmente às estepes da Crimeia. Foi, pois, esta a via que tomaram na sua progressão para oeste, juntamente com os alanos, que o desastre militar convertera em seus subordinados. Em 375 acometiam contra os godos de Hermenerico, que se revelaram incapazes de resistir ao embate. Perante a ameaça, os *tervingi*, que não há muito se haviam afastado daquele rei, terão tentado, numa primeira fase, seguir até ao Dniestr, de forma a procurar defender-se das investidas hunas[274]. Os *greu-*

[268] HEATHER, 2009: 118-130.

[269] KULIKOWSKI, 2007: 60.

[270] Atente-se, a este propósito, nas interrogações que tal «separação» suscita a M. Kulikowski: «[…] How did the Tervingi tell themselves apart from the Greuthungi, who both appear in our fourth-century sources as political divisions of the Goths? In other words, can we get at barbarians' own criteria of identity and alterity? […]» (KULIKOWSKI, 2007: 59).

[271] «[…] Visigoths and Ostrogoths, groupings who formed successor states to the west Roman Empire in the fifth century, were both demonstrably new creations of that century, formed under Roman eyes and on Roman soil […]» (HEATHER, 2009: 123).

[272] HEATHER, 2009: 123-124.

[273] HEATHER, 2009: 177.

[274] «[…] the Huns kept pressing on his traces with great speed, and they would have overtaken and destroyed him if they had not been forced to abandon the pursuit from being impeded by the great quantity of their booty. In the mean time a report spread extensively through the other nations of the Goths, that a race of men, hitherto unknown, had suddenly descended

tungi, por seu turno, coligados com algumas tribos alanas, optaram por seguir para oeste, acabando por se instalar na região da *Pannonia*. Mas Hermenerico viria a ser traído e morto, e os seus súbditos sujeitos ao poder huno. Entretanto e enquanto prosseguiam no trajeto delineado, também os *tervingi* foram batidos[275]. Liderados por Fritigern, que em 378 viria a comandar a força «bárbara» que combateu e venceu o imperador Valente na mítica batalha de Adrianópolis[276], a maior parte dos que compunham o grupo dos *tervingi*, avançou então para o território a norte do Danúbio. Seria a partir daí que viria a cruzar o rio e a penetrar, enfim, em solo imperial, no que é considerado um momento capital, um prenúncio da queda de Roma, a qual tardaria ainda, mas viria incontornavelmente a sobrevir.

Mas quem eram, afinal os hunos? Jordanes classificou a sua «raça» como mais feroz que a própria ferocidade e descreveu o «nascimento» da mesma como produto da união entre «espíritos impuros» e feiticeiras[277]. Alimentando-se da fama de crueldade imputada aos hunos, Jordanes contribuiu, portanto, para alimentar um imaginário aterrador que viria a atravessar centúrias. Por seu turno, Amiano Marcelino descreveu o aspeto físico e

---

like a whirlwind from the lofty mountains, as if they had risen from some secret recess of the earth, and were ravaging and destroying everything which came in their way. And then the greater part of the population which, because of their want of necessaries, had deserted Athanaric, resolved to flee and to seek a home remote from all knowledge of the barbarians; and after a long deliberation where to fix their abode, they resolved that a retreat into Thrace was the most suitable for these two reasons: first of all, because it is a district most fertile in grass; and also because, by the great breadth of the Danube, it is wholly separated from the barbarians, who were already exposed to the thunderbolts of foreign warfare. And the whole population of the tribe adopted this resolution unanimously. […]» (MARCELINO, 1894: 584-585).

[275] Note-se que, ao elencar a sucessão de eventos ocorrida, M. Kazanski se refere aos *tervingi* como «Tervinges-Wisigoths» e aos *greutungi* como «Greuthunges-Ostrogoths», assumindo, portanto, a correspondência entre as mencionadas unidades (KAZANSKI, 1991b: 62-63).

[276] «[…] 3. But when the barbarians, rushing on with their enormous host, beat down our horses and men, and left no spot to which our ranks could fall back to deploy, while they were so closely packed that it was impossible to escape by forcing a way through them, our men at last began to despise death, and again took to their swords and slew all they encountered, while with mutual blows of battle-axes, helmets and breastplates were dashed in pieces. […] 5. Amidst all this great tumult and confusion our infantry were exhausted by toil and danger, till at last they had neither strength left to fight, nor spirits to plan anything; their spears were broken by the frequent collisions, so that they were forced to content themselves with their drawn swords, which they thrust into the dense battalions of the enemy, disregarding their own safety, and seeing that every possibility of escape was cut oft' from them. 6. The ground, covered with streams of blood, made their feet slip, so that all that they endeavoured to do was to sell their lives as dearly as possible; and with such vehemence did they resist their enemies who pressed on them, that some were even killed by their own weapons. At last one black pool of blood disfigured everything, and wherever the eye turned, it could see nothing but piled-up heaps of dead, and lifeless corpses trampled on without mercy. […]» (MARCELINO, 1894: 612-613).

[277] «[…] We learn from old traditions that their origin was as follows: Filimer, king of the Goths, son of Gadaric the Great, who was the fifth in succession to hold the rule of the Getae after their departure from the island of Scandza – and who, as we have said, entered the land of Scythia with his tribe – found among his people certain witches, whom he called in his native tongue *Haliurnnnae*. Suspecting these women, he expelled them from the midst of his race and compelled them to wander in solitary exile afar from his army. There the unclean spirits, who beheld them as they wandered through the wilderness, bestowed their embraces upon them and begat this savage race, which dwelt at first in the swamps, a stunted, foul and puny tribe, scarcely human and having no language save one which bore but slight resemblance to human speech. Such was the descent of the Huns who came to the country of the Goths. […]» (JORDANES, 1915: 106).

o modo de vida daquele «povo», aludindo à existência rude e desenraizada que levava[278]. E que dizer a respeito das suas origens?

M. Kazanski definiu os hunos como nómadas procedentes da Ásia Central, acrescentando que alguns autores os classificam como turcos e outros, como mongóis. A sua presença na Europa é mencionada pela primeira vez na *Geografia* de Ptolomeu, obra que remonta ao século II. Segue-se um longo interregno de referências, que só será quebrado no século IV, altura em o grupo volta a ser identificado nas estepes orientais do continente[279]. No entanto, e contrariamente ao que tem vindo a ser propalado por algumas narrativas mais exacerbadas, é provável que, sensivelmente até ao ano 400, os hunos tenham operado sobretudo na região a nordeste do Mar Negro sem que, portanto, tenham avançado logo para as imediações do Danúbio nem muito menos para as áreas confinantes com os Montes Cárpatos. Só assim se explicaria que os *tervingi* tenham podido aguardar junto às margens do rio enquanto uma embaixada seguia em demanda do imperador Valente que, por essa altura, se achava em Antioquia[280]. Tal não menoriza, naturalmente, o papel determinante que coube aos hunos no desencadear de uma forte pressão sobre os *tervingi* e, de igual modo, sobre outros dos grupos que ocupavam as regiões que passaram a ser palco das suas incursões, gerando circunstâncias propícias à eclosão de uma série de conflitos e movimentações. No entanto, obriga à matização de um discurso que pressupõe deslocações «relâmpago» e uma ameaça em progressão territorial incontrolável.

Átila, o rei huno mais conhecido, ficaria eternizado nas fontes, não só em razão dos sucessos militares associados ao seu nome, mas também devido ao carácter impiedoso que

---

[278] «[…] 2. At the very moment of their birth the cheeks of their infant children are deeply marked by an iron, in order that the usual vigour of their hair, instead of growing at the proper season, may be withered by the wrinkled seal's; and accordingly they grow up without beards, and consequently without any beauty, […], though they all have closely-knit and strong limbs, and plump necks; they are of great size, and low legged, so that you might fancy them two-legged beasts, or the stout figures which are hewn out in a rude manner with an axe on the posts at the end of bridges. 3. They are certainly in the shape of men, however uncouth, but are so hardy that they neither require fire nor well-flavoured food, but live on the roots of such herbs as they get in the fields, or on the half-raw flesh of any animal, which they merely warm rapidly by placing it between their own thighs and the backs of their horses. 4. They never shelter themselves under roofed houses, but avoid them as people ordinarily avoid sepulchres as things not fitted for common use. Nor is there even to be found among them a cabin thatched with reed; but they wander about, roaming over the mountains and the woods, and accustom themselves to bear frost and hunger and thirst from their very cradles. And even when abroad they never enter a house unless under the compulsion of some extreme necessity; nor, indeed, do they think people under roofs as safe as others. 5. They wear linen clothes, or else garments made of the skins of field-mice […]; but after a tunic is once put round their necks, however it becomes worn, it is never taken off or changed till, from long decay, it becomes actually so ragged as to fall to pieces. 6. They cover their heads with round caps, and their shaggy legs with the skins of kids; their shoes are not made on any lasts, but are so unshapely as to hinder them from walking with a free gait. And for this reason they are not well suited to infantry battles, but are nearly always on horseback […]. There is not a person in the whole nation who cannot remain on his horse day and night. […]» (MARCELINO, 1894: 578).

[279] KAZANSKI, 1991b: 62.

[280] HEATHER, 2009: 163.

os contemporâneos lhe atribuíam[281]. Adiante voltaremos a esta figura, pela participação em alguns eventos bélicos de importância incontornável. Mas, por ora, retornemos às margens norte do Danúbio onde, por volta de 376, se encontrava posicionada a maior parte dos godos *tervingi*[282], buscando encontrar uma solução, um refúgio, que os protegesse dos ataques hunos[283]. Assim aconteceu, tendo o imperador Valente consentido que os *tervingi* penetrassem em território romano, mas excluindo dessa abertura os *greutungi*[284]. No entanto, estes e outros grupos acabariam, pouco tempo depois, por avançar igualmente para o interior das fronteiras[285]. Malgrado os focos de conflito decorrentes dessa intrusão, uma certa «ordem» viria a estabelecer-se, ainda que de forma não duradoura. Em 382, *tervingi* e *greutungi* firmavam a paz com a autoridade imperial, não sem antes terem aniquilado uma parte do exército de Valente na batalha de Adrianópolis, um combate em que o próprio imperador perdeu a vida[286]. Em 395, alguns uniam-se em torno de Alarico, decidindo-se a segui-lo no trajeto que o levou, primeiro, à região dos Balcãs e, posteriormente, à península itálica[287]. Em agosto de 410, era Honório imperador, Alarico avançou contra Roma, seio do Império. Ele, que tinha

[281] «[…] Now this Attila was the son of Mundiuch, and his brothers were Octar and Ruas who are said to have ruled before Attila, though not over quite so many tribes as he. After their death he succeeded to the throne of the Huns, together with his brother Bleda. In order that he might first be equal to the expedition he was preparing, he sought to increase his strength by murder. This he proceeded from the destruction of his own kin-menace of all others. But though he increased his power by this shameful means, yet by the balance of justice he received the hideous consequences of his own cruelty. Now when his brother Bleda, who ruled over king a great part of the Huns, had been slain by his treachery, Attila united all the people under his own rule. Gathering also a host of the other tribes which he then held under his sway, he sought to subdue the foremost nations of the world – the Romans and the Visigoths. His army is said to have numbered five hundred thousand men. […]» (JORDANES, 1915: 101-102).

[282] «[…] the Gothic Tervingi, the Empire's main clients of the Lower Danube frontier for most of the fourth century, turned up on the northern banks of the river asking for asylum. […]» (HEATHER, 2009: 151); «[…] Ammianus, like the other sources, is entirely explicit in two points. First, the Goths came into the river in very large numbers. He never gives a total figure (in fact he says there were too many to count) but he does record that emperor Valens gave battle at Hadrianople on the intelligence that he was facing two thousand of opponents, which he understood to represent only a few parte of the total military force loose in the Balkans at that point. Second, these warriors come with their wives and children. […]» (HEATHER, 2009: 154).

[283] «[…] Hunnic raids undermined the collective confidence of the Tervingi in Athanaric's leadership, and caused the majority of them both to abandon him and to seek refuge inside the Roman Empire. […]» (HEATHER, 2009: 162).

[284] «[…] Ammianus does report a striking degree of political coherence among the two main groups of Goths – Tervingi and Greuthungi – who crossed into the Empire in 376. They each negotiated as a body with the Roman state from the banks of the Danube, and continued to act together, for the most part, afterwards. […]» (HEATHER, 2009: 154).

[285] «[…] [Greuthungi], however, soon found the opportunity to cross the river without help or permission, and were quickly joined by other uninvited guests: Taifali plus some Huns and Alans in 377, more Alans in 378, and some of Rome's Middle Danubian Sarmatian clients in 379. Long-established inner clients such as the Tervingi, Taifali and Sarmatians, outer clients like Greuthungi and Alans, and previously unknown Hunnic intruders were battling it out for control of the zone north of Rome's east frontier, and the struggle had spilled over on to imperial territory. […]» (HEATHER, 2009: 151).

[286] «[…] 12. Just when it first became dark, the emperor being among a crowd of common soldiers, as it was believed for no one said either that he had seen him, or been near him was mortally wounded with an arrow, and, very shortly after, died, though his body was never found. For as some of the enemy loitered for a long time about the field in order to plunder the dead, none of the defeated army or of the inhabitants ventured to go to them. […]» (MARCELINO, 1894: 614).

[287] HEATHER, 2009: 152.

desempenhado funções como general romano, assumia então na plenitude o papel de chefe godo, à cabeça de um amplo corpo de soldados [288]. Ao longo de três dias, este homem, que alguns investigadores consideraram ser um «rei»[289], desencadeou fortes destruições e pilhagens[290], no que consubstanciou um episódio traumático, quer a nível físico quer psicológico[291]. Continuou depois para a zona meridional da atual Itália: ele e os visigodos que o acompanharam teriam em mente transitar para África a partir da Sicília; mas Alarico morreria nesse mesmo ano e o objetivo ficou por cumprir[292]. Ataúlfo, que lhe sucedeu no comando[293], liderou o grupo em direção à *Gallia* do sul, onde tomou cidades como *Narbo* e *Burdigala*. Mas a ideia de passar ao continente africano não fora completamente abandonada, daí que Ataúlfo cedo se decidisse a partir para a *Hispania*. Contudo, também desta vez os visigodos não lograriam alcançar África. Ataúlfo foi morto em *Barcino* e Vália, que lhe sucedeu, optou por recuar. Em 418 celebrava um acordo com o Império, que o convertia e ao seu «povo» em federados, e lhe permitiu estabelecer-se na Aquitânia, onde viria a surgir o reino visigótico de *Tolosa*[294].

Recuemos agora um pouco, de forma a reencontrar Alarico. O saque de Roma em 410 constituiu um momento de incontornável peso simbólico, na medida em que demonstrava que a própria capital se encontrava sujeita a assaltos sem precedentes e a consequências funestas[295]. Contudo, não era a primeira vez que a península itálica era atacada. Em torno de 405/406, um grupo de dimensão avultada, dirigido por Radagaiso e maioritariamente constituído por godos, se bem que integrando igualmente outras entidades, atravessou os Alpes, tendo penetrado na península apenina. Esta força acabaria por ser derrotada por Estilicão,

---

[288] «[…] Alaric might be a Roman general, but no one ever mistook his followers for Roman soldiers. They were the Goths, and Alaric had led them against regular imperial armies more than once. In the early fifth century, the line between Roman regiment and barbarian horde was a fine one, and Alaric straddled it as best he could. […]» (KULIKOWSKI, 2007: 1).

[289] «[…] Although it is still often claimed that Alaric ruled the Goths because he belonged to the royal dynasty of the Balthi, the only source for this is Jordanes – and Jordanes at his most transparently fictitious, inventing a 'Visigothic' dynasty to match the Amal family of the Ostrogothic king Theodoric. Jordanes' testimony on this point can be taken seriously only by those whose theoretical superstructure requires an aristocratic *Traditionskern* to transmit Gothic ethnicity. […]» (KULIKOWSKI, 2007: 161).

[290] KAZANSKI, 1991b: 64.

[291] KULIKOWSKI, 2007: 178.

[292] «[…] Alaric was cast down by his reverse and, while deliberating what he should do, was suddenly overtaken by an untimely death and departed from human cares. His people mourned for him with the utmost affection. Then turning from its course the river Busentus near the city of Consentia – for this stream flows with its wholesome waters from the foot of a mountain near that city – they led a band of captives into the midst of its bed to dig out a place for his grave. In the depths of this pit they buried Alaric, together with many treasures, and then turned the waters back into their channel. […]» (JORDANES, 1915: 95).

[293] «[…] They bestowed the kingdom of the Visigoths on Athaulf his kinsman, a man of imposing beauty and great spirit; for though not tall of stature, he was distinguished for beauty of face and form. […]» (JORDANES, 1915: 95).

[294] KAZANSKI, 1991b: 64-65; HEATHER, 2009: 152.

[295] «[…] Serena, niece of Theodosius, widow of Stilicho, and thus cousin and mother-in-law of the reigning emperor, was strangled on suspicion of collusion with Alaric, with the open approval of the emperor's sister Galla Placidia. She was not the only victim, and famine and disease soon made matters worse: "Corpses lay everywhere", we are told, "and since the bodies could not be buried outside the city with the enemy guarding every exit, the city became their tomb. Even if there had been no shortage of food, the stench from the corpses would have been enough to destroy the bodies of the living". […]» (KULIKOWSKI, 2007: 9).

comandante geral do exército de origem vândala, que à época, era também a figura de proa do Império Romano do Ocidente. A vitória, porém, chegou não isenta de dificuldades[296], conforme atestado pelo número de efetivos envolvidos no ataque[297].

Também por essa altura, mais concretamente, nos finais do ano 406, iniciavam-se os movimentos transrenanos protagonizados por alanos, vândalos e suevos, interpretados como prenúncio das fortes perturbações que brevemente iriam sobrevir, primeiro na *Gallia* e, posteriormente, em território peninsular[298]. Entre o conjunto das «entidades» mencionadas, que Heather descreve como sendo detentoras de uma permanente capacidade de movimento, apenas os alanos eram personagens «estranhas» às efervescentes dinâmicas que há muito agitavam o Baixo Danúbio[299]. Com efeito, a ocupação dos alanos[300] nas terras a leste do Don só começa a estar documentada por volta do ano 370. Os vândalos, por seu turno, subdivididos em dois grandes grupos, o dos asdingos e o dos silingos, haviam já sido sinalizados na região a oeste dos Montes Cárpatos. Já a identidade dos suevos afigura-se mais problemática. P. Heather sublinha o facto de esta designação ter surgido ainda nos primórdios dos tempos imperiais, mas ter deixado de ser utilizada sensivelmente entre os meados do século II e os alvores da V centúria. O investigador considera, pois, bastante provável, que o termo se aplicasse sobretudo aos quados e marcomanos que integravam a confederação sueva estabelecida no Danúbio Médio, a oeste dos Cárpatos, já desde os alvores do período romano. De qualquer modo, nos inícios do século V, os suevos continuavam a gravitar sensivelmente em torno da mesma zona. Combinando forças que anteriormente se encontravam dispersas e subordinadas à tutela de distintos poderes, acabaram por se unir e cruzar o Reno superior a 31 de dezembro de 406[301].

---

[296] KULIKOWSKI, 2007: 160-164; HEATHER, 2009: 151.

[297] «[…] Stylicho […] had to put together a force of thirty regiments (*numeri*), plausibly fifteen thousand plus men, just to attack Radagaisus. One of the few fragments from the earlier part of Olimpiodorus' History also records that, on defeating Radagaisus, Stilicho drafted twelve thousand of the better warriors in the Gothic leader's following into the Roman army, confirming that this intrusion mustered well over ten thousand warriors, or quite plausibly twice that number or more. […]» (HEATHER, 2009: 175).

[298] LEGUAY, 1993: 16.

[299] HEATHER, 2009: 152.

[300] Veja-se a descrição das origens dos Alanos, conforme apresentada por Amiano Marcelino: «[…] 13. The Danube, which is greatly increased by other rivers falling into it, passes through the territory of the Sauromatae, which extends as far as the river Don, the boundary between Asia and Europe. On the other side of this river the Alani inhabit the enormous deserts of Scythia, deriving their own name from the mountains around: and they, like the Persians, having gradually subdued all the bordering nations by repeated victories, have united them to themselves, and comprehended them under their own name. […]» (MARCELINO, 1894: 580). Atente-se também em algumas das considerações que teceu em torno dos hábitos daquele «povo»: «[…] 18. They have no cottages, and never use the plough, but live solely on meat and plenty of milk, mounted on their waggons, which they cover with a curved awning made of the bark of trees, and then drive them through their boundless deserts. And when they come to any pasture-land, they pitch their waggons in a circle, and live like a herd of beasts, eating up all the forage carrying, as it were, their cities with them in their waggons. In them the husbands sleep with their wives in them their children are born and brought up; these waggons, in short, are their perpetual habitation, and wherever they fix them, that place they look upon as their home. […]» (MARCELINO, 1894: 581).

[301] HEATHER, 2009: 174.

Entretanto, os hunos consolidavam a sua presença na aproximação ao Império: não só o tornaram alvo de algumas incursões como, em paralelo, lograram integrar o seu exército enquanto mercenários. A evolução dos acontecimentos levou a que, por volta de 420, Flávio Aécio os tivesse convertido num sólido pilar de apoio, numa força de peso, direcionada não só contra os seus opositores internos, mas igualmente contra outros grupos «bárbaros» já estabelecidos no território ocidental, nomeadamente visigodos e burgúndios. Mas, com a ascensão de Átila, e o consequente incremento do poder huno, o equilíbrio alterou-se. Os assaltos fugazes e/ou o serviço militar deram lugar a «invasões a larga escala», consubstanciados, numa primeira fase, em vigorosos ataques à região dos Balcãs. Posteriormente, em 451 e 452, seria a vez de os hunos avançarem na *Gallia* e na *Italia*. Mas qual o principal objetivo das movimentações empreendidas por Átila? De acordo com as fontes, seria a obtenção de pagamento; outros ganhos, que não os pecuniários, ou mesmo a concessões de territórios, pareciam manifestamente menos atraentes. Em última análise, portanto, a atuação dos hunos poderá ser reveladora de um único propósito: promover o acesso às riquezas de Roma e Constantinopla. À semelhança dos godos, também eles haviam deixado para trás zonas menos desenvolvidas e penetrado no seio de um Império onde as oportunidades de granjear fortuna se lhes afiguravam muito maiores e promissoras[302]. Na aproximação aos meados da quinta centúria, a ameaça huna avolumava-se: e de tal forma que Átila obtivera margem de manobra suficiente para exigir ao imperador do Oriente um aumento do valor do tributo pago em ouro. Esta posição de força não lograria manter-se por muito tempo. Em 451, num episódio bélico que ficou conhecido como batalha dos Campos Catalaúnicos, o exército romano do Ocidente, liderado por Flávio Aécio e coligado com os visigodos de Teodorico I[303], que viria a perecer em combate[304], infligiu uma pesada derrota aos hunos[305].

Átila viria a morrer em 453, na sequência de uma década de caos infligido à Europa. E é curioso notar que um grupo que exerceu tamanha influência na história do continente tenha ficado marcado pela «invisibilidade» no registo arqueológico, situação que, na opinião de P. Heather, pode ficar a dever-se à necessidade que os hunos sentiram de adotar padrões específicos da cultura material de outros «povos»[306]. M. Kazanski, por seu turno, nota que a «dispersão» dos seus túmulos nas estepes pode decorrer do carácter itinerante da existência que levavam, pois, na verdade, os hunos estavam longe de constituir uma «enti-

[302] HEATHER, 2009: 214-215.

[303] «[…] XXXVIII. The armies met, as we have said, in the […] Catalaunian Plains. The battle field was a plain rising by a sharp slope to a ridge, which both armies sought to gain; for advantage of position is a great help. The Huns with their forces seized the right side, the Romans, the Visigoths and their allies the left, and then began a struggle for the yet untaken crest. Now Theodorid with the Visigoths held the right wing and Aetius with the Romans the left. […]» (JORDANES, 1915: 106).

[304] «[…] Here King-Theodorid, while riding by to encourage his army, was thrown from his horse and trampled under foot by his own, men, thus ending his days at a ripe old age. But others say he was slain by the spear of Andag of the host of the Ostrogoths, who were then under the sway of Attila. […]» (JORDANES, 1915: 109).

[305] WARD-PERKINS, 2006: 59.

[306] HEATHER, 2009: 207; 253.

dade» uniforme e homogénea. Com efeito, muitos historiadores entendem que, no século IV, ela seria composta por várias «tribos» distintas, agindo de modo supostamente independente. No entanto, os êxitos militares alcançados exigiriam, segundo Kazanski, alguma coordenação, ou mesmo, o estabelecimento de alianças. De qualquer modo e retornando à questão dos vestígios, Kazanski nota que, apesar da mencionada disseminação das áreas de enterramento na paisagem, não há dúvida que elas enformam o tipo de sítio prevalente na época de domínio huno[307]; com efeito, não só os locais de *habitat* são escassos como, além do mais, a parca componente artefactual neles detetada inibe a inserção num enquadramento cronológico preciso[308].

O império de Átila colapsou na sequência da inesperada morte do líder[309], fustigado por uma feroz luta pelo poder, desencadeada entre os seus filhos e herdeiros. Mas o facto de, além dos hunos, também indivíduos originalmente pertencentes a outros grupos se encontrarem agregados sob a sua autoridade, terá sido propiciador de violência. A conjugação de ambas as circunstâncias favoreceu a eclosão de uma guerra civil, geradora de inevitável fragmentação, a qual foi naturalmente aproveitada pelos inimigos[310].

O tempo de Átila ficava, pois, para trás. Cerca de duas décadas depois, em 476, era a vez de Rómulo Augusto ser deposto, na parte ocidental do Império. Porém, e por essa altura, já este desaparecera como unidade política e as províncias se encontravam controladas por reis «bárbaros»[311].

2.2. As «invasões» na Península Ibérica

As fontes históricas apontam o outono de 409 como o da invasão peninsular desencadeada por suevos, vândalos e alanos[312], na sequência dos anos passados a saquear e devas-

[307] «[…] Les tombes de l'époque hunnique ont généralement été mises au jour sur des nécropoles utilisées auparavant comme celles de Holmskoe, Ranjevoe, Gavrilovka dans la steppe, Kompanijcy, Jurovka et Kosanovo dans la steppe forestière, Dantcheny, Malaechty, Birdal Valea Seaca et Izvoare en Moldavie, Pietroasele […] en Munténie, Sîntana de Mures et Tîrgu Mures en Transylvanie. […]» (KAZANSKI, 1991b: 68).

[308] KAZANSKI, 1991b: 62-68.

[309] «[…] Shortly before he died, as the historian Priscus relates, he took in marriage a very beautiful girl named Ildico, after countless other wives, as was the custom of his race. He had given himself up to excessive joy at his wedding, and as he lay on his back, heavy with wine and sleep, a rush of superfluous blood, which would ordinarily have flowed from his nose, streamed in deadly course down his throat and killed him, since it was hindered in the usual passages. Thus did drunkenness put a disgraceful end to a king renowned in war. On the following day, when a great part of the morning was spent, the royal attendants suspected some ill and, after a great uproar, broke in the doors. There they found the death of Attila accomplished by an effusion of blood, without any wound, and the girl with downcast face weeping beneath her veil. Then, as is the custom of that race, they plucked out the hair of their heads and made their faces hideous with deep wounds, that the renowned warrior might be mourned, not by effeminate wailings and tears, but by the blood of men. […]» (JORDANES, 1915: 123).

[310] HEATHER, 2009: 207.

[311] THOMPSON, 1971: 13.

[312] «[…] Although large, it is evident that the nature of the forces on the move was not so simple as the traditional characterization of them as 'peoples' would suggest. The Vandal Alans and Sueves were a brand-new alliance, not a people, and

tar a *Gallia*. Se até à data os habitantes da *Gallaecia* e *Lusitania* haviam permanecido quase incólumes, em larga medida resguardados de outras incursões[313] e das consequências delas derivadas, agora o tempo era de mudança[314]. E, sem que tenha sido ainda plenamente definido qual o leque de motivações a determinar a passagem dos Pirenéus, algumas hipóteses foram já elencadas. Uma delas prende-se com o estado de depauperamento da *Gallia*, fruto de sublevações militares, rebeliões camponesas e ataques sucessivos: dada a fraca disponibilidade de recursos, os grupos então em cena ter-se-ão sentido tentados a procurá-los na *Hispania* onde, nos alvores do século V, as *villae* continuavam a ser exploradas[315]. Com efeito, os vestígios arqueológicos desvelados nos últimos anos mostram como, no Baixo Império, a rede de domínios rurais se encontrava bem sedimentada, propiciando não só o suprir de necessidades produtivas, mas também a satisfação de exigências de conforto e até de índole estética: basta pensar na opulência de alguns conjuntos musivos, nos frescos decorativos ou nos conjuntos escultóricos de algumas *villae* para que a imagem de um mundo em agonia generalizada seja afastada[316]. E, a propósito da manutenção de tal tipo de sítio, note-se que André Carneiro destaca o facto de algumas das *villae* com características monumentais e implantação significativa na paisagem das áreas atualmente correspondentes aos concelhos de Elvas, Campo Maior ou Estremoz, terem sobrevivido para além do termo do Império[317]. Além do mais, também as trocas comerciais se mantinham dinâmicas: se das regiões do interior chegavam os cereais, o azeite ou o vinho[318], o litoral fornecia o sal ou o *garum*. No entanto, e à medida que crescia a insegurança, algumas propriedades foram protegidas com muros de defesa, enquanto, noutros casos, se optou por «reocupar» velhos *oppida* ou por retornar aos lugares com altitude mais elevada e posicionamento estratégico[319], os quais, durante centúrias, pareciam ter perdido a sua razão de ser. Mas os alvores do século V demonstraram como estes sítios voltavam a ser «atrativos»: afinal, as investidas «bárbaras» estavam iminentes.

Ao referir tais ataques, impõe-se, naturalmente, que questionemos: será possível calcular qual a dimensão destes grupos? Como facilmente se depreende, esta é uma pergunta

---

the same is truth of the Sueves as a group, while the Vandals originally came in two distinct sub-units: Silings and Hasdings. And Silings, Hasdings, Alans and Sueves each originally came with their own separate kings. […]» (HEATHER, 2009: 176).

[313] J.-P. Leguay lembra a ocorrência de exceções a este quadro, realçando as investidas perpetradas por grupos de francos e alamanos em território peninsular. Uma delas remonta a cerca de 270-275 e chegou a atingir a *Lusitania*, deixando um rasto de insegurança e destruições (LEGUAY, 1993: 14).

[314] LEGUAY, 1993: 13; FERNÁNDEZ, 2013: 89.

[315] LEGUAY, 1993: 23.

[316] LEGUAY, 1993: 24.

[317] CARNEIRO, 2011: 202-203.

[318] Veja-se o exemplo proporcionado pelas intervenções levadas a cabo por Afonso do Paço, no sítio do Monte Velho, em Marvão. Num dos compartimentos foi detetado um depósito de hematite, a par de um nível de escórias, adjacente a uma estrutura de fundição. André Carneiro discerniu nestes vestígios um indício da prática metalúrgica desenvolvida em período tardio, muito embora numa escala limitada, circunstância que exigiria que outras atividades, caso da farinação ou da produção de vinho ou azeite, complementassem os proventos económicos obtidos (CARNEIRO, 2011: 120-121).

[319] LEGUAY, 1993: 24-26.

que já fez correr muita tinta e cujas respostas estão longe de se mostrar consonantes. De acordo com Victor de Vita, bispo bizantino que viveu no século V e cujos escritos constituem a mais importante fonte relativa às incursões «bárbaras» em África, o número de vândalos e alanos que ali chegaram, vindos da Península Ibérica, seria ligeiramente superior a cinquenta mil pessoas. Ressalvando a provável «amplificação» dos números e as consequentes imprecisões, tal poderia traduzir-se em cerca de dez mil guerreiros. Naturalmente, e atendendo às perdas populacionais sofridas até atingir aquele território, presume-se que, aquando da passagem do Reno, em 406, esta «confederação» integrasse uma quantidade de efetivos notoriamente mais avultada, até porque, à altura, incluía também suevos. Heather, ainda que consciente da panóplia de argumentos passíveis de ser esgrimidos para contrariar a sua tese, considera a hipótese de o número de combatentes ascender então a vinte mil homens. De resto, haveria ainda que contar com as mulheres e as crianças, cuja presença em trânsito dificilmente pode ser obliterada[320].

Para José Mattoso, e apesar de reconhecer algum exagero subjacente às fontes coevas, redigidas por autores imbuídos da cultura e espírito romanos, a agitação terá sido grande. Na verdade, não são apenas as impressões de choque veiculadas por via literária, a atestar os sobressaltos: a fuga de religiosos para África e para outros pontos do Mediterrâneo está documentada, assim como a ocultação de tesouros monetários com cronologia atribuída aos anos de tumulto[321]. Em paralelo, as pilhagens e devastações foram uma constante: ainda que, por algum tempo, a apropriação de terras possa ter serenado os ânimos, as circunstâncias ou algum pretexto acabariam por fornecer o mote para novas ações de rapina[322]. Na opinião de J.-P. Leguay, as zonas rurais eram mais desprotegidas e facilmente atacáveis, exceção feita às que se posicionavam em faixas mais isoladas e afastadas das vias, os eixos de penetração «bárbaros» por excelência[323]. Também as áreas que se inscreviam nas «áreas de influência» dos castros entretanto reocupados, caso de Guifões (Matosinhos) ou Fiães (Santa Maria da Feira)[324], lograram beneficiar de algum abrigo e proteção. Mas outros povoados, noutros pontos do território, terão igualmente voltado a receber ocupações, conforme atestado por alguns dos materiais tardios neles recolhidos[325]. Apontamos, como exemplo, os cabos de patenas litúrgicas oriundos, respetivamente, da cividade de Bagunte (Vila do Conde)[326] e

[320] HEATHER, 2009: 176.

[321] Há vários exemplos a apontar: «[…] perto da costa atlântica, entre o Douro e o Minho, nas proximidades das vias marítimas, fluviais e terrestres, no Monte do Crasto, nas jazidas de Aboim das Choças, Arcos de Valdevez, Monte de Santo Ovídio, S. Martinho de Arcozelo […], Santiago de Carreiras, Vila Verde […]» (LEGUAY, 1993: 26).

[322] MATTOSO, 1992: 305.

[323] LEGUAY, 1993: 34.

[324] Note-se que o Museu de História Natural, integrado na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, conserva materiais cerâmicos (nomeadamente *sigillatas* tardias, algumas estampilhadas) e metálicos (caso de um cabo de patena litúrgico e de um passador de correia) oriundos deste castro (ALMEIDA & SANTOS, 1971: 147-168; ALMEIDA, 1972a: 191-205).

[325] ALMEIDA, 1972a: 191-205; 1972b: 119-120.

[326] «[…] Entre o espólio inédito das escavações de Severo e Cardoso realizadas na Cividade de Bagunte e que hoje se encontra exposto no Museu de arqueologia do Instituto de Antropologia da Universidade do Porto encontrei um cilindro de bronze

do castro de Fontes (Santa Marta de Penaguião)[327], atualmente depositados no Museu de História Natural, no Porto[328].

É, pois, no século V que se inicia o que J. Mattoso caracteriza como a «[…] progressiva deterioração do sistema administrativo imperial […]». Não quer isto dizer que o mesmo tenha sido aniquilado: antes desvirtuado, ou ignorado em muitas das suas valências. Na verdade, os grupos de origem germânica tentaram adaptar e reproduzir os poderes anteriormente instalados, esforçando-se por imitar aqueles que os representavam, nomeadamente a nível local e regional[329]. Com efeito, Ward-Perkins nota que a maior parte dos monarcas que lideravam os reinos «bárbaros» emergentes procurava emular os moldes de governo e organização implementados pelo Império, pelo que se socorriam das competências dos funcionários no sentido de cumprir tal objetivo[330]. Já na segunda metade do século VI e, desta feita, no quadro de um reino visigótico «centralizado» e com capital em *Toletum*, Leovigildo não só continuaria a corporizar esta tendência, longamente enraizada, como iria mais longe, ao procurar desenvolver uma política declaradamente «[…] inspirada nas instituições bizantinas e no direito romano, como mostram os títulos que usou, as moedas que mandou cunhar […]»[331]. Com efeito, a iconografia que adotou e que acabou plasmada precisamente em alguns dos numismas que exibem a sua efígie[332], é bem ilustrativa dessa intenção[333]. Porém e até à ascensão de Leovigildo ao poder, muitos acontecimentos iriam ainda sobrevir.

Um deles, de relevância incontornável, teria lugar em 411, ano da «partilha» territorial, que estipulou uma área para o estabelecimento de cada um dos grupos integrantes da con-

---

torneado, rematando numa das extremidades por uma cabeça de animal, enquanto a outra mostra um sulco profundo entre dois bizeis. Nas paredes deste sulco são visíveis os orifícios por onde passavam os cravos fixativos, um dos quais cravos ainda lá se encontra […]» (CORTEZ, 1950: 72).

[327] «[…] terminal de uma pegadeira de *patena crismalis*. Trata-se de uma peça de bronze, de aspecto cilíndrico, perfeitamente fundida, pois que a técnica usada permitiu reproduzir os menores detalhes anteriormente modelados, peça depois enriquecida por trabalho de cinzelação. Este terminal de uma pegadeira é rematado por uma cabeça de animal, semelhando um cão, símbolo de fidelidade, podendo estabelecer-se um flagrante paralelo entre este objecto e os cabos terminais das *patenas crismalis* que encontrados foram no Castro de Trepa e em Hornillos del Camiño, etc. […]» (CORTEZ, 1950: 73-74).

[328] ALMEIDA, 1962: 235; 1979: 311-312.

[329] MATTOSO, 1992: 302.

[330] WARD-PERKINS, 2006: 68.

[331] MATTOSO, 1992: 314.

[332] J.-P. Leguay evoca as ocorrências de moedas com a legenda *LEOVEGILDVS REX* em território português, designadamente em Braga e Rio Maior. Destaca, por outro lado, o achado de numismas áureos em distintos pontos da atual Espanha, descrevendo-os como «[…] terços de soldo, chamados *tremisses*, de tipo perfeitamente identificado, trazendo o nome do soberano visigótico, a origem da oficina, um busto trapezoidal ornado de uma cruz no anverso, uma Vitória com o pé recortado em forma de V invertido no reverso. […]» (LEGUAY, 1993: 69).

[333] A propósito da importância que os monarcas de origem germânica atribuíam à imagem que transmitiam, atente-se nas observações de Ward-Perkins: «[…] in some parts of the former empire, the new rulers took explicit pride in maintaining Roman ways – as Ostrogothic propaganda in early sixth-century expressed it, 'The glory of the Goths is to protect civil life' […]» (WARD-PERKINS, 2006: 68).

federação invasora[334]. Suevos e vândalos asdingos tomaram a *Gallaecia*; já aos alanos coube a *Lusitania* e a *Carthaginensis* ocidental e aos vândalos silingos, a *Baetica*[335]. Não é certo que esta divisão do espaço peninsular ou o acordo subjacente tenham sido concretizados sob a égide romana, assumindo, portanto, a forma de *foedus*, o que teria convertido as unidades opositoras em «federadas»[336]. Mas, a tê-lo sido, tal poderia traduzir a intenção de relegar o cerne dos conflitos para a periferia das regiões mais romanizadas da Península, que correspondiam à *Tarraconensis* e *Carthaginensis* oriental.

Todavia, a paz propiciada pela partilha não seria duradoura. Em 415 já os alanos e os silingos saqueavam precisamente áreas romanizadas do sul peninsular, circunstância que suscitou a necessidade de anular os seus ataques. É neste contexto que entram em cena os visigodos, então comandados por Vália[337]; à altura debatendo-se com a carência de recursos, vêm a pedido de Constâncio, lançando-se na luta contra os depredadores que assolavam a *Baetica* e a *Lusitania*, e que acabariam por derrotar[338]. Findas as campanhas, os visigodos partiram então para a *Gallia Narbonensis* e Vália fixou-se em *Tolosa*[339].

Entretanto, também o Noroeste seria palco de conflitos, desta feita, desencadeados pelos vândalos asdingos. Em 419, avançaram contra os suevos, investida que viria a servir para justificar posteriores ataques contra os instigadores. Estes, guiados por Gunderico, acabariam por avançar para sul e estabelecer-se na *Baetica*, vivendo dos despojos conseguidos com as pilhagens que iam levando a cabo e que o exército romano não logrou travar[340]. Com a morte de Gunderico[341] sucedeu no trono Genserico, personagem que se aventurou mais longe, liderando a travessia para África[342], onde os vândalos viriam a fundar um reino[343].

Na Península permaneceram os suevos. Apesar de haver indícios que apontam no sentido de ter havido momentos de algum acordo entre o referido grupo de origem germânica e os hispano-romanos, o bispo Idácio de Chaves, ao descrever no *Chronicon* os

---

[334] MATTOSO, 1992: 305.

[335] «[…] § 49. L'an 457 de l'ère, les provinces d'Espagne ruinées par l'attaque de ces fléaux [du fer, de la faim, de la peste et des bêtes féroces], les barbares, convertis à l'idée d'établir la paix par la miséricorde du Seigneur, tirent au sort les territoires des provinces pour s'y installer. Les Vandales occupent la Galice et les Suèves la région située à l'extrémité occidentale, au bord de l'Océan. Les Alains tirent au sort la Lusitanie et la Carthaginoise tandis que les Vandales, surnommés Silings, ont la Bétique. […]» (IDÁCIO, 1974: 117-119).

[336] LEGUAY, 1993: 29.

[337] «[…] § 63. XXIII. Vallia, roi des Goths, pour défendre le 'nom' romain, fait de grands massacres de barbares dans les Espagnes. […]» (IDÁCIO, 1974: 123).

[338] «[…] § 67. Les Vandales Silings de Bétique sont tout exterminés par le roi Vallia.» (IDÁCIO, 1974: 123).

[339] MATTOSO, 1992: 305-306.

[340] «[…] § 86. Les Vandales ravagent les îles Baléares: ensuite, après avoir détruit Carthagène Spartaria et Séville et ravagé les Espagnes, ils envahissent la Maurétanie. […]» (IDÁCIO, 1974: 129).

[341] «[…] Guntharic, roi des Vandales, après avoir pris Séville, saisie d'une exaltation sacrilège, porte la main sur l'église de cette cité: peu après, par un jugement de Dieu, il fut possédé du démon et mourut. […]» (IDÁCIO, 1974: 129).

[342] «[…] Le roi Geiséric, partant de la côte de la province de Bétique, quitte les Espagnes et passe, au mois de mai, en Maurétanie et en Afrique avec tout les Vandales et leurs familles. […]» (IDÁCIO, 1974: 129).

[343] MATTOSO, 1992: 306.

acontecimentos de maior monta que sobrevieram entre 379 e 468, não concede uma imagem propriamente abonatória do referido grupo. Mas, convém dizê-lo, a imagem negativa que lhes imputava não o impediu de, na sequência de uma viagem que ele e um conjunto de outras personalidades empreenderam à *Gallia*[344] e que tinha como objetivo solicitar ao *magister militum* Aécio uma intervenção contra os suevos[345], pedido não atendido, ajudar a firmar a paz entre «invasores» e «ocupados», talvez por falta de alternativas. Porém, e se com este compromisso a situação acalmou na *Gallaecia*, o mesmo não se pode afirmar para o exterior do reino. Com efeito, foram vários os episódios de investidas e depredações nos territórios da *Baetica* e *Lusitania* protagonizados por suevos[346]. E quem era, afinal, Idácio? São muitos os pormenores da sua vida que quedam por esclarecer[347]. Sabe-se que terá nascido numa povoação de *Lemica* (ou *civitas Lemicorum*), nas imediações da atual Xinzo de Limia. Mas Alain Tranoy lembra as dificuldades que se colocam a quem procura delinear o seu percurso. Apesar de considerado um «continuador» de autores celebrados, como Eusébio de Cesareia e São Jerónimo, a literatura coeva é completamente omissa em referências àquela personagem, opacidade que se estende também à sua família. No entanto, o facto de Idácio ter viajado até ao Oriente na sua juventude, aliado à educação que lhe foi prodigalizada, deixa entrever um posicionamento social elevado, que poderia talvez decorrer da função desempenhada pelo pai na burocracia do Império. De resto, encontra-se assente que em 416 Idácio se tornou clérigo, talvez monge, e que em 427 seria já bispo em *Aquae Flaviae*[348]; terá sido, aliás, precisamente naquela que era a sua igreja, que por volta do ano 460, chegou a ser preso[349]. J.-P. Leguay descreve-o como um «homem culto», detentor de alguns rudimentos da língua grega, bom conhecedor do latim, dos autores clássicos e dos escritos dos Padres da Igreja. Defensor da ortodoxia católica num mundo percorrido por heresias, fiel ao Império e cultura romanos[350], Idácio assumiu o papel de relator «imparcial»

---

[344] «[…] Le choix d'un évêque est déjà par lui-même très révélateur du rôle de l'Église, à une époque où les cadres administratifs civils ne répondent plus aux besoins de la Galice. La désignation dut se faire au cours d'une assemblée, mais Hydace ne précise pas les modalités de son choix. […] Parmi les éléments qui déterminèrent la désignation d'Hydace, ses relations personnelles et sa culture eurent, sans aucune doute, un rôle considérable. […]» (TRANOY, 1974: 15).

[345] «[…] § 96. De nouveau, les Suèves saisissent une occasion pour rompre la paix amorcé avec les Galiciens: leur pillages amène l'évêque Hydace à se charger d'une ambassade auprès du général Aetius qui faisait campagne dans les Gaules. […]» (IDÁCIO, 1974: 131).

[346] MATTOSO, 1992: 306.

[347] LEGUAY, 1993: 21.

[348] TRANOY, 1974: 9-14.

[349] «[…] § 201 […] Une partie de l'armée des Goths, envoyée en Galice par les comtes Sunéric et Népotien, pille les Suèves près de Lugo et les habitants de Dictynium. Les délateurs Ospinio et Ascanius répandent, pour l'effrayer par leur perfidie, le bruit de découvertes de poison: les Goths regagnent les leurs. Et, peu après, à l'instigation de ces mêmes délateurs déjà cités, Frumarius, avec ses troupes suèves, après avoir capturé l'évêque Hydace dans son église de Chaves, le sept des calendes d'août, met gravement à sac ce district judiciaire. […] 207. Hydace, cité ci-dessus, au bout de trois mois d'une misérable captivité, au mois de novembre, par la grâce de Dieu, contrairement aux souhaits et aux mesures des dénonciateurs dont il a été question plus haut, revient à Chaves. […]» (IDÁCIO, 1974: 165).

[350] LEGUAY, 1993: 21-22.

dos acontecimentos sobrevindos entre 379, ano em que Teodósio I foi proclamado imperador[351], e 469, altura em que a sua própria morte se aproximava. Mas, ainda que o *Chronicon* que redigiu constitua a fonte escrita mais «direta» para aquele intervalo cronológico e um testemunho de inegável valor, as opiniões dos historiadores em torno da natureza dos seus escritos não são unânimes. De qualquer modo e, naturalmente, o que se afigura fundamental é proceder a uma leitura crítica do conteúdo que comporta[352]. O facto de Idácio ser clérigo e sentir-se cidadão romano, plenamente vinculado à dinastia Teodosiana, não pode ser negligenciado[353], até porque ajuda a explicar a angústia que demonstra perante as destruições e o desmoronamento da ordem que o regia, ou a visão catastrofista dos eventos, ilustrada por descrições terríveis, em que homens e poderes divinos parecem aliar-se para infligir os piores danos à população, num cenário infernal[354].

E que dizer do *regnum* criado no Noroeste? De acordo com diversos investigadores, os «invasores», pouco numerosos, não conseguiam controlar todas as regiões, sendo que alguns territórios permaneciam à margem do poder suevo[355]. Porém, e se bem que as contingências demográficas consubstanciassem um fator limitativo incontornável, outros haveria a sublinhar. García Moreno menciona a heterogeneidade intrínseca do grupo forâneo e a do próprio substrato provincial hispano-romano, condições propiciadoras de inevitáveis tensões, às quais se somavam as resistências geradas por uma geografia acidentada e irregular[356]. A consolidação possível fez-se sobretudo entre 430 e 456, muito embora toldada por contínuas perturbações: recordem-se, por exemplo, as sublevações que ficaram conhecidas pelo nome de *bagaudae* e que se sucederam sensivelmente entre 441 e 454, especialmente nas zonas confinantes com o rio Ebro e nas áreas de fronteira com os «povos» bascos[357]. Não obstante, em 438 inicia-se uma fase de expansão liderada por Réquila, associado ao

[351] Jordanes refere-se a Teodósio nestes termos: «[…] the lover of peace and of the Gothic race […]» (JORDANES, 1915: 92).

[352] Ainda acerca desta questão, afirma Alain Tranoy: «[…] si son ouvre ne peut être comparée sur le plan littéraire avec l'ouvre d'un historien comme Ammien Marcellin, en revanche, elle prend une valeur particulière dans la mesure où elle est notre unique source pour cette période et où sans les renseignements que nous fournit Hydace, nous ignorerions tout un aspect de l'histoire de la péninsule ibérique […]» (TRANOY, 1974: 62).

[353] TRANOY, 1974: 17-18; GARCÍA MORENO, 1991: 61; 105.

[354] «[…] § 48. Tandis que les Espagnes sont livrées aux excès des barbares et que le mal de la peste ne fait pas moins rage, les richesses et les approvisionnements stockés dans les villes sont extorqués par le tyrannique collecteur des impôts et épuisés par les soldats. Voici l'attaque de l'effrayante famine: les humains dévorent la chair humaine sous la pression de la faim, les mères, elles aussi, se nourrissent du corps de leurs enfants qu'elles ont tués ou fait cuire. Les bêtes féroces, habituées aux cadavres des victimes de l'épée, de la faim ou de la peste tuent aussi les hommes les plus forts et, repus de leur chair, se déchaînent partout pour l'anéantissement du genre humain. C'est ainsi que, par les quatre fléaux du fer, de la faim, de la peste et des bêtes féroces, qui sévissaient partout dans le monde entier, s'accomplit ce qu'avait annoncé le Seigneur par ses prophètes. […]» (IDÁCIO, 1974: 117).

[355] TRANOY, 1974: 45; LEGUAY, 1993: 35.

[356] GARCÍA MORENO, 1991: 62.

[357] J. Mattoso define estas lutas como «[…] uma das formas de ressurgência de capacidades guerreiras e de sentimentos de insubmissão por parte dos povos do Norte, que tinham sido muito menos atingidos pela romanização. […]» (MATTOSO, 1992: 307).

trono por Hermerico, seu pai. Comprometido com a atividade bélica, Réquila avançou na *Baetica* e arrasou várias cidades da *Lusitania*, caso de *Emerita* e *Myrtillis*. Posteriormente, em 441, e reinando já sozinho, penetrou em *Hispalis* com a cumplicidade de alguns aristocratas locais. Ali se instalou e a partir daquela cidade conseguiu controlar grande parte das províncias do sul, pelo menos até 446[358]. Com a morte de Réquila, em 448, a situação não se pacificou. Requiário, que lhe sucedeu, não só persistiu na devastação da *Baetica* e *Lusitania*, como se aventurou igualmente em incursões na *Carthaginensis*. No entanto, a atuação deste monarca distanciou-se da dos seus predecessores, na medida em que extravasou a dimensão bélica: firmou, via matrimónio, uma aliança com o rei Teodorico, soberano do reino visigótico de *Tolosa*; converteu-se ao catolicismo e deste modo marcou a diferença face aos demais grupos germânicos, cristãos arianos; em paralelo, foi o primeiro rei de origem bárbara a cunhar moeda. No entanto, uma série de episódios e quebras de compromisso por parte de Requiário redundariam em incontornáveis alterações e na inflexão do equilíbrio de forças. O próprio Teodorico acabaria por vir à *Gallaecia* e por derrotar os suevos numa batalha travada junto ao rio Órbigo, nas imediações de *Asturica*. E no intuito de refrear o poder remanescente, Teodorico não só atacou e pilhou *Bracara*[359], a capital, como avançou até à região de *Portucale*[360], onde se refugiara o já enfraquecido Requiário: aí se consumou a sua derrota, que culminou na própria morte[361]. Não tinha ainda, porém, chegado o tempo da dissolução do *regnum* suevo[362].

Seguir-se-iam anos de fragmentação do poder até à entrada em cena de Remismundo, a quem se ficou a dever a recuperação de alguma tranquilidade[363]. Tendo conseguido o apoio

[358] MATTOSO, 1992: 307-308.

[359] «[…] § 174. Le roi Théodoric marche, avec son armée, sur Braga, la cité la plus reculée de la Galice. Cette cité, le trois des calendes de novembre, le jour du Seigneur, est livrée à un pillage qui, sans être sanglant, n'en est pas moins triste et lamentable. De nombreux Romains sont faits prisonniers; les basiliques des saints sont forcées, les autels renversés et brisés; les vierges consacrées à Dieu sont ensuite emmenées mais sans être violées; des clercs sont dénudés à la limite du pudeur; toute la population des deux sexes avec les petits enfants est tirée des lieux saints où elle s'était réfugiée; des chevaux, du bétail, des chameaux souillent le lieu consacré: comme pour Jérusalem selon l'Écriture, se renouvela, en partie, le châtiment de la colère divine. […]» (IDÁCIO, 1974: 155).

[360] Note-se que a localização apontada não é isenta de problemas. Para uma confrontação com as questões suscitadas pela aplicação do termo *Portucale*, atente-se nas observações produzidas a este respeito por Jorge de Alarcão: «[…] Na época tardo-romana ou suévica, o nome de *Portus Cale* ou *Portus Calis* (já evoluído para Portucale ou Portugale) teria sido dado também à antiga cidade de Cale. Mas esta teria sido chamada *Portucale Novum*, não porque fosse de fundação mais recente, mas porque o povoado da margem esquerda é que tinha, de antigo, o nome de *Portus Cale*. Assim, ao povoado de Vila Nova de Gaia ter-se-ia chamado *Portucale Antiquum*. Na Crónica de Idácio […] diz-se que o rei dos Suevos, Requiário, fugiu *ad locum qui Portumcalem appelatur* e que, aí feito prisioneiro, foi levado ao rei visigótico Teodorico. A expressão *locum* parece mais adequada a um pequeno povoado do que a uma cidade. Assim, podemos interrogar-nos se Requiário foi capturado na antiga Cale (que, em 456 d.C., já seria chamada *Portucale*) ou no povoado da margem esquerda. […]» (ALARCÃO, 2005: 304).

[361] «[…] § 175. II. Rechiarius s'était réfugié dans un lieu nommé Porto. Capturé, il est amené au roi Théodoric et jeté en prison. Les Suèves qui avaient survécu en combat précédent se livrent; un certain nombre est néanmoins tué […]» (IDÁCIO, 1974: 157).

[362] MATTOSO, 1992: 308.

[363] IDÁCIO, 1974: 171.

de Teodorico, é dele que recebe a investidura, o que demonstra bem o grau de influência que o monarca de *Tolosa* lograra alcançar entre os suevos. Além do mais, Remismundo casou com uma mulher visigoda, daí que, ao integrar a clientela de Teodorico, se tenha colocado em posição subalterna no quadro da aliança suevo-visigótica. De qualquer modo, o laço criado não traria grandes desenvolvimentos ao nível da desejada pacificação, até porque rapidamente se dissolveu. Na verdade, cedo os suevos retomariam os assaltos no exterior das suas fronteiras, sendo que alguns deles, caso dos perpetrados contra *Conimbriga*, primeiro em 465[364] e depois, em 468[365], viriam a ser imortalizados por Idácio[366]. Contudo, o relato do *Chronicon* estava prestes a terminar. Os últimos acontecimentos narrados pelo bispo de Chaves datam de 469, e são pouco animadores: continuam as referências a pilhagens e devastações, como as perpetradas em *Asturica*, desta feita, pelos godos[367].

Preparava-se, entretanto, uma alteração do peso dos visigodos na *Hispania*. Na década de setenta do século V encontravam-se na área meridional da Península, fruindo, ao que tudo indica, de um relacionamento pacífico com os hispano-romanos. Mas no reinado de Alarico II, os moldes do estabelecimento daquele «povo» sofreram uma importante mudança. Com efeito, à medida que as posições e influência francas ganhavam preponderância no sul da *Gallia*, os visigodos viam a sua importância reduzir-se progressivamente, daí que, a partir de 494, tenham começado a cruzar os Pirenéus. Faltavam então poucos anos para que a intensificação das investidas francas culminasse no embate de Vouillé, o qual se saldou na aparatosa derrota dos visigodos, na morte do seu rei, Alarico II, e na tomada do tesouro régio por parte dos francos. E este episódio leva J. Mattoso a sublinhar a vigorosa oposição entre o fracasso militar de 507 e a «[…] transcendência cultural […]» do legado de Alarico II, a quem se deve, entre outras realizações, a promulgação da *Lex Romana Visigothorum*[368], também conhecida como *Breviário de Alarico*: uma compilação de leis, formulada com o intuito de ser aplicada tanto à população romana sujeita ao poder visigótico como aos próprios visigodos[369], e que, pela importância granjeada, chegou a ser comparada ao *Corpus Iuris Civilis* de Justiniano[370].

---

[364] «[…] § 229. Les Suèves, après avoir pénétré par traîtrise à Conimbriga, s'emparent des biens de la noble famille de Cantaber et emmènent en captivité la mère et ses fils […]» (IDÁCIO, 1974: 171).

[365] «[…] § 241. II. Conimbriga, surprise en paix, est pillée; les maisons et une partie des murailles rasées, les habitants sont capturés et déportés: la cité et sa région ne forment plus qu'un désert […]» (IDÁCIO, 1974: 175).

[366] MATTOSO, 1992: 309-310.

[367] IDÁCIO, 1974: 177.

[368] MATTOSO, 1992: 310-311.

[369] «[…] Estas leyes del año 506 fueran una ampliación de las que habían sido elaboradas por Eurico, si bien aquéllas eran selectivas e éstas generales. Tanto el Código como el Breviario están cargados de una fuerte influencia romana; se unen en ellos el derecho romano vulgar y el derecho visigodo de carácter germánico. […]» (PALOL I SALELLAS & RIPOLL LÓPEZ, 1988: 83).

[370] A despeito desta realização, a opinião a respeito do reinado de Alarico nem sempre se revelou muito favorável: «[…] A pesar de la compilación de leyes, Alarico fue acusado de una gran mediocridad además de ser derrotado en Vouillé, causas por las cuales el pueblo visigodo tuvo que abandonar las provincias que le habían sido asignadas en un principio y aquellas que había conquistador con el paso del tiempo. […]» (PALOL I SALELLAS & RIPOLL LÓPEZ, 1988: 83).

Na sequência da batalha travada em Vouillé, a 507, haveria mudanças de monta a registar, ainda que, como veremos, não exponenciais. Esta data tem vindo a ser reiteradamente evocada como um marco histórico basilar, na medida em que, ao ditar um sério revés ao equilíbrio do reino de *Tolosa*, consubstanciado na perda de territórios e de poder, teria determinado o abandono massivo da Aquitânia por parte dos visigodos e a sua deslocação para a Península Ibérica. Porém, a investigação arqueológica mais recente[371], fundada numa série de indícios e renovados argumentos, sugere que uma parte significativa dos visigodos terá permanecido naquele reino após 507[372]. É essa, por exemplo, a posição sustentada por Volker Bierbrauer[373], mas igualmente por outros autores, como Françoise Stutz[374], uma profunda conhecedora das zonas a sul do rio Loire, para o período compreendido entre os séculos VI e VII. Impõe-se, portanto, que as perspetivas de interpretação relativamente aos sucessos subsequentes a Vouillé sejam reapreciadas e que, tomando em consideração os novos contributos, abandonem o carácter imediatista e excessivamente subjugado à indicação cronológica histórica. Com efeito, a tentativa de identificação direta entre os dados arqueológicos e os sucessos mencionados nas fontes escritas é passível de redundar em relatos condicionados e pouco afinados com a realidade[375]. E, nos mais diversos campos, constata-se que nem sempre as informações concedidas pelas fontes da Antiguidade Tardia ou já medievais encontram correspondência clara nas evidências arqueológicas[376]. Tendo estas ressalvas em mente, retomamos o fio da narrativa histórica.

Após a derrota de Vouillé e da morte em combate de Alarico II, Amalarico, o seu filho, seria conduzido ao trono do reino visigótico pela mão do avô, Teodorico o Grande, monarca ostrogodo que dominava *Italia* e que deste modo estendeu a sua influência à *Hispania*[377]. Palol i Salellas e Ripoll López ressalvam as óbvias dificuldades em concordar com o modo como alguns dos contemporâneos encararam a sua figura, concretamente, como um *rex barbaricus inliteratus*. Na verdade, e muito embora sem que se saiba se como hóspede ou cativo, o que é certo é que Teodorico permaneceu na corte de Ravena ao longo de dez anos. Foi ali que recebeu a sua educação de jovem privilegiado, a qual, naturalmente, acabou por se refletir no refinamento e dinâmica intelectual da corte em que, mais tarde, viria a ocupar o eixo central[378].

---

[371] AZKARATE GARAI-OLAUN, 2005: 413.

[372] «[…] no se ha de pensar, como antes, en una desbandada, consecutiva al hecho de marras: ni la destrucción del poder godo es total al principio, ni los Francos de Clovis, lastrados por sus propias contradicciones, se hallan en situación hasta varios lustros después para hacer efectivo su dominio en el área. De hecho, aunque por parte goda parece renunciarse hacia el 512--514 a la reconquista de lo ya perdido en Aquitania, la salida en bloque de la nobleza goda y de sus leales no debe de producirse sino tras la muerte de Amalarico el 531. […]» (LARRAÑAGA, 2004 *apud* AZKARATE GARAI-OLAUN, 2005: 413).

[373] BIERBRAUER, 1997: 172.

[374] STUTZ, 2000: 41.

[375] AZKARATE GARAI-OLAUN, 2005: 413-414.

[376] SÁNCHEZ RAMOS, 2007: 203.

[377] MATTOSO, 1992: 311.

[378] PALOL I SALELLAS & RIPOLL LÓPEZ, 1988: 31.

Mas retornemos à *Hispania*. Colocando na liderança do exército chefes ostrogodos que entretanto se uniram por matrimónio a mulheres visigodas, Teodorico logrou instituir uma política de conciliação, à semelhança da que firmara no interior do seu próprio reino[379], onde dominou num clima de harmonia e paz social, conforme descrito pelos cronistas coevos[380]. E, testemunho da cooperação alcançada, nomeadamente com os bispos hispano-romanos, a igreja começa a dar sinais de um renovado impulso e vigor[381].

A «proteção» ostrogoda ao reino visigótico persistiu para além do falecimento de Teodorico, em 526. Com efeito, manteve-se até à morte de Amalarico, seu neto, e continuou mesmo no tempo dos seus sucessores de origem ostrogoda, Teudis e Teudisclo[382]. Ripoll López sublinha que terá sido a partir do reinado de Teudis que se firmou o propósito de estender o domínio da monarquia visigótica à totalidade do território peninsular, de forma a contrariar não só os projetos da aristocracia sediada na *Baetica*, cuja atitude denotava um crescente ensejo de independência, como a repelir os reiterados assédios bizantinos[383]. No entanto, e ainda que tal projeto tenha sido idealizado nessa altura, ficaria então por cumprir. Vivia-se uma fase de grande instabilidade[384], perfeitamente ilustrada nos assassinatos que tiveram lugar: o de Teudis, em 548, e o de Teudisclo no ano seguinte, às mãos dos seus próprios apoiantes[385].

Nas décadas subsequentes e até ao início do reinado de Leovigildo, em 570, os reis visigóticos foram inábeis na afirmação do seu poder e no controlo firme dos seus territórios. Quer a sul, nas áreas mais intensamente romanizados, quer a norte, emergiam focos de poder que procuravam independentizar-se. Além do mais, avolumavam-se as lutas intestinas, como a que opôs o monarca Ágila ao nobre Atanagildo[386]. Conforme descrito por Isidoro de Sevilha[387], seria este último a «triunfar»[388]. Todavia, as dificuldades sentidas na região meridional, sobretudo em razão da presença bizantina naquela área e das pretensões expansionistas que a norteava[389], levaria Atanagildo a buscar um novo local para se fixar.

---

[379] MATTOSO, 1992: 311.

[380] PALOL I SALELLAS & RIPOLL LÓPEZ, 1988: 65.

[381] J. Mattoso fornece alguns exemplos: «[…] celebração de concílios, contactos com a igreja romana, referências a escritores eclesiásticos, a bispos e a escolas católicas, menção de mosteiros e construção de basílicas […]» (MATTOSO, 1992: 311).

[382] MATTOSO, 1992: 311.

[383] RIPOLL LÓPEZ, 1998: 209.

[384] MATTOSO, 1992: 311; RIPOLL LÓPEZ, 1998: 209.

[385] «[…] El asesinato de los monarcas visigodos a manos de sus súbditos era casi una cosa corriente. Entre 531 y 555 nada menos que cuatro reyes sucesivos fueron asesinados: Amalarico, Teudis, Teudigiselo y Agila. […]» (THOMPSON, 1971: 32).

[386] MATTOSO, 1992: 312.

[387] RIPOLL LÓPEZ, 1998: 210.

[388] «[…] En junio o julio de 552, los bizantinos desembarcaron en España, unieron sus fuerzas a las de Atanagildo y le ayudaron a derrotar al ejército de Agila, que había marchado hacia el Sur, desde Mérida, en dirección a Sevilla. Pero tras tres años de campañas indecisas, los visigodos se dieran cuenta de que se estaban destrozando a sí mismos. […] Por consiguiente, los partidarios del rey le asesinaron en Mérida en marzo de 555 y colocaron en el trono a Atanagildo […]» (THOMPSON, 1971: 30).

[389] Note-se que Atanagildo, na fase em que ombreou forças com Ágila, chegou a solicitar o apoio de Justiniano, o imperador bizantino, o mesmo de quem procurava agora libertar-se (RIPOLL LÓPEZ, 1998: 210).

Acabaria por escolher *Toletum*, que em 555 se tornava capital[390], decisão que ditou o fim da itinerância da corte[391].

Poucos anos antes dos eventos descritos, talvez por volta de 550, o rei suevo Carrarico abraçara o catolicismo. Diz-se que a adoção desta fé se terá ficado a dever à «cura milagrosa» alcançada através da exposição de Teodomiro, seu filho, às relíquias de São Martinho de Tours, trazidas da *Gallia* para o efeito[392]. Ora, tudo indica que o culto deste santo terá sido introduzido na *Gallaecia* por São Martinho de Dume que, tal como o seu homónimo, seria originário da *Pannonia*[393]. Martinho ficou conhecido pelos diversos vetores da ação que desenvolveu na *Gallaecia*[394], onde se instalou na sequência da viagem empreendida ao Oriente[395]. Uma das marcas da sua existência radica precisamente na fundação do mosteiro de Dume, o primeiro a ser erguido em louvor do venerável Martinho de Tours[396], e que se converteu num centro irradiador de cultura e da ortodoxia. De resto, Martinho de Dume foi responsável pela reunião dos dois concílios de Braga (em 561 e 572, respetivamente)[397] e pela reorganização da Igreja sueva, sendo que para tal dividiu a *Gallaecia* em dois sínodos e definiu os limites das paróquias, reestruturação fixada no *Parochiale suevicum*[398]. Mas a sua atividade não se ficou por aqui. Martinho de Dume verteu do grego escritos canónicos e monásticos orientais, redigiu textos para instruir o monarca suevo de então e empenhou-se em usar os seus escritos para combater os ecos da heresia priscilianista[399], bem como as superstições pagãs que se mantinham bem vivas em meio rural[400]. A obra *De correctione rusticorum*, opúsculo que visa «corrigir» e elevar os costumes dos camponeses, representa, neste âmbito, um pilar de importância incontornável. Atendendo, portanto, à dimensão de

[390] MATTOSO, 1992: 312.

[391] RIPOLL LÓPEZ, 1998: 209.

[392] ALMEIDA, 1986b: 22; MATTOSO, 1992: 312-313.

[393] REAL, 2014: 16.

[394] MATTOSO, 1992: 313.

[395] «[…] A finais do séc. IV e, sobre todo, nos inícios do século seguinte, as viaxes à Oriente (Terra Santa) para visitar os lugares santos ou para completer a formación teolóxica tórnanse habituales dentro das cultas elites eclesiásticas da *provincia*. Debe ser a finais do séc. IV cando a monxa Exeria viaxa ata Terra Santa animada pola situación de paz teodosiana que parece reinar sobre todo o Oriente […]» (FERNÁNDEZ, 2013: 90).

[396] FERNÁNDEZ, 2013: 179.

[397] Para uma análise dos textos conciliares, consultar a edição bilingue de J. Vives (VIVES, 1963: 65-106).

[398] «[…] Le *parochiale* suève se présente dans un cadre historique marqué par la notice introductive: en l'an 569, le roi Théodemir ordonne la réunion à Lugo des évêques de son royaume […]. Le programme épuisé, le roi fait tenir une lettre aux évêques; il indique que les diocèses sont trop peu nombreux pour un si vaste territoire et que le royaume devrait être divisé en deux provinces ayant chacune leur métropolitain. Les évêques décident que Lugo deviendra la nouvelle métropole; ils créent de nouveaux évêchés; enfin, ils répartissent les diocèses et les paroisses entre tous les siège épiscopaux […]» (DAVID, 1947: 19).

[399] Segundo Ana M. Jorge, o priscilianismo afirma-se como «[…] uma corrente religiosa de tipo heterodoxo que se desenvolveu na Lusitânia romana, em torno de Prisciliano, a partir do último quartel do século IV, atingindo posteriormente a Galécia e a Aquitânia. […]» (JORGE, 2000-2001: 63). De acordo com a mesma autora, é possível «[…] distinguir duas fases no movimento priscilianista: a primeira correspondente à vida de Prisciliano, sua denúncia e condenação e a segunda à expansão do priscilianismo após a execução de Prisciliano em Tréves. […]» (JORGE, 2000-2001: 63).

[400] MATTOSO, 1992: 313.

toda a sua atividade, compreende-se que o prelado seja considerado como o «[…] maior expoente da cultura bracarense do século VI […]»[401].

Mas regressemos à narrativa. Nas fontes imperava um profundo silêncio acerca do *regnum* suévico praticamente desde 469, ano em que termina o *Chronicon* de Idácio; por essa altura, aliás, a sua morte estaria já próxima[402]. É certo que outros autores, como Gregório de Tours ou João de Bíclaro, regressado de Constantinopla por volta de 576[403], também evocaram acontecimentos históricos relacionados com a existência peninsular dos suevos; mas, na perspetiva de J.-P. Leguay, fizeram-no de um modo menos «direto» e, além do mais, destituído de objetividade: com efeito, também eles eram «herdeiros» da cultura e entendimento romanos, nomeadamente no modo como encaravam os «bárbaros»[404]. E. A. Thompson, por exemplo, sublinha que a fonte a que recorreu para estudar o período compreendido entre o reinado de Gesaleico e o de Liuva consta da *Historia Gothorum*, de Isidoro de Sevilha[405]. De qualquer modo, há que notar que alguns investigadores equacionam a possibilidade de esse silêncio ser também reflexo de uma relativa pacificação, considerando a hipótese de a fronteira sul do reino se ter mantido constante durante largos anos. De resto, e atendendo à aparente calma em que os visigodos viviam em torno de *Emerita*, é provável que o seu domínio estivesse então perfeitamente estabelecido na *Lusitania*. De qualquer modo, esta suposta acalmia é interrompida pouco depois de Leovigildo ser associado ao poder pelo seu irmão Liuva, duque da *Septimania*. Em 570 já Leovigildo liderava importantes campanhas militares na *Hispania*. Com efeito, e nesse mesmo ano, recuperava *Malaca* e *Calpe* aos bizantinos; dois anos depois, subjugava *Corduba* e em 573 não só se tornava «rei de pleno direito», como submetia um «povo» que habitava a oeste de Zamora, já perto da linha de fronteira dos suevos[406]. Aproximava-se cada vez mais do *regnum* da *Gallaecia*.

Mas não eram apenas os sucessos bélicos conquistados que começavam a marcar os tempos de reinado de Leovigildo, até porque a guerra surgia então não como um fim em si mesmo, antes como um meio para atingir intentos maiores, como o de firmar uma monarquia visigótica forte e vigorosa, propiciadora da almejada *gothica pax*[407]. Em paralelo, parecia também aberto o caminho para o florescimento cultural, acompanhado de perto por um crescente proselitismo católico, protagonizado pelos bispos Leandro e Masona, ou por João de Bíclaro que, nascido em *Scallabis*[408], possuía ascendência gótica[409]. No entanto, tensões decorrentes das opções religiosas acabariam por emergir.

---

[401] REAL, 2014: 16.
[402] TRANOY, 1974: 16; 179.
[403] THOMPSON, 1971: 34.
[404] LEGUAY, 1993: 45.
[405] THOMPSON, 1971: 19.
[406] MATTOSO, 1992: 312-314.
[407] GARCÍA MORENO, 2008: 52.
[408] MATTOSO, 1992: 314.
[409] REAL, 2014: 16.

Com efeito, logo nos inícios do reinado, Leovigildo chamara os seus dois filhos, Recaredo e Hermenegildo, para partilhar o poder. Mas uma série de acontecimentos, entre os quais se conta o casamento de Hermenegildo com Ingunda, uma princesa católica, haveria de desencadear eventos que se revelariam capitais. Ora, a Hermenegildo fora entregue o governo da *Baetica*, cargo que o levou a fixar-se em *Hispalis*. Terá sido nessa altura que, por influência do bispo Leandro e de sua mulher, adotou o catolicismo. A conversão, aliada ao facto de Hermenegildo procurar assumir uma crescente independência política, acabariam por suscitar uma reação ariana. O reflexo mais evidente dessa resposta radicou na reunião dos bispos arianos num concílio, celebrado em *Toletum* em 580, e que corporizou um conjunto de tentativas para, por um lado, aproximar as doutrinas opostas e, por outro, contrariar as atitudes dos prelados católicos mais inflexíveis. Todavia, não só ficou por alcançar o objetivo de aproximação, como, em paralelo, houve um recrudescer da intransigência. Hermenegildo afrontava agora declaradamente o seu pai, à cabeça de um partido que se esforçou por congregar uma base de sustentação externa, buscada entre suevos, bizantinos ou mesmo além do território peninsular, na Borgonha e Austrásia. Leovigildo ripostou: em 582 tomou *Emerita*, que não perdera o seu papel de referência enquanto centro cultural e religioso e, no ano seguinte, cercava *Hispalis*. Miro, rei dos suevos, foi em socorro de Hermenegildo, mas acabaria vencido e morto. Hermenegildo ainda tentou escapar, mas viria a ser preso e, já em *Tarraco*, assassinado. Corria o ano 585[410].

Entretanto, e ainda antes do desenlace dos conflitos descritos, Leovigildo tivera oportunidade de empreender ataques a alguns pontos do *regnum* suevo da *Gallaecia*. Em 576, o próprio Miro sofrera um assalto direto, pelo que a ação de Hermenegildo na *Baetica*, a quem se propôs ajudar, talvez tenha gerado alguma expectativa no sentido de afastar a ameaça corporizada por Leovigildo. Porém e como vimos, Miro não só falhou tal propósito, como perdeu a vida ao tentá-lo. Sucedeu-lhe no trono Eborico, seu filho, que assentiu em subjugar-se ao monarca visigótico; todavia, o caudilho Audeca não tardaria a usurpar o poder, relegando Eborico para a reclusão de um convento. Este episódio enformou certamente um dos pretextos para que Leovigildo interviesse: em 585, o ano da morte de Hermenegildo, seria a vez de Audeca ser remetido para uma instituição religiosa, posto o que o rei visigodo se apropriou do tesouro régio suevo e anexou, enfim, o *regnum*.

Não há registos que indiciem problemas de maior na sequência da anexação. Aliás, as alusões aos suevos parecem esfumar-se, daí que se intua que a «assimilação» se concretizou de forma bastante eficaz[411]. Leovigildo lograra ampliar o seu domínio territorial a praticamente todo o espaço peninsular, exceção feita à faixa litoral sudeste, supostamente tutelada pelos bizantinos. Os êxitos militares alcançados e a consolidação da monarquia levaram os contemporâneos a louvá-lo[412]: assim o fez Gregório de Tours ou João de Bíclaro. Na verdade,

[410] MATTOSO, 1992: 314.
[411] MATTOSO, 1992: 315.
[412] ALMEIDA, 1986b: 38.

Leovigildo foi um rei firme no exercício do seu poder, tendo encontrado inspiração para o seu modelo de reinado nos mundos romano e bizantino. Apresentava-se a si próprio como uma figura onde confluía a grandeza de ambos. Como tão bem sintetizou J.-P. Leguay, «[…] o *Rex Hispaniae totiae*, o *Rex omnis Hispaniae* dos textos oficiais, tanto dos *Gothi* como dos *Hispani*, era mais do que um simples chefe de guerra, um *Heerkönig* rodeado dos seus companheiros de armas, ou o sucessor dos grandes monarcas bálticos do séc. V […]: era também o herdeiro dos Césares, alter-ego dos *basilei* orientais, cujas insígnias de soberania imitava até aos mais pequenos pormenores […]»[413]. Igualmente revelador do seu peso e vigor é o facto de Leovigildo ter sido o primeiro monarca de origem visigótica a proceder à criação de uma cidade *ex-nihilo*, *Recopolis*[414], mandada erguer em 578, em honra do filho Recaredo. A fundação e as construções então edificadas seriam celebradas nas fontes coevas, e reproduzidas em escritos árabes e cristãos, tal foi o impacto granjeado por tal realização[415].

A nível interno e, apesar de o centro de poder oficial se encontrar desde há algumas décadas posicionado na *Toletum* visigótica, são várias as indicações que apontam no sentido de a *Lusitania* em geral e a velha *Emerita*, em particular, não só terem escapado a convulsões profundas, como além do mais, lograrem até experienciar alguma dinâmica cultural no século VI. Assim o atestam, por exemplo, as abundantes inscrições paleocristãs identificadas, fundamentalmente datáveis da primeira metade da mencionada centúria[416]. Contudo e a partir de meados da mesma, é notório o decréscimo do número de epígrafes documentadas, evidência que J. Mattoso atribui não tanto ao definhar da vida religiosa, mas ao atrofiamento de outros setores, como o da cultura e economia. Aliás, às dificuldades sentidas no âmbito económico certamente não terão sido alheias as calamidades naturais que assolaram o território peninsular e, nomeadamente o sul daquela geografia, caso das pragas de gafanhotos e consequências delas decorrentes, más colheitas e fomes, logo seguidas da eclosão de uma epidemia.

De qualquer modo, por alturas da ascensão de Recaredo ao trono, já esta fase teria terminado. E, na verdade, o reinado deste monarca, que se estendeu entre 586 e 601, é tradicionalmente apresentado pela historiografia como um tempo de «[…] esplendor e equilíbrio

---

[413] LEGUAY, 1993: 68.

[414] «[…] La fundación de ciudades había sido una prerrogativa de los imperadores romanos, constituyendo objeto de vanagloria, siguiendo el modelo iniciado por Alejandro. Es muy improbable que Leovigildo supiera griego, y en su reino eran muy pocos los que lo conocían, fuera de algunos grupos de comerciantes orientales y judíos. Y sin embargo se utilizó el término helénico de polis, por completo ausente de la toponimia hispana latina […]» (GARCÍA MORENO, 2008: 82).

[415] «[…] Construcciones admirables, murallas, arrabaldes, son las imágenes que transmiten cronistas contemporáneos de la época de esplendor de la ciudad, como Juan de Biclaro e Isidoro de Sevilla. Cuando la ciudad había dejado de existir, su fama pervivió en las fuentes árabes, que la recordaban como una hermosa ciudad, amurallada, con jardines y provista de todas las cosas necesarias para el bienestar […]. La memoria de Recópolis se mantuvo […] en las fuentes cristianas que alabaron su fundación o que incluso en ele siglo XII proporcionaban datos sobre el lugar exacto donde esta estuvo localizada» (OLMO ENCISO, 2008: 22).

[416] MATTOSO, 1992: 315-316.

[…]»[417], indelevelmente marcado pela conversão oficial ao catolicismo, ocorrida aquando da celebração do III Concílio de Toledo, em 589. Ato basilar, cumprido por Recaredo em nome do seu «povo», teve repercussões que se estenderam e amplificaram muito para além da esfera religiosa: diríamos até que, traduzindo um propósito iminentemente político, a abjuração do arianismo constituiu uma ferramenta imprescindível aos esforços empreendidos para promover a «união» possível entre uma massa de «súbditos» intrinsecamente díspares.

Com a morte de Recaredo, monarca enaltecido por Isidoro de Sevilha[418], iniciava-se uma fase de instabilidade e turbulência. Às novas epidemias e demais calamidades, somava-se a inconstância política, plasmada na rápida sucessão de monarcas, no que configura um fenómeno bem representativo do enfraquecimento do poder régio. Entretanto, e a tal debilidade, a aristocracia contrapunha um incremento progressivo da sua influência, só refreado em 642, com a ascensão ao trono de Chindasvinto. O reino visigótico voltou então a conhecer um tempo de reestruturação e restabelecimento do poder, circunstâncias favoráveis que se prolongariam ao longo do período de governo de Recesvinto, compreendido entre 655 e 672. Na sequência da sua morte, também a acalmia do reino se finou. O recrudescer dos conflitos internos e os problemas resultantes das catástrofes naturais voltariam a impor-se, compondo um cenário de agonia, que tornaria impraticável a resistência a eventuais embates[419]. Quando, na sequência de uma breve investida liderada por Tariq, em 710, uma força calculada em cerca de sete mil homens, árabes, mas maioritariamente berberes, desembarcou no sul do território peninsular, em 711, já não havia muito a fazer. O combate decisivo seria travado em julho desse mesmo ano[420]: culminaria na vitória dos soldados de origem africana, no desaparecimento de Rodrigo, o último monarca visigótico, e no esfumar do reino que tutelava. Assim se fechava, enfim, a primeira etapa da conquista muçulmana[421] e se abria o caminho para a criação e consolidação do Al-Andaluz, que tomou para si parte substancial da *Hispania*[422].

---

[417] MATTOSO, 1992: 316.

[418] «[…] Recaredo – dice Isidoro – «estaba dotado de un gran respeto a la religión y era muy distinto de su padre en costumbres, pues el padre era irreligioso y muy inclinado a la guerra, mientras él era piadoso por la fe y preclaro por la paz; aquél dilataba el imperio de su nación con el empleo de las armas, éste iba a engrandecerlo más gloriosamente con el tesoro de la fe». […]» (ORLANDIS, 2006: 82).

[419] MATTOSO, 1992: 316.

[420] Veja-se a descrição da primeira etapa do recontro, conforme narrado por E. Gibbon: «[…] At the royal summons, the dukes and counts, the bishops and nobles of the Gothic monarchy, assembled at the head of their followers; and the title of king of the Romans, which is employed by an Arabic historian, may be excused by the close affinity of language, religion, and manners, between the nations of Spain. His army consisted of 90,000 or 100,000 men; a formidable power, if their fidelity and discipline had been adequate to their numbers. The troops of Tarik had been augmented to 12,000 Saracens; but the Christian malecontents were attracted by the influence of Julian, and a crowd of Africans most greedily tasted the temporal blessings of the Koran. In the neighbourhood of Cadiz, the town of Xeres has been illustrated by the encounter (July 19–26) which determined the fate of the kingdom; the stream of the Guadalete, which falls into the bay, divided the two camps, and marked the advancing and retreating skirmishes of three successive and bloody days. […]» (GIBBON, 1872: 583).

[421] MACIAS, 1992: 418-419.

[422] TORRES, 1992: 363.

Atualmente, e apesar das comprovadas transformações ocorridas entre os alvores do século V e os do VIII, algumas das quais profundas, parece plenamente firmado que há um vasto leque de perdurações a realçar: a manutenção do direito e da língua configuram apenas dois dos domínios de referência incontornável[423]. Mas não só de perenidades se fez este tempo. Os acontecimentos que tiveram lugar deixaram, necessariamente, as suas marcas. E elas refletem-se, por exemplo, no urbanismo de algumas das mais notáveis cidades da geografia peninsular. Pedro Mateos Cruz sublinha o facto de as sistemáticas e continuadas escavações levadas a cabo em *Emerita* atestarem destruições evocadas por Idácio, contrariando as suposições de que o relato do bispo flaviense conteria não mais que um somatório de devaneios, decorrentes da sua visão catastrofista[424].

Por seu turno, José Mattoso acentua uma certa «oposição» entre a imagem proporcionadas pelas fontes escritas e a que os achados arqueológicos permitem reconstituir, sobretudo para o período de domínio visigótico[425]. Na verdade, os materiais recuperados, sem serem, por norma, particularmente opulentos ou substancialmente abundantes, impõem ressalvas ao cenário ideal e radioso concebido por alguma historiografia e sustentado na leitura unilateral e linear de algumas fontes, como as conciliares, as litúrgicas ou as que compõem a obra de Isidoro de Sevilha, geradora de uma representação mental esplendorosa do reino visigótico[426], que, claramente, ficaria aquém da realidade experienciada pelos contemporâneos.

---

[423] MATTOSO, 1992: 302.

[424] MATEOS CRUZ, 2000: 506.

[425] «[…] Com efeito, aquelas revelam quase só os acontecimentos relacionados com o poder político e militar e acentuam as transformações trazidas pela supremacia bélica dos Germanos. As fontes arqueológicas, pelo contrário, manifestam alterações muito lentas, reduzidas, superficiais e isoladas, nos domínios da civilização material e da arte. Aquelas dão a impressão de uma monarquia ponderosa, com grande capacidade legislativa, instituições peculiares e uma organização eficiente; estas revelam sobretudo o lento declínio de uma civilização que permanece quase inalterável nos seus padrões de vida e nos seus modelos estéticos, mas perde a sua capacidade de renovação e de produzir testemunhos monumentais numa escala comparável à da época imperial. […]» (MATTOSO, 1992: 302-303).

[426] MATTOSO, 1992: 303.

3.
A ETNICIDADE E AS PROBLEMÁTICAS EM TORNO DA FILIAÇÃO DOS MATERIAIS

As questões relacionadas com a etnicidade enformam um campo fortemente controverso, que tem suscitado posições extremadas e aceso debate, com repercussões intensas na produção bibliográfica trazida a lume nas últimas décadas.

Atendendo à temática de fundo do presente trabalho, não poderíamos deixar de a abordar e, naturalmente, de nos interrogar sobre os problemas que acarreta e que a ela se encontram intimamente ligados.

Quais, pois, as ilações que poderão ser justamente retiradas a partir da análise de uma dada «cultura material»? E será ou não possível aferir a presença de «unidades étnicas» através desse mesmo suporte artefactual?

Estas perguntas de base servem-nos de ponto de partida para o trajeto que agora iniciamos e que, assumimos desde já, é espinhoso e delicado, na medida em que atravessa domínios que se encontram completamente eivados de conotações negativas. Não cremos, porém, que a solução para as temáticas que desenvolvemos passe necessariamente pela anulação da apreciação de certos conceitos e pressupostos. Todavia, é fundamental compreender quais as suas raízes, o porquê de se terem sedimentado, de que modo foram sujeitos a manipulação e interpretações abusivas e se fará ou não sentido continuar a aplicá-los e a trazê-los à colação na investigação científica.

Começamos então por nos centrar no ponto da situação relativamente ao conceito de etnicidade, amplamente discutido na literatura antropológica. Alguns autores entendem-no como uma espécie de alternativa ao termo cultura; outros, como sublinha Peter Ucko[427], atribuem-lhe fundamentação genética[428]. Todavia, e no que a esta última vertente diz respeito, note-se que nem sempre a Antropologia encontra base de sustentação para imputar uma série de traços físicos a uma etnia em particular[429]; e isto pressupondo que, efetivamente, é válido considerar que as etnias se diferenciam em termos biológicos[430].

---

[427] UCKO, 2003: xviii.

[428] Atente-se, por seu turno, na definição proposta por Siân Jones: «[…] Ethnicity: all those social and psychological phenomena associated with a culturally constructed group identity as defined above. The concept of ethnicity focuses on the ways in which social and cultural processes intersect with one another in the identification of, and interaction between, ethnic groups. […]» (JONES, 1997: xiii). Numa outra perspetiva: «[…] A specifically cultural identity, in other words, ethnicity, requires the self-conscious recognition by a group of individuals of commonalities that emerge through their conformity to similar ways of acting and being. These are likely to be expressed through the possession of similar cultural traits, such as language, styles of dress, personal adornment, material objects and particular ways of behaving. […]» (GRAHAME, 1998: 159).

[429] UCKO, 2003: xvii.

[430] Veja-se a aproximação que Fredrik Barth faz ao termo, numa súmula da bibliografia da especialidade: «[…] The term ethnic group is generally understood in anthropological literature […] to designate a population which: 1. is largely biologically self-perpetuating; 2. shares fundamental cultural values, realized in overt unity in cultural forms; 3. makes up a field of communication and interaction; 4. has a membership which identifies itself, and is identified by others, as constituting a category distinguishable from the other categories of the same order. […]» (BARTH, 1969: 10-11). Para um contraponto, atente-se na definição de Siân Jones: «[…] Ethnic group: any group of people who set themselves apart and/or are set apart by others with whom they interact or co-exist on the basis of their perceptions of cultural differentiation and/or common descent. […]» (JONES,1997: xiii).

Mas há uma outra noção subjacente ao conceito de etnicidade, que crescentemente se apresenta como crucial: a da autoconsciência da identificação[431], passível de se intensificar, na sua diferenciação, em períodos de crise ou perante a acentuação de dificuldades, sejam elas políticas ou económicas[432]. Ian Hodder, apoiando-se nos exemplos colhidos com a investigação levada a cabo na região Baringo, no Quénia, mostra como, em momentos de maior tensão, como os atravessados no curso de uma guerra, se um indivíduo considerar que a sua segurança se encontra dependente da vontade dos membros da comunidade que integra, pode sentir necessidade de enfatizar a sua pertença, expressando-a de forma explícita. Daí que, num cenário de instabilidade, se verifique maior homogeneidade da cultura material no seio de cada comunidade e dissemelhanças mais vincadas entre comunidades distintas[433].

Intimamente ligado ao conceito de etnicidade surge, pois, o de identidade étnica[434]. Sîan Jones entende que este pressupõe um reconhecimento de si e do outro que não é constante, antes suscetível de mudança. Motivada pelas circunstâncias ou por fatores situacionais que entroncam nas práticas quotidianas e na experiência histórica, a identidade étnica seria, portanto, uma categoria subjetiva, sujeita a transformações e a descontinuidades. Na opinião da autora, esta interpretação reveste-se de enorme importância, na medida em que, ao rejeitar o carácter imutável da identidade, coloca em causa toda e qualquer tentativa de justificação passível de ser avançada no sentido de legitimar exigências de posse de territórios, fundadas em pretensas associações imemoriais entre uma dada etnia e uma terra[435].

Também a propósito do conceito de identidade, Peter Heather acrescenta que, longe de poder ser definido em função de um rol de elementos mensuráveis remete, acima de tudo, para a perceção da pertença, a nível individual ou do grupo. De forma a ilustrar esta apreciação, Heather recorre ao trabalho que Edmund Leach desenvolveu no norte da República de Myanmar. Ali, o antropólogo pôde comprovar que a identidade dos grupos surgia plasmada não na utilização de uma mesma linguagem, no facto de construírem o mesmo tipo de casa, de usarem os mesmos materiais no quotidiano ou de partilharem crenças e valores; pelo contrário, ainda que semelhanças a todos estes níveis «aproximassem», em teoria, diferentes grupos, os indivíduos integrados em cada um deles poderiam continuar a sentir que pertenciam a unidades distintas[436].

Neste sentido, o que desde logo se impõe realçar prende-se com o facto de essa «pertença» estar condicionada à aceitação, por parte dos demais membros de um mesmo grupo,

---

[431] SHENNAN, 2003: 6.

[432] JONES, 1997: 110.

[433] HODDER, 1982: 26.

[434] Atente-se, uma vez mais, nas palavras de S. Jones, desta feita a respeito do conceito de identidade étnica: «[…] Ethnic identity: that aspect of a person's self-conceptualization which results from identification with a broader group in opposition to others on the basis of perceived cultural differentiation and/or common descent. […]» (JONES, 1997: xiii).

[435] JONES, 1997: 13-14.

[436] HEATHER, 2009: 14.

do indivíduo que a reclama. Em conformidade com esta perspetiva, ao invés de unidades cerradas e imutáveis, as etnias afiguram-se entidades nada categóricas nem definitivas; pautadas por fronteiras fluidas e sujeitas a transformações seriam, na verdade, adaptáveis às circunstâncias[437]. Walter Pohl aproxima-se de Peter Ucko, pois também ele entende que as comunidades étnicas não participam de uma essência ontológica nem constituem entidades biológicas fechadas e inalteráveis, antes um processo histórico em si mesmas[438].

Ora, estas conceções pressupõem, naturalmente, uma mudança profunda face ao enquadramento teórico prévio, prevalente até ao final da Segunda Guerra. E abrem a porta a uma possibilidade interessante: não só a de a identidade étnica ser passível de se transfigurar como, em contrapartida, a de um indivíduo poder ativamente optar por assumir a identidade que lhe for mais favorável. Isto significa que, perante uma alteração circunstancial, certas estratégias ou alianças possam surgir como mais propícias, não sendo pois de estranhar que outras, previamente adotadas, mas entretanto tornadas menos vantajosas, facilmente sejam relegadas[439].

Por outro lado e, na opinião de Stephen Shennan, há que diferenciar a etnicidade da variabilidade espacial[440]. E, ainda que possa haver uma ligação geográfica a equacionar[441], até porque, na realidade, em determinadas áreas é possível documentar a uniformidade de certas práticas culturais, o ponto essencial para o entendimento do conceito deverá, pois, radicar nessa autoconsciência da identificação com um grupo social em particular. Em paralelo, Shennan estabelece o contraponto entre variação espacial, que existiu desde sempre, e etnicidade, olhada como fenómeno contingente e resultante de situações concretas. E acrescenta que a classificação de uma unidade como «étnica» está longe de se afirmar como uma via explicativa em si mesma; pelo contrário, muitas vezes parece esgotar-se nesse esforço de categorização, sem nada de relevante acrescentar e sem se debruçar propriamente na análise dos processos[442].

No entanto, e como facilmente se depreende, a aceitação de que o fator mais decisivo na composição de uma unidade étnica poderá radicar na autoconsciência individual, deixa cair por terra qualquer hipótese de constatação da «pertença» através do recurso a metodologia arqueológica. Confrontado com este problema, Ulrich Veit indica como princípio para a enunciação de uma nova abordagem o facto de, quanto mais profundas e vincadas as diferenças entre grupos, maior a plausibilidade de as dissemelhanças se traduzirem, materialmente, no registo arqueológico. Contudo e, como o próprio ressalva, as unidades

[437] UCKO, 2003: xviii.
[438] POHL, 1998a: 8.
[439] HEATHER, 2009: 15.
[440] SHENNAN, 2003: 14.
[441] Veja-se, a este propósito, uma observação produzida por F. Barth: «[…] Though the naïve assumption that tribe and people has maintained its cultural through a bellicose ignorance of its neighbours is no longer entertained, the simplistic view that geographical and social isolation have been the critical factors in sustaining cultural diversity persists. […]» (BARTH, 1969: 9).
[442] SHENNAN, 2003: 14-22.

étnicas não constituem entidades orgânicas objetivas e bem definidas, claramente detetáveis através da linguística, dos restos materiais ou da raça, e cujos ascendentes seriam facilmente rastreáveis até atingir uma origem primordial[443]. A este propósito, destaque-se, aliás, como Walter Pohl realça a necessidade de compreender que as comunidades de grande dimensão a que os romanos se referiam como «francos» e «godos» estão longe de compor unidades naturais. Pelo contrário, tais epítetos configuram «construções» culturais altamente abstratas, formuladas para categorizar indivíduos, ainda que eventualmente diferenciados entre si e, em contrapartida, nem sempre especialmente distintos de outros que acabam por não ser abarcados pelas mencionadas categorizações[444]. Também U. Veit encara as unidades étnicas como estruturas subjetivas, cujo conteúdo surge condicionado por uma multiplicidade de fatores[445]. E, com efeito, estudos recentemente desenvolvidos comprovaram que as divisões entre grupos étnicos variam no tempo e no espaço, decorrendo essas variações de estratégicas manipulações da identidade, daí que a etnicidade se afirme, antes de mais, como um fenómeno dinâmico[446].

Estas reflexões iniciais levam-nos desde logo a questionar de que forma é que os diferentes grupos germânicos que gravitavam para além das fronteiras do Império se concebiam a si próprios[447].

Produzidas nos finais do século I, as primeiras observações de Tácito na obra *De origine et situ Germanorum*, que ficou conhecida e imortalizada como *A Germania*, indicam-nos que o historiador romano perspetivava aquela geografia como um território amplo, ocupado por uma população sem vínculos com nenhuma outra, uma unidade, «[…] sem mescla, apenas semelhante a si própria. […]»[448]. Intimamente ligada a esta pureza, fruto de um suposto isolamento, que amplamente a resguardara de contactos com outros grupos[449], estaria uma aparência física singular: «[…] em tão grande número de homens, é semelhante para todos: olhos ferozes e azuis, cabeleiras ruivas, corpos grandes e apenas vigorosos para a fúria dos ataques. […]»[450]. Estava assim delineado um perfil «ideal» que, centúrias decorridas, continuava vivo.

---

[443] VEIT, 2003: 47.

[444] POHL, 1988a: 4.

[445] VEIT, 2003: 47.

[446] JONES, 1997: 110.

[447] Walter Pohl, por sua vez, interroga-se: «How can peoples be distinguished? From late antique ethnography to modern ethnology, answers to this question, different as they were, have been taken from more or less the same set of criteria. […]» (POHL, 1998b: 17).

[448] TÁCITO, 2011: 19.

[449] «[…] 2.1. Acreditaria que os próprios Germanos são autóctones e pouco misturados com outras raças por migrações e relações de hospitalidade, porque outrora não era por terra, mas em barcos, que se transportavam os que procuravam mudar de residência; e além, o Oceano imenso, e por assim dizer, hostil, só é visitado por raros navios no nosso mundo. 2. Mas independentemente do perigo do horrendo e ignoto mar, quem é que, deixando a Ásia ou a África ou a Itália, demandaria a Germânia, feia nas terras, áspera no clima, triste nos costumes e aparência – a menos que ela seja a sua pátria? […]» (TÁCITO, 2011: 17).

[450] TÁCITO, 2011: 19-21.

É certo, porém, que com o avanço da narrativa, começam a emergir os sinais indiciadores da ausência de coerência e homogeneidade. Diz-nos Tácito, a propósito de uma luta entre tribos vizinhas: «[…] Morreram mais de sessenta mil, não pelas armas e dardos romanos, mas, o que é mais admirável, para prazer dos nossos olhos. Que possa permanecer e subsistir nesses povos, se não o amor por nós, pelo menos o ódio recíproco, já que, ameaçados os destinos do império, a fortuna nada melhor nos pode dar que a discórdia dos inimigos. […]»[451]. Afinal, nem no século I haveria «unidade» entre os germânicos: antes múltiplas subdivisões, mais ou menos vincadas, e geradoras de atitudes potencialmente hostis. Na verdade, e conforme realçado por Peter Heather, a pretender equacionar-se alguma unidade para aquelas paragens, ela radicaria na estrutura geológica e não na geografia humana[452].

A opinião de Walter Goffart vai no mesmo sentido: também para este autor se afigura excessivo transpor uma ideia de unidade para as tribos que cruzaram o território romano e nele acabaram por se estabelecer, até porque não é possível citar um único indício que aponte no sentido de estes grupos, ao tempo das «invasões», considerarem que provinham de um mesmo antepassado. Pelo contrário, algumas indicações parecem sugerir que os primeiros sinais de uma eventual «consciência» germânica terão emergido já no contexto do Império Carolíngio[453]. Devemos notar, todavia, que nem mesmo esta aceção estará isenta de controvérsia.

Ora, nas últimas décadas desenvolveram-se esforços importantes no sentido da «reconceptualização» do conceito de etnicidade. De acordo com U. Veit, a interpretação étnica deixou de se consubstanciar na averiguação da relação entre o achado de um conjunto específico de objetos e um grupo étnico em particular, limitando-se a considerar que determinados conjuntos artefactuais configuravam a expressão material de grupos que haviam existido no passado e cujas designações identificativas haviam chegado até ao presente, transmitidas pelas fontes escritas[454]. Também no quadro dessa «reconceptualização», a ênfase colocada nas interrogações mais comummente formalizadas («onde» e «quando») foi desviada, começando a apostar-se em penetrar noutros domínios e questionar o «porquê» e o «como». A etnicidade começou então a afirmar-se como uma das distintas componentes do sistema social, correlacionável não só com a esfera política e económica, mas também e sobretudo, com as dinâmicas de competição entre grupos. Alguns autores defendem, portanto, que neste processo de interação social, a identidade étnica está longe de constituir um mero reflexo das normas culturais, pressupondo, pelo contrário, um esforço ativo de manutenção das fronteiras que a definem e a separam das demais, daí que a análise idealmente requerida, atendendo a todas as dinâmicas envolvidas, não deva ter como pano de fundo uma conceção estática do conceito[455].

---

[451] TÁCITO, 2011: 47.
[452] HEATHER, 2009: 3.
[453] GOFFART, 1981: 279.
[454] VEIT, 2003: 43.
[455] JONES, 1997: 28.

Veja-se um outro problema. Segundo Zbigniew Kobylínski, uma das bases primordiais para o estudo da etnicidade do ponto de vista da Arqueologia prende-se com a associação entre um grupo humano e um conjunto de artefactos[456]. No entanto, o autor sublinha que, muito embora alguns objetos fossem claramente utilizados como símbolos característicos de certas unidades étnicas e, neste sentido, como expressão deliberada de uma etnicidade em particular, tal não exclui a possibilidade de o uso de outros materiais decorrer simplesmente de comportamentos culturais. Assim sendo, há que salvaguardar que nem sempre as especificidades do registo arqueológico terão que ser necessariamente correlacionadas com a consciência étnica do grupo em estudo[457]. Em contrapartida, porém, dificilmente haverá margem para negar que a etnicidade é passível de se expressar através de uma determinada categoria de atributos estilísticos, os quais poderão ser ativamente preservados ou manipulados, no quadro das relações sociais[458]. Assim e, na generalidade, um dos pontos em que uma série de trabalhos mais recentes insiste centra-se no reconhecimento de que as semelhanças ou divergências materiais não terão que ser forçosamente interpretadas como reflexo de uma identidade étnica, até porque na construção da etnicidade, um processo intrinsecamente ativo, podem encontrar-se subjacentes outras variáveis, nomeadamente económicas e/ou políticas[459].

Não obstante, há que ressalvar que alguns autores consideram implausível que a influência étnica e cultural exercida sobre uma determinada população se traduza de forma direta nas práticas mortuárias e nos objetos que a estas se encontram associados, recomendando, portanto, alguma cautela e distanciamento crítico na formulação de conclusões[460]. Outros, imbuídos de uma visão ainda mais cética e radical, entendem não só que a conexão entre etnicidade e cultura material é efetivamente intangível como, em paralelo, que a etnicidade não configura um fenómeno acessível ao inquérito arqueológico. Já Siân Jones contrapõe que a apreciação da etnicidade num dado contexto não está de todo para além das possibilidades da interpretação arqueológica se, na verdade, se pressupuser uma correspondência entre as circunstâncias históricas e as práticas sociais, por um lado, e a expressão da etnicidade, por outro[461].

Através desta primeira aproximação ao conceito de etnicidade, pretendemos ilustrar o grau de complexidade de que o mesmo se reveste. E constatar que, na verdade, a reflexão atual em torno deste âmbito, pouco dado à unanimidade, antes a aguerridas controvérsias, enforma um desafio problemático.

G. C. Bentley entende que, para compreender o fenómeno da etnicidade, é imperativo atentar no enquadramento histórico em que a sua emergência ocorreu, ao mesmo tempo

[456] Z. Kobylínski utiliza a expressão «ethnospecific» (KOBYLÍNSKI, 2003: 305), para a qual não encontramos tradução adequada.
[457] KOBYLÍNSKI, 2003: 305.
[458] JONES, 1997: 116.
[459] JONES, 1997: 113.
[460] BÁLINT, 2003: 186.
[461] JONES, 1997: 124-125.

que realça o facto de a identidade étnica configurar um processo, uma construção continuada[462]. De qualquer modo, é interessante realçar que nem sequer o momento em que o fenómeno começou a manifestar-se reúne consenso. Segundo E. Gellner, o conceito de etnicidade constitui apanágio do mundo pós-industrial, uma vez que, anteriormente, no quadro da organização agrária, era sobre a diferenciação entre classes que tendia a recair o foco do debate e da investigação[463]. No entanto, são vários os argumentos que tendem a contrariar esta tese e a relacionar o surgimento do conceito com o aparecimento dos estados[464]. Bettina Arnold recorre ao exemplo alemão para o demonstrar[465] e, para tal, recua até 1871, ano que marca o fim do conflito franco-prussiano e o enfraquecimento da posição francesa na Europa, plasmada na perda dos territórios da Alsácia e Lorena e nas avultadas compensações que a França ficou obrigada a pagar. Mas 1871 é também o ano da «criação» de uma Alemanha unificada, uma «comunidade imaginada». Na verdade, e anteriormente a esta data, não eram havia símbolos passíveis de afirmar-se como representativos da Alemanha ou do seu «povo». Era inevitável, porém, que o Estado que então emergia encontrasse uma forma de expressão própria, cabendo aos seus líderes defini-la. E foi, efetivamente, o que acabou por acontecer, ao estabelecer-se a ideia de uma história comum e de uma continuidade cultural, que entroncava diretamente num passado glorioso[466].

Contudo, o pomo da discórdia não radica somente no momento em que a noção de etnicidade terá começado a afirmar-se. Também o modo como foi sendo encarada ao longo da história merece reparos. Na opinião de Patrick Geary, citado por Stephen Shennan, os equívocos na apreciação da etnicidade remontam aos tempos medievais, uma vez que os estudiosos coevos a perspetivaram como uma categoria objetiva e, como tal, determinante na definição de um passado concreto. Todavia e, pelo contrário, o conceito parece ser bem mais flexível, daí que se afigure mais adequado entender a construção da etnicidade como um processo subjetivo e em constante mutação, através do qual grupos e indivíduos se identificaram e/ou fizeram identificar como «unidades», se bem que no quadro de circunstâncias particulares, e/ou com objetivos muito precisos[467].

Não é, porém, somente no campo estrito da etnicidade que recaem as cisões. Vejamos algumas das dificuldades inerentes à manipulação de outros conceitos que com este se articulam diretamente.

---

[462] SHENNAN, 2003: 16.

[463] ARNOLD, 1997-1998: 241; SHENNAN, 2003: 14.

[464] SHENNAN, 2003: 15.

[465] ARNOLD, 1997-1998: 241-242.

[466] «[…] A particularly good example of such an expediently constructed national symbol is the Hermann monument, erected in honour of the "superhero of the Germanic tribes, the citizen of Rome who had rediscovered his blood loyalty and led his people to victory over three Roman legions in 9 AD" […]. The colossal statue erected on the Groteburg *oppidum* in Detmold in 1875 was one of a number of monumental sculptures dating to the mid-19th century […]» (ARNOLD, 1997-1998: 242).

[467] SHENNAN, 2003: 12.

3.1. As «culturas arqueológicas» e a etnicidade

Debrucemo-nos agora sobre a definição de «cultura arqueológica»[468], expressão amplamente questionada e sujeita a um longo cortejo de críticas, ao qual não terá sido alheio o facto de, tradicionalmente, os «agrupamentos» ou combinações de materiais resultarem da mera constatação da presença ou ausência de determinados tipos, em regra correlacionados com um sítio específico, epónimo, que lhes conferia uma designação própria[469].

S. Shennan regista ser facilmente demonstrável que os costumes e procedimentos são suscetíveis de variação no tempo e no espaço. No entanto, reconhece que esta premissa serviu de suporte para a construção de todo um «edifício explicativo», se bem que pouco esclarecedor, que culminou, na esteira dos estudos desenvolvidos por Gordon Childe, na utilização dos padrões de variabilidade espacial como elementos definidores das entidades às quais se atribuiu a designação de «cultura arqueológica»[470].

Contudo, e de acordo com S. Jones, é fundamental que o conceito de «cultura», longamente tido como uma categoria natural, seja olhado à luz das contingências históricas em que foi trazido a lume. Ora, tendo sido duramente depreciado, no quadro do entendimento que lhe foi conferido pelas correntes histórico-culturalistas, sentiu-se a necessidade de proceder à sua reconceptualização[471].

Com efeito, a História demonstra o quão frequentemente as «culturas arqueológicas» foram assumidas como indicadores de etnicidade e, consequentemente, usadas como instrumentos para a legitimação de objetivos políticos ou para justificar outras exigências, sejam elas referentes à ampliação de esferas de influência[472] ou à apropriação de territórios[473]. Talvez por isso tenha sido com ambivalência que, na sequência da Segunda Guerra Mundial, os arqueólogos alemães se confrontaram com o conceito de «cultura», atendendo ao papel chave que o mesmo desempenhou nas tentativas para demonstrar não só a antiguidade, mas igualmente a superioridade da «raça germânica». É certo que continuaram a conceber as «culturas» como verdadeiras entidades; todavia, foram notórios os esforços empreendidos no sentido de restringir a significação do termo a um âmbito puramente arqueológico[474]. De qualquer modo, e ainda que, com a queda do regime, o cunho político marcadamente explícito de muitas das interpretações formuladas tenha sido suprimido, é incontornável que o facto de as instituições que orientaram a produção «científica» resistirem praticamente incólumes ao fim do conflito, mantendo a orgânica interna e o corpo de pessoal que integraram no seu curso, não se revelou inócuo. Não é, pois, de estranhar, que

[468] SHENNAN, 2003: 12.
[469] JONES, 1997: 108.
[470] SHENNAN, 2003: 5.
[471] JONES, 1997: 39; 109-110.
[472] SHENNAN, 2003: 6.
[473] «[…] States searching for ways to justify land grabs are especially likely to make use of archaeological evidence to further their aims. […]» (ARNOLD, 2004: 205).
[474] SHENNAN, 2003: 23.

as bases instituídas no quadro da afirmação da ideologia fascista e nacional-socialista alemã tenham persistido[475] e, de algum modo, fornecido as fundações para o posterior desenvolvimento da Arqueologia no pós-guerra[476].

De qualquer modo e ainda que cientes das implicações, mormente negativas, da aplicação da expressão «cultura arqueológica», muitos autores concluem que dificilmente a mesma poderá ser posta de parte[477]. Entre eles se inclui Colin Renfrew, que entende que a sua utilização continua a ser justificada, sobretudo para proceder à descrição e classificação dos factos, prévias à explicação dos processos[478]. Todavia, há que sublinhar que a aplicação do conceito não tem que, forçosamente, remeter para materialidades concretas produzidas por um grupo em particular. Na opinião de U. Veit, o recurso à mencionada designação poderia constituir um mecanismo de reflexão, um esforço heurístico para aceder às respostas para as questões que se impõe colocar. Assim sendo, o conceito de «cultura arqueológica» afirmar-se-ia como uma denominação aplicável a uma entidade distinguível, quer do ponto de vista espacial, quer cronológico, no quadro do desenvolvimento cultural geral. O mesmo investigador considera que, dependendo do grau de uniformidade subjacente à distribuição de dadas tipologias ou elementos particulares, e se afastada a hipótese de outros fatores, nomeadamente, ecológicos ou económicos, terem influído decisivamente na estruturação de determinados traços ou características, não haverá por que excluir a possibilidade de a as unidades étnicas terem efetivamente cumprido um papel nessa construção[479]. Ora, reconhecendo aos artefactos arqueológicos a possibilidade de representar materialmente essas unidades, S. Jones realça o facto de, em momentos de conflito ou de competição entre grupos pelo acesso a recursos, certas categorias de diferenciação tenderem a quedar-se inalteráveis, e outras, por seu turno, a transformar-se e a revelar-se mais fluidas[480]. Já a variação no tempo e no espaço é incontornável, daí que a expressão da etnicidade

---

[475] DÍAZ-ANDREU, 2003: 43-44.

[476] A respeito do destino que, no pós-guerra, coube a duas figuras com responsabilidades institucionais na Arqueologia alemã durante o regime nacional-socialista, atente-se nas observações de B. Arnold: «[…] The very different post-war fates of Hans Reinerth and Herbert Jankuhn, both high ranking party officials as well as high-profile archaeologists in Nazi Germany, is a case in point. Both were equally culpable with respect to their war-time activities, but Reinerth had made far more enemies in the course of the Rosenberg Office's unsuccessful bid to control German archaeology, a battle that was eventually won by Himmler's SS Ahnenerbe – to which Jankuhn belonged. The result was that Reinerth's career was effectively over in 1945 […] whereas Jankuhn went on to a successful post-war career teaching and training the next generation of German archaeologists […]. His ground-breaking (Uterally) work on settlement archaeology can still be ordered on Amazon.de […], and his excavations at the Viking trading emporium of Haithabu (Hedeby) remain an important contribution to the scholarship of the period. […]» (ARNOLD, 2004: 201).

[477] VEIT, 2003: 46.

[478] JONES, 1997: 27.

[479] VEIT, 2003: 46-47.

[480] «[…] Where migrants were mixing with an indigenous population, it will only be a few, possibly very few, elements of their material culture […] that will necessarily be transferred. In other areas of life, migrants are likely enough to adopt convenient elements of indigenous cultural origin (as many modern migrants do), or become an unidentifiable component in new cultural amalgams created by the collision of migrant and host population. […]» (HEATHER, 2009: 120).

esteja sujeita a mudanças constantes, decorrentes, precisamente, do lugar e da cronologia em que se manifesta[481].

3.2. A relação entre Antropologia, etnicidade e o conceito de raça

Quando perspetivado o desenvolvimento das Ciências Humanas no mundo Ocidental é incontornável constatar que o interesse em torno da diversidade cultural e física do Homem as marcou fortemente, sobretudo no que aos domínios da Antropologia diz respeito[482].

Contudo, e se esse interesse se manteve estável, o mesmo não se poderá afirmar a propósito dos conceitos utilizados na classificação das diferenças, cujo conteúdo e orientação foram sendo moldados e adequados aos contextos subjacentes. Nos anos 70 e 80 do século XX registou-se um importante incremento dos estudos sobre a etnicidade, tendo o termo «étnico» sido aplicado a um vasto leque de grupos socioculturais, fundamentalmente definidos em termos raciais, tribais, religiosos ou linguísticos[483]. Aliás, na opinião de B. Arnold, a associação entre etnicidade e língua continua bem viva, constituindo ainda um instrumento de primeira água nos esforços para legitimar o direito de dado «povo» a uma terra em particular, daí que o exemplo basco lhe pareça bastante ilustrativo da questão[484].

Mas recuemos ao século XIX, centúria em que a Antropologia e a Arqueologia se formalizaram[485] e que se assumiu como palco do recrudescer das preocupações acerca da diversidade humana e, consequentemente, do empenho em proceder à classificação dos grupos humanos[486], seguindo uma ideia então propalada e que entendia cada grupo como uma entidade primordial e essencialmente distinta, com características físicas próprias, conceção que acabou por ser plenamente corporizada no conceito de raça. Todavia, a noção de raça então implementada estava longe de recolher unanimidade, sendo evidentes as discordâncias vigentes, nomeadamente entre a aceção cultural e histórica do termo, ou entre a biológica e a hereditária. Em certa medida, a disparidade explicativa para o conceito entroncava em duas correntes de pensamento: uma, intimamente ligada à Antropologia Física e, consequentemente, à comparação anatómica entre tipos; outra, decorrente da tradição etnológica, envolvendo questões linguísticas e, na expressão de S. Jones, «genealogias

[481] JONES, 1997: 122.
[482] JONES, 1997: 40.
[483] JONES, 1997: 40.
[484] «[…] The term 'ethnicity' is used expediently in modern discourse, as is illustrated by a brief survey of recent articles in the 'New York Times'. […] Ethnicity can also be defined primarily in terms of language. A recent 'National Geographic' article on the Basques refers to them as 'Europe's oldest ethnic group' […]. The article makes explicit reference to the archaeological record as the basis for Basque claims of cultural continuity going back to the Neolithic and states that '…it is their ancient mother tongue that truly unites them…' […]» (ARNOLD, 1997-1998: 240).
[485] SHANKS, 2002: 289.
[486] JONES, 1997: 40.

nacionalistas», reforçadas pelos movimentos românticos que grassaram entre os finais do século XVIII e os alvores do XIX. Ora, os etnólogos defendiam o monogenismo, segundo o qual todos os grupos humanos possuíam uma origem comum e pugnavam, além do mais, pela fluidez das categorias raciais, considerando que a diversidade verificada a este nível ao longo do tempo se encontrava claramente relacionada com a variabilidade das condições ambientais. Por seu turno, a vertente mais ligada à Antropologia Física assumia-se como poligenista; neste sentido, perspetivava que cada raça possuía uma origem diferenciada, distinguível em função de especificidades anatómicas rígidas, e que essa estrutura física determinava os traços culturais e mentais dos indivíduos que com ela se coadunavam[487].

O debate em curso, que antagonizou poligenistas e monogenistas acabou por ser suplantado assim que as evidências paleontológicas que atestavam a antiguidade do Homem e o impacto das teorias evolucionistas de Darwin começaram a fazer-se sentir, sobretudo a partir das décadas de 60 e 70 do século XIX. Estava assim preparado o contexto para a emergência de uma nova corrente de ideias, concernentes ao desenvolvimento sociocultural. Todavia, e ainda que o conceito de raça tenha perdido premência, tal não significa que tenha sido abandonado, apenas alterado. Com o evolucionismo, as categorias raciais passaram a articular-se de acordo com uma conceção hierárquica do progresso, que se manifestava no tempo e no espaço, e que trazia pela primeira vez à colação noções como «seleção natural» e «sobrevivência do mais apto», ilustrativas das dinâmicas competitivas permanentemente em curso. Consequentemente, estabeleceu-se uma espécie de hierarquia entre raças[488], elevada a uma escala mais ampla com o darwinismo social. Francis Galton, que instituiu os fundamentos do eugenismo, defendia o determinismo dos processos de hereditariedade e uma hierarquia estável e permanente das capacidades físicas e intelectuais do indivíduo, dificilmente transformáveis pelos circunstancialismos do meio.

O conceito de raça continuou, portanto, a ser amplamente utilizado ao longo de todo o século XIX, muito embora em diferentes aceções. Porém, e independentemente da perspetiva, a literatura da especialidade manteve-o como sinónimo de grupo, fosse ele de carácter linguístico, cultural ou nacional, e usou-o (ou, mais precisamente, aos tipos físicos que se encontravam «estabelecidos») como mecanismo para justificar a diversidade moral e social. No século XX manteve-se extremamente vigoroso. Na verdade, os modelos de classificação racial influíram em múltiplas vertentes, até porque serviram para legitimar comportamentos e relações, nomeadamente na esfera dos nacionalismos e colonialismos em voga, ou para estipular qual o posicionamento social em que os indivíduos supostamente abarcados pelas raças «inferiores» se deveriam movimentar. No entanto, a natureza das ligações entre ideias rácicas e conduta política não foi isenta de profunda ambiguidade[489]. Na Alemanha nacional-socialista, a raça, mais importante que qualquer outro atributo, consti-

[487] JONES, 1997: 41-42.
[488] JONES, 1997: 42.
[489] JONES, 1997: 43-44.

tuía o elemento definidor dos membros da comunidade germânica, a base do *Reich*, reino ou império, se traduzido em sentido literal. E, julgava-se, o estado-nação poderia extravasar as fronteiras físicas que o delimitavam, na medida em que, por direito próprio, lhe caberia abranger as geografias onde, em algum momento histórico, o povo germânico estivera fixado[490].

Posteriormente, e com a revelação das atrocidades cometidas no quadro do «programa» nazi[491], que anos mais tarde e a propósito do julgamento de Eichmann em Jerusalém, Hanna Arendt sintetizaria em três grandes fases, elencadas no célebre relato/ensaio que, tomando aquela figura como ponto de partida, reflete sobre a «banalidade do mal»[492], estava lançado o mote para que algumas conceções nacionalistas desenvolvidas nos finais do século XIX e inícios do XX fossem repensadas. Claro produto do tempo, entre elas encontravam-se ideias como as que pressupunham que as nações existiram desde sempre e que configuravam a forma mais adequada de organização das comunidades[493].

Michael Ignatieff definiu o nacionalismo como uma combinação singular entre o «sangue» e a «pertença»[494]. E é certo que os nacionalismos românticos propugnavam a coincidência entre sangue/raça e nação, ideia que colheu ampla aceitação um pouco por toda a Europa[495]. Compreende-se portanto, a pertinência da interrogação de B. Arnold: será possível conceber o nacionalismo sem atender a noções de etnicidade? É provável que não, até porque, em conformidade com o demonstrado de forma exemplar pelo caso alemão, a relação simbiótica tecida entre a Arqueologia, a História, o Nacionalismo e a emergência dos modernos «Estado-nação», é profunda e vigorosa[496].

Facilmente se depreendem, pois, as dificuldades (e perigos) decorrentes da efetivação de transposições imediatas do presente para um passado recuado: imaginar que o povoamento europeu das primeiras centúrias do milénio se fez à custa de grupos biologicamente fechados e perfeitamente conscientes da sua filiação «nacional», estruturadora de todas as vertentes do seu pensamento e modo de vida, será, no mínimo, pouco credível[497]. Mas, sur-

---

[490] ARNOLD, 1997-1998: 250.

[491] «[…] The existence of […] Germans or Slavs in the 5th or 7th centuries became important arguments in an endless series of national struggles, culminating in the bizarre revival of the fair and reckless Germanic hero that lured an entire people into the Nazi holocaust. […]» (POHL, 1991: 39).

[492] Nesta obra, originalmente publicada na revista *The New Yorker* sob a forma de uma série de artigos, cuja «encomenda» foi motivada pela necessidade de cobrir o julgamento de Adolf Otto Eichmann em Jerusalém, Hanna Arendt define três etapas do «programa» nazi: «[…] IV: the first solution: expulsion; V: the second solution: concentration; VI: the final solution: killing […]» (ARENDT, 1963).

[493] HEATHER, 2009: 13.

[494] ARNOLD, 1997-1998: 249.

[495] JONES, 1997: 44.

[496] ARNOLD, 1997-1998: 241-242. Acrescenta ainda a autora: «[…] Prehistoric archaeology has been used in the past in many of these countries to re-establish a sense of national pride, and as just a justification for more destructive behaviour, such as ethnic cleansing. […]» (ARNOLD, 1997-1998: 249).

[497] HEATHER, 2009: 13.

preendentemente ou não, certas conceções, ainda que matizadas, permanecem bem vivas e, inclusive, prontas a ser instrumentalizadas e a integrar discursos políticos.

3.3. Definição de tribo

A este propósito, começamos por realçar o facto de a investigação «tradicional» ter assumido que o significado de termos como «povo» ou «tribo» se encontrava perfeitamente estabelecido e firmado[498]. Mas muito se tem vindo a discorrer sobre esta temática. Na opinião de S. Jones, estes conceitos, à semelhança de outros, como etnia ou raça, estão longe de ilustrar demarcações imutáveis e universais da humanidade; pelo contrário, configuram meios de representação de realidades particulares e contingentes, fortemente marcados pela tessitura de relações sociais e políticas vigentes[499].

Para Jes Martens, por seu turno, as tribos correspondem a grupos de indivíduos que se movimentaram, que firmaram as suas alianças e inimizades e que detinham um corpo de crenças e costumes próprios, suscetíveis de sublinhar uma individualidade específica, daí que não seja de todo surpreendente que essas diferenças possam surgir materializadas em artefactos e que, consequentemente, sejam rastreáveis no registo arqueológico[500]. Já M. H. Fried sugere que as tribos constituem um «produto» da pressão externa exercida por sociedades mais complexas; aglutinadas no quadro da resposta a ameaças exteriores, poderiam, na ausência de pressão, apresentar padrões fluidos. De qualquer forma, e se acabassem por incorporar um império, o normal seria que fossem olhadas como «unidades» e tratadas em conformidade[501].

A interpretação de Z. Kobylinski vai no mesmo sentido. Apoiando-se em estudos centrados nas tribos germânicas dos tempos finais do domínio romano no Ocidente, conclui que estas entidades configuravam, acima de tudo, organizações políticas em que participavam indivíduos de proveniência diversa, sendo que a diferenciação étnica entre cada uma delas derivaria, fundamentalmente, do imperativo de manter viva a coesão e coerência dos seus membros. A propósito desta temática, afigura-se pertinente chamar a atenção para um problema evocado, ainda por Kobylinski, a respeito da noção de tribo e da articulação do conceito com a discussão em torno da origem dos eslavos[502], um tema acerrimamente controverso[503]. Ora, se aceitarmos o pressuposto acima enunciado acerca da natureza das tribos, então o objetivo de determinar a procedência original dos eslavos surge como produto de uma questão erroneamente formulada. A ideia de etnicidade que se lhe encontra subja-

[498] POHL, 1991: 39.
[499] JONES, 1997: 40.
[500] MARTENS, 2003: 64.
[501] SHENNAN, 2003: 15.
[502] KOBYLINSKI, 2003: 304-305.
[503] HEATHER, 2009: 9.

cente, influenciada por noções vinculadas aos nacionalismos emergentes, deixa de lado as interrogações essenciais. Sem que haja dúvidas quanto ao facto de o «aparecimento» dos eslavos, enquanto entidade distinguível das demais, coincidir com o momento em que o epíteto surge nas fontes escritas, o que atualmente se impõe perceber é a natureza do processo que levou a que uma etnicidade suficientemente homogénea para se diferenciar das demais se desenvolvesse nos alvores da Alta Idade Média[504].

Vejamos ainda a opinião formulada por Csanád Bálint. Atendendo à realidade funerária atestada nas necrópoles húngaras da faixa a norte dos Cárpatos no período que se estende entre os séculos VII e IX, este investigador considera que as variáveis observáveis decorrem de diferenças tribais e não étnicas. Na verdade, e à semelhança de outros autores, entende que as tribos dos territórios das estepes agregavam, até pelas alianças realizadas, elementos de origens distintas, daí a heterogeneidade dos artefactos que encontram visibilidade no registo arqueológico. Tal não invalida, porém, que os materiais associados a uma determinada tribo, se cotejados com os de outras entidades externas, aparentassem certo grau de unidade[505].

Portanto e, como se comprova, estas questões estão longe de poder ser abordadas de um ponto de vista simplista. Mas, convém notá-lo, não é apenas a interpretação dos conceitos a suscitar controvérsia: na verdade, a sua aplicação revela-se problemática em si mesma. W. Pohl salienta, a propósito da utilização de certos termos étnicos e dos preconceitos que lhes são inerentes, que mesmo se procurando substituir «povo» ou «tribo» por outros conceitos supostamente mais aceitáveis e mais conformes à literatura científica contemporânea, caso de *ethnos* ou *gens*, as dificuldades metodológicas persistem, sobretudo porque as «metáforas biológicas» parecem continuar em vigor[506]. E, como vimos, esta é uma questão nada pacífica.

3.4. Variabilidade da interpretação: o contexto e a orientação dos investigadores

Cremos que se encontra sobejamente atestado que as teorias e correntes de pensamento divergem consoante o contexto histórico ou o meio em que se inserem, sendo igualmente influenciadas pelos interesses de quem as concebe[507]. Ingo Wiwjorra lembra que as perspetivas históricas que exaltam a nação e a raça decorrem diretamente não só da formação e objetivos do autor, mas igualmente do seu foco de investigação[508]. Neste sentido, é natural que o pendor assumido pela produção científica de um dado tempo seja condicionado por uma série de variáveis concretas.

---

[504] KOBYLINSKI, 2003: 304-305.
[505] BÁLINT, 2003: 191.
[506] PHOL, 1991: 40.
[507] SHENNAN, 2003: 1.
[508] WIWORRA, 1996: 165.

Em Espanha, por exemplo, os procedimentos dos arqueólogos no quadro das ditaduras implantadas no século XX, primeiro a de Primo de Rivera, depois a franquista, demonstram claramente a adequação do colectivo às circunstâncias, ainda que, neste caso, a pressão exercida por parte dos dirigentes não tenha sido tão exacerbada como a que vigorou na Itália de Mussolini ou na Alemanha de Hitler[509].

Vejamos uma outra situação, ilustrada na realidade húngara. Nos finais do século XIX e inícios do XX, estudiosos e investigadores, muito influenciados pelas conceções históricas defendidas pela nobreza daquele país, imaginavam que os vestígios funerários dos seus antepassados só poderiam ser correlacionáveis com túmulos de índole oriental, bem providos de materiais. Em contrapartida, os cemitérios com uma componente artefactual mais pobre onde, além dos objetos orientais, se incluíam outros de ascendência bizantina, eram imediatamente adstritos aos eslavos. Esta forma simplista de encarar os dados funerários manteve-se largas décadas em voga, sendo que só na sequência do término da Segunda Guerra e, superada a tendência até então seguida, pôde a arqueologia húngara apostar numa renovada abordagem às problemáticas mencionadas. Contudo, o que ressalta imediatamente das perspetivas então introduzidas é a evidente alteração do quadro mental subjacente, com a atribuição de crescente premência à influência política e cultural exercida pelos eslavos sobre a Hungria dos séculos X e XI. Fenómenos como este, com mudanças vigorosas do pensamento dominante decorrentes do contexto histórico vigente não foram, naturalmente, um exclusivo da Hungria. Na verdade e em conformidade com a opinião de C. Bálint, parecem ter sobrevindo em todos os países da Europa central que, de algum modo, foram afetados pelo fascismo[510]. Veremos, adiante, outros casos, que se nos afiguram paradigmáticos.

Ora, os nacionalismos do século XIX providenciaram o terreno ideal para um interesse crescente em torno das ruínas e dos vestígios arqueológicos, ao mesmo tempo que suscitavam o desejo de lhes traçar uma ascendência étnica ou nacional[511]. É óbvio, portanto, que se por um lado a Arqueologia se revelou de extrema utilidade na «construção» das nações emergentes, por outro, o valor que progressivamente lhe foi reconhecido se constituiu como determinante para o seu desenvolvimento enquanto disciplina[512]. É certo, porém, que nesse esforço de resgatar o passado das nações se procurava não só discernir indícios de continuidades nunca quebradas como, além do mais, remeter esses indícios para fases que deveriam recuar o mais possível no tempo.

Não admira, pois, que no contexto da «euforia nacionalista» que grassou nas primeiras décadas do século XX, tenham sido várias as conceções instrumentalizadas para sedimentar mitos: um exemplo já «clássico» radica no da superioridade da «raça» germânica[513]. Esta,

[509] DÍAZ-ANDREU, 2003: 58.
[510] BÁLINT, 2003: 191.
[511] JONES, 1997: 15.
[512] ARNOLD, 2004: 209.
[513] VEIT, 2003: 40.

imutável e nunca afetada por alterações de qualquer índole, sequer cultural, definia-se em termos de um *continuum* étnico, que permitia encontrar na Pré-história os antepassados diretos dos alemães da década de trinta[514].

A propósito desta questão, não poderíamos deixar de recuar um pouco e fazer aqui menção a Gustav Kossinna, nome incontornável para a compreensão dos desenvolvimentos a que os conceitos de etnicidade e cultura foram então sujeitos. Ora, dois dos postulados máximos que avançou, o primeiro em 1911[515] e o segundo, mais aprofundado, já em 1926[516], estabeleceram as bases de um «método retrospetivo», o mesmo que orientou a sua abordagem e todo o direcionamento dos trabalhos de investigação que levou a cabo. Projetando a realidade pré-histórica a partir das condições do presente, ou mesmo do passado, desde que historicamente documentado, e conciliando essa projeção com as tentativas de definição dos locais de assentamento, procuraram-se linhas de continuidade entre a evolução de determinados grupos humanos na Pré-história e as respetivas áreas de fixação. Por seu turno, ao firmar tipologias, definiram-se horizontes temporais e, consequentemente, atribuíram-se cronologias e sequenciações aos materiais arqueológicos. Restava cartografar as unidades espaciais, diferenciáveis em função da homogeneidade dos objetos que lhes eram afetos, e pelo facto de se distinguirem claramente dos abarcados por outras áreas contíguas. Portanto, cada conjunto artefactual consistiria na expressão incontestável da presença de um grupo étnico específico sendo que, além do mais, esse grupo seria associado à primeira ocupação consolidada na área em causa[517]. Assim se sedimentava o conceito de *kulturkreis*[518], que acabou por ser utilizado como suporte teórico do expansionismo nazi na Europa central e de leste[519].

Naturalmente, porém, quanto mais se recuasse no tempo, mais difícil seria aferir identificações rigorosas. Kossinna, porém, julgou que o problema poderia ser resolvido perante a equação de uma evolução linear, que principiaria com os povos e culturas ditos «primitivos» e avançaria no sentido de uma crescente complexificação[520].

Apesar de colherem aceitação quase generalizada, as teorias de Kossinna mereceram algumas críticas, parte das quais propalada ainda no seu tempo de vida. E às censuras não terão sido alheios o teor polémico de que se revestia o seu trabalho, até pela ligação preco-

[514] ARNOLD, 1997-1998: 250.

[515] «[…] Sharply defined archaeological culture areas correspond unquestionably with the areas of particular peoples or tribes […]» (KOSSINNA, 1911a: 3 *apud* VEIT, 2003: 37).

[516] «[…] Clearly defined, sharply distinctive, bounded archaeological provinces correspond unquestionably to the territories of particular peoples and tribes. […]» (KOSSINNA, 1926 *apud* VEIT, 2003: 39).

[517] VEIT, 2003: 39-40.

[518] ARNOLD, 1997-1998: 247.

[519] «[…] A combination of two categories of archaeological research tends to be especially attractive to the extreme nationalist programs that produce dictatorial regimes: the first research category is temporal, and involves the "origins" of a particular group of people or culture; the second is spatial, and focuses on the territory that can be ascribed to that group or culture based on material culture remains-usually some version of the German linguist-turned-archaeologist Gustaf Kossinna's 'Kulturkreis' approach. […]» (ARNOLD, 2004: 192).

[520] VEIT, 2003: 40.

nizada entre povo e raça, ou mesmo os resultados auferidos com os esforços de adequação entre identidade étnica e «culturas arqueológicas» naquele que é atualmente o território da Polónia[521]. Naturalmente, a canalização destes pressupostos para a Pré-história conferiu à disciplina um enorme valor enquanto instrumento de propaganda, amplamente aproveitado no quadro do nacional-socialismo[522].

Mas com o colapso do regime, Kossinna e o seu método foram amplamente antagonizados. Contudo, foi deixada passar em branco a oportunidade de fazer uma avaliação crítica não só das teorias que concebeu, mas igualmente das razões que propiciaram o aproveitamento ideológico das mesmas[523].

Por outro lado, é certo que, no período que mediou entre as duas Grandes Guerras do século XX, grupos específicos de «migrantes» surgiram como fundadores de entidades políticas duradouras. Foram, portanto, diversos os estados europeus modernos a traçar as origens dos seus «povos» e a fazê-las recuar até tempos imemoriais, daí que alguns investigadores se refiram a esta estratégia como a «Grande Narrativa». Não deixa, aliás, de ser curioso, que o ponto comum a todas as «histórias» nacionais radicasse no facto de se julgar que as raízes explicativas das distinções entre vários dos «conjuntos» populacionais europeus da época entroncavam nas fases migratórias que haviam tomado lugar, nalguns casos, há milhares de anos[524].

Ora, com o fim da II Guerra e no que concerne aos tempos altimediévicos, a grande novidade recaiu no facto de algumas asserções que pareciam perfeitamente estipuladas, nomeadamente as que se referiam ao papel desempenhado pelas migrações na história europeia, terem sido completamente postas em causa: a tónica da explicação dos processos afastava-se dos fatores externos e passava a recair somente em transformações internas[525]. Mas, se no campo da História Antiga o crescente apuramento da crítica das fontes levou, na perspetiva de U. Veit, a que voltassem a valorizar-se as potencialidades da interpretação étnica, nos domínios estritos da Arqueologia as possibilidades de avançar por tais caminhos foram claramente questionadas, na medida em que passou a considerar-se que os dados arqueológicos, por si só, não poderiam proporcionar tal tipo de conhecimento. Contudo, cedo se constatou que este pressuposto entrava claramente em conflito com a prática que continuava em vigor e na qual permaneciam vivos alguns dos conceitos étnicos formulados por Kossinna, ainda que «dissimulados» sob uma capa terminológica mais neutra. Recorria-se então crescentemente à expressão «cultura arqueológica», a qual, de acordo com U. Veit, tinha a grande vantagem não só de «substituir» a designação «unidade étnica»[526], carregada

[521] VEIT, 2003. 40.
[522] ARNOLD, 1997-1998: 248.
[523] VEIT, 2003: 39.
[524] HEATHER, 2009: 10.
[525] HEATHER, 2009: 12.
[526] «[…] The 'archaeological culture' became – as for Childe […] – a quasi-ideology-free substitute for the term 'ethnic unit' […]» (VEIT, 2003: 42).

de fortes conotações negativas, mas igualmente a de afastar as problemáticas mais espinhosas dos debates em curso, pelo menos a um nível superficial[527]. Porém e de acordo com o que tivemos oportunidade de salientar, o conceito de «cultura» está longe de se revelar inócuo. Pelo contrário, é foco de controvérsia.

3.4.1. Exemplo vândalo

A propósito da adequação das teorias ao contexto, importa realçar a manipulação dos dados arqueológicos levada a cabo no quadro da expansão nazi na Europa de leste. Vejamos de que maneira se estabeleceu um vínculo de natureza duvidosa entre os vândalos, grupo de origem germânica historicamente documentado, e uma «cultura» identificada na Polónia, supostamente resultante da migração dos mesmos vândalos a partir da Jutlândia[528].

Comecemos, então, por nos debruçar sobre as informações transmitidas pelas fontes acerca dos *vandils*. Não se sabe, ao certo, a quem se terá ficado a dever a ideia, entretanto firmada, de que as suas raízes radicam nas zonas central e meridional do atual território polaco. Plínio o Velho descreve-os como uma «confederação» de várias tribos, entre as quais se contavam «povos» como os *gutones* ou *burgodiones*[529]. Tácito, por seu turno, considerava que epítetos como *vandilios*, *suebos* ou outros, corresponderiam a designações primordiais entre os povos germânicos[530]. Na opinião de J. Martens, o mais plausível é que os *vandils* constituíssem uma conglomeração de tribos, extinta algures no século I, daí que em pouco ou nada se relacionassem com os vândalos históricos que acabaram por penetrar na Península Ibérica nos alvores do século V.

Ora, discernir as suas origens está longe de ser uma tarefa isenta de problemas. De acordo com as indicações fornecidas por Plínio, os vândalos ocupariam um território impreciso no nordeste da *Germania Libera*. Já Dião Cássio, cônsul e historiador romano nascido em Niceia por volta do ano 150, menciona a presença de vândalos, pelo menos do ramo asdingo, nas fronteiras do Império, aquando das Guerras Marcomanas. Julga-se que talvez tenha sido nessa altura, em que viveriam entre godos e marcomanos, que aderiram à vertente ariana do cristianismo[531].

Ainda antes do eclodir da Segunda Guerra Mundial, os arqueólogos alemães adotaram sem reservas as interpretações de Plínio, as quais, além do mais, pareciam claramente sus-

[527] VEIT, 2003: 42.

[528] SHENNAN, 2003: 23.

[529] Não é possível afirmá-lo com segurança, mas poderá haver correlação, no primeiro caso apontado, com os «godos» e, no segundo, com os «burgúndios» (MARTENS, 2003: 57-58).

[530] «[…] 4. Certos autores, com permissão da antiguidade, afirmam haver mais filhos nascidos do deus e mais nomes dos povos – Marsos, Gambrívios, Suevos, Vandílios – e esses nomes são verdadeiros e antigos. […]» (TÁCITO, 2011: 19).

[531] J. Martens acabará por clarificar que apenas os vândalos «históricos» aderiram ao cristianismo, sendo que os «arqueológicos», por seu turno, ter-se-ão mantido pagãos (MARTENS, 2003: 63).

tentadas pelas informações avançadas por Jordanes. Afigurava-se então perfeitamente instituído que os vândalos teriam vivido num território delimitado pelos rios Oder e Vístula, e que seriam identificáveis com os grupos humanos responsáveis pelos artefactos associados à «cultura» de Przeworsk[532].

Ora, segundo Gustav Kossinna, a «cultura material» da Pomerânia oriental constituía expressão da presença dos *vandils* ou vândalos naquelas paragens. E o povo em causa, que o arqueólogo considerava como uma «unidade», constaria de uma «síntese» entre Germânicos locais e grupos exógenos oriundos da Escandinávia, que ali haviam chegado na Idade do Bronze, sendo que só no quadro de movimentações posteriores teriam avançado para sul, em direção aos territórios abarcados pela moderna Polónia. Kossinna não foi capaz de apontar qual o local concreto de origem dos «migrantes» procedentes da Escandinávia, ainda que entendesse que os vândalos possuíam raízes genéticas idênticas às dos habitantes de Vendsyssel, um distrito situado no norte da Jutlândia. Contudo, rejeitava a possibilidade de os vândalos deles derivarem diretamente e defendia, em contrapartida, que as tribos germânicas orientais descendiam das do norte da Escandinávia[533].

Há que notar, no entanto, que esta teoria de Kossinna se apoiava fundamentalmente em argumentos filológicos. A filologia foi a sua formação de base e nela colheu uma poderosa influência para a formulação do seu pensamento[534]. Só mais tarde, por meio da ação do barão Bolko von Richthofen, um conhecedor dos materiais arqueológicos, se iriam atestar as fortes analogias entre as cerâmicas pré-romanas mais tardias de Vendsyssel e as da Silésia, encontrando-se nessa ligação uma suposta «prova» da ausência de substrato indígena na Polónia. Parecia assim plenamente «comprovada» a inexistência de continuidade entre as Idades do Ferro no território polaco: um fosso, amplamente propugnado em muitos dos trabalhos académicos que precederam a Segunda Guerra.

Como é óbvio, esta teoria em torno da migração vândala nunca obteve aprovação entre os investigadores da Polónia ou da Dinamarca[535]. Aliás, no pós-guerra, a oposição a tal modelo ganhou força e preponderância, nomeadamente através dos trabalhos de uma nova geração de arqueólogos polacos, que crescia e se afirmava, enquanto do lado alemão, pelos circunstancialismos históricos que envolveram o conflito, o tema era deixado em suspenso. Na Polónia e sob a orientação de Józef Kostrzewski, a tónica da produção académica foi colocada na demonstração dos erros inerentes aos pressupostos propalados por Kossinna e, em paralelo, nos esforços de comprovação de uma continuidade do «povo polaco», que se perfilhava sem interrupção desde os eslavos. Por outro lado, com a visita de C. Moberg e O. Klindt-Jensen à Polónia, dois doutorandos, respetivamente oriundos da Suécia e da

[532] MARTENS, 2003: 58-59.

[533] MARTENS, 2003: 59.

[534] ARNOLD, 1997-1998: 250.

[535] De acordo com I. Wiwjorra: «[…] The discussion about a "fair" borderline between Germany and Poland had been dominated by stereotype opinions since the early nineteenth century […]» (WIWJORRA, 1996: 175).

Dinamarca, a questão das cerâmicas pré-romanas voltou a ser retomada, porém, desta feita, sendo usada como testemunho de uma migração em sentido inverso ao proposto por Kossinna e seus seguidores[536].

Ora, a teoria elaborada a respeito das movimentações vândalas, conforme veiculada por Kossinna, pereceu com o fim da Segunda Guerra, momento que ditou igualmente a eclosão do III Reich e da filosofia que o alimentou. Na opinião de J. Martens, os escritos de Kossinna e dos arqueólogos que adotaram e desenvolveram as suas ideias, se bem que de teor nacionalista, ou mesmo chauvinista, dificilmente poderão ser encarados como propaganda nacional-socialista, pelo menos, na sua forma inicial. Foram, no entanto, e como é sabido, apropriados pela ideologia e convertidos em pilar de sustentação fulcral da mesma. No período que mediou entre as duas Grandes Guerras, a história de um passado «grandioso» foi incorporada em todos os domínios possíveis, dos jornais locais à documentação panfletária declaradamente nacional-socialista[537], nos numerosos museus que se criaram e nos documentários de Arqueologia que foram sendo produzidos[538]. E, naturalmente, ainda que muitos arqueólogos não partilhassem do ideário nazi, o certo é que as teorias que defendiam serviram para legitimar os anseios expansionistas e os «direitos» alemães sobre a Polónia: afinal, estava «provado» que grupos de germânicos orientais, como os godos e os vândalos, ali se haviam fixado em tempos primordiais[539]. E nesta, como noutras situações, os achados arqueológicos documentados serviram para justificar um propósito: recuperar para os alemães o espaço que lhes era devido, o chamado *Lebensraum*[540].

Com o fim da Guerra e, como dizíamos acima, houve uma inflexão do pensamento, liderada por J. Kostrzewski. Tendo assistido a destruições sistemáticas dos vestígios eslavos no território polaco, durante a ocupação nazi[541], todos os estudos que, aquando da libertação, se empenhou em levar a cabo, culminavam num único fito: demonstrar a continuidade da «cultura material» naquelas terras, continuidade que entroncava no neolítico e se perpetuara sem interrupções através dos eslavos. Deste modo, não só procurava asseverar a perduração deste povo e a sua articulação imemorial com um espaço concreto como, por outro lado, patentear a sua maior antiguidade, quando confrontada com a imputada

[536] MARTENS, 2003: 59-60.

[537] MARTENS, 2003: 61.

[538] ARNOLD, 1997-1998: 248.

[539] MARTENS, 2003: 61.

[540] ARNOLD, 1997-1998: 247.

[541] Ainda antes da ocupação já se manifestavam sinais de um indisfarçável desprezo face à «cultura» eslava: «[…] In archaeology the theory of a cultural mission found its expression in a tacit agreement, according to which excavated finds that were attributed to Germans were described as aesthetically attractive and progressive, whereas Slavic culture was disparaged. Thus, Kossinna characterized Slavic pottery as "dirty grey" and being of "shocking crudeness", whereas he assumed that the potter's wheel had reached the Wends with German help. He further underlined the cultural gap between the Germans and the Slavs semantically by describing the Slavs' area of origin, the «Eastern European ancient home», as «Slavic half-Asia» […]» (WIWJORRA, 1996: 176).

aos germânicos, chegados à Alemanha «apenas» na primeira Idade do Ferro[542]. Constata-se, portanto, que a argumentação desenvolvida, primeiro por Kossinna e, posteriormente, por Kostrzewski, decorre igualmente de uma clara vinculação às exigências políticas do tempo[543]. E é evidente, por outro lado, a imensa força de que se revestiu o conceito de intemporalidade na construção retórica dos mitos, na medida em que, independentemente de quem se propunha firmá-los, o objetivo subjacente era, em última instância, o mesmo: não apenas assegurar que um dado povo fora o primeiro a chegar a um território específico, mas demonstrar que desde sempre lá estivera fixado[544].

Impõe-se realçar que a grande diferença entre as duas teorias migratórias difundidas no antes e no pós-guerra radica simplesmente no rumo e na direção das movimentações: se os arqueólogos alemães defendiam um traçado, os polacos propugnavam o inverso. Quanto ao resto, as analogias eram prementes. Os artefactos, suporte físico, serviram para identificar grupos étnicos distintos; por seu turno, as semelhanças plasmadas em «culturas materiais» apartadas foram assumidas como indício de ligações genéticas entre povos. Constata-se, portanto, a semelhança dos métodos, mas a divergência das conclusões atingidas por cada uma das partes. Na verdade, o problema de fundo estava longe de radicar em postulados científicos: a questão essencial derivava de um contexto sociocultural preciso e o intuito principal seria o de definir a quem caberiam os «direitos» sobre o território polaco[545].

Posto isto, e na eventualidade de a discussão em torno da origem dos vândalos ser retomada, J. Martens impõe como fundamental a necessidade de estabelecer a distinção entre o grupo «arqueológico» e o «histórico»: os vândalos «arqueológicos» terão ocupado as zonas sul e central da atual Polónia desde os finais do período La Tène; quanto aos «históricos», as mais antigas referências conhecidas remontam ao tempo das Guerras Marcomanas, altura em que vaguearíam junto às fronteiras do Império. Contudo, até ao momento, não foi ainda provada uma efetiva correlação entre ambos[546]. Será, pois, erróneo, conferir uma «identidade» única ao suposto grupo que atravessou largas extensões territoriais na Europa, num trajeto que culminou, numa primeira fase, na Península Ibérica[547], e a partir da qual alcançou o norte de África? De acordo com J. Martens, todo o percurso realizado teve, inevitavelmente, que desencadear mudanças na organização interna do grupo. Com efeito e, ao atingir a geografia peninsular, a «unidade» estaria longe de possuir um nível de coerência suficientemente

[542] MARTENS, 2003: 61.
[543] HEATHER, 2009: 391.
[544] ARNOLD, 2004: 192.
[545] MARTENS, 2003: 62.
[546] MARTENS, 2003: 63.
[547] A propósito registamos uma observação produzida por Tejerizo García: «[…] One of the most interesting facts about the Archaeology of Late Antiquity in the Iberian Peninsula is the 'invisibility' of other cultures such as suevs, alans or vandals. Except from some rare and questionable exceptions, no material associated to this cultures is known […] A fact very similar to what happens in the south of the Gaul during the visigothic reign of Tolosa. Recent works have tried to explain this recurring to process of "deculturation" and "reconstitution" of a national material culture […]» (TEJERIZO GARCÍA, 2011: 31).

sólido que lhe permitisse implantar as bases de uma superestrutura ampla e perdurável. Pelo contrário, os «invasores» estariam já completamente submetidos ao patamar civilizacional dos «conquistados». Em suma e à falta de um «historiador» próprio, que outros grupos bárbaros lograram ter, os vândalos históricos chegaram-nos somente através dos escritos dos romanos que, concentrados em dar conta das suas façanhas, deixaram por abordar aspetos da vida social e cultural que os regiam e que, naturalmente, interessaria ver clarificados[548].

3.4.2. Exemplo visigótico

Tivemos já oportunidade de abordar alguns problemas decorrentes da abordagem da etnicidade em diversos contextos da geografia europeia. Cabe-nos agora proceder a uma aproximação à questão no âmbito da geografia peninsular, começando por chamar a atenção para uma interessante observação de W. Pohl, que remete para o facto de, nos alvores da Alta Idade Média, a etnicidade ter desempenhado uma função dupla e, a uma primeira vista, paradoxal: a de elemento integrador e, a um mesmo tempo, diferenciador[549]; serve-nos de mote para o desenvolvimento da temática que se segue.

Ainda que as necrópoles visigóticas sejam conhecidas em território peninsular já desde o século XIX, só na década de 30 da centúria subsequente seria levada a cabo uma tentativa de enquadramento e sistematização da referida realidade, às mãos do já mencionado arqueólogo espanhol Martínez Santa-Olalla[550]. Falangista e figura incontornável da Arqueologia nos tempos de domínio do franquismo[551], muito influenciado pela abordagem histórico-culturalista alemã, intimamente relacionada com o nacionalismo vigente, Santa-Olalla transpôs de uma forma quase que literal a análise preconizada na Alemanha para as necrópoles que vinham sendo detetadas ao longo da bacia do rio Douro[552], algumas das quais chegou a intervencionar, caso de Herrera de Pisuerga, em Palência, ou Daganzo de Arriba, em Madrid[553]. Com Santa-Olalla estava, portanto, dado o mote para o «nascimento» de uma nova escola em Espanha, que visava circunscrever, distinguir e descrever os traços essenciais de cada uma das culturas que, na Antiguidade Tardia, se encontravam cristalizadas na Península Ibérica[554].

Coube a Blas Taracena, que dedicou muito do seu labor ao estudo de *Numantia*[555] e que Díaz-Andreu define como partidário de uma ideologia conservadora liberal[556], a fixa-

[548] MARTENS, 2003: 63.
[549] POHL, 1998a: 5.
[550] TEJERIZO GARCÍA, 2011: 31.
[551] DÍAZ-ANDREU & RAMÍREZ SÁNCHEZ, 2004: 110)
[552] TEJERIZO GARCÍA, 2011: 31.
[553] MEDEROS MARTÍN 2003-2004: 17.
[554] TEJERIZO GARCÍA, 2011: 31.
[555] DUPLÁ, 2002: 170.
[556] DÍAZ-ANDREU, 2003: 43.

ção do carácter visigótico de alguns materiais achados na bacia do Douro, e a interpretação das sepulturas providas de artefactos como atribuíveis aos tempos finais do Império. Mas foi Santa-Olalla quem acabou por construir, em 1934, um primeiro ensaio tipológico[557], que continua ainda hoje a ser amplamente utilizado[558].

Ora, a chamada «arqueologia visigótica» dos anos 30 fez uso de duas variáveis fundamentais na definição das necrópoles de filiação «germânica»: a existência de cemitérios com uma organização específica, onde os sepulcros surgiam dispostos em fileiras, e a ocorrência de conjuntos artefactuais bem definidos. De acordo com Tejerizo García, este paradigma mantém-se prevalente nos trabalhos de investigação dedicados à arqueologia funerária, ainda que atualmente, e atendendo à discussão em torno da etnogénese, a tónica tenda a ser colocada não na busca de grupos étnicos, mas de elementos forâneos que, pelas suas características, se distinguem claramente dos demais. Porém e em consonância com opinião formulada pelo mesmo autor, a grande questão permanece por resolver: as ideias pré-estabelecidas e tendenciosas, que influem inclusive e de modo premente nas propostas cronológicas, não cessaram de procurar a adequação dos factos à moldura teórica que persiste em voga[559].

Na verdade, a periodização das necrópoles e materiais visigóticos peninsulares enforma um campo problemático e gerador de forte controvérsia. É certo que os contributos recentes fornecidos por Ripoll López permitiram importantes avanços nestes domínios[560]. Tejerizo García aponta-lhes, contudo, uma crítica: a de conceber que as mudanças plasmadas no registo arqueológico são passíveis de ser correlacionadas com acontecimentos narrados nas fontes escritas[561]. Todavia e, recorrendo a um dos exemplos facultados para sustentar essa apreciação – a conversão oficial de Recaredo ao catolicismo, em 589 –, parece-nos importante ressalvar que não se nos afigura que o intuito subjacente ao discurso de Ripoll López seja propriamente o de afirmar que, na sequência daquela data precisa se implementaram alterações concretas e imediatamente discerníveis na componente material patente nos sepultamentos. A realidade funerária, muito mais complexa, não se coadunaria certamente com uma explicação tão redutora.

---

557 MARTÍNEZ SANTA-OLALLA, 1934.

558 TEJERIZO GARCÍA, 2011: 31-32.

559 TEJERIZO GARCÍA, 2011: 32-33.

560 Vejamos o procedimento seguido pela autora na elaboração da sua proposta cronológica, o qual, na nossa perspetiva e atendendo a todas as condicionantes em palco, se afigura válido: «[…] Esta cronología fue establecida en función de la situación particular de los estudios e hallazgos de adornos personales visigodos procedentes de las excavaciones antiguas de las necrópolis de la Península Ibérica, particularmente de las situadas en la Meseta castellana. Para establecer una cronología relativa se realizó una selección de 'tipos' de broches de cinturón y de fíbulas procedentes de una serie de sepulturas de diferentes necrópolis que pueden considerarse hallazgos cerrados, se elaboró una tabla correlativo-complementaria que posteriormente dio lugar a una tabla tipo-cronológica, organizando dos materiales en niveles. Se entiende por niveles lo que los alemanes llaman *Stufen*, es decir un nivel arqueológico, que no puede ser identificado ni con un período, ni con una fase y tampoco con un grupo. […]» (RIPOLL LÓPEZ, 1998: 44).

561 TEJERIZO GARCÍA, 2011: 33.

Contudo, e naturalmente, se utilizado este marco para conferir uma cronologia absoluta a uma dada necrópole, na base de uma assunção simplista pré ou pós 589, e neste sentido, se a consideração de fases ou de processos de desenvolvimento internos forem desvalorizados e não trazidos à colação[562], então concordamos que a metodologia empregue estará necessariamente a levar a que a interpretação incorra em erros de fundo.

Tejerizo García conclui que a atribuição de cronologias às necrópoles visigóticas peninsulares tem sido sistematicamente efetuada com base num enquadramento conceptual que não logrou escapar aos limites inerentes à Arqueologia histórico-culturalista, daí que se debata ainda não só com a aplicação de critérios empíricos e pouco sólidos, mas igualmente com dificuldades metodológicas. E, a propósito, destaca o facto de, para um universo de dois mil enterramentos, não ser conhecida uma única datação absoluta, suscetível de fornecer um patamar seguro a partir do qual pudesse começar a construir-se uma sequenciação fiável. Como tal, à falta de protocolos de trabalho adequados a estas realidades funerárias e na ausência de um renovado corpo de dados, não só se deixam por solucionar os problemas cronológicos identificados como, por outro lado, se continuam a reproduzir propostas eventualmente pouco ajustadas[563]. No que ao território português diz respeito, o parco investimento na investigação nestes domínios, aliado aos escassos recursos disponíveis para infletir a tendência, não permitem, de momento, conceber um desvio de rumo.

Ora, feita esta aproximação crítica ao modelo explicativo dominante, debrucemo-nos então sobre a abordagem produzida por Tejerizo García em torno das chamadas «necrópoles do Douro», diversas no tipo de implantação espacial a que respondem e na dimensão que apresentam[564]. Este investigador constatou a ocorrência de uma importante mudança naqueles sítios, atestada na natureza dos conjuntos artefactuais neles recuperados: numa primeira fase dos enterramentos, centrada nos séculos IV e V, é a tradição romana aquela que persiste nos materiais, enquanto numa segunda, posterior, se encontra já firmada a presença de elementos de adorno de filiação «germânica». Tradicionalmente, a análise preconizada sobre os dois tipos de «horizontes» tem sido dividida e efetuada de forma separada, não só porque se estabeleceu que cada um deles corresponde a uma cultura distinta como, por outro lado, que as invasões resultaram numa profunda rutura face ao substrato hispano-romano pré-existente. Todavia, novas perspetivas, fundamentalmente propaladas nas últimas décadas, vêm sugerir que só com um estudo integrado, que abarque ambos os «horizontes», será possível compreender as alterações internas que afetaram o desenvolvimento daquelas comunidades. E, neste âmbito, convém realçar que as investigações desenvolvidas em contexto peninsular têm permitido demonstrar uma clara cisão atribuível a meados do século V, cisão essa plasmada não apenas nos rituais funerários, inferida a partir das transformações tipológicas evidenciadas pelos elementos da componente artefactual

[562] TEJERIZO GARCÍA, 2011: 33.
[563] TEJERIZO GARCÍA, 2011: 34.
[564] TEJERIZO GARCÍA, 2011: 35.

incorporada nos sepulcros, mas igualmente extensível a praticamente todas as esferas da vida, do povoamento à economia. Note-se, porém, que as modificações, ainda que vincadas, poderão ser perspetivadas como parte de um processo progressivo, decorrendo de uma adequação paulatina a novas regras e esquemas produtivos[565].

Neste ponto, impõe-se questionar: como, pois, interpretar os enterramentos que, a partir do século V, integram artefactos supostamente correlacionáveis com a mencionada filiação «germânica»? Serão eles passíveis de se assumir como expressão de uma etnicidade específica? Certamente que sim, na medida em que representam a face visível, a manifestação materializada de uma forte tensão política, em que os jogos pela aquisição de poder e estatuto adquirem incontestável premência. Mas qual o papel que essa etnicidade poderá desempenhar quando chamada à colação para explicar a presença dos elementos que são dela reveladores?

Tejerizo García entende que, para responder a estas interrogações há que ter em conta dois pressupostos: o primeiro prende-se com o facto de os visigodos, grupo que penetrou e se estabeleceu na geografia peninsular entre os finais do século V e os alvores do VI, constituírem uma minoria face à população que nela se encontrava sedimentada[566]. O segundo, por seu turno, reporta-se a uma circunstância particular: a de que esses mesmos visigodos, reconhecidos como distintos dos «hispano-romanos», lograram alcançar o poder e controlá-lo, num processo que acabaria por culminar na fundação de um reino com sede em *Toletum*[567].

À mudança identificada no tipo de materiais introduzidos em contextos sepulcrais não será, pois, alheia a chegada à Península dos visigodos, os quais, apesar de minoritários, granjearam primazia política, se bem que em traços gerais e salvo exceções, pautada por parca solidez. De qualquer modo, e no quadro da ausência de ameaça romana, os reis visigodos não só encontraram os veículos adequados para exibir o poder adquirido como, em paralelo, se redefiniram, fundamentalmente através das novas relações que, a partir da corte toledana, foram tecendo com as elites locais e proprietários de terras. Neste cenário de transformações e tensões permanentes, a necessidade de adaptação por parte da sociedade e das suas elites terá sido incontornável. E, neste sentido, o facto de o estatuto dos seus mem-

[565] TEJERIZO GARCÍA, 2011: 36.

[566] A propósito das estimativas calculadas por vários autores para o período que medeia entre o século IV e o VII, diz Ripoll López: «[…] se puede considerar que el pueblo visigodo –sin diferenciar la población civil de la militar– representó de un uno a un dos por ciento sobre la totalidad de la población de *Hispania*. […]» (RIPOLL LÓPEZ, 1989b: 395-396). Atente-se também nas observações de Peter Heather: «[…] It is obviously not possible to say exactly how many people were caught up in the migration activity generated by the rise and fall of the Hunnic Empire and the new opportunities for expansion that then became open to Rome's nearest neighbours as it lost the capacity to maintain frontier security. One negative thought experiment, however, is worth running with. This involves considering how many migrants are known to have emerged from the areas that suffered culture collapse. There are reasonable indications, for instance, that both Visigoths and Ostrogoths could field around, or a few more than, twenty thousand fighting men. The armies of the Vandals, Alans and Sueves were between them probably just as large, certainly in 406 before they suffer heavy losses in Spain […]» (HEATHER, 2009: 374-475).

[567] TEJERIZO GARCÍA, 2011: 36.

bros ser discernível através de um *corpus* de símbolos e *habitus*[568] passíveis de ser exteriorizados e de traduzir diferenciações sociais não é de somenos importância. Na verdade, na utilização de elementos de índole gótica radicaria o mecanismo chave para aceder ao poder, sendo que, como sublinhou P. Heather, a indumentária poderá ter exercido a este nível uma função fulcral: apanágio indelével do grupo de imigrantes, seria suscetível de determinar a posse de maiores riquezas ou de uma proeminência social mais elevada. Assim, a etnicidade, conforme revelada na morte, mediante o recurso a um vestuário específico e aos adereços que com ele se deveriam articular, fossem eles placas de cinturão ou mesmo armas[569], surgiria como um importante meio de a moldar e tornar visível, muito embora sem enformar um «pacote» estático: antes adaptativo. Em última instância e, neste quadro, a simbologia gótica, atributo da classe dominante, ao destacar-se num sistema mais amplo, afirmar-se-ia sobretudo pelo carácter diferenciado de que se revestia e, consequentemente, pelo facto de ser claramente identificável: talvez não apenas em razão dos materiais em si mesmos, mas igualmente pelo reconhecimento social do inumado, da sua família e clientela, passível de efetivar-se aquando do enterramento, uma cerimónia pública por natureza[570].

No entanto, e com o avanço da cronologia, outras modalidades de expressão da etnicidade (ou o poder que a ela se encontrava intimamente ligado), terão sido definidas. A exibição da supremacia e domínio social passaram então a ser veiculadas sobretudo através da construção de edifícios de culto e da estruturação de áreas cemiteriais. Em contrapartida, o papel, anteriormente crucial, imputado aos adornos funerários, acabou por ser menorizado, daí que Tejerizo García discirna a existência de uma ligação de fundo entre o desenvolvimento interno das comunidades, em articulação com um fenómeno de incremento económico, e a nítida redução da inclusão de materiais de tipo germânico no seio dos sepulcros[571]. Esta é, pois, uma proposta alternativa a uma outra que vem sendo difundida e que coloca na disseminação de uma nova «moda» e na incorporação de influências bizantinas a tónica explicativa das alterações percetíveis no registo arqueológico atribuível ao século VII[572].

Mas há ainda dois outros pontos de interesse primordial nesta renovada conceção e que, na nossa perspetiva, se impõe salientar. Um deles decorre da comprovação da reduzida prevalência de sepulturas providas de uma componente artefactual «germânica»: quando cotejada com a do universo das estruturas de inumação e necrópoles inventariadas para este

[568] Veja-se a definição de *habitus* avançada por P. Bourdieu: «[…] generative and unifying principle which retranslates the intrinsic and relational characteristics of a position into a unitary lifestyle, that is, a unitary set of choices of persons, goods, practices. […]» (BOURDIEU, 1998 : 8).

[569] Note-se que a questão da presença de armamento em sepulcros «góticos» e «visigóticos» é algo controversa: atendendo à escassez de elementos ofensivos documentados em sepulturas supostamente correlacionadas com estes grupos, tem-se evitado perspetivá-las como indicadores válidos da etnicidade visigótica (AZKARATE GARAI-OLAUN, 2004: 390-391, nota 5).

[570] TEJERIZO GARCÍA, 2011: 37-38.

[571] TEJERIZO GARCÍA, 2011: 38.

[572] RIPOLL LÓPEZ, 1998: 33; 60.

período da Alta Idade Média, torna-se notório que somente uma parte minoritária da população seria capaz de lhe aceder. Outra questão, igualmente incontornável, prende-se com a constatação de que a variabilidade regional configura um fator determinante na implementação de algumas das diferenciações atestadas. Não é, naturalmente, o único: uma série de variáveis, que estão longe de se restringirem ao âmbito da etnicidade, confluem e interagem, nas múltiplas camadas que se entrecruzam, no sentido da estruturação das sociedades[573].

Não poderíamos terminar sem nos interrogarmos acerca de uma dificuldade final: qual, portanto, a aceção adequada ao epíteto «visigótico» se aplicada a uma categoria particular de materiais? Na opinião de Azkarate Garai-Olaun, e na esteira de Patrick Périn, a solução passa por adotar esta designação num sentido cultural ou geopolítico, escusando-nos de a remeter para uma aceção étnica propriamente dita[574]. Será este um caminho válido a trilhar?

3.5. Uma perspetiva geral dos problemas atuais

Siân Jones destaca o facto de, no âmago do inquérito arqueológico, desde sempre ter figurado a necessidade de atribuir uma identidade a conjuntos de objetos ou a monumentos. E salienta a tendência, registada desde o período do Renascimento, para adstringir materiais a povos historicamente documentados[575].

Ora, a questão das ligações entre culturas e grupos étnicos enforma, ainda hoje, uma esfera problemática nos domínios da Arqueologia, sobretudo em razão da sua reiterada articulação em torno de uma perspetiva monolítica das «entidades» culturais[576]. No entanto, uma identidade atribuída ao passado afirmar-se-á, necessariamente, como uma categoria subjetiva[577]. Veja-se, a uma escala particularmente ampla, como algumas referências a uma geografia europeia supostamente «germanizada», na sequência das migrações, não tinham em linha de conta a heterogeneidade cultural vigente, patenteada em diferenças ao nível das práticas sociais, dos sistemas de crenças e mesmo da linguagem[578].

Na verdade, são múltiplos os exemplos ilustrativos das dificuldades em estabelecer uma relação imediata entre cultura material e unidade étnica, daí que muitos arqueológos tenham entretanto optado por se posicionar em consonância com teorias recentemente veiculadas pela Antropologia e Sociologia. A tendência será, pois, para que as unidades étnicas deixem de ser encaradas como unidades pautadas por uma série de traços perfeitamente objetivos, até porque raramente elas constituem como que uma «súmula» de similitudes e

[573] TEJERIZO GARCÍA, 2011: 38-39.
[574] PÉRIN 1995: 232 *apud* AZKARATE GARAI-OLAUN, 2004: 410.
[575] JONES, 1997: 15.
[576] JONES, 1997: 29.
[577] PITTS, 2007: 700.
[578] HEATHER, 2009: 6.

diferenças claramente discerníveis, passíveis de demarcar com clareza as fronteiras e limites que as separam de outras[579].

S. Jones chama também a atenção para um outro problema, que continua a revelar-se premente, e que se prende com as tentativas de forçar o registo arqueológico a encaixar-se nas informações retiradas das fontes históricas[580]. Um caso interessante e ilustrativo deste fenómeno prende-se com interpretações formuladas a propósito da necrópole de Aldaieta, em Álava (País Basco). Atendendo aos resultados proporcionados pelas escavações sistemáticas que ali vinham sendo levadas a cabo, H. W. Böhme, que reconheceu no sítio características excecionais, considerou que estas certamente se ficariam a dever a um acontecimento histórico preciso, documentado nas fontes escritas. Este pressuposto inicial acabou por levar o autor a classificar Aldaieta como um cemitério franco e a perspetivar que o mesmo fora criado na sequência de uma violenta contenda militar que havia tomado lugar em 541, o ano da expedição de Childeberto I e Clotário à região sul dos Pirenéus[581]. Para sustentar esta hipótese, baseou-se, por um lado, no facto de a necrópole comportar um número proporcionalmente avultado de indivíduos adultos de sexo masculino, percentagem indiciadora de uma população «não natural» e, consequentemente, na possibilidade de a mesma corresponder a um contingente armado. Também a questão das armas constituiu um outro ponto importante para a interpretação, na medida em que, supondo que os visigodos não as integravam nos seus sepulcros, Böhme identificou os indivíduos inumados em Aldaieta com um exército forâneo, precisamente, uma unidade franca. Finalmente, a localização do sítio, nas proximidades dos Pirenéus, parecia justificar um conflito bélico, que teria colocado em lados opostos francos e visigodos, ou mesmo, francos e vascões[582]. No entanto, argumentos contrários a esta tese procuram demonstrar a validade de uma outra visão: a «[…] de que la necrópolis de Aldaieta no constituye –como ha propuesto Böhme– un *unicum* derivado de una circunstancia histórica puntual y concreta (una batalla), sino reflejo de un fenómeno histórico de carácter estructural que había pasado totalmente desapercibido, a pesar de su extraordinaria importancia. […]»[583]. E, na verdade, a revisão de sítios e materiais a que Azkarate Garai-Olaun procedeu[584], no intuito de procurar compreender a realidade de Aldaieta, permitiram-lhe comprovar a existência de outras necrópoles com particularida-

[579] JONES, 1997: 108.

[580] JONES, 1997: 31.

[581] AZKARATE GARAI-OLAUN, 2004: 390; 392.

[582] AZKARATE GARAI-OLAUN, 2004: 390-391.

[583] AZKARATE GARAI-OLAUN, 2004: 392-393.

[584] Convém realçar a importância de que se poderá revestir a revisão de dados há muito compilados para algumas estações. No território espanhol, sítios integráveis na Antiguidade Tardia foram, fruto de circunstancialismos vários, erroneamente imputadas à Idade do Ferro: «[…] Consecuencia de la "protohistorización" de la arqueología post-clásica a la que hacíamos referencia va a ser la errónea clasificación de algunos materiales tardoantiguos en contextos de la Edad del Hierro. Las semejanzas técnicas y formales de algunas cerámicas de estos periodos – que hacía que algunas producciones cerámicas que se fraguan durante los siglos tardoantiguos se interpretaran como un revival de tradiciones supervivientes al proceso romanizador – reforzaba esta confusión. […]» (AZKARATE GARAI-OLAUN, 2004: 394).

des idênticas às reveladas pelos enterramentos cujo estudo levava a cabo. Como tal, não só constatou que, longe de configurar o dito *unicum*, Aldaieta se assume como parte de um fenómeno mais amplo, pautado por conotações culturais e cronológicas análogas, como, em paralelo, que não é possível considerar que todos esses sítios constituem reflexo do episódio protagonizado por Clotário e Childeberto I[585].

Ora, mesmo aceitando que um dado grupo tinha por hábito proceder à deposição de certos materiais em contexto sepulcral, tal não significa, necessariamente, que se possa equacionar uma ligação simples e direta entre um conjunto de peças e uma etnia específica, cujas fronteiras, estanques, estariam idealmente estabelecidas, deste modo consentindo em inferir, sem margem para dúvidas, qual a origem do indivíduo inumado. Na verdade, e em conformidade com o que temos vindo a demonstrar, a questão poderá ser mais complexa.

Mas vejamos agora em que medida as mudanças preconizadas em termos teóricos influíram nas conceções arqueológicas longamente defendidas e que de há algumas décadas para cá se procuram desmontar.

3.5.1. As «grandes migrações»

A este propósito, começamos por realçar que a noção de «identidade» perpassa indelevelmente pelas narrativas que têm no fenómeno das migrações o seu cerne, daí que, consequentemente, seja também inerente à construção da própria história europeia. Na verdade, e subjacente aos postulados sobre os quais esta se ergueu, parecia perfeitamente instituída a ideia de uma continuidade entre certos grupos que cruzaram a Europa e alguns Estados modernos que acabaram por emergir naquela geografia: seria este o caso dos polacos, supostos descendentes dos eslavos, ou o dos ingleses, cujas raízes radicariam nos anglo-saxões[586].

Contudo, estes «povos» configurariam unidades muito pouco homogéneas[587], pelo que a ideia de uma origem comum não passaria, afinal, de um mito[588]. A respeito dos alvores do período anglo-saxónico na atual Inglaterra, John Hines chama a atenção para a ausência de uma correspondência direta entre as identidades políticas vigentes e as identidades étnicas registadas por Beda, o Venerável, na obra *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum*, e entre as quais se incluem as referentes a anglos, saxões e jutos. Com efeito, os referidos grupos surgiam divididos e esparsos por diferentes províncias e reinos, sendo que até os seus líderes podiam derivar de uma mescla de origens. Por outro lado, o facto de algumas zonas revelarem justaposição de materiais arqueológicos tradicionalmente imputados a um grupo em particular, denuncia a fluência de intercâmbios e trocas, ao mesmo tempo que ilustra clara-

[585] AZKARATE GARAI-OLAUN, 2004: 394.
[586] HEATHER, 2009: 12-13.
[587] «[…] the Lombards in Italy, for instance, incorporated Gepids, Suevians and Alamans, Bulgarians, Saxons, Goths, Romans and others. This 'polyethnic' composition was generally observed […]» (POHL, 1991: 41).
[588] POHL, 1991: 40.

mente que a transmissão das «identidades étnicas», longe de se afirmar como um processo simples, implicaria, pelo contrário, uma permanente redefinição[589].

Peter Heather, por seu turno, lembra que os relatos das migrações góticas foram fixados no século VI por Jordanes, historiador cuja ascendência remetia precisamente para aquele fundo étnico. Aplicando à quarta centúria, retrospectivamente, a visão da realidade que observava naquela em que vivia, Jordanes delineou os moldes em que ocorrera a cisão política que motivara o afastamento entre visigodos e ostrogodos, quando habitavam a norte do Mar Negro. No entanto, Heather sublinha que a configuração das duas entidades, que acabaram por fundar reinos distintos no ocidente europeu, é afinal o produto de «criações» forjadas no século V[590]. E salienta, dada a diversidade de grupos abarcados pelo epíteto «gótico» na centúria anterior, que as migrações documentadas dificilmente poderiam resumir-se à imagem idealizada por Jordanes e que pugnava, em suma, a seguinte fórmula: «[…] one king, one people, one move […]»[591].

São muitas as problemáticas suscitadas pelas migrações. J. Martens evoca Estrabão e os escritos que este autor clássico introduziu na composição da obra *Geografia*, onde afirmou que estes povos se deslocavam com facilidade, para equacionar que as migrações poderiam constituir uma variável intrínseca ao «sistema»[592], um meio de o manter equilibrado[593]. Mas qual exatamente a dimensão do fenómeno?

A historiografia tradicional, suportada nas escassas fontes coevas, perspetivava as «grandes migrações», sobretudo as desenvolvidas entre os séculos IV a VI, como deslocações massivas de poderosos contingentes de «bárbaros» de origem germânica: homens, mulheres e crianças, movimentando-se de forma intencional em direção a um novo espaço para ocupar[594], num processo gerador de forte impacto que, invariavelmente, culminaria na substituição de um grupo étnico por outro. Os substratos previamente sedimentados ou as inevitáveis interpenetrações ficavam à margem da interpretação quando, na realidade, um grupo «exógeno» poderia até conquistar supremacia política ou militar num território, mas permanecer culturalmente aquém dos níveis granjeados pelos supostos «dominados»[595].

---

[589] HINES, 2007: 224-225.

[590] «[…] Visigoths and Ostrogoths, groupings who formed successor states to the West Roman Empire in the fifth century, were both demonstrably new creations of that century, formed under Roman eyes and on Roman soil […]» (HEATHER, 2009: 123).

[591] HEATHER, 2009: 123-124.

[592] MARTENS, 2003: 64.

[593] «[…] comparative studies have repeatedly demonstrated that migration is a life strategy more readily adopted by populations who are already mobile. This point even applies across generations. Statistically, the children and grandchildren of immigrants are much more likely than the average to move on. Another reason why populations groups comprising men, women and children were ready to trek from Wielbark and Przeworsk areas to the Black Sea is that their inability to maintain long-term agricultural fertility meant that they were already pre-programmed to use relocation as a strategy for achieving great prosperity. […]» (HEATHER, 2009: 147).

[594] HEATHER, 2009: 10.

[595] MARTENS, 2003: 63.

Por outro lado, estes antepassados distantes tenderam a ser olhados como grupos de grande dimensão, distinguíveis não apenas do ponto de vista cultural, mas igualmente em termos biológicos: encontrava-se então assente que cada grupo de «bárbaros» se reproduzia de forma endogâmica e que, independentemente da sucessão de acontecimentos sobrevindos no quadro dos percursos, mais ou menos extensos, que haviam traçado em território europeu, ter-se-iam mantido incólumes e com as suas especificidades inalteradas[596].

Pressupunha-se também que, na sua trajetória implacável, os grupos germânicos haviam deixado um enorme rasto de horrores e destruições. Veja-se, como exemplo perfeitamente ilustrativo deste cenário, as pilhagens e brutalidade decorrentes das primeiras investidas suevas sobre a *Conimbriga* romana[597], às quais, três anos mais tarde, se terão seguido novos ataques, que culminaram na suposta aniquilação total da cidade[598]: sucessos imortalizados nas descrições produzidas por Idácio de Chaves, contemporâneo das invasões peninsulares dos alvores do século V[599]. No entanto, são muitos os materiais arqueológicos achados no velho *oppidum* que contrariam a ideia tão longamente propalada de um *terminus* da vida daquele espaço, subsequente aos assaltos suevos[600]. Mas é certo que esta visão catastrofista foi dominante em diversos países europeus, nomeadamente nos do sul; já noutras geografias, o ímpeto das «vagas» germânicas foi encarado como um influxo de vigor, infundido a um Império que se achava já em decadência[601].

Mas se, em traços gerais, os ecos da perspetiva delineada se mantiveram longamente enraizados, uma vaga de novas correntes começou entretanto a procurar demoli-la.

Talvez, porém, se tenha caminhado entre extremos, e da tese se tenha avançado para a completa antítese: de um panorama pouco convincente, excessivamente confiante na veracidade das fontes e propiciador das maiores generalizações, comutou-se para a negação, quase que em bloco, de praticamente todas as premissas que sugerissem que as migrações haviam desempenhado um papel de relevo no desmoronamento do mundo romano do Ocidente.

É neste campo que se posiciona Walter Goffart, autor que salienta como, em pleno século XX, foi encontrado terreno fértil e prolífico para o florescimento daquilo a que se refere como o «mito» das migrações germânicas, que entende como fruto de anseios patrióticos e da necessidade sentida, por parte de alguns teóricos, de se afastarem de uma narrativa histórica universal centrada em conceções bíblicas e clássicas[602].

---

[596] HEATHER, 2009: 11.

[597] «[…] § 229. Les Suèves, après avoir pénétré par traîtrise à Conimbriga, s'emparent des biens de la noble famille de Cantaber et emmènent en captivité la mère et ses fils […]» (IDÁCIO, 1974: 171).

[598] «[…] § 241. II. Conimbriga, surprise en paix, est pillée; les maisons et une partie des murailles rasées, les habitants sont capturés et déportés: la cité et sa région ne forment plus qu'un désert […]» (IDÁCIO, 1974: 175).

[599] TRANOY, 1974.

[600] Este problema será abordado no capítulo 6. Por outro lado, alguns dos materiais mencionados, concretamente, os que se enquadram na cronologia deste trabalho, estão arrolados no Catálogo anexo.

[601] WARD-PERKINS, 2006: 5.

[602] GOFFART, 1981: 285.

E, a este propósito, veja-se o debate que colocou em lados opostos Walter Goffart e Guy Halsall, por um lado, e Peter Heather, por outro. A discussão prende-se com as razões que terão levado ao desencadear das movimentações «bárbaras» ocorridas na região do Danúbio Médio a partir do terceiro quartel do século IV e que culminaram na «crise» que marcou a Europa ocidental nos alvores da centúria ulterior. O «expansionismo» dos hunos no tempo de Átila foi tradicionalmente apontado como o motor explicativo do avanço dos grupos germânicos para ocidente a partir de 376, altura em que os eventuais riscos decorrentes da penetração nas fronteiras do Império pareciam menos avultados que os que adviriam de um confronto com os hunos, povo das estepes, em progressão contínua no território europeu. Goffart formulou entretanto uma visão alternativa e que, em termos genéricos, explica o atravessamento do Danúbio e a consequente intrusão em solo romano por parte dos godos como resultado não só de uma mudança da perceção do grupo relativamente à política imperial, mas igualmente como fruto de uma tomada de consciência de que o poder de Roma se encontrava fragilizado. Por seu turno, Guy Halsall defendeu que o estado indefeso a que as fronteiras junto ao Reno foram votadas se ficou fundamentalmente a dever ao facto de, nas duas últimas décadas do século IV, os usurpadores Magno Máximo e Flávio Eugénio terem optado por retirar as legiões ali estacionadas, canalizando-as para as guerras que travavam com Teodósio, o imperador do Oriente. Constantes lutas pelo poder deixaram o problema por resolver e a proteção das fronteiras dependente da atuação e boa vontade dos reis bárbaros aliados. E este seria apenas um dos sintomas de um fenómeno maior e mais profundo: a inexorável perda de controlo por parte da autoridade romana.

Ora, o que ressalta das duas abordagens é que ambas pressupõem que, na raiz dos avanços «germânicos» para o seio do Império, se encontram as transformações internas que nele ocorreram e não acontecimentos exteriores às suas fronteiras. Neste sentido, consideram que os grupos exógenos que acabaram por se movimentar para o seu interior não o fizeram para escapar às incursões hunas, antes aproveitaram as circunstâncias vividas por Roma e a expectativa de riqueza que, não obstante, continuava a irradiar da capital do Império do Ocidente, deslocando-se e deixando atrás de si um vazio de poder, que então sim, foi ocupado pelos hunos[603]. Constata-se, portanto, que subjacente às conceções enunciadas se encontra uma evidente mudança de paradigma.

P. Heather, por seu lado, não hesita quanto ao reconhecimento de que os fatores enunciados pelos dois autores são pertinentes para explicar o desenrolar da crise. No entanto, acaba por enunciar uma série de argumentos que desmontam o peso determinante que lhes é imputado. E conclui que a conjugação dos fatores internos indicados não poderá, por si só, explicar de forma satisfatória todas as movimentações ocorridas externamente, em particular, na região do Danúbio Médio[604]. Com efeito, Heather defende que a segunda

[603] HEATHER, 2009: 178-179.

[604] HEATHER, 2009: 180-183.

fase das investidas dos hunos foi decisiva para que os diferentes clãs que habitavam a leste dos Montes Cárpatos se reunissem e procurassem escapar à crescente pressão exercida pelo referido grupo de origem asiática. Na realidade, esta hipótese, que continua a revelar-se a mais válida e menos rebuscada, é não só sugerida pela correlação cronológica entre a chegada dos hunos e a partida de vândalos, alanos e, pelo menos, dos godos que integravam a «aliança» liderada por Radagaiso, como, por outro lado, é facilmente sustentável se se atender ao tratamento conferido pelos hunos às populações que permaneciam nas áreas por eles cruzadas[605]. E o que, na nossa opinião importa realçar, é que este exemplo é revelador do facto de a rejeição dos processos migratórios não constituir, afinal, e parafraseando expressão plasmada em artigo da autoria de Quirós Castillo e demais investigadores, «[…] una estrategia muy operativa para explicar estas sociedades […]»[606].

Tejerizo García, afastando-se de algumas correntes crescentemente difundidas e que preconizam uma hesitação evidente quanto à possibilidade de os visigodos terem, efetivamente, penetrado na geografia peninsular, afirma não ter dúvidas quanto a este facto. Em contrapartida, porém, realça um pressuposto que se nos afigura fulcral: o de que os dados transmitidos pelo registo arqueológico dificilmente poderão ser interpretados exclusivamente à luz do paradigma tradicional, que coloca a tónica somente no fator étnico. Concordamos, por isso, quando afirma que as migrações e as adaptações que a sua ocorrência forjou só poderão ser plenamente compreendidas se a perspetiva for alargada e se todo um outro corpo de dinâmicas, também relativas ao desenvolvimento interno das sociedades, for igualmente tido em consideração[607].

Para atestar a pertinência desta renovada conceptualização e a introdução de ressalvas a uma leitura mais imediatista dos dados, recorremos aos resultados obtidos com o estudo dos marcadores isotópicos[608] em San Martín de Dulantzi, um sítio localizado em Álava, no País Basco. As escavações ali levadas a cabo, no quadro de uma ação de caráter preventivo, permitiram definir um total de oito fases de ocupação[609], sendo que aquelas em que aqui nos deteremos se referem à 4 (que se inicia na segunda metade do século VI e estende ao

[605] HEATHER, 2009: 184.

[606] QUIRÓS CASTILLO *et al.*, 2013: 228.

[607] TEJERIZO GARCÍA, 2011: 39.

[608] «[…] El estudio de los marcadores isotópicos se emplean en arqueología […], sustancialmente con el fin de determinar el paleoclima, la dieta o la movilidad de las poblaciones antiguas […]. En el caso del yacimiento de Dulantzi se han analizado los isótopos de nitrógeno y de carbono de 65 individuos para estudiar su dieta, y en 32 esqueletos los de estroncio para determinar si su origen era local o si, en cambio, se trataba de inmigrados. […]» (QUIRÓS CASTILLO *et al.*, 2013: 224).

[609] «[…] fase 1: ocupación doméstica de la edad del bronce; fase 2: ocupación doméstica altoimperial seguida por una reestructuración a partir del siglo III carente de estructuras de habitación; fase 3: ocupación de carácter funerario del siglo V – primera mitad del VI; fase 4: construcción de un edificio religioso y de un cementerio fechables en la segunda mitad del siglo VI y el siglo VII; fase 5: densificación del asentamiento y formación de un amplio cementerio entre finales del siglo VII y el siglo IX; fase 6: transformación de la iglesia y del área funeraria en los siglos X-XII; fase 7: edificación de la nueva iglesia de San Martín, siglos XII-XIV; fase 8: transformaciones recientes, siglos XV-XXI […]» (QUIRÓS CASTILLO *et al.*, 2013: 218-219).

longo do VII) e à 5 (balizada entre os finais do século VII e o IX)[610]. Começando por atentar na primeira dessas fases, note-se que, num total de dezanove sepulturas, que se dispunham no interior do edifício de culto ali erguido ou se organizavam em seu redor, todas possuíam pregos, atestando a utilização de caixões de madeira, à semelhança do verificado na necrópole de Aldaieta, situada nas proximidades. Mas eram apenas nove as que continham materiais de adorno pessoal, armamento ou demais elementos de prestígio, caso de vasos vítreos ou de bronze[611]. No entanto, a possibilidade de o número de sepulcros providos de depósitos ser maior do que o aferido não é de afastar, atendendo às destruições desencadeadas pela posterior abertura de silos e que poderão ter provocado a aniquilação de contextos prévios[612].

Por seu turno, um amplo conjunto constituído por cem túmulos, dispersos por uma vasta área, estaria relacionado com a segunda das fases (a 5). Nesta e, contrariamente ao que fora possível percecionar para a 4, o espaço de culto deixara de funcionar como eixo central, a partir do qual se organizavam as sepulturas. Na verdade, nem sequer parece ter subsistido a preocupação de manter um alinhamento coerente entre a orientação do templo e a das numerosas estruturas detetadas. Por outro lado, e igualmente por oposição ao apurado para a fase 4, no interior daquelas não havia qualquer material a registar: pregos, adornos ou elementos votivos encontravam-se completamente ausentes[613].

Ora, das análises preconizadas sobre os marcadores isotópicos concluiu-se que, num universo de vinte indivíduos relacionados com a fase 4, quatro seriam alóctones (sendo que um se relacionaria com a fase 4a e três, com a 4b); já no que concerne à 5, de um total de nove indivíduos, seriam dois os migrantes. E o primeiro ponto significativo a realçar prende-se com a manifesta falta de correspondência entre a proveniência dos indivíduos e o tipo de ritual funerário preconizado: com efeito, na fase 4b, só um dos inumados alóctones foi acompanhado de elementos votivos ou de adorno. Contudo, não deixa de ser particularmente expressivo que a mulher depositada naquela que é considerada a «sepultura fundacional» (n.º 181, da fase 4a) não tenha origem local, circunstância que leva a equacionar toda uma série de hipóteses explicativas para a criação do templo de Dulantzi. De qualquer modo, a inexistência de uma correlação direta entre um determinado *corpus* de materiais depositados em contexto funerário e uma «cultura» ou «horizonte» específicos[614], demonstra as dificuldades inerentes às propostas de identificação étnica imediatistas. Na verdade, alguns dos indivíduos locais foram inumados juntamente com objetos tidos como apanágio

[610] QUIRÓS CASTILLO *et al.*, 2013: 217; 219-220.

[611] «[…] Estos materiales presentan grandes analogías con los hallados en Aldaieta, de tal forma que en el catálogo de materiales de este yacimiento se encuentran paralelos prácticamente para todas las piezas de Dulantzi […]» (QUIRÓS CASTILLO *et al.*, 2013: 222).

[612] QUIRÓS CASTILLO *et al.*, 2013: 222.

[613] QUIRÓS CASTILLO *et al.*, 2013: 223-224.

[614] QUIRÓS CASTILLO *et al.*, 2013: 227.

de grupos exógenos, sendo que, em contrapartida, nem todos os inumados que denotavam características alógenas repousaram junto dos adereços que se esperaria ver-lhes associados nos sepulcros. É certo que, em conformidade com o ressalvado pelos autores do estudo, a técnica utilizada «[…] permite identificar la primera generación de migrados que conservan tanto los marcadores isotópicos del área de origen como el de destino; en cambio no permite reconocer a los descendientes crecidos *in loco*. […]»[615]. Mas vejamos de que modo os dados foram interpretados.

A propósito desta problemática, os investigadores chamam a atenção para outras realidades estudadas na geografia europeia. Um dos exemplos que citam centra-se na necrópole de Lankhills School, em Winchester, no sul de Inglaterra, onde se comprovou a presença quer de indivíduos oriundos da região húngara, quer procedentes do Mediterrâneo. Todavia, também neste caso não se revelou possível estabelecer um vínculo direto entre a proveniência dos inumados e a dos objetos, o que levou a equipa responsável a depreender que outros fatores, além dos étnicos, poderão justificar as opções plasmadas no ritual funerário, fatores esses decorrentes dos laços de parentesco, das alianças criadas pelo matrimónio, de tendências culturais ou mesmo de preferências políticas[616].

Mas retornando a Dulantzi, é fundamental sublinhar o quão revelador é o facto de, mais de um século transcorrido sobre a migração, parte dos indivíduos continuar a ser inumada com recurso a materiais, designadamente armas e elementos de adorno, cuja origem remete para além dos Pirenéus, e que nesses elementos encontra um meio para construir a sua identidade. É provável, em paralelo, que pelo menos alguns dos indivíduos que acabaram por ser sepultados em associação com o local de culto integrassem uma elite local com relevância social que, justamente, teria auferido condições para deter uma igreja privada, e que a utilizou como área de enterramento privilegiada. Em contrapartida, a partir do século VIII (já na fase 5) e acompanhando o incremento do número de inumações, não só se perderam os indicadores artefactuais que caracterizavam parte dos túmulos da fase precedente como, além do mais, se desvirtuou a orgânica espacial prévia, muito embora sem que a «memória» dos enterramentos que a compunham se tenha apagado[617]. Em suma, e se bem que os resultados analisados não possam ser generalizados e que a escassez de dados passíveis de serem cotejados com os que foram obtidos em Dulantzi constitua uma evidência, este estudo demonstra claramente que nem sempre as interpretações mais imediatas se revestirão de validade. Na verdade, os paradigmas tradicionalmente aplicados podem mostrar-se inadequados aos esforços de compreensão dos espaços funerários peninsulares datáveis dos séculos VI e VII[618].

---

[615] QUIRÓS CASTILLO *et al.*, 2013: 226.

[616] QUIRÓS CASTILLO *et al.*, 2013: 227.

[617] «[…] Las tumbas no se cortan entre sí, lo que da a entender que la comunidad residente conservaba la memoria física del lugar de deposición de los ascendientes y que, quizás, estaban señaladas. […]» (QUIRÓS CASTILLO *et al.*, 2013: 224).

[618] QUIRÓS CASTILLO *et al.*, 2013: 228-229.

Uma outra questão prende-se com as propostas avançadas para explicar a presença de um corpo de materiais muito característico que começa a ser atestada a partir do século V e nos quais, supostamente, serão discerníveis filiações étnicas. Traços estilísticos distintivos, caso do *cloisonné*, técnica de decoração policroma especialmente aplicável em adereços de vestuário ou armamento, surgiam como indicadores da penetração de determinados grupos na *Hispania*. Contudo, nos últimos anos, ocorrências como as mencionadas passaram a ser encaradas como resultado do desenvolvimento de competências técnicas e produtivas e não como indícios correlacionáveis com certos grupos em particular.

Mas debrucemo-nos mais pormenorizadamente sobre este ponto.

P. Heather nota que as migrações a grande escala foram longamente encaradas como um eixo orientador por excelência, a «coluna vertebral» da construção da Europa no primeiro milénio. Na verdade, não só lhes era atribuída a queda do Império Romano do Ocidente, como a implementação em força de um novo quadro linguístico e de padrões culturais. É certo que, em conformidade com o que tivemos oportunidade de demonstrar através dos exemplos fornecidos a respeito dos casos vândalo ou húngaro, as perspetivas em torno das migrações nunca chegaram a alcançar aceitação «universal»; pelo contrário, mantiveram sempre um grau não despiciendo de controvérsia. Mas foi sobretudo a partir do final da Segunda Guerra Mundial que se verificou uma alteração de fundo no pensamento em voga, suscitando a formulação de novas correntes académicas[619], que reagiram fortemente não só contra as teorias que imputavam às migrações um papel relevante no desmoronar das estruturas do Império Romano do Ocidente como, por outro lado, contra a possibilidade de as alterações cristalizadas serem relacionáveis com a chegada de novas «entidades» étnicas a um dado território.

Muito embora não comunguemos desta visão, que julgamos redutora e insensível à tessitura de mundos e realidades cujas teias se foram interpenetrando a partir do século V, julgamos que são necessárias reservas no que toca à avaliação da profundidade das ruturas que, durante muito tempo, se julgou terem sido desencadeadas. Com efeito, o facto de os «contingentes» de novos grupos configurarem, afinal, uma dimensão que se afigura longe de avassaladora, antes bem mais modesta, face ao substrato hispano-romano enraizado, não permitiria que as transformações demográficas, sociais e culturais se impusessem de modo brutalmente fraturante. No entanto, não significa que não tenham tido o seu peso, nem invalida o facto de serem percetíveis no registo arqueológico.

3.6. Em suma

Finda a abordagem a todas estas problemáticas, impõe-se fazer um ponto da situação.

No quadro da visão tradicionalmente dominante, os «povos» eram encarados como grupos dotados de forte homogeneidade, discernível em termos raciais, culturais e linguísticos;

[619] HEATHER, 2009: 9-12.

partilhando de uma ascendência comum, teriam igualmente vivido um destino único. Por conseguinte, os «povos», na sua constância e imutabilidades, surgiam como fatores de continuidade num mundo em efervescência, como agentes primordiais da construção histórica[620].

Mas, na opinião de Jes Martens, a Arqueologia ocidental foi entretanto sujeita a uma profunda mudança de paradigma: do enfoque colocado nas interpretações tipológicas[621] e de pendor histórico-culturalista, avançou-se no sentido da implementação de modelos explicativos assentes em processos económicos, sociológicos e históricos. Assim sendo, não só se desacreditaram, quase que em bloco, quaisquer teorias que pressupunham «migrações» de povos como, em paralelo, se deixaram cair por terra os ensaios de identificação de grupos étnicos no registo arqueológico. Naturalmente, essa transformação surge como produto do tempo e de uma série de circunstâncias. Todavia, parece pouco credível que todo e qualquer desenvolvimento das dinâmicas socioculturais possa ser justificado exclusivamente em função de uma só categoria de fatores, sejam eles externos ou internos. É certo, por outro lado, que a tentativa de reconhecer nos artefactos o legado específico de povos mencionados nas fontes escritas se reveste de contornos particularmente complexos, sobretudo na medida em que a expressão da unidade (ou diversidade) étnica vai divergindo, não só precisamente em função do tempo e do espaço, mas igualmente na adaptação à conjuntura[622].

Assim, e tendo presentes estas importantes ressalvas, fazemos nossas as palavras de Stephen Shennan quando afirma que o ponto essencial a salientar prende-se não com a constatação de que as migrações nunca ocorreram e que, consequentemente, o fenómeno não é suscetível de encontrar tradução no registo arqueológico, mas com a comprovação de que os dados devem ser sujeitos a um processo de análise rigoroso, que não passe somente pela implementação de princípios interpretativos implícitos e pré-estabelecidos[623]. Por seu turno e também a propósito das migrações, Peter Heather sublinha o facto de o fenómeno ter efetivamente marcado todo o milénio passado, em processos por vezes particularmente bem documentados. Acrescenta mesmo que dificilmente se poderá sustentar que deixaram entretanto de cunhar a atualidade, sendo que, para o ilustrar fornece como exemplo os dramas devastadores vividos no Ruanda e no Kosovo em pleno século XX[624].

Em paralelo, o facto de a questão da etnicidade ter sido, na opinião de muitos autores contemporâneos, erroneamente perspetivada, não invalida alguns pressupostos fundamentais, ainda que a abordagem aos mesmos possa ter sido por vezes mal concebida. Na verdade, não há como negar que as práticas e padrões de atuação humanos variam no tempo e no espaço. Mas parece fulcral assentar que são vários os fatores passíveis de contribuir para

---

[620] POHL, 1991: 39.

[621] A respeito do papel das tipologias, concordamos com Jorge de Alarcão quando afirma: «[…] se a arqueologia é muito mais do que uma classificação tipológica, não pode dispensá-la […]» (ALARCÃO, 1996: 20).

[622] MARTENS, 2003: 62-63.

[623] SHENNAN, 2003: 13.

[624] HEATHER, 2009: 1-2.

essa variabilidade, sendo inclusive de natureza produtiva ou religiosa[625]. A este respeito e reportando-se à Europa de Leste, concretamente, às regiões predominantemente ocupadas pelos eslavos, Csanád Bálint chama a atenção para o facto de a ocorrência de um artefacto específico numa determinada região nem sempre constituir um indicador étnico, na medida em que outros agentes, designadamente sociais, são suscetíveis de influir na adoção de certos objetos e na consequente propagação de costumes e «modas»[626]. Percebendo a pertinência desta afirmação, não deixamos, porém de registar, em contrapartida, que é inviável equacionar que o fator étnico não deverá ser trazido à colação e justamente avaliado na apreciação dos dados.

Parece-nos, pois, premente reforçar que a análise e interpretação da etnicidade em Arqueologia configura não um caminho a evitar, pela suposta inadequação do fenómeno a um inquérito científico rigoroso, mas uma via importante a explorar. Afinal, a compreensão do passado, que se pretende ampla e profunda, naturalmente dentro dos limites do conhecimento a que será possível aceder, faz-se a partir de múltiplas vias e fontes. Neste sentido e parafraseando Siân Jones, os modelos de interação social ou os padrões de distribuição quer dos materiais quer do poder simbólico no seio de um grupo, ao evidenciar semelhanças e divergências face a outras unidades, e ao correlacionar-se com um tempo, um espaço e circunstancialismos específicos[627] não podem ser ignorados.

Finalmente, há que realçar que algumas formas e estilos tidos como apanágio de uma dada cultura material podem ser preservados, no intuito de manter a individualidade de um grupo étnico; outros, por seu turno, tendem a cruzar as fronteiras e revelar-se transversais. Por oposição a teorias previamente desenvolvidas, S. Jones coloca a tónica no facto de a diversidade de formas e estilos radicar em escolhas deliberadas e não em opções arbitrárias. A autora considera, pelo contrário, que a expressão consciente da etnicidade através da cultura material se encontra ligada a *habitus* estruturais que se imiscuem em todos os domínios da vida, contaminando as esferas das práticas culturais e das relações sociais[628]. E se, conforme demonstrou Ian Hodder, nem todos os elementos de uma dada cultura material terão que ser necessariamente ilustrativos da etnicidade, quanto a alguns deles não parece haver dúvidas: é o caso dos elementos vocacionados para a aplicação sobre o vestuário, veículo privilegiado para o estabelecimento de distinções étnicas e tribais deliberadamente marcadas, até pela reiterada repetição do seu uso, em público ou privado[629].

Sustentando a sua visão nas observações preconizadas na região Baringo, no Quénia, mostra como as fronteiras entre tribos podem ser claramente traçadas através dos elementos de vestuário. O facto de um homem manter vínculos, mesmo que sólidos e fortes, com

[625] SHENNAN, 2003: 14; 17.
[626] BÁLINT, 2003: 188-189.
[627] JONES, 1997: 125-126.
[628] JONES, 1997: 120.
[629] HODDER, 1982: 56.

membros de uma outra tribo, não o leva a procurar reproduzir a indumentária por eles envergada. Mas se toda uma família tiver que deixar a sua tribo e integrar-se numa outra, pode optar por prover a uma mudança total, quer dos padrões de cultura material que se habituou a manipular, quer do vestuário que usava, de forma a imiscuir-se perfeitamente na nova comunidade e a tornar-se quase que indiferenciada no seu seio[630]. Já Pérez Rodríguez--Aragón, a propósito da ocorrência no ocidente europeu de objetos relacionáveis com a «cultura» de *Tchernjahov-Sîntana de Murs*[631], que considera específica da zona danubiana e da «aristocracia» sedentária dos grupos subjugados pelos hunos, sublinha que os indivíduos de sexo masculino poderiam, através dos elementos de indumentária que selecionavam para envergar, procurar imitar o aparato militar de outros grupos, daí que se imponha conceder menor relevância aos achados sepulcrais associados a homens, enquanto potenciais definidores de uma etnia em particular. Em contrapartida, a situação seria diversa com os adereços de vestuário femininos, que tendiam à preservação da identidade e tradição étnicas[632]. Em conformidade com Volker Bierbrauer, as mulheres de origem gótica fixadas em território merovíngio nos finais do século V e mesmo no VI mantiveram a sua veia «conservadora» e continuaram a trajar de uma forma que permitia distingui-las e reconhecê-las como estrangeiras, no que se demarcavam das opções manifestadas pelas mulheres pertencentes a outros grupos germânicos integrados no reino franco[633].

Constata-se, portanto, que a indumentária e os adereços correlacionados se afirmaram no passado, e se afirmam ainda hoje, como objetos reveladores de uma identidade específica. Ao fazer uso das suas potencialidades, os portadores comunicam mensagens concretas, sejam elas ilustrativas da vontade de se diferenciarem ou, em alternativa, de se integrarem e diluírem. Por outro lado, e como vimos, atendendo a que a cronologia e as circunstâncias situacionais assumem um papel fulcral, é compreensível que, em determinados cenários, em que a tensão recue, a necessidade de fazer uso dos elementos diferenciadores deixe de se impor como premente. E que, em última instância, deixe até de ser desejável. Se os materiais de adorno peninsulares classificados como «germânicos» e que, sendo datáveis do século V e alvores do VI, não só se evidenciam pelas características notoriamente diversas que apresentam face aos disseminados entre a população «hispano-romana» coeva, como, por outro lado, não eram rastreáveis em cronologia anterior à indicada, o mesmo não se pode

[630] HODDER, 1982: 18; 24.

[631] Note-se que esta «cultura» surge por vezes na bibliografia com outras designações. Peter Heather, por exemplo, aplica a denominação *Cernjachov* (HEATHER, 2009). Já Oksana Gopkalo recorre à utilização do termo *Chernyakhiv* (GOPKALO, 2011).

[632] PÉREZ RODRÍGUEZ-ARAGÓN, 1996: 180-182.

[633] «[…] L'attribution ethnique de ces inventaires funéraires à des Wisigoths ne fait aucun doute car le costume féminin à paire de fibules fermant aux épaules un vêtement de type *peplos*, de même que les types d'accessoires vestimentaires, sont typiquement gothiques, la mode féminine franque et mérovingienne étant tout à fait différente. […] À la fin du Ve et au VIe siècle, la femme gothe était facilement reconnaissable comme une Gothe, aussi bien dans son environnement de tradition romaine, que par rapport aux autres femmes germaniques. […]» (BIERBRAUER, 1997: 167; 169).

afirmar para tempos mais avançados. Com efeito, a partir da segunda metade do século VI e, sobretudo, ao longo do VII, devido a uma série de fatores, designadamente de ordem política, social, cultural e religiosa, os contextos funerários na *Hispania*, ainda que continuem a integrar elementos de vestuário cujas tipologias remetem para um determinado ascendente, perdem a sua capacidade distintiva. Não há, pois, margem de segurança suficiente para garantir que as placas de cinturão liriformes tenham sido utilizadas apenas por descendentes dos visigodos que penetraram na geografia peninsular. No entanto, a inclusão de tal tipo de adereço de vestuário em contextos funerários não deixa de revestir-se de contornos significativos: se apenas alguns indivíduos são inumados acompanhados de placas de cinturão, é porque a sua aplicação sobre a indumentária não perdeu importância enquanto objeto gerador de identidade. Talvez a ligação ao poder ou o desejo de tornar visível e exteriorizar um posicionamento social constituam chaves fulcrais para a interpretação.

4.
QUADRO MENTAL E RELIGIOSO

A morte, definida nas palavras de José Mattoso como «[…] a mais inelutável realidade que todos os homens têm de defrontar […]»[634], foi desde sempre envolta em questionamentos e angústias. Entendida por Philippe Ariès como um processo dialético de longa duração, que envolve os que partem e os que ficam[635], suscita o entrelaçamento de dinâmicas extremamente vigorosas, suscetíveis de se imiscuírem em múltiplos domínios, designadamente, no religioso, social e económico. Com efeito, nem o território ou os moldes em que se organiza são imunes ao seu cunho, na medida em que, em última instância, influi e determina significativas alterações na paisagem[636].

Como tal, a importância de que se reveste o entendimento das perspetivas em torno da morte é evidente, pelo conjunto de implicações que delas decorrem, afetando diversas esferas da vida. Daí a pertinência das observações de José Mattoso, a quem novamente citamos: «[…] Saber, pois, como é que o homem enfrenta a morte e como procura, de alguma maneira, dominá-la, ilusoriamente ou não, tal é […] uma das mais decisivas formas de compreender os últimos fundamentos da mentalidade colectiva, em cada época ou em cada contexto cultural. […]»[637].

Na verdade, o tempo sobre o qual nos debruçamos parece oscilar num delicado equilíbrio entre distintas perceções escatológicas acerca do «fim» inevitável. Por um lado, permanece marcado pelos preceitos que subjazem ao culto dos mortos, profundamente enraizado; por outro, começa a incorporar os influxos das renovadas conceções religiosas que vão fluindo e provocando transformações paulatinas no quadro das relações a estabelecer com os defuntos. No entanto, «dogma» ou «ortodoxia» afiguram-se conceitos seguramente pouco inteligíveis para a generalidade da população na Antiguidade Tardia, imbuída de um conjunto de crenças complexas, que estariam longe de se assumir como unívocas[638], mas que, na sua variabilidade, certamente auferiam de valor operativo relativamente ao destino das almas dos que faleceram.

Há a assinalar, portanto, uma firme noção de interdependência entre vivos e mortos, que confere sentido a uma série de práticas. A obrigatoriedade de aplacar as potenciais necessidades de quem pereceu é imperiosa e constante, norteando motivações e ações, inclusive de carácter preventivo, no intuito de obstar a um eventual retorno *post-mortem*: pois o facto de os defuntos poderem, a um mesmo tempo, ser úteis aos vivos ou, em alternativa, perigosos, concede à sua «existência» qualidades ambivalentes, sobretudo no que à família diz respeito[639].

Na verdade, o contacto podia ser benéfico, dada a capacidade de os mortos zelarem pela proteção dos entes queridos e de os favorecerem com as graças proporcionadas pelos poderes invisíveis e sobrenaturais. Marcel Mauss refere, a este propósito, a tessitura de rela-

---

[634] MATTOSO, 1996: 55.
[635] ARIÉS, 1988b: 19.
[636] AZKARATE GARAI-OLAUN, 2002: 121; 123.
[637] MATTOSO, 1996: 55.
[638] YOUNG, 1977: 6.
[639] YOUNG, 1977: 7.

ções de reciprocidade entre mundos e a vigência daquilo a que chama «[…] a economia do dom […]»: os vivos implementam as práticas essenciais ao bem-estar dos mortos e estes respondem colocando-se ao dispor de quem os honrou[640]. Assim, o morto cuja memória é recordada em bons termos, e agraciada com preces, sacrifícios ou banquetes funerários[641], poderia iluminar as decisões do parente ou amigo que o homenageia, asseverar a sua fortuna e garantir-lhe a fertilidade[642].

Numa outra vertente, a ideia de proteção transparece também quando se calculam os benefícios que se esperaria obter com a aproximação dos enterramentos às relíquias dos mártires (*tumulatio ad sanctos*)[643]. Já na obra *De ressurrectione carnis*, da autoria do teólogo Tertuliano, converso de origem cartaginesa que viveu entre os séculos II e III, se mencionava que os mártires eram os únicos que, pelas suas virtudes, poderiam juntar-se ao Senhor logo após o falecimento[644], daí que há muito se intuíssem vantagens na associação aos restos mortais dessas figuras de exceção[645].

Por outro lado e no quadro da *tumulatio appud ecclesia*, posteriormente sedimentada, o abrigo e auxílio adviriam da inumação em terreno sagrado[646]. De facto e funcionando numa lógica de solidariedade entre mundos, é como se a conexão procurada nessa «vizinhança» veneranda e privilegiada pudesse garantir o afastamento de eventuais castigos e condenações, favorecendo a salvação[647].

Em contrapartida, a eventualidade de um retorno dos mortos configurava um cenário gerador de enorme receio coletivo. Um passamento prematuro ou inesperado era suscetível de desembocar numa dessas situações temidas, na medida em que poderia não só restringir o acesso ao sepulcro e aos rituais devidos como, consequentemente, limitar as possibilidades de o defunto alcançar o descanso eterno[648]. É por isso que a escolha dos locais de sepultamento, o tratamento conferido ao corpo ou apenas a determinadas partes do cadáver se revestiam de importância incontornável[649]. E é essa a razão de ser dos cultos funerários: se, a um tempo,

---

[640] BASTOS, 1996: 51.

[641] Vejam-se as observações de Franz Cumont acerca da etimologia da palavra *refrigerium* e da perpetuação da utilização do termo: «[…] en latin *refrigerium* finit par être synonyme de réconfort et béatitude. L'expression continua à être employée avec ce sens dans la liturgie de l'Église et c'est pourquoi, aujourd'hui encore […] on continue à prier pour le 'rafraîchissement' spirituel des trépassés. […]» (CUMONT, 1929: 94).

[642] MATTOSO, 1996: 56.

[643] BARROCA, 1987: 22-23; BASTOS, 1996: 50.

[644] «[…] he refers contempt for bodies to the standard of excellence of martyrdoms. For no one who 'has journeyed away from the body' dwells immediately with the Lord, unless he is to turn aside thither from the privilege of martyrdom, paradise of course, not the lower world. […]» (TERTULIANO, 1922: 105).

[645] ARIÈS, 1988a: 44.

[646] BARROCA, 1987: 24.

[647] MATTOSO, 1996: 71.

[648] «[…] Victimes d'une mort prématurée, […] sont obligés d'errer sur la terre jusqu'à ce que se soit écoulé le nombre d'années qu'aurait dû atteindre leur vie, si un accident fatal n'en avait interrompu le cours. […]» (CUMONT, 1943: 125).

[649] MATTOSO, 1996: 56; HIERRO GARATE, 2011: 391-392.

pretendiam honrar sepulcro e falecido, por outro, visavam salvaguardar a segurança de quem se quedava nos domínios terrenos e impedir potenciais regressos do «Além»[650], passíveis de redundar em situações funestas[651]. Havia, pois, que evitar «[…] o contágio da morte […]»[652], pelo que o desígnio de a «domesticar» se impunha como premente[653].

É certo que, entre os romanos, apesar de se encontrar disseminada uma série de preceitos relativos às necessidades *post-mortem* do defunto, a par de descrições de algumas das vicissitudes que se previa se lhe depararíam, era notória a ausência de um corpo doutrinário muito definido acerca daquela que seria a realidade do indivíduo na sequência do fenecimento ou de qual o modo que ele acharia para conectar-se com quem permanecia no mundo dos vivos. Espécie de sombra ou fantasma, podia, como víamos acima, desencadear grandes benefícios para os vivos ou fazer com que sobre eles se abatessem as piores desgraças[654]. À semelhança do imaginado por Virgílio no sexto livro da *Eneida* a propósito da descida do seu herói aos infernos[655], acreditava-se que, depois de expirar, cada defunto seria relegado para um cosmos invisível, localizado em meio subterrâneo; seria ali que, entre outros mortos, tomaria as suas refeições e desempenharia funções similares às que lhe couberam em vida. Mas até atingir esse mundo e nele conquistar a estabilidade e equilíbrio, havia todo um trajeto a cumprir: eivado de perigos e perpassado por toda uma galeria de monstros, implicaria inclusive a travessia do rio Styx, na célebre barca de Caronte, a quem era forçoso prodigalizar pagamento. Mas ao finado a quem não fora dada sepultura[656] estaria vedada a passagem proporcionada pelo barqueiro, restando-lhe suportar uma longa errância pelas margens, até poder transitar para o outro lado[657]. Mas antes de dar entrada no Hades e, desta feita, nas proximidades de um outro rio, o Aqueronte, haveria ainda que deparar com as almas gemebundas das crianças precocemente falecidas e, não longe destas, com um cortejo de outros espíritos, que agrupava os pertencentes a todos os que pereceram de forma violenta, os injustamente condenados à morte, os suicidas, os apaixonados que algum episódio cruel apartara e, enfim, os guerreiros caídos em combate[658].

Alcançado o Hades, o defunto devia aguardar o juízo do tribunal dos mortos e a deliberação de qual o caminho a tomar ao chegar à importante bifurcação existente nos lugares inferiores da terra: se o da esquerda, que segue para o Tártaro, palco de expiação das faltas

---

650 «[…] la mort fait partie du domaine du *sacer*. Elle suscite crainte et tremblement, parce que l'on ne sait jamais le mal que les défunts peuvent faire au vivants […]» (ROUCHE, 1989: 484).

651 ARIÈS, 1988b: 25. Segundo o mesmo autor: «[…] *Funestus* […] não significa na origem qualquer profanação […]. Provém de *funus*, que significa ao mesmo tempo os funerais, o corpo morto e o assassinato. […]» (ARIÈS, 1988a: 42).

652 MORIN, 1988: 28.

653 ARIÈS, 1988b: 19.

654 MATTOSO, 1996: 56.

655 CUMONT, 1945: 123.

656 «[…] La croyance que certains rites doivent être reçu dans le séjour des ombres, est générale dans l'antiquité et l'exclusion prononcée contre les *insepulti* n'offre rien d'insolite […]» (CUMONT, 1945: 123).

657 MATTOSO, 1996: 56.

658 CUMONT, 1945: 123-124.

graves, entre as mais terríveis penas e sofrimento; se o da direita, que conduz aos jardins do Eliseu, onde repousam todos os que dele foram dignos e merecedores[659].

É interessante constatar que conceitos como o de «travessia» e «viagem», aos quais se encontrava vinculada a prática da deposição do óbolo a Caronte[660], acabaram por ser incorporados na mundividência cristã. Com efeito, e durante algum tempo, continuou a imaginar-se que, depois de perecer, o morto se convertia num ser em trânsito, forçado a cruzar regiões hostis e ameaçadoras, no percurso doloroso que o levaria ao seu destino perpétuo. É, pois, neste quadro e realçando essas dificuldades, que surgem muitos preceitos veiculados pelas disposições conciliares[661] e pela liturgia hispânica. Aliás e conforme atestado em documentação produzida em dois mosteiros leoneses, a perspetiva de a passagem para o outro mundo se fazer por meio de uma «viagem» permanecia ainda em voga no século X[662]. Na verdade, só muito posteriormente, com a formulação e generalização da doutrina do Purgatório, que integrou as conceções relativas aos castigos transitórios, se extinguiu a noção de penosa e difícil travessia nos moldes em que, ao longo de centúrias, subsistiu[663].

Porém, há que ressalvar que, em paralelo ao ideário descrito, um outro vinha sendo difundido: aparentemente paradoxal se confrontado com os pressupostos assimilados ao da «viagem», concernia ao «sono» da morte, a que São Martinho de Dume aludia no *Liber de Moribus*[664]. Contudo, há que salientar que também no que a esta interpretação se refere, as raízes que a explicam entroncam no período imperial. O sono era então assumido como o justo repouso após a existência terrena. E, convém notá-lo, não tinha que ser forçosamente concebido de um ponto de vista antagónico ao da travessia, uma vez que podia afirmar-se como o descanso alcançado depois do duro caminho percorrido. Já entre os cristãos, nem sempre este «sono» aparecia envolto em eflúvios exclusivamente positivos: ao ser associado ao túmulo, despertava imagens soturnas, daí os anseios de auxílio que suscitava e as invetivas à ação protetora dos anjos[665].

Cremos, pois, que importa reter que a invocação de todas estas reminiscências decorre da intenção de pacificar os medos e de, em última instância, manter certo nível de familiaridade com toda a dimensão do desconhecido inerente à morte, prenhe de forte carga

[659] MATTOSO, 1996: 56.

[660] BASTOS, 1996: 46-47.

[661] Atente-se na aplicação do termo *viaticum* no cânone IX do Concílio de Girona, realizado em 517: «[…] Aquel que, acometido por alguna grave enfermedad, recibió como comunión la bendición de la penitencia, la que tenemos por viático, y después de restablecido no hizo públicamente penitencia en la iglesia, si no se halla impedido por otros obstáculos, admítase en el clero. […]» (VIVES, 1963: 41). Ora, de acordo com José Mattoso, a palavra *viaticum* reportava-se, pelo menos a partir do século IV, à comunhão facultada aos moribundos. Simbolicamente, portanto, afigura-se que poderia traduzir a ideia de uma dádiva de alimento a ser usado na «viagem» que se contava concretizar (MATTOSO, 1996: 59).

[662] «[…] Desejando ser libertado dos vínculos de todos os meus pecados e desejando também percorrer […] com passo sereno o caminho da vida eterna […]» (LEÓN, doc. 274 de 954; 329 de 960; 341 de 961; 469 de 979 *apud* MATTOSO, 1996: 60).

[663] MATTOSO, 1996: 59; 72.

[664] BASTOS, 1996: 46-47.

[665] MATTOSO, 1996: 67.

negativa. De qualquer modo, o facto de se supor que haveria lugar para o desenrolar de uma espécie de continuidade, uma «sobrevida», ainda que eivada de sombras, retirava peso a eventuais noções de rutura entre os dois mundos[666]. É neste contexto que se entende a formulação de toda uma axiologia que entronca fundo no tempo e que, independentemente da moldura em que se inscreve, pagã ou cristã, com tudo o que esta assimilou da primeira, tinha como objetivo fulcral minorar a carga negativa do fim; ao convertê-lo numa passagem para uma outra etapa que se espera de descanso e pacificação, anulavam-se temores e receios de maior. E ao racionalizar cada passo, cada ato ritual, imputava-se certo grau de entendimento a todo um universo que estava longe de ser inteligível. Vejamos então qual a evolução das práticas neste período de transição e de que forma acompanharam ou se adaptaram à sedimentação de renovadas conceções e sensibilidades perante a morte.

Começamos por nos interrogar a propósito de uma questão que poderá parecer elementar, mas que julgamos pertinente: até que ponto cada um dos ritos cumpridos ao proceder a uma inumação possuiria um sentido verdadeiramente claro para quem o realizava? Não poderia um ritual supostamente definidor de uma crença resultar da incorporação de um costume enraizado que, tendo sido reiteradamente observado, acabou por adquirir outras roupagens? Em que medida, portanto, estarão certas práticas aptas a fornecer esclarecimentos diretos e inequívocos acerca do quadro mental que regia um dado grupo?

Na opinião de P. Ucko, investigador da área da Etnografia, é no cuidado empenhado no tratamento dos seus mortos que encontramos a grande linha diferenciadora entre homem e animais. E, neste âmbito, a necessidade de fazer acompanhar os defuntos de um conjunto específico de objetos constitui a vertente mais impressionante dessa realidade intrinsecamente distinta[667]. Ora, na década de 70, Ucko procurou demonstrar que toda a sociedade dispõe de um leque de variadas soluções de enterramento a aplicar, sendo a seleção dos procedimentos adequáveis a cada indivíduo efetuada em função da posição social ou estatuto que este granjeou em vida[668]. No entanto, contrariando as tendências mais positivistas decorrentes da «Nova Arqueologia», a par de interpretações excessivamente simplistas e mecanicistas que vinham sendo propaladas pela «Arqueologia da Morte», P. Ucko e outros autores, como S. Piggot e E. Leach, defenderam a incontornável inacessibilidade e teor metafórico da ligação estabelecida entre uma dada sociedade e as práticas rituais por ela produzidas, daí a impossibilidade de lhe aceder a partir do legado material[669]. Contudo e ainda que concordando com a pertinência de certo nível de ceticismo a propósito de alguns domínios, julgamos que o mesmo deverá ser moderado, pois, na verdade, há um patamar de conhecimento crucial passível de ser alcançado através dessa via, a dos esforços de compreensão dos ritos.

---

[666] ARIÈS, 1988b: 65.

[667] YOUNG, 1977: 36.

[668] JAMES, 1989: 27.

[669] GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 32.

Este é, pois, um dos pressupostos que se nos impõe como fundamental reforçar. A presença de um determinado corpo de artefactos ou de um objeto isolado no seio de uma câmara funerária reveste-se, em si mesma, de um conteúdo simbólico, configurando a parte visível, quando preservada, de um processo mais extenso e profundo em que se incluem muitos outros gestos, gerados no quadro de uma ideologia ou crença subjacente. E essa panóplia de ritos, que se busca tornar inteligível representa, nas palavras de González Villaescusa «[…] un revelador social tendente a la reproducción de un sistema socio-económico […]»[670].

Ora, um ponto de interesse primordial e que convém realçar prende-se com o cariz repetitivo e estereotipado do rito, reiterado como resposta a um modelo preconcebido, com os seus limites e restrições próprias, ainda que potencialmente eivado de algumas zonas de abertura[671]. E a importância que aufere traduz-se na capacidade de transmitir uma mensagem, a qual, ainda que metafórica, se repercute, mantendo a ordem vigente. De qualquer forma, para aceder à sociedade que fixou o rito é forçoso que se atente nas materialidades que advieram da sua concretização, considerando não apenas as especificidades funcionais dos objetos, mas igualmente as suas competências enquanto «[…] expresión de una simbología ideológica […]»[672].

Verifica-se, portanto, que as interrogações se acumulam, enredam e conduzem a novos níveis de questões. Como, pois, perspetivar os dados arqueológicos recuperados no mundo funerário?

Uma das vias de interpretação mais em voga propugna que os artefactos recolhidos em contexto funerário correspondem a elementos «pessoais», fundamentais na apreciação do estatuto do inumado. E este surge vinculado a um indicador aparentemente óbvio: a riqueza dos materiais que o acompanham no sepulcro. Com efeito, é possível reconhecer, no âmbito dos designados *Reihengräberfeld,* túmulos que nitidamente se diferenciam, designadamente através da quantidade e excecionalidade do espólio funerário que abarcam. Não raro, essas tumulações mais opulentas e eloquentes sinalizavam a emergência ou nascimento de um espaço cemiterial ou, em alternativa, ditavam o arranque de uma nova fase numa necrópole pré-existente, daí o seu carácter «fundador»[673] ou fundacional[674].

Os elementos mais preciosos são, tradicionalmente, qualificados como «aristocráticos» ou «principescos», contaminando, por inerência, os seus possuidores com esta mesma categoria estatutária superior. Tal classificação deve-se normalmente à averiguação do recurso a materiais nobres, ao primor colocado na produção das peças ou à raridade da ocorrência das mesmas. Todavia, não deve obliterar-se que este raciocínio pode resvalar

[670] GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 43.
[671] GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 44.
[672] GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 57.
[673] JAMES, 1989: 27; 31.
[674] AZKARATE GARAI-OLAUN, 2005: 408.

para deduções algo erróneas, na medida em que projeta para o passado padrões de valor e opulência condizentes com os parâmetros atuais[675]. Será válido transpor estes conceitos de modo imediato? E, por outro lado, não poderá a adoção de termos como «aristocrático» ou «principesco» exceder aquilo que é efetivamente fornecido pela evidência arqueológica?

Feitas estas ressalvas, que se nos afigura essencial ter em mente, procuremos então discernir quais os atributos requeridos para a definição de um enterramento como privilegiado. Deveremos limitar-nos a considerar a riqueza ou raridade dos objetos que integram o contexto funerário? Na verdade, julgamos que existem outros critérios a ter em conta; a própria estrutura tumular poderá enformar indícios de excecionalidade, fundados nas dimensões que apresenta, nos elementos utilizados na construção, na orientação a que obedece ou no posicionamento evidenciado, quer no espaço da necrópole, quer em relação com outros sepulcros[676]. Aliás, na perspetiva de alguns autores, afigura-se que a exclusividade conferida a determinados locais de enterramento contribuía para a manutenção e prolongamento das disparidades sociais existentes entre os vivos[677], hipótese que sublinha a possibilidade de a avaliação da «grandeza» ou notoriedade de um sepultamento não depender somente dos artefactos que acompanham o cadáver[678]. Ora, são vários os investigadores que reforçam a importância que o dispositivo funerário assumia enquanto veículo transmissor de mensagens muito concretas. González Villaescusa, por exemplo, entende que o tipo de túmulo concorria para a reprodução das estruturas sociais: para os indivíduos da mesma condição, configurava uma referência a seguir ou mesmo um modelo de superação; para os que gravitavam em esferas inferiores, uma constatação da desigualdade, que nem na morte tenderia a ser ultrapassada[679].

Vejamos agora um outro ponto, que se prende com própria noção de privilégio.

Afigura-se que cada comunidade possa ter estipulado métodos para imputar às inumações um carácter privilegiado. Além do espólio funerário, poderia existir um corpo específico de elementos de identificação, quiçá insuspeitos aos olhos do arqueólogo, que tornasse a condição desses enterramentos inteligível para o grupo. No entanto, nada garante que o pensamento ou intenção subjacentes a uma mesma prática fosse transversal a todos os que a adotavam. Em contrapartida, a origem ou a implantação espacial de um grupo humano poderia ditar divergência nas soluções veiculadas. Por conseguinte, concordamos com Edward James quando afirma que as diferenças regionais são suscetíveis de retirar legitimidade a propostas que pretendem equiparar como unívocas realidades associadas a territórios díspares[680].

---

[675] JAMES, 1989: 28.
[676] JAMES, 1989: 29.
[677] EFFROS, 1997: 13.
[678] JAMES, 1989: 30.
[679] GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 116.
[680] JAMES, 1989: 30; 32.

Numa outra vertente, o facto de o indivíduo a inumar ser possuidor de um estatuto hierárquico elevado poderia determinar o local adequado para a preparação daquela que seria a sua câmara funerária. Ora, com o advento da *tumulatio ad sanctos* registam-se alterações na organização da topografia do sepultamento e a proximidade física com a entidade sagrada passa a ser suscetível de ditar a concessão do privilégio[681]. Porém, e dado que o espaço disponível para a *tumulatio ad sanctos* era limitado e, logo, muito cobiçado, a honra de a ele aceder seria naturalmente cerceada e restrita a uma elite, em que se incluiriam, por exemplo, os religiosos integrantes de alguma comunidade monástica, padres ou leigos fundadores[682].

Procuremos então perceber em que medida a penetração do cristianismo, por um lado, e os influxos germânicos, por outro, influenciaram (ou se deixaram influenciar), pelas conceções funerárias cristalizadas no substrato hispano-romano.

Começamos por salientar o facto de o enterramento devido a um cristão pressupor a inumação do seu corpo: a aplicação dos conceitos de «ressurreição» e «vida eterna» assim o previam, ainda que implicitamente. Como é sabido, a prática da incineração e da inumação coexistiram; contudo, esta começou, paulatinamente, e sobretudo a partir do século IV, a granjear prevalência sobre a primeira[683], acabando por suplantá-la quase que por completo e por auferir total predomínio sobre o universo funerário já nos finais do século VI[684]. Tal não significa, porém, que o incremento da inumação tenha resultado diretamente da introdução do Cristianismo e do alcance progressivamente mais dilatado que conquistou. Na realidade, a tendência para a revitalização desta prática iniciara-se antes mesmo da disseminação da nova crença, porventura em razão da ascendência decorrente dos cultos orientais. Neste sentido e à semelhança do verificado com outros movimentos e alterações que começaram a afirmar-se, afigura-se não que o cristianismo tenha ditado a sua implementação, mas antes que tenha fornecido o devido enquadramento a um processo já em curso[685]. Seria preciso esperar até ao momento da celebração do XVI Concílio de Toledo, já em 693, para que a legislação canónica produzisse disposições em que, explicitamente, se racionalizasse e atribuísse consistência a um costume já plenamente sedimentado[686].

Ora, esta reflexão serve-nos, desde logo, para demonstrar que os ensaios de clarificação do percurso ideológico trilhado por uma comunidade, a partir da análise das suas

---

[681] JAMES, 1989: 29.

[682] EFFROS, 1997: 15.

[683] BARROCA, 1987: 8.

[684] BASTOS, 1996: 47.

[685] BARROCA, 1987: 8.

[686] «[…] y dándonos ejemplos a nosotros con su resurrección que así como Él vivificándonos, después de dos días al tercer día resucitó vivo de entre los muertos, así nosotros también al fin de este siglo creamos que debemos resucitar en todas partes, no con figura aérea, o entre sombras de una visión fantástica, como afirmaba la opinión condenable de algunos, sino en la sustancia de la verdadera carne, en la cual ahora somos y vivimos, y en la hora del juicio presentándonos delante de Cristo y de sus santos ángeles, cada uno dará cuenta de lo proprio de su cuerpo, tal como obró, bueno o malo, para recibir de Él o el reino de la bienaventuranza eterna por los actos propios, o la sentencia de condenación perpetua por sus crímenes. […]» (VIVES, 1963: 496).

necrópoles surgem, por vezes, imbuídos de pressupostos passíveis de conduzir a apreciações erróneas, daí a relevância de um inquérito rigoroso. E, a propósito, questionamos: será, de facto, possível, discernir a filiação religiosa de um indivíduo através da orientação adotada pelo túmulo em que foi inumado? Ou da significação atribuída a um qualquer elemento nele depositado, para acompanhar o defunto na sua «viagem»?

Como, pois, interpretar a ocorrência de uma peça ornada com um *crismon,* no interior da uma sepultura? É certo que o referido símbolo carrega uma inequívoca conotação cristã; todavia, a colocação de espólio junto do cadáver não se coaduna, pelo menos teoricamente, com os cânones religiosos. Pelo contrário, remete para uma mundividência pagã, que assume a presença de determinados objetos como algo essencial para a vida *post mortem*. Como articular duas opções aparentemente contraditórias?

Esta interrogação leva-nos a questionar até que ponto a fronteira entre práticas de enterramento cristãs e pagãs se encontrará efetivamente bem definida. Para discorrer em torno desta problemática, retomamos um pertinente apontamento formulado por E. James a respeito dos costumes funerários francos. Supostamente, terá sido precisamente na geração em que aristocratas e monarcas aderiram ao cristianismo que, pela primeira vez, este povo procedeu à deposição de espólio nos túmulos. Em paralelo, os conjuntos mais ricos, opulentos e elaborados produzidos pelos reinos francos coincidem com os detetados em estruturas patentes no interior de igrejas[687]. A noção da vigência de situações congéneres deverá, portanto, acautelar as deduções imediatas.

Alguns autores realçam a tendência experimentada, designadamente, a partir do século VI, não só para a redução da quantidade de elementos inseridos em contexto sepulcral, mas também, e de igual modo, para a alteração da natureza dos depósitos. Neste sentido, estabelece-se o contraponto face à realidade tardo-romana, pautada pela inclusão nas câmaras de um vasto leque de materiais, que remetem para os gostos, hábitos e poder aquisitivo detido em vida pelo inumado. Contudo, esta visão, que perspetiva a propensão para a diminuição das oferendas e a transformação do «padrão» de artefactos integrados como consequência da adesão ao Cristianismo e da ulterior exigência de rejeitar a ostentação e a posse de bens terrenos[688] não recolhe unanimidade. Bailey Young chama a atenção, aliás, para o facto de as fontes escritas serem absolutamente omissas quanto a eventuais tentativas de constranger ou estigmatizar este tipo de prática antes do século VIII[689]. Até que ponto, pois, a deposição de objetos nos sepulcros configura uma clara incompatibilidade com as conceções cristãs coevas?

Muitos dos investigadores debruçados sobre as problemáticas do mundo funerário consideram muito provável que as peças conservadas na sepultura correspondam, em grande medida, a elementos que o acompanhavam em vida, se não quotidianamente, pelo menos em contextos ou ocasiões especiais. Tal seria válido não apenas para os adereços

[687] JAMES, 1989: 26.
[688] VIZCAÍNO SÁNCHEZ, 2007 [Ed. 2009]: 563.
[689] YOUNG, 1977: 6.

de vestuário e adornos corporais, mas também para outros artefactos, como os arreios de cavalos ou, eventualmente, mesmo para os cavalos propriamente ditos. Também os vasos cerâmicos poderiam, em última instância, enquadrar-se neste âmbito. A confirmar-se tal pressuposição e se, de facto, o estatuto ou hierarquia do defunto for susceptível de se expressar materialmente através dos referidos veículos, então as possibilidades de avançar no estudo das estruturas sociais como um todo, serão necessariamente ampliadas[690]. No entanto, afigura-se imperativo evitar categorizações excessivamente simplistas, como as que pretendem relacionar diretamente um tipo de espólio com a posição hierárquica do indivíduo ou defender a paridade entre estatuto social e estatuto legal. Naturalmente, poderão existir conexões coerentes entre as variáveis enunciadas; mas a interpretação pode, indubitavelmente, avançar para outros domínios e revelar subtilezas insuspeitas, quando a panóplia de dados disponíveis se amplifica[691]. Para ilustrar esta afirmação, recuperamos um exemplo fornecido por Edward James, a propósito do trabalho desenvolvido por Guy Halsall na necrópole merovíngia de Ennery, no norte de França. O facto de, no âmbito da referida intervenção, terem sido escavados contextos que abarcavam não só os materiais que compunham a deposição funerária, mas também os restos osteológicos associados, permitiu estabelecer uma correlação entre artefactos e a idade dos inumados. Constatou-se que as crianças eram acompanhadas de parcos elementos e que, no caso particular dos indivíduos infantis, não se registava diferenciação entre géneros. Os idosos recebiam tratamento idêntico, ao nível da quantidade de objetos que lhes era concedida, sendo que os enterramentos femininos denotavam escassez de adereços de adorno e os masculinos, por seu turno, de artefactos conotados com a atividade militar. Já as mulheres em idade fértil eram as mais favorecidas com adereços e demais espólio. Nestes casos, porém, talvez haja que equacionar uma relação entre a ocorrência de determinados objetos na sepultura e a prévia concretização do matrimónio da mulher inumada[692]. Poderia a celebração deste tipo de união representar um momento propício ao recebimento de dádivas? É provável que sim. Marcel Mauss[693], apoiando-se na *Germania*, de Tácito, menciona «[…] as dádivas por motivo de casamento, e o modo como elas regressam à família dos doadores […]»[694]. Mas esta não

[690] JAMES, 1989: 30-31.

[691] JAMES, 1989: 38-39.

[692] JAMES, 1989: 39.

[693] MAUSS, 1988: 181.

[694] Confrontem-se as afirmações de Marcel Mauss (MAUSS, 1988: 81) com o texto de Tácito: «18. […] 2. Não é a mulher que dá o dote ao marido, mas o marido que dá o dote à mulher. Os pais e familiares intervêm e examinam as dádivas, que não são procuradas para vaidades femininas, nem para a recém-casada se enfeitar com elas, mas bois, um cavalo com freio e um escudo com frâmea e gládio. 3. A mulher é recebida entre estas dádivas e ela própria, por sua vez, traz algumas armas ao marido. Consideram ser este o maior vínculo, estes os rituais sagrados, estes os deuses conjugais. 4. A mulher não deve considerar-se alheia a preocupações de valor ou a eventualidades de guerra; nos próprios auspícios que dão início aos matrimónios se adverte que ela vem como companheira de trabalhos e perigos, que sofrerá e ousará o mesmo, na paz e na guerra: significam isso as juntas de bois, o cavalo aparelhado, as armas oferecidas. Assim deve viver, assim deve procriar, receberá coisas que, intactas e imaculadas, dará aos filhos, que as noras receberão e por sua vez entregarão aos netos. […]» (TÁCITO, 2011: 33-35).

seria a única modalidade possível: haveria igualmente lugar para «[…] as dádivas nobres, sobretudo as do chefe, ou feitas aos chefes […]»[695].

Ora, se por um lado os resultados das escavações de Ennery lançam uma série de pistas, inclusive sobre o tema das oferendas, por outro parecem ter firmado claramente que a noção de estatuto poderá estar intimamente ligada à idade e género do morto, daí o surgimento de novos caminhos a explorar[696].

Vimos, pois, qual o tratamento genérico conferido aos indivíduos infantis numa necrópole merovíngia; atentemos agora na realidade do mundo romano, onde a sua parca presença ou mesmo, completa ausência, testemunhada em muitas áreas funerárias, contraria, à primeira vista, os elevados índices de mortalidade que se esperaria ver consubstanciados em enterramentos. No entanto, investigações levadas a cabo em alguns sítios, como em Hort de Morand (Dénia, Valência), na costa mediterrânica peninsular, têm permitido atestar que as crianças compõem um grupo suscetível de ser encaminhado para locais especificamente vocacionados para as receber[697].

Ora, a forma como as sociedades se relacionam com os defuntos infantis responde a um determinado corpo de normas, plasmadas no ritual que lhes é proporcionado, e em si mesmas ilustrativas da posição que as crianças ocupavam. Durante o Império, os indivíduos adultos tenderam a menorizar a perda dos nasciturnos e dos que pereciam em tenra idade. E essa «desvalorização» traduziu-se, por um lado, na rara inclusão desses falecidos nos panteões familiares e, por outro, na criação de espaços próprios, para onde estes eram direcionados e onde vigorava, nas palavras de González Villaescusa, uma espécie de «segregação topográfica». Mas, em paralelo, não era de excluir que se optasse antes por conservar esses pequenos defuntos no interior dos lugares de habitação, opção essa claramente vinculada aos cultos domésticos, e cujo objetivo último seria o de que desempenhassem ações propiciatórias e profiláticas[698].

Já a morte de um adolescente revestia-se de outras roupagens: era então sentida maior inquietação e frustração pelas potencialidades de uma vida que se dissipara precocemente. De qualquer modo, há que salientar que, mesmo no quadro do Império, as perspetivas de entendimento relativamente à importância da criança e, consequentemente, os níveis de pesar gerados por um eventual desaparecimento, não se quedaram num patamar imutável; pelo contrário, foram sofrendo contínuas evoluções, às quais não foram alheios os influxos advindos dos cultos de mistério e das filosofias estoicas[699].

---

[695] Refaça-se o exercício: «15. […] 2. É costume das cidades dar rebanhos ou cereais aos chefes, de livre vontade e individualmente, o que, aceite como honraria, também supre necessidades. 3. Gostam sobretudo das dádivas de povos vizinhos, que são enviadas não apenas por particulares, mas também oficialmente: esplêndidos cavalos, armas magníficas, fáleras e colares […]» (TÁCITO, 2011: 31).

[696] JAMES, 1989: 39.

[697] GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 65.

[698] GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 70-80.

[699] GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 79-80.

Em cronologias mais tardias, a situação altera-se e os indivíduos infantis começam, portanto, a penetrar nas necrópoles onde eram inumados os adultos.

Feito o parêntesis, mas ainda a propósito da questão da idade, vejamos os resultados obtidos por Guy Halsall com a exploração de uma outra necrópole merovíngia, desta feita, a de Lavoye, no nordeste de França. Ora, tudo leva a crer que, naquele espaço mortuário, os homens acima dos vinte anos, mas que não haviam ainda atingido idade avançada, eram encarados como merecedores de serem acompanhados, no túmulo, de quantidade avultada de materiais, sobretudo armas e demais objetos supostamente conotados com o género masculino[700]. Este autor entende que todas as deposições respondiam a regras específicas, ainda que as mesmas pudesses desdobrar-se e fomentar múltiplas possibilidades a seguir. Por outro lado, e ao invés de considerar que a ocorrência de artefactos no seio das câmaras constitui uma prática «passiva», um mero reflexo estático de uma estrutura social perfeitamente estabilizada e definida, perspetiva-a a partir de um outro prisma. Discerne na presença de materiais em sepulturas uma dimensão competitiva, uma estratégia «ativa» na definição de uma realidade social e, nesta medida, quase que uma encenação dessa mesma realidade[701].

Outro fator de diferenciação e estratificação horizontal por excelência assenta na distinção sexual: tendo homens e mulheres recebido tratamento dissemelhante ao longo da vida, é natural que na morte se perpetuasse um registo consonante com o da existência prévia. E, neste sentido, é provável que a escolha do sepulcro e dos materiais destinados a acompanhar o defunto decorressem não só do tempo que ele transcorrera neste mundo, mas igualmente desta variável: o género[702].

Porém, convém realçar que os importantes desenvolvimentos produzidos nas últimas décadas não obstaram a que muitas dúvidas continuassem por resolver, nomeadamente no que toca à relação estrita, precisamente, entre o género do defunto e o tipo de objeto (ou associações de peças) estipulado para cada um deles. Tradicionalmente, os achados de «armas» eram imediatamente imputados a homens, enquanto certos adereços de vestuário e, mormente, os adornos do corpo, surgiam aparentemente restringidos às mulheres[703]. Contudo, algumas observações contextuais e articuladas com a Antropologia têm vindo a demonstrar que, ainda que tal se verifique, o mundo funerário sobre o qual nos debruçamos está longe de se coadunar exclusivamente com os moldes da referida dualidade. Ángel Morillo Cerdán, apoiando-se na realidade atestada em sepulturas da necrópole visigótica de Herrera de Pisuerga, no norte de Palência, destacou vários pontos que contrariam muitos dos pressupostos inerentes à supracitada dicotomia: por um lado, a escassez de elementos ofensivos, inesperada (?) em enterramentos masculinos de

[700] Note-se que Guy Halsall utiliza a expressão: «[…] masculine artefacts […]» (HALSALL, 1995: 246).
[701] HALSALL, 1995: 246-247.
[702] GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 65.
[703] ROUCHE, 1989: 486.

indivíduos tidos como guerreiros; por outro, a comparativamente abundante profusão de adereços, alguns dos quais tão opulentos e exuberantes, que se afigura complexo aventar que compusessem o atavio quotidiano dos membros daquela comunidade, daí a hipótese de enformarem o que o autor designa como um «[…] hábito para la muerte […]»[704]. Concluiu, em paralelo, que fíbulas e placas de cinturão seriam comuns às inumações de ambos os géneros; já outros objetos assumiriam papel diferenciador. Os braceletes, por exemplo, apesar da sua vocação puramente ornamental, estariam destinados a acompanhar os homens e os brincos, por seu turno, as mulheres[705]. Note-se, no entanto, que na necrópole da Retorta, em Loulé, restos osteológicos preservados no interior de alguns sepulcros conservavam *in situ* quer braceletes quer brincos anelares[706]. Como interpretar tal circunstância? Talvez os particularismos regionais possam explicá-la, pelo que a vinculação de determinado tipo de material a um género esteja longe de poder ser generalizada, sequer para a geografia peninsular.

Independentemente de posteriores afinações a este nível, é sabido, pois, que a introdução de espólio nos túmulos se encontra extensamente documentada. Nem sempre, todavia, é possível afirmar com exatidão quais as razões que levavam a que essa deposição se concretizasse, nem, por outro lado, indicar a quem caberia a responsabilidade de tal ato. Desconhece-se também se haveria «alguém», em concreto, a quem a função de preparar o ritual fúnebre era atribuída e se a realizaria de modo mais ou menos «especializado», convencionando, além do mais, as escolhas de adornos, indumentária ou elementos votivos a integrar no sepulcro[707]. De qualquer modo, parece viável que os indivíduos que participavam na execução do rito, sempre preconcebido, desempenhassem um papel específico, supostamente condizente com a sua própria posição social[708]. Seriam os membros da classe dominante aqueles que assumiriam maior relevo nesta encenação, captando a proeminência auferida em seu benefício, ainda que conferindo-lhe uma aparência ilusória, a de geradora de vantagens extensíveis a toda a sociedade? Será válido equacionar a atuação preconizada como expressão do exercício de poder? Talvez seja pertinente explorar esta via.

González Villaescusa entende que a morte veicula, de forma exemplar, as relações de poder tecidas entre dominantes e dominados, plasmada na tensão ideológica permanente entre os que pugnam pela manutenção da ordem vigente e os que manifestam impulsos que lhe são potencialmente contrários. Dado que o perecimento suscita inevitáveis temores, é

---

[704] MORILLO CERDÁN, 1989: 244.

[705] MORILLO CERDÁN, 1989: 242; 244.

[706] Veja-se o caso da sepultura n.º 1: «[…] encontrarem dois brincos de bronze ou cobre, um anel que ainda estava no dedo e uma bracelete de ferro num dos braços. […]» (MARTINS, 1988: 150). Acrescente-se ainda o da n.º 13: «[…] o braço esquerdo com uma pulseira de ferro […]; num dedo dois anéis, um largo em forma de anilha, o outro fino e de fio redondo; são de bronze; além disso, colados ao crânio, no lugar das orelhas, dois brincos de bronze […] trabalhados numa das extremidades mas diferentes. […]» (MARTINS, 1989: 153).

[707] JAMES, 1989: 34.

[708] GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 44.

através da gestão de todas as variáveis inerentes a essa realidade inelutável que, em última instância, se controla, a um tempo, a vida e os vivos[709].

Numa outra vertente, e retomando o problema acima mencionado, há que salientar a plausibilidade de motivações diversas se acharem na raiz da colocação de determinados artefactos em ambiente sepulcral[710]. São vários, além do mais, os caminhos a alvitrar para justificar essa presença.

W. Werner foi precursor ao chamar a atenção para o facto de os materiais funerários não constarem, necessariamente, de objetos pertencentes ao defunto em vida, avançando a hipótese de constituírem produto de uma dádiva. Naturalmente, cada um dos postulados elencados obedece a um intuito essencialmente divergente. Subjacente ao primeiro encontra-se, nas palavras de B. Young, uma suposta «persistência da personalidade», aliada a uma incontornável noção de perenidade *post mortem*. No «Além», que se julgava, a certos níveis, seria idêntico a este mundo, o indivíduo esperava perpetuar as condições experienciadas em vida; no entanto, e para dar cumprimento a todas as disposições indispensáveis à nova existência, entre as quais a relativa à deposição de dados elementos no túmulo[711], era forçosos contar com a vontade de quem ficava, daí a dependência e o vínculo que era imperioso deixar devidamente tecido[712]. Já no que respeita à segunda hipótese, poderia procurar-se explicação no eventual interdito inerente a certos objetos: muito próximos do defunto em vida, ser-lhes-ia vedado transitar em herança, sendo que neste âmbito se incluiriam as armas ou as joias[713].

Os mecanismos de dádiva deverão, portanto, ser necessariamente equacionados, pois configuram possibilidades válidas de transmissão sem, todavia, contemplar o uso quotidiano, por parte do inumado, dos objetos depositados. Esta questão vem sendo amplamente debatida na Europa; e se, durante muito tempo, se considerou que as redes de troca e dádiva, entendidas num sentido ritual, concerniam sobretudo a determinados grupos, como o dos «guerreiros» ou «senhores», as materialidades exumadas a partir de diversos contextos sepulcrais parecem contrariar esta tese. Com efeito, a variabilidade de artefactos detetados é tal, que se afigura sugerir não só a concretização de trocas a diferentes níveis, como o envolvimento nas «transações» de pessoas e grupos inscritos em patamares sociais muito distintos[714]. Note-se, contudo, que o objeto ofertado ou legado é suscetível de acarretar alguns perigos para quem o recebe, daí o carácter ambivalente que lhe é intrínseco. Assim se compreende que o termo *gift* aufira, entre as línguas germânicas antigas, de um

[709] GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 46.
[710] JAMES, 1989: 35.
[711] A introdução de objetos no túmulo, independentemente da sua natureza, pretenderá sempre, ao que se supõe, responder ao propósito de apoiar o inumado (VIZCAÍNO SÁNCHEZ, 2007 [Ed. 2009]: 572).
[712] YOUNG, 1977: 36.
[713] JAMES, 1989: 34-35.
[714] KARS, 2011: 45-46.

duplo sentido: o de dádiva, por contraponto ao de veneno, daí a emergência de temas como o da «dádiva funesta», que cunharam indelevelmente todo um imaginário[715].

Mas, quais os elementos que, em concreto, eram direcionados para o seio das sepulturas? Michel Rouche estabelece uma relação entre as deposições e o ofício desempenhado pelo defunto em vida, fornecendo, como exemplo ilustrativo, o caso do ferreiro no mundo merovíngio. Personagem singular, espécie de feiticeiro envolto numa aura quase «mágica», na medida em que sabia como dominar o fogo e dobrar o metal férreo, ia a enterrar acompanhado dos seus instrumentos de trabalho[716].

De igual modo, também os guerreiros poderiam ser aqui apontados, visto que se faziam inumar juntamente com as armas que manejavam em combate[717]: espadas, pontas de lança ou, entre saxões e francos, as célebres *scramasaxe*[718]. Afinal, nas sociedades merovíngias, os combatentes jovens, à semelhança das mulheres em idade de casar, eram os mais profusamente agraciados com espólio funerário[719].

Aproveitemos então o ensejo para nos debruçarmos sobre uma prática muito específica, que implica que o defunto vá a sepultar com a indumentária que envergava em vida: aludimos, precisamente, à inumação vestida, arqueologicamente atestável através da presença de adereços de vestuário que sobreviveram à passagem do tempo e a toda uma série de outras intromissões, fortuitas ou deliberadas. A importância que aufere, desigual, consoante o período em análise, é ilustrada através das ocorrências sinalizadas em contexto sepulcral: no Baixo Império são minoritárias, surgindo claramente subordinadas ao peso granjeado pelas formas que compõem o chamado «serviço de mesa»; mas, com o avanço da cronologia e a penetração de grupos de origem germânica nos territórios mais ocidentais da Europa, a tendência para a inumação vestida começa, ainda que com nuances, a ganhar relevância. Na verdade e se atentarmos nas circunstâncias verificadas na *Gallia*, é notório que as populações mais romanizadas continuaram a privilegiar a inclusão de depósitos funerários, em detrimento da de elementos de adorno. Em contrapartida e entre os «germânicos», se bem que ricos conjuntos de vasos cerâmicos ou vítreos pudessem incorporar os túmulos, a prevalência seria votada aos adereços de vestuário, por vezes opulentos, ou pelo menos, vistosos[720].

Ora, um dos pontos a realçar a respeito desta prática prende-se com o facto de os objetos que lhe estão associados serem colocados na sua posição funcional habitual, situa-

---

[715] MAUSS, 1988: 168.

[716] ROUCHE, 1989: 486.

[717] «Dans ce contexte de culture 'héroïque', les armes ne sont pas des objets comme les autres; elles sont revêtues de significations multiplex: instruments de combat certes, dont on verra l'efficacité meurtrière, mais aussi marque du statut social de leur porteur, valeur économique, insigne de pouvoir et même réceptacle d'une divinité […]» (LEBEDYNSKY, 2001: 7).

[718] ROUCHE, 1989: 486).

[719] «[…] For men, prestige appears to have been acquired whilst of this 'young warrior' age. For those who survived the violence of the times, success in comital, ducal or royal service may have brought rewards in gifts, offices, titles and, perhaps, land. […]» (HALSALL, 1995: 253).

[720] YOUNG, 1977: 43-44.

ção aplicável também aos demais adornos pessoais, «categoria» ampla que abarca todos os elementos cuja função é a de promover o embelezamento acessório do corpo. Diverso era o enquadramento devido a outro tipo de materiais reunidos na câmara, caso dos recipientes cerâmicos, em que adiante nos deteremos, passíveis de serem organizados em torno da cabeça, ponto nevrálgico do corpo, ao qual era conferida especial atenção no âmbito do ritual funerário, até porque nela e, em particular, no rosto, confluíam os principais carateres referentes à persistência da imagem e memória do defunto[721].

De qualquer modo e retornando às peças correlacionáveis com a inumação vestida, há que lembrar que não constam de deposições intencionais, na medida em que não resultam de uma vontade declarada de as introduzir, por si só, na sepultura; na realidade, esses objetos correspondem à evidência física de um ritual[722], que se julgou necessário implementar.

Mas, convém desde já salientá-lo, os artefactos que, exumados em contexto funerário, remetem para a indumentária, sofreram inequívocas transformações num intervalo de escassas centúrias. Numa primeira fase, iniciada no século V e que, grosso modo, se prolongou até meados do VI, os materiais denotavam um forte cunho oriental, não raro surgindo marcados pela policromia e pelo fulgor das incrustações, mormente de granadas, mas também de vidros coloridos[723]. Michel Kazanski e Patrick Périn sublinham, a propósito dos traços característicos desses elementos, e remetendo para os grupos de origem «bárbara» fixados na *Gallia* na segunda metade do século V, designadamente, «germânicos» oriundos das regiões danubianas, o facto de as mulheres tenderem a preservar o uso do vestuário tradicional e dos adereços que o ornavam, dado que o conjunto se assumia como representativo das suas raízes e ascendentes «étnicos»; já os homens, nomeadamente se integrassem as fileiras do exército do Império, revelavam propensão para imitar o aparato militar dos demais soldados[724], daí que os rasgos mais diferenciados passíveis de afirmar-se como seu apanágio primordial, acabassem por se diluir nesse esforço de reprodução de outros costumes.

No que ao âmbito peninsular diz respeito, terá sido a partir do primeiro quartel do século VI que o mundo funerário, sobretudo em meio rural, começou a dar mostras de incontornáveis mesclas artefactuais, certamente indiciadoras de uma progressiva aculturação entre hispano-romanos e descendentes de visigodos, provavelmente decorrente, pelo menos em parte, da união matrimonial entre membros dos dois grupos populacionais.

Todavia, seria preciso esperar até ao período de governo de Leovigildo, monarca que encabeçou importantes sucessos militares, com consequências profundas ao nível do domínio político do território, para que a derrogação da proibição dos casamentos mistos fosse oficialmente implementada. Assim se abria caminho legal para o estabelecimento de uma nova dinâmica de aproximação entre populações que, supostamente, permaneciam aparta-

[721] GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 70-71.
[722] GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 72.
[723] OSTOIA, 1953: 149-150; MORILLO CERDÁN, 1989: 238.
[724] KAZANSKI & PÉRIN, 1997: 201.

das[725]. E, naturalmente, tais interpenetrações, ao influírem no quotidiano, acabaram inevitavelmente por ver-se espelhadas na composição do vestuário envergado em meio fúnebre[726].

De qualquer modo, só posteriormente, já em pleno reinado de Recaredo, filho de Leovigildo e seu herdeiro no trono, será dado um outro passo capital na direção de uma pretensa «unificação peninsular». Ao abjurar o arianismo e ao adotar a fé católica[727] no III Concílio de Toledo, celebrado em 589, pretendia-se atenuar divergências de fundo e instar a uma almejada pacificação. Mas com este anseio de uniformidade, as «identidades» que haviam persistido, embora gradualmente esbatidas a partir de meados do século VI, ter-se-ão perdido[728] ou, pelo menos, deixado de se expressar materialmente nos moldes até então conhecidos. Neste sentido, o século VII surge como palco de uma nova realidade: esfumadas diferenciações a vários níveis, inclusive o concernente às indumentárias envergadas, torna-se difícil discernir, através dos adereços de vestuário, os ecos de uma filiação, entretanto feita amálgama com o substrato hispano-romano pré-existente. A prática da inumação vestida, contudo, resiste e permanece, se bem que eivada de outras matizes e cunhada por novos influxos, fundamentalmente colhidos na bacia do Mediterrâneo e no mundo bizantino.

Alguns autores perspetivam o dealbar do século VIII como cenário do colapso deste costume, justificando o ocaso com a penetração em território peninsular dos grupos berberes de origem norte-africana. Todavia, são vários os sítios que, contrariando esta asserção, têm testemunhado a continuidade da prática[729]. Assim se verifica, por exemplo, no povoado de Bovalar, em Lérida, onde a persistência da utilização de placas de cinturão foi comprovada em torno dos anos 713 ou 715[730]. Porém e inevitavelmente, o avanço da centúria terá acarretado o progressivo abandono do procedimento[731].

Vejamos agora outros tipos de deposição perpetuados em período tardio e dos quais começamos por realçar a colocação nos sepulcros do óbolo a Caronte. A importância atribuída à integração de um ou mais numismas atravessou centúrias e, conforme atestado arqueologicamente, estendeu-se, pelo menos, até à época moderna; todavia, não é possível garantir que, no decurso de todo este tempo, tenha auferido de um significado unívoco. Costume fortemente ritualizado, pautou-se, ao longo de todo o Baixo Império, pela constante regularidade do posicionamento das moedas: fundamentalmente pousadas na boca ou mão do defunto ou, em alternativa, junto dos recipientes constituintes do «serviço de

[725] RIPOLL LÓPEZ, 1998: 52-53.

[726] VIZCAÍNO SÁNCHEZ, 2007 [Ed. 2009]: 568.

[727] «[…] Habiendo el mismo rey gloriosísimo, en virtud de la sinceridad de su fe, mandado reunir el concilio de todos los obispos de sus dominios, para que se alegraran en el Señor de su conversión y por la de la raza de los godos […]» (VIVES, 1963: 107).

[728] RIPOLL LÓPEZ, 1998: 53.

[729] HIERRO GARATE, 2011: 379-380.

[730] RIPOLL LÓPEZ, 1998: 33.

[731] HIERRO GARATE, 2011: 386.

mesa». Excecionalmente, e já em contextos que indiciavam influência «bárbara», chegaram a ser canalizadas para pequenas bolsas que ladeavam a cintura dos inumados, no que representaria uma clara imitação da mesma prática, ainda que a «apropriação» tivesse seguido moldes algo divergentes dos originais. Esta e demais modalidades de adequação levaram alguns investigadores a considerar que, se bem que tomado ao mundo romano, o costume em causa revestiu-se, entre os povos germânicos, de um enquadramento simbólico diferente: ao numisma corrente vulgarmente remetido para os túmulos romanos, os chefes germânicos teriam contraposto uma moeda de metal precioso, mais consonante com o cerimonial funerário e, consequentemente, passível de acentuar a importância social do defunto[732].

Comprovámos já como, ao longo da época romana e sobretudo no Baixo Império, a introdução de materiais no interior dos túmulos configurou uma prática comum e muito reproduzida. Aliás, a designação «serviço de mesa» foi amplamente utilizada para ilustrar o tipo de depósito em causa[733], plenamente tipificada se ao conjunto de formas cerâmicas ou vítreas se somassem as oferendas alimentares e o óbolo a Caronte. Contudo, há que notá-lo, muito embora representando uma situação regularmente verificada, nem sempre as câmaras funerárias receberam géneros alimentares, não sendo claro quais as situações a sua presença seria ou não requerida[734]. Em contrapartida, não há dados suficientes para avaliar até que ponto este costume foi adotado no universo funerário «germânico». Alguns autores consideram que o paulatino abandono dessa prática enforma um dos sintomas mais prementes de descontinuidade face ao mundo tardo-romano. No entanto e, pontualmente, foi possível continuar a documentar a sua ocorrência: na necrópole da Idade do Ferro de Cortrat, em Loiret, no centro de França, com reocupação posterior, atribuível ao período «galo-romano», foi detetado um sepulcro onde jaziam os restos esqueletizados de uma mulher ornamentada com adornos tipicamente «germânicos», acompanhados de um recipiente de bronze contendo ossos de aves domésticas[735]. Por outro lado e, indiretamente, disposições conciliares de âmbito peninsular permitem confirmar a sobrevivência dos banquetes funerários na segunda metade do século VI[736], daí que a questão esteja longe de poder ser encarada de um ponto de vista simplista.

De qualquer modo, em cronologias mais avançadas, já correlacionáveis com o mundo hispano-visigótico, a prática implementada, ainda que com raízes no substrato romano, não deixa de refletir inquestionáveis mudanças no quadro mental subjacente: nessa altura, as

[732] YOUNG, 1977: 41-42; 51.

[733] Vejam-se as observações de B. Young acerca do posicionamento do «serviço de mesa» em sepulturas tardo-romanas da Normandia: «[…] Au Bas-Empire, l'offrande alimentaire est toujours associée au dépôt de vaisselle. […]; l'offrande alimentaire est toujours accompagnée de vaisselle et presque toujours placée aux pieds (exceptionnellement à la tête dans la tombe 381) […]» (YOUNG, 1977: 39).

[734] YOUNG, 1977: 37; 39.

[735] YOUNG, 1977: 40; 47; RAPIN & ZURFLUH, 1998: 40.

[736] Atente-se no cânone LXIX do II Concílio de Braga, de 572 «[…] No está permitido a los cristianos llevar alimento a las tumbas de los difuntos, ni ofrecer a Dios sacrificios en honor de los muertos […]» (VIVES, 1963: 102).

deposições referem-se aos característicos vasos de contenção de líquidos junto do ombro dos indivíduos inumados[737]. Mas a realidade percecionada traduz, não raro, certa variabilidade ao nível do posicionamento desses vasos: em muitos casos, alguns dos quais sinalizados em território português, surgem isolados junto da cabeça do defunto[738]. E, por exemplo, em *Carthago Spartaria* (na atual Cartagena), parecem associar-se fundamentalmente a crianças e a indivíduos juvenis. Porém, até ao momento, não existem dados fidedignos que permitam relacionar a articulação deste tipo de depósito com um género em particular. Por outro lado, a diversidade das situações identificadas denota que a ocorrência em túmulos se faz quer a par de outros materiais quer, em alternativa, sem que qualquer outro objeto integre o contexto sepulcral[739]. Na necrópole de São Miguel, em Caldas de Vizela, a que adiante voltaremos, a única e notável peça de mobiliário fúnebre detetada figurava isolada na sepultura n.º 8[740].

Ora, são várias as dúvidas que persistem em torno do papel que caberia desempenhar a estes recipientes. Na opinião de González Villaescusa, que vai ao encontro de um pressuposto amplamente defendido, muito embora sustentado em renovada argumentação, se bem que não seja possível garantir com segurança que correspondessem aos vasos usados na concretização de libações rituais, é essa a via de entendimento sugerida pelo contexto histórico em que essa prática se insere. Neste sentido, a deposição deste elementos configuraria um «sintoma»[741] evidente e, em última instância, parafraseando Umberto Eco, todo o esforço de compreensão empreendido para o traduzir deveria privilegiar um «[…] criterio de economía interpretativa […]»[742].

Todavia, esta linha de leitura do fenómeno em causa não recolhe unanimidade. Alguns autores consideram que as formas em análise poderiam, afinal, não representar um veículo para a realização de libações, sendo que, em paralelo, tendem também a menorizar a hipótese de os mesmos se vocacionarem para a utilização no âmbito do *refrigerium*; em contrapartida, atribuem o desempenho desse papel às tigelas e panelas achadas em contexto sepulcral que, sobretudo em zonas menos romanizadas, teriam dado resposta à efetuação desse género de prática[743].

Na perspetiva de outros investigadores, os jarros de contenção de líquidos deveriam antes direcionar-se para a realização de rituais de purificação cristãos, de cariz apotropaico[744], até porque, não raro, são detetados em «terreno sagrado». De facto, as disposições

---

[737] GURT I ESPARRAGUERA & SÁNCHEZ RAMOS, 2011: 473.

[738] Assim se verificava em Murches: «[…] Un vase à parois très épaisses […] a été trouvé auprès de la tête d'un squelette. […]» (OLIVEIRA, 1888-1892: 90).

[739] VIZCAÍNO SÁNCHEZ, 2007 [Ed. 2009]: 573.

[740] AREZES, 2006: 16; 51.

[741] González Villaescusa define «sintoma» nestes termos: «[…] experiencia adquirida, previa a la propia producción sígnica que permite la interpretación, por convención, del significado […]» (GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 52).

[742] GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 52.

[743] VIZCAÍNO SÁNCHEZ, 2007 [Ed. 2009]: 584-585.

[744] GURT I ESPARRAGUERA & SÁNCHEZ RAMOS, 2011: 474.

conciliares não incluem a introdução destes objetos no túmulo no elenco dos itens a proibir, pelo que se presume que poderiam colher aceitação, mesmo que não absoluta. Existe, aliás, uma referência específica no *Liber Ordinum* à prática de sepultamento dos bispos contendo os evangelhos e uma *ampulla* entre as mãos[745]. É certo que tal procedimento em concreto se restringe aos membros da hierarquia episcopal, mas não deixa de constituir um indicador significativo. Estaria a população a pretender reproduzir, a seu modo, as observâncias dos bispos?

São muitas, como vemos, as vias interpretativas que se abrem; mas mais ainda, as incógnitas. Não só quedam por estabelecer as motivações que conduzem à integração de recipientes em contexto funerário, como, por outro lado, o porquê de prover (ou não) à colocação dos mesmos. E este ponto leva-nos a um outro, em torno do qual não poderíamos deixar também de nos interrogar: os casos em que a ausência de depósitos foi rigorosamente documentada, propiciando problemáticas argumentações *ex silentio*[746]. Eximindo as situações em que esse vazio decorre da violação das câmaras[747], há toda uma panóplia de dispositivos, intactos, onde não foi detetado qualquer artefacto. Já constatámos as dificuldades em inferir que consubstanciam enterramentos puramente cristãos e, consequentemente, que existe uma relação direta entre a adesão à crença e o despojamento dos túmulos. Mas de que modo se articulam essas realidades distintas quando ocorrem sob o mesmo pano de fundo? Como perspetivar um sítio que congrega sepulcros providos de materiais, a par de outros onde a inexistência de objetos é total? Vejamos a necrópole de São Miguel (Caldas de Vizela), localizada na faixa noroeste do território português. Num total de catorze estruturas escavadas, só duas geraram recolhas: a n.º 3, onde figurava um aro de fivela de ferro, indiciador da prática de inumação vestida, e a n.º 8, que integrava uma vasilha cerâmica[748]. Seriam os indivíduos que nelas repousavam os mais privilegiados daquela comunidade? É certo que as duas câmaras que os albergavam careciam de elementos particularmente diferenciadores, exceção feita ao facto de, tendo sido compostas fundamentalmente com recurso a materiais romanos reaproveitados, cada uma delas partilhar uma (ou mesmo as duas) paredes laterais, com as sepulturas vizinhas, pormenor passível de atestar a vigência de algum tipo de vínculo, talvez de carácter familiar, entre os defuntos assim inumados. Em contrapartida, a estrutura n.º 10, única na sua modalidade construtiva e tipologicamente mais proeminente, não encerrava qualquer objeto[749]. Quais as ilações a retirar da leitura destes dados? Cremos que, evidentemente, haveria um leque de motivações precisas a mon-

[745] «[…] In manu quoque ei ampulla ponitur […]» (FERÓTIN, 1996: XLIV, col. 141).

[746] GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 56.

[747] A violação de sepulcros configura um fenómeno muito antigo e reiteradamente referido nas fontes literárias. Segundo González Villaescusa, já Plínio, na obra *Naturalis Historia*, mencionava os «profanadores» que procuravam subtrair anéis às sepulturas (GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 71).

[748] AREZES, 2006: 8; 16.

[749] AREZES, 2006: 24-25; 27-28.

tante da decisão de concretizar (ou não) uma deposição. No entanto e conforme temos vindo a demonstrar, atendendo à multiplicidade de cambiantes e aparentes paradoxos subjacentes, é complexo aferir explicações definitivas.

Na realidade, verificámos que certas manifestações conotadas com a mundividência pagã se encontram de tal modo arreigadas, que não só persistem, como tendem a ser «cristianizadas», se assim o podemos dizer, ou antes, assimiladas à nova crença. Nas palavras de B. Young, é como se o cristianismo só tivesse logrado impor-se na medida em que se acomodou ou adaptou a um quadro pré-existente. Neste sentido, determinadas atitudes resistem e subsistem, sob uma capa cristã, quando na verdade radicam num quadro de crenças primitivas[750].

Veja-se, por exemplo, o que sucedeu com o costume da inumação vestida: tido como apanágio das populações de origem germânica, acabou por ser oficialmente incorporado na liturgia hispânica, dado que o *Liber Ordinum* veicula imposições no sentido de o defunto ser lavado e preparado com a indumentária que o acompanhou em vida[751].

As sistemáticas referências veiculadas na legislação conciliar, através da qual se pretendia combater certas tendências idólatras e práticas mágicas ou divinatórias[752] ilustram, por um lado, o enfoque privilegiado pela hierarquia religiosa e, por outro, a persistência de uma mentalidade eivada de costumes «pagãos» muito enraizados[753], sobretudo em meio rural, aquele onde a resistência ao cristianismo terá sido mais sólida e dilatada no tempo[754], ditando, por conseguinte, perdurações mais vincadas de velhas reminiscências.

Na verdade e contrariamente ao que poderia julgar-se, o advento do cristianismo não acarretou uma negação visceral dos ideários tão profundamente implantados ao longo de várias centúrias. Os tempos primordiais da nova crença, sobretudo até ao dealbar do século V, assistiram não a efetivas ruturas, mas à perpetuação de práticas funerárias e de interpretações correlacionadas, perfeitamente coadunáveis com o espírito herdado de gregos e romanos. Tardou até que fosse formulada uma doutrina própria, suscetível, por exemplo, de estipular o destino que caberia a todos aqueles cuja existência remetera para uma posição duvidosa ou equívoca e entre os quais se contavam os pagãos ou não crentes ou as crianças que perecerem sem receber o sacramento do batismo[755]. Até lá, privilegiou-se a manutenção

---

[750] YOUNG, 1977: 8.

[751] «[…] Quum vero fuerit ex more corpus lavatum, vestitur veste qualis ordinis hic vivens extitit. Sicque indutum componitur in feretro, et adductum ante fores ecclesie, sonantibus signis, clamor personatur a cunctis. […]» (FÉROTIN, 1996: 112).

[752] Fornecemos, como exemplo, o cânone XV do I Concílio de Toledo, celebrado entre o ano 397 e o 400: «[…] Si alguno juzga que debe creer-se en la astrología o en las matemáticas, sea anatema. […]» (VIVES, 1963: 27).

[753] Vejam-se as disposições do cânone LXIX do II Concílio de Braga, indiciadoras, ainda que indiretamente, da persistência da celebração de banquetes fúnebres (VIVES, 1963: 102). Muito embora as ocorrências devessem quantificar-se, na segunda metade do século VI, em números significativamente mais reduzidos que os atingidos em período romano, o certo é que o costume não se extinguiu.

[754] YOUNG, 1977: 6.

[755] MATTOSO, 1996: 57.

de gestos e rituais, se bem que revestidos de «[…] um sentido compatível com a doutrina cristã […]»[756].

Os séculos V a VIII são, pois, de charneira e efervescência, na combinação heteróclita de influxos múltiplos: os que foram colhidos no incontornável legado tardo-romano, os decorrentes dos esforços de adequação do cristianismo e os que configuravam apanágio dos grupos de ascendência germânica que penetraram na geografia peninsular. Mas a este cenário de perdurações, assimilações e dinâmicas não poderiam eximir-se, por um lado, os particularismos regionais subjacentes e, por outro, a esfera de existência das populações, urbana ou rural, com todas as matizes que proporciona.

É, pois, desta amálgama que brota a realidade funerária complexa que, paulatinamente, se vai sedimentando no território amplo sobre o qual nos debruçamos, nem sempre em consonância com regras ou normas claramente discerníveis. De qualquer modo, será apenas a partir do século VI e, sobretudo, ao longo do VII, que certo grau de «homogeneização» tenderá a infiltrar-se neste cosmos e a pretender conferir-lhe uma impressão de «unidade», pelo menos, ao nível da componente artefactual inserida em contexto sepulcral. Não tardaria, porém, até que esses movimentos fossem, em larga medida, novamente suplantados, na sequência da introdução de um novo corpo de conceções ideológicas, religiosas e, naturalmente, funerárias, trazido às mãos dos berberes nortes-africanos.

[756] MATTOSO, 1996: 58.

5.
AS NECRÓPOLES

Necrópole, «cidade» dos mortos. Topografia por onde se espraiam, mais ou menos evidentes, toda uma série de vestígios que se congregaram para conferir sentido e operacionalidade ao lugar. E onde se cumpriram gestos, ritos, tendo como pano de fundo um cenário cruzado pelos diversos intervenientes: os que pereceram, os que acompanharam os defuntos ao sepulcro, quem porventura regressou a uma determinada câmara para efetivar nova inumação e, quem sabe, talvez acabar por nela ser também sepultado. As dinâmicas subjacentes a estas movimentações e a certas escolhas, das quais nem sempre resta qualquer indício material podem, por vezes, ser apenas intuídas. E, claro, ainda que o registo arqueológico forneça preciosos indicadores, há uma imensa massa de interrogações que se queda em aberto e por responder. Uma atitude, um procedimento, de que nos resta apenas um objeto, não deixa de encerrar incomensuráveis incógnitas, que nem sempre será possível tornar inteligíveis.

Não obstante e se bem que coartado por alguns problemas que lhe são inerentes, o mundo funerário proporciona uma panóplia de informações de tal modo vasta e relevante para o estudo de diferentes realidades de um dado tempo e espaço[757], que assume uma dimensão quase que incontornável na investigação, mesmo que não exclusivamente dedicada às questões da morte.

E, com efeito, a importância intrínseca de que se reveste o mundo funerário tem vindo a ser crescentemente reconhecida, sobretudo nas últimas décadas, sendo disso testemunho o incremento exponencial de produção científica que lhe está associada e que se espraia por distintas esferas do conhecimento. Veja-se como a escola anglo-saxónica da «Arqueologia da Morte», produto do desenvolvimento e dinamização das correntes da «Nova Arqueologia»[758], caminhou a par da «Nova História» francesa, por sua vez nascida dos *Annales*, tendo ambos os domínios do saber influído de forma determinante e a uma escala ampla sobre a evolução do pensamento da Europa ocidental, sobretudo a partir dos anos 70, quando se sedimentaram[759].

Por outro lado, também a emergência da «História das Mentalidades» e o ímpeto com que se implantou, trazendo à colação assuntos habitualmente marginais, levou a que o tema da morte se propagasse e convertesse numa das matérias mais focadas pela historiografia. Por seu turno, outras disciplinas começaram igualmente a gerar contributos inestimáveis para o entendimento do mundo funerário e das variadas dimensões passíveis de ser aclaradas a partir dessa base. Não poderíamos deixar de fazer menção à Etnografia e Sociologia, mas também, e sobretudo, à Antropologia, que por motivos óbvios, desempenha um papel

---

[757] JAMES, 1989: 23.

[758] Note-se que uma das críticas avançadas aos postulados veiculados pela «Nova Arqueologia» e que, do nosso ponto de vista, se afigura plenamente justificada, prende-se com a visão monotética da ordem social que esta corrente tende a propalar; concordamos, pois, com González Villaescusa, quando coloca a tónica na acuidade do contexto e nas suas potencialidades para aceder à vertente polissémica e diferenciada do signo funerário (GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 51).

[759] GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 29-30; 38.

central, em estreita correlação com a Arqueologia[760], ainda que, por um longo período e com consequências irreversíveis para uma melhor compreensão de múltiplas necrópoles, não tenha sido devidamente valorizada, antes preterida em favor de perspetivas eivadas de interesses «colecionistas» e não direcionadas para a perceção do sítio enquanto realidade total.

Ora, de facto, as necrópoles constituem um universo particularmente eloquente e propício ao esforço de conhecimento das práticas e rituais[761], inclusive dos consignados a todos os que escapam às camadas mais privilegiadas da sociedade e acerca dos quais não é possível encontrar indicações nas fontes escritas[762]. Todavia e, como dizíamos acima, encerra as suas próprias limitações. Salientamos desde já uma, que decorre da impossibilidade de discernir e tornar inteligíveis todas as variáveis acarretadas pela irregularidade das práticas adotadas nos séculos sobre os quais nos debruçamos, motivada talvez, por um lado, pela preponderância das competências familiares e influência dos costumes locais e, por outro, pela carência de um «sistema» organizado, que ditasse regras a serem cumpridas[763]. Na verdade, estas centúrias enformam realidades muito distintas, umas em plena relação e continuidade face ao substrato pré-existente e outras, com laivos dissonantes, marcados pela ocorrência de «novidades», que surgem plasmadas na ocorrência de materiais denunciadores da inumação vestida ou do atavio e ornamento dos corpos defuntos. Aliás, ao invés de a heterogeneidade de soluções aplicáveis causar estranheza, poderia assumir-se a quase que implausibilidade de, a um mundos dos vivos em efervescência e, também ele, pleno de variáveis, corresponder um universo funerário estanque e regular.

Ora, são já extensas as tentativas de interpretar e desvelar questões concernentes ao mundo dos mortos. E são também, não raro, profundamente opostos e divergentes os caminhos que se procura trilhar para trazer à colação algumas respostas.

Façamos, pois, uma viagem em torno de pontos considerados fundamentais e de interrogações com importância primordial.

Comecemos então por salientar o facto de uma sepultura inviolada configurar um pequeno «cosmos» fechado, cuidadosa e conscientemente preparado, circunstância que o distingue desde logo de outros espaços e materiais arqueológicos que, de modo mais ou menos fortuito, foram sendo abandonados e votados ao esquecimento ao longo do tempo. Com efeito, o modo específico de colocação de um defunto, acompanhado de determina-

---

[760] GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 30; 38.

[761] Vejamos a definição proposta por Bailey Young para o conceito de «rito funerário», que entende imbuído de profunda ambiguidade: «[…] normes significatives établies par un choix culturel (à l'encontre des choix déterminés par la nature du terrain, les techniques et les matériaux disponibles, etc.). […]» (YOUNG, 1977: 14). Já Joseph A. Tainter veicula uma outra, apoiando-se na Etnografia: «[…] the form of a mortuary ritual is a complex interplay of ritual, social and environmental factors. […]» (TAINTER, 1978: 109). O mesmo autor considera, na esteira de A. Saxe e, sobretudo, de L. Binford, que o ritual representa «[…] un gasto de energía proporcional al rango social que tubo o individuo en vida. […]» (GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 32).

[762] JAMES, 1989: 23.

[763] YOUNG, 1977: 14.

dos elementos, reflete antes de mais a concretização de uma série de escolhas, de opções. Neste sentido, o enterramento representa como que o eco de uma atividade pensada[764], uma pretensa súmula ou síntese entre a dimensão social em que o indivíduo se movimenta e o ritual funerário que envolveu a sua deposição[765]. Já nas palavras de González Villaescusa, esta composição meticulosa, que congrega as oferendas, o túmulo e o tratamento conferido a cada uma das partes integrantes do conjunto, mais do uma mensagem, representa como que um «texto», com todas as implicações que tal definição pressupõe[766].

5.1. Topografias

Iremos agora proceder a uma análise geral de alguns dos traços definidores do mundo funerário, primeiro em meio urbano, depois, em contexto rural. Não pretendemos com esta «separação» afirmar uma dicotomia estanque, antes reforçar a ideia de uma dualidade entre duas realidades, que por seu turno se desdobram em muitas outras. Aliás, não seria possível compreender um território amplo sem ter em mente a teia de interdependências que o estrutura: mais ou menos vincadas, consoante o tempo, condenadas ao esmorecimento, por vezes… É, pois, também nesta medida que se impõem como prementes os esforços para um maior conhecimento das redes de povoamento: aferindo mais completamente as dinâmicas dos vivos, seguramente se avançaria no entendimento daquelas que são subjacentes ao cosmos mortuário. E vice-versa.

Ora, como é sabido, o mundo funerário congrega valiosos indicadores de mudanças sociais[767], bem como de alterações materializadas noutros domínios. Se refletirmos, por exemplo, nas implicações decorrentes do fenómeno de consolidação do rito de inumação, que começou por coexistir com o da incineração, somos levados a realçar o facto de o primeiro pressupor não só o incremento de terreno disponível para os enterramentos, mas igualmente a implementação de novas soluções para a construção dos dispositivos sepulcrais[768]. Mas este é apenas um dos vetores das modificações que começaram, ainda no quadro da romanização, a cunhar os traços de uma nova paisagem.

5.1.1. O espaço urbano

Importa, antes de mais, questionar até que ponto o fator religioso poderá ter condicionado a configuração destes espaços. Na verdade, as reorganizações atestadas são passíveis de, em certos casos, relacionar-se de modo mais imediato com processos de evolução

[764] JAMES, 1989: 23.
[765] AZKARATE GARAI-OLAUN, 2002: 119.
[766] GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 51.
[767] GURT I ESPARRAGUERA & SÁNCHEZ RAMOS, 2011: 457.
[768] SÁNCHEZ RAMOS, 2007: 192.

urbana e não propriamente com a introdução de novas fórmulas religiosas e sociais[769]. De facto, a expansão do Cristianismo não deverá, por si só, explicar o conjunto de transformações identificadas em termos de organização espacial, nomeadamente se atentarmos no século IV ou mesmo no V, período em que a nova fé não se encontrava ainda suficientemente enraizada, pelo que, consequentemente, não deteria a força necessária para regular a topografia funerária[770].

Algumas das necrópoles que emergem em meio urbano configuram como que «setores» funerários, em regra pouco extensos, que amortizam ou reocupam determinadas áreas, públicas ou residenciais, entretanto destituídas da sua função primordial[771]. É o que se verifica com alguns anfiteatros romanos e demais locais destinados à celebração de espetáculos que, na Antiguidade Tardia, são reconvertidos e reutilizados, desta feita num âmbito cultual ou funerário[772].

Ora, o fenómeno da descentralização e dispersão dos cemitérios, pode pois implicar não apenas a criação de espaços mortuários em locais que, originalmente, se achavam desvirtuados de qualquer vocação funerária como, em alternativa, a retoma de zonas que, no Alto Império, serviam esse propósito[773]. Por outro lado, é interessante notar que os sepultamentos que, a partir do Baixo Império, começaram a efetuar-se em meio urbano, tenderam a reproduzir a «topografia social» que vigorava previamente, daí que o centro da cidade fosse tomado pelas tumulações das classes dirigentes, nessa época já com ligações perfeitamente instituídas com a hierarquia eclesiástica. Uma das situações ilustrativas e que se encontra especialmente bem documentada radica na atual cidade de Valência e, concretamente, nas inumações privilegiadas de Almoina, que avultavam em torno da basílica da área episcopal[774].

Mas de que modo, pois, poderemos explicar o estabelecimento de necrópoles no interior do espaço urbano? Há que equacionar várias possibilidades[775]. Alguns autores consideram que tal decorre do afrouxamento da força da legislação canónica altimediévica, que passou a revelar-se mais branda[776]. De facto, e na generalidade das cidades da *Hispania*, o século VI foi palco de um crescente número de sepultamentos intramuros. No caso de *Corduba*, por exemplo, a particularidade a sublinhar prende-se com o facto de os enterramentos concretizados nestas condições (no seio da *urbs*) e na referida centúria se reportarem, essencialmente, a túmulos isolados, não raro sobrepondo-se a níveis de amortização de construções públicas e nunca associados a edifícios cristãos. Mas, no século VII, as popula-

[769] GURT I ESPARRAGUERA & SÁNCHEZ RAMOS, 2011: 460-474.
[770] SÁNCHEZ RAMOS, 2007: 192.
[771] GURT I ESPARRAGUERA & SÁNCHEZ RAMOS, 2011: 470.
[772] SÁNCHEZ RAMOS, 2007: 197.
[773] GURT I ESPARRAGUERA & SÁNCHEZ RAMOS, 2011: 474.
[774] GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 129; 131.
[775] GURT I ESPARRAGUERA & SÁNCHEZ RAMOS, 2011: 492.
[776] EFFROS, 1997: 16; VIZCAÍNO SÁNCHEZ, 2007 [Ed. 2009]: 543.

ções de *Corduba* habitam já em crescente proximidade dos seus mortos[777]: cada vez estes se acercam mais dos vivos e das suas casas[778], num processo irreversível e inexorável.

Ora, o esfumar das fronteiras entre mundos constitui um ponto basilar, ao qual voltaremos adiante, ao tratar os sepultamentos *ad sanctos* e toda a evolução que culmina no fenómeno dos enterramentos *apud ecclesiam*.

De qualquer modo, a ambiência urbana configura apenas uma das esferas de implantação possível para um espaço mortuário. É ampla a variabilidade de opções de que o registo arqueológico nos dá conta. Vejamos então as necrópoles rurais, as quais, atendendo a certas especificidades e elementos diferenciadores, enformam realidades bem distintas do que aquela sumariamente aflorámos.

5.1.2. As necrópoles rurais

A este propósito, é essencial começar por salientar que as lacunas que persistem continuam a ser vastas e profundas, não obstante os esforços e trabalhos, alguns de referência que, nas últimas décadas, vêm sendo desenvolvidos. Os séculos V e VI, ainda não constrangidos pelos moldes requeridos a um verdadeiro cemitério cristão, nem limitados a responder ao binómio cemitério/igreja paroquial, que só posteriormente será plenamente implementado, são palco de uma incrível diversidade de soluções, mais vincada que a atestada para o meio urbano.

No universo das áreas funerárias dispersas pelo *ager*, aquelas que, durante largo tempo, mereceram maior atenção constam das chamadas necrópoles *en plein champ*[779], as quais, à semelhança das romanas, se instalaram longe dos espaços habitados[780]. Ora, muitas delas surgem localizadas em altura, portanto, em posição preponderante na paisagem, ou a meia encosta e, de preferência, nas cercanias de uma linha de água ou via de comunicação[781], dois fatores de importância capital e que parecem perpetuar a tendência de implantação dos habitats rurais nos tempos do Império[782].

Note-se, porém, que o entendimento destes sítios tem sido coartado por um problema nada despiciendo: a carência quase total de informações a respeito dos lugares dos vivos que com eles articulavam[783]. Opinião condizente é a de Ripoll López, para quem são evidentes as dificuldades em estabelecer conexões diretas a este nível para a maior parte das necrópoles rurais datáveis dos séculos V a VIII. Não obstante, estão documentadas algumas exceções a

[777] SÁNCHEZ RAMOS, 2007: 201.
[778] AZKARATE GARAI-OLAUN, 2002: 121.
[779] AZKARATE GARAI-OLAUN, 2002: 129-130.
[780] ARIÈS, 1988a: 50.
[781] ROUCHE, 1989: 486; RIPOLL LÓPEZ, 1998: 246.
[782] GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 126.
[783] AZKARATE GARAI-OLAUN, 2002: 131.

este quadro, fundadas, a título de exemplo, em Herrera de Pisuerga (Palência), cujo habitat correspondente foi entretanto identificado, ou em Bovalar (Seros, Lérida), onde foi assinalada a relação vigente entre uma basílica com necrópole associada e uma área habitada[784]. Mais recentemente, intervenções levadas a cabo em sítios como La Indiana ou Gózquez de Arriba, ambos na região de Madrid, vieram lançar luz sobre a existência de um tipo de ocupação coeva até há pouco «desconhecida». Na verdade, permitiram aclarar o facto de parte importante dos povoados rurais do período visigótico abarcar uma ampla diversidade de estruturas em negativo destinadas a uso doméstico. Entre elas contam-se cabanas escavadas no solo[785], passíveis de assumir vocação habitacional ou, em alternativa, uma função subsidiária, mas intimamente vinculada à primeira: o armazenamento de géneros ou o processamento e transformação de algum produto. É natural que muitos outros locais já escavados na geografia peninsular possuíssem estruturas congéneres; mas as dificuldades em reconhecê-las arqueologicamente redundaram certamente em problemas de identificação e interpretação, dos quais adveio a inevitável «invisibilidade» desta realidade no registo e, consequentemente, na bibliografia da especialidade que foi sendo produzida[786], situação que começa agora a dar mostras de inflexão, através do crescente volume de trabalhos que a ela se vêm dedicando.

Mas retomemos o fio condutor que vínhamos seguindo. Ora, um outro fenómeno reiteradamente reproduzido em meio rural concerne à associação de áreas funerárias a *villae* romanas[787]. Documentado um pouco por toda a Península Ibérica, implicou uma sistemática inutilização de determinados setores e a alteração das funcionalidades a que os mesmos, originalmente, respondiam. Neste sentido, seria vulgar que, na sequência do abandono de uma qualquer estrutura concebida para servir um propósito habitacional ou produtivo, um alinhamento pétreo subsistente acabasse por servir de parede a uma sepultura; já a matéria-prima necessária para compor a restante delimitação ou a cobertura seria facilmente providenciada, inclusive através do desmantelamento de outros dispositivos. E nesta dinâmica de amortização, reconversão e aproveitamento se criariam, enfim, as caixas sepulcrais destinadas aos indivíduos que ali caberia inumar. No território atualmente português estes procedimentos encontram eco em diferentes estações, das quais fornecemos como exemplo a de Mascarro, em Castelo de Vide, que adiante trataremos detalhadamente.

Convém ainda sublinhar que, no quadro da perduração no tempo de algumas *villae*, ainda que porventura marcadas pela desvirtuação de parte das suas estruturas, sucedeu serem erigidos locais de culto cristãos nos espaços que lhes eram afetos. Todavia, em cer-

---

[784] RIPOLL LÓPEZ, 1998: 248.

[785] «[…] En la literatura arqueológica europea se conoce a este tipo de cabañas como "Grubenhauser" (casas excavadas), "sunken feature building" (edificio de perfil rehundido), "sunken hut" (cabaña hundida) o "fond de cabane" (fondo de cabaña). […]» (VIGIL-ESCALERA GUIRADO, 2000: 229).

[786] VIGIL-ESCALERA GUIRADO, 2000: 223; 251.

[787] ROUCHE, 1989: 486.

tas situações, ter-se-á optado antes por transformar templos «pagãos» preexistentes, preparando-os para dar cumprimentos às disposições do novo culto. Foi o que se verificou na *villa* de Milreu (Estoi, Faro), onde um pequeno templo dedicado às divindades aquáticas acabou por ser reformado, de modo a responder às exigências da religião que começava a disseminar-se[788].

De qualquer modo, a efetivação de enterramentos nas *villae* levanta questões incontornáveis: à altura em que eram levados a cabo, estariam os edifícios que compunham estas unidades de povoamento totalmente abandonados? Ou parte deles permaneceria habitada? E a sê-lo, por quem? Numa outra vertente, os indivíduos que acabariam por ser inumados nas estruturas sepulcrais desses complexos viveriam ali? Ou noutro lugar próximo, tendo relegado para as *villae* o papel de receber os defuntos? Ou, finalmente, será que também a este nível as explicações a fornecer estarão longe de uma só «norma», dependendo da conjugação de uma multiplicidade de fatores?

Incógnitas por ora irresolúveis. Mas, note-se, há ainda outras possibilidades a ter em consideração para o mundo funerário rural. Alguns autores mencionam o aparecimento de complexos que, respondendo a uma dupla vocação, habitacional e produtiva, detêm as suas próprias áreas mortuárias «privadas»[789]. Muito embora sem base de sustentação para o afirmar inequivocamente, colocamos a hipótese de ser esta a chave para a interpretação das materialidades registadas no sítio da Boa Morte II, em Castelo de Vide: ali se detetaram, nas imediações das duas únicas sepulturas de inumação, vestígios de alinhamentos pétreos e fragmentos de cerâmicas de cariz doméstico[790].

Outro cenário remete para a implantação de necrópoles tardias em locais que albergaram, em fase prévia, enterramentos romanos. As evidências desta realidade são numerosas e ocorrem, uma vez mais, um pouco por toda a Península. Na *Tarraconensis* podemos destacar, dentro deste âmbito, o caso de Pla de l'Horta, em Girona[791]. Mas há muitos outros. Já no território abarcado pela antiga *Lusitania*, assinalamos o de Silveirona (Estremoz), onde a um primeiro conjunto sepulcral de época romana, sucedeu, a escassas centenas de metros, um segundo, com cronologia fundamentalmente centrada nos séculos V e VI[792]. Não raro, os próprios restos de mártires cristãos eram encaminhados para estes espaços, que passavam a funcionar como polos de atração, captadores de outros enterramentos e de toda uma teia de dinâmicas que, crescentemente, se foram entrecruzando e cristalizando[793].

Por último, não poderíamos deixar de salientar o recurso ao sepultamento noutro tipo de estruturas em negativo, as fossas detríticas, que eventualmente poderiam ter começado

[788] ALARCÃO, 1988b: 207.
[789] AZKARATE GARAI-OLAUN, 2002: 129.
[790] CAEIRO, 1984b: 4-5.
[791] LLINÀS POL *et al.*, 2008: 209.
[792] CUNHA, 2008: 100-101.
[793] ARIÈS, 1988a: 46-47.

por ser utilizadas como silos destinados ao armazenamento de bens alimentares. Para o território português, conhece-se, de momento, um único caso, que remete para o sítio da Torre Velha 3, em Serpa. Ora, são muitas as incógnitas que se levantam para esta necrópole, onde coexistem diversos tipos de arquiteturas funerárias, produto de maior ou menor investimento construtivo. No que às fossas diz respeito, há que notar que, num total de sete estruturas identificadas, se recuperaram vestígios osteológicos pertencentes a dez indivíduos, depositados, em regra, cuidadosamente, ainda que de modo distinto, consoante o negativo em causa: surgiam, pois, em decúbito ventral, dorsal ou lateral. A exceção a este quadro de regularidade, se bem que pouco «ortodoxa», radica numa única estrutura, provida de enterramentos múltiplos, referentes não apenas a humanos, mas igualmente a um equídeo. Curiosamente, são as ossadas do cavalo, afastadas das demais por um sedimento orgânico, aquelas que aparentam ter merecido maior desvelo; as restantes, em contrapartida, poderão ter sido simplesmente arremessadas para o interior da fossa, de forma caótica[794]. Ainda que, até ao momento, não tenhamos detetado paralelo rigoroso ou adequado para a situação descrita, não poderíamos deixar de evocar os enterramentos de equídeos documentados um pouco por toda a geografia europeia. Assim se verifica, por exemplo, em local não especificado a norte do Sena, onde foram sinalizados seis túmulos que continham cavalos sacrificados jazendo junto dos defuntos, talvez invocando o mítico Sleipnir, corcel provido de oito patas, nascido para servir o deus Odin e o levar pelos céus, mar ou mesmo, até ao reino dos mortos[795]. Na verdade, os enterramentos de cavalos parecem participar, já desde período romano, numa esfera mágica, suscetível de transmitir uma mensagem de força e fertilidade, que merece ser sublinhada[796].

Enfim e concluído este breve apartado, que pretende conceder uma imagem panorâmica da ampla diversidade de cenários de sepultamento, o que importa verdadeiramente realçar prende-se com o facto de as soluções adotadas no universo mortuário rural serem de tal modo diversificadas e eivadas de tamanhas variáveis, que se torna complexo sistematizá-las[797] e impraticável conferir-lhes uma aparência de unidade.

5.1.3. Enterramentos *ad sanctos* e *apud ecclesiam*

A apreciação do primeiro destes fenómenos funerários não é possível sem que se equacione uma importante mudança de mentalidade, que permitiu anular uma conceção firmemente enraizada e que pugnava o afastamento entre o mundo dos vivos e o dos mortos[798]. Radicando na Roma antiga, foi veiculada através da Lei das Doze Tábuas, que se considera

[794] ALVES, *et al.* 2013: 1945-1948.
[795] ROUCHE, 1989: 487-488.
[796] KARCZEWSKA *et al.*, 2009: 62.
[797] AZKARATE GARAI-OLAUN, 2002: 130.
[798] AZKARATE GARAI-OLAUN, 2002: 123.

precursora do direito romano, e em cujas disposições avultava o interdito de efetuar enterramentos *in urbe*. A proibição persistiu no tempo, tendo sido reiterada no século II pelo imperador Adriano e, novamente, já no quadro da tetrarquia, quase no ocaso do III. Posteriormente, em 381, promulgava-se uma lei que ficou conhecida como *adversus sepulturam urbanum*, mais tarde integrada no Código Teodosiano, e que mantinha, apesar do avançado da cronologia, o espírito herdado da legislação republicana[799]. Assim se procurava, portanto, conservar a *sanctitas* das casas de quem habitava a cidade: ao criar distância com os mortos, impuros, reduziam-se os riscos de «contágio». Neste sentido e no intuito de cumprir tal desígnio, assumia-se como fundamental relegar as necrópoles para o exterior da urbe, ainda que implantando-as em locais de fácil acesso. Não é de estranhar, por conseguinte, que em período romano elas se tenham avolumado junto das grandes vias[800], eixos articuladores por excelência. Assim se verificava um pouco por todo as latitudes do Império. Em *Bracara Augusta*, por exemplo, parece registar-se concordância em torno do pressuposto da existência de quatro grandes necrópoles, cada uma delas estendendo-se ao longo das mais importantes saídas da cidade[801], a partir das quais se estabeleciam as devidas ligações com outros pontos da Península[802].

Contudo, a aversão e repugnância suscitadas pela ideia de proximidade dos mortos começaram a ser suplantadas: primeiro, em território africano e, posteriormente, na própria sede do Império[803]. À medida que a religião cristã se foi sedimentando, as inumações deixaram de concretizar-se imperiosamente *extra muros*, podendo ser incorporadas *in ambitus murorum*. De qualquer modo, a implementação deste processo decorreu paulatinamente. Numa fase inicial, os conjuntos cemiteriais continuaram a desenvolver-se no exterior dos espaços urbanos, se bem que em correlação com antigas áreas funerárias: ali se erigiam *martyria* ou *memoriae*, onde repousavam os mártires e, envolvendo-os, mais enterramentos. Posteriormente, foram os próprios sepultamentos *ad santos* a gerar a construção de uma basílica e a desencadear, em seu redor, a tessitura de uma dinâmica forte, na qual participavam peregrinos e religiosos e, neste sentido, a determinar a criação de núcleos habitados e, por vezes, mesmo de mosteiros. Por conseguinte, não só o lugar dos mortos deixou de ter uma existência apartada, como em contrapartida, passou a assumir-se como

[799] BARROCA, 1987: 8; 30, nota 6.

[800] ARIÈS, 1988a: 41; 1988b: 25.

[801] MORAIS, 2010: 157.

[802] «[…] Aparecem assim claramente individualizadas, na bibliografia, a necrópole de Maximinos, na saída da via XVI (*Bracara-Olisipo*), onde se localizaria a porta sinistra da cidade; uma outra, na parte oriental, relacionada com achados da R. do Raio, do edifício dos Correios e da Av. da Liberdade, junto à saída da via XVII (*Bracara-Astorga*, por Chaves); uma outra, a Norte, no Campo da Vinha, relacionada com a saída, quer da via XVIII (*Bracara-Astorga*, por Orense), quer da via XIX (*Bracara-Lucus*). Uma outra necrópole, situar-se-ia na parte sul da cidade, parecendo acompanhar, aparentemente, boa parte do traçado da actual Rodovia […], correspondendo à saída de uma via, não citada no Itinerário de Antonino, que de *Bracara* conduzia a *Emerita*, por Viseu e *Egitânia* […]» (MARTINS & DELGADO, 1989-90: 42).

[803] ARIÈS, 1988a: 42.

polo de atração para os vivos[804]. Estava, pois, preparado o patamar para o esfumar da diferenciação entre subúrbio e urbe, ou seja, para a anulação da oposição profunda entre uma área onde desde sempre se sepultara e uma outra, circunscrita *in ambitus murorum*, onde longamente vigorara o interdito[805].

É, portanto, manifesta a rutura ao nível do enquadramento mental subjacente; mas essa quebra assumiu-se ainda mais plenamente a partir do momento em que, ultrapassada a repulsa ou repugnância primordial, os mortos começaram a penetrar no interior dos espaços que anteriormente lhes eram vedados, corporizando um outro fenómeno, a *tumulatio appud ecclesiam*, responsável por profundas alterações na paisagem, rural e urbana, e pela introdução de uma nova teia de relações socioeconómicas[806]. Alguns autores veem na realização de enterramentos intramuros a expressão mais declarada da cristianização da paisagem urbana[807], atendendo a que tal pressupõe a superação da dissociação profunda que estabelecia uma dicotomia entre mundo dos vivos e mundo dos mortos[808]. E, há que ressalvá-lo, a «intromissão» dos mortos na igreja, termo aplicável não apenas ao edifício cultual, mas igualmente a toda a envolvente e, naturalmente, ao *atrium*, não desvirtuou a vocação de área pública que lhe era inerente[809].

Muitos dos sepultamentos efetuados *ad sanctos* procuraram corporizar, ao longo dos séculos VI e VII, como que uma espécie de prolongamento e adequação dos antigos interditos concernentes aos enterramentos *intra muros*[810]. Mas, na verdade, cedo se constataram as imensas dificuldades em implementar alguma ordem a este nível. Logo nas primeiras centúrias de observância da prática, os túmulos «invadiram» os locais de culto[811]. Dessa circunstância fazem eco algumas disposições conciliares, que patenteiam os esforços empreendidos para as contrariar. E é curioso notar que, enquanto na Península Ibérica foi promulgada legislação específica no sentido de impedir que continuassem a concretizar-se sepultamentos no seio das basílicas[812], no reino merovíngio encorajou-se, ainda que não oficialmente, a perpetuação dos enterramentos *ad sanctos*, fossem eles realizados no interior ou em torno dos lugares santos, dado que esta prática parecia consubstanciar uma ligação forte com a Igreja[813].

---

[804] ARIÈS, 1988a: 46-47; 1988b: 26; AZKARATE GARAI-OLAUN, 2002: 124.

[805] ARIÈS, 1988a: 48.

[806] AZKARATE GARAI-OLAUN, 2002: 125.

[807] VIZCAÍNO SÁNCHEZ, 2007 [Ed. 2009]: 343.

[808] GURT I ESPARRAGUERA & SÁNCHEZ RAMOS, 2011: 493; 507.

[809] ARIÈS, 1988b: 27-29.

[810] EFFROS, 1997: 15.

[811] ARIÈS, 1988a: 63.

[812] Atente-se o cânone XVIII do I Concílio de Braga, celebrado em 561 «[…] También se tuvo por bien que no se dé sepultura dentro de las basílicas de los santos a los cuerpos de los difuntos, sino que si es preciso, fuera, alrededor de los muros de la iglesia, hasta el presente no está prohibido, pues si hasta ahora algunas ciudades conservan firmemente este privilegio que en modo alguno se entierre el cadáver de ningún difunto dentro del recinto de sus muros, ¿ cuanto más debe exigir esto mismo la reverencia de los venerables mártires? […]» (VIVES, 1963: 75).

[813] YOUNG, 1977: 10.

E uma questão que vem a propósito e, naturalmente, não deverá ser obliterada, prende-se com a capacidade de a hierarquia da Igreja poder conferir ou, em alternativa, retirar estatuto aos enterramentos e, consequentemente, aos indivíduos inumados, através do controle rigoroso da topografia dos cemitérios. Acrescente-se, aliás, que esse controle atuaria não só a esse nível «imediato», em conexão com os moldes de apropriação do espaço e implicações sociais daí decorrentes, como, por outro lado, se poderia repercutir na eventual imputação de sofrimento ao defunto no mundo *post mortem*[814]. Tal não significa, porém, que a Igreja dedicasse uma particular atenção aos enterramentos de todos os fiéis cristãos. Mas, entre os socialmente bem posicionados, que viviam em meio urbano ou que possuíam algum tipo de ligação com movimentos monásticos, a implantação e qualidade dos sepultamentos seria favorecida.

Ora, a procura de proximidade relativamente a santos e mártires foi assumindo progressivamente maior relevância, na medida em que se julgava que através desse «vínculo» físico estaria a transmitir-se ao falecido uma inequívoca condição de exclusividade, prenhe de simbolismo. De facto, afigurava-se que determinados espaços seriam geradores de notoriedade, prestígio e proteção, circunstância que se revestia de importância acrescida, uma vez que se imaginava que os cadáveres aguardariam no túmulo o dia em que corpo e alma se reuniriam novamente, aquando da Ressurreição[815]. É neste sentido que o tratamento concedido aos inumados pelo clero, longe de se limitar a refletir os méritos ou pecados que estes haviam cometido em vida, era suscetível de funcionar quase como que uma «antevisão» do desenrolar do destino póstumo. Também por isso, a ausência de um tipo de enterramento apropriado ou o incumprimento da prestação dos ritos litúrgicos adequados poderia redundar na condenação e punição eterna.

Bonnie Effros considera que terá sido a partir do século VI que o clero cristão passou a desempenhar um papel mais ativo e a regular de forma mais declarada os rituais funerários, retirando a responsabilidade a outras órbitas, nomeadamente, à familiar. Effros entende, aliás, que essa atitude controladora exercida sobre os cemitérios da Igreja persistiu na centúria seguinte, sendo inclusive atestada pela documentação cristã coeva[816]. Já outros autores, caso de Bailey Young, reforçam a hesitação inicial da hierarquia perante a ideia de interferir em domínios tradicionalmente afetos ao âmbito familiar, acentuando a ocorrência de mudanças mais expressivas somente a partir do século VII. E, aliás, colocam a tónica sobretudo nas alterações plasmadas no quadro mental vigente entre as populações que, suplantando a primazia concedida aos cuidados em torno da manutenção da individualidade do defunto e às preocupações respeitantes à implementação dos ritos necessários à sua passagem para o Além, infletiram a atitude e passaram a dedicar os seus esforços à tentativa de garantir um lugar de sepultamento apropriado, na esfera de proteção dos santos[817].

---

[814] EFFROS, 1997: 4.
[815] EFFROS, 1997: 5-6.
[816] EFFROS, 1997: 7-12.
[817] YOUNG, 1977: 10; 30.

5.1.4. Enterramentos em gruta

Realidade presumivelmente menos vulgarizada ou melhor, talvez apenas pouco documentada, é a dos enterramentos em gruta, recentemente tratados e reinterpretados para a região da Cantábria[818]. No âmbito do território português, o caso das Grutas do Poço Velho, em Cascais[819] configura o exemplo mais conhecido de um achado «visigótico»[820] neste tipo de ambiente, muito embora não existam elementos que permitam sustentar que a placa de cinturão ali exumada se relacionaria, efetivamente, com um contexto funerário. É certo que, à partida, a placa constitui um indício da prática de inumação vestida, mas não deixa de se afirmar como um testemunho indireto, passível de encontrar explicações numa panóplia de outras equações.

Uma outra situação, talvez mais segura, remete-nos para a Gruta do Caldeirão, em Tomar. Na verdade, foram ali detetadas duas peças metálicas, concretamente, duas fivelas, provavelmente relacionadas com a equipagem de equídeos, e às quais foi imputada uma cronologia balizada entre os séculos V e VII. Tais achados, indiciadores de uma potencial ocupação tardia da cavidade, acabaram por ser posteriormente reforçados. Com efeito, na zona do corredor e mesclados entre cerâmicas atribuíveis à Idade do Bronze, figuravam alguns restos osteológicos humanos. Um deles, uma costela, que se julgava teria datação condizente com as cerâmicas, foi enviado para laboratório e sujeito a datação absoluta; no entanto, os resultados obtidos contrariaram a tese inicialmente esboçada, afastando a hipótese de uma integração temporal na Pré-história. E com a repetição do processo de extração de colagénio da ossada, constatou-se a validade da primeira análise, sendo que a média ponderada de ambas aponta como cenário provável que a inumação do indivíduo a que a costela pertencia se tivesse concretizado entre os anos 537 e 660[821]. Neste sentido, tudo leva a crer que, em época visigótica, a Gruta do Caldeirão tenha sido palco da realização de, pelo menos, um enterramento.

Ora, as explicações formuladas em torno da presença de materiais hispano-visigóticos em cavidades naturais espraiaram-se, ao longo de décadas, fundamentalmente por três vias distintas. Uma delas estabelecia uma conexão entre este fenómeno e a existência de eremitérios cristãos. Uma outra, articulava as ocorrências com a utilização desses espaços em períodos de instabilidade, colocando a tónica das convulsões na chegada de berberes e árabes à Península, em 711. Um terceiro caminho interpretativo apoiava-se na noção de que as cavernas configuravam o pano de fundo ideal para o desenvolvimento de práticas rituais de índole pagã, nomeadamente em territórios ainda pouco «cristianizados»[822]. Todavia, são

[818] HIERRO GARATE, 2011: 351-402.

[819] As referências bibliográficas focadas na placa recolhida nas Grutas do Poço Velho são abundantes, sendo que o primeiro trabalho a divulgar o achado em causa é da autoria de Afonso do Paço e remonta a 1942.

[820] De facto, a placa de cinturão do Poço Velho remete já para uma ascendência de matriz mediterrânica, carecendo das especificidades que permitiriam atribuir-lhe uma clara filiação «germânica».

[821] ZILHÃO, 1992: 118-119.

[822] HIERRO GARATE, 2011: 352-353.

vários os obstáculos que colidem com a aceitação das justificações elencadas. No que se refere, por exemplo, à última das propostas apresentadas, o facto de algumas das placas de cinturão recolhidas ostentarem um tipo de decoração pautada por uma inequívoca simbologia cristã, enforma, no mínimo, uma aparente contradição[823]. Como resolvê-la?

Já mais recentemente emergiram novas hipóteses. Uma delas procurou firmar correspondência entre a ocupação documentada em grutas e as perturbações profundas que se fizeram sentir, a nível económico e social, a partir do século V. Nessa conjuntura, ter-se-ia privilegiado o aproveitamento de espaços até então tidos como «marginais». Em paralelo e atendendo, em concreto, à utilização sepulcral a que eram votados, deduzida em função do espólio recuperado, considerou-se que os indivíduos depositados em tais contextos teriam sido sujeitos a um tratamento de exceção, orientado pelo objetivo de os diferenciar claramente dos demais[824]. Uma outra possibilidade, fundada na evidência do difícil e complexo acesso a estes sítios, apostava na vontade consciente de afastar os vivos dos mortos que ali jaziam. De facto e se procurarmos definir os traços mais característicos das ocupações funerárias em gruta conhecidas até ao momento, perfilam-se desde logo alguns pontos de contacto, um dos quais radica precisamente na problemática penetração nestes locais. Outro dos vetores prende-se com os recorrentes indícios da prática da inumação vestida, sendo que aos elementos que a atestam se somam por vezes outros objetos, por seu turno relacionáveis com diversas funções do «quotidiano», sejam elas militares, venatórias ou de carácter doméstico. Quanto às cronologias relativas, sustentadas no achado sistemático de um corpo específico de materiais, entre os quais avultam as placas de cinturão liriformes, centram-se no intervalo compreendido entre o século VII e o VIII[825].

Impõe-se, naturalmente, que nos questionemos: que motivações poderiam levar a que coexistissem no tempo práticas funerárias tão distintas?

Façamos o contraponto. Por um lado temos, por exemplo, necrópoles localizadas a meia encosta, constituídas por sepulcros estruturalmente definidos, no seio de cada um dos quais repousam um ou mais indivíduos depositados em decúbito supino e acompanhados de uma parca componente material, seja ela referente a elementos de carácter votivo, de adorno pessoal ou vocacionados para a aplicação sobre a indumentária. Por outro, encontramos cavidades em pontos de difícil acesso, onde áreas de dimensão reduzida são aproveitadas de modo caótico, com corpos acumulados sem ordem aparente, mas onde a prevalência de materiais, designadamente relacionados com a prática da inumação vestida, é uma evidência incontornável.

Como explicar a «escolha» entre a concretização de sepultamentos numa necrópole pautada por certo grau de organização (mesmo que atualmente a orgânica revelada se afigure incompreensível) ou, em alternativa, a opção pela efetivação de enterramentos numa cavi-

[823] HIERRO GARATE, 2011: 376; 380.
[824] HIERRO GARATE, 2011: 353.
[825] HIERRO GARATE, 2011: 378-381.

dade onde a ordem e a norma se encontram, pelo menos aparentemente, ausentes? Como, pois, em última instância, justificar comportamentos coetâneos tão díspares perante a morte?

Uma das chaves a considerar deverá residir na reduzida idade dos indivíduos inumados em gruta, variável significativa e que certamente não será produto do acaso ou de circunstâncias fortuitas. Hierro Garate coloca a hipótese de estes enterramentos atípicos decorrerem de circunstâncias excecionais, como a da disseminação de doenças epidémicas, muito contagiosas e que redundariam numa elevada mortalidade. Com efeito, o facto de algumas doenças, como a varíola ou a peste bubónica, acabarem por imunizar quem lhes esteve exposto e conseguiu sobreviver, explicaria a afetação posterior de grupos de indivíduos infantis ou juvenis, que não haviam contactado com a doença aquando de um primeiro surto[826]. Todavia, julgamos que esta proposta deverá ser recebida com algumas reticências, visto que se encontra sustentada em argumentos por vezes anacrónicos. No entanto, uma observação do mesmo autor, que entende que o tipo de sepultamento possa ser condicionado pela morte sofrida pelo indivíduo a inumar[827], parece-nos merecer o maior crédito.

5.1.5. Sepulturas isoladas

Cabe-nos agora refletir em torno de uma outra realidade: a dos sepulcros «isolados». Começamos, porém, por ressalvar que, se alguns teriam tido existência verdadeiramente «solitária», outros talvez tivessem chegado a articular-se com mais sepulturas, com as quais comporiam necrópoles de reduzida extensão, entretanto maioritariamente desmanteladas e das quais não restaria praticamente qualquer testemunho.

Ora, este fenómeno, reiteradamente reproduzido ao longo da Antiguidade Tardia, foi não raro interpretado como ilustrativo do destino imputado a indivíduos ostracizados e não aceites pela comunidade cristã, até porque, por vezes, os enterramentos isolados se inscreviam precisamente nas imediações de cemitérios associados a áreas de *habitat*. Contudo, esta perspetiva está longe de colher unanimidade. Um dos motivos apontados para a contrariar radica no facto de esta realidade se encontrar documentada um pouco por todo o ocidente europeu e, inclusive, de forma até expressiva, em determinadas regiões das atuais França e Alemanha, pelo que, neste sentido, estaria longe de poder ser qualificada como uma prática necessariamente «marginal». Note-se, porém, que em meio urbano, nem sempre estes enterramentos surgem nas proximidades de outros espaços funerários. Em *Valentia*, por exemplo, ocorrem em pontos afastados e, concretamente, em fossas de dimensão avultada, sendo que os indivíduos nelas exumados aparentam ter sido depostos sem o mínimo desvelo e sem obedecer a qualquer cuidado ou «norma»; pelo contrário, nalgumas situações, aparentam ter sido como que «atirados» para o interior das fossas ou mesmo, para o de poços. Em termos cronológicos, estes casos vêm sendo remetidos para etapas já avançadas do século VI ou já entradas no VII

[826] HIERRO GARATE, 2011: 388.
[827] HIERRO GARATE, 2011: 390.

e, se bem que, de momento, não seja possível esclarecê-los cabalmente, tudo indica que as explicações mais razoáveis possam ser perspetivadas à luz do corpo de mudanças que afetou o espaço urbano no período de transição sobre o qual nos debruçamos, ainda muito marcado pelo direito familiar e aquém da consolidação de uma efetiva «cristianização da morte»[828].

Mas os enterramentos isolados não se circunscreveram ao meio urbano: concretizaram-se igualmente em ambiente rural e, fundamentalmente, em *villae* tardo-romanas ou noutros locais de habitat. Na verdade, em alguns sítios identificaram-se pequenos núcleos funerários, provavelmente pertencentes a indivíduos ligados por vínculos familiares, por vezes implantados quase que em posição contígua à das estruturas habitacionais[829]. González Villaescusa menciona situações idênticas e razoavelmente frequentes, reportadas para a região valenciana, que se prendem com o aparecimento de um ou dois sepulcros, ermos e solitários, pontuando no campo[830]. Também para o território português, é igualmente possível apontar casos congéneres: veja-se, no concelho de Castelo de Vide, o sítio da Moita Forte, referente a um pequeno núcleo composto por dois sepulcros[831], ou o do Sobral, onde se encontra documentada uma única estrutura funerária, absolutamente isolada[832].

5.2. Organização espacial, orientação das sepulturas e posicionamento dos inumados

A criação de uma necrópole pressupõe, pelo menos a um certo nível, um modelo de organização racional. E esse modelo ou esquema decorre de uma estrutura mental que, pelo menos teoricamente, pretenderia responder a um corpo de imperativos ou necessidades tidos como essenciais para um determinado grupo humano.

Em pleno século XIX começou a disseminar-se a ideia de que as sepulturas abarcadas pelas necrópoles merovíngias obedeciam a uma «regra» que estipulava não só o modo como estas se organizavam no espaço, mas também a orientação que adotavam. Aliás, e corporizando essa noção de ordem, o termo *Reinhengräber* sedimentou-se e foi amplamente utilizado na bibliografia[833]. Haverá indícios da existência, em território português, de conjuntos comparáveis aos clássicos *Reihengräberfeld*, também designados como cemitérios *en rangées*?

Efetivamente, algumas descrições elaboradas por Paula e Oliveira a propósito de necrópoles identificadas no concelho de Cascais, designadamente a de Alcoitão[834] e a da

[828] AZKARATE GARAI-OLAUN, 2002: 127-129.
[829] AZKARATE GARAI-OLAUN, 2002: 132.
[830] GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 132-133.
[831] PITA, 1993.
[832] RODRIGUES, 1978: 15-16.
[833] YOUNG, 1977: 16.
[834] «[…] Les tombes, groupées sur le versant sud-est d'une légère éminence appelée Alto da Peça et distante 400 mètres d'Alcoutão, se trouvaient en rangées dirigées du nord au sud, chaque tombe présentant à peu près l'orientation est-ouest. […]» (OLIVEIRA, 1888-1892: 87).

Abuxarda[835], trazem-nos ecos desse tipo de ordenamento, a par da aplicação da designação francesa, o que não deixa de se revelar curioso, nomeadamente atendendo ao facto de ambos os conjuntos terem sido então classificados como romanos.

Note-se, todavia, que se bem que a opção de dispor os sepulcros em fileiras esteja bem documentada e, não raro, seja evidente a intencionalidade e «planeamento» subjacentes a tal organização, algumas variáveis são suscetíveis de impor certo grau de inconstância, ditando uma incontornável variabilidade de soluções de alinhamento.

Uma dessas variáveis decorre da escassez de espaço disponível para os enterramentos, passível de forçar o aproveitamento de todas as áreas vazias e de, consequentemente, conferir quase que uma impressão de desordem e caos à área funerária que se regula nestes moldes. Além do mais, nem sempre as características naturais do terreno propiciam uma obediência rigorosa a um plano, mesmo que, supostamente, pré-definido. Veja-se o caso de Santo Amarinho, em Castelo de Vide, onde os afloramentos graníticos que pontuam à superfície impuseram uma inevitável adequação das sepulturas às faixas livres de penedias, circunstância que redundou na desvirtuação da coerência inicialmente seguida e na implementação de alguns desvios, muito embora pouco substanciais.

Outra condicionante associa-se à influência exercida por determinados focos, que passam a funcionar como elementos aglutinadores, sejam estes de origem religiosa ou familiar[836]. Na necrópole pirenaica de Estagel (Languedoque – Rossilhão, França), por exemplo, grupos de dispositivos tumulares cujos inumados estariam provavelmente unidos por laços de parentesco foram rodeados por toscos alinhamentos pétreos[837], desta forma criando-se conjuntos «autónomos» no seio da necrópole.

Relativamente à orientação seguida pelos sepulcros, assinale-se que, nos cemitérios «cristãos», parece perpetuar-se uma tendência já sentida no Baixo Império[838] e que se prende com a adesão a uma disposição específica, que estabelece que a cabeça do defunto deve ser colocada de modo a olhar para nascente, de onde provém a luz do sol. Aliás e nos casos em que nesses sítios se construiu (ou adaptou à nova crença) um edifício de culto, a propensão será para criar alguma coerência ao nível do alinhamento do conjunto, voltando-o para oriente, ponto cardeal que se reveste de profundo simbolismo para a liturgia e patrística cristãs[839], até porque, de acordo com os escritos revelados, será a partir dessa direção que se concretizará a segunda vinda do Messias, a chamada parusia[840]. Contudo, seria erróneo

[835] «[…] Les tombes de ce cimetière, disposée en rangées comme celles que je viens de décrire, et analogues à celles-ci quant à leurs formes, étaient orientées aussi dans la direction est-ouest, sauf deux, situées à l'extrémité ouest du cimetière, lesquelles se trouvaient orientées nord-sud […]» (OLIVEIRA, 1888-1892: 88).

[836] VIZCAÍNO SÁNCHEZ, 2007 [Ed. 2009]: 546.

[837] LANTIER, 1947: 227-228.

[838] YOUNG, 1977: 16.

[839] VIZCAÍNO SÁNCHEZ, 2007 [Ed. 2009]: 547-548.

[840] Conforme escrito no Evangelho segundo São Mateus (24:27): «[…] Porque como o relâmpago que sai do Oriente, e aparece até o Ocidente, assim será também a vinda do Filho do homem […]» (ALMEIDA, 2006: 52).

pressupor não só que esta opção decorre sempre da inspiração na nova fé e que representa apanágio exclusivo dos enterramentos ditos «cristãos», no quadro de um substrato hispano-romano, como, por outro lado, considerar que se generalizou esmagadoramente logo a partir do século IV, sem deixar lugar a outras vias[841].

Na verdade, a direção assumida pelas tumulações nas necrópoles, ainda que coevas, está longe de se revelar unívoca. J. Werner, ao estudar as possibilidades de orientação, considerou que o sentido sul-norte se coadunava com os costumes provinciais romanos, enquanto o inverso, norte-sul, refletiria uma tradição implantada na *Germania* transrenana, que acabou por ser reproduzida pelos soldados recrutados naquelas paragens e incorporados no exército romano. No entanto, e atendendo à diversidade de orientações discerníveis, por vezes num só sítio ou, em alternativa, mostrando-se globalmente uniformes numa necrópole, mas variando consoante a área funerária em análise, afigura-se complexo não só procurar explicar essas diferenças apenas com base em significados culturais e/ou étnicos como, por outro lado, veicular generalizações dificilmente demonstráveis[842]. Por conseguinte, afigura-se mais razoável identificar as disposições dominantes em cada espaço funerário, salientando os ligeiros desvios ou as claras dissonâncias, ao invés de pugnar pela asseveração de uma constância que o registo arqueológico não cessa de refutar e que, ao que tudo indica, nem sempre terá justificação cronológica. Com efeito, é possível que os particularismos regionais não sejam alheios à preferência por um dado alinhamento.

Ainda assim, e paulatinamente, regista-se uma propensão crescente para que os enterramentos se realizem de acordo com a orientação poente-nascente, muito embora não seja possível afirmar que, para as centúrias em estudo, a Igreja tenha incentivado, declaradamente, essa disposição específica. E, aliás, o facto de grupos de origem germânica terem acabado por adotar essa mesma solução não terá que ser necessariamente explicado em função de supostas reminiscências de um qualquer culto solar. Na realidade, o permanente esforço que sistematicamente denotavam para imitar costumes romanos perfeitamente enraizados, caso da colocação do óbolo a Caronte no interior dos túmulos, poderá, em última instância, esclarecer a perpetuação desta tendência nas necrópoles que remetem para aquela filiação[843].

Mas retornemos à questão do direcionamento das sepulturas. Atendendo à forte volubilidade apreciável em muitas das necrópoles do período em estudo, talvez não seja de

[841] YOUNG, 1977: 18.

[842] «[…] Il est vrai que la tombe de chef de Vermand est orientée N.-S. à l'encontre de la plupart des autres. […] et une inhumation de style barbare récemment examinée à Hochfelden présente la même orientation. Mais elle domine aussi à Aulnay-sur-Marne où le matériel est typiquement gallo-romain et qui semble s'arrêter vers 350, ce qui rend improbable une influence germanique. Cette orientation est attestée à Poitiers et dominante à Strasbourg […]. Mais à la même époque, des tombes au matériel germanique sont orientées S.-N. à Abbeville. Il est intéressant de noter que les trois tombes S.-N. trouvées ensemble à Cortrat […] sont tout sans mobilier, tandis que les tombes au matériel germanique […] sont toutes N.-S. […]» (YOUNG, 1977: 18).

[843] YOUNG, 1977: 19-20.

excluir que a relevância concedida a uma orientação exata auferisse de menor primazia face a outros critérios. Tal não invalida, porém, que a opção por um alinhamento inabitual no quadro de um cenário relativamente homogéneo reflita uma decisão consciente de conferir singularidade a um enterramento em concreto, porventura motivada pelo estatuto do inumado. Em contrapartida, o propósito de estabelecer inter-relações entre certos sepulcros e de prover à proximidade dos que albergavam indivíduos ligados por vínculos, afetivos ou, talvez mais provavelmente, familiares, poderá ter granjeado um peso substancial e influído nas escolhas implementadas.

Atentemos agora nos modelos de deposição dos defuntos. Apesar de documentada a prevalência de enterramentos em decúbito supino, postura que se harmoniza plenamente com a noção de repouso[844], há variações a registar. Algumas surgem plasmadas nos sepultamentos que agregam progenitora e filho (?) e em que o indivíduo infantil pode surgir posicionado em decúbito lateral esquerdo ou direito[845]. Mas noutras situações, como uma das verificadas na necrópole de Alter do Chão, a criança foi colocado sobre o adulto masculino, de modo a ser ladeada pelo seu braço[846]. Já na de Camino de los Afligidos, em Alcalá de Henares, o indivíduo infantil figura ao lado do adulto, de sexo feminino, se bem que igualmente rodeado pelo seu braço[847]. Universo bem distinto é o dos enterramentos em gruta, onde as cambiantes se convertem em «norma» e é nítido afastamento relativamente aos padrões tidos como mais habituais[848], ainda que menos homogéneos do que, à partida, se poderia supor.

Não obstante, há um quadro razoavelmente recorrente a esboçar. Nestes séculos de transição, o decúbito dorsal ou supino foi, efetivamente, reiteradamente reproduzido. Tendo começado a disseminar-se ainda no Baixo Império, em paralelo à progressiva afirmação da prática da inumação, permaneceu em uso ao longo de toda a época medieval. Ora, as variáveis detetadas neste tipo de posição, em que o defunto é deitado de costas, concernem fundamentalmente ao modo como eram colocados os membros superiores, porquanto o dos inferiores assumia maior regularidade. Com efeito, as pernas, em extensão, podiam apresentar-se bem juntas ou, em alternativa, ligeiramente apartadas. Já no que aos braços diz respeito, abriam-se outras possibilidades, sendo que as mais frequentemente adotadas os mostravam alinhados junto ao corpo ou antes dobrados, com uma ou ambas as mãos pousadas sobre o púbis ou, em alternativa, cruzadas sobre o peito[849]. Contudo, nem sempre as soluções encontradas se resumem às que elencámos. Aliás, poderiam fornecer-se diversos exemplos suscetíveis de introduzir notas dissonantes a este quadro que a bibliografia veicula como preponderante. No território atualmente definido como português, apontamos

[844] GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 67.
[845] VIZCAÍNO SÁNCHEZ, 2007 [Ed. 2009]: 560.
[846] ANTÓNIO & REIS, 2008a: 338.
[847] MÉNDEZ MADARIAGA & RASCÓN MARQUÉS, 1989: 31, fig. 6; 172.
[848] HIERRO GARATE, 2011: 365.
[849] YOUNG, 1977: 26.

o sítio do Mosteiro, em Mértola[850] e a necrópole de Alter do Chão[851], como exemplos de espaços onde foram sinalizadas exceções, ainda que não substanciais, ao panorama genérico indicado. Relativamente a Alter, essas diferenças estendem-se inclusive, se bem que pontualmente, ao posicionamento dos membros inferiores[852], em regra, mais constante. Portanto e, em última análise, cremos que se afigura importante realçar que também a este nível se verifica a coexistência de opções, passíveis de aplicação num mesmo tempo e espaço.

Ora, esta realidade multifacetada não se circunscreve apenas ao âmbito peninsular, registando-se também nos cemitérios merovíngios coevos. Aliás, e face à disparidade de dados recolhidos em distintas áreas funerárias, Bailey Young considera complexo aventar hipóteses que procurem vincular um determinado posicionamento do inumado à tradição romana ou, em alternativa, conectá-lo com uma filiação germânica. Todavia, e para o universo dos enterramentos cristãos, poderá talvez estabelecer-se uma relação entre uma forma particular de deposição do corpo e a fé professada. Mas esta é uma questão delicada e suscetível de incorrer em interpretações abusivas. Na verdade, deveria ser formulada a partir de uma perspetiva inversa: à colocação dos braços em cruz sobre o peito, prática amplamente disseminada e comum a diversas geografias, veio o cristianismo conferir um significado, racionalizando-a e assimilando-a ao gesto simbólico da oração[853]. Resta saber, no entanto, se a atitude subjacente ao conjunto dos sepultamentos onde o referido posicionamento foi atestado teria decorrido sempre de uma motivação religiosa.

5.3. Opções construtivas das sepulturas, implantação espacial e ensaio de tradução simbólica das escolhas

O sepulcro, derradeira morada e recetáculo último do cadáver, assume-se como parte integrante do ritual funerário[854].

Os que tratamos neste trabalho concernem, exclusivamente, aos que foram preparados para a inumação dos defuntos, ainda que, como lembrava González Villaescusa, parafraseando L. V. Tomas, a aplicação do termo «inumação» escape ao sentido estrito comportado pela palavra: *in humus*, portanto, em contacto direto com o solo, plena união entre corpo

[850] «[…] os indivíduos pertencentes às sepulturas 10, 14, 18, 23 apresentam as mãos sobre o púbis. Os indivíduos pertencentes às sepulturas 6, 20, 21 têm os membros superiores estendidos ao longo do corpo, com as mãos junto ao fémur. O indivíduo da sepultura n.º 19 apresenta os braços cruzados sobre o abdómen. Na sepultura n.º 20, o braço direito está sobre o abdómen e o esquerdo estendido ao longo do corpo. […]» (LOPES *et al.*, 2011: 14).

[851] «[…] Em todos os casos em que foi possível observá-lo, a inumação primária encontrava-se em posição de decúbito dorsal […] com os membros superiores em extensão ao longo do corpo (22,2%), flectidos sobre o tórax (11,1 %), semi-flectidos sobre o baixo ventre (44,4%), com um braço em extensão e outro sobre o baixo ventre (16,7%), e um indivíduo exibia ambos os antebraços sobre a bacia. […]» (ANTÓNIO & REIS, 2008a: 338).

[852] «[…] os membros inferiores apresentava-se em extensão e paralelos (95,5%), tendo sido identificada, um indivíduo, uma semi-flexão dos membros inferiores sobre a perna direita (4,5%) […]» (ANTÓNIO & REIS, 2008a: 338).

[853] YOUNG, 1977: 27-29.

[854] GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 67.

e matéria orgânica[855]. Contudo e quase que sistematicamente, algo separa e se «intromete» entre o corpo falecido e a crueza do solo: seja a indumentária envergada, a madeira do féretro ou o revestimento do fundo do túmulo.

São múltiplas as soluções que coexistem nos mesmos âmbitos espaciais e cronológicos. Aliás, afigura-se essencial insistir nesta questão, de modo a contrariar modelos excessivamente estanques ou deterministas[856]. Com efeito, mesmo obedecendo a um ritual funerário idêntico, é possível detetar os mais diversos modos de concretizar enterramentos[857], os quais passam também e, inevitavelmente, pelas especificidades conferidas aos sepulcros, quer em termos de configuração quer, por outro lado, ao nível dos esquemas construtivos neles plasmados.

5.3.1. Sepulturas com reaproveitamento de materiais

Comecemos, precisamente, por aludir às que reutilizam elementos previamente incorporados noutras estruturas[858]. Tal pressupõe, naturalmente, que os mesmos estejam disponíveis, talvez nas proximidades, se bem que, para que a utilização se verifique, possa ser necessário promover o desmantelamento, total ou parcial, de outros dispositivos.

Ora, os exemplos a fornecer são amplos e abundantes.

Veja-se o caso da segunda das necrópoles implantadas a norte da catedral de Valência, cuja ocupação se prolonga até ao século VII e onde, na primeira das fases documentadas, se construíram quatro sepulturas coletivas com recurso a materiais recuperados no antigo *forum*, e no seio das quais o número de indivíduos depositados ascendeu a cinquenta e oito[859], todos porventura unidos por algum tipo de vínculo familiar[860]. Mas também para estruturar alguns dos sepulcros da necrópole da Pedreira, em Rio de Moinhos, Abrantes, se procuraram materiais entre os restos de construções relacionados com uma ocupação

[855] GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 102.

[856] AZKARATE GARAI-OLAUN, 2004: 400.

[857] GURT I ESPARRAGUERA & SÁNCHEZ RAMOS, 2011: 460.

[858] Um dos mais frequentemente usados era a *tegula*; por vezes a par de *imbrices* e ladrilhos, servia para compor telhados de duas águas, para revestir fundos, compor e/ou revestir paredes, eventualmente em combinação com demais materiais reaproveitados ou, simplesmente, quando fragmentados, para preencher interstícios deixados vazios e que se impunha colmatar.

[859] AZKARATE GARAI-OLAUN, 2002: 126.

[860] González Villaescusa, a propósito da presença de mulheres em sepulturas coletivas privilegiadas na área basilical de Almoina, em Valência, esclarece que tal fenómeno só poderá ser explicado em função da prevalência da dimensão familiar e civil, em detrimento de uma orgânica instituída com base na hierarquia social e eclesiástica (GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 65). No entanto, não poderíamos deixar de reforçar o aparente paradoxo vigente entre a ideia de uma câmara comum a múltiplos indivíduos, que ali jazem sem indicação de identidade, no que poderia configurar o destino/castigo devido a indivíduos «proscritos», e esta noção de que as deposições se concretizaram num espaço «privilegiado». Assim sendo, talvez haja que considerar aqui uma escala de valores, em que a importância que uma determinada circunstância aufere, neste caso, a proximidade do local de culto, permite que outras, ainda que não ideias, sejam menorizadas.

prévia sedimentada nas imediações[861]. Situação congénere foi comprovada em São Miguel de Vizela[862], no noroeste de Portugal, ou na Quinta do Pião[863], em Alter do Chão, a sudeste da primeira, daí que se confirme a reiterada predileção pela constituição de sepulturas através deste método, independentemente da localização da necrópole, no âmbito da geografia peninsular.

5.3.2. Sepulturas de lajes

Passamos agora a tratar os sepulcros de lajes, fortemente disseminados no Ocidente europeu ao longo de toda a Idade Média. Nos territórios abarcados pela Península Ibérica, são conhecidos desde o período tardo-romano, persistindo em contextos hispano-visigóticos e manifestando, neste sentido, uma continuidade prolongada no tempo[864].

Frequentes em necrópoles rurais, onde o investimento no trabalho da pedra nem sempre é o mais avultado, podem tender, portanto, a denunciar alguma irregularidade[865]. Vizcaíno Sánchez refere, a propósito, que os materiais mais utilizados na definição das fossas constam, fundamentalmente, de calcário e granito[866]. Todavia, há uma evidência a ter em conta: que as soluções adotadas são condicionadas pelos recursos disponíveis na área da necrópole. Por isso, em zonas de substrato xistoso, a prevalência incidirá no emprego de lajes produzidas neste tipo de material[867].

Para a constituição de uma sepultura de lajes, há que começar por escavar no solo ou no terreno natural a fossa a delimitar posteriormente com elementos pétreos; quanto ao fundo, poderá, por seu turno, ser ou não recoberto[868], daí a possibilidade de o corpo do defunto ser depositado diretamente sobre a terra ou geológico. Já no que concerne às coberturas, nem sempre conservadas, é certo, haveria propensão para que fossem compostas com

---

[861] Veja-se o exemplo do sepulcro n.º 2: «[…] Paredes de blocos paralelepipédicos e três elementos de coluna de meia-cana de calcário, um deles […] delimitando a caixa na zona dos pés. […]» (FERREIRA, 1992: 94).

[862] «[…] sepultura n º 8, notemos que a tampa da mesma congregava alguns blocos de granito, um dos quais constava de uma pedra de arco reaproveitada […]. No essencial, os […] blocos, dispostos na horizontal, assentavam em pedaços de tégula quebrada e em pequenas pedras, que, por sua vez, se dispunham sobre as paredes da estrutura de inumação. […]» (AREZES, 2006: 27).

[863] «[…] três sepulturas, as quais eram estruturadas lateralmente por materiais romanos reutilizados, designadamente, tijolos, *tegulae* e *imbrex*, assim como, por pedras de pequeno a médio porte, registando-se algumas particularidades. A sepultura que albergava o enterramento 1 possuía uma cobertura em lajes de xisto e as sepulturas 2 e 3, além de partilharem a mesma parede do meio e de serem cobertas por uma laje de granito, eram forradas a opus *signinum* […]» (ANTÓNIO & RODRIGUES, 2012).

[864] LÓPEZ QUIROGA & BENITO DÍAZ, 2009: 205-206.

[865] GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 99.

[866] VIZCAÍNO SÁNCHEZ, 2007 [Ed. 2009]: 554.

[867] Assim sucede na Herdade dos Pombais, em Marvão, onde a maior parte das caixas e coberturas foi preparada com base em lajes de xisto, tendo o granito incorporado apenas duas das estruturas de inumação (FERNANDES, 1985b: 96).

[868] Nos dois túmulos do núcleo da Boa Morte II, O. Caeiro não discerniu qualquer indício de revestimento; apenas o geológico, bem nivelado, era visível (CAEIRO, 1984b: 3-4; fig. 5 e 6).

matéria-prima similar à usada na delimitação das caixas; tal não exclui, contudo, que em certos casos se optasse por combinar lajes produzidas em suportes diferenciados.

Não poderíamos deixar de sublinhar, ainda a respeito destes dispositivos tumulares, que o concelho de Castelo de Vide possui uma mancha de sítios bastante significativa onde estes sepulcros se encontram representados: os núcleos I e II da Boa Morte, a necrópole de Santo Amarinho ou as sepulturas n.º 3, 4 e 5 da Tapada de Manuel Antunes, em que adiante nos deteremos detalhadamente.

5.3.3. Sepulturas em fossa simples

Segundo González Villaescusa, estas sepulturas enformam a tipologia que melhor se coaduna com o que designa como «enterro orgânico», na medida em que propiciam o contacto imediato com a terra, sem a interferência de dispositivos intermediários. O mesmo autor considera que, genericamente, se pautam pela ausência de espólio. Não obstante, em algumas situações, que entende excecionais, foi possível documentar a presença de materiais nestes contextos, materiais esses que, pelas especificidades que congregam, lhe permitiram apontar para estas fossas um espetro cronológico amplo, balizado entre os séculos I-II e o VIII[869]. Já na perspetiva de López Quiroga e Laura Benito Díez, os sepulcros que respondem a este modo de preparação, aparentemente elementar, integram um conjunto com representatividade num intervalo muito dilatado no tempo, que se terá iniciado na Antiguidade Tardia e prolongado ao longo de toda a Idade Média[870].

De qualquer modo e retomando a questão da componente artefactual, há que registar que não deixa de ser curioso o facto de, em algumas necrópoles, serem precisamente estas sepulturas, em fossa simples, que parco investimento exigem em termos de construção, os que contêm os materiais mais notáveis e opulentos[871]. Neste sentido, afigura-se fundamental equacionar a confluência de uma série de variáveis na opção por uma dada tipologia, sendo que uma delas poderá radicar na cronologia. Todavia, tem vindo a constatar-se que soluções diversas poderão ter sido implementadas contemporaneamente, no mesmo espaço, daí que esta problemática se revista de contornos inquestionavelmente complexos.

Finalmente, mas ainda a propósito destas fossas ou covachos, note-se que, ocasionalmente, podiam exibir uma espécie de debrum lateral exterior, destinado ao encaixe e suporte de eventuais coberturas de lajes. González Villaescusa, para este subtipo em particular e no que à região valenciana diz respeito, acrescenta que os primeiros exemplos conhecidos serão atribuíveis a fase adiantada do século V, sendo que o período de maior difusão terá

[869] GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 101-102.

[870] LÓPEZ QUIROGA & BENITO DÍAZ, 2009: 206.

[871] Confrontar com realidade atestada na necrópole de Pla de l'Horta, designadamente nas sepulturas 18, 32, 54 e 66 (LLINÀS POL *et al.*, 2008: 293) ou em Beiral do Lima (VIANA, 1961: 9).

coincidido com as duas centúrias subsequentes[872]. Já no sudeste do território português, concretamente, no concelho de Serpa, a necrópole de Torre Velha 3 abarca algumas fossas escavadas no substrato, guarnecidas com orla lateral, uma das quais se apresentava provida de uma cobertura composta por blocos graníticos afeiçoados, entrecortados por elementos cerâmicos fragmentados, não tendo facultado a recolha de qualquer tipo de objeto[873].

5.4. Reutilização tumular

A reflexão em torno da reutilização dos sepulcros leva-nos a começar por salientar o facto de, entre os romanos, o túmulo se afirmar como *res religiosa*; não admira, pois, que o ato de violação da câmara[874] ou a profanação dos restos mortais tenham sido sistematicamente sujeitos a penas, reforçadas já nos tempos finais de vida do Império[875]. Posto isto, poderá esta prática, reiteradamente documentada em múltiplas necrópoles, inclusive nas conotadas com a presença de grupos de origem «germânica», indiciar uma clara rutura face a um quadro mental que pugnava pela inviolabilidade das sepulturas? Ou, em alternativa, será que a reutilização não traduzia, necessariamente, falta de respeito perante os defuntos, na medida em que, subjacente a tal costume, haveria intenção de aproximar indivíduos que estariam ligados em vida?

Ora, na ótica de González Villaescusa, a reutilização assume-se como indício da subsistência de vínculos entre os indivíduos, sejam eles de caráter familiar ou de outra natureza[876], hipótese que, ao presumir a existência de uma orgânica bem estabelecida para as áreas funerárias, contraria a noção da «despersonalização» e anonimato do sepulcro visigótico[877]. Mas, independentemente da validação de tal pressuposto, é notório que a reutilização configura um fenómeno passível de redundar em alterações na posição preferencial dos inumados. Prática reconhecível em numerosas necrópoles, pode ocorrer sob a forma de deposição vertical, com sobreposição de corpos; lateral, com deslocamento dos restos esqueletizados mais antigos para os lados do sepulcro ou, finalmente, total, com removimento do conjunto dos vestígios osteológicos para a zona dos pés da sepultura. Registe-se, no entanto, que no contexto desta última possibilidade, nem sempre o crânio do(s) indivíduo(s) deslocado(s) acompanha(m) o destino das demais ossadas; de facto, há casos em que o crânio correspondente à inumação prévia passa a figurar junto da cabeça do defunto mais recentemente sepultado.

---

[872] GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 101-102.

[873] ALVES *et al.* 2013, 1940.

[874] «[…] ce crime [la viol] commis par un homme ou par une femme était, chez les Romains ou chez les Burgondes, une cause de divorce. La connotation sexuelle du terme, qui exhale comme un odeur de nécrophilie, suggérait certainement que le coupable était devenu impur. Cet acte était perçu comme un véritable adultère avec la mort. Il ne pouvait pas y avoir de contact entre le sexe et la mort, entre deux tabous. L'ordre du monde en aurait été bouleversé. […]» (ROUCHE, 1989: 492).

[875] YOUNG, 1977: 9.

[876] GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 55.

[877] BARROCA, 1987: 82.

Ora, não obstante a manifesta disseminação da referida prática, inclusive em espaços submetidos à «tutela» ou influência episcopal, o certo é que a hierarquia da Igreja nunca a aprovou verdadeiramente. A tal não terá certamente sido alheio o legado que o Cristianismo colheu entre os preceitos legislativos romanos, os quais propugnavam, entre vários vetores, o imperativo de conservar a integridade da sepultura[878] e, como dizíamos acima, de a manter como «cosmos» sagrado e inviolável. É neste contexto que deverão ser entendidas determinadas fórmulas veiculadas pela epigrafia[879], a par de um conjunto de disposições conciliares[880]. Todavia, o facto de alguns membros do clero não contestarem o costume da reutilização, sendo-lhes até potencialmente favoráveis, dado que também o aplicavam, explica, de alguma forma, as dificuldades em contrariar tal observância[881]. Curiosas são as situações em que os sepulcros, apesar de terem albergado diversas inumações, preservaram intacto o jarro depositado aquando da concretização de algum desses enterramentos[882]. Que nos diz esta opção, no que concerne ao «valor» concedido ao corpo e, por extensão, ao espólio votivo? Sem possibilidade de fornecer uma resposta cabal a tal interrogação, consideramos que, pelo menos, nos permite atestar o simbolismo da prática em voga.

De qualquer modo, não poderíamos deixar de salientar que, ainda que as questões suscitadas pela reutilização permaneçam, por ora, maioritariamente em aberto, parece haver um certo antagonismo entre a realidade de um túmulo onde o cadáver foi colocado, supostamente, com todo o desvelo, cuidadosamente alongado e, porventura, acompanhado de artefactos criteriosamente dispostos, face a um cenário pautado por aparente desordem e caos, com vestígios osteológicos dispersos pela câmara ou mesmo negligentemente (?) arrojados para o exterior.

Contudo e como víamos acima, o destino votado aos restos esqueletizados pertencentes a enterramentos prévios podia ser diferenciado, de acordo com as partes ósseas em causa e, também, com as especificidades inerentes a cada necrópole. Na de Alter do Chão, por exemplo, os ossos longos tendiam a ser afastados para junto das paredes da câmara, acumulados na zona dos pés, ou mesmo diretamente sobre os membros inferiores do morto que ali fora, entretanto, a sepultar. Os crânios, por seu turno, podiam ser salvaguardados e

---

[878] VIZCAÍNO SÁNCHEZ, 2007 [Ed. 2009]: 561.

[879] Nas lápides funerárias cristãs avultam invocações aos vivos, para que não perturbem o descanso dos mortos com a violação das suas sepulturas; no entanto, o conteúdo dos epitáfios evolui e as súplicas acabam por ser suplantadas por ameaças e invetivas, passíveis de intimidar potenciais profanadores (BARROCA, 1987: 24).

[880] É interessante notar que de uma delas, em concreto, do cânone XVI do IV Concílio de Toledo, celebrado em 633, transparece o facto de os próprios clérigos poderem estar envolvidos na efetuação de profanações: «[…] Si se encontrare algún clérigo demoliendo los sepulcros, ya que estos crímenes se condenan por las leyes civiles con la pena capital, como sacrilegio, es conveniente que también la ley canónica separe de las filas del clero al que ha sido descubierto en tal crimen y sea entregado durante tres años a la penitencia. […]» (VIVES, 1963: 207-208).

[881] VIZCAÍNO SÁNCHEZ, 2007 [Ed. 2009]: 591, nota 173.

[882] VIZCAÍNO SÁNCHEZ, 2007 [Ed. 2009]: 594.

colocados de modo a ladear o da inumação primária[883]. Já na Fonte do Sapo, em Abrantes, estes eram removidos para a base das estruturas, onde, fruto de tal procedimento, chegavam a pontuar dentes disseminados[884].

Na opinião de B. Young, e relativamente ao mundo merovíngio, quanto mais recuada a cronologia e mais ruralizada a zona de implantação da área funerária, mais probabilidade haveria de a inviolabilidade dos túmulos ser respeitada. Em contrapartida, em tempo mais avançado e registando-se maior proximidade face a algum local de culto cristão, haveria propensão para que a noção de individualidade das câmaras se dissipasse. Na verdade, a intenção de obter um lugar *ad sanctos* podia assumir uma importância de tal modo vincada, que acabava por suplantar outras exigências que entroncavam na tradição e cujo cumprimento se afigurava então menos imperioso[885]. Como contraponto a esta visão, facultamos uma outra, sugerida por Henri Leclercq no *Dictionnaire d'archéologie chrétienne*: atendendo a uma ideia entranhada nas camadas populares e que se prendia com o receio de que a profanação dos sepulcros pudesse impedir o acesso do defunto à vida eterna, a tentativa de realizar enterramentos *ad sanctos* foi interpretada como uma espécie de «ferramenta» contra a violação, na medida em que se julgava que os mártires zelariam para a inviabilizar[886]. Philippe Ariès, no entanto, lembra que o temor da profanação esmoreceu progressivamente com o desenrolar das centúrias, sobretudo a partir do momento em que as câmaras funerárias deixaram de conter elementos preciosos, suscetíveis de atrair a atenção dos saqueadores[887]. Neste sentido, o objetivo basilar a nortear os esforços de aproximação aos mártires residiria não na necessidade de garantir a preservação incólume da câmara, mas a proteção do morto a uma escala mais ampla, que abarcasse todo o seu ser, até voltar a despertar, no dia do juízo final; só assim se explicaria que, desde que o finado permanecesse envolto «[…] na cintura sagrada da igreja […]», a eventualidade de ser sujeito a mudanças pelos clérigos ou mesmo deslocado da posição original em que fora depositado não merecesse preocupação de maior[888].

5.5. Sinalização das sepulturas

Na Roma antiga, onde praticamente todo os indivíduos, inclusive alguns escravos, detinham o seu próprio local de sepultamento (*loculus*), proliferavam os epitáfios[889], através

[883] ANTÓNIO & JORGE, 2008a: 338.
[884] GASPAR & BATISTA, 2003: 35.
[885] YOUNG, 1977: 30.
[886] CABROL & LECLERCQ, 1924: 470-509, s. v. *Ad sanctos* [entrada de H. LECLERCQ]).
[887] Veja-se um dos exemplos mencionados por Gregório de Tours acerca de uma violação levada a cabo na basílica de Metz, motivada pela avidez de riquezas: «[…] les serviteurs s'y introduisirent, fermèrent les portes sur eux, prirent et emportèrent tous les ornements qu'ils purent trouver sur le corps de la défunte. […]» (ROUCHE, 1989: 490).
[888] ARIÈS, 1988a: 44-45.
[889] Note-se, contudo, a escassa representatividade auferida por recém-nascidos ou falecidos em tenra idade (GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 111), no que configura um sintoma ilustrativo do papel pouco preponderante que cabia aos indivíduos infantis nos tempos do Império.

dos quais se perpetuava a identidade, personalidade e memória do falecido[890]. Com efeito, cada inscrição, espécie de «estímulo programado», através do qual se pretendia promover um exercício de comunicação consciente[891], continha o nome do defunto, uma alusão à sua posição familiar e, por vezes, à profissão ou cargo que desempenhara em vida. Mas também a indicação da idade podia ser acrescentada e, excecionalmente, a data da morte, ou mesmo um retrato. Como facilmente se depreende, este *corpus* de informações é precioso, constituindo uma fonte incontornável para o estabelecimento de alguns vetores da história romana. É certo que, em paralelo a estes sepulcros bem providos de dados individualizados, existiam outros, coevos, talvez pertencentes aos mais pobres, onde prevalecia o anonimato: assim se verificava, por exemplo, na necrópole de Isola Sacra, em *Ostia Antica*, junto ao Tibre[892]. Mas a tendência crescente, mesmo entre os supostos indigentes, seria para anular esse vazio, na medida em que o anonimato, ao obstar à eternização da memória, se assumia como sinónimo de morte efetiva e inexorável[893].

Todavia, no século V as inscrições são já bem mais raras[894]. Como interpretar essa realidade? Poderá configurar um indício do retrocesso do hábito da escrita, obscuro para muitos, e com consequências para praticamente todos os túmulos, inclusivamente os ditos «privilegiados», exceção feita aos dos santos? Ainda que aliciante, este argumento não é seguro, sendo complexo asseverar que nele radique o motivo das alterações em causa, até porque, a partir do ano mil e tendo a escrita recuperado um lugar não despiciendo, o costume de sinalizar as sepulturas em moldes similares aos da Antiguidade manteve-se obliterado[895].

De qualquer modo, convém salientar que, se o cenário começava a dar mostra de mudança no século V, nas centúrias subsequentes, a diminuição de epígrafes funerárias pétreas é, nalgumas geografias, ainda mais esmagadora. Porém, e segundo alguns investigadores, deve colocar-se a hipótese de existirem outros meios de proceder à sinalização[896], porventura decorrentes do recurso a materiais perecíveis. Neste sentido, não é muito claro se, em cronologias mais tardias, teria passado a vigorar uma «despersonalização» do sepulcro[897]

---

[890] ARIÈS, 1988a: 239-240; ARIÈS 1988b: 39.

[891] GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 110-111.

[892] González Villaescusa chama a atenção para o facto de os membros das ditas «classes inferiores» serem parcamente representados nas epígrafes funerárias: o custo associado a esta prática funcionava como fator dissuasor. De qualquer modo e nos casos em que o túmulo de um escravo surgia provido de um epitáfio, o mais provável é que tal traduzisse uma marcada intenção «propagandística» do senhor que o mandou talhar, pretendendo, neste moldes, demonstrar a sua própria benevolência ou, em alternativa, impulsionar boas condutas por parte de outros escravos (GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 111).

[893] ARIÈS 1988a: 239.

[894] ARIÈS 1988b: 39.

[895] ARIÈS 1988a: 240.

[896] VIZCAÍNO SÁNCHEZ, 2007 [Ed. 2009]: 558.

[897] BARROCA, 1987: 82.

e do indivíduo nele inumado, ou se simplesmente, escasseiam os testemunhos físicos que confirmariam a sobrevivência da prática[898].

Não obstante, no território português e em alguns cemitérios classificados como paleocristãos, mas pontuados de influxos exógenos ao substrato hispano-romano, caso de Silveirona (Estremoz) ou Rossio do Carmo (Mértola)[899], a colocação de epitáfios nas sepulturas perdura, sendo até bastante expressiva no século VI[900]. Em ambos os casos, aliás, as epígrafes recuperadas parecem denotar uma inequívoca, mas não exclusiva, influência artística exercida por *Emerita*, «capital» administrativa da *Lusitania* e sede de bispado já em período visigótico, muito embora com adequação a especificidades regionais[901].

Por último, há ainda uma interrogação que se nos afigura pertinente levantar. Não poderá, em algumas situações, a ausência ou, em alternativa, a degradação e posterior desaparecimento de eventuais elementos sinalizadores, estar na origem da sobreposição e subsequente profanação de túmulos, mesmo que involuntária? Será que, perdidos os referentes da localização das estruturas e a memória dos defuntos, não estará aberta a porta para que circunstâncias como as aventadas encontrem as condições ideais para se ocorrerem no terreno? Ainda que dificilmente comprováveis, cremos que tais possibilidades deverão ser tidas em consideração.

5.6. Reconhecimento da utilização de caixões

Na opinião de González Villaescusa, o recurso a ataúdes de madeira era extremamente frequente, dada a facilidade com que eram depositados no interior de qualquer tipo de sepul-

---

[898] Veja-se a opinião de Ripoll López acerca desta questão: «[…] creemos que las sepulturas o bien eran visibles dentro del espacio cementerial o bien quedaban señalizadas una vez se había llevado a cabo la ceremonia funeraria. Suponemos que en muchos casos las sepulturas con estructuras arquitectónicas sobresalientes –también los sarcófagos– no quedaban totalmente ocultas por la tierra, y dada la variedad constructiva no deberían precisar de una señalización muy perfeccionada. Nos inclinamos a pensar, con más seguridad, aunque sea hipotética, que las sepulturas en todo el campo funerario estaban señalizadas por medio de estructuras de madera sencillas o complejas (cruces, verdaderas construcciones, simples palos, pequeños túmulos de tierra, plantas, etcétera). De otra forma es difícil imaginar cómo los individuos recordarían el lugar de inhumación familiar de las precedentes generaciones. […]» (RIPOLL LÓPEZ, 1989b: 412).

[899] «[…] A colecção epigráfica paleocristã portuguesa deve a esta vila alentejana um total de 56 exemplos, ou seja, 48,28% das inscrições conhecidas […], na sua quase totalidade procedente da área da Basílica Paleocristã do Rossio do Carmo […]. Este facto transforma Mértola num caso único no nosso país, não só pelo número de epitáfios conhecidos mas também pela qualidade de informações que estes revelam, permitindo acompanhar a organização eclesiástica da sua comunidade cristã (detectando-se já os cargos de presbítero, chantre, subdiácono e ostiário, para além dos religiosos, designação pouco precisa), identificando a presença de elementos vindos do Oriente, nomeadamente gregos (alguns desempenhando funções de certo destaque na hierarquia religiosa), e revelando o primeiro epitáfio judaico conhecido em território português […]. Anotemos, apenas, que em termos numéricos o segundo núcleo epigráfico paleocristão é o de Silveirona, com 10 lápides conhecidas […]» (BARROCA, 2000: 38-39).

[900] BARROCA, 2000: 38.

[901] Para um aprofundamento das questões relativas à variabilidade regional do chamado grupo «emeritense», vejam-se os pontos 2.2.2 e 2.3 da dissertação de doutoramento de M. Wolfram (WOLFRAM, 2011: 56-94).

cro, fosse ele um sarcófago ou uma fossa singela, recoberta por *tegulae*[902]. Para aferir a sua presença e entre os vários indícios passíveis de a atestar, há que destacar a avaliação do tamanho e morfologia da câmara funerária e, consequentemente, a exequibilidade de a mesma poder abrigar o caixão. Por outro lado, será importante atentar em determinadas indicações proporcionadas pela Antropologia e que se relacionam com as implicações da decomposição do corpo no vazio[903]. Outros testemunhos, mais evidentes, concernem à ocorrência de pregos ou cravos no interior dos túmulos, através das quais se promovia a união das tábuas que compunham a caixa. Muito mais rara, em contrapartida, é a conjugação de condições excecionais de preservação, suscetíveis de garantir a conservação do féretro propriamente dito: mas foi o que se verificou numa necrópole merovíngia, onde se descobriu um caixão preparado num tronco de árvore escavado para o efeito[904].

Por último, convém não esquecer a eventualidade de o defunto ser transportado numa espécie de padiola até ao local do sepultamento, a qual, aí chegada, poderia acabar por incorporar o enterramento[905]; neste sentido, não há que excluir a hipótese de, por vezes, os pregos remanescentes procederem de dispositivos congéneres ao mencionado[906].

5.7. Perspetiva global

Findo este percurso em torno da panóplia de cenários e soluções funerárias que o registo arqueológico tem permitido documentar, encaramos a variabilidade apreciada como um reflexo das diversas ascendências em palco e, naturalmente, também da imperfeita organização do povoamento coevo, sobretudo no mundo rural. Disperso e efémero, acabaria por influir na natureza e nas características dos enterramentos: como se a volubilidade que envolvia os vivos acabasse por «contaminar» as formas de inumar os mortos, parecendo, por vezes, que algumas das opções detetadas configuravam como que simples adaptações à realidade concreta de um dado espaço.

De qualquer modo, há vetores essenciais a realçar para o período em estudo: por um lado, a progressiva aproximação dos dois mundos, o terreno e o das «sombras», consubstanciada na penetração das áreas funerárias em ambiências que, durante centúrias, lhes haviam sido vedadas; por outro, a evolução dos enterramentos, plasmada numa dinâmica que oscila entre uma linha de continuidade e a tensão suscitada pela introdução de renovados pressupostos, nem sempre isentos de contradições, mas que vão germinando e acom-

[902] GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 91.
[903] VIZCAÍNO SÁNCHEZ, 2007 [Ed. 2009]: 559.
[904] GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 91.
[905] GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 91.
[906] A interpretação proposta por Isabel Fernandes acerca dos pregos recolhidos na necrópole da Herdade dos Pombais (Marvão) apresenta-se em consonância com esta leitura: «[…] O aparecimento destes pregos pressupõe, sem dúvida, a utilização de caixões ou padiolas nos rituais funerários da época […]» (FERNANDES, 1985a: 105).

panhando as mudanças de perspetiva face à «incorporação» dos mortos no território da vivência quotidiana. Naturalmente que os moldes e ritmos despendidos por tais processos foram distintos e responderam a uma série de condicionantes, decorrentes, elas próprias, de múltiplas variáveis e, inclusive, das especificidades dos substratos previamente cristalizados.

Na verdade, o que se nos afigura claro é que estamos longe de perspetivar um panorama homogéneo e linear. Ao longo dos séculos VI e VII, os domínios do familiar e do privado subsistiam fortes e preponderantes, deixando alguma margem de «liberdade» aos indivíduos para deliberarem e definirem os seus caminhos, os quais podiam resvalar, como dizíamos acima, em soluções casuais e adequadas a circunstâncias muito particulares. A Igreja, por seu turno, ocupada em conter ou limitar os costumes ditos pagãos, tardou a interferir nas dinâmicas mais «pessoais» da morte, mesmo que estas resultassem em «desvios» à doutrina. Talvez por isso e se bem que condenando explícita e reiteradamente os banquetes funerários[907] ou as canções fúnebres[908], não tenha chegado a proibir a inclusão de adornos nos túmulos ou a deposição de oferendas votivas.

Provavelmente ciente das dificuldades em adotar posições mais exigentes, do ponto de vista da ortodoxia, a Igreja optou por restringir a sua «atuação» e os esforços de implementação de interditos às situações em que, declaradamente, emergiam ameaças ao «monopólio espiritual» que pretendia alcançar. Assim sendo, foi concedendo primazia à anulação das tentativas de ingerência nas relações entre o mundo dos vivos e os poderes espirituais[909], tardando até se aventurar a regular outras esferas.

---

[907] Vejam-se as disposições veiculadas pelo cânone LXIX do II Concílio de Braga, celebrado em 572: «[…] No está permitido a los cristianos llevar alimento a las tumbas de los difuntos, ni ofrecer a Dios sacrificios en honor de los muertos […]» (VIVES, 1963: 102). Acrescente-se, em paralelo, que também fora do âmbito peninsular, este mesma prática foi reprovada; assim o atesta, por exemplo, um dos artigos preconizados pelo Concílio de Tours, de 567: «[…] Quelques-uns continuant les anciens errements portent à manger aux morts pour la fête de Saint Pierre […] et mangent des légumes secs offerts aux démons. […]» (ROUCHE, 1989: 489).

[908] Em conformidade com a determinação XXII proclamada do III Concílio de Toledo, de 589: «[…] Los cuerpos de todos los religiosos que llamados por Dios parten de esta vida, deben ser llevados hasta la sepultura entre salmos solamente […] y prohibimos terminantemente las canciones fúnebres que ordinariamente suelen cantarse a los difuntos y que los familiares y los siervos les acompañen entre golpes de pecho. Baste, pues, que en la esperanza de la resurrección de los cristianos, se tribute a los restos mortales el homenaje de los cánticos divinos, puesto que el apóstol nos prohíbe llorar a los difuntos […]» (VIVES, 1963: 132-133).

[909] YOUNG, 1977: 6.

6.
OS SÍTIOS

Começamos, antes de mais, por sublinhar que as necrópoles que elencaremos neste capítulo configuram uma seleção promovida no seio do conjunto bem mais vasto que, inicialmente, inventariámos. No entanto, a carência de dados que nos permitissem uma sustentação firme da inclusão de algumas delas acabou por impor o seu afastamento. Todavia, não poderíamos deixar de constatar que, por um lado, as necrópoles aqui apresentadas não se encontram isentas de informações ambíguas, daí que nem sempre tenhamos logrado deslindar todas as interrogações que o seu estudo nos suscitou; e que, por outro, não é de excluir que certas áreas funerárias, acerca das quais o conhecimento é, por ora, demasiado parco ou frágil, venham afinal a evidenciar-se como seguramente consonantes com o âmbito que aqui nos ocupa.

Feita esta ressalva, fixemo-nos então nos critérios que justificaram a inserção ou o arredamento de determinadas necrópoles. A cronologia constituiu, naturalmente, o primeiro ponto de aproximação. Contudo, abordar a totalidade dos cemitérios datáveis do intervalo compreendido entre os alvores do século V e os do VIII seria assumir que a realidade funerária do território atualmente português representa um cenário homogéneo e sempre relacionável com a chegada de grupos populacionais exógenos, presunção evidentemente errónea. Por conseguinte e, ao progredir na leitura das descrições de contextos coadunados com diferentes universos cemiteriais, foi-nos possível alienar os que radicavam exclusivamente na tradição romana, fundamentalmente discerníveis através do tipo de elementos contidos nos sepulcros.

Em paralelo, outra das «chaves» para a eliminação assentou na ausência total de material associado a enterramentos, fosse ele votivo ou de adorno, vocacionado para o atavio do corpo ou vestuário. Com efeito e, não raro, identificámos necrópoles cujos túmulos se pautavam por um completo vazio, eventualmente decorrente, nalguns casos e, em conformidade com indicações recolhidas, da violação das câmaras. Noutras situações, porém e reconhecendo-se intactas as sepulturas, a penetração da ideologia cristã e, porventura, a necessidade de dar cumprimento a disposições conciliares, poderiam afirmar-se como hipóteses válidas para explicar a ausência de espólio. Não obstante, e ainda que não sendo forçosamente inverosímil que algumas dessas necrópoles pudessem, na verdade, ter possuído algum tipo de conexão com grupos exógenos, não há como prová-lo, atendendo à inexistência de testemunhos. E, de qualquer modo, o estabelecimento de propostas de datação para tais contextos reveste-se de complexos problemas, daí que, frequentemente, se lhes atribuam cronologias «indeterminadas» ou, em alternativa, inscritas entre balizas excessivamente latas e, como tal, passíveis de abarcar diversas possibilidades.

Assim, e crescentemente, foi-se delineando como incontornável a procura de um patamar em que se articulassem, de forma coerente, uma série de variáveis: a localização e organização das áreas funerárias, as características construtivas e de implantação dos sepulcros, o eixo segundo o qual se orientavam e, acima de tudo, a presença de um determinado *corpus* de materiais depositado no seu interior. De facto, e por si só, os primeiros pontos enuncia-

dos não garantiam a afinação desejável; apenas se conjugados com a ocorrência de certos artefactos se poderia então atingir algum grau de fiabilidade.

Foi na análise das conexões entre tais vetores que nos movimentámos. E, neste sentido, as necrópoles que resistiram ao exigente processo de triagem imposto ao arrolamento que, paulatinamente, havia sido elaborado, representam um conjunto cujas singularidades se mostraram substancialmente sólidas[910].

Esclarecida a fundamentação que orientou os nossos procedimentos, cabe-nos explicitar que os sítios a estudar em profundidade e que surgem dispersos pelo território português, serão apresentados em função do seu posicionamento geográfico, em avanço progressivo de norte para sul e de poente para nascente. Para clarificar a organização interna, subdividimos o território em três interflúvios: a norte do Douro, entre o Douro e o Tejo, e a sul do Tejo.

6.1. Sítios a norte do Douro

A primeira necrópole sobre a qual nos debruçaremos é a de **Beiral do Lima** (Ponte de Lima), situada sensivelmente a nordeste da igreja paroquial e nas imediações de um terreno pontuado por vestígios cerâmicos e por estruturas habitacionais, presumivelmente romanas[911]. Coube a Abel Viana publicar, em 1961, o texto inaugural dedicado ao sítio. Revelado fortuitamente no Outono de 1959 num pequeno campo localizado no Eido da Renda, por alturas da realização de trabalhos agrícolas, terá sido «explorado» pelo caseiro do proprietário, Alexandre Cardoso Amorim. A este se ficará a dever o exame posterior ao lugar, ao que restou dos sepulcros, bem como a conclusão da escavação de alguns dos túmulos[912]. Alexandre Amorim terá igualmente sido o responsável pela recuperação de todos os elementos, cerâmicos, vítreos e metálicos que, não tendo sido detetados aquando da espoliação da necrópole, repousariam entre os solos revolvidos[913].

Implantada em terras arenosas, correlacionáveis com um suposto terraço fluvial configurava, por ocasião da primeira visita concretizada por Abel Viana, uma realidade dissimulada pelo plantio e sementeiras entretanto efetuados. Tal circunstância, aliada à inexistência de qualquer tipo de registo gráfico ou fotográfico, suscetível de proporcionar uma descrição fidedigna da tipologia dos sepulcros, poderia traduzir-se na incapacidade de aventar uma proposta de integração cronológica para o sítio. No entanto, as características ímpares dos

[910] Efetivamente, a base de dados inicialmente construída incluía um total de 184 necrópoles inventariadas; mas, na sequência do processo de seleção levado a cabo, acabámos por restringir o tratamento mais detalhado a apenas 69.

[911] ALMEIDA, 1990: 133.

[912] Esta informação foi recolhida na publicação citada, da autoria de Abel Viana (VIANA, 1961: 4). Ressalve-se, todavia, que no mesmo texto, escassas páginas adiante, são facultadas observações um pouco contraditórias: «As sepulturas exploradas na necrópole do Eido da Renda seriam cerca de vinte, dado que o caseiro teria destroçado duas ou três e o Sr. Alexandre Amorim explorou as restantes. […]» (VIANA, 1961: 9).

[913] VIANA, 1961: 3-4.

materiais exumados terão, de algum modo, criado as condições para colmatar estas lacunas e definir a delimitação temporal dos enterramentos[914].

Acresce um importante dado a ter em consideração e que se prende com o facto de a totalidade do espólio proceder dos «covachos» escavados no substrato. Aliás, uma só sepultura conteria um dos recipientes vítreos (concretamente, aquele cujo paradeiro é atualmente desconhecido), bem como as contas e os adornos metálicos[915]. Em contrapartida, as caixas tumulares de contorno aproximadamente trapezoidal e estruturadas com base em distintos materiais, designadamente de construção, como *tegulae*, lajes e ladrilhos, não terão gerado qualquer tipo de recolha[916].

Abel Viana hesitou na classificação cultural dos objetos e do cemitério propriamente dito, muito embora se lhe afigurasse inquestionável que o conjunto deveria ser atribuído ao período pós-romano. De qualquer modo, chamou a atenção para o facto de a ocupação suévica se ter centrado sobretudo no espaço presentemente compreendida pelos distritos de Braga, Porto e Viana do Castelo[917]. Rigaud de Sousa, anos mais tarde, ensaiou novamente o seu enquadramento, começando desde logo por relacionar a necrópole com os traços definidores dos enterramentos merovíngios. Os dados que reuniu através das notas manuscritas do então pároco da freguesia, Mário da Silva, cedidas pelo cónego Luciano Afonso dos Santos, permitiram-lhe não só divulgar pormenores da composição de um dos sepulcros[918], como ainda acrescentar as medidas médias das estruturas[919]. As dimensões em causa expressariam, além do mais, um outro facto: o da existência de inumações de adultos, bem como de indivíduos infantis ou sub-adultos[920].

Rigaud de Sousa supunha que os «covachos» mencionados por Abel Viana constariam de «poços de oferendas» comparáveis aos de Noiron-sous-Gevrey (Borgonha, França), descritos por Édouard Salin, e destinados à colocação de dádivas rituais e dos elementos constituintes dos banquetes fúnebres. Se assim fosse, os sepulcros propriamente ditos limitar-se-iam às estruturas definidas através do recurso a materiais de construção, com cabeceira curva e genericamente dispostas na direção nordeste/sudoeste[921]. Porém, esta leitura poderá não se coadunar com a de Abel Viana. É certo que a designação «covacho» se presta a inter-

[914] VIANA, 1961: 4.

[915] VIANA, 1961: 9; LANHAS, 1969: 260.

[916] VIANA, 1961: 4; 9.

[917] VIANA, 1961: 11.

[918] «[…] "…esta é feita em parede de pedra de 0,18 m. de espessura e forrada a tégulas… encostadas a esta parede estão as tégulas que são três de cada lado, uma na cabeceira e três no fundo e era também coberta com tégulas (quatro ou cinco) que estavam já partidas e caídas dentro; por cima delas e mais ou menos a meio haviam [sic] duas pedras informes atravessadas. Os bordos das tégulas que forram, estão voltados para a parede e as três do lado sul foram queimadas pois são negras pelo interior na sepultura, as restantes apresentam cor normal. Aos pés tem 0,18 metros no fundo e nas paredes e na testeira sem este forro está a pedra à vista; nenhum objeto se encontra dentro ou fora". […]» (SILVA *apud* SOUSA, 1979: 293).

[919] SOUSA, 1979: 293-294.

[920] BARROCA, 1987: 83.

[921] SOUSA, 1979: 295.

pretações equívocas, mas tudo leva a crer que o autor a tenha adotado para aludir a sepulturas simples, pouco complexas, produto da mera escavação do subsolo. Por conseguinte, os sepulcros não estruturados, ou eventualmente complementados com matérias-primas perecíveis estariam, não obstante tal despojamento, prontos para receber os defuntos que lhes haviam sido reservados. Não parece, pois, minimamente segura a identificação das cavidades abertas no subsolo com locais vocacionados para a celebração de *sacrificia mortuorum;* antes se concebe como mais provável a existência de duas fases de ocupação distintas em Beiral[922]. Com efeito, e apesar de aos túmulos orientados segundo o eixo nordeste-sudoeste e compostos com base em materiais tardo-romanos reaproveitados não poder ser imputada uma cronologia rigorosa, dada a ausência de espólio associado, afigura-se que configurariam um conjunto particular, e mais ou menos coerente. Já as covas preparadas no substrato participariam de um outro grupo, cuja proposta de datação se funda na análise dos elementos nelas recolhidos.

É, portanto, neste sentido, que o estudo dos artefactos recuperados na necrópole de Beiral assume grande relevância. Inicialmente e em resultado da oferta do já citado proprietário do terreno onde foi revelada, Alexandre Cardoso Amorim, estiveram depositados no Museu de Etnografia e História do Porto[923], entretanto encerrado. Atualmente, conserva-se no Museu D. Diogo de Sousa a totalidade das formas cerâmicas, os dois copos e uma taça de vidro, bem como o «punhal» de ferro e as contas de colar. Por seu turno, no Museu Nacional de Arqueologia encontram-se os objetos áureos, concretamente, um suposto «diadema»[924], a par do anel com decoração encastoada. Acervo de natureza e importância ímpares, não só no quadro do Noroeste, mas para a generalidade do território português, detém características muito específicas, nomeadamente no que concerne aos objetos de adorno, que impõem a confrontação com materiais ditos «principescos», descobertos em contextos funerários na região do Danúbio Médio[925].

Desde o momento da publicação, a necrópole de Beiral tem sido abordada em diferentes trabalhos e, em conformidade com o que se revelou possível comprovar, sujeita a diferentes interpretações. Genericamente classificada como de «época suevo-visigótica»[926], gerou algumas divergências ao nível das hipóteses de integração cronológica aventadas. De um modo geral, a datação avançada para os adornos metálicos oscila entre o século V[927] e o VI[928]. Não obstante e, designadamente no caso do diadema, uma das propostas recua

[922] BARROCA, 1987: 84.

[923] LANHAS, 1969: 249-250.

[924] É forçoso ressalvar que a peça, conforme hoje conhecida e publicada, consta de uma reconstituição, promovida de modo a organizar simetricamente os distintos elementos metálicos recuperados no terreno. Não é certo, porém, que a morfologia primordial fosse rigorosamente consonante com a presentemente apresentada, nem que não haja pingentes ou contas em falta, pelo que até a atual dimensão do adorno poderá não corresponder à original.

[925] AREZES, 2011: 119; 127-129.

[926] VIANA, 1961: 9-10.

[927] LÓPEZ QUIROGA & RODRÍGUEZ LOVELLE, 1999: 232; LÓPEZ QUIROGA, 2001: 117; 123; AREZES, 2011: 287; 367.

[928] BARROCA, 1987: 86; MATTOSO, 1992: 328; ALMEIDA, 1996a: 50.

até ao período D2 da cronologia estabelecida por Tejral, que se estende entre cerca de 380 e 400-440/450[929]. Por seu turno, Fernando Lanhas determina o intervalo balizado entre os séculos V e VI para enquadrar as cerâmicas, vidros e contas de colar[930], intervalo esse que representa também a opção enunciada por Rodríguez Resino[931] para o anel provido de decoração *cloisonné*[932]. Brochado de Almeida, atendendo à proximidade que reconhece entre os recipientes cerâmicos de Beiral e o copo recolhido na Bouça da Gateira, estação em que adiante nos centraremos, supõe mais acertada a aposta no século VI[933]. Já Ferreira de Almeida considerou que o referido adorno, bem como as contas de âmbar e, consequentemente, a necrópole, remeteriam para a segunda metade do século VI ou princípios do VII[934], contexto temporal manifestamente tardio.

Beiral do Lima surge-nos como um sítio de importância singular, onde a mais antiga ocupação documentada remonta ao século V. É certo que subsistem dúvidas em torno de algumas questões que, se resolvidas, nos permitiriam compreender de que modo se teria firmado a diacronia do lugar. Pensemos, a título de exemplo, nas «vasilhas de barro» que compõem o conjunto atribuído à necrópole: apesar de desconhecermos as circunstâncias da recolha, lembramos que, segundo Abel Viana, as peças inteiras deveriam ter sido cuidadosamente depositados nos sepulcros[935]. Estaria o autor a aludir aos vasos de cerâmica cinzenta fina, aos púcaros e à *almotolia*? Terão todas estas formas, que não primam propriamente pela homogeneidade tipológica ou pela similitude dos fabricos, sido exumadas a partir dos mesmos «covachos» que facultaram materiais com paralelos na região Danubiana? E como, pois, articular o achado dos adereços áureos, concretamente, o anel e o suposto diadema, com o dos recipientes cerâmicos?

Outra questão em aberto prende-se com o significado de que se revestirá a presença de um objeto de ferro, classificado como punhal, que se achou num estrato de cinzas e carvões sobreposto a um «pavimento de calcetaria»[936]. Rigaud de Sousa, salientando o facto de o contexto de exumação não ser sepulcral, relaciona essa camada de incineração com

---

[929] LÓPEZ QUIROGA, 2001: 118.

[930] LANHAS, 1969: 252-255; 258.

[931] Registem-se as palavras do autor acerca da tipologia das sepulturas: «[…] Un terceiro tipo é o da necrópole de Beiral, único na *Gallaecia*, polo menos ata onde nós sabemos. Cumpre prestarlle atención a estas tumbas feitas de pedras e forradas de ladrillos, non só pola súa complexidade construtiva, senón porque pertencen á única necrópole do Noroeste que podemos definir como culturalmente xermánica pola súa organización interna e polo seu enxoval […]» (RODRÍGUEZ RESINO, 2005: 107). Esta análise ignora as afirmações de Abel Viana: «[…] as sepulturas feitas de tégulas não continham qualquer objeto. Tudo o que, na necrópole de Beiral aqui deixamos escrito achava-se nos simples covachos abertos no subsolo. Foi em uma destas sepulturas apenas cavadas no solo que se encontraram uma das taças de vidro, o colar e o anel de ouro e as contas de colar, tanto de serpentina como de âmbar. […]» (VIANA, 1961: 9).

[932] RODRÍGUEZ RESINO, 2005: 129.

[933] ALMEIDA, 1996a: 50.

[934] ALMEIDA, 1979: 312.

[935] VIANA, 1961: 9.

[936] VIANA, 1961: 7.

uma hipotética celebração daquilo que designa de «culto do fogo» ou com a realização de fogueiras envolvidas na preparação de banquetes rituais[937]. Até que ponto algum destes pressupostos será válido?

Finalmente, e sem lograr responder às interrogações elencadas, impõe-se desenvolver um pouco um dado previamente mencionado e que se prende com a ocorrência de outros restos arqueológicos nas imediações. De facto, Abel Viana regista «vestígios de habitações» a cerca de 150 metros da necrópole, local de onde procedem também dois pesos de tear e um fundo perfurado, provável queijeira. Dessa mesma zona são provenientes, além de fragmentos de cerâmica comum romana, um bordo decorado de peça similar à forma Dragendorff 29, datável do século I, a par de um fundo de Dragendorff 46, atribuível ao intervalo que se estende entre os séculos II e IV[938]. Poderão estes elementos, detetados nas proximidades dos enterramentos, indiciar a subsistência de um outro tipo de ocupação, que ali se terá enraizado, prolongando-se ao longo de várias centúrias? Face ao atual estado de conhecimentos, não é possível veicular explanações mais concretas ou estabelecer propostas interpretativas muito elaboradas. Ainda assim, a possibilidade de, pelo menos uma das fases da necrópole, poder ter possuído relação com um eventual casal ou *villa* que ali tenha existido deverá, necessariamente, ser considerada.

Prosseguimos com a abordagem a um sítio que, à semelhança do precedente, se localiza no concelho de Ponte de Lima. Trata-se da necrópole da **Bouça da Gateira**, associada à Quinta do Paço Velho da Facha. Situada numa área próxima quer do Castro de Santo Estevão da Facha quer da Quinta do Paço, representa um caso de relação direta entre o espaço da *villa* e o da necrópole, implantada a cerca de 50 metros do primeiro. A primeira menção bibliográfica que lhe é feita, no boletim paroquial da freguesia da Facha, de 1974, fica a dever-se ao Padre António José Baptista[939]. Escassos anos mais tarde, António Matos Reis recupera as informações ali colhidas e utiliza-as no seu trabalho sobre a romanização do concelho de Ponte de Lima[940]. Posteriormente e já em artigo datado de 1981, da autoria de investigadores da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, o sítio volta a ser evocado[941]. Ressalve-se, porém, que quer na publicação do pároco da Facha, quer no artigo conjunto, de 1981, a denominação indicada é «Gondim», visto que as sepulturas identificadas se inscrevem num terreno conhecido pelo referido topónimo[942].

Brochado de Almeida alude às excelentes condições naturais que envolvem este complexo, *villa* e necrópole, entendendo-as como explicação incontornável na raiz de uma fixação que poderá ter-se iniciado no século V e distendido até ao VIII[943], coincidindo inclusive com

[937] SOUSA, 1979: 297.
[938] ALMEIDA, 1996a: 52.
[939] BAPTISTA, 1974: 3-4.
[940] REIS, 1978: 43.
[941] ALMEIDA *et al.*, 1981: 6.
[942] BAPTISTA, 1974: 3-4; ALMEIDA *et al.*, 1981: 6.
[943] ALMEIDA, 1996a: 281; 336; 2003: 317.

a chegada ao território dos povos berberes de origem norte-africana. A necrópole, detetada fortuitamente numa zona de pinhal[944], a que se encontra sobranceiro um pequeno rochedo, revelou dez sepulturas, não se excluindo, contudo, a hipótese de outras terem existido e, porventura, sofrido destruição, motivada pelo corte e exploração da fraga. O conjunto mostrava-se como que agrupado e, apesar de abarcar estruturas pautadas por alguma heterogeneidade tipológica, possuía como denominador comum o facto de os sepulcros se apresentarem escavados no solo ou mesmo no substrato. Entre as opções adotadas registe-se a definição das caixas através do recurso a blocos pétreos ou a materiais de construção (*tegulae* e *imbrices*). São três as que se coadunam com a última solução elencada, denotando, além do mais, configuração triangular, no que se aproximam de uma estrutura tumular achada em Balugães[945], Barcelos[946]. Já os fundos, por seu turno, seriam, em geral, constituídos por uma sequência horizontal de *tegulae*, sobre as quais repousariam os indivíduos inumados. Mas, num dos casos, e dada a ausência de tais cerâmicas de construção, o corpo teria sido colocado diretamente no solo.

No que concerne aos materiais recuperados, esta necrópole de inumação saldou-se na recolha de cantoneiras de ferro e de um suposto fecho de caixão. Já ao nível da componente votiva propriamente dita, foi exumada uma só peça completa, um copo, atualmente depositado no Museu dos Terceiros, em Ponte de Lima. Associados a este recipiente cerâmico, estariam pequenos fragmentos de ferro, um dos quais exibiria uma «[…] cabeça de serpente […]»[947]. Colocamos, neste sentido, a hipótese de ter também sido depositado um elemento de adorno na sepultura, eventualmente, um bracelete com remates em forma de ofídio, à semelhança do verificado noutros enterramentos coevos.

A atribuição de cronologia a esta necrópole fez emergir algumas dúvidas, motivadas pela carência de dados. Com efeito, o Padre António Baptista apontou o intervalo que se estende entre os séculos IV e VI[948]. Já Brochado de Almeida, ao relacionar o sítio com a *villa* do Paço Velho, imputa-lhe um tempo de ocupação que se teria iniciado no século V e persistido até ao VIII. Acrescenta que a parca presença de espólio se poderá ter ficado a dever à penetração do cristianismo entre os habitantes da *villa,* possibilidade que considera atestada pela descoberta de uma placa de cinturão provida de inscrição cristã[949]. Na verdade,

[944] BAPTISTA, 1974: 3.

[945] ALMEIDA, 1996a: 330-331.

[946] A sepultura de Balugães, detetada nas imediações do campo de futebol da freguesia, concelho de Barcelos, é atribuída por Brochado de Almeida ao período que medeia entre o século V e os alvores «[…] da monarquia suevo-visigótica. […]» (ALMEIDA, 1996b: 57-58). No entanto, dada a inexistência de materiais associados ao sepulcro e, consequentemente, dadas as limitações decorrentes de tal circunstância, abstivemo-nos de a integrar no inventário de necrópoles passíveis de, com alguma segurança, serem classificadas como de filiação «germânica».

[947] BAPTISTA, 1974: 4.

[948] BAPTISTA, 1974: 3.

[949] «[…] Interessante é, sem dúvida, a quase ausência de espólio cerâmico que em parte se pode justificar pela presença de elementos cristãos entre os ocupantes da "villa". Bastará relembrar a placa de cinturão com motivos e inscrição cristãos que justificará (?) a ausência de "baixelas funerárias" no interior dos túmulos já que eram consideradas como elementos do agrado e da ritualidade funerária pagã […]» (ALMEIDA, 1996a: 331).

o referido objeto, característica peça rígida de cariz epigráfico e com paralelos conhecidos noutros pontos da geografia peninsular, ostenta uma fórmula inequivocamente cristológica, *Christus sit te cum*. Questionamos, todavia, até que ponto estaria o indivíduo que envergou este cinturão sobre a sua indumentária, ciente dessa especificidade e, por outro lado, se o uso de um adereço veiculando tal mensagem se revestiria de uma tradução simbólica especial[950]. A confirmar-se tal cenário, as escassas recolhas concretizadas em contexto sepulcral poderiam, efetivamente, indiciar uma recusa das práticas pagãs e a adesão à nova crença[951].

Transitemos agora para a **Quinta do Paço Novo**, também localizada na freguesia da Facha, concretamente, na zona da Meia de Baixo, entre a base do Monte do Castelo e o rio Tinto, onde as condições naturais são particularmente favoráveis. Nesta vasta propriedade agrícola, cujo terreno se dispunha em socalcos e cujo centro surge ainda pontuado pelo Paço, conjunto arquitetónico em que subsistem elementos datáveis do século XIV, e que abarca uma capela erguida na centúria seguinte[952], foram identificadas diferentes realidades arqueológicas: uma estrutura «castreja», um forno vocacionado para produção cerâmica e uma necrópole tardo-romana[953]. O mote para o reconhecimento dessas realidades diversas foi proporcionado pelo processo de transfiguração dos socalcos em plataformas, procedimento que permitiu revelar vestígios até então ocultos. O mais recuado reporta-se, portanto, à estrutura «castreja», a que foi atribuída uma cronologia centrada na primeira metade do século I. Já o forno, onde fundamentalmente terão sido cozidos materiais de construção e, porventura, também produções cerâmicas comuns, deverá ter laborado entre o final dos tempos de ocupação romana e os alvores da Alta Idade Média, datação proposta também para a necrópole[954].

O conhecimento relativo ao espaço em causa mostra-se, porém, coartado. Saliente-se, entre as limitações a apontar, o facto de estarem documentadas quatro sepulturas, três das quais foram sujeitas a depredações por parte de meios mecânicos. A única que se apresentava integralmente preservada possuía cerca de 1 metro de comprimento, relacionando-se, provavelmente, com um enterramento infantil. Destituída de indícios que permitissem conceber a existência de qualquer tipo de delimitação ou cobertura, pautava-se, por outro lado, pela ausência de pregos ou de demais vestígios passíveis de traduzir a existência prévia de um caixão, daí a hipótese avançada de o indivíduo ali depositado ter sido inumado vestido ou, eventualmente, embrulhado numa mortalha[955].

Não é possível afirmar com fundada certeza se a deposição de materiais seria rigorosamente equivalente em cada um dos sepulcros. De facto, a ação destruidora dos meios mecânicos saldou-se não apenas na aniquilação de três das sepulturas, mas também na

[950] AREZES, 2011: 99-101.
[951] ALMEIDA, 1996a: 334; BROCHADO, 2004: 142.
[952] ALMEIDA, 1996a: 119-120.
[953] ALMEIDA, 1990: 58.
[954] ALMEIDA, 1996a: 120-21.
[955] ALMEIDA, 1990: 75.

danificação e fratura dos recipientes cerâmicos nelas contidos, que totalizavam quatro taças e três copos[956]. Tivemos oportunidade de observar, no Museu dos Terceiros, em Ponte de Lima, dois desses copos, a par de uma das taças, concretamente a de aba horizontal, idêntica a uma peça recolhida em Santa Marinha do Zêzere (Baião)[957] e a uma outra, exumada nas escavações da necrópole de Silveirona (Estremoz)[958]. É esta taça, aliás, que tem vindo a ser usada como argumento basilar na atribuição de uma cronologia tardia ao conjunto cemiterial, interpretado como lugar de enterramento dos trabalhadores do forno cerâmico[959]. Com efeito, as similitudes evidenciadas face à forma 70 de Hayes e a uma taça Clara D de *Conimbriga* potenciaram a indicação de um intervalo compreendido entre finais do século IV e primeira metade do V[960]. Em contrapartida, os copos, com perfil em *S* e pastas razoavelmente depuradas, não permitem um balizamento cronológico tão circunscrito, podendo, pelo contrário, denunciar uma utilização mais ampla e entroncar até em recipientes romanos congéneres. De qualquer modo e apesar das interrogações não respondidas, parece firmada a existência de uma relação entre a necrópole, o forno e a *villa* que emerge centenas de metros a oeste da dita estrutura de produção[961].

Regista-se, assim, uma relativa «concentração» de necrópoles integráveis no nosso âmbito de estudo num território rural que se estende ao longo da margem esquerda do Rio Lima.

Deixando por agora esta região, transitamos para o nordeste do atual território português e passamos à análise de **Castro de Avelãs**, identificado com a primitiva *Brigantia*. Assim o entenderam, por exemplo, Almeida Fernandes ou o Padre Avelino Jesus da Costa[962]. Jorge de Alarcão, ao tratar as paróquias suévicas, assinalou a possibilidade de o referido *pagus, Brigantia,* corresponder à civitas dos *Zoelae*, desconhecendo-se, porém, em que momento este grupo populacional se teria deslocado de Castro de Avelãs para *Brigantia*[963]. Mas esta associação entre os *Zoelae* e *Brigantia* enforma uma ideia já com fundas raízes pois, conforme nos dá conta o abade Baudrand, no seu *Lexicon,* começou há muito a ser considerada, e por um outro abade, Langlet de seu nome, um estudioso da geografia antiga da *Hispania,* que para tal de baseou em achados epigráficos[964].

Ora, nas imediações de Castro de Avelãs, ergue-se a Torre Velha, uma elevação que, à altura da visita de J. Henriques Pinheiro, em trabalho para a Sociedade Martins Sarmento,

---

[956] ALMEIDA, 1990: 75.

[957] Depósito: M.N.A., s/ nº de inventário (contentor 887, vol. 10).

[958] Confrontar com taça sem indicação da sepultura de origem, eventualmente recolhida em Silveirona I (CUNHA, 2008: 162, n.º de catálogo 102; 205, fig. 103, n.º 102). Depósito: M.N.A., n.º inv. 2002.26.33.

[959] BROCHADO, 2004: 147.

[960] ALMEIDA, 1990: 77; ALMEIDA, 1996a: 122.

[961] ALMEIDA, 1996a: 122.

[962] FERNANDES, 1968: 70.

[963] ALARCÃO, 2001: 35.

[964] PINHEIRO, 1888: 74.

se mostrava em parte recoberta por carvalhos e em parte dedicada à cultura de cereais. Logo na encosta eram percetível a ocorrência de fragmentos de cerâmica comum e de importação, a par de materiais de construção e mós graníticas já quebradas, prenunciando a existência de uma ocupação antiga no local. Mas os vestígios não se circunscreviam ao outeiro da Torre Velha, estendendo-se por uma outra colina que emergia praticamente em contiguidade, nas «terras de S. Sebastião»[965].

Dada a abundância de elementos antrópicos dispersos por uma área que rondava os quatrocentos metros, calculados sensivelmente a partir da base da Torre Velha, parecia de todo o interesse concretizar algum tipo de intervenção naquele espaço. Assim se fez, e as primeiras escavações desvelaram alinhamentos pétreos, que J. Henriques Pinheiro julgou fazerem parte de uma estrutura de cariz habitacional. Note-se, contudo, que na extremidade poente do compartimento revelado, o responsável detetou ossadas humanas que, apesar de bastante deterioradas, aparentavam ter pertencido a dois indivíduos distintos[966]. Neste sentido e atendendo à presença de restos osteológicos, devemos colocar em causa a suposta vocação habitacional dos alinhamentos ou, em alternativa, equacionar a possibilidade de, a confirmar-se tal função, os enterramentos serem posteriores no tempo e se terem realizado num momento em que o dispositivo estaria já abandonado.

De qualquer modo, este «encontro» inicial com ossadas humanas naqueles terrenos configura apenas um exemplo, uma vez que situações congéneres se sucederam em paralelo ao avanço dos desaterros. Com efeito, assim se verificou na zona onde se supunha repousar o que restaria da igreja de São Sebastião. E, ao identificar efetivamente a estrutura cultual, constatou-se que os sepulcros se espraiavam quer no seu interior, quer exteriormente às paredes. As descrições fornecidas acerca da tipologia das sepulturas não são, porém, exaustivas. Sabe-se que parte delas integrava «[…] lousas postas de cutelo […]»; que algumas possuíam ainda as lajes de cobertura e que duas, de granito, denotavam forma idêntica à de uma «canôa»[967]. Além das soluções elencadas, outras foram encontradas. Destacamos o marco miliário convertido em túmulo e no seio do qual se reuniram fémures, tíbias e cinco crânios de adultos, a par de ossadas mais pequenas, talvez pertencentes a crianças[968], no que representa um caso evidente de reutilização.

Ora, os parcos dados concretos coligidos parecem apontar para uma ampla diversidade de realidades funerárias e, pensamos, também de cronologias, imputáveis aos múltiplos enterramentos que, de algum modo, se relacionavam espacialmente com a igreja de São Sebastião. É certo que não nos é possível perceber exatamente em que moldes se orga-

[965] PINHEIRO, 1888: 76-77.

[966] PINHEIRO, 1888: 78.

[967] Em rigor, desconhecemos a que tipo específico de estrutura tumular pretenderia J. Henriques Pinheiro aludir através de tal comparação. Todavia, e pelo facto de mencionar ter visto sepulcros similares a servir de «lavadouro» (PINHEIRO, 1888: 81-82), pressupomos tratar-se de uma espécie de monólito escavado, eventual sarcófago.

[968] PINHEIRO, 1888: 83.

nizariam esses enterramentos, nem sequer conceber ao longo de quanto tempo terá esta área sido ocupada como «campo mortuário». Mas, malgrado o desconhecimento em torno de várias questões, justificamos a abordagem à Torre Velha em função do achado de um adorno metálico de vestuário em contexto sepulcral.

O túmulo que proporcionou a recolha implantava-se a uma distância de cerca de seis a oito metros daquela que seria a porta traseira das ruínas do edifício cultual, figurando entre outras estruturas de características análogas. Registe-se, porém, que a par destas, foi reconhecido novo marco miliário[969], também reaproveitado como sepultura[970] daí que, uma vez mais, haja a realçar a variabilidades de opções construtivas adotadas. Relativamente ao adereço acima mencionado, que J. Henriques Pinheiro considerou concernir a uma fíbula[971], consta, na verdade, de uma fivela de aro ovalado e fuzilhão escutiforme[972], com notórios paralelismos em exemplares oriundos de necrópoles classificadas como visigóticas, caso da Abuxarda, em Cascais, na qual adiante nos deteremos.

Segue-se, no itinerário das estações a analisar, a necrópole de **São Miguel**, sita em Caldas de Vizela, concelho de Vizela. Ora, Caldas chegou a ser perspetivada como capital de uma *civitas* romana[973]. Mais recentemente, porém, o facto de não ser possível estabelecer um *territorium* geográfico verosímil para a suposta *civitas*, levou a que assomassem dúvidas em torno de tal interpretação. Neste sentido, começou a afigurar-se mais provável que naquela área dos limites do território dos *Bracari*, tenha existido antes um *vicus* importante, que seria conhecido como *Aquae Calidae*[974]. O termo *Occulis Calidis* ou *Occulis Calidarum* ter-se-ia sedimentado apenas no Baixo Império ou já nos tempos de dominação sueva, altura em que a designação poderá ter sido abreviada, visto que no *Parochiale*, datável dos finais do século VI, a «paróquia» surge como *Occulis.* Mas, retenha-se, a resistência da denominação afirma-se no tempo como uma evidência, uma vez que sobrevém ainda em documentos de 1014[975], onde se refere o «mandamento de Avizella» e a «[…] hereditate patrum eius hic in Occulis Calidarum […]»[976] ou «[…] hic in Sancto Michael in Occulis Calidarum […]»[977].

---

[969] A descoberta de marcos miliários na zona da Torre Velha decorrerá de uma circunstância particular: de facto, os dados arqueológicos parecem indicar que ali confluiriam os dois ramais da via XVII do Itinerário de Antonino, cuja existência entre *Aquae Flaviae* e a região de Bragança está perfeitamente atestada (ALARCÃO & BARROCA, 2012: 356-357, s. v. *Zoelas*, [entrada de A. REDENTOR]).

[970] PINHEIRO, 1888: 84.

[971] «[…] N'uma dellas apareceu uma fibula de bronze, completa, e de fórma circular: a parte exterior do aro é em relevo de meia canna; a interna é plana. […]» (PINHEIRO, 1888: 84).

[972] Esta peça, integrada no Catálogo em anexo, encontra-se depositada no Museu da Sociedade Martins Sarmento (n.º de inv. 2764 [c] – M.S.A.).

[973] ALARCÃO, 2011: 31; 34.

[974] ALARCÃO, 2004b: 206.

[975] ALARCÃO, 2004b: 206.

[976] PMH, DC 223.

[977] PMH, DC 225. Este último documento é igualmente referido por Pinho Leal que, na entrada referente a *Oculis*, escreve: «[…] antiquissima parochia da freguezia do Minho, pois já existia no século VII, quando o rei Wamba fez a divisão dos

Inscrita na diocese de *Bracara* e reunindo alguns topónimos derivados da antroponímia genitiva[978], a localidade de Vizela tem sido cenário do descobrimento de inúmeros e relevantes vestígios arqueológicos, fundamentalmente conotados com uma intensa ocupação urbana e balnear, que remete para os tempos da romanização. No entanto, é possível que as potencialidades das águas termais tenham sido reconhecidas ainda em fase anterior e aproveitadas pelas populações fixadas nos castros[979]. Assim parecem demonstrar as duas inscrições dedicadas à divindade indígena *Bormanicus*[980], consagrada ao culto das fontes e nascentes, em suma, ao elemento aquático e sua dimensão sagrada e curativa[981].

Mas a valorização das águas não é atestada apenas através das inscrições. São vários, aliás, os indícios que apontam para a existência de um *vicus* termal nesta zona cruzada pela via que ligava *Bracara* a *Emerita Augusta*. Com efeito, construções e empreendimentos realizados em Caldas de Vizela, entre os quais cabe salientar os que tomaram lugar na atual Praça da República, anteriormente conhecida por Lameira, têm vindo a revelar cerâmicas, mosaicos e inclusive restos de um balneário, os quais foram parcialmente escavados numa intervenção de emergência dirigida por Francisco Queiroga[982]. E não será de estranhar a localização do conjunto, que corrobora informações contidas nos escritos de Martins Sarmento. De facto, já na segunda metade do século XIX, aquele investigador dava conta da existência de velhas termas ocultas na Lameira, acrescentando a possibilidade de os vestígios correlativos, a par de muitos outros dispersos entre o referido espaço e a igreja de São Miguel, constituírem porventura o sustentáculo de uma lenda que versava em torno da antiga povoação que ali se teria fundado. E, na realidade, a pedra trabalhada que foi sendo reutilizada nos edifícios em redor da igreja e que, não raro, continuava a ser desenterrada, os incontáveis fragmentos cerâmicos e de materiais de construção, os elementos arquitetónicos, inscrições e numismas[983], apontavam, indubitavelmente, para a vigência de uma ocupação urbana de relevo[984].

---

bispados da Lusitania (675) – O seu nome provinha de uns *Olhos d'agua* thermal que aqui nascem. Consta isto de uma sentença que deu D. Affonso V de Leão, quando esteve n'esta freguezia, e que existe no archivo da collegiada de Guimarães. Na sua data diz – *Hic in Ecclesia Sancti Michaelis in Oculis Calidarum.* […]» (LEAL, 1875: 199).

978 FERNANDES, 1997: 154.

979 AREZES, 2006: 2.

980 «[…] No Museu da Sociedade Martins Sarmento de Guimarães guardam-se duas inscripções consagradas ao *deus Bormanicus* […]. As duas lápides foram encontradas nas Caldas de Vizella: a 1ª, nos fins do sec. XVIII, no sitio da Lameira; a 2ª, em 1841, junto ao Banho do Medico. […] (VASCONCELOS, 1905: 266).

981 SARMENTO, 1884a:166; SARMENTO, 1884b: 59; 63; VASCONCELOS, 1905: 266-271)

982 CARVALHO, 2008: 44.

983 SARMENTO, 1884a: 162-163.

984 Anos antes, já Pinho Leal fizera referência a achados efetuados em São Miguel: «[…] Em 1744, se descobriu aqui um tanque de 20 palmos de largo por 20 de comprido, lavrado e muiio bem feito, com degraus de mosaico, obra romana, o que prova que já no tempo dos romanos se usavam, para cura de doenças, d'estas águas. Os banhos publicos dos romanos (termas) não estavam reunidos dentro em um edificio, mas dispersos nos diferentes sitios em que rebentam as nascentes. […] (Diz-se que os romanos edificaram aqui um templo a *Céres.*). Mas, nem d'este templo nem da povoação que consta eles também aqui

Ora, as características medicinais das águas assumem-se, portanto, como fator determinante para o desenvolvimento da povoação[985]. Mas, em paralelo, a já mencionada proximidade da via militar romana afirma-se como outra das explicações na raiz de tal evolução. Na verdade, será até lícito afirmar que a implantação contígua ao traçado da via poderá mesmo ter garantido, não só a *Occulis*, como a *Tongobriga*, outro aglomerado congénere e relativamente próximo, a perduração ao longo da Alta Idade Média[986].

A necrópole que incluímos no presente estudo insere-se, precisamente, na referida cronologia. Foi no âmbito do acompanhamento das obras de construção da creche paroquial, a erguer em terreno adjacente à igreja de São Miguel, que se detetaram as primeiras três sepulturas, concretamente, aquando da abertura de algumas das sapatas previstas no projeto. Consequentemente, foi decidido, em articulação com a tutela, proceder à escavação em área de 20 m^2, de modo a procurar definir a extensão, grau de conservação e datação das estruturas sepulcrais e dos demais materiais arqueológicos desde logo identificados[987]. A referida área apresentava-se limitada, a sul, por um edifício de apoio à igreja, sob a qual certamente se prolongaria a necrópole; a norte, pela linha de terreno até onde se estendiam os vestígios; a poente, pelo caminho que ladeia a igreja e as construções de ação social; por último, a nascente, a fronteira da intervenção foi marcada por uma faixa de terreno muito perturbada, onde pontuavam fundações de betão ciclópico, envolvidas por entulhos[988]. Assim se definiram as balizas espaciais no interior das quais se procuraria colocar a descoberto o que restava da velha necrópole.

Compunham-no um total de catorze estruturas de inumação seladas e bem conservadas, exceção feita à n.º 1, truncada e sobre a qual se achava parcialmente depositada a unidade estratigráfica superficial [UE-01], pautada por uma mescla de materiais que incluía entulho contemporâneo e abundante *tegulae* romana, assim denunciando as profundas transformações e revolvimentos a que aqueles solos haviam sido sujeitos. Não obstante, o fundo da estrutura, referente a três ladrilhos inteiros, onde se acumularam terras correspondentes à [UE-01], não indiciava afetação. Aos restantes sepulcros, por seu turno, sobrepunha-se a [UE-04], saibrosa e de tonalidade amarelada, onde avultavam alguns materiais cerâmicos integráveis nos séculos XI-XII[989].

Em termos construtivos, a esmagadora maioria dos túmulos pautava-se pelo emprego de blocos de granito, de média a grande dimensão, os quais, não raro, constavam de elementos arquitetónicos romanos reaproveitados, provavelmente originários de algum edifício

fundaram, ha o menor vestigio. Os proprios banhos jaseram por seculos enterrados e sem noticia […] até que (parece que em 1840) foram descobertos uns apos outros» (LEAL, 1874: 41).

[985] CARVALHO, 2008: 44.

[986] MARTINS, 1992: 15.

[987] AREZES, 2006: 1.

[988] AREZES, 2006: 9-10.

[989] AREZES, 2006: 11; 23-24.

de vulto que existiria nas imediações. Tal solução surgia plasmada, a título de exemplo, na sepultura n.º 2, que incluía uma cornija ou na n.º 4, em cujas paredes norte e sul ocorriam blocos com entalhes, sendo a cobertura constituída, entre outros, por uma suposta pia incompletamente escavada. Por sua vez, a n.º 8 abarcava uma pedra de arco e a n.º 9, parte de uma canalização ou caneiro. Já os espaços que se quedavam vazios, designadamente, entre as coberturas e as paredes foram, em regra, preenchidos com fragmentos de *tegulae*. Note-se, por outro lado, que alguns dos sepulcros evidenciavam uma inquestionável conexão, partilhando uma das paredes. É o caso dos n.º 2 e 3 e dos n.º 8 e 9, manifestando-se perfeitamente claras as relações de anterioridade e posteridade entre as sepulturas de cada um desses conjuntos. Com efeito e, nas duas situações apontadas, a parede interior do primeiro dos túmulos a ser preparado exibia a faceta mais aplanada e regular dos blocos; em contrapartida, a sepultura construída em momento ulterior, ao utilizar o alinhamento pré-existente, ostentava, como face interna, a exterior da mais antiga e, por conseguinte, menos cuidada[990]. Consideramos, naturalmente, que uma motivação concreta poderia ter ditado este esquema de estruturação particular; no entanto, desconhecemos se algum critério prático, como seja a escassez de materiais ou a carência de espaço disponível, poderão configurar uma vertente explicativa. De qualquer modo, colocamos desde já a hipótese de os indivíduos inumados em sepulcros fisicamente relacionados terem possuído um vínculo em vida, eventualmente, de natureza familiar.

Convém ainda e, a propósito do quadro construtivo, registar os desvios ao padrão dominante. O primeiro recaía na sepultura n.º 6, uma das três detetadas logo na fase de acompanhamento. Recoberta, em parte, por um fino nível argiloso, apenas parcialmente visível, visto que se estendia para sul, sob a residência de apoio paroquial, patenteava, no topo, lajes de granito planas e pouco espessas. Todavia, não chegou a proporcionar-se a oportunidade de remover, com metodologia arqueológica, a supracitada camada argilosa, dada a destruição a que a mesma foi sujeita por um trabalhador afeto à obra, ao remover fortuitamente a cobertura, com o intuito de examinar o interior da câmara[991]. A outra sepultura a revelar dissonâncias em termos de estruturação, e estas, bem vincadas, referia-se à n. º 10. Por oposição ao esquema construtivo adotado nos restantes túmulos, cada uma das paredes da n.º 10 integrava uma sequência de oito fiadas de ladrilhos sobrepostos, tendo o recurso a elementos pétreos, de configuração razoavelmente regular, sido confinado à cobertura. Por outro lado, também o fundo evidenciou diferenças face ao atestado noutros túmulos. De facto, nas estruturas sepulcrais constituídas unicamente por blocos graníticos, os fundos podiam assumir duas variáveis: apresentar ladrilhos ou, em alternativa, encontrar-se despojados de qualquer material e, neste sentido, facultar a visualização direta do substrato geológico. Por seu lado, na n.º 10, era percetível uma camada de tonalidade

[990] AREZES, 2006: 24-30.

[991] AREZES, 2006: 26.

vermelha particularmente compacta, quase que um pavimento, resultante da combinação de cascalho granítico e material de construção fragmentado[992]. Neste ponto, há que colocar um leque de questões: como interpretar a manifesta singularidade da sepultura n.º 10 no panorama descrito? Seria, cronologicamente, a mais antiga e, portanto, fundacional, tendo a sua existência ditado o desenvolvimento de outras estruturas em seu redor? Ou seria coeva, firmando-se a excecionalidade que a caracteriza no facto de consubstanciar o local de enterramento de um indivíduo privilegiado? Todavia e, se assim fosse, como perceber a ausência de espólio votivo e/ou de elementos de adorno no seu interior? Efetivamente e, apesar de escasso, foi recolhido material de duas outras sepulturas, em concreto, uma vasilha cerâmica e um aro de fivela de ferro[993]. Assim sendo, poderia o privilégio ou a demonstração de um estatuto mais elevado assentar exclusivamente nas soluções construtivas do túmulo do inumado?

Sem base sustentável para responder a tais interrogações, impõem-se algumas observações em torno dos artefactos citados. Comecemos pelo aro de fivela, recuperado da sepultura n.º 3[994]. Ainda que incompleto e em mau estado de conservação, não deixa de refletir um dado importante acerca de uma prática vigente naquela necrópole: a inumação vestida. Mas como perspetivar tamanha escassez de adereços? Teria havido outros adornos que, à semelhança dos restos osteológicos, não lograram conservar-se, em virtude da forte acidez dos solos? Ou poderão parcos recursos económicos ter estado na génese dessa carência artefactual?

Em paralelo e, no que respeita ao recipiente cerâmico que chamámos de vasilha e que, tipologicamente, se assemelha a uma garrafa, note-se que corresponde ao único elemento de mobiliário fúnebre exumado na necrópole, em concreto, na sepultura n.º 8[995]. Ora, são múltiplas as hipóteses a colocar, no intento de aclarar as razões que terão levado à deposição desta peça, completa, com uma das asas grafitada e em excelente estado geral, no interior da câmara sepulcral. Uma delas, que entronca na tradição romana, prende-se com o costume de derramar bálsamos ou perfumes sobre o morto ou com a prática de o presentear com libações ou oferendas de géneros alimentares. Outra, que associa o vaso cerâmico ao litúrgico, de bronze, utilizado na administração do sacramento do baptismo, atribui à sua presença um simbolismo que radica na noção de passagem e de purificação, em conformidade com o enquadramento proporcionado pelas crenças cristãs em voga[996].

Em termos cronológicos e atendendo não só à orientação geral (este-oeste), características dos sepulcros e especificidades da componente material por eles gerada, somos tendentes a apontar a segunda metade do século VI ou a centúria subsequente como o

[992] AREZES, 2006: 28.
[993] As descrições correlativas figuram no Catálogo em anexo.
[994] AREZES, 2006: 8; 16.
[995] AREZES, 2006: 16; 51.
[996] BROTÓNS YAGÜE, 1997: 407.

período de ocupação da necrópole. Na verdade, a quase inexistência de artefactos em contexto de enterramento poderia, num primeiro nível de entendimento, ser relacionado com o cumprimento de disposições contidas no cânone LXIX do II Concílio de Braga[997], datado de 572[998]. Com efeito, e na opinião de alguns investigadores, só após a celebração do III Concílio de Toledo e da consequente «unificação» religiosa, mas sobretudo já ao longo do século VII, é que começam a reaparecer enterramentos acompanhados de mobiliário fúnebre. Mas o modo como esse ressurgimento se processa nem sempre se mostra especialmente expressivo, podendo as deposições limitar-se precisamente à inclusão de um jarro ou recipiente de contenção de líquidos congénere ou antes à colocação de uma fivela ou placa de cinturão sobre a indumentária do inumado[999], traços definidores que se repercutem claramente na necrópole de São Miguel. No que concerne à presença isolada dos referidos tipos de cerâmica em distintos pontos da geografia peninsular, há que salientar que, de acordo com alguns autores, ou se inscrevem em contextos hispano-romanos e, especificamente, em áreas fortemente romanizadas ou se correlacionam com momentos posteriores à «unificação» idealizada por Leovigildo e cumprida por seu filho, Recaredo[1000], leitura que, porém, poderá ser tida como excessivamente «subjugada» à indicação cronológica histórica.

6.2. Sítios entre o Douro e o Tejo

Atravessamos o Douro e avançamos para sul, de forma a dar continuidade à abordagem das necrópoles onde tem sido possível reconhecer vestígios, mais ou menos substanciais, de enterramentos associados a populações de origem «germânica». É então chegado o momento de nos determos em ***Conimbriga*** (Condeixa-a-Velha).

Impõe-se que comecemos por justificar a inclusão deste importante sítio romano no presente capítulo, uma vez que não existem dados publicados acerca da presença de uma necrópole «bárbara» naquele local. Todavia, algumas indicações e pistas colhidas, muito embora não conclusivas, levam-nos a considerar como fortemente válida a possibilidade de ali terem existido enterramentos consentâneos com o âmbito sobre o qual nos debruçamos. Em paralelo, o significativo conjunto de materiais que ao longo dos anos foi possível recolher, não só aquando da realização das campanhas luso-francesas, mas igualmente no quadro das chamadas «Escavações Antigas», parte dos quais permaneceu inédito até ao presente, incitam-nos a aproveitar a oportunidade de aqui explorar o significado da sua ocorrência.

---

997 «[…] LXIX. *No está permitido a los cristianos llevar alimentos a las tumbas.*
No está permitido a los cristianos llevar alimento a las tumbas de los difuntos, ni ofrecer a Dios sacrificios en honor de los muertos. […]» (VIVES, 1963: 102).

998 AREZES, 2006: 8; 54.

999 ABÁSOLO ALVAREZ & PÉREZ RODRÍGUEZ-ARAGÓN, 1995: 301.

1000 RIPOLL LÓPEZ, 1989b: 417.

De qualquer modo, não podemos deixar de registar que uma das grandes limitações que marca o esforço de interpretação radica na ausência de informações relativas à procedência concreta dos achados. Aliás, a descontextualização é um denominador quase que transversal à atual «identidade» do conjunto agrupado no Catálogo em anexo.

Foram diversas as categorias de objetos que tivemos oportunidade de analisar, muito embora a efetiva predominância tenha recaído nos elementos metálicos relacionados com a aplicação sobre o vestuário ou com o adorno do corpo. Também artefactos presumivelmente vocacionados para a utilização militar ou conectáveis com o equipamento dos equinos foram estudados, se bem que, para o período em estudo, se tenham mostrado quantitativamente pouco expressivos[1001].

Mas comecemos por perspetivar a cidade.

Apesar de mencionada em algumas fontes clássicas coevas, são parcas as referências que lhe são feitas. Na segunda metade do século I é apresentada na obra *Naturalis Historiae*, de *Plinii Secundi*, conhecido por Plínio o Velho, como um *oppidum* da província da *Lusitania*[1002]. É também referida no Itinerário de Antonino, provavelmente elaborado nos inícios do século III, durante o reinado de Caracala, a propósito da indicação dos lugares cruzados pela via XVI, que ligava *Olisipo* a *Bracara Augusta*[1003]. Posteriormente, Idácio, bispo de Chaves, continuador de uma tradição literária desenvolvida por figuras de renome, como Eusébio de Cesareia e São Jerónimo[1004], descreve os ataques suevos perpetrados contra *Conimbriga* em 465[1005] e 468[1006] no *Chronicon*, documento incontornável que narra cronologicamente todos os acontecimentos de relevo a partir de 379, ano em que Teodósio o Grande é proclamado Imperador. A perspetiva que Idácio ali veicula acerca dos acontecimentos despoletados pelas «invasões», que testemunha «diretamente», não obstante pretender ser imparcial, é a de um homem da Igreja, fervorosamente defensor da fé ortodoxa e profundamente imbuído de uma matriz cultural romana[1007]. E, com efeito, o cenário calamitoso que traça para *Conimbriga*, supostamente abandonada e transformada em deserto na sequência da segunda investida, é contrariado não só pela Arqueologia[1008], mas inclusive pelas fontes conciliares.

[1001] Em termos gerais, os achados de *Conimbriga* relacionáveis com o equipamento militar enformam um conjunto não muito abundante. Por outro lado, esses elementos terão sido frequentemente recolhidos em níveis superficiais ou de revolvimento, daí as dificuldades na atribuição de cronologias (ALARCÃO *et al.*, 1979: 11; 85).

[1002] «[…] A Durio Lusitania incipit. Turduli veteres, Paesuri, flumen Vagia, oppidum Talabrica, oppidum et flúmen Aeminium, oppida Coniumbrica, Collippo, Eburobrittium. […]» (PLÍNIO, 1969: § 21 [113].

[1003] ALARCÃO *et al.*, 1979: 243-244.

[1004] TRANOY, 1974: 9.

[1005] «[…] § 229. Les Suèves, après avoir pénétré par traîtrise à Conimbriga, s'emparent des biens de la noble famille de Cantaber et emmènent en captivité la mère et ses fils […]» (IDÁCIO, 1974: 171).

[1006] «§ […] 241. II. Conimbriga, surprise en paix, est pillée; les maisons et une partie des murailles rasées, les habitants sont capturés et déportés: la cité et sa région ne forment plus qu'un désert […]» (IDÁCIO, 1974: 175).

[1007] TRANOY, 1974: 16-17.

[1008] ALARCÃO *et al.*, 1979: 255.

De facto, a confrontação com textos produzidos nessas reuniões eclesiásticas permite confirmar a presença de um bispo oriundo de *Conimbriga* no século VI, circunstância apenas explicável no quadro da sobrevivência da cidade[1009]. Assim, no I Concílio de Braga, celebrado em 561, estaria presente *Lucentius*[1010], prelado que, aquando do II Concílio bracarense, de 572, tomaria novamente assento entre os pares[1011].

Todavia, escassos anos mais tarde, no III Concílio de Toledo, de 589, encontra-se registada a presença de um *episcopus aeminiensis*, *Possidonius*[1012]. Henrique Flórez, porventura o primeiro autor a chamar a atenção para tal mudança, justifica-a através da eventual vigência de um bispado dividido em duas sedes ou lugares distintos, *Conimbriga* e *Aeminium*[1013], hipótese nunca corroborada. Aliás, e atendendo à argumentação que desenvolve, *Conimbriga* corresponderia à atual Coimbra e *Aeminium* a uma povoação implantada nas imediações de Águeda[1014], pressuposto igualmente erróneo.

De qualquer modo, o facto de, no III Concílio de Toledo, *Possidonius* assumir a dignidade eclesiástica enquanto representante de *Aeminum*[1015], reveste-se de importante significado e indicia uma inflexão incontornável relativamente à localização da sede do bispado. Com efeito, no IV Concílio de Toledo, realizado na centúria seguinte, concretamente, em 633, é *Renatus,* oriundo da *ecclesiae Conienbriensis* quem assina o documento que integra as novas disposições conciliares[1016]. E, ao longo do século VII, a indicação de tal origem repete-se[1017], sendo que a derradeira menção nesse sentido ocorre em 693, motivada pela presença de *Emila* no XVI Concílio de Toledo[1018]. É certo que as interpretações relativamente ao momento em que se terá processado a transição da sede de bispado de *Conimbriga* para *Aeminium* se

[1009] ALARCÃO *et al.*, 1979: 244.

[1010] «[…] Habiéndose reunido en la iglesia metropolitana de la provincia de Braga, los obispos de la provincia de Galicia, esto es: Lucrecio, Andrés, Martín, Coto, Hilderico, Lucecio, Timoteo y Malioso, por mandato del antedicho gloriosísimo rey Ariamiro […]» (VIVES, 1963: 65).

[1011] «[…] Habiéndose reunido por mandato del referido príncipe [Mirón] en la iglesia metropolitana de Braga, los obispos de la provincia de Galicia, tanto los del distrito bracarense como los del distrito de Lugo, con sus metropolitanos, a saber: Martín, Nitigio, Remisol, Andrés, Lucecio, Adorico, Bitimer, Sardinario, Viator, Anila, Polimio y Mailoc, habiendo tomado asiento juntamente todos estos obispos y estando presente todo el clero, Martín, obispo de la iglesia de Braga, dijo […]» (VIVES, 1963: 78).

[1012] Optámos, nesta nota, por fornecer a tradução sugerida por Vives, bem como a versão original, em latim: «[…] Posidonio, obispo de la iglesia de Minio, firmé. / Possidonius Emin[i]ensis ecclesiae episcopus subscribsi» (VIVES, 1963: 138). Registe-se, a este propósito, que ao propor a equiparação do termo *Emin[i]ensis* a *Minio*, Vives veicula uma proposta obviamente muito questionável.

[1013] FLÓREZ, 1758: 62-73.

[1014] FLÓREZ, 1758: 66-67.

[1015] JORGE, 2002: 75; 139.

[1016] Optamos, uma vez mais, por transcrever a tradução de J. Vives, a par da versão em latim: «[…] LXIV. Renato, arcipreste de la iglesia de Coimbra, representando a mi señor el obispo Ermulfo, firmé. // Renatus ecclesiae Conienbriensis archipresbyter, agens vicem domini mei Ermulfi episcopi, subscribsi […]» (VIVES, 1963: 224).

[1017] *Sisebertus* terá estado presente no VIII Concílio de Toledo, em 653; *Cantaber* compareceu no de Mérida, em 666 e *Miro*, no XIII de Toledo, em 683 (VIVES, 1963: 288; 343; 432).

[1018] «[…] Emila, obispo de la iglesia de Coimbra, firmé. // Emila Coninbriensis episcopus ss. […]» (VIVES, 1963: 520).

dividem, não tendo ainda sido encontrado completo consenso[1019]. Ana M. Jorge situa essa transição algures no período que medeia entre a celebração do II Concílio de Braga, em 572 e a do III de Toledo, em 589[1020], o que, atendendo à documentação conciliar conhecida, se afigura francamente convincente. No entanto, apontar a aniquilação de *Conimbriga* pelos suevos como argumento para justificar a transferência[1021] enforma uma proposta dificilmente sustentável, uma vez que os ataques datam de 465 e 468[1022] e os dois Concílios de Braga de 561 e 572, respetivamente[1023]. Neste sentido, parece mais válido considerar que, malgrado as destruições infligidas à cidade pelos suevos, *Conimbriga* terá recuperado dimensão e importância suficientes para, quase cem anos depois de tais acontecimentos, se manter ainda como sede de bispado e, nessa qualidade, lograr enviar o seu máximo representante eclesiástico aos Concílios de Braga, realizados já na segunda metade do século VI. É pois, possível, que a deslocação da sede de bispado para *Aeminium,* então mais segura, tenha decorrido da expansão do poder visigótico[1024]. Em 585, último ano de vida de Leovigildo, monarca que lograra já assenhorear-se da *Lusitania*, é anexado o *regnum* suevo da *Gallaecia*, no que configura o culminar de uma sequência de importantes sucessos políticos e militares. E em 586, sucede-lhe o filho, Recaredo, que presidirá, escassos anos mais tarde, ao III Concílio de Toledo, marcado pela abjuração do arianismo e adoção da fé católica, deste modo acrescentando o vetor da «unidade religiosa», a uma pretensa «unificação peninsular» previamente encetada[1025].

Sobre as ruínas de *Conimbriga* e a problemática inerente à identificação das mesmas com os testemunhos visíveis em Condeixa-a-Velha ou com a atual Coimbra, cedo a bibliografia começou a fazer eco das dúvidas reinantes e a veicular diversas hipóteses[1026]. Gaspar Barreiros, na *Chorographia* dada à estampa em 1561, apoia-se nas indicações colhidas no Itinerário de Antonino e na localização das estruturas que tivera oportunidade de observar, para defender a primeira das possibilidades[1027]. Esta visão esteve longe de se mostrar unânime e, ao longo do tempo, foram sendo publicadas várias obras onde, de forma mais ou

[1019] Veja-se, a título de exemplo: ALARCÃO & ETIENNE, 1977: 177; ALARCÃO *et al.*, 1979: 245; 255; CATALÁN RAMOS, 2013: 56.

[1020] JORGE, 2002: 139.

[1021] JORGE, 2002: 139.

[1022] TRANOY, 1974: 171; 175.

[1023] VIVES, 1963: 65; 78.

[1024] ALARCÃO, 1999: 29.

[1025] LEGUAY, 1993: 53; 73; ORLANDIS, 2006: 65-69; 76-82.

[1026] ALARCÃO *et al.*, 1979: 209.

[1027] «[…] l. milhas, de Condexa á velha onde Conimbriga foi, & assi darêmos algúas razões perq se proua ser o dicto lugar de Condexa á velha Conimbriga, para os q d'estas cousas nam teueré algua experiécia, & para outros que por á semelhança dos nomes se mouerem á cuidar q Conimbriga ê á cidade de Coimbra. Hú dos quaes argumétos ê á computaçam d' este dicto caminho de Antonino (q acima disse) em ó qual conta de Sanctarem á Conimbriga .lxvj. milhas, q fazé .xvj. legoas & mea. […] Acháse tambem inda oje no dicto lugar de Cõdexa muros, aquaeductos, sepulturas, pedras escriptas de letras Romanas, em qsta ó nome de Conimbriga, algúas das quaes stam ao presente na põte da Atadoa, q por star perto de Condexa á velha ali foram trazidas por nobreza da dicta ponte, como por esta se pode ver q fiz trasladar, indo de caminho ver as dictas ruinas antigas de Condexa a velha. […]» (BARREIROS, 1561: 48-49).

menos pormenorizada, se tratou esta questão, a par de várias outras, como as referentes à etimologia de *Conimbriga,* à sua origem e à dos povos que ali habitaram[1028].

Ora, recuando aos finais do século XVI, encontramos uma primeira teoria, se bem que destituída de qualquer fundamento, acerca da fundação de *Conimbriga*, que Frei Bernardo de Brito atribui aos Cartagineses[1029]. Já nos alvores do século XVIII, o Padre Carvalho da Costa indica, na *Corografia Portugueza*, os *turduli*[1030] como primevos habitantes[1031]. Tempos volvidos, aceitam-se as raízes célticas ou proto-célticas do topónimo *briga* e, em paralelo, a possibilidade de a outra componente do nome *Conimbriga* poder remeter para um substrato tribal. Ora, entre os geógrafos latinos, ficou conhecido pelo nome de *conii* ou *cunei* o povo pré-romano que, na primeira metade do primeiro milénio antes de Cristo, terá ocupado amplos territórios na região oeste da Península Ibérica. E, apesar dos problemas e dificuldades, inclusive de ordem linguística, passíveis de ser colocados a propósito da identificação de *Coniumbriga* com o local em que se fixou a tribo dos *conii*, esta hipótese chegou a assumir contornos atrativos[1032]. No entanto, recentes estudos vieram demonstrar que a cidade basilar dos *conii* denominar-se-ia *Conistorgis* ou *Conisturgis*, coincidindo esta com Medellín, situada sensivelmente a nordeste de Badajoz e Mérida[1033]. E, em contrapartida, compreendeu-se que a raiz pré-céltica *Kºn* poderia traduzir a ideia de «alto pedregoso», não tendo, necessariamente, que ser relacionada com a presença dos *conii*[1034].

De qualquer modo e apesar das muitas interrogações ainda não clarificadas, os dados arqueológicos permitem afirmar que, por volta dos séculos VIII ou VII a. C., se encontrava já estabelecida no local que mais tarde seria a *Conimbriga* romana, uma população com traços marcadamente célticos[1035]. Além do mais, sabe-se hoje que a ocupação do sítio remonta, pelo menos, ao Calcolítico, não sendo de excluir que a antiguidade do local acabe por se revelar ainda mais recuada[1036]. Mas, independentemente de posteriores afinações no que a estas matérias diz respeito, é de salientar, portanto, que a ocupação da Idade do Ferro se encontra plenamente documentada. Aliás, afigura-se que a *Conimbriga* chegavam produtos oriundos do Mediterrâneo, canalizados através do entreposto fenício de Santa Olaia, localizado no Baixo Mondego, imediações da atual Figueira da Foz[1037].

[1028] Para uma visão abrangente das fontes e bibliografia que, a partir de Gaspar Barreiros e, ao longo do tempo, foram dedicadas a *Conimbriga*, consultar o volume VII das *Fouilles* (ALARCÃO *et al.*, 1979: 209-237).

[1029] ALARCÃO *et al.*, 1979: 209.

[1030] «[…] & separando-se os Gregos com alguns Celtas para a Beyra (onde fundarão a Lamego) os mais voltando ao mar chegarão a Talabriga: a qual como a Conimbriga, engrandecerão, & reedificarão, de consentimento (confessa Brito 1.2. c. 10.) dos antigos Turdulos, que acháraõ na terra […]» (COSTA, 1868 [1708]: 86).

[1031] COSTA, 1868 [1708]: 86.

[1032] ALARCÃO *et al.*, 1979: 247-248.

[1033] ALARCÃO, 2012: 122, s. v. *Conimbriga*; ALARCÃO, 2012: 124, s. v. *Conistorgis.*

[1034] ALARCÃO, 1999: 17.

[1035] ALARCÃO *et al.*, 1979: 249.

[1036] ARRUDA, 1888-1889: 94; ALARCÃO, 2012: 122, s. v. *Conimbriga.*

[1037] ALARCÃO, 2012: 122, s. v. *Conimbriga.*

Com efeito, e ainda no primeiro quartel do século XX, Vergílio Correia confirmara, no quadro da breve intervenção que, em 1912, levara a cabo junto da face exterior da muralha, a existência de uma camada pré-romana. Além disso, a análise dos achados então efetuados, designadamente fíbulas e cerâmicas, permitira-lhe percecionar a analogia evidente face aos materiais que Santos Rocha vinha recolhendo na supracitada feitoria, Santa Olaia, a qual, apesar de datar da Idade do Ferro, mostrava características bem diversas das dos povoados fortificados do noroeste do território português[1038]. Posteriormente, aquando da realização das escavações luso-francesas, na década de 60 e inícios da de 70, não só se colocaram a descoberto níveis e estruturas do Alto e Baixo Império, fundamentais para, em articulação com o manancial de elementos já conhecidos, se estabelecerem as grandes linhas de evolução arquitetónica da cidade romana, como, por outro lado, se identificaram vestígios da ocupação da Idade do Ferro nas áreas do *forum* e das termas[1039].

O volume de informação que foi sendo compilado e depois publicado nas *Fouilles*, constitui uma plataforma de conhecimento basilar, sólida e incontornável para a Arqueologia Clássica portuguesa. O seu foco recai, pois, nos domínios que concernem à ocupação romana, provavelmente iniciada por alturas das campanhas peninsulares lideradas pelo cônsul Décimo Júnio Bruto, mas só plenamente estabelecida no reinado de Augusto, quando em *Conimbriga* se implanta um urbanismo planeado e, a partir dele, todo um modo de vida «romano». Em contrapartida e excetuando as indicações acerca da possível localização de níveis de ocupação «bárbaros», a que se somam os desenhos e descrições referentes a um leque não muito vasto de materiais, os dados fornecidos para os períodos subsequentes são pouco pormenorizados e, consequentemente, não muito esclarecedores. Pela nossa parte e atendendo ao circunstancialismo da presente dissertação, interessar-nos-ia sobretudo perceber a localização, especificidades construtivas e características rituais dos eventuais enterramentos passíveis de serem conotados com a presença de populações de origem forânea.

Todavia, são muitas as dificuldades neste campo. Com efeito, é sabido que, no decurso da realização das intervenções luso-francesas, foram detetados diversos conjuntos de estruturas sepulcrais, cuja cronologia precisa permanece uma incógnita. Afirma-se que a construção de parte dessas estruturas, designadamente, na segunda das necrópoles a que iremos aludir, terá motivado a destruição de muros «bárbaros», daí a proposta genérica de uma datação medieval ou moderna para algumas das inumações. No entanto, não deixa de se registar a possibilidade de terem existido enterramentos visigóticos em *Conimbriga*. Ora, uma das necrópoles descobertas intramuros localizava-se no *forum* e integrava dezoito esqueletos. Já a segunda situava-se na rua das termas e na esplanada defronte, tendo permitido contabilizar um total de dezanove indivíduos, um dos quais, infantil, foi sujeito a

[1038] CORREIA, 1916: 252-264.

[1039] ARRUDA, 1888-1889: 93.

sepultamento em ânfora[1040]. Outro, igualmente uma criança, foi depositado sob *tegulae*. De resto, a prática verificada em ambas as necrópoles passava, na maior parte dos casos, pela colocação dos inumados no interior de estruturas pétreas com cobertura de lajes calcárias, estando a cabeça voltada para poente e os braços cruzados sobre o peito. E, independentemente da integração cronológica de cada uma das necrópoles, convém salientar que ambas denotavam outros pontos de aproximação: por um lado, a continuidade longa no tempo, atestada pela sobreposição de enterramentos; por outro, o facto de os restos osteológicos recuperados pertencerem quer a indivíduos adultos, quer infantis[1041].

Não eram, porém, estes dois locais, convertidos em espaços fúnebres, os únicos a comportar inumações. Elas foram também documentadas, por exemplo, nos setores 12 e 13 do criptopórtico. Contudo, os obstáculos à datação são transversais aos diferentes núcleos mencionados, não só devido aos revolvimentos profundos que afetaram os solos, mas também ao facto de não terem sido recolhidos materiais associados aos enterramentos[1042]. Mas, neste ponto, não poderíamos deixar de salientar algo que se nos afigura relevante e que se prende com uma indicação repetida para vários dos materiais «bárbaros» que tivemos oportunidade de estudar: a origem da recolha, concentrada na zona do *forum*. Não cremos, pois, que estejamos aqui perante uma coincidência sem significado, se bem que continuemos a carecer de dados seguros a respeito da procedência concreta desses materiais.

De qualquer modo, afigura-se importante sublinhar que as alterações da malha urbana e da organização topográfica da cidade, que se foram sedimentando a partir do século IV, exprimem a introdução de mudanças noutras esferas, como a ideológica ou a relativa ao quadro mental subjacente. Ora, a confluência de um determinado conjunto de dados arqueológicos levou a que Adriaan de Man e António Monge Soares colocassem a hipótese de, em período subsequente ao governo de Constantino, o *forum* e a envolvente terem sofrido um processo de remodelação, de que teria resultado a reconversão do templo pagão em cristão, a par da estruturação de um cemitério associado e conforme à crença já em voga[1043]. Na opinião dos dois investigadores, tal requalificação não teria, obrigatoriamente, que requerer a introdução vultuosa de novos símbolos religiosos, uma vez que a cristalização das formas e estruturas potenciaria a simples transformação das mesmas[1044]. No entanto, e na impossibilidade de, pelo menos de momento, garantir que esse espaço

[1040] As inumações em ânfora são, em regra, consideradas mais antigas que as efetuadas em sepulturas de lajes. As datações propostas para esta prática, documentada em diversas necrópoles do Baixo Império, centram-se, fundamentalmente, nos séculos IV e V (GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 90; 105-106). Porém, são conhecidos alguns exemplos mais tardios, que alcançam o século VI, conforme atestado na necrópole urbana de Valência, em Espanha (ALAPONT MARTIN & RIBERA I LACOMA, 2006: 168).

[1041] ALARCÃO & ETIENNE, 1977: 169.

[1042] ALARCÃO & ETIENNE, 1977: 169

[1043] Note-se que esta proposta interpretativa levanta alguns problemas. Para uma confrontação com argumentos que a contrariam, vejam-se as objeções formuladas por J. López Quiroga (LÓPEZ QUIROGA, 2013: 324-325; 327).

[1044] DE MAN & SOARES, 2013: 2010-211.

hipoteticamente reconvertido teria subsistido enquanto lugar de culto, direcionado, a partir do século IV, para a invocação a uma «nova» entidade divina, é inquestionável que o *forum* romano acabou por assumir uma outra vocação, bem distante da original: a funerária. Estando pois «preparado» o terreno para funcionar como campo mortuário, poderia ter recebido outros defuntos, que não cristãos hispano-romanos, no quadro das posteriores ocupações, sueva e visigótica? Sem base sólida que nos permita responder cabalmente a esta interrogação, deixamos a hipótese em aberto.

Assim e apesar de todos problemas elencados, afigura-se-nos que seria importante refletir em torno das múltiplas questões suscitadas a propósito das diacronias, alterações e também amplas continuidades, que terão pautado o mundo funerário de *Conimbriga*[1045]. De facto e, considerando a longa sobrevivência da vida na cidade, haverá necessariamente que equacionar em que moldes esta foi tecendo a relação com os seus mortos. Em paralelo, e para o âmbito que nos ocupa, reiteramos que se encontra depositado no Museu Monográfico um acervo de materiais nada despiciendo e entre os quais não poderíamos deixar de destacar o importante conjunto de fíbulas com paralelos no mundo «quado-suevo», a placa provida de decoração *cloisonné*, a espada e esporas exumadas na zona do *forum*, a par de vários outros adornos do corpo e do vestuário, como os cinturões liriformes[1046]. Acrescentaríamos ainda a ocorrência de alguns numismas, um dos quais, áureo e cunhado em *Egitania*, exibe a efígie do rei Rodrigo, o último da monarquia visigótica, derrubado aquando da irrupção dos grupos árabes e berberes no território peninsular. Sendo certo que, dado o carácter descontextualizado de grande parte dos artefactos que arrolámos, não nos é possível garantir a origem funerária dos mesmos e que, portanto, nos arriscamos a apresentar materiais que escapam aos limites concretos deste trabalho pensamos, não obstante e atendendo não só à exposição desenvolvida, mas, sobretudo, à importância ímpar do sítio, que se justifica a opção tomada.

Aproveitamos para acrescentar, finalmente, que informações recentemente veiculadas vêm fornecer orientações reformuladas relativamente aos moldes em que se terá desenrolado a ocupação mais tardia de *Conimbriga*. Com efeito, as escavações realizadas na *domus tancinus*, a par do estudo de materiais procedentes de outros pontos da cidade, permitiram confirmar a presença constante de produtos importados e de luxo, pelo menos até ao século VII, circunstância que atesta a manutenção de alguma vitalidade social e económica[1047]. Não obstante e, a partir do século VIII, com a consolidação do poder das elites aristocráticas andaluzes em Coimbra, crescentemente pujante e que, segundo as crónicas árabes, seria

[1045] Registe-se a publicação recente dos dados recolhidos na intervenção levada a cabo na necrópole medieval da *domus tancinus* (BENITO DÍEZ, 2013: 133-160). Escusámo-nos, contudo, a abordá-los de modo pormenorizado, pelo facto de escaparem ao âmbito do presente estudo. Para um ponto da situação geral acerca de diversos conjuntos funerários de *Conimbriga* atente-se, na mesma publicação, no texto de J. López Quiroga (LÓPEZ QUIROGA, 2013: 319-341).

[1046] Remetemos a confrontação com o conjunto de elementos analisados em *Conimbriga* para o Catálogo em anexo.

[1047] CATALÁN RAMOS, 2013: 45; 50; 56.

então já chamada de *Qulumbriya* ou *Qulumriya*[1048], *Conimbriga* tende a mostrar-se progressivamente ruralizada. Ainda assim, terá logrado persistir ao longo de toda a Idade Média[1049].

A propósito dessa permanência sustentou-se que na zona recôncava situada junto à encosta norte da velha cidade, espaço outrora escolhido pelos romanos para erguer o anfiteatro, teria tomado lugar, já em tempos medievais, a aldeia de Vila Cova, cujo nome se viu posteriormente acrescido com o da condessa que a tutelava. De acordo com tal interpretação, a aldeia foi chamada de *Villa Cova de Condesa domna Onega*, até que, afastados do território os ocupantes árabes, pôde então relegar a cavidade onde se instalara e começar a ascender topograficamente. Perdida a designação de Vila Cova, assumia-se como Condessa, que a evolução linguística acabou, enfim, por converter em Condeixa[1050]. Todavia, avultam as dúvidas em torno desta proposta. Mais recentemente, avançou-se a possibilidade de *Villa Cova de Condesa domna Onega* remeter, afinal, para uma das aldeias denominadas *Villa Cova* que, por volta do século X, se erguiam nas proximidades do mosteiro de Lorvão. Neste sentido, aventou-se uma outra hipótese, mais credível, que radicaria na identificação do vocábulo *Condese* ou *Condesa,* presente em documentação medieval, com o verbo *condessar*, traduzindo a ideia de «guardar» ou colocar em depósito. Assim sendo, talvez *Civitatis Condese* ou *Condesa* pudesse consubstanciar a designação propagada, a partir do século VII, pelos habitantes da antiga *Aeminium* para se referirem à «Cidade Velha» de *Conimbriga*[1051]. Finalmente e reconhecendo no termo afinidades com o *condere* latino, passível de evocar a ideia de fundação de cidade, propõe-se atualmente a aproximação à noção de reduto ou refúgio, em suma, espaço fechado, protegido pela muralha defensiva[1052].

Concluída a aproximação a *Conimbriga*, cabe-nos agora avançar sensivelmente para sudeste, a fim de nos determos numa necrópole descoberta em 1926 na freguesia de **Salvaterra do Extremo**, concelho de Idanha-a-Nova.

São escassas as informações disponíveis a respeito dos sepulcros que a comporiam. Sabe-se apenas que eram constituídos por lajes e que no terreno onde apareceram, eram também visíveis «tijolos antigos». Desconhece-se, pois, se tais tijolos poderiam ter sido utilizados na composição das estruturas funerárias, como revestimento dos fundos, por exemplo, ou se fariam parte de outras construções que ali tenham existido, acabando por ser arrasadas ou amortizadas. Desconhece-se, igualmente, o número de sepulturas observáveis ou em que estado de conservação se apresentariam.

Neste cenário tão omisso, a única ocorrência a merecer registo prende-se com o achado de uma placa de cinturão incompleta, mas profusamente decorada, que Leite de Vasconce-

[1048] ALARCÃO, 2004a: 100.
[1049] CATALÁN RAMOS, 2013: 45-46.
[1050] ALARCÃO, 1999: 16; 29.
[1051] ALARCÃO, 2004a: 101-103.
[1052] DE MAN & SOARES, 2013: 218.

los compara às publicadas por Nils Åberg[1053]. É, pois, sobre esta peça que recaem as parcas referências bibliográficas que, nas décadas subsequentes, foram sendo feitas ao sítio de Salvaterra do Extremo.

Prosseguimos agora, de modo a concentrar as atenções nas estações escavadas no concelho de Abrantes. Por ora, iremos referir-nos, concretamente, aos sítios da Quinta da Pedreira e Fonte do Sapo, protelando para depois de cruzada a linha do Tejo a análise em torno do Aneirão/ Quinta do Casal da Várzea.

Começamos, então, por nos deter na necrópole da **Quinta da Pedreira**, freguesia de Rio de Moinhos. Prospeções levadas a cabo no terreno onde acabou por ser detetado o espaço funerário revelaram a presença de estruturas e de abundantes materiais à superfície, grande parte deles com cronologia romana, mas entre os quais se incluíam também alguns que remontavam à Idade do Bronze. Dada a situação de perigo iminente, motivada pelas obras de construção de uma variante à EN n.º 3, que ligaria Alcanena a Abrantes, e cujo traçado cruzaria a área onde se verificava a maior concentração de restos antrópicos, foi desencadeada uma escavação de emergência, da responsabilidade do Departamento de Arqueologia do extinto IPPC. A tal intervenção, realizada 1983, se fica a dever a descoberta não só de vestígios substanciais atribuíveis ao período romano, em conformidade com os dados previamente sugeridos pela prospeção, mas também das estruturas sepulcrais sobre as quais de seguida no debruçaremos[1054].

Mas comecemos por perspetivar o local. A plataforma onde se implanta o sítio surge em zona subsequente à de solos aluviais, distando cerca de 1 quilómetro do curso do Tejo. Ali, já nada resta da cobertura vegetal de origem, que foi sendo substituída: onde a cota é mais elevada, pontua o eucaliptal; de resto, o espaço é ocupado pela cultura da oliveira. Esta transformação do uso da terra configura um dos fatores na raiz dos estragos a que a Quinta da Pedreira tem sido sujeita, ao facilitar a ação dos agentes erosivos. Por outro lado, também as lavras influíram nesse processo de destruição[1055].

Descrito, sumariamente, o cenário natural onde foi promovida a escavação, atentemos nos resultados. Foram quatro os setores intervencionados, sendo que um deles – o quarto – se achou destituído de qualquer indício de ocupação. Coincidente com um terraço fluvial antigo e dada a esterilidade manifestada do ponto de vista arqueológico, afigura-se que possa inscrever-se junto de um dos limites do sítio. Já os restantes três setores congregavam vestígios e de natureza diversa. No 1, registou-se uma estrutura habitacional e uma lareira, interpretadas como romanas; no 2, por seu turno, avultava um forno de configuração retangular, nas imediações do qual se recolheram dois numismas, cuja datação remete para a segunda metade do século III. É, pois, no 3, que concentraremos a atenção.

[1053] VASCONCELOS, 1932-34: 5.

[1054] FERREIRA, 1992: 91.

[1055] FERREIRA, 1992: 92.

Na área por ele abarcada colocou-se a descoberto um conjunto de estruturas: a esquina de um muro que indiciava exposição ao fogo; um outro, que assentava sobre pedras roladas e que surgia associado ao derrube de um suposto telhado e, finalmente, as onze estruturas de inumação que constituíam a necrópole[1056].

Cortando depósitos de coluvião ou níveis romanos, apresentavam-se dispostas sensivelmente segundo o eixo nordeste/sudeste. Mas esta tendência de regularidade no que concerne à orientação no terreno, não encontrava eco ao nível dos materiais utilizados na construção, tendo sido notada alguma variabilidade. Com efeito, para a composição das paredes recorreu-se ao emprego de blocos irregulares de granito, de lajes de xisto e até de elementos moldurados de calcário, traduzindo evidente reaproveitamento de material. Em paralelo, também nas coberturas se notou a diversidade de soluções adotadas. A da sepultura n.º 1, por exemplo, fora preparada com *tegulae* e *imbrices*, assumindo a forma de um telhado de duas águas. Já a n.º 2, apenas parcialmente conservada, incluía uma laje de xisto de reduzida dimensão, a par de elementos de coluna de meia cana, talhados em calcário. O mesmo pendor para uma certa heterogeneidade marcou a estruturação dos fundos, tendo sido identificados um de tijoleira e outro em terra batida, apenas recoberta por três *imbrices,* sobre os quais se teria colocado o caixão. No entanto, há que salientar que na maior parte deles se promoveu a utilização de calhaus rolados. Em contrapartida e relativamente à planta dos sepulcros, a prevalência incidiu sobre a configuração subtrapezoidal. De qualquer modo, as variáveis documentadas são manifestamente pouco significativas, oscilando apenas entre o formato trapezoidal e o retangular[1057].

Outro dado a acrescentar prende-se com a deteção de pregos no interior da sepultura n.º 1. Configurando uma situação pontual no quadro das estruturas de inumação da necrópole, cremos que, por este e outros motivos, o referido sepulcro congrega algumas especificidades que lhe conferem cariz excecional. De facto, seria o único a denunciar a presumível presença de um caixão e a possuir um telhado de duas águas como cobertura, constituído por *tegulae* e *imbrices*. Preservada, não violada, conservava a tigela de cerâmica alaranjada e com vestígios de engobe que, séculos atrás, alguém depositara do lado direito da cabeceira[1058].

Mas nem todos os túmulos se mantinham intactos. As sepulturas n.º 2, 3, 10 e 11 denotavam fortes danos e sinais de destruição, circunstância a que não deverá ser alheia a exploração agrícola do terreno como olival e/ou a erosão motivada pela alteração da cobertura vegetal, já mencionada. Por outro lado, as sepulturas n.º 4, 7 e 9 foram sujeitas a violação na zona da cabeceira, provavelmente em época antiga[1059]. Terá a intrusão infligida aos três sepulcros ocorrido no mesmo momento? E que consequências terão advindo dessa inge-

[1056] FERREIRA, 1992: 93-94.
[1057] FERREIRA, 1992: 94-97.
[1058] FERREIRA, 1992: 94; 97.
[1059] FERREIRA, 1992: 94; 97; 107.

rência, além da perturbação da orgânica da estrutura? Será que a quase total ausência de materiais, constatada aquando da escavação, poderá ser explicada com base em tal ação? Ou poderia essa escassez corresponder à realidade original dos dois sepulcros?

De facto e no que se reporta aos túmulos violados, foram parcas as recolhas proporcionadas: a sepultura n.º 4 integrava apenas uma espécie de cunha de ferro, enquanto da n.º 7 foi retirada uma peça metálica que se assemelha a uma espécie de pega, a par de uma placa semicircular. Já a n.º 9 não possuía qualquer elemento no seu interior[1060]. De qualquer modo e mesmo que perspetivando as restantes estruturas de inumação, constata-se que a quantidade de materiais nelas contidos não era propriamente prolífica. Na verdade, só a n.º 3 e a n.º 8 conservavam elementos significativos no seu interior: no primeiro caso, uma fivela retangular, provida de fuzilhão de contorno escutiforme; no segundo, duas novas fivelas, uma de aro ovalado e outra de formato aproximadamente reniforme. Concernem, pois, a objetos relacionáveis com a prática da inumação vestida, daí que na sepultura n.º 8 se encontram posicionadas sensivelmente na área central da estrutura[1061]. No entanto, convém notá-lo, o adereço procedente da n.º 3 figurava na zona da cabeceira[1062]. Tal localização, aparentemente inusitada, se atendermos à função inerente à fivela, poderia ter sido motivada pelos estragos infligidos ao sepulcro, que teriam provocado alguma desordem na organização do contexto sepulcral, ou em alternativa, ter decorrido da remoção de ossadas previamente depositadas, no intuito de concretizar nova inumação, procedimento que, naturalmente, poderia perturbar a disposição primordial do indivíduo inumado e de artefactos associados que ali tenha tomado lugar.

Já no que respeita aos adornos do corpo, há que registar o anel detetado no espaço que medeia entre a sepultura n.º 9 e a n.º 10 e que se crê poder ter sido deslocado do seio desta última câmara funerária. Completo e produzido em liga de cobre[1063], exibia caracteres incisos na mesa, sub-retangular e algo projetada. Para além deste anel foi descoberto na zona superior da sepultura n.º 2 parte de um bracelete de vidro. Opaco e de coloração negra, ornado com estrias oblíquas e colocadas de modo paralelo entre si, mostrava na superfície exterior marcas de desgaste[1064].

Consideremos agora os restantes achados. Na sepultura n.º 6, onde, supostamente, terá sido depositado um sub-adulto, foi identificado um bordo de cerâmica, de tendência extrovertida[1065], procedente de uma forma aberta. Uma vez que não havia indícios de o referido túmulo ter sido violado e que a cobertura, aliás, permanecia *in situ*, questionamo-nos:

[1060] FERREIRA, 1992: 96; 98-99; 107.

[1061] Segundo opinião do autor, a presença das duas fivelas na sepultura n.º 8 constitui, apesar da ausência de restos osteológicos, testemunho da reutilização a que a estrutura foi sujeita (FERREIRA, 1992: 107).

[1062] FERREIRA, 1992: 95-99.

[1063] FERREIRA, 1992: 97; 100; 104.

[1064] FERREIRA, 1992: 104-105.

[1065] FERREIRA, 1992: 95; 97.

teria este fragmento sido colocado intencionalmente junto do defunto? Ou, à semelhança de outros exemplos documentados na necrópole[1066], estaria imiscuído nos estratos que se sobrepunham aos sepulcros, tendo resvalado e acabado por se infiltrar no interior da câmara?

Sem possibilidade de responder a tais interrogações, cabe-nos apreciar os metais ainda não abordados. Ora, na sepultura n.º 8, para além das duas fivelas a que tivemos já oportunidade de aludir, foi também encontrado um punção de ferro[1067]. De resto, há apenas a mencionar os pregos retirados da sepultura n.º 1. Perfazendo um total de vinte e seis objetos, dispunham-se em distintos pontos da câmara funerária, indicando o posicionamento original em que foram colocados e evocando o desmoronamento do caixão, que entretanto se verificara[1068].

Finalmente, atentemos nos vestígios osteológicos recuperados na necrópole. Apesar de as ossadas representarem, à partida, um tipo de achado que poderia assumir-se como prevalente, o certo é que as condições naturais das jazidas não raro exercem uma ação nefasta e desvirtuam qualquer hipótese de conservação. No caso dos restos dos indivíduos inumados nos sepulcros da Quinta da Pedreira, talvez a acidez dos solos tenha determinado a sua quase maciça aniquilação, visto ser referida uma única ocorrência de material osteológico[1069].

Em suma, a necrópole em análise aparentava circunscrever-se aos onze túmulos explorados aquando da intervenção levada a cabo em 1983. Com efeito, a abertura de áreas confinantes, logo no ano seguinte, não revelou qualquer estrutura de inumação adicional. Neste sentido e dada a dimensão limitada do espaço funerário em causa, calculou-se que teria sido utilizado por uma pequena comunidade rural ou mesmo por um grupo unido por laços familiares[1070]. Ora, a hipótese de a disposição dos sepulcros atestar vínculos familiares tem sido colocada para inúmeras necrópoles. Neste caso em particular, a relação que se presume mais clara assenta na articulação entre as sepulturas n.º 7 e 8. A n.º 7, onde teria repousado um sub-adulto, surge localizada entre a n.º 6 e a 8. No entanto, é à n.º 8 que estará associada, até porque a esta última, de adulto, falta parte da parede, removida precisamente na zona de contacto com a estrutura onde fora inumada a criança. Poderia esta solução refletir, efetivamente, e em consonância com proposta veiculada a tal respeito, uma deposição «conjunta», de mãe e filho[1071]? Ainda que não seja possível prová-lo, cremos que se trata de uma interpretação a ter em conta.

Também entre as sepulturas n.º 1 e 2 é possível reconhecer uma conexão física[1072]. Todavia, e no que a estas se refere, os dados arqueológicos parecem ilustrar uma realidade

[1066] Referimo-nos ao fundo grosseiro e à asa que figuravam sobre a sepultura n.º 1 (FERREIRA, 1992: 97-98).
[1067] FERREIRA, 1992: 99.
[1068] FERREIRA, 1992: 100-104.
[1069] «[…] Localização: sepultura n.º 9, nas proximidades da parede lateral direita, sob a laje de xisto que abateu para o interior […]» (FERREIRA, 1992: 105).
[1070] FERREIRA, 1992: 108.
[1071] FERREIRA, 1992: 108.
[1072] FERREIRA, 1992: 99; fig. 29; 108.

bem distinta da descrita acerca das n.º 7 e 8. Em conformidade com opinião que tivemos já oportunidade de expressar, a sepultura n.º 1 reveste-se de uma inequívoca excecionalidade, fundada nas especificidades que congrega. Já a n.º 2, que a ela encosta, sendo naturalmente posterior no tempo, mostra não só uma tipologia diferente, mas também qualidade de construção bem mais reduzida, sendo que a ligação criada poderá decorrer apenas da necessidade de aproveitar o alinhamento da pré-existente e, neste sentido, evitar o dispêndio de mais matéria-prima. Mas como explicar o cuidado e investimento colocado na preparação da n.º 1? Que se pretenderia transmitir através dessa feição única que a caracteriza? O seu carácter fundador?

Na verdade, é possível que a referida estrutura de inumação seja a mais antiga da necrópole e que, ao albergar o primeiro enterramento, tenha conferido ao espaço envolvente uma nova vocação, de cariz funerário, a qual, partir desse momento inicial, começou a ser-lhe sistematicamente imputada. Porém, pensamos que a cronologia sugerida, centrada no século V, será talvez excessivamente recuada. Os argumentos elencados e que se fundam quer na configuração retangular do túmulo, quer na utilização de materiais romanos na composição do mesmo[1073], não serão, por si só, suficientemente sólidos, até porque enformam opções que continuarão a ser adotadas nas centúrias subsequentes. Em paralelo, a presença da tigela na parte superior da câmara sepulcral, junto da cabeça do defunto, prática em que o autor do artigo e responsável pela escavação discerne influências germânicas[1074], estará documentada em contexto peninsular a partir do século VI, com maior incidência na segunda metade e, sobretudo, ao longo do VII[1075]. Supomos, no entanto, que a última das centúrias indicadas constituiria também uma hipótese demasiado tardia.

Relativamente aos restantes sepulcros e com base no achado das fivelas, o século VI surge como datação genérica a atribuir ao conjunto[1076]. Consideremos então cada um dos referidos adereços de vestuário. No caso da fivela retangular, recuperada na sepultura n.º 3, há que salientar que o formato evidenciado poderá denotar, segundo Ripoll López, ascendência romana. Contudo, este tipo ocorre com alguma regularidade em diversas necrópoles classificadas como visigóticas[1077], entre as quais a de Tinto Juan de la Cruz, em Madrid[1078]. Por outro lado, o fuzilhão escutiforme ao qual se encontra associado consta de um elemento que surge tradicionalmente colocado no eixo da charneira de fivelas de aro ovalado. Poderemos estar perante o reaproveitamento de partes de diferentes objetos, reunidas com o intuito de corporizar um único, renovado? Ou, pelo contrário, seria esta a apresentação de

[1073] FERREIRA, 1992: 108.
[1074] FERREIRA, 1992: 108.
[1075] VIZCAÍNO SÁNCHEZ, 2007 [Ed. 2009]: 577.
[1076] FERREIRA, 1992: 108.
[1077] Segundo Ripoll López, a presença de fivelas retangulares em necrópoles visigóticas ilustra a reutilização desses objetos sem, portanto, indiciar uma produção coetânea (RIPOLL LÓPEZ, 1985: 39).
[1078] RIPOLL LÓPEZ, 1985: 38; BARROSO CABRERA *et al.*, 2006b: 545, fig. 8, n.º 593; 559.

raiz, muito embora não se conheçam paralelos rigorosos para tal morfologia[1079]? De qualquer modo e se nos concentrarmos exclusivamente no fuzilhão, constatamos que as cronologias apontadas para peças congéneres privilegiam o intervalo que se estende entre os finais do século V e todo o decorrer do VI, não ultrapassando os alvores do VII[1080]. Atendendo aos dados fornecidos encontra-se também esclarecido o enquadramento da segunda fivela, por seu turno exumada na sepultura n.º 8. Com aro ovalado e fuzilhão escutiforme, decorado com dois simples sulcos que se cruzam na superfície frontal, integra-se perfeitamente no esquema tipológico e datação atrás veiculados. Já a terceira e última fivela, igualmente procedente da sepultura n.º 8, exibe aro reniforme e fuzilhão de tendência retilínea[1081]. Há que ressalvar que as fivelas com esta tipologia, quando na posse de apêndices, podem destinar-se à articulação com placas de cinturão liriformes, cuja cronologia se inicia no século VII, estendendo-se inclusive ao longo das primeiras décadas do VIII[1082]. Contudo, os registos gráfico e fotográfico da peça em causa não parecem indiciar que esta tenha, alguma vez, possuído apêndices, pelo que nos abstemos de tecer mais comentários a este respeito[1083].

Concluindo, os dados reunidos sugerem a provável existência de duas fases de ocupação sedimentadas na área da necrópole da Quinta da Pedreira: uma primeira, relacionada com a sepultura n.º 1 e uma segunda, ulterior, à qual estariam vinculados os restantes sepulcros[1084]. Mas, convém acrescentar que, no quadro de intervenções posteriormente desenvolvidas na estação, concretamente, nos setores 5 e 6, foi identificado um outro conjunto funerário. Constituído por três estruturas de inumação com características construtivas idênticas às reveladas pelo núcleo inicialmente descoberto, afirmava, ainda assim, algumas dissonâncias. Com efeito e apesar de ter sido possível perceber que dois dos túmulos seriam de adulto, enquanto o terceiro estaria reservado para um enterramento infantil, o estado geral em que as câmaras se apresentavam era mais incompleto. Em paralelo, nenhuma delas continha qualquer material[1085].

Mais tarde, já no âmbito das campanhas de 1993/1994 e, para além de diversas descobertas de vulto que interessaria investigar, de modo a aprofundar o conhecimento em torno do sítio, foram detetados dois novos sepulcros, desta feita no setor 13. Denotando configuração aproximadamente trapezoidal, mantinham-se intactos, sem vestígios de violação

[1079] Com efeito, são abundantes os exemplos de placas de cinturão de tipo rígido em que a parte correspondente à fivela, fundida com a placa numa peça única, exibe fuzilhão escutiforme. Porém, fivelas individualizadas, de contorno retangular e providas do mesmo tipo de fuzilhão, não têm sido documentadas (RIPOLL LÓPEZ, 1998: 49; 51; 57).

[1080] RIPOLL LÓPEZ, 1985: 39; RIPOLL LÓPEZ, 1998: 49; 51; 57.

[1081] FERREIRA, 1992: 96.

[1082] RIPOLL LÓPEZ, 1998: 61.

[1083] Há que salientar que todas as impressões colhidas acerca dos materiais da Quinta da Pedreira se baseiam na observação das imagens incluídas no artigo da autoria de Carlos Ferreira (FERREIRA, 1992: 91-110), dado que não foi possível estudar os materiais presencialmente. Também por esse motivo os objetos mencionados no texto não são descritos no Catálogo em anexo.

[1084] FERREIRA, 1992: 109.

[1085] RAMALHO, 1997: 113.

e ainda na posse das respetivas coberturas, compostas por lajes de xisto e granito. Note-se, porém, que na preparação destas estruturas incluíram-se matérias-primas adicionais, caso da rocha de filão riolítico, de *lateres* retangulares e de elementos arquitetónicos reaproveitados, entre os quais se contavam uma laje provida do negativo do fecho, uma placa moldurada e uma coluna de meia cana[1086]. A propósito, há que realçar o facto de materiais similares terem sido utilizados no núcleo previamente analisado, designadamente na sepultura n.º 2[1087]. À semelhança desta e de outras das estruturas de inumação já mencionadas, nenhum dos túmulos localizados no setor 13 permitiu exumar qualquer tipo de espólio. Neste sentido, atendendo às características construtivas e apesar da ausência de elementos datantes no interior destas estruturas, considerou-se que as mesmas seriam integráveis no intervalo cronológico proposto para a necrópole[1088].

São abundantes as informações geradas no quadro das campanhas que, ao longo dos anos, tiveram lugar na Quinta da Pedreira. Todavia, só com a realização de estudos mais pormenorizados, passíveis de congregar todos os dados, seria possível potenciar um entendimento mais completo das dinâmicas da ocupação do sítio. De acordo com as perspetivas mais recentemente veiculadas, a diacronia da presença humana naquele espaço do vale do Tejo estará balizada entre o Baixo Império e o período de domínio político visigótico. Por seu turno, as diferentes estruturas identificadas, de tipo habitacional ou produtivo e erguidas com recurso a matérias-primas locais, poderiam refletir a existência de um *vicus* naquele local, apostado na exploração dos terrenos férteis das imediações. Outra possibilidade a apreciar é a de essas estruturas constarem da *pars rustica* de uma *villa* romana, quedando por achar as edificações que comporiam a *pars urbana*[1089]. Já a necrópole, consubstanciada em dois núcleos, dataria de um momento mais avançado no tempo, eventualmente posterior ao abandono das restantes estruturas. Assim se explicaria o desmantelamento de algumas delas, para remover os materiais que originalmente as compunham e os canalizar para a composição de construções sepulcrais.

Acrescente-se, finalmente, que a dimensão do espaço funerário em causa poderia, naturalmente, exceder o cenário que as intervenções arqueológicas permitiram delinear. Com efeito, às intrusões naturais e humanas infligidas à Quinta da Pedreira ficarão, porventura, a dever-se, destruições e transformações da paisagem que, por ora, permanecem insuspeitas.

Transitamos agora para a **Fonte do Sapo**, localizada em terrenos agrícolas da aldeia de Mouriscas. O mote para o desenvolvimento de trabalhos arqueológicos de emergência naquela estação, já conhecida, foi dado pela implementação do projeto de execução do Itinerário Principal n.º 6 e, concretamente, do lanço Abrantes/Mouriscas. Numa primeira fase, que remonta a 1995, começou por se proceder à prospeção intensiva dos terrenos que,

[1086] RAMALHO, 1997: 120.
[1087] FERREIRA, 1992: 94-95.
[1088] RAMALHO, 1997: 120.
[1089] RAMALHO, 1997: 121.

a partir de Alferrarede e até ao termo da freguesia de Mouriscas, seriam atravessados pelo traçado da via. Assim se cartografaram novos sítios (Casal das Freiras, I e II e Campo das Aldeias, I e II), acrescentando-se pontos inéditos ao mapeamento arqueológico da freguesia.

Em paralelo, desencadearam-se sondagens de avaliação na área compreendida pela estação da Fonte do Sapo propriamente dita, a qual, implantada numa vertente pouco pronunciada, usufruía de condições naturais bastante favoráveis. O local, onde se presumia ter existido uma «Villa dos Mouros», havia já proporcionado indícios de ocupação humana, plasmados na ocorrência de materiais cerâmicos e elementos pétreos, trazidos à superfície com as lavras dos solos e posteriormente reaproveitados em construções, fossem elas direcionadas para a divisão de propriedades ou para a estruturação de dependências agrícolas. No entanto, só com as valas de sondagem então encetadas foi possível avançar um pouco na clarificação da natureza de alguns dos vestígios ali conservados.

Num universo de cinco núcleos documentados, dois deles mereceram particular destaque: o segundo e o quinto. Com efeito, o núcleo 2, apesar de pautado por uma fraca potência estratigráfica, propiciou o reconhecimento de um conjunto bastante completo de estruturas, possivelmente relacionadas com uma utilização habitacional. Já os setores abarcados pelo núcleo 5 revelaram um tanque revestido a *opus signinum,* a par do que se presume uma importante estrutura compartimentada, erguida em pedra seca e com um pátio lajeado.

Todavia, a dispersão das sondagens não facilitou a compreensão do modo de articulação dos diferentes núcleos, limitação que seria ultrapassável no quadro de um alargamento das áreas intervencionadas. Ainda assim, os elementos reunidos mostraram-se suficientemente sólidos para colocar a hipótese de, naquele local, ter existido um pequeno *vicus* romano, enquadramento temporal que os materiais detetados, logo numa primeira análise, pareciam sustentar[1090].

No ano seguinte, gerou-se a oportunidade de colher mais dados em torno do tipo de ocupação vigente: realizou-se nova campanha de escavação, incidindo nos núcleos 2 e 5, espaços onde se concentravam os restos arqueológicos mais promissores e acerca dos quais pôde ser aprofundado o conhecimento[1091]. E em 1998, já no âmbito do acompanhamento das obras de construção do lanço rodoviário Abrantes/Mouriscas, o Gabinete de Arqueologia do Município reconheceu nos terrenos da Fonte do Sapo, também designados de «Vila de Maria Calva», outras estruturas pétreas, expostas a um forte risco de aniquilação[1092].

A presença abundante de pedras de reduzida dimensão foi constatada aquando dos trabalhos de decapagem efetuados numa área planáltica, a mais elevada do sítio, onde, aliás, se haviam concretizado algumas das sondagens de avaliação levadas a cabo em 1995 e que abarcaram o então designado «núcleo 1». No entanto, nenhuma das valas coincidiu com a

[1090] GASPAR, 1995: s/pág.
[1091] BATISTA & GASPAR, 2000: 634.
[1092] BATISTA & GASPAR, 2000: 633.

localização dos vestígios, implantados a cerca de 30 metros a nascente das estruturas que compunham a chamada «Casa das Ferragens», palco de uma ocupação que, conforme se veio a provar, terá persistido até ao século IV[1093].

Com a interrupção dos trabalhos da empreitada, motivada pelos achados mais recentes, iniciou-se novo processo de escavação, desde logo condicionado pelo facto de a camada superficial ter já sido removida mecanicamente, circunstância que poderá, naturalmente, ter redundado em potenciais perdas de informação[1094]. De qualquer modo, o facto de os sepulcros se apresentarem parcialmente escavados no substrato natural terá obstado a que se tivesse verificado uma destruição efetiva. E, apesar dos danos, foi ainda possível delinear uma breve sequência de níveis arqueológicos, depositados quer sobre o afloramento, quer no interior das sepulturas.

Mas, convém salientar, a escavação não se limitou a revelar a necrópole propriamente dita. Com efeito, foram também identificadas outras estruturas, romanas, de natureza e função diversas. De entre essas estruturas destacamos, pelo interesse de que se reveste o posterior reaproveitamento a que foram sujeitos, os compartimentos pétreos que, originalmente, poderão ter servido um propósito habitacional. Com efeito e já na fase de abandono, a eles se adossaram alguns dos túmulos da necrópole[1095], no que representa uma opção que permitia evitar o dispêndio de nova matéria-prima[1096].

Nem todas as sepulturas, porém, denunciavam este tipo específico de aproveitamento. Outras recorreram ao desmantelamento de estruturas pré-existentes, de forma a reutilizar os blocos que nelas haviam sido empregues. Ainda assim, pode afirmar-se que, *grosso modo*, os sepulcros eram preparados no afloramento e se apresentavam definidos através de pedras dispostas na vertical. Mas, também a este respeito há que registar uma exceção: o túmulo n.º 3, em cuja construção foram utilizados tijolos de formato quadrangular[1097].

Estando as especificidades elencadas, resta perspetivar os traços mais gerais da necrópole. Era constituída por um total de vinte e uma estruturas de inumação orientadas segundo o eixo oeste-este e que privilegiavam a configuração retangular ou trapezoidal. No interior, era notória a quase completa ausência de restos osteológicos, provavelmente causada pela acidez dos solos. Os que, malgrado tais condições, se conservaram, pareciam sugerir que a deposição se faria em decúbito dorsal.

No que concerne aos materiais achados em contexto sepulcral, é de salientar uma prevalência pouco significativa. Como explicação, aponta-se a possibilidade de essa relativa

---

[1093] BATISTA & GASPAR, 2000: 636.

[1094] BATISTA & GASPAR, 2000: 636.

[1095] Note-se que este tipo de solução configura uma realidade recorrentemente atestada noutras necrópoles coevas. Vejam-se os exemplos proporcionados pela de Alter do Chão (ANTÓNIO & REIS, 2008b: 355), sítio em que adiante teremos oportunidade de nos deter.

[1096] BATISTA & GASPAR, 2000: 637-638.

[1097] BATISTA & GASPAR, 2000: 638.

escassez se ficar a dever às violações de que os túmulos terão sido alvo sem, no entanto, se rejeitar a eventualidade de, em algumas das câmaras, não ter nunca sido colocado qualquer objeto[1098].

Ora, os elementos recolhidos, quase exclusivamente vocacionados para o adorno do corpo ou para a aplicação sobre a indumentária, distribuíam-se exclusivamente por cinco sepulturas. A mais guarnecida era a n.º 19, uma estrutura simples e debilmente delimitada, onde se concretizara um enterramento infantil. E, apesar de o trânsito da maquinaria pesada da obra ter afetado severamente a construção, danificado as ossadas nela contidas e os materiais associados, subsistiram o crânio e parte do maxilar inferior, que se julga pertencer a um indivíduo de sexo feminino[1099].

Relegando para o Catálogo em anexo a análise individualizada dos artefactos, não poderíamos dar por concluída a abordagem dedicada à necrópole da Fonte do Sapo sem acrescentar um último dado. Aludimos, concretamente, ao facto de terem sido assinaladas, junto a alguns dos sepulcros, ligeiras concavidades com sinais de combustão. Tais ocorrências foram interpretadas como indícios de práticas relacionáveis com o culto dos mortos[1100]. Será uma hipótese a ter em consideração? Desconhecendo a correlação entre o número dessas «cavidades» e o dos túmulos nas proximidades dos quais surgiam tais tipos de negativos, não nos é possível perceber até que ponto estas manifestações seriam reiteradas e representativas. Que poderiam traduzir? A sobrevivência da celebração de banquetes fúnebres que implicavam a confeção ao lume de alguns alimentos? Se bem que fundamentalmente conotada com as tradições imperiais romanas, esta prática perdurou no tempo: tardará até que a cristianização se imponha completamente e limite formas de pensar e lidar com a morte há muito enraizados. Assim o atestam as disposições enunciadas no cânone LXIX do II Concílio de Braga[1101].

Por outro lado, note-se que os autores do artigo que difundiu a necrópole creem poder distinguir pelo menos duas fases de enterramentos no sítio: uma, mais antiga, que remontará aos séculos IV-V e se encontra consubstanciada na sepultura n.º 3; a segunda, mais tardia, centrada nos séculos VI-VII[1102]. Mas, a este propósito, há que equacionar algumas questões. Por um lado, o facto de o sepulcro n.º 3 denotar o uso de materiais romanos, não será necessariamente um indicador da sua maior antiguidade. Com efeito, são numerosos os casos de necrópoles cujos sepulcros se constituíram a partir do reaproveitamento de materiais constituintes de estruturas amortizadas ou destituídas da função que originalmente

---

[1098] BATISTA & GASPAR, 2000: 638-639.

[1099] BATISTA & GASPAR, 2000: 639.

[1100] BATISTA & GASPAR, 2000: 639.

[1101] «[…] LXIX. *No está permitido a los cristianos llevar alimentos a las tumbas.*
No está permitido a los cristianos llevar alimento a las tumbas de los difuntos, ni ofrecer a Dios sacrificios en honor de los muertos. […]» (VIVES, 1963: 102).

[1102] BATISTA & GASPAR, 2000: 640.

serviam[1103]. Por outro, a variabilidade de soluções construtivas passíveis de serem adotadas num espaço mortuário tardio parece contrariar qualquer expectativa de observância de uma rigorosa uniformidade tipológica. Mas, em contrapartida, o recurso à tijoleira[1104] na preparação da sepultura n.º 3 poderá ser significativo, na medida em que representa a única situação documentada e, por conseguinte, de tal decorre alguma singularidade. Assim, teria sido o referido túmulo o primeiro a albergar uma inumação no local, ditando o mote para a efetivação de todas as outras, em período subsequente? Sem possibilidade de o afirmar de modo categórico, cremos que configura uma hipótese válida.

Sensivelmente a sudoeste da Fonte do Sapo e, desta feita, já na linha do litoral, em pleno concelho de Sintra, detemo-nos na Plataforma de Pianos, em São João de Lampas, concelho de Sintra. A dita «plataforma» corresponde a uma unidade geográfica não muito extensa, mas perfeitamente delimitada do ponto de vista orográfico: a norte pela Ribeira da Samarra e, a sul, pela Ribeira da Mata. Em paralelo, outras especificidades inerentes àquela área, de ordem topográfica ou geológica, não só justificam essa demarcação, como, em certa medida, ajudam a explicar o ritmo da ocupação humana que ali foi tomando lugar[1105].

Os vestígios mais antigos, se bem que pouco abundantes e pautados pela dispersão, remontam ao Paleolítico. Em contrapartida, para o Neolítico e Calcolítico os restos antrópicos conhecidos mostram-se bem mais prolíficos. De qualquer modo, será apenas na sequência de um prolongado «silêncio» arqueológico, que se atingirá a fase mais consolidada e também culturalmente mais brilhante cristalizada na Plataforma de Pianos: a da ocupação romana[1106].

É certo que, não obstante todos os indícios e materiais recolhidos, muito continua por contar também para este período, até porque parte das informações reunidas se derramam em publicações esparsas e outras não foram sequer dadas à estampa. Ainda assim, os dados coligidos parecem apontar no sentido da vigência de um tipo de organização que funcionava em torno de uma *villa* ou de pequenos núcleos de habitat, caso do Pombal-Camalhão, de Parede Bem Feita ou Torres, sítios que, enquanto unidades de povoamento, assumiriam um papel central e polarizador da ocupação[1107].

Aquele que, no âmbito concreto deste trabalho, nos interessa tratar consta do **Cerrado das Torres**, onde avultam diversos materiais cerâmicos, entre os quais pesos de tear, *dolia* e

---

[1103] São, efetivamente, abundantes as situações em que se processa a reutilização de materiais romanos na constituição de novos espaços funerários. Apontamos, a título de exemplo, o caso da necrópole de São Miguel de Caldas de Vizela, no noroeste do território português (AREZES, 2006: 6; 18-30) ou o da necrópole de Alter do Chão (ANTÓNIO & REIS, 2008: 356).

[1104] «[…] a sepultura n.º 3, adossada ao muro romano e construída em tijoleira, deve ter sido a primeira a ser construída, já que é a única que pôde talvez ainda reutilizar estes elementos. É esta ainda a sepultura que mais parece aproximar-se das tumulações romanas […]» (BATISTA & GASPAR, 2000: 640).

[1105] RIBEIRO, 1980: 6-A, continuação da pág. 1.

[1106] RIBEIRO, 1980: 6-A, 1.

[1107] MONTEIRO, 2003: 4.

laterae, a par de pequenos recipientes, supostos «púcaros de barro»[1108]. Mas é escasso o que sabemos acerca desses elementos que, ocasionalmente, vão assomando por entre as terras revolvidas pelas continuadas lavras agrícolas. No que aos fragmentos de «tijolos» e «telhas» diz respeito, supõe-se que possam ter sido empregues na preparação de diversos tipos de estruturas, inclusive, de sepulturas[1109]. De facto, naquele espaço foram detetadas três estruturas de inumação[1110], motivo pelo qual nos propusemos abordá-lo.

Em termos genéricos e numa primeira análise, não parece haver grande variabilidade a registar entre os sepulcros, até porque todos recorrem à utilização da mesma matéria-prima, o calcário. Todavia, a diferente morfologia evidenciada pelas plantas, aliada a algumas especificidades construtivas, levaram a que se equacionasse o respetivo faseamento[1111]. Mas passamos a explanar melhor a questão.

A designada sepultura 1, a primeira a ser descoberta, e cuja cabeceira surgia direcionada para poente, era a única com formato retangular. Tijolos[1112] alinhados em fiadas, sem vestígios de argamassa, compunham as paredes, enquanto a cobertura integrava três grandes lajes, algo grosseiras, suportadas por barras de ferro[1113]. Sobre o fundo, de terra e não revestido, repousavam os restos do indivíduo inumado[1114], desconhecendo-se qualquer indicação relativa à eventual reutilização da câmara[1115]. Posteriormente, e em zona contígua, foram então revelados os outros dois túmulos. Ambos possuíam configuração trapezoidal

---

[1108] MONTEIRO, 2003: 4.

[1109] RIBEIRO, 1981: continuação 16.

[1110] Note-se que as sepulturas de inumação mencionadas constituem apenas parte da realidade funerária da Plataforma de Pianos. Com efeito, também ali terão existido necrópoles de incineração (RIBEIRO, 1980: continuação 5), uma das quais, a do Fetal, se localizava na área nordeste da referida plataforma (RIBEIRO, 1980: continuação 3; MONTEIRO, 2003: 9). Mas, mesmo ao nível das estruturas de inumação, existem outros exemplos a somar ao do Cerrado das Torres (RIBEIRO, 1980: continuação 9), pelo que, apesar das atuais lacunas de conhecimento, tudo leva a crer que as potencialidades de um estudo aprofundado acerca das diacronias da «morte» em Pianos seriam prometedoras.

[1111] MONTEIRO, 2003: 6.

[1112] Cardim Ribeiro coloca a hipótese de alguns dos materiais cerâmicos utilizados na construção de sepulturas que denotam particular cuidado e desvelo, como as do Cerrado das Torres, poderem ser obtidos ou mesmo produzidos especificamente para responder a necessidades funerárias (RIBEIRO, 1981: continuação 17).

[1113] Cardim Ribeiro cita Félix Alves Pereira a propósito da utilização deste tipo de elemento de sustentação. Ora, na opinião de F. Pereira, as barras de ferro configuram um recurso de natureza «pagã», usado em estruturas sepulcrais datáveis do período romano (PEREIRA, 1905: 23).

[1114] RIBEIRO, 1980: continuação 5, 1.

[1115] Cardim Ribeiro aponta similitudes entre a sepultura 1 do Cerrado das Torres e a n.º 7 da necrópole do Bairro Letes, em Faro, escavada por Abel Viana. Contudo, recusa a cronologia excessivamente recuada que A. Viana propõe para o referido sepulcro e, por extensão, para toda a necrópole, assente no achado de um numisma do século I. De facto e se por um lado, a introdução de moedas antigas em contextos de enterramento posteriores no tempo se afirma como prática mais ou menos recorrente, quase que invalidando uma correspondência direta entre a datação do numisma e o momento do sepultamento, por outro, não é plausível que uma necrópole de inumação remonte a um período anterior a meados do século III. Em contrapartida e, atendendo à presença, no interior dessa mesma sepultura, de um tipo de «balão vítreo» que Jorge de Alarcão data dos finais do século III ou alvores do IV, Cardim Ribeiro inscreve a estrutura de Pianos na mesma linha cronológica e, preferencialmente, no século IV (RIBEIRO, 1980: continuação 6 e 7).

e apresentavam a cabeceira orientada para oeste, com eventual desvio para sudoeste. E, à semelhança da sepultura 1, as coberturas incluíam lajes pouco trabalhadas. No entanto, diferenciavam-se daquela pelo facto de os tijolos usados na preparação das paredes serem ligados por uma espécie de cal ou cimento e não simplesmente empilhados. Os fundos, por seu turno, foram igualmente preparados em terra batida, sendo que sobre cada um deles se encontravam depositados os restos mortais de um só indivíduo[1116].

Elencados os pormenores divergentes notados neste pequeno núcleo, impõe-se uma breve reflexão em torno do pressuposto de essas diferenças traduzirem, na verdade, cronologias não coincidentes e, eventualmente, um entendimento do mundo funerário regido por padrões distintos. Na realidade, essa não deixa de ser uma possibilidade a considerar. No entanto, devemos salientar que são vários os exemplos recuperados noutras necrópoles que demonstram que, mesmo que coevas, nem sempre as arquiteturas funerárias patentes num dado campo mortuário refletem opções rigorosamente homogéneas. Por outro lado, não se conhecem provas irrefutáveis que apontem no sentido de uma evolução linear ao nível da configuração exibida pelos sepulcros, pelo que, por si só, será questionável pressupor que os retangulares são os mais antigos e os trapezoidais, posteriores[1117]. Neste sentido e face às incógnitas vigentes em torno deste e de outros problemas, pensamos que a chave para a resolução de determinadas interrogações só poderá ser alcançada através da confrontação e análise dos materiais contidos no seio das câmaras. Todavia, nem sempre os túmulos comportam espólio, pelo que tal caminho de destrinça fica obstruído.

Também no que às sepulturas do Cerrado das Torres diz respeito, essa via se queda por explorar convenientemente. De facto, uma das estruturas foi escavada por quem a identificou, com o auxílio de um familiar; outra, por sua vez, «[…] depois de destapada, foi […] de novo composta e deixada intacta»[1118]. Perante tais circunstâncias, confirma-se que as garantias de preservação incólume dos contextos se mostram, pois, francamente reduzidas. Ressalvamos, porém, que na envolvente dos três túmulos se concretizaram algumas recolhas que, pela sua natureza, poderão relacionar-se com a ambiência sepulcral. É o caso de um conjunto de contas de colar discóides, produzidas em vidro e de tonalidade

[1116] No que concerne às sepulturas 2 e 3, Cardim Ribeiro estabelece uma cronologia centrada no século V (RIBEIRO, 1980: continuação 5, 2; continuação 8). Para sustentar a hipótese avançada, segue a narrativa e argumentos enumerados por F. Alves Pereira acerca da evolução tipológica e construtiva dos sepulcros, problemática em que mergulha ao procurar averiguar a antiguidade de uma necrópole descoberta em Viana do Alentejo (PEREIRA, 1905: 16-28).

[1117] A variabilidade de soluções e a coexistência de tipologias encontra-se perfeitamente plasmada na necrópole de Alter do Chão: «[…] As quatro sepulturas sub-trapezoidais revelam o mesmo tipo de aparelho de construção, embora orientações diferenciadas, pois as sepulturas 8 e 11 têm orientação Nordeste/Sudoeste e as sepulturas 14 e 20 uma orientação Oeste/Este. Relativamente às sepulturas retangulares, não revelam quaisquer similitudes, quanto à orientação e aparelho de construção. Duas das três sepulturas de forma elipsoidal, mais concretamente, as sepulturas 5 e 6, demonstram semelhanças, relativamente ao aparelho utilizado e à orientação […]» (ANTÓNIO & REIS, 2008b: 357).

[1118] RIBEIRO, 1980: continuação da pág. 1.

variável, azul ou vermelha[1119], que Cardim Ribeiro reconhece serem idênticas às originárias da necrópole de Duratón, publicadas por Molinero Pérez, e com datação balizada entre os séculos V e VI[1120]. Outro objeto oriundo do Cerrado das Torres é um singular anel áureo que, aquando da exumação, se fazia acompanhar de um torrão de terra húmida, razão pela qual lograra continuar a cingir a falange do indivíduo que, assim ornado, tinha sido inumado[1121]. Cardim Ribeiro entende que o núcleo funerário em análise certamente comportaria mais túmulos, que o tempo, as lavouras ou outras contingências se encarregaram de aniquilar. Os indícios dessa maior amplitude passada consubstanciam-se, portanto, nos adornos evocados ou nos demais materiais que vão aflorando pelos terrenos[1122], sendo que, a este propósito, não poderíamos deixar de lembrar a ocorrência dos já mencionados «púcaros de barro»[1123].

Mas retornemos ao anel[1124]. Trata-se, em conformidade com o que tivemos já oportunidade de adiantar, de uma peça produzida em ouro, provida de uma mesa de contorno retangular, onde avulta um elemento verde opaco encastoado. O aro, por seu turno, possui espessura mais reduzida na zona oposta à mesa, alargando progressivamente em cada um dos campos laterais, até atingir a altura máxima em área adjacente à do engaste. De acordo com a descrição fornecida por Cardim Ribeiro[1125] e em consonância com o que o registo fotográfico parece sugerir, a decoração é abundante, referindo-se a ornatos «[…] vegetalistas estilizados […]»[1126]. Ora, atendendo por um lado, à natureza da decoração, com destaque para o embutido de uma pedra trabalhada em posição central e, por outro, à existência de alguns paralelos para o adorno em questão, os quais, mesmo que não rigorosamente análogos, se afirmam pelo menos substancialmente aproximados, concordamos com Cardim Ribeiro quando o associa a materiais visigóticos. Com efeito, ao comparar o anel do Cerrado das Torres com um outro, recolhido na sepultura 176 de Duratón, o autor percecionou uma evidente semelhança formal entre ambos. Além do mais e, através da cronologia atribuída à placa de cinturão depositada no mesmo sepulcro da necrópole castelhana, encontrou um patamar que lhe permitiu transpor a proposta veiculada por Molinero Pérez para o conjunto e vertê-lo para a peça em análise. Assim e pelo menos até que algum dado

[1119] Não é certo o número que perfaziam, nem em que moldes se processava a distribuição das tonalidades: «[…] Conjunto formado por 4 ou 5 contas discoides de vidro, umas azuis, outras vermelhas. Com cerca de 1 cm de diâmetro máximo, cada uma apresentava um orifício central que não deveria ultrapassar os 0,3 cms de diâmetro […]» (RIBEIRO, 1980: continuação da pág. 2).

[1120] RIBEIRO, 1980: continuação da pág. 2.

[1121] RIBEIRO, 1980: continuação da pág. 6.

[1122] RIBEIRO, 1980: continuação da pág. 1.

[1123] MONTEIRO, 2003: 6.

[1124] Segundo informação oral oportunamente transmitida pela família que detinha esta peça na sua coleção privada, houve uma transição de propriedade e, atualmente, não é conhecido o seu paradeiro. Neste sentido e pelo facto de não nos ter sido possível estudá-la e descrevê-la presencialmente, escusámo-nos a incorporá-la no Catálogo em anexo.

[1125] RIBEIRO, 1980: continuação 6.

[1126] RIBEIRO, 1980: continuação da pág. 6.

concreto adicional venha eventualmente contribuir para afinar o intervalo em questão, a hipótese em vigor radica no século V ou alvores do VI[1127].

Em suma e atendendo ao conjunto de indicações expostas, equaciona-se a possibilidade de o arranque da utilização da necrópole do Cerrado das Torres remontar ao século IV e de o auge ter coincidido com o V. Por seu turno, o ocaso ou abandono teria chegado no quadro desta última centúria ou, porventura, já na subsequente[1128]. Pela nossa parte e não obstante as dúvidas que tivemos oportunidade de colocar perante alguns dos argumentos apresentados, carecemos de elementos concretos que nos permitam avançar mais no aprofundamento das interrogações que subsistem por solucionar.

Penetrando agora no concelho de Cascais, comecemos por salientar que nele existe ocupação documentada ao longo de um vasto período, que remonta à Pré-História. Também vestígios atribuíveis à época romana foram amplamente atestados, muito embora parte não despicienda tenha sido sujeita, ao longo do tempo, a destruição, total ou parcial[1129]. De igual modo, são tidos como abundantes os restos arqueológicos correlacionados com o período de penetração e domínio político-militar dos visigodos naquele território[1130].

Com efeito, neste concelho localizam-se cinco necrópoles cujas especificidades de organização do espaço, tipologia das estruturas sepulcrais e materiais exumados, nos permitiram, com toda a segurança, considerá-las como perfeitamente enquadráveis no âmbito abarcado pelo presente estudo. Em paralelo e, além daquelas que, de seguida, passamos a descrever, Cascais comporta outros sítios que facultaram indicadores tidos como de cronologia «Romana ou Visigótica»[1131]. Todavia, o facto de os mesmos não serem particularmente sólidos, levou-nos a optar por não os incorporar no arrolamento detalhado que elaborámos.

Principiamos por analisar a necrópole de **Talaíde**, identificada em maio de 1975, aquando da realização de uma prospeção na zona noroeste do concelho, concretamente, na freguesia de S. Domingos de Rana. Foi no quadro de tal procedimento que se verificou a descoberta fortuita de numerosos restos osteológicos dispersos trazidos à superfície quando se rasgavam arruamentos para uma urbanização em construção. Impunha-se, portanto, uma atuação, no sentido de definir as singularidades do sítio e respetivo enquadramento temporal, daí que no próprio mês da deteção se tenha encetado a escavação do local.

A necrópole, inscrita nas proximidades da povoação epónima, estendia-se ao longo de uma vertente pautada por moderado declive, na margem direita da ribeira também epónima. Os terrenos que então começavam a ser urbanizados haviam sido utilizados na

---

[1127] RIBEIRO, 1980: continuação da pág. 1.

[1128] RIBEIRO, 1980: continuação 8.

[1129] PAÇO, 1960: 5-6.

[1130] PAÇO & FIGUEIREDO, 1971 [1943]: 284.

[1131] Cotejar com informações e descrições fornecidas por Guilherme Cardoso, a propósito de: Manique (CARDOSO, 1991: 35, n.º 16), Alcoitão III (CARDOSO, 1991: 41, n.º 37), Zabrizes (CARDOSO, 1991: 42, n.º 40), Talaíde II (CARDOSO, 1991: 72, n.º 118), Talaíde III (CARDOSO, 1991: 72, n.º 119) ou Talaíde IV (CARDOSO, 1991: n.º 72, n.º 120).

agricultura. Mas seria precisamente ao arranque da empreitada de construção que se ficaria a dever a revelação (e destruição) dos vestígios que, presumivelmente, corresponderiam «[…] …a cerca de um terço da primitiva área do cemitério […]»[1132]. A aniquilação de outros elementos, situados na parte oriental da necrópole, foi desencadeada por parte dos empresários que temiam o retardamento das obras, mas em fase subsequente ao início da escavação arqueológica. Do que restou da conjugação de tais ações, contingentes e intencionais, intervencionou-se uma extensão de 190 metros quadrados, até atingir o substrato geológico composto por margas claras, onde apareciam definidas as estruturas sepulcrais, cuja escavação foi totalmente consumada[1133].

Os vinte e nove túmulos escavados subdividiam-se em três tipologias, definidas em função das características construtivas evidenciadas. O tipo I, indiscutivelmente predominante, pois incluía cerca de dois terços das ocorrências, apresentava caixa de planta retangular ou trapezoidal, demarcada por blocos ortostáticos e com cobertura de lajes transversais. Por seu turno, as variantes concerniam ao facto de a delimitação se concretizar de modo incompleto ou, em alternativa, à circunstância de o fundo se encontrar forrado a lajes. O tipo II abarcava as estruturas mais simples, espécie de «covachos» destituídos de blocos ortostáticos laterais, mas providos de um género de cobertura idêntico ao patenteado pelo primeiro grupo. Por último, o tipo III compreendia um único exemplar: um sarcófago em mau estado de conservação, talhado num monólito de arenito.

Em termos genéricos, constata-se que os sepulcros intervencionados foram constituídos a partir de materiais locais, com destaque para os calcários e, menos frequentemente, para os basaltos. Excecional foi o recurso ao arenito e ao mármore, tendo este último sido notado apenas na sepultura 28. Igualmente pouco recorrente terá sido o uso de *imbrices* e tijolos, elementos que serviram sobretudo para preencher fendas ou colmatar juntas deixadas vazias entre blocos e lajes integrantes das coberturas. Trata-se, aliás, do mesmo procedimento que justifica a presença de *opus signinum* entre dois dos esteios que compunham a sepultura 11[1134].

Perspetivada as particularidades da necrópole em termos construtivos, impõem-se algumas observações respeitantes às questões rituais. Comecemos por salientar que a deposição dos inumados no interior dos túmulos se fazia na posição de decúbito dorsal. É certo que no interior de cada caixa se materializaram vários enterramentos, configurando uma situação que não se verificava nos sepulcros de tipo II, os ditos «covachos». No entanto, há que registar que apenas foi possível documentar uma efetiva sobreposição de indivíduos na sepultura 6. Com efeito, nas restantes, a prática reiterada assentaria na remoção das ossadas relacionáveis com inumações mais antigas, exceção feita aos crânios e, eventualmente, a alguns ossos longos. Todavia, os ossos longos podiam ser sujeitos a outro tipo de tratamento, sendo deslocados para as áreas laterais exteriores dos túmulos ou, caso único,

[1132] CARDOSO & CARDOSO, 1995: 407.
[1133] CARDOSO & CARDOSO, 1995: 407.
[1134] CARDOSO *et al.*, 1995: 318-320.

conferido na sepultura 7, agrupados aos pés sob a forma de uma pilha circular, circunscrita por blocos de reduzida dimensão.

Esta mesma sepultura, que se localizava a uma cota suficientemente baixa para evitar a afetação por parte dos engenhos empregues na lavra, permitiu confirmar, através da análise do respetivo interior, a ausência do costume de lançar terra diretamente sobre os mortos. De facto, aos *imbrices* e tijolos colocados nos interstícios da construção caberia impedir a penetração dos solos na caixa sepulcral. Além do mais, a utilização de ataúdes de madeira estará atestada devido aos pregos de ferro detetados nas estruturas tumulares 22 e 28[1135].

Ao nível da organização do espaço importa destacar alguns pormenores. Por um lado, a acumulação, em pontos específicos, dos lixos e despojos resultantes das limpezas do terreno, formando «moledos» de pedras e materiais de construção, poderá sugerir que, continuadamente, seriam dedicados à necrópole algum cuidado e esforço de manutenção. Por outro, o modo como determinados sepulcros aparentavam articular-se, leva a equacionar a possibilidade de a proximidade notada entre alguns deles poder indiciar a existência de relações familiares entre os inumados. Já no que concerne à orientação seguida pelas estruturas sepulcrais, a prevalência quase absoluta radica no posicionamento da cabeceira voltada a poente, com algumas variações, potencialmente motivadas pelas oscilações anuais do azimute do sol. Apenas a sepultura 27, cuja cabeceira se direciona para norte, ilustra uma divergência clara[1136].

Posto isto, passemos então à questão da componente material. Ora, parte dos túmulos proporcionou a exumação de artefactos metálicos, a maior parte dos quais destinada à aplicação sobre o vestuário ou ao adorno do corpo. A estes acrescentam-se elementos avulsos não metálicos, mas igualmente vocacionados para a ornamentação, como as contas de colar, de âmbar e vidro, que ocorreram esparsas pela sepultura 2. Mas não foi somente o interior das câmaras sepulcrais a facultar a deteção de artefactos; também no limiar daquela que seria a antiga superfície do terreno se recuperaram objetos, caso da lâmina de foice que repousava entre as lajes da sepultura 14[1137].

Importa então considerar as associações de peças e, se possível, retirar ilações dessas conjugações. Neste campo, são três as estruturas tumulares cujo espólio cabe realçar e, além do mais, cotejar com as datações obtidas através da análise dos conjuntos osteológicos exumados em cada uma delas. Para a primeira das sepulturas, n.º 8, é apontado um intervalo lato, compreendido entre o século II e o V[1138]. Contudo, há que ressalvar o facto de, tipologicamente, a cronologia dos objetos poder inscrever-se numa fase algo mais avançada. Analisemos, portanto e, mais pormenorizadamente, os elementos em causa.

[1135] CARDOSO *et al.*, 1995: 320.

[1136] CARDOSO *et al.*, 1995: 320-322.

[1137] CARDOSO *et al.*, 1995: 322. Note-se que o acervo oriundo da necrópole de Talaíde encontra-se depositado no Museu dos Condes de Castro Guimarães, em Cascais. A análise individualizada dos materiais figura no Catálogo em anexo.

[1138] «[…] obtém-se intercepção em 244 cal DC e os seguintes intervalos: Para 1 sigma – 145-166 cal DC; 183-269 cal DC; 272--338. Para 2 sigma – 440-680 cal DC. […]» (CARDOSO *et al.*, 1995: 324).

Relativamente à fivela de aro ovalado, os autores propõem, citando Hans Zeiss, a integração no período tardo romano[1139]. Porém, o exemplar em causa coaduna-se perfeitamente com um dos tipos incluídos no nível III de Ripoll López, balizado entre cerca de 525 e 560/80[1140]. Já no respeita ao aplique metálico com figuração de elefante, nele se discerniram especificidades tidas como características da «arte decorativa germânica», se bem que reconhecendo a carência de elementos fidedignos passíveis de funcionar como termo de comparação. A única exceção a mencionar neste quadro radica num outro aplique proveniente da necrópole da *villa* de Casais Velhos[1141], na qual adiante nos debruçaremos. Muito embora, por ora, não nos seja possível sugerir propostas concretas de funcionalidade quer para os dois apliques zoomorfos de Talaíde (o elefante supracitado e um leão), quer para os de Casais Velhos (dois possíveis canídeos), recordamos a aproximação que evidenciam face a uma peça detetada na sepultura 29 da necrópole de Herrera de Pisuerga, com ocupação centrada no século VI[1142]. É certo que, no caso concreto do aplique com representação de elefante, a interpretação aventada apoia-se na probabilidade de o pequeno elemento metálico ter pertencido à aljava onde se guardavam as «armas»[1143]. Ainda assim, a prudência aconselha a manter algumas reservas em torno desta asserção. Finalmente e, a propósito das lâminas de faca (as ditas «armas» depositadas em posição invertida), a opção dos autores que temos seguido vai no sentido de lhes designar como paralelos materiais congéneres datáveis do século VI, identificados na necrópole de Duratón (Sepúlveda, Segóvia) e publicados por Molinero Pérez[1144]. Assim sendo, parece haver uma ligeira discrepância entre os resultados das datações dos restos osteológicos e algumas das hipóteses de cronologia conferida aos artefactos. Como justificá-la? Poderão as análises ter incidido sobre ossadas mais antigas, referentes a momentos iniciais de «ocupação» do sepulcro, encontrando-se os objetos metálicos associados a um enterramento relacionável com uma fase mais tardia de reutilização da estrutura? Sem que possamos responder de modo cabal a tais interrogações, cumpre-nos ainda acrescentar que, dado o tipo de material arqueológico procedente da sepultura 8 (a fivela, o aplique e as duas lâminas de faca) afigura-se provável que o sepulcro tivesse albergado, pelo menos, uma inumação masculina.

O segundo túmulo a fornecer restos osteológicos para datação consta do n.º 12, de onde provém o conjunto de artefactos mais profuso produzido pela necrópole. E, convém salientar, as indicações geradas pelas ossadas[1145] e pela morfotipologia dos objetos retirados do referido sepulcro atingem um grau de consonância efetivo. De facto, Almagro-

[1139] CARDOSO *et al.*, 1995: 324.
[1140] RIPOLL LÓPEZ, 1998: 50-51.
[1141] CARDOSO *et al.*, 1995: 324.
[1142] MORILLO CERDÁN, 1989: 250.
[1143] CARDOSO *et al.*, 1995: 325, fig. 9.
[1144] CARDOSO *et al.*, 1995: 324.
[1145] «[…] data calibrada […]: 621 cal DC, com os seguintes intervalos: Para 1 sigma – 553-658 cal DC. Para 2 sigma – 440-680 cal DC. […]» (CARDOSO *et al.*, 1995: 324).

-Basch aponta o século VII como enquadramento para os brincos exumados na necrópole de *Segobriga* (Cuenca), idênticos aos exemplares de Talaíde. Já em Duratón, a associação entre um destes adornos anelares e uma fíbula classificada como sendo do tipo 2 definido por Hans Zeiss, estabelece uma integração balizada entre a segunda metade do século VI e os alvores do VIII[1146]. Com efeito e tendo este tipo de adereço, que entronca na tradição romana, começado por surgir em contextos de enterramento que remontam ao século IV, é em época tardia que se difundem mais intensamente, nomeadamente, já no século VI[1147].

A terceira e última sepultura a facultar ossadas para análise reporta-se à n.º 14. Do seu interior foi retirada uma só peça, uma fivela incompleta, semelhante às que Santa-Olalla atribui ao intervalo compreendido entre os começos do século VII e os da centúria subsequente. Atentando então nos resultados obtidos através da datação[1148] e se bem que, genericamente, estes preconizem uma cronologia posterior, não deixam de abarcar o período inspirado pela tipologia relativa do elemento metálico.

Em suma, a conjugação dos dados reunidos parece estabelecer uma ocupação que se iniciou no século III e se terá prolongado até ao VIII[1149]. Tal longevidade é perspetivada à luz de uma marcada continuidade, traduzida na manutenção dos ritos e no modo de estruturação dos sepulcros[1150]. No entanto, esta ideia não reflete a introdução de novos materiais, concretizada a partir do século VI, materiais esses que remetem para um outro substrato, diverso do vigente, e cujos paralelos se inscrevem em ambientes exógenos. Neste sentido, julgamos que, sendo evidente a constância manifestada a alguns níveis, designadamente, o que se prende com os moldes de construção dos túmulos, o quadro artefactual regista novidades, passíveis de ser explicadas em função dos contactos tecidos com outras realidades. Além do mais, a prática da inumação vestida é claramente reforçada no território português com a penetração de grupos de origem germânica, pelo que entendemos que tal circunstância não deverá ser ignorada.

Transitamos agora para a necrópole da *villa* de **Casais Velhos**, situada na freguesia de Cascais[1151], num terreno de cultivo com alguma pendente, a que se chega depois de percorrido um caminho arenoso que arranca do acesso à praia do Guincho[1152]. Do complexo, implantado a aproximadamente quatrocentos metros a norte da povoação da Areia[1153], onde já Félix Alves Pereira recolhera uma ara romana, supostamente funerária, assoma-

[1146] CARDOSO *et al.*, 1995: 324-326.
[1147] RIPOLL LÓPEZ, 1985: 33.
[1148] «[…] data calibrada […]: 894 cal DC, a que corresponde os seguintes intervalos: Para 1 sigma – 785-1000 cal DC. Para 2 sigma – 680-1040 cal DC. […]» (CARDOSO *et al.*, 1995: 324).
[1149] CARDOSO *et al.*, 1995: 326.
[1150] CARDOSO *et al.*, 1995: 334.
[1151] Casais Velhos integra, presentemente, a União das freguesias de Cascais e Estoril, em resultado da reorganização administrativa do território.
[1152] FIGUEIREDO & PAÇO, 2007 [1950]: 306.
[1153] CARDOSO, 1991: 49.

ram em 1945 alguns indícios materiais, designadamente restos de construções revestidas a *opus signinum* e fragmentos de *tegulae*. E é, pois, alicerçada nestes primeiros achados, que a Junta de Turismo de Cascais solicita autorização ao então chamado Ministério da Educação Nacional para desencadear sondagens e, posteriormente, escavações[1154].

As intervenções desenvolveram-se, portanto, num campo em declive onde, apesar dos danos provocados pela erosão, lavras e remoção de pedra, para reaproveitamento na composição de muros divisórios ou de contenção, persistiram restos arqueológicos dignos de nota, tal como sugerido pelo topónimo e confirmado pelas primeiras sondagens efetuadas[1155]. Incidindo sobre os contextos que se encontravam em maior perigo, por começarem a aflorar à superfície, saldaram-se na deteção de várias estruturas, entre as quais avultava um edifício retangular de grande dimensão, subdivido em distintos compartimentos. Dois deles, aliás, em razão dos arcos de tijolo que ostentavam, da presença de bases de apoio de possíveis fornos e da forte acumulação de cinzas, pareciam coadunar-se com dependências de um balneário[1156]. Mas outras construções foram identificadas, nomeadamente muros, pavimentos, um tanque que mantinha o revestimento em *opus signinum* e até um poço. Assim se congregavam múltiplos elementos que apontavam para que ali tivesse vigorado uma importante ocupação[1157].

Ora, de cada um dos lados do grande edifício de configuração retangular a que acima aludimos e cuja natureza foi interpretada como termal, situava-se um local de enterramento. E, muito embora os dois conjuntos de sepulcros patentes, um do lado oriental, outro do ocidental, surgissem orientados em conformidade com o eixo este-oeste, diferenciavam-se em função de determinadas especificidades.

Com efeito, os túmulos da parte oriental denotavam elaboração mais cuidada. Um deles, aliás, preservava ainda a cobertura, composta por pedras de avultado tamanho, sendo visíveis duas «cavidades oculares» na superfície superior de uma delas[1158], colocando-se, pois, a hipótese de tal bloco pétreo ser originário de um outro contexto e ter sido reutilizado.

Esse mesmo sepulcro exibia, lateralmente, quatro pedras retangulares, enquanto cada uma das extremidades (cabeceira e pés) integrava mais duas, de idêntico formato. Já no interior, revestido de tijolos, figuravam, além de restos osteológicos caoticamente amontoados, os materiais que haviam acompanhado os inumados na morte. De facto, a nascente jaziam três crânios associados a um jarro cerâmico com decoração ondeada, enquanto no lado oposto da caixa repousava um outro crânio, por seu turno posicionado junto de uma lucerna e de duas lanças de ferro[1159]. Numa outra sepultura, onde fora depositado um

[1154] FIGUEIREDO & PAÇO, 2007 [1950]: 306-307.
[1155] FIGUEIREDO & PAÇO, 2007 [1950]: 307-308.
[1156] FIGUEIREDO & PAÇO, 2007 [1950]: 308.
[1157] FIGUEIREDO & PAÇO, 2007 [1950]: 309.
[1158] FIGUEIREDO & PAÇO, 2007 [1950]: 310.
[1159] FIGUEIREDO & PAÇO, 2007 [1950]: 310.

indivíduo de sexo feminino supostamente adornado com brincos anelares, um deles recolhido em posição adjacente ao crânio, pontuavam diversos objetos metálicos: fragmentos de botões, uma agulha e um zoomorfo, aos que se somava um cabo de osso, procedente de alguma peça que não se conservou. Além dos materiais discriminados, foram também exumadas cerâmicas[1160], designadamente uma tigela de fundo plano e um segundo jarro similar ao acima referido[1161]. Contudo, e no que respeita à proveniência destes dois recipientes, nada é avançado. Fica, neste sentido, por determinar se teriam sido descobertos no interior da mesma estrutura sepulcral, se em câmaras distintas. De qualquer modo, não deixa de ser relevante a informação, transmitida por Fausto Figueiredo e Afonso do Paço, de alguns dados concretos, que nos permitem perceber de que forma a deposição de certos objetos foi articulada no túmulo.

Tendo, pois, sido sumariamente descrito o conjunto oriental, registem-se, desta feita, os traços definidores do segundo grupo de sepulturas, implantado a poente do edifício termal. Tidas como mais pobres, dada a ausência de espólio arqueológico, encontravam-se também em pior estado: nenhuma preservara as lajes de cobertura e parte substancial apresentava-se já destituída da cabeceira, circunstância que poderá ter ficado a dever-se à ação do arado, no quadro das continuadas lavras que ali se foram executando[1162].

Posto isto, impõe-se questionar se, face às divergências notadas, os dois conjuntos seriam coevos. Afigura-se-nos que, efetivamente, poderiam ser contemporâneos. Mesmo a inexistência de materiais, na parte ocidental da necrópole, poderia não traduzir, necessariamente, a vigência de um quadro mental discordante, antes decorrer do maior grau de degradação e destruição a que as estruturas foram sendo sujeitas.

Casais Velhos está classificado como Imóvel de Interesse Público desde 1984. Não obstante, continuam por esclarecer a exata natureza do sítio e muitas das interrogações que o mesmo suscita. Delimitado por uma muralha ainda não totalmente escavada, perspetiva-se que possa ter funcionado também como povoado. O facto de, na zona setentrional da estação, terem sido reveladas duas «cubas» com encaixe para cobertura, aliado à identificação de conchas de *murex*, constituem o suporte de um dos modelos explicativos avançados e que se prende com a possibilidade de ali se ter trabalhado na tinturaria da púrpura[1163]. Se bem que esta hipótese careça ainda de fundamentação sólida, o que parece provável, atendendo aos achados monetários concretizados, é que a ocupação tenha sido mais vigorosa sobretudo nos tempos finais do domínio romano. Já relativamente aos dois espaços de inumação desvelados e que se implantam, respetivamente, a sudeste e a sudoeste dos contextos habi-

[1160] Praticamente todos os materiais elencados e provenientes de contexto sepulcral foram analisados presencialmente no Museu dos Condes de Castro Guimarães, em Cascais. A exceção radica na lucerna, datada, em função da tipologia, dos séculos III ou IV (CARDOSO & ENCARNAÇÃO, 1987: 3).

[1161] FIGUEIREDO & PAÇO, 2007 [1950]: 310-311.

[1162] FIGUEIREDO & PAÇO, 2007 [1950]: 311.

[1163] CARDOSO & ENCARNAÇÃO, 1987: 3.

tacionais, as propostas de datação veiculadas, apesar de pouco concisas, remetem para uma fase mais tardia[1164].

Finalmente, convém realçar que Guilherme Cardoso, na *Carta Arqueológica do Concelho de Cascais,* a propósito deste sítio que interpreta como uma *villa* dotada de um complexo industrial dedicado à tinturaria e curtumes, menciona um terceiro lugar de enterramento. Como denominadores comuns entre cada um deles, aponta não só os moldes de construção dos sepulcros, mas também o modo de deposição dos inumados, em decúbito dorsal, o facto de se apresentarem direcionados para nascente e, finalmente, o tipo de espólio que os acompanha, «[…] joias, armas, moedas e vasilhas»[1165]. O autor opta, pois, por considerar uma noção de unidade subjacente aos três conjuntos de túmulos, escusando-se a reproduzir as especificidades que Fausto Figueiredo e Afonso do Paço atribuem às partes oriental e ocidental da necrópole. Não é claro, porém, a que estruturas se refere quando evoca esse terceiro espaço de enterramento. Será uma alusão a novos túmulos entretanto descobertos? Por ora, é uma questão que fica por clarificar.

Debruçamo-nos agora sobre a necrópole de **Murches**, freguesia de Alcabideche. Em conformidade com as informações proporcionadas por Paula e Oliveira em trabalho póstumo[1166], existiriam dois núcleos funerários em Murches. O primeiro, na área situada a nascente, foi descoberto fortuitamente, aquando da reparação de um caminho público. É descrito como extenso e formado por sepulcros dispostos em fileiras, estruturalmente destituídos de paredes laterais pétreas. No entanto, possuíam cobertura, a qual era composta por lajes grosseiras, desprovidas de marcas de talhe. Já no que concerne à orientação vigente, seguiram sistematicamente o eixo este-nordeste/oeste-sudoeste.

Contrariando a situação documentada noutras necrópoles próximas, das quais destacamos as que se inscrevem precisamente na mesma freguesia, neste conjunto de Murches privilegiou-se a inumação de um só indivíduo por túmulo. Com efeito, apenas uma das câmaras sepulcrais denunciou reutilização, patenteada na acumulação de três crânios infantis. A esta particularidade acrescentava-se uma outra, referente ao facto de as inumações denotarem inclinação para o lado direito. Por outro lado, os sepulcros não possuíam quaisquer adereços de vestuário ou adornos do corpo. Assim e, atendendo a todas as variáveis expostas, afigura-se que os sepulcros da área nascente de Murches remeteriam não só para um outro enquadramento temporal[1167], mas também para um substrato cultural diferente.

Já as cinco sepulturas detetadas no interior do lugar, na zona do Rossio Pelado[1168] mostravam-se inquestionavelmente idênticas às de Alcoitão e Abuxarda. Distando cerca de 300 metros das que compunham o primeiro núcleo, perfilavam-se segundo o eixo este-

[1164] CARDOSO & ENCARNAÇÃO, 1987: 3

[1165] CARDOSO, 1991: 49-50.

[1166] PAÇO, 1960: 7.

[1167] OLIVEIRA, 1988-1892: 80.

[1168] PAÇO, 1960: 9.

-oeste. As estruturas exibiam lajes lateralmente, mas nenhuma conservava a cobertura. No interior, por seu turno, acumulavam-se os restos osteológicos de mais do que um indivíduo. Relativamente aos materiais fornecidos, o único espólio a assinalar reportava-se a um vaso[1169] que jazia junto da cabeça de um esqueleto e que Paula e Oliveira julgou ser romano[1170].

É possível que, originalmente, existissem outros sepulcros a somar aos cinco supracitados. Aliás, nas proximidades deste grupo teria sido identificada uma estrutura, na arquitetura da qual fora integrado um elemento pétreo reaproveitado e provido de uma inscrição. Contudo e, apesar dos esforços feitos para o recuperar, a perda assumiu-se como definitiva, dado que a pedra acabou por ser incorporado num edifício[1171], mantendo-se, portanto, em falta, não só o artefacto, mas toda e qualquer informação adicional passível de por ele ter sido gerada[1172].

A reutilização de materiais, longe de ilustrar uma prática esporádica, encontra eco em numerosos sítios. De facto, as descrições já veiculadas a propósito de algumas das necrópoles que pontuam o território português assim o têm demonstrado.

Passemos agora a **Alcoitão**. É Francisco de Paula e Oliveira quem dedica as primeiras referências aos trinta e quatro túmulos colocados a descoberto na encosta sudeste de uma elevação conhecida pela designação de Alto da Peça. Em consonância com a explanação do autor, as estruturas sepulcrais, cerca de metade das quais comportava ainda a respetiva cobertura, surgiam dispostas no sentido norte-sul e organizadas em fileiras ou, de acordo com expressão de Paula e Oliveira, que as explorou, *en rangées*[1173]. Por seu turno, cada uma delas apresentava-se orientada segundo o eixo este-oeste e a uma profundidade que variava em função da maior ou menor inclinação do terreno. Com efeito, nas zonas de cota mais baixa, alguns túmulos afloravam à superfície, circunstância que Paula e Oliveira atribuiu à ação dos agentes erosivos. Já nas faixas de menor pendente, os túmulos permaneciam dissimulados pelos solos, a uma profundidade que oscilava entre os 0,3 e os 0,6 metros[1174].

No que respeita ao comprimento médio de cada estrutura, o valor registado oscilava entre 1,8 e 2,2 m. Porém e, conforme indicação colhida no texto, uma delas atingiria os 3 metros (extensão que nos leva a descartar a possibilidade de constar, efetivamente, de um sepulcro), enquanto uma ou duas outras (asserção equívoca utilizada pelo autor) não ultrapassariam 1 metro. Estas, em concreto, destinar-se-iam a albergar os corpos de crianças.

As sepulturas obedeciam a um esquema de construção pouco elaborado, limitado à colocação de duas lajes verticais em cada um dos alinhamentos laterais, ao que se acrescen-

---

[1169] Trata-se de um jarro de bocal trilobado, depositado no M.N.A. (n. º de inv. 20.794).
[1170] OLIVEIRA, 1988-1892: 90.
[1171] OLIVEIRA, 1988-1892: 90.
[1172] PAÇO & FIGUEIREDO, 1971 [1943]: 285.
[1173] OLIVEIRA, 1888-1892: 87.
[1174] OLIVEIRA, 1888-1892: 87.

tava uma outra, colocada em cada uma das extremidades. Quando conservadas, as coberturas eram, de igual modo, compostas com recurso a lajes, em número variável, duas ou três. Convém, neste ponto, notar que as matérias-primas em causa não eram talhadas, daí o aspeto irregular que as caracterizava. Aliás, talvez se ficasse a dever precisamente a essa irregularidade a formação de interstícios, posteriormente colmatados através da colocação de nódulos de argamassa de cal ou de tijolo moído[1175].

Um traço comum à globalidade dos sepulcros prendia-se com o facto de encerrarem os restos osteológicos de mais do que um indivíduo, sendo recorrente reconhecer-se a presença de dois ou três. Paula e Oliveira menciona, inclusive, a deteção de vestígios de cinco indivíduos no interior de uma única sepultura[1176]. Não obstante, e independentemente do número de enterramentos envolvido, a reutilização das estruturas sepulcrais configurava uma prática recorrente na necrópole.

Os indivíduos que se mantinham *in situ* revelavam ter sido inumados com as cabeças voltadas a nascente, deitados sobre as costas e com os braços estendidos ao longo do corpo ou ligeiramente fletidos, de forma a que os membros superiores se apoiassem na bacia. Aos pés, por seu turno, figuravam ossadas destituídas de qualquer ordem aparente, procedentes de um ou mais enterramentos prévios e removidos da posição original, de modo a libertar espaço na câmara sepulcral para mais uma inumação. Mas nem sempre as ossadas assim agregadas correspondiam à totalidade do que restaria dos indivíduos. Com efeito, podia dar-se o caso de apenas se pretender manter os crânios no interior dos sepulcros, rejeitando-se outras partes do esqueleto[1177]. Como, pois, interpretar esta atitude perante os restos osteológicos? Que quadro mental estaria subjacente? Poderia esta prática manifestar, simplesmente, a ausência de laços ou de uma memória relativamente ao(s) indivíduo(s) excluído(s)? Contudo, e se assim fosse, como explicar a escolha do sepulcro para realizar novo enterramento? De facto, tem vindo a apontar-se a hipótese de as reutilizações se concretizarem em função de vínculos familiares. Mas, em que medida esta premissa é suscetível de comprovação? Sem possibilidade de avançar com respostas concretas neste domínio, passamos, finalmente, a abordar os materiais recuperados em Alcoitão, começando por assinalar a escassez de elementos recolhidos.

No que toca às produções cerâmicas, Paula e Oliveira alude ao achado de apenas dois vasos, um dos quais se encontrava depositado junto do crânio de um indivíduo; o segundo, por seu turno, figurava junto dos pés de um outro[1178]. No que concerne aos objetos metálicos, há a elencar a exumação de um pequeno conjunto de peças, provenientes de diferentes sepulcros e, por conseguinte, sem que se verifique qualquer tipo de associação. Totalizam

[1175] OLIVEIRA, 1888-1892: 87.
[1176] OLIVEIRA, 1888-1892: 87.
[1177] OLIVEIRA, 1888-1892: 87-88.
[1178] OLIVEIRA, 1888-1892: 88; lâm. II, fig. 3. Este último corresponde à bilha atualmente depositada no M.N.A. (n.º de inv. 2004.241.1).

três fivelas, cuja representação não foi divulgada, e dois anéis de bronze, um dos quais foi descoberto sob o crânio de um indivíduo[1179]. Ora, esse anel, ornado com uma sequência de cinco *SSS* patente na mesa, foi já descrito por diversos autores. Todavia, distintas publicações têm vindo a apresentá-lo como oriundo da necrópole da Abuxarda[1180]. Pela nossa parte, optámos por manter a referência inicial, produzida por Paula e Oliveira na sequência das intervenções que levou a cabo nos finais do século XIX, posteriormente reproduzida por Félix Alves Pereira[1181] e, décadas mais tarde, por Afonso do Paço[1182].

Com a passagem do tempo, o terreno da necrópole foi sujeito a várias ações invasivas, caso de lavras e demais movimentações de terras, designadamente para ali erguer eventuais urbanizações, ações essas que, quase certamente, terão influído negativamente no estado de conservação do sítio[1183].

Mais recentemente, as obras de construção de uma via rodoviária no concelho de Cascais, cujo traçado cruzava a área de proteção estabelecida para a necrópole, determinou a implementação do acompanhamento arqueológico do processo intrusivo. O referido procedimento permitiu o reconhecimento de dois sepulcros. Um deles apresentava-se definido por uma caixa de pedra, sendo que, na parte superior da respetiva tampa figuravam ainda vestígios osteológicos relacionáveis com uma inumação prévia. O segundo sepulcro, por seu turno, reportava-se a uma cova simples, no interior da qual repousava o esqueleto de uma mulher, cujas vértebras cervicais se mostravam deformadas, indiciando uma existência em grande medida passada a carregar pesos. Por publicar continuam os resultados finais, que conteriam as informações colhidas no contexto de uma sondagem à data ainda por realizar, num campo da Misericórdia. De qualquer modo, cabe-nos terminar a descrição do sítio, realçando o facto de, entretanto, o mesmo ter sido classificado como Imóvel de Interesse Público[1184].

Passemos agora à análise da necrópole da **Abuxarda**. À semelhança da de Murches e Alcoitão, com as quais partilha incontornáveis similitudes, localiza-se igualmente na freguesia de Alcabideche, numa zona conhecida pelo nome de Meroeiras, defronte do fontanário público[1185]. Implantada na vertente sul de uma colina de pendente pouco acentuada, abarcava sepulturas ordenadas em fileiras, cuja esmagadora maioria se desenvolvia segundo

---

[1179] OLIVEIRA, 1888-1892: 88; lâm. III, fig. 7.

[1180] Com efeito, José Leite de Vasconcelos atribui ao anel provido de *SSS* (VASCONCELOS, 1913: 586, fig. 304 a; 587) a mesma origem que imputa a um outro, por seu turno exumado na necrópole da Abuxarda e que ostenta uma suástica incisa (VASCONCELOS, 1913: 586, fig. 303 a; 587). Também D. Fernando de Almeida (ALMEIDA, 1962: 238; 256; lâm. LXI, fig. 337), Guilherme Cardoso (CARDOSO, 1991: 46, fig. 16) e Ana Margarida Arruda (ARRUDA, 1994: 234, n. 288) acabarão por publicar o objeto recolhido por Paula e Oliveira como procedente da Abuxarda.

[1181] PEREIRA, 1905: 18.

[1182] PAÇO, 1960: 9-10, fig. 3, f.

[1183] CARDOSO *et al.*, 2001: 192.

[1184] CARDOSO *et al.*, 2001: 192.

[1185] PAÇO, 1960: 9.

o eixo este-oeste, consistindo as exceções identificadas em apenas dois túmulos que, posicionados na faixa que confinava com o limite oeste da necrópole, se encontravam dispostos no sentido norte-sul[1186]. Seriam contemporâneos dos restantes enterramentos? Ou constituirão testemunho de ocupação mortuária daquele espaço num outro tempo?

Ao nível da arquitetura, a prevalência das soluções adotadas na composição dos túmulos recaiu no recurso a lajes talhadas; porém, foi igualmente possível documentar a utilização, muito embora excecional, de tijolos empilhados, em regra, de dimensão avultada, na preparação de algumas, escassas, sepulturas. Em paralelo, notou-se que, nas situações em que a estruturação se revelava mais esforçada exteriormente, também o interior, por seu turno, denotava maior cuidado, nomeadamente, através do respetivo revestimento com uma camada formada por areia e cal. Por outro lado, eram estes os sepulcros que surgiam mais abundantemente providos de artefactos[1187]. Ora, atendendo aos pormenores concedidos pelo autor, afigura-se que a necrópole da Abuxarda se distinguia da de Alcoitão, na medida em que os túmulos detetados no cemitério agora em análise evidenciavam alguma variabilidade construtiva. Além do mais, as estruturas cuja edificação exigira maior investimento seriam as mesmas que proporcionaram a exumação de mais objetos. Parece notar-se aqui a conjugação de indícios que apontam no sentido da existência de sepulturas privilegiadas na Abuxarda, circunstância que, a ter-se verificado em Alcoitão, pode não ter sido percecionada ou, antes, ter carecido de clarificação clara no texto que ilustra a intervenção.

Independentemente desta questão, os pontos de contacto a realçar entre os dois cemitérios superam as dissemelhanças. Com efeito, também na Abuxarda foi atestada a reutilização de sepulcros, concentrando-se restos osteológicos pertencentes a vários indivíduos numa mesma câmara. Por outro lado, da observação de diferentes contextos funerários em ambas as necrópoles decorre a constatação do facto de não ser usual colocar terra sobre os inumados. Na verdade, as finas camadas depositadas sobre as ossadas terão resultado da infiltração progressiva dos solos através das aberturas ou fendas criadas entre as lajes da estrutura, em particular, da cobertura[1188].

No que respeita à quantidade de materiais recuperados, as sepulturas da Abuxarda mostraram-se mais prolíficas que as de Alcoitão. É referida a ocorrência, se bem que pouco valorizada, de alguns vasos cerâmicos[1189]. Em contrapartida, é atribuída maior importância aos variados elementos metálicos recolhidos e entre os quais avultam diversos adereços de vestuário, a par de adornos do corpo. Neste último domínio, há a registar também a presença de outros atavios não metálicos, caso das contas de colar, fundamentalmente pro-

---

[1186] OLIVEIRA, 1988-1892: 88.

[1187] OLIVEIRA, 1988-1892: 88.

[1188] OLIVEIRA, 1988-1892: 88-89.

[1189] Nas reservas do M.N.A. encontra-se depositado um único recipiente cerâmico proveniente da necrópole da Abuxarda (n.º de inv. 2003.9.22). Trata-se de uma possível bilha, feita a torno e de produção razoavelmente depurada, cuja descrição detalhada figura no Catálogo, em anexo.

duzidas em vidro. Finalmente, não poderíamos deixar de aludir aqui a um peça de ferro mal conservada e já fortemente oxidada, que Paula e Oliveira julgou poder constar de uma espada. Retirada de um dos sepulcros que compunha um núcleo de quatro, algo afastado dos demais e, concretamente, de uma estrutura que se apresentava orientada segundo o eixo norte-sul[1190], encontra-se em paradeiro desconhecido[1191]. A confirmar-se a suposição avançada e, caso o objeto em causa correspondesse, efetivamente, a uma arma, estaríamos perante achado inédito no quadro dos materiais até então inventariados nas necrópoles de Cascais[1192].

Apesar de impossibilitados de asseverar a tipologia do artefacto de ferro supracitado e de, por outro lado, não termos acedido a todas as peças elencadas na bibliografia, convém relevar que foi precisamente dos túmulos da Abuxarda que nos chegou um dos conjuntos de dimensão mais avultada que tivemos oportunidade de analisar.

Finalmente e, antes de dar por terminadas as considerações em torno da Abuxarda, há que salientar o facto de, a cerca de um quilómetro da necrópole, Paula e Oliveira ter deparado com uma importante quantidade de fragmentos de cerâmica utilitária e de construção que, dispersos no terreno, se estendiam por uma vasta área. A estes fragmentos somavam-se elementos pétreos, entre os quais destacamos fustes de coluna de mármore, bem como alguns vestígios de estruturas, observáveis à superfície. Todos estes indícios prenunciavam a existência de uma ocupação subjacente, a qual acabou por ser comprovada no âmbito de intervenções subsequentes, que desvelaram edifícios e trechos de mosaicos romanos. Todavia, a passagem do tempo e a ação continuada do arado terão certamente influído e perturbado a manutenção das ruínas[1193]. Provavelmente, ali teria existido uma *villa*, à qual posteriormente se associou o espaço funerário.

Concluída a exposição dos dados arqueológicos disponíveis para o concelho de Cascais, note-se que, já nos alvores da década de 60, Afonso do Paço chamava a atenção para a falta de informações antropológicas que, dedicadas às populações «germânicas» da região, fora possível reunir até então. Com efeito, os estudos existentes incidiam precisamente sobre indivíduos exumados das necrópoles de Murches, Abuxarda e Alcoitão, estudos esses que aguardavam, numa altura em que os restos osteológicos se encontravam já depositados no Museu Etnológico, revisão, e ulterior comparação com os resultados produzidos a partir da análise das ossadas de indivíduos oriundos de Silveirona, em Estremoz[1194]. De facto e relativamente a Silveirona, a investigação conduzida por Xavier da Cunha e M. Augusta

---

[1190] OLIVEIRA, 1988-1892: 89.

[1191] Os Serviços de Inventário do M.N.A., instituição onde os materiais originários da Abuxarda repousam atualmente, depois uma permanência inicial no Museu Geológico, não conseguiram localizar qualquer objeto passível de ser identificado com a suposta espada.

[1192] OLIVEIRA, 1988-1892: 89.

[1193] OLIVEIRA, 1988-1892: 89.

[1194] PAÇO, 1960: 15.

Neto[1195] demonstrava que os traços dos esqueletos que analisaram se coadunavam perfeitamente com os revelados pelas populações da região, circunstância que, na opinião de Afonso do Paço e atendendo aos índices transmitidos por Paula e Oliveira, parecia repetir-se nas necrópoles de Cascais[1196].

6.3. Sítios a sul do Tejo

6.3.1. O Alentejo

Neste ponto começamos por, antes de mais, regressar ao concelho de Abrantes.

Tendo já examinado os sítios de Mouriscas e Fonte do Sapo, resta-nos deter na freguesia de Alvega, onde se localiza a necrópole cuja análise se segue. Foi no contexto do acompanhamento preconizado às obras de reabilitação da Rede de Rega de Alvega que se identificaram os vestígios, concretamente, num terreno agrícola a sul do Tejo, conhecido pelo topónimo **Aneirão** – Quinta de São João, nas proximidades da **Quinta do Casal da Várzea**.

Trata-se da área a que a tradição e a bibliografia vêm atribuindo, já desde o século XVII, a implantação da cidade romana de *Aritium*. Todavia, os elementos recolhidos no processo de acompanhamento não parecem sustentar as informações veiculadas. Na realidade, os restos antrópicos detetados no quadro da abertura de numerosas valas para as novas condutas, mostraram-se pouco condizentes com a dimensão expectável para as estruturas de uma cidade. De facto, antes se adequariam aos moldes requeridos por um povoamento de cariz rural e mais disperso, enformando um provável *vicus*, de cronologia tardo-romana ou visigótica[1197].

Concentremo-nos então na descoberta da necrópole propriamente dita. Esta decorreu na sequência da observação de blocos de xisto dispostos na vertical numa das valas abertas mecanicamente, na zona que medeia entre o Aneirão e a Quinta do Casal da Várzea. E, feita a devida limpeza manual, confirmou-se a presença de um alinhamento, justificativo da realização de sondagens de avaliação.

A escavação então iniciada permitiu revelar um derrube e duas estruturas de inumação, alinhadas em conformidade com a orientação oeste-este. Ambas conservavam ossadas no seu interior; no entanto, o facto de não se encontrarem em conexão anatómica levou a que se colocasse a hipótese de os sepulcros terem sido há muito violados, hipótese que explicaria não só a desorganização dos restos mortais, mas também a ausência de espólio mais opulento ou expressivo, cujo desaparecimento teria ocorrido aquando das mencionadas violações[1198]. Porém, há que ressalvar que a disposição «caótica» de vestígios osteológicos no seio da câmara funerária pode perfeitamente ficar a dever-se à sua reutilização. Com

[1195] CUNHA & NETO, 1955.
[1196] PAÇO, 1960: 15.
[1197] GASPAR & BATISTA, 2003: 33-34.
[1198] GASPAR & BATISTA, 2003: 34-35.

efeito, a concretização de novos enterramentos obrigava a que, numa lógica de preparação de espaço livre, se afastassem os restos associados às inumações anteriores. Neste processo, nem todas as ossadas seriam resguardadas, permanecendo no interior da sepultura; algumas poderiam ser irremediavelmente removidas. Mas, aos crânios estaria reservado outro destino: não raro, eram deslocados para a zona dos pés. No caso dos sepulcros de Aneirão, esta prática poderia justificar a presença de dentes precisamente aí, na base das estruturas.

Em paralelo, a fraca representatividade ou «pobreza» de materiais acompanhando os defuntos não teria que resultar, necessariamente, da violação e consequente arredamento do espólio inicialmente depositado. Pelo contrário, poderia simbolizar uma escolha consciente. A que circunstância específica responderão os túmulos de Aneirão? Talvez não seja possível sabê-lo.

Independentemente das dificuldades no esclarecimento desta questão, registe-se que o espólio oriundo da sepultura n.º 1 era composto exclusivamente por elementos de adorno. Estes concerniam a um bracelete, a fragmentos daquilo que seria um anel de liga de cobre, provido de uma incrustação de vidro e ainda a um conjunto de contas de prata de configuração circular, que figuravam na zona da cabeceira e que se julgou fazerem parte da indumentária usada pelo defunto. Já a segunda estrutura sepulcral facultou a recolha de uma conta de colar decorada, pouco comum, e de uma fivela completa[1199], objeto que traduz a prática da inumação vestida.

Muito embora várias das interrogações que se poderiam formular em torno desta necrópole quedem por explicar, até porque a área escavada foi espacialmente limitada, fruto dos condicionalismos decorrentes da empreitada, o certo é que, ainda assim, foram proporcionados interessantes dados, suscetíveis, aliás, de permitir avançar com uma proposta de enquadramento cronológico consideravelmente segura. Os autores do trabalho estabeleceram um balizamento que se estende entre os séculos VI e VIII[1200]. Todavia, supomos que, atendendo ao tipo de materiais recolhidos, o intervalo seria ligeiramente mais limitado. Com efeito, e se pensarmos, por exemplo, na fivela dotada de fuzilhão escutiforme, somos tendentes a concordar com as hipóteses que vêm sendo veiculadas pela bibliografia e que apontam uma produção iniciada no derradeiro quartel do século V, mantida ao longo do VI e atingindo, eventualmente, os alvores do VII. Por outro lado e no que se refere aos braceletes, apesar de estes adornos levantarem alguns problemas e ambiguidades, as datações cingem-se, em regra, aos séculos VI e VII. Cremos, pois, que entre os diferentes adereços recolhidos no interior das câmaras sepulcrais de Aneirão/ Quinta do Casal da Várzea, não se incluem peças que nos permitam sugerir uma integração no século VIII, pelo que tenderíamos a circunscrever a ocupação às duas centúrias precedentes, a VI e VII.

[1199] Tivemos oportunidade de analisar, na Câmara Municipal de Abrantes, a maior parte dos elementos mencionados, exceção feita às contas de prata, indicadas pelos responsáveis pela intervenção como parte do conjunto recolhido na sepultura n.º 1 (GASPAR & BATISTA, 2003: 35).

[1200] GASPAR & BATISTA, 2003: 35.

Continuando por territórios localizados a sul do Tejo, avançamos sensivelmente para nascente, até nos determos em **Patalou**, freguesia do Espírito Santo[1201], concelho de Nisa. Entre as várias ocorrências documentadas nos terrenos abarcados pelo referido topónimo, interessa-nos em particular o espaço classificado como «estação de superfície», detetado no âmbito das prospeções levadas a cabo aquando da preparação da II fase da Carta Arqueológica de Nisa, recentemente elaborada[1202].

Em conformidade com a ficha de relatório correspondente, o sítio pauta-se pela presença abundante de materiais à superfície, fundamentalmente concentrados a cota mais elevada, mas também disseminados ao longo de uma vasta área envolvente[1203]. E, atendendo à diversidade desses elementos antrópicos, afigura-se que a ocupação humana ali desenvolvida terá persistido por tempo longo. Com efeito, é mencionada a recolha de cerâmicas, entre as quais se incluem fragmentos de produção fina, comum e grosseira, bem como de construção. Em paralelo, referem-se numismas de cronologia romana e, no quadro do universo dos metais, pesos de chumbo, um prato metálico, fíbulas e placas de cinturão visigóticas[1204]. Foi precisamente este último apontamento a motivar, num primeiro momento, o interesse particular que dedicamos a Patalou.

Ora, sendo certo que nessa zona de relevos suaves, nunca escavada sistematicamente, não foram até ao momento documentadas quaisquer estruturas[1205], julgamos que a existência de enterramentos naqueles terrenos configura uma forte possibilidade. Na realidade, o conjunto artefactual que tivemos oportunidade de estudar em Nisa e que se encontra à guarda de um particular[1206], congrega três placas de cinturão, um aro de fivela e um fuzilhão isolado. Estes objetos, muito embora denotando uma relevância intrínseca algo desigual, possuem como principal denominador comum o facto de constarem de adereços vocacionados para a aplicação sobre a indumentária[1207]. E, assumindo-se que a inumação vestida representa uma prática fortemente difundida e reproduzida entre diferentes grupos populacionais de origem «germânica», a hipótese colocada deverá, efetivamente, ser equacionada.

Em paralelo e conforme nos foi dado perceber em visita ao sítio, cerca de dois anos

[1201] Com a reorganização administrativa do mapa das freguesias, Patalou pertence agora à União das freguesias de Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão.

[1202] VALDEZ *et al.*, 2008: 20.

[1203] VALDEZ *et al.*, 2008: ficha de n.º de inv. 100.

[1204] VALDEZ *et al.*, 2008: 47-49; ficha de n.º de inv. 100.

[1205] As sete sepulturas escavadas na rocha inventariadas em Patalou (VALDEZ *et al.*, 2008: fichas n.º 178-184) constituem um outro «conjunto», integram-se numa cronologia e realidade distintas da que tratamos e, por último, distam consideravelmente do espaço sobre o qual nos debruçamos.

[1206] Trata-se do Sr. João Francisco Lopes que, na sequência das informações que proporcionou à equipa envolvida na elaboração da II fase da Carta Arqueológica de Nisa aceitou também receber-nos em sua casa e registar os materiais metálicos que haveriam de ser inicialmente incluídos na dissertação de mestrado que apresentámos à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 2010.

[1207] AREZES, 2010-2011: 66.

depois das prospeções motivadas pela realização da Carta Arqueológica, continuava a ser percetível a dispersão de materiais, designadamente, de alguns líticos com vestígios de afeiçoamento e, sobretudo, de *tegulae*. Esta, além de assomar por entre a vegetação herbácea que revestia os solos, apenas interrompida pela irrupção de arbustos e árvores pontuais, era também incluída nos muros divisórios de propriedade, erguidos em pedra seca. Concretamente, recorria-se ao granito para os estruturar, a mesma matéria observável nos afloramentos mais superficiais[1208].

Havia, portanto, matéria-prima disponível e, além do mais, há que registá-lo, duas linhas de água delimitando o espaço, a poente e a sul. Neste sentido, estariam reunidas condições para que ali vigorasse uma ocupação humana. Sem poder concretizar os moldes específicos em que esta se desenrolou e quais as balizas cronológicas que a terão limitado é possível, ainda assim, tecer alguns comentários, fundados nas datações propostas para os adornos metálicos.

No entanto, também no que a eles se reporta, as circunstâncias em que, segundo nos foi transmitido, se terá processado o achado, na sequência de lavras que revolveram a terra e trouxeram os materiais descontextualizados à superfície, enformam uma circunstância fortemente restritiva da profundidade das informações a retirar[1209]. De qualquer modo, no caso do fuzilhão isolado e, sobretudo, no do aro de fivela, apesar de algumas problemáticas inerentes e da necessidade que se impõe de cotejar dados e associações reveladas noutras necrópoles, supõe-se que o século VI corresponderá ao enquadramento adequado, muito embora se possa considerar um eventual avanço até ao VII. Na verdade, e atentando no fuzilhão, de morfologia simples e destituído de qualquer vestígio de decoração, constata-se que deverá proceder de uma fivela de aro ovalado. Conhecendo-se alguns paralelos para este tipo de agulha, reconhecemos que um especialmente próximo radica num exemplar exumado na sepultura n.º 151 da necrópole de Carpio de Tajo, em Toledo, cuja ocupação, potencialmente iniciada no século V e terminada no VII, terá encontrado na centúria intermédia a fase de maior vigor[1210]. Relativamente ao aro de fivela retangular, sublinhe-se que a configuração apresentada poderá indiciar uma génese romana. Todavia, é recorrente identificarem-se objetos congéneres em espaços de enterramento classificados como visigóticos, situados quer no atual território espanhol, quer francês[1211]. Por conseguinte e a confirmar-se essa ascendência romana, não é de excluir que, em determinadas situações, possamos estar perante reutilizações de objetos cujos ciclos de produção foram entretanto terminados. É por este motivo que apontamos as dificuldades na atribuição de uma cronologia rigorosa a este tipo de fivela. Não obstante, notamos que, no caso dos túmulos

[1208] AREZES, 2010-2011: 66.
[1209] AREZES, 2010-2011: 66; 74.
[1210] RIPOLL LÓPEZ, 1985: 16; 119, fig. 38.
[1211] BARROSO CABRERA *et al.*, 2006b: 559.

tardios de Milreu (Estoi, Faro), que Mário Lyster Franco imputou ao período visigótico[1212] e de onde poderá ser oriunda uma peça idêntica à de Patalou, igualmente incompleta, um estudo dos finais de década de 90 propõe uma datação genérica, extensível ao conjunto de materiais ali recuperados, compreendida entre os séculos VI e VII[1213].

No que se refere às três placas de cinturão, as indicações colhidas afiguram-se mais seguras. Com efeito e ressalvando as especificidades, nomeadamente decorativas, inerentes a cada uma delas, todas se integram na tipologia liriforme. Adereços similares, marcados por renovados influxos, mediterrânicos e bizantinos, terão começado a penetrar na Península Ibérica talvez na reta final do século VI ou, mais seguramente, já nos alvores do VII. Será, pois, ao longo desta última centúria que acabará por se assistir à maior disseminação deste tipo, sendo plausível que o *corpus* de adereços de vestuário que lhe estava associado tenha persistido em uso ainda nas primeiras décadas da VIII[1214]. É, portanto, este o intervalo que aventamos como enquadramento provável para as placas de Patalou.

Avançamos agora para o concelho vizinho de Castelo de Vide, onde se encontra documentado um dos mais significativos conjuntos de necrópoles relacionáveis com o âmbito cultural e cronológico em estudo. Haverá uma razão concreta para explicar essa concentração? Corresponderá este território, em tempos abarcado pelo *municipium* da *Ammaia*, a uma realidade de algum modo privilegiada e que, reunindo um determinado leque de características, apelou à fixação dos grupos humanos que nele habitaram e nele se fizeram inumar, em obediência a um ritual singular? Ou decorrerá a identificação de um número inusual de sítios da prospeção continuada e sistemática do terreno, processo que culminou no delinear de um cenário com ocorrências mais intensas?

Talvez a justificação efetiva advenha da combinação destas e outras variáveis.

Mas passemos então à análise dos espaços, das especificidades das estruturas de inumação e dos materiais nelas depositados.

Começamos pela freguesia de Santiago Maior e pelas estações a referenciar na área abrangida pelos seus limites administrativos.

A primeira inscreve-se numa propriedade conhecida pelo topónimo **Cerejeiro**. É mencionada na Carta Arqueológica do Concelho de Castelo de Vide, devido à indicação da existência de uma necrópole de «[…] sepulturas formadas por lajes de tipo 'cista' […]», panorama que seria coadjuvado pela presença de túmulos escavados na rocha. Todavia,

[1212] «[…] Em ambos aquêles recintos, *porticus* e *crypta*, assinalaram Estácio da Veiga e Pereira Boto, a existência de sepulturas. Outras se encontraram agora. Algumas, na *crypta*, com os restos ainda conservados dos que nela foram inhumados […], e ainda mais três no porticus, com os ossos já desfeitos […]. Em duas destas últimas sepulturas, encontraram-se vasilhas de barro que foram removidas para o Museu Arqueológico de Faro. A forma rectangular que as sepulturas apresentam, o lugar onde se encontraram, que não fora certamente destinado a recinto sepulcral, e até mesmo o barro grosseiro e a forma simples das *lagoenae* recolhidas, permitem-nos poder classificá-las como visigóticas e, portanto, de época posterior à revelada por todas as outras construções […]» (FRANCO, 1943: 12-13).

[1213] SIDARUS & TEICHNER, 1997: 184.

[1214] RIPOLL LÓPEZ, 1985: 61; RIPOLL LÓPEZ, 1998: 60-65.

aquando da prospeção inicialmente levada a cabo por Conceição Rodrigues, a ausência do rendeiro conhecedor do terreno impossibilitou a localização concreta do sítio. Forneceu-se então apenas uma ideia de implantação geral, apoiada na adjacência da Ribeira de São João e na proximidade da ermida de Santo Amador[1215].

Posteriormente, na obra que a mesma autora dedica aos sepulcros medievais, surge a descrição de dois túmulos de configuração trapezoidal, constituídos por cinco lajes alinhadas nas zonas laterais e orientados no sentido poente-nascente. Não obstante e mesmo tratando-se de um pequeno núcleo destinado à inumação, convém salientar que ambos proporcionaram a recolha de espólio votivo[1216]; num deles, aliás, terá havido ainda deposição de um adereço de vestuário, classificado como fivela de ferro[1217]. No entanto, ignoramos a tipologia do referido objeto, que à altura da descoberta estaria já danificado e do qual presentemente se desconhece o paradeiro.

Retomando uma informação previamente adiantada, realçamos o facto de, no Cerejeiro, as estruturas de inumação inventariadas não se restringirem exclusivamente às duas sepulturas de lajes mencionadas, as quais, aliás, foram entretanto destruídas no quadro da realização de trabalhos agrícolas. Com efeito, há registo de dois sarcófagos e de dez sepulcros escavados na rocha, dos quais apenas dois se mostram em evidente conexão espacial, encontrando-se, os restantes, disseminados na paisagem.

Mas não são apenas os vestígios funerários a persistir naquele monte, cruzado por pequenos cursos de água que confluem na Ribeira de São João, e atualmente ocupado por culturas de sequeiro que servem o pastoreio de bovinos. A diacronia da ocupação terá sido longa, remontando pelo menos ao megalitismo. Por outro lado, também fragmentos cerâmicos e alinhamentos pétreos são observáveis no referido espaço, muito embora não se conheça a cronologia dos materiais ou das supostas estruturas. Finalmente, registe-se que naquela herdade permanecem em uso algumas habitações, pelo que se confirma a reiterada apropriação do lugar[1218].

A propósito da fixação humana, ao deixar para trás o Cerejeiro e, antes de transitarmos para o próximo sítio, afigura-se incontornável destacar a relevância granjeada pela Ribeira de Nisa e, subsidiariamente, pelo seu mais importante afluente, a Ribeira de Carvalho, uma vez que ambas as linhas de água parecem ter funcionado como organizadoras e agregadoras de uma ocupação que, ao longo do tempo, foi encontrando as condições necessárias para se desenvolver e sustentar em torno dos seus cursos[1219]. Presentemente, porém, a paisagem surge indelevelmente marcada pela barragem de Póvoa e Meadas, onde

---

[1215] RODRIGUES, 1975: 185-186.

[1216] Ambos os recipientes (n.º de inv. CE2-1 e CE2-2) se encontram no depósito da Secção de Arqueologia da Câmara Municipal de Castelo de Vide (S.A.C.M.C.V.).

[1217] RODRIGUES, 1978: 18.

[1218] PRATA, 2012: 54.

[1219] SARNADAS, 1996: 58.

se derramaram essas e outras linhas, parte da densa rede existente, não raro nascida na Serra de São Mamede[1220].

Ao falar da barragem, impõe-se desde logo evocar a Azinhaga da Boa Morte, topónimo recuperado da denominação atribuída a um velho caminho, hoje submerso[1221] e na envolvente do qual foi já possível detetar diversos sítios. Dois deles, que concernem aos conjuntos tumulares conhecidos pela designação de Azinhaga da Boa Morte I e II, respetivamente, suscitam-nos o maior interesse. Mas, ao abordá-los, emerge uma primeira interrogação: não poderiam os dois núcleos ter, originalmente, integrado uma única necrópole? Muito embora seja possível estabelecer interconexão visual entre a área de implantação aproximada de cada um deles, separam-nos as águas contidas no empreendimento de Póvoa e Meadas. Neste sentido, pelas óbvias dificuldades que se colocam e nos impedem de responder cabalmente à pergunta enunciada, optamos por manter as duas designações, que são também as que vêm sendo veiculadas pela bibliografia[1222], e por analisar os dois núcleos como entidades distintas.

Começamos, portanto, por nos deter na necrópole da **Azinhaga da Boa Morte I**. Situada junto do limite norte da barragem[1223], num terraço ou plataforma de pendente suave[1224] integrava, conforme inicialmente avalizado, sete sepulturas de inumação. Da descrição realizada à altura do reconhecimento do lugar se deduz que o estado de conservação já não seria o melhor. Com efeito, os alinhamentos, apesar de prenunciarem o tipo de estrutura subsistente, nem sempre se mostravam absolutamente evidentes. Por outro lado, alguns dos sepulcros estariam já desprovidos da cobertura original. Num deles, aliás, e na tentativa de resgatar artefactos eventualmente preservados no seio da câmara, procedeu-se a uma breve «escavação», que acabou por desvelar um fundo revestido com lajes de granito, a mesma matéria-prima utilizada na delimitação das paredes laterais. Em paralelo e respondendo precisamente ao propósito de recuperação supracitado, o túmulo proporcionou a recolha de um vaso[1225].

Mas nem todas as sepulturas se encontravam destituídas de cobertura. Uma delas mantinha a sua tampa e de dimensão tão avultada que tornava aparentemente impossível qualquer tentativa de deslocação, mesmo que preconizada por dois homens adultos, pelo

[1220] AREZES, 2010-2011: 65-66.

[1221] SARNADAS, 1996: 58.

[1222] Fica a dever-se a José Olívio Caeiro o primeiro apontamento relativamente à identificação de um segundo grupo de sepulturas e, em razão de tal circunstância, do desdobramento da denominação Azinhaga da Boa Morte em I e II: «[…] A esta necrópole chamamos 'Azinhaga da Boa Morte I', pois, nos últimos dias da sua escavação encontrámos, na margem oposta da barragem, uma outra, situada a uma cota tão baixa que permanecera submersa desde o início do enchimento do regolfo, há cerca de quarenta anos, e a que atribuímos o símbolo II […]» (CAEIRO, 1984a: 3).

[1223] RODRIGUES, 1975: 182.

[1224] CAEIRO, 1984a: 3.

[1225] Trata-se de um jarro incompleto, inventariado com a designação BMI 1. Encontra-se guardado nas instalações do futuro Museu da Póvoa e Meadas, à semelhança dos restantes materiais cerâmicos recuperados na Boa Morte (I e II). A descrição de cada um deles figura no Catálogo em anexo.

que se supunha estaria incólume. Contudo, a sua violação acabou por ser concretizada pelo próprio guarda-rios que assumira a função de guia entre pontos de interesse arqueológico na região. Ao que sabe, o sepulcro continha não só material votivo, respeitante a um vaso, mas também elementos metálicos, um anel e uma fivela[1226], respetivamente vocacionados para o adorno do corpo e do vestuário. Não obstante e apesar de, na sequência da ação das autoridades, o referido conjunto ter sido entregue ao Sr. Martins Barata, que o conservou[1227], parte dele encontra-se hoje em paradeiro desconhecido. A exceção radica no «vaso» que o guarda-rios removeu[1228], atualmente depositado nas instalações daquele que será o futuro Museu de Póvoa e Meadas, enformando o que resta dos achados concretizados na década de 70 do século passado no interior do túmulo espoliado. Relativamente aos elementos metálicos que estariam associados ao recipiente cerâmico, não é conhecida qualquer informação que esclareça qual o rumo que, entretanto, lhes terá sido votado.

Assim se vai delineando a presente situação dos materiais oriundos da necrópole da Boa Morte I. De facto, a única recolha em contexto de que há notícia efetuou-se no quadro da intervenção levada a cabo nos anos 80, à responsabilidade de José Olívio Caeiro. Foi neste âmbito que se tornou possível perceber que a área compreendida entre os enterramentos n.º 6 e 8 albergava uma pequena estrutura tumular, adossada à n.º 6, mas nunca percecionada enquanto tal. Certamente por esse motivo e apesar de bastante danificada, mantivera-se à margem de potenciais tentativas de violação, conservando uma bilha, que se presume estaria *in situ*, no recanto noroeste da caixa[1229].

Uma outra peça, igualmente cerâmica, que se julga oriunda da Boa Morte I, foi recentemente adquirida pela Secção de Arqueologia da Câmara de Castelo de Vide aos herdeiros do Sr. Martins Barata. Supondo que, em conformidade com indicação de José Olívio Caeiro, todas as estruturas de inumação sofreram algum tipo de depredação, exceção feita à que numerou como n.º 7[1230], deverá colocar-se a hipótese de a forma cerâmica em causa ter chegado à Coleção Privada agora cedida como resultado de uma recolha fortuita, muito embora não nos seja possível aventar de que modo nem através de que responsáveis.

Feitas algumas considerações aos materiais, passemos aos sepulcros propriamente ditos, começando por salientar que as primeiras indicações fornecidas a seu respeito não se revelaram prolíficas: foi apenas destacada a configuração trapezoidal que apresentavam, a orientação vigente, em obediência ao eixo nascente-poente e a particularidade de todos

[1226] «[…] Soubemos depois que ele tinha escavado a sepultura e dela tirara um vaso, um anel, uma fivela e que partira várias 'latinhas', no seu dizer, por pensar que não teriam qualquer valor […]» (RODRIGUES, 1975: 182; RODRIGUES, 1978: 15; 83, fig. 19; 97, fig. 30). A julgar por tal afirmação, haveria outros elementos no túmulo espoliado; no entanto, desconhecemos a que tipo de artefactos, em concreto, se poderá referir a expressão «latinhas».

[1227] RODRIGUES, 1975: 183.

[1228] RODRIGUES, 1978: 15; 22-23; 69, fig. 12, n.º 7.

[1229] CAEIRO, 1984a: 5.

[1230] CAEIRO, 1984a: 5.

serem delimitados por pedras graníticas de grão grosso[1231]. Posteriormente, na breve publicação produzida na sequência da escavação que realizou, José Olívio Caeiro acrescentou outros dados ao corpo sumário já conhecido. O autor regista, por exemplo, as dimensões (largura, extensão e profundidade) dos túmulos e o estado de conservação em que estes se encontravam. E, a propósito dos pormenores construtivos, explicita que, em regra, surgiam duas lajes porfiroides alinhadas à cabeceira, duas aos pés e igual quantidade em cada uma das zonas laterais. Mas, acrescenta, não reconhece qualquer indício que permita atestar a possibilidade de os fundos terem sido recobertos por lajes[1232]; pelo contrário, discerne sinais de raspagem e aplanamento do substrato, sobre o qual teriam sido depositados, diretamente, os inumados[1233].

Para finalizar, realçamos um dos contributos mais relevantes deste trabalho e que se prende com o assinalar da presença, a escassos metros para nascente, de restos pétreos e cerâmicos, estes muito rolados, devido à ação erosiva das águas da barragem. Apesar de as descrições não serem minuciosas e de não ter sido preconizada uma intervenção sobre os referidos vestígios, estabeleceu-se a probabilidade de uma relação entre estes, interpretados como testemunhos de um possível casal, e o espaço funerário em análise[1234]. Seria, indubitavelmente, do maior interesse, perceber se os dois conjuntos se teriam articulado em período coevo, com tamanha proximidade entre o mundo dos vivos e o dos mortos, ou se as ocupações implementadas em cada um deles se teria verificado em tempos díspares.

Transpomos agora a barragem, até atingir a margem oposta e aí nos determos na **Azinhaga da Boa Morte II**. Localizada a cota baixa, praticamente defronte da primeira necrópole, comporta apenas duas sepulturas de inumação.

A identificação do pequeno núcleo, que há muito estaria submerso, ocorreu aquando dos trabalhos arqueológicos na Boa Morte I, numa altura de emersão, motivada pela prolongada seca que ali grassava, nos inícios dos anos 80. Desencadeou-se então uma escavação de emergência, que tornou possível assinalar a existência não apenas das estruturas funerárias, mas também de alinhamentos com outra vocação, configurando uma realidade que, desde logo, prenunciava pontos de contacto com a atestada na margem oeste[1235].

Relativamente aos dois sepulcros, há que destacar o facto de exibirem nítidas semelhanças construtivas, não obstante ligeiras variáveis, porventura decorrentes das próprias condições de preservação. No caso do n.º 1, por exemplo, era notório o desalinhamento patenteado pelas lajes laterais da face sul, certamente resultante da pressão exercida pelos solos[1236]. Porém

---

[1231] RODRIGUES, 1975: 182-183; RODRIGUES, 1978: 15.

[1232] Neste ponto, contraria a informação a que previamente tivemos oportunidade de aludir e que foi transmitida por C. Rodrigues (RODRIGUES, 1975: 182).

[1233] CAEIRO, 1984a: 4-5.

[1234] CAEIRO, 1984a: 5.

[1235] CAEIRO, 1984a: 5; 1984b: 3.

[1236] CAEIRO, 1984b: 3.

e, no cômputo geral, as analogias mostravam-se incontestavelmente mais vigorosas. Com efeito, as duas câmaras conservavam, na parte externa, blocos pétreos de reduzida dimensão, aos quais caberia a função de, por um lado, preencher interstícios deixados vagos entre lajes e, por outro, ajudar a suster a cobertura. Em paralelo, em nenhum dos túmulos era percetível qualquer indício que permitisse apontar a possibilidade de os fundos terem sido cobertos: apenas o geológico, nivelado, era visível[1237].

Outro ponto de aproximação a realçar, além da orientação adotada, no sentido nascente-poente, prende-se com o facto de, no interior de cada uma das sepulturas, figurar um recipiente destinado à contenção de líquidos. Assim, no canto noroeste da n.º 1, repousava um jarro, um pouco incompleto e provido de três perfurações; a esta forma cerâmica acrescentavam-se, sensivelmente no campo intermédio da estrutura, leves resquícios procedentes de um objeto de ferro, de contorno aparentemente ovalado, consonante com uma possível fivela e, por último, parcos restos osteológicos, que se supôs serem oriundos da caixa craniana[1238]. Já no túmulo n.º 2 não há notícia de qualquer outro achado que não o da bilha que jazia sensivelmente a meio da extensão longitudinal da estrutura, talvez arredada da posição original em que fora depositada por ação das águas da barragem, no tempo em que permanecera submersa[1239].

Confirmam-se, portanto, as afinidades existentes não só entre os dois enterramentos que compõem este pequeno núcleo, mas igualmente entre o referido núcleo e a necrópole implantada na orla oeste. Convém realçar, por outro lado, que à semelhança do que se verifica na Boa Morte I, também no sítio II se revelou possível identificar estruturas que não se coadunam com a vertente funerária. Erguidas sobre os afloramentos e interpretadas como construções de cariz habitacional, localizavam-se, respetivamente, a sudeste e a sul do conjunto tumular, surgindo ladeadas de cerâmicas comuns e de construção, fragmentadas e erodidas. Atendendo à datação destes materiais e cotejando-a com a dos restantes elementos reunidos, J. O. Caeiro avançou uma proposta de cronologia centrada em torno dos séculos VI/VII, mas que não exclui possa estender-se até aos IX e X, atendendo à interioridade da região e aos particularismos dos grupos humanos que nela se fixaram[1240].

Sensivelmente a sul/sudoeste e, desta feita, já na freguesia de São João Baptista, encontramos as Sepulturas n.º 3, 4 e 5 da **Tapada de Manuel Antunes**, as únicas em que aqui nos iremos debruçar, dentro de um universo de estruturas tumulares mais vasto e diversificado, quer do ponto de vista cronológico, quer cultural[1241].

[1237] CAEIRO, 1984b: 3-4; fig. 5 e 6.

[1238] CAEIRO, 1984b: 3.

[1239] CAEIRO, 1984b: 4.

[1240] CAEIRO, 1984b: 4-5.

[1241] Note-se que a designação que adotámos (Sepulturas n.º 3, 4 e 5 da Tapada de Manuel Antunes) consta da veiculada pela S.A.C.M.C.V. para o núcleo de túmulos de lajes que nos propusemos explorar. Correspondem às estruturas XXIII, XXIV e XXV da numeração de Sara Prata (PRATA, 2012: 39).

O conjunto conhecido por Tapada de Manuel Antunes localiza-se junto da Barragem de Póvoa e Meadas. Parte dos dispositivos tumulares figura atualmente na área inundada e, portanto, queda-se submersa; já outros assomam na margem poente[1242], semiocultos entre a vegetação que grassa na paisagem.

Mas, convém desde logo ressalvar que o núcleo em que nos deteremos não abarca sequer a totalidade das estruturas de inumação de lajes inventariadas para aquele espaço. Veja-se, por exemplo, o caso das sepulturas n.º 1 e 2 de Remendos de Manuel Antunes ou o das n.º 1 e 2 da Tapada de Manuel Antunes. Sendo certo que, do ponto de vista construtivo, qualquer um destes túmulos se poderia integrar nos parâmetros considerados como válidos para o presente trabalho, o facto de ambos os conjuntos se pautarem por um completo vazio ao nível da presença de material no interior das câmaras funerárias, leva-nos a afastá-los, por carecermos de argumentos que nos permitam sustentar a incorporação. De facto, não nos é possível garantir uma cronologia ou avançar um enquadramento cultural seguro atendendo apenas a uma tipologia de sepulcro que persistiu ao longo de diversas centúrias e teve uma utilização transversal.

Justificado o porquê da restrição da análise, cabe-nos então concentrar no núcleo composto pelas sepulturas n.º 3, 4 e 5 da Tapada de Manuel Antunes.

Duas delas, as n.º 3 e 4, implantavam-se em posição quase adjacente, sendo que a terceira, n.º 5, aparecia ligeiramente apartada. E, apesar do ligeiro desvio evidenciado pelo alinhamento da n.º 3, pode afirmar-se que a orientação seguida no núcleo coincidia com o eixo nascente-poente. Em paralelo, outras especificidades, como a delimitação por esteios de granito ou o formato retangular das caixas, configuravam também elementos de aproximação.

Em 1991, numa altura em que a cota da água se encontrava bastante baixa, foi levada a cabo uma escavação no local, que se saldou na recolha de dois recipientes cerâmicos: um jarro, depositado na zona da cabeceira do túmulo n.º 4 e um pote, colocado sensivelmente na mesma posição, no interior do n.º 5[1243]. Além destes elementos, apenas há a reportar a deteção de alguns restos osteológicos[1244], que se deduz seriam pouco representativos. Com efeito, as décadas passadas sob as águas da barragem terão indubitavelmente contribuído para a degradação das ossadas que, eventualmente, tivessem conseguido subsistir desde o momento em que, centúrias antes, se concretizaram os enterramentos.

Transitemos agora para o **Vale da Bexiga**, também conhecido pelos topónimos Tapada da Santa ou Senhora das Virtudes, provavelmente por se localizar nas imediações da ermida epónima, e onde iremos deter-nos no designado sítio **6**[1245]. É na Carta Arqueo-

---

[1242] PRATA, 2012: 24; 38.

[1243] As estruturas de inumação mencionadas, n.º 4 e 5 correspondem, respetivamente, aos n.º XXIV e XXV da inventariação de Sara Prata (PRATA, 2012: 39).

[1244] PENHASCO, 2008: 22.

[1245] Segundo informação de João Magusto,o Magusto, ormaçizar o nome do lnome do local, deve-se eita, «Sítio 6 – Vale da Bexiga» corresponde à denominação atribuída pela S.A.C.M.C.V. ao pequeno conjunto de sepulcros que nos interessa abordar

lógica do Concelho que, pela primeira vez, se faz referência aos vestígios dispersos pelo vale. Numa vertente suave, localizada nas imediações de uma pequena elevação tutelada por uma construção de falsa cúpula, surgiam disseminados numerosos fragmentos de *tegulae* e *imbrice*s, bem como restos de alinhamentos pétreos e um elemento arquitetónico: uma base de coluna. Afigura-se que, naquela área e na envolvente, tenha vingado uma ocupação que remontará, pelo menos, ao período romano. De facto, assim o parecem indiciar as estruturas e materiais mencionados, a par de outros, reaproveitados nas construções que por ali foram sendo erguidas. Além do mais, a paisagem é pouco acidentada e os terrenos férteis e bem irrigados por uma profusão de linhas de água, condições naturais que certamente terão favorecido a fixação humana e os trabalhos agrícolas ao longo do tempo[1246].

A ocorrência de vestígios estava, pois, firmada. Mas a primeira escavação arqueológica concretizou-se já na década seguinte, em 1982, tendo sido efetuada pelo então chamado Grupo de Arqueologia de Castelo de Vide (G.A.C.V.). Dessa intervenção resultou a deteção de estruturas, de elementos arquitetónicos produzidos em calcário[1247] e de variados materiais avulsos[1248], perfazendo um conjunto de testemunhos que prenunciavam a existência de contextos de utilização habitacional e doméstica.

Todavia, a ocupação do local não se restringia a tal âmbito, dado que a esses achados se somaram quatro sepulcros. Direcionados segundo o eixo este-oeste e escavados no solo, eram delimitados por pedras graníticas, obedecendo a um esquema genérico que pressupunha a disposição de uma laje de dimensão mais avultada à cabeceira e outra aos pés, enquanto em cada uma das paredes laterais se colocavam mais duas.

Os artefactos depositados no seu interior eram francamente escassos, resumindo-se a pregos, cravos[1249] e a um brinco anelar[1250]. De qualquer modo, a presença deste tipo de espólio traduz a vigência de duas práticas concretas: por um lado, aponta a probabilidade de os enterramentos no sítio 6 do Vale da Bexiga pressuporem a utilização de caixão[1251]; por outro, ilustra o facto de pelo menos um dos indivíduos ali inumados, presumivelmente, do sexo feminino, ter sido acompanhado de um adorno do corpo.

---

neste capítulo. Assim sendo, optámos por particularizar o nome do núcleo, uma vez que a designação ampla, «Vale da Bexiga», engloba diversos outros vestígios, inclusive, sepulturas escavadas na rocha, não abrangidas pelo âmbito do presente estudo.

[1246] RODRIGUES, 1975: 155-156.

[1247] S. Prata alude a «[…] uma base de coluna, uma base de colunelo e dois colunelos, um deles extensamente decorado com motivos fitomórficos. […]» (PRATA, 2012: 30).

[1248] «[…] Foram recuperados alguns materiais cerâmicos associáveis a uma cronologia romana, nomeadamente, um fragmento de bordo de ânfora, pesos de tear, fragmentos de cerâmica comum e de construção. […]» (PRATA, 2012: 30).

[1249] PRATA, 2012: 31.

[1250] S. Prata classifica o artefacto em causa como fíbula (PRATA, 2012: 30). No entanto, ao observá-lo presencialmente, tivemos oportunidade de constatar tratar-se antes de um brinco anelar.

[1251] Segundo representação gráfica elaborada por João Magusto em 1982, aquando da escavação levada a cabo pelo G.A.C.V. no Vale da Bexiga, os pregos e cravos repartiam-se pelo interior das câmaras n.º 3 e 4. Por seu turno, o brinco anelar achava-se depositado na n.º 3.

Convém notar que não é certo que o núcleo sepulcral se circunscrevesse, originalmente, aos quatro túmulos colocados a descoberto. Com efeito e, em conformidade com o que tivemos já oportunidade de realçar, a zona do Vale da Bexiga reúne potencialidades que a tornam atrativa para a atividade agrícola, daí que, ao longo do tempo, se possam ter ali verificado destruições pontuais. Aliás, o recurso a maquinaria nos terrenos aproveitados para o cultivo de sequeiro, acabou por ditar a aniquilação do sítio arqueológico, realidade percecionada no quadro da realização de trabalhos de campo por parte do G.A.C.V.[1252], e que motivou, em dezembro de 1986, a elaboração de um relatório de situação, por parte de Jorge Oliveira.

O arrasamento dos restos antrópicos do Vale da Bexiga deixou por esclarecer se haveria algum tipo de conexão entre as estruturas e o espaço funerário e, a confirmar-se esse vínculo, de que modo se estabeleceria a articulação entre ambos. Também a efetiva dimensão e diacronia de ocupação do conjunto habitacional, que se pressupõe romano, permanecerá uma incógnita. Encontrar-se-ia completamente abandonado no momento em que se concretizaram as inumações? Ou teria havido reaproveitamento das construções pré-existentes em fase coetânea aos enterramentos? Atendendo aos parcos dados disponíveis não nos é possível responder a tais interrogações.

Avançamos agora até ao **Mascarro**. Na herdade assim denominada, situada nas proximidades da Ribeira de Nisa, são abundantes os vestígios observáveis à superfície, os quais apontam no sentido da existência de uma *villa* romana no local. Na realidade e ao longo de uma vasta extensão assomam sólidos alinhamentos pétreos, elementos arquitetónicos, alguns de certo vulto, materiais de construção e cerâmicas de utilização doméstica. Assim se verificava aquando da elaboração da Carta Arqueológica[1253] e assim se mantém ainda o cenário[1254].

Na raiz do interesse inicial pelo Mascarro radicava uma informação relativa ao achado de uma moeda visigótica naquela propriedade. Assim, norteada pela procura de novos elementos consentâneos com essa indicação, foi levada a cabo uma pequena escavação arqueológica, iniciada junto de uma construção pétrea, a qual permitiu, logo a pouca profundidade, a deteção de um pavimento de tijolo moído, assente sobre um nível preparatório de seixos. Em paralelo, descobriu-se também um muro espesso de alvenaria, a par de material de construção, potencialmente relacionável com a presença de estruturas de banhos termais[1255].

Os dados então recolhidos corroboravam a hipótese de os vestígios sinalizados traduzirem a sobrevivência de uma *villa* na herdade do Mascarro. No entanto, a moeda atrás

---

[1252] PRATA, 2012: 30.

[1253] RODRIGUES, 1975: 167.

[1254] Aquando do estudo de materiais desenvolvido na S.A.C.M.C.V., tivemos oportunidade de percorrer o sítio, em visita proporcionada por Nuno Félix, familiar do Sr. Eleutério Transmontano, antigo proprietário.

[1255] RODRIGUES, 1975: 168.

referenciada[1256], a par de uma outra, áurea e cunhada no decurso do reinado de Égica (687--702)[1257], sugeriam a continuidade da ocupação[1258] e não um eventual abandono subsequente ao colapso das instituições e poder romanos. As escavações posteriormente realizadas e os materiais exumados nesse âmbito prenunciam, aliás, a possibilidade de tal se ter verificado já na Baixa Idade Média[1259].

Um dos indícios a considerar relativamente à questão da continuidade prende-se com as estruturas de inumação reveladas no local. Uma delas, noticiada por C. Rodrigues, seria delimitada por lajes e continha, no interior, escassos restos ósseos, interpretados como parte do crânio do defunto[1260]. Do referido sepulcro, porém, nada mais sabemos: pormenores como a orientação vigente ou o local de implantação subsistem completamente inexplicados.

Mas outros foram entretanto identificados. Veja-se, por exemplo, o caso dos que se serviram de alguns alinhamentos pétreos pré-existentes, constituintes de um compartimento do suposto complexo habitacional localizado no setor 4. Com efeito e encontrando-se os muros desvirtuados da sua função original, tornava-se possível aproveitá-los, evitando a composição de uma ou mais paredes de cada câmara e, neste sentido, prescindir da procura de mais matéria-prima.

Ao que parece, porém, não foi nenhum destes túmulos a facultar a exumação do jarro cuja análise se inclui no Catálogo em anexo. Na verdade, persistem algumas dúvidas a propósito da origem concreta de tal recipiente. Estaria depositado na designada «sepultura n.º 2», incompleta, desprovida de cobertura e com planta retangular? Ou nalguma outra, como a que surge aparentemente isolada e ligeiramente apartada do maior conjunto de alinhamentos? Sem margem de segurança para conceder uma resposta cabal, salientamos que o ponto comum a ambas as hipóteses radica no facto de as duas estrutura de inumação serem delimitadas por blocos pétreos.

É chegado o momento de proceder à análise da necrópole de Santa Marinha ou **Santo Amarinho**, onde se verifica a maior concentração de enterramentos do período em estudo até ao momento documentada no concelho.

[1256] O numisma em causa fora oferecido pelo pai do Sr. Eleutério Transmontano ao Sr. J. António Gordo, entretanto falecido e, mais tarde, vendido a um cambista. Da moeda restou um registo fotográfico, que acabou por ser cedido a C. Rodrigues, e mais tarde reproduzido pela autora (RODRIGUES, 1975: 187; est. CXV, fig. 2). Trata-se de um *tremissis* cunhado em nome de Justino I (518-527), e referido por António Marques de Faria, no artigo intitulado «On finds of suevic and visigothic coins in the Iberian peninsula and their interpretations» (FARIA, 1988: 73, nº 5).

[1257] Este segundo triente, cunhado em Toledo, foi oferecida pelo Sr. Eleutério Transmontano a C. Rodrigues (RODRIGUES, 1975: 188; est. XLIX; est. CXV, fig. 1). À semelhança do anterior numisma, também este foi mencionado por António Marques de Faria no artigo supracitado (FARIA, 1988: 76, nº 35). Foi igualmente citado por Xavier Barral i Altet na obra *La Circulation des Monnaies Suèves et Visigothiques* (BARRAL I ALTET, 1976: 199). A leitura proposta é a seguinte: Anv.: + N + P N M EGICA P+VR. Rev.: TOLETO PIVS. Class.: 528.13 (variante) do *Corpus Nummorum Visigothorum* (VICO MONTEOLIVA *et al.*, 2007).

[1258] RODRIGUES, 1975: 168.

[1259] PITA & MAGUSTO, 1996: 67.

[1260] RODRIGUES, 1975: 168; est. CVIII, fig. 1 e 2.

Aquando das primeiras referências ao sítio começou por se ponderar a possibilidade de o topónimo supracitado poder estar relacionado com a existência de um antigo edifício de culto no local ou até com a ocorrência de algum «sucesso» religioso, perpetuado através do nome. Muito embora não haja forma de sustentar esta conjetura, convém notar que, nas imediações do conjunto funerário eram percetíveis vestígios de uma construção, cujas paredes se encontravam parcialmente rebocadas, e que se julgou condizer com uma igreja. Ao que sabemos, porém, esta hipótese não foi confirmada e não está sequer atestada a coexistência temporal entre as duas realidades. De qualquer modo, não deixa de se valorizar a interconexão visual que proporcionam, dada a implantação em pontos próximos e relativamente elevados, apartados apenas por uma declinação do terreno[1261].

Ao que consta, a descoberta terá acontecido fortuitamente, quando o Sr. Eleutério Transmontano, a quem tivemos já oportunidade de aludir, a propósito da análise do Mascarro, se dedicava à caça. Terá sido nesta circunstância que se apercebeu da presença de «buracos» que entendeu significativos. Posteriormente e, no seguimento da transmissão desta informação a C. Rodrigues, concretizou-se uma visita à pequena colina, no decurso da qual se constatou que, de facto, ali jaziam estruturas sepulcrais, aflorando à superfície as lajes de cobertura de duas delas. Mas foi também na sequência desse reconhecimento que o rendeiro da propriedade e a mulher, então cientes da natureza dos vestígios, procederam à violação de oito túmulos e à exumação de, pelo menos, um vaso[1262]. Deste modo se anularam irremediavelmente contextos e se restringiu o leque de interpretações a equacionar.

Houve, contudo, outras intervenções a assinalar na necrópole. Uma delas foi levada a cabo por C. Rodrigues depois da espoliação relatada e incidiu sobre duas sepulturas: uma quedava-se já desprovida de cobertura; a segunda, por seu turno e apesar de delimitada por blocos graníticos, mantinha a tampa, de xisto, se bem que um pouco arriada. No seu interior conservavam-se escassos vestígios osteológicos, congregados no local onde teria repousado a cabeça do defunto e, junto deles, um recipiente de contenção de líquidos[1263]. A par deste elemento votivo, o inumado teria sido provavelmente acompanhado de uma fíbula ou fivela de ferro[1264]. Mas, acerca deste suposto adereço de vestuário, de que não resta sequer um registo fotográfico e cujo paradeiro é desconhecido, não há qualquer dado a acrescentar. No que concerne ao primeiro túmulo mencionado e não obstante encontrar-se bastante truncado, pois destituído da delimitação lateral e da cobertura, note-se que continha também um jarro[1265], praticamente completo e bem conservado.

[1261] RODRIGUES, 1975: 176-177.

[1262] RODRIGUES, 1975: 177; 181.

[1263] Trata-se de um jarro de bocal trilobado (n.º de inv. SA 3) que, à semelhança de seis outros vasos, todos analisados no Catálogo em anexo, se encontra à guarda da S.A.C.M.C.V.

[1264] RODRIGUES, 1975: 178-179.

[1265] RODRIGUES, 1975: 1980.

Com estas informações se esgota parte apreciável dos detalhes veiculados em torno desta necrópole. Contudo, e em publicação subsequente, é fornecido um contributo interessante, que se prende com a indicação da correspondência entre o número atribuído ao sepulcro e o(s) achado(s) efetuado no seu seio. Em paralelo, aponta-se uma ocorrência nova, referente à deteção de um objeto de ferro, talvez uma espada, que terá sido recolhida da mesma câmara funerária que gerou uma fíbula de bronze[1266].

São dezasseis os túmulos de lajes conhecidos em Santo Amarinho[1267]. Erguidos num terreno de matriz granítica, utilizam a matéria-prima natural como elemento de eleição na sua estruturação. Exibindo configuração trapezoidal, dispõem-se genericamente de acordo com o eixo nascente-poente[1268], se bem que denotando pontuais variações, pouco vincadas. As fotografias, captadas a partir de uma perspetiva mais elevada, tornam percetível a organização subjacente, revelando que as sepulturas se encontram alinhadas em três fileiras. Todavia, nem sempre se perfilam de modo rigoroso. Veja-se, por exemplo, a fiada média: seja pela necessidade de as «encaixar» entre os afloramentos emergentes, seja pela vontade de criar aproximação física entre determinados enterramentos, o certo é que o espaço não demonstra um «planeamento» exemplar.

Seria indubitavelmente relevante perceber de que forma a necrópole foi crescendo, se a deposição de defuntos se foi fazendo ao longo de um período mais ou menos longo, onde estavam fixados os grupos de indivíduos que, depois de falecidos, para ali foram direcionados e, finalmente, de que modo se articulavam os dois mundos: o dos vivos e dos mortos.

Atualmente, a propriedade vedada onde se inscreve o sítio, bem irrigada e cruzada, inclusivamente, por uma das linhas de água que alimenta a Ribeira de Nisa, tem sido dedicada a culturas em regime de afolhamento e usada também como área de pastoreio de bovinos e caprinos[1269]. As interrogações que elencámos não deverão, tão cedo, encontrar meio de ser clarificadas.

Ainda nas imediações de Santo Amarinho, deparamos com o pequeno núcleo da **Moita Forte**, identificado e escavado sob responsabilidade da Secção de Arqueologia da autarquia de Castelo de Vide. Muito embora seja naturalmente possível que dele fizesse parte um número mais avultado de estruturas de inumação, de momento apenas se conhecem duas, implantadas de modo imediatamente adjacente entre si. Orientadas no sentido nascente-poente, responderam a opções construtivas idênticas. Efetivamente e para a preparação de cada uma delas houve que, numa primeira fase, proceder à escavação no solo de uma vala

[1266] RODRIGUES, 1978: 13; 22-23. C. Rodrigues publica uma fotografia onde apresenta a fíbula, acompanhada da suposta espada (RODRIGUES, 1978: 97, fig. 29). A qualidade da imagem não nos permite corroborar ou rejeitar tal classificação. Notamos, por outro lado, que não é conhecido o paradeiro de nenhum destes objetos metálicos; apenas o jarro (n.º de inv. SA 4), recuperado no mesmo sepulcro, está em depósito na S.A.C.M.C.V.

[1267] S. Prata refere também a existência de três sepulturas escavadas na rocha, situadas sensivelmente a norte do conjunto de túmulos de lajes (PRATA, 2012: 46).

[1268] RODRIGUES, 1975: 178; 1978: 13.

[1269] PRATA, 2012: 46.

retangular, a qual foi posteriormente delimitada por lajes graníticas. E, a fim de lhes garantir maior solidez, efetuou-se um reforço exterior, consubstanciado na colocação de alguns blocos pétreos adicionais[1270], que os registos fotográficos[1271] mostram ser de menor dimensão e aparentemente destituídos de vestígios de trabalho de talhe.

Particularizando agora as especificidades de cada um dos sepulcros, note-se que o n.º 1, designação associada ao que se posicionava mais a sul, mantinha apenas parte da pedra de cobertura, a qual figurava na zona correspondente aos pés. Na sequência da remoção do que restava da tampa e da escavação do interior da câmara, constatou-se que a compunham um total de seis esteios: um disposto na cabeceira; outro, na base; os restantes quatro lateralmente.

Por seu turno, a sepultura n.º 2 conservava a laje de cobertura completa, se bem que algo desviada daquela que teria sido a sua posição original. Quanto às paredes, constituíam-nas sete blocos: à semelhança do que se verificava na primeira estrutura, um deles surgia na cabeceira e outro, aos pés; nas áreas laterais e, desta feita, diversamente, três alinhavam-se de um lado e dois do outro. De qualquer modo eram várias as similitudes a apontar entre os dois túmulos. Mas há que realçar as singularidades evidenciadas pelo segundo. Uma delas prendia-se com a circunstância de o fundo não se apresentar em terra batida, antes revestido com lajes de tamanho desigual. A outra radicava na inclusão de material votivo, uma bilha[1272] de perfil assimétrico e ligeiramente incompleta.

Atendendo a que, no caso do sepulcro n.º 1, apenas a parte da cobertura coincidente com a zona dos pés permanecia *in situ* e que, no do n.º 2, a tampa aparentava ter sido ligeiramente deslocada, poderá considerar-se a possibilidade de ter havido mais artefactos depositados, além do recipiente cerâmico exumado. Mas, convém ressalvar, também não seria de estranhar a escassez de oferendas e a colocação de uma única peça.

Resta-nos, para fechar o concelho, fazer referência à sepultura do **Sobral** ou Nave do Grou. Os dados coligidos mostram-se, uma vez mais, insuficientes para nos permitir aventar um cenário minimamente esclarecedor em torno deste dispositivo tumular que, segundo consta, se achava isolado.

Na verdade, as informações conhecidas são, neste caso, particularmente restritas. Sabe-se apenas que o túmulo, situado nas proximidades da estrada que liga Castelo de Vide a Portalegre e, concretamente, na envolvente do marco geodésico do Cangão, se encontrava orientado no sentido nascente-poente, era delimitado por lajes de granito e possuía configuração trapezoidal. A esta sumária descrição acrescenta-se que, no interior da câmara, jazia um vaso deteriorado[1273]. Trata-se de um pote bastante fragmentado, mas presentemente colado e restaurado, revelando perfil completo.

[1270] S.A.C.M.C.V. 1991: ficha n.º 24.

[1271] As fotografias referidas foram captadas pela S.A.C.M.C.V. aquando do processo de escavação e gentilmente cedidas para utilização no presente estudo.

[1272] S.A.C.M.C.V. 1991: ficha n.º 24.

[1273] RODRIGUES, 1978: 16; 22-23.

Para dificultar ainda mais qualquer eventual tentativa de compor o quadro, registe-se, finalmente, que aquando do levantamento de vestígios antrópicos na área compreendida entre os marcos geodésicos do Cangão e Lavadores, levado a cabo no âmbito do projeto de atualização da Carta Arqueológica do concelho, se confirmou já não serem visíveis os elementos constituintes do sepulcro. O facto de o terreno onde este se implantava ter sido entretanto votado à cultura do eucalipto estará provavelmente na origem da sua destruição[1274].

Terminada a exploração do território abarcado pelo concelho de Castelo de Vide, é tempo de transitarmos para o município vizinho, que com ele confina sensivelmente a nascente. Penetramos, pois, em Marvão, onde nos cabe analisar um único sítio. Trata-se da necrópole da **Herdade dos Pombais**, localizada na freguesia de Beirã.

A estação propriamente dita não se restringe ao conjunto que iremos tratar. Com efeito, nos anos 80 do século passado foi ali detetada uma *villa* romana que comportava estruturas de cariz supostamente habitacional atribuídas ao século III, a par de um complexo termal e das sepulturas inseríveis em período tardio. Além de tais vestígios, também diversos e numerosos materiais, em suporte cerâmico, vítreo e metálico, foram recuperados[1275], fornecendo uma primeira perspetiva do tipo de ocupação cristalizada naquela herdade.

É certo que, décadas antes, no contexto de duas viagens de estudo promovidas à região de Marvão, já Afonso do Paço chamava a atenção para a multiplicidade de restos antrópicos que conseguiu reconhecer naquele território acidentado, cruzado pelo rio Sever e por abundantes linhas de água que desembocavam no referido afluente do Tejo[1276]. Alguns dos vestígios que assinalou concentravam-se precisamente nas imediações da casa de habitação da Herdade dos Pombais, sensivelmente entre Ferrenha e Carrasca, em posição elevada, face à linha férrea. Afonso do Paço julgou então discernir elementos compatíveis com a vigência de uma atividade de vocação agrícola[1277], bem como testemunhos indiciadores da existência de túmulos, que imputou à época romana[1278]. Teceu também algumas apreciações acerca do fulgor experienciado por cidades como a *Ammaia* e *villae* «dependentes», no auge da «romanização», tempo a que se seguiu um outro, pautado por desgraças e calamidades, e que em moldes ruinosos se estendeu a toda a Península Ibérica. Porém, nota que dessa fase persistiram ecos em Marvão, plasmados, por exemplo, na ocorrência de um numisma de ouro, tido como visigótico, nas terras da Aramenha[1279].

[1274] PITA, 1993.

[1275] FERNANDES, 1985b: 96; PORTAL DO ARQUEÓLOGO, CNS: 2745.

[1276] PAÇO, 1953: 5.

[1277] Entre os materiais arrolados, contam-se blocos pétreos trabalhados, um peso de lagar e ainda uma epígrafe, mencionada oralmente e que, já na altura, estaria em paradeiro incerto (PAÇO, 1953: 20).

[1278] PAÇO, 1953: 20.

[1279] PAÇO, 1953: 23. Registe-se que a moeda em causa foi analisada por Mateu i Llopis, que procedeu à sua leitura e a classificou como triente ou tremissis; cunhada na primeira metade do século VI, constará de uma imitação de exemplares bizantinos (PAÇO, 1953: 24). A informação do achado é retomada por Sérgio Pereira ao evocar os materiais ditos visigóticos oriundos da

Mas retornemos ao universo funerário da Herdade dos Pombais. Ora, de acordo com os dados disponíveis, os sepulcros desvelados na campanha de 1982 encontravam-se orientados segundo o eixo noroeste-sudeste, denotando configuração paralelepipédica. Na constituição das caixas e coberturas privilegiou-se o uso de lajes de xisto, tendo o granito sido aplicado exclusivamente em duas das estruturas. O grau de preservação, por seu turno, não era o melhor: seis dos doze enterramentos tinham sido profanados, além de que num deles, a delimitação pétrea exterior desaparecera, ficando percetível no solo apenas o negativo retangular[1280].

É certo que o posicionamento do conjunto descrito nestes moldes não é muito claro, muito embora se saiba que algumas das tumulações documentadas avultam entre as construções termais associadas à *villa*, designadamente, em torno do hipocausto. Trata-se de uma realidade que parece não encontrar grandes paralelos na *Lusitania*, por oposição ao que sucede na *Tarraconensis*, onde situações congéneres serão menos pontuais. De qualquer modo, tal implantação poderá encerrar algum tipo de significado, não sendo de excluir, contudo, que se fique simplesmente a dever à possibilidade de utilização de uma área desvirtuada da função original para a qual fora concebida[1281]. A propósito, aliás, convém notar que ignoramos em qual das campanhas arqueológicas levadas a cabo se identificaram os enterramentos concretizados na zona termal, pois, se por um lado não se revelou possível aceder a toda a informação publicada, por outro, aquela a que tivemos acesso não nos permitiu responder a muitas das perguntas que foram emergindo. Todavia, consideramos pertinente equacionar a hipótese de algumas das sepulturas descobertas remontarem pelo menos ao século VI e, eventualmente, mesmo ao VII. Com efeito, os materiais exumados assim o indiciam. Entre eles contam-se vários adornos do corpo, com destaque para os brincos anelares, contas, fragmentos de bracelete, argolas e, inclusive, um anel[1282]. Aos brincos, que enformam o grupo quantitativamente mais representativo, são apontadas similitudes face a exemplares procedentes de *Conimbriga* e Torre das Arcas[1283], ou mesmo da necrópole visigótica de Duratón[1284], inscrita em plena Meseta castelhana. Relativamente ao que se supõe um bracelete quebrado, composto em liga de cobre, e não obstante desconhecer-se um adereço rigorosamente idêntico, julga-se que, atendendo à decoração profusa que exibe, possa

Ammaia. Além do numisma, alude a outros elementos, recolhidos sem contexto preciso, no quadro das intervenções levadas a cabo entre 1995 e 1998. Um deles é descrito como «fivela de cinturão» (PEREIRA, 2009: 146, nota 177); não obstante, a fotografia que lhe concerne (PEREIRA, 2009: est. II, 31), muito embora pouco elucidativa, inflige-nos as maiores dúvidas quanto à categorização tipológica que é conferida a tal peça.

[1280] FERNANDES, 1985b: 96.

[1281] CARNEIRO, 2011: 175.

[1282] Aquando da nossa deslocação ao Museu Municipal de Marvão não identificámos, entre o espólio ali reunido, nem as argolas nem o anel mencionados em artigo da autoria de Isabel Fernandes (FERNANDES, 1985a: 101).

[1283] É o caso do objeto n.º 1, detetado *in situ* na sepultura n. º 3 (FERNANDES, 1985a: 101; 111, fig. 1, n.º 1).

[1284] Os paralelos reconhecidos pela autora em brincos de Duratón radicam nas peças n.º 6 e 7, ambas providas de apêndices retangulares numa das extremidades, e com cronologia centrada nos séculos VI e VII (FERNANDES, 1985a: 101; 111, fig. 1, n.º 6 e 7).

enquadrar-se em cronologia tardia[1285]. Já no que respeita ao anel[1286], com aro de contorno circular e mesa que se nos afigura de tendência oitavada, apresenta significativo desgaste na superfície frontal, pelo que não é claro se terá possuído algum ornato, entretanto desaparecido. Por seu turno, as pequenas argolas fundidas em molde, uma em liga de cobre, outra talvez em antimónio, mas ambas com funcionalidade ou vocação pouco clara, poderão ter integrado algum adereço[1287], se bem que não seja evidente de que tipo[1288].

O metal não foi, porém, o único suporte a ser usado na preparação de elementos de adorno. Também o vidro se afirmou como recurso, tendo sido empregue no fabrico das contas que jaziam na zona da cabeceira da estrutura de inumação 4. Estas, se bem que patenteando perfis algo heterogéneos, deveriam fazer parte do colar[1289] que ataviava o indivíduo que nela repousava, em contacto direto com o substrato natural[1290]. A mesma matéria serviu, por outro lado, para produzir a pulseira de vidro negro que se conservava na sepultura 2, malgrado a espoliação a que esta terá sido sujeita[1291].

Para além dos adornos mencionados, outras categorias de objetos foram igualmente recuperadas na Herdade dos Pombais. É o caso de um pequeno conjunto de moedas, três das quais permaneciam em sepulcros aparentemente violados, daí que as suas potencialidades enquanto indicadores cronológicos não sejam suscetíveis de granjear grande segurança. Em contrapartida, dois outros numismas[1292] foram identificados em sepulcros que se presumiam intactos, ainda que não diretamente associados aos restos esqueletizados dos defuntos neles inumados[1293]. Neste sentido, não ficou claro se moedas e ossadas comporiam conjuntos articulados, dando porventura continuidade à prática da deposição do óbolo a Caronte.

[1285] Note-se que este adereço provém do túmulo 8, onde se conservavam também um brinco anelar, uma moeda e uma tigela cerâmica. Relativamente aos restos ósseos nele contidos, registe-se a identificação de um esqueleto completo, a par de dois crâneos (FERNANDES, 1985a: 108), circunstância que atesta de modo evidente a prática da reutilização.

[1286] Na sepultura 9, onde foi recuperado, figuravam restos de ossadas cranianas, duas pequenas argolas, uma cavilha e três pregos, ao que se acrescenta a bilha completa (FERNANDES, 1985a: 108) em que adiante teremos oportunidade de nos deter. Uma vez que a estrutura não indicia ter sido violada, reveste-se de todo o interesse atentar na associação de materiais listada.

[1287] FERNANDES, 1985a: 101-102; 106; 111, fig. 1.

[1288] Cremos que será relevante cotejar as argolas da Herdade dos Pombais (FERNANDES, 1985a: 111, fig. 1, n.º 10-11) com as oriundas da necrópole de Aneirão, em Abrantes, descritas no Catálogo (n.º de inv. 03.AN.012.2.1).

[1289] A mesma câmara funerária, que denotava sinais de profanação, encerrava, a par de ossos longos fracionados, um numisma, um provável peso de chumbo, bem como dois brincos anelares, que ajudariam a enfeitar o indivíduo inumado (FERNANDES, 1985a: 108).

[1290] FERNANDES, 1985a: 103-104; 111, fig. 1, n.º 17-20.

[1291] São referidas semelhanças entre o bracelete evocado e peças originárias de *Conimbriga*, uma das quais descoberta numa camada estratigráfica datada do século IV (FERNANDES, 1985a: 104; 111, fig. 1, n.º 20). Acrescentamos, a propósito, que também na estação da Falperra, em Braga, se detetou um fragmento de pulseira similar ao da necrópole dos Pombais (n.º de inv. 2006.004 – M.D.D.S.).

[1292] Tratam-se das moedas 15 e 16, ambas cunhadas em Roma, a primeira entre os anos 335 e 341 e a segunda, entre 268 e 269 (FERNANDES, 1985a: 102).

[1293] FERNANDES, 1985a: 101; 111, fig. 1.

Aos elementos listados acrescentam-se abundantes pregos de ferro, parte dos quais incompletos e sem cabeça; outros, pelo contrário, mantinham as extremidades, que desvelavam contornos razoavelmente padronizados. O seu aparecimento, quer nas cercanias das estruturas de inumação, quer no interior das mesmas, revela que as câmaras funerárias comportariam caixões ou, pelo menos, padiolas, traduzindo a persistência de um costume documentado entre os romanos[1294].

Finalmente e transpondo o âmbito dos metais, resta-nos mencionar os derradeiros achados, como o da taça vítrea depositada à esquerda da cabeceira do túmulo 9. A taça, descrita como tendencialmente esférica, apresentava pequenas bolhas e algumas estrias, resultantes do processo de fabrico. Comparada à peça n.º 212 de *Conimbriga*[1295], bem como a outros exemplares, publicados por Isings e Morin, encontrava-se, apesar de algo irisada, em bom estado de preservação[1296]. Sensivelmente na mesma posição, mas, desta feita, na sepultura 8, figurava uma tigela de cerâmica comum, incompleta e destituída de bordo. E, por seu turno, aos pés da 10, repousava um jarro inteiro, com resquícios de decoração incisa, a qual, atendendo à morfologia que evidenciava e à pasta utilizado no fabrico, de tonalidade acinzentada e plena de impurezas, se apartava das qualidades inerentes à generalidade dos recipientes romanos[1297], aproximando-se antes das produções regionais mais tardias[1298].

Não poderíamos terminar a abordagem à Herdade dos Pombais sem aludir ao dente de animal não especificado recuperado no sepulcro 3[1299]. A prática de deposição deste tipo de vestígio osteológico em ambiente funerário não constitui caso único em universos funerários, encontrando-se há muito atestado noutras necrópoles implantadas em território peninsular[1300]. Aliás, já Leite de Vasconcelos, a propósito da ocorrência de presas de javali, assinalava o seu cariz simbólico, ao mesmo tempo que colocava a hipótese de configurarem possíveis amuletos[1301].

[1294] FERNANDES, 1985a: 105-106; 113, fig. 3.

[1295] O denominado objeto n.º 212 foi recuperado na camada de destruição da *insula* do vaso fálico, com datação atribuída ao curto intervalo que se estende entre 465 e 468 (ALARCÃO *et al.*, 1976:194-195), anos coincidentes com os ataques suevos a *Conimbriga* (IDÁCIO, 1974: 171; 175).

[1296] FERNANDES, 1985a: 104; 111, fig. 1, n.º 21.

[1297] Cremos poder indicar a existência de analogias tipológicas entre a bilha da Herdade dos Pombais e uma outra, recolhida em Mértola (n.º de inv. 2006.58.9/15.981 – M.N.A.). Já o pormenor do orifício visível no campo inferior da asa aproxima-a, malgrado as diferenças de posicionamento, quer do jarro detetado num dos túmulos da Azinhaga da Boa Morte II (n.º de inv. BMII 2 – S.A.C.M.C.V.), quer do jarro procedente da necrópole de Murches (n.º de inv. 20.794 – M.N.A.). A descrição detalhada dos recipientes evocados surge incluída no Catálogo.

[1298] FERNANDES, 1985a: 104; 112, fig. 2, n.º 22 e 23.

[1299] FERNANDES, 1985a: 107.

[1300] Veja-se o dente fóssil de tubarão exumado na necrópole visigótica do Poço dos Mouros, em Silves, presumivelmente, no interior da sepultura 2, onde haviam sido depositados os restos humanos esqueletizados relativos a três indivíduos, a par de fragmentos cerâmicos (GOMES, 2002: 347).

[1301] VASCONCELOS, 1913: 530; 596. Anteriormente, no I volume da obra *Religiões da Lusitânia*, já Leite de Vasconcelos citava um opúsculo da autoria de Giuseppe Pitrè, onde se dá conta da crença em voga na Sicília, segundo a qual «[…] um dente de javali, encastoado em prata, é efficaz contra bruxedos […]» (VASCONCELOS, 1897: 121).

Em suma, e com base nos dados disponíveis, tudo indica estarmos perante mais uma situação em que, nas imediações de uma *villa* romana, cuja ocupação se terá iniciado algures entre os séculos I e II, se acabou por ir criando, paulatinamente e já em período mais tardio, um núcleo de enterramentos de inumação, que não deverá ser anterior à quarta ou quinta centúria[1302]. Efetivamente, assim parece confirmá-lo parte dos materiais gerados pelos dispositivos tumulares identificados, entre os quais se destacam o bracelete e a taça de vidro que, se por um lado, dificilmente poderão ultrapassar, em termos cronológicos, o século V, por outro se mostram ainda eivados de uma matriz de carácter romano. Em contrapartida, os adornos metálicos, designadamente, certos brincos anelares e as contas de colar, a par do jarro e de uma bilha de cerâmica[1303], se bem que entroncando em ascendentes antigos, encontram os seus paralelos mais diretos em contextos ditos visigóticos. Neste sentido, pensamos ser válido equacionar a vigência de duas fases de sepultamentos na necrópole, a primeira das quais talvez se possa ainda relacionar com os últimos momentos de permanência na *villa*. Mas só com a implementação de novos trabalhos de campo se poderiam reunir os elementos necessários à corroboração de tal hipótese ou, porventura, informações que a rechaçassem e conduzissem a interpretação direcionadas para outras vias[1304].

Seguimos agora na direção sudoeste, até **Alter do Chão**, provavelmente coincidente com o território onde outrora se ergueu a romana *Abelterium*[1305]. Precisamente intramuros, no seio desta urbe (?) citada no Itinerário de Antonino[1306], inscreve-se uma importante

---

[1302] FERNANDES, 1985a: 107. A propósito, note-se ainda que H. Frade e J. Caetano avançam a hipótese de alguns dos sepulcros das necrópoles de Pombais e da Chaminé, datáveis do século V, corresponderem a um momento de transição entre as inumações caracteristicamente romanas e as mais recentes, chamadas «visigóticas» (FRADE & CAETANO, 1993: 860).

[1303] Registe-se que, se por um lado, não detetámos no Museu Municipal de Marvão algumas das peças publicadas por I. Fernandes, por outro, tivemos oportunidade de analisar uma bilha de cuja existência não estávamos cientes.

[1304] Lembramos que em 1986 se escavaram novamente quadrículas anteriormente exploradas, mas, desta feita, em profundidade; tal procedimento saldou-se no reconhecimento de mais enterramentos, oito no total. Acerca destas estruturas sabemos apenas que primavam por uma maior variabilidade construtiva, uma vez que na definição das câmaras foram utilizados não só blocos pétreos, mas igualmente tijolos, *tegulae* e *imbrices* (FERNANDES, 1987: 63). Dado que desconhecemos de que modo se articulavam, espacial e cronologicamente, com o primeiro núcleo revelado e, por outro lado, se alguma das sepulturas posteriormente descobertas proporcionou a exumação de mobiliário fúnebre ou de elementos de adorno, escusamo-nos a tecer mais comentários a este respeito, aguardando, pois, a concretização de intervenções esclarecedoras.

[1305] ALARCÃO, 2012: 13, s. v. *Abelterium.*

[1306] Note-se que, se por um lado, a identificação de Alter do Chão com *Abelterium* não reúne absoluto consenso, por outro, também a natureza do aglomerado populacional a que esta localidade corresponderia suscita dúvidas. Na realidade, um edifício ali escavado parece coadunar-se com as exigências requeridas para uma obra típica de uma *villa* e não de uma *domus* inserida num núcleo urbano. Em contrapartida, o termo *Abelterium* seria adequado para aplicar a um espaço urbano e não a uma *villa*. Sem que haja, de momento, e na perspetiva de Jorge de Alarcão, meio de resolver tais problemas, aprecia-se ainda a possibilidade de *Abelterium* poder constar de uma *mansio*, quiçá implantada nas proximidades de uma *villa* (ALARCÃO, 2012: 13, s. v. *Abelterium*). Opinião discordante é manifestada por Jorge António e José d'Encarnação, que entendem perfeitamente firmada a concordância entre Alter e *Abelterium*. A prova última radicará, segundo os autores, na leitura do grafito patente num *imbrex* removido de um derrube da chamada Casa da Medusa (ANTÓNIO & ENCARNAÇÃO, 2010: 197-200).

necrópole. Ao que se sabe, terá granjeado extensão considerável, muito embora os seus reais limites, grandeza e complexidade, não sejam ainda completamente conhecidos. Os primeiros indícios da sua existência foram fortuitamente descobertos há já algumas décadas, no quadro da abertura de um caminho de ligação entre a Quinta da Cerca e a E.N. 369, estrada que segue até Monforte[1307]. Nessa altura, recolheram-se moedas romanas e uma epígrafe, convertida em tampa de um túmulo, no interior do qual repousava um indivíduo, acompanhado de um punhal «branco»[1308]. Mas a escavação que proporcionou os resultados sobre os quais de seguida nos debruçaremos só se concretizaria anos mais tarde, em 2002 e, desta feita, decorrendo da construção de um edifício.

A área em causa, que se espraia pela base de uma elevação de pendente pouco pronunciada, encontrará na Ribeira de Alter um dos seus limites físicos. E, de acordo com interpretação veiculada por Jorge António e Marta Reis, responsáveis, respetivamente, pelos trabalhos de Arqueologia e Antropologia que ali vêm sendo desenvolvidos, a criação do campo mortuário fez-se num espaço onde anteriormente se havia fixado parte da malha urbana de *Abelterium*. Todavia, aquando da escolha do lugar, a zona estaria já despovoada e em ruínas, fruto da contração do perímetro da cidade, assim se explicando a aparente ingerência dos dois mundos que aos romanos se impunha apartar: o dos vivos e o dos mortos[1309]. No entanto, e atendendo à cronologia proposta para a necrópole, balizada entre os séculos VII e IX, hesitamos em atribuir a este argumento demasiada relevância. Não se afigura que a necessidade de afastar os defuntos continuasse a prevalecer com a mesma intensidade em período tão tardio, até porque, não raro, têm sido arqueologicamente atestadas situações que tendem a contrariar a manutenção em pleno da referida prática.

Feita esta ressalva, passemos então à análise dos dados relativos à necrópole propriamente dita. Começamos por salientar que as informações coligidas se restringem, por ora, ao denominado setor B[1310], nalguns pontos significativamente afetado pelas ações mecânicas que promoveram o nivelamento da cota do terreno, de forma a prepará-lo para a edificação projetada. Com efeito, essas movimentações intrusivas perturbaram fortemente sete sepulcros que figuravam na faixa norte do setor: aliás, ao quase aniquilamento dos aparelhos, sobreveio, pontualmente, uma anárquica mistura de restos humanos esqueletizados e materiais de construção. Porém, e no que aos túmulos da zona sul diz respeito, era apre-

[1307] Supostamente, esta estrada decalca o traçado de uma das vias romanas que se estendia entre *Olisipo* e *Emerita Augusta*, concretamente, a XIV (CARNEIRO, 2008: 63 *apud* WOLFRAM, 2011: 142).

[1308] Estas indicações foram colhidas oralmente. Atualmente, é desconhecido o paradeiro dos numismas e do objeto categorizado como «punhal». Já a epígrafe, cujo campo inscrito estaria voltado para o interior da câmara, continuará à guarda de particulares, na Quinta da Cerca (ANTÓNIO & REIS, 2008b: 353-355).

[1309] ANTÓNIO & REIS, 2008b: 354.

[1310] A necrópole não se circunscreve ao setor B, cuja área de intervenção excede os 368 m^2: espraia-se também pelo C. Este, apesar de apenas parcialmente escavado, permitiu já a deteção de vinte e quatro sepulturas (ANTÓNIO & REIS, 2008b: 355), os quais não foram ainda objeto de tratamento nos artigos até ao momento publicados.

ciável o estado de conservação em que se apresentavam, quer em termos estruturais, quer no que concerne às ossadas neles contidas[1311].

Genericamente e ao que tudo indica, a disposição das sepulturas, ladeando, confinando ou sobrepondo-se a alinhamentos de estruturas romanas abandonadas, poderá ter respondido a um algum tipo de «planeamento»[1312]. Muito embora não rigoroso e apesar das variantes notadas, nomeadamente ao nível das diversas orientações adotadas[1313], assim parece indiciar a planta[1314]. Mas a orgânica plasmada no plano mostra uma outra particularidade: a existência de uma área onde é maior a densidade de túmulos, face a outras, marcadas pela dispersão de ocorrências. Em paralelo, denota que a opção por direcionamentos divergentes não decorreu da carência de espaço livre[1315], circunstância que, a ter-se verificado, poderia forçar a adequação ao terreno vago, independentemente do (in)cumprimento de eventuais normas subjacentes. E esta questão leva-nos diretamente a equacionar uma outra: poderia essa falta de «ordem» inerente às orientações discernidas relacionar-se com uma imposição de outra natureza, a de aproximar os locais de sepultamento de determinados indivíduos, porventura unidos por laços de sangue? Na verdade, os responsáveis pela escavação presumem que haja algum tipo de conexão entre os enterramentos concretizados em quatro das estruturas identificadas, as quais aparentam formar uma espécie de pequeno núcleo, que apelidam de «nicho familiar». É certo que tal pressuposto só poderá ser confirmado mediante a realização de análises aos vestígios osteológicos exumados[1316]. No entanto, afirma-se como uma via a considerar.

Outro pormenor a realçar prende-se com a ausência de epígrafes funerárias e, como tal, de quaisquer sinais indicativos da identidade e individualidade do inumado[1317], em consonância com o que tem vindo a ser comprovado na generalidade das necrópoles de influência «germânica»[1318]. Contudo, a hipótese de ter havido outros suportes, que não o pétreo, para gravar um epitáfio e, deste modo, preservar a memória do defunto e evitar o anonimato, não pode ser completamente afastada. Por outro lado e se pensarmos que as sepulturas eram sujeitas a sistemáticas reutilizações, como se determinaria qual a estrutura

[1311] De facto, nos sepulcros que se mantinham selados, e mesmo que reutilizados, foi possível recuperar restos ósseos procedentes de quase todas as partes constituintes do esqueleto humano, sendo que os pertencentes a indivíduos em deposição primária se encontravam em excelente grau de preservação (ANTÓNIO & REIS, 2008a: 337; ANTÓNIO & REIS, 2008b: 354).

[1312] ANTÓNIO & REIS, 2008b: 355.

[1313] As vinte sepulturas do setor B distribuem-se em sete «grupos» pautados por diferentes orientações, recaindo a prevalência na que segue o eixo oeste/este (oito, no total, se bem que repartidas em dois corpos de quatro, cada um dos quais implantado numa zona distinta da necrópole), logo seguida da que se dispõe no sentido noroeste/sudoeste (cinco túmulos) (ANTÓNIO & REIS, 2008b: 355).

[1314] Veja-se a representação gráfica dada à estampa (ANTÓNIO & REIS, 2008a: 347, fig. 2).

[1315] ANTÓNIO & REIS, 2008b: 355.

[1316] ANTÓNIO & REIS, 2008b: 355.

[1317] ANTÓNIO & REIS, 2008b: 355.

[1318] BARROCA, 1987: 82.

«apropriada» para executar uma nova deposição? Interrogação insolúvel, à luz dos dados disponíveis. Concentremo-nos, por isso, nas especificidades passíveis de ser descritas.

Comecemos então por abordar os moldes a que obedecia a construção das câmaras funerárias. Invariavelmente, o primeiro passo a dar radicava na abertura de uma vala no substrato geológico, a qual era posteriormente revestida. E, relativamente ao aparelho observado, note-se que, à semelhança do que sucede noutros conjuntos coevos, se caracterizava fundamentalmente pela utilização de materiais variados[1319] originários de estruturas romanas pré-existentes que, devido ao abandono ou desvirtuamento das funções primordiais a que haviam sido votadas, puderam ser desmanteladas e, consequentemente, reaproveitadas. Por sua vez, as coberturas, nem sempre especialmente conservadas, integravam blocos pétreos, cerâmicas de construção ou *dolia*, muito embora o recurso a lajes de xisto tenha, indubitavelmente, sido privilegiado. E a particularidade a salientar a propósito do emprego desta matéria-prima prende-se com o facto de a mesma não provir dos edifícios romanos arruinados, pelo que se impunha procurá-la noutro local, talvez numa pedreira situada nos arredores de Alter[1320].

Também ao nível da configuração exibida pelos sepulcros as soluções encontradas foram distintas. Na verdade e apesar de nem sempre ser claramente inteligível a forma que originalmente deteriam, foi possível percecionar que três possuíam contorno elipsoidal, dois eram retangulares e um, trapezoidal, sendo que a prevalência recaía sobre o formato subtrapezoidal[1321].

Elencados os traços gerais concernentes à organização da necrópole, analisemos agora outras vertentes, afetas sobretudo aos domínios do ritual e práticas adotadas. Todos os indivíduos que repousavam nas sepulturas incorporadas naquele espaço funerário foram, sem exceção, inumados em decúbito dorsal[1322]. Porém, o posicionamento de muitos deles foi sendo sujeito a alterações, pois, conforme amplamente atestado, os túmulos estavam longe de representar uma realidade fechada e imutável e a reutilização afirmou-se como fenómeno constante e sistematicamente reiterado[1323]. É interessante notar, a este respeito, que a maior parte das ossadas relacionáveis com reduções e ossários surgiam disseminadas pelo interior dos sepulcros, tendo provavelmente sido espalhadas aquando das reaberturas

[1319] Entre os recursos usados contam-se: «[…] tégulas, tijoleiras, *opus signinum*, pedra de construção diversa e elementos arquitectónicos […]» (ANTÓNIO & REIS, 2008b: 356), usados sem aplicar argamassa ou qualquer outro tipo de ligante (ANTÓNIO & REIS, 2008b: 357).

[1320] ANTÓNIO & REIS, 2008b: 355-356.

[1321] ANTÓNIO & REIS, 2008b: 357.

[1322] As variantes notadas prendiam-se essencialmente com a disposição dos membros superiores (ANTÓNIO & REIS, 2008b: 357). Já a dos membros inferiores e da caixa craniana pautavam-se por menor volubilidade (ANTÓNIO & REIS, 2008a: 338).

[1323] Em conformidade com as informações disponibilizadas, em dezoito sepulturas que conservavam restos osteológicos, exumou-se um total de cinquenta e cinco indivíduos (ANTÓNIO & REIS, 2008b: 359), divididos entre enterramentos, reduções e ossários. Foi igualmente registada uma inumação simultânea, concernente a um indivíduo de sexo masculino e a uma criança, que se apresentava ladeada pelo braço do adulto (ANTÓNIO & REIS, 2008a: 338).

para concretizar novas deposições. Todavia, afigura-se que, subjacente à dispersão, haveria alguma «lógica», pois, não raro, os crânios articuláveis com enterramentos anteriores eram colocados de modo a rodear o da inumação primária. Já os ossos longos eram relegados para junto das paredes, amontoados no extremo inferior do túmulo ou mesmo agregados sobre pés e pernas do novo defunto[1324].

Outro ponto a destacar prende-se com a descoberta *in situ* de adereços metálicos vocacionados para a aplicação sobre a indumentária, designadamente, de fivelas[1325] e elementos de cinturão, traduzindo a opção pela inumação vestida. Mas, há que referi-lo, os objetos recuperados não se restringiam a tais adornos, pois também peças que se destinavam a ornar o corpo marcavam presença no seio das câmaras funerárias[1326]. Entre elas sobressaiam alfinetes de toucado[1327], argolas[1328], anéis[1329] e braceletes[1330], em suporte metálico, a par de contas de colar, maioritariamente produzidas em âmbar[1331].

Constata-se, portanto, que os cadáveres eram cuidadosamente preparados e ataviados para a morte, posto o que seriam, supostamente, depositados diretamente no sepulcro que lhes estava destinado. De facto e, apesar de terem sido detetados alguns pregos de ferro em três deles, é possível que tais indícios não evidenciem necessariamente o uso de caixões, avançando-se em alternativa a hipótese de a presença dos cravos se ficar a dever à penetração de terras de enchimento no seio das estruturas[1332].

Em suma, julga-se que a ocupação desta necrópole se terá iniciado no século VII e prolongado até ao IX[1333], sendo realçadas analogias e paralelismos face à da Fonte do Sapo, em

---

[1324] ANTÓNIO & REIS, 2008a: 338.

[1325] No túmulo 11 registou-se uma fivela de ferro pousada sensivelmente na zona esquerda do púbis (ANTÓNIO & REIS, 2008a: 343).

[1326] Um apontamento relevante acerca desta questão prende-se com o facto de, na necrópole de Alter, os adornos acompanharem apenas alguns dos inumados adultos, independentemente do género a que pertenciam. Em contrapartida, nenhuma das crianças exumadas possuía qualquer adereço associado (ANTÓNIO & REIS, 2008a: 343).

[1327] Perfaziam um total de dezassete unidades. Desconhecemos em que moldes exatos se distribuíam, mas é indicado que, no interior do sepulcro 17 se detetaram vários, ladeando o crânio de uma mulher adulta. Também na sepultura 5 se concretizaram achados congéneres, sendo mencionados alfinetes de bronze e alvéolo, a par de outros de prata, providos de engaste vítreo (ANTÓNIO & REIS, 2008b: 358-359).

[1328] Uma destas argolas de liga de cobre, que presumimos tratar-se de um brinco anelar, apareceu nas terras de enchimento removidas da área da cabeceira do túmulo 13 (ANTÓNIO & REIS, 2008a: 341).

[1329] Um dos anéis de liga metálica foi recolhido na sepultura 13, figurando *in situ*, na terceira falange da mão esquerda de um indivíduo de sexo masculino (ANTÓNIO & REIS, 2008b: 358).

[1330] Um destes adereços foi igualmente encontrado *in situ*, concretamente, no antebraço esquerdo de uma mulher depositada na sepultura 19 (ANTÓNIO & REIS, 2008b: 358). Note-se, a propósito, que os autores estabelecem diferenciação entre bracelete e pulseira; porém, os termos em causa constam de sinónimos, independentemente do material utilizado no fabrico.

[1331] Na sepultura 10 identificaram-se, em torno das vértebras cervicais de uma mulher, quarenta contas de âmbar e uma espécie de «rosácea» em posição central, ladeada por dois outros elementos, de feitio tubular e cor azul (ANTÓNIO & REIS, 2008b: 358).

[1332] ANTÓNIO & REIS, 2008b: 358.

[1333] O intervalo em causa refere-se às datas calibradas obtidas através das análises de carbono 14 efetuadas com ossadas oriundas de dois enterramentos (ANTÓNIO & REIS, 2008a: 336).

Abrantes[1334], sítio sobre o qual tivemos previamente oportunidade de nos debruçar. Genericamente, assim se afigura, nomeadamente se atentarmos em determinados pormenores construtivos descritos ou na circunstância de os túmulos proporcionarem a recolha de elementos metálicos de adorno do corpo e do vestuário. Contudo, e dado que não é fornecido qualquer registo gráfico ou fotográfico que ilustre tal conjunto de materiais, carecemos de base sólida que nos permita cotejar as peças provenientes de cada local e firmar uma opinião sustentada a este respeito[1335].

Por outro lado e, à semelhança do que, presumivelmente, se verifica na Fonte do Sapo[1336], também na necrópole de Alter parece existir uma sepultura «privilegiada», classificação que se apoia quer na volumetria particularmente avultada que exibe, quer no recurso a silhares de granito para a composição das paredes e cabeceira, no que configura uma opção ímpar no quadro do espaço em estudo. Em razão de tais especificidades e também devido ao facto de esta estrutura se encontrar aparentemente associada a um eventual edifício de culto romano, pressupõe-se que possa ter sido a primeira a ser erguida[1337]. Todavia, não é clarificado se haveria ou não considerável desfasamento cronológico entre a criação do dito sepulcro «fundacional» e a das demais sepulturas constituintes do campo mortuário em análise[1338]. Esta e outras interrogações deveriam, portanto, ser equacionadas e, na verdade, teria todo o interesse que o manancial de informação que a necrópole tem facultado e que, ao que tudo indica, poderá inclusive vir a ser aumentado, seja posteriormente disponibilizado, aguardando-se com expectativa que se afirme como um importante contributo para esclarecer diversas temáticas que persistem nebulosas.

Também para o caso da **Quinta do Pião**, ainda no concelho de Alter do Chão, se poderiam reafirmar idênticas aspirações. Com efeito e, apesar de os dados conhecidos acerca da necrópole tardia que se implanta junto dos vestígios da *pars urbana*[1339] da *villa* romana epónima serem efetivamente, bastante escassos, uma vez que os resultados das intervenções desenvolvidas não foram nunca exaustivamente publicados[1340], pensamos que, também aqui, haverá potencial para estudo mais aprofundado. Na realidade, a Quinta do Pião não só enforma mais uma situação de proximidade face a uma via romana – a XIV –, como, em

[1334] ANTÓNIO & REIS, 2008b: 353-354; 359.

[1335] Há que assinalar que não nos foi possível aceder aos materiais gerados pela necrópole, uma vez que, de acordo com o arqueólogo Jorge António, responsável pela escavação e cujos artigos, em co-autoria com a antropóloga Marta Reis, temos vindo a seguir, os mesmos permanecem ainda em fase de estudo, findo o qual se concretizará a devida publicação.

[1336] BATISTA & GASPAR, 2000: 640.

[1337] ANTÓNIO & REIS, 2008b: 359.

[1338] No caso da Fonte do Sapo, crê-se que o túmulo «privilegiado» remonta aos séculos IV-V e que a segunda fase da necrópole se inicia mais tardiamente, por volta dos séculos VI-VII (BATISTA & GASPAR, 2000: 640).

[1339] Esta pormenorização foi transmitida a André Carneiro por Jorge António, diretor dos trabalhos arqueológicos implementados na Quinta do Pião (CARNEIRO, 2011: 175).

[1340] WOLFRAM, 2011: 22; 30.

paralelo, ilustra um fenómeno regularmente documentado e que se prende com o reaproveitamento de estruturas relacionadas com uma ocupação prévia[1341].

De facto e, conforme veiculado[1342], foi em 2008 que, por alturas de uma escavação arqueológica levada a cabo na área abarcada pela *villa*, se puseram a descoberto três sepulcros, cujo aparelho integrava materiais romanos, tais como blocos pétreos de reduzido a médio tamanho, a par de *tegula* e *imbrex*. Mas, mesmo tratando-se de um conjunto tão circunscrito, foram desde logo percetíveis algumas especificidades construtivas. Veja-se, por exemplo, a questão das coberturas: a do túmulo 1 era formada por lajes de xisto, ao passo que a das sepulturas 2 e 3 constava de uma só pedra granítica, que servia como tampa aos dois enterramentos. Por outro lado, a parede intermédia de ambas era a mesma, ao que se acrescenta a particularidade de estas duas câmaras serem revestidas a *opus signinum*, no que diferenciavam da primeira[1343]. É possível, pois, que as soluções adotadas traduzam uma intenção concreta de distinção entre os inumados, muito embora a variabilidade subjacente possa ficar a dever-se a toda uma multiplicidade de fatores.

Relativamente aos moldes em que se processou a deposição dos defuntos, note-se que cada sepulcro albergava um enterramento primário, sendo que o 2 continha igualmente vestígios osteológicos compatíveis com a presença de um ossário, refletindo claramente a reutilização da estrutura. Em paralelo, os indivíduos que repousavam em posição primária nas sepulturas 1 e 2 foram dispostos em decúbito dorsal, com a cabeça voltada para noroeste e os pés para sudeste, enquanto o da 3, se bem que seguindo a mesma orientação, surgia em decúbito lateral esquerdo. De qualquer modo e como denominador comum aos três túmulos aponta-se o facto de nenhum deles possuir materiais associados. Na verdade, a única ocorrência de que há registo na Quinta do Pião concerne a um recipiente cerâmico detetado no âmbito de nova intervenção, desta feita, realizada em 2010. Ora, a referida forma cerâmica, que os responsáveis classificaram como «jarra», foi recolhida na estrutura de inumação 4, no interior da qual se conservava um indivíduo de sexo feminino em posição primária, pousado em decúbito dorsal e, sobre ele, um ossário que agregava restos esqueletizados correspondentes a dois outros adultos. Já o túmulo 5 encerrava apenas ossadas conectáveis com um enterramento secundário, que se supõe pertencerem a um indivíduo de género masculino[1344]. Confirma-se, portanto, que neste pequeno cosmos funerário a prática da reutilização sepulcral é reiterada, à semelhança do verificado na grande necrópole de Alter. No entanto, não deixa de ser curioso constatar que em dois espaços cujas cronologias de ocupação deverão, pelo menos, em parte, coincidir, se achem plasmadas realidades tão diversas ao nível do tipo de objeto selecionado para acompanhar os corpos

[1341] WOLFRAM, 2011: 26; 30.

[1342] As informações compiladas provêm do texto/resumo de um *poster* apresentado no I Congresso de Arqueologia de Transição, que decorreu em Évora, em maio de 2012.

[1343] ANTÓNIO & RODRIGUES, 2012.

[1344] ANTÓNIO & RODRIGUES, 2012.

na morte. Se, no primeiro sítio, apenas se recuperaram elementos metálicos, fundamentalmente vocacionados para o adorno do corpo e indumentária, na Quinta do Pião a opção recaiu exclusivamente sobre uma peça cerâmica, que presumimos destinar-se à contenção de líquidos. Ressalvamos, porém, que esta interrogação decorre dos exíguos dados a que até ao momento pudemos aceder, pelo que, talvez se auferindo de mais detalhes e de uma perspetiva mais aprofundada, a mesma não se colocasse.

É tempo de transitar para o concelho de Monforte e, concretamente, para a freguesia de Vaiamonte, onde nos deteremos em três necrópoles: Curral do Sampão, Torre de Palma e Monte do Pombal.

Comecemos então pelo cemitério do **Sampão**, também chamado de Sapão ou Sandão. A primeira notícia relativa à identificação de vestígios no sítio, localizado sensivelmente a dois quilómetros a sudeste de Vaiamonte, chega-nos através de Leite de Vasconcelos. O então ainda diretor do Museu Etnológico, que viajara para o Alentejo em 1923, acompanhado de Manuel Heleno, na altura conservador da instituição, menciona o achado de uma moeda de Graciano, retirada de um velho poço, a par de um pequeno conjunto de bilhas cerâmicas fragmentadas. Acrescenta ainda que, nas imediações do poço, se detetaram «[…] sepulturas feitas de pedras postas de cutelo, e dentro ossadas […]», às quais conferiu cronologia romana[1345]. Décadas passadas e tendo Manuel Heleno ascendido a diretor, é em publicação da sua autoria, dedicada a Torre de Palma, que deparamos com nova e sintética referência ao «Sapão»: na sequência de uma intervenção ali levada a cabo, reclassifica os sepulcros, atribuindo-lhes filiação visigótica e realça a singularidade dos artefactos neles encontrados, que considera sem paralelo em Portugal[1346].

Foi João Lino da Silva quem, a par da escavação que desenvolvia no Cabeço de Vaiamonte, conduziu parte dos trabalhos de campo executados no Sampão. Com efeito, a análise de documentação epistolar conservada no arquivo de Manuel Heleno no M.N.A. permite constatar que, em 1964, Lino da Silva se fixara no Alentejo, cumprindo instruções recebidas do diretor. E, em conformidade com uma das cartas então remetidas a Manuel Heleno, o funcionário do Museu iniciara a sua atividade no Sampão em meados de agosto desse ano. Numa primeira fase, colocara a descoberto quatro túmulos, dos quais apenas um revelou objetos no seu interior: «[…] uma fíbula visigótica e um pequeno ferro do feitio de cunha […]». Todavia, e aludindo às ossadas, destaca o estado de degradação em que se apresentavam, aniquiladas e mescladas com os solos, pelo que não foi possível aproveitá-las[1347]. Escassos dias mais tarde retoma a correspondência, dando conta do reconhecimento de mais três sepulturas, se bem que totalmente destituídas de espólio, situação que o levou a formular duas vias para explicar essa ausência: ou consequência de ações de depredação ou, dada a presença de «terra limpa» no seio das câmaras, a possibilidade de os túmulos

[1345] VASCONCELOS, 1927: 29; 158; 200.

[1346] HELENO, 1962: 314, nota 1.

[1347] SILVA, carta de 23/8/1964 *apud* WOLFRAM, 2011: 167.

não terem sido utilizados[1348]. Entretanto, mais quatro sepulcros seriam ainda trazidos à luz: todos se encontravam vazios, sendo que os dois pesos romanos e a fíbula então recuperados apareceram no exterior, já deslocados daquela que teria sido a sua posição original. Mas, em contrapartida, a realização de sondagens num ponto que havia já gerado alguns numismas, acabou por se saldar na recolha de mais cinquenta moedas[1349], atualmente depositadas no Museu Nacional de Arqueologia[1350].

Os dados proporcionados por Lino da Silva permitem um cômputo de onze sepulturas. Não obstante, posteriormente, ao traçar a história do Museu Etnológico e o percurso de Manuel Heleno, Saavedra Machado retoma informações relativas às sondagens efetuadas no Sampão, se bem que introduzindo uma nota dissonante: o apontamento em torno do número de túmulos comportados pelo cemitério, que afirma atingir as duas dezenas. De resto, qualifica-o como «romano-visigótico» e salienta o facto de alguns dos sepulcros conterem materiais de relevo, caso de contas, fíbulas e demais elementos metálicos, não especificados[1351].

Analisando as indicações colhidas e a confirmar-se a validade das mesmas, afigura-se provável que as restantes nove sepulturas possam ter sido reveladas previamente à intervenção de Lino da Silva. Com efeito, não há notícia da concretização de outros trabalhos de escavação subsequentes. Por outro lado, atendendo à menção, igualmente feita em sede de correspondência, a alicerces de construções[1352], às referências a manchas de dispersão de material que abarcavam *terra sigillata* e *tegulae*, decorrentes de prospeção levada a cabo por Rui Boaventura[1353] e à confrontação com alguns dos artefactos guardados no M.N.A.[1354], tudo leva a crer que terá havido uma ocupação romana no local, de natureza não clarificada, anterior à fundação da área mortuária. Esta, a avalizar pelo tipo de adornos cuja exumação facultou, encontra no século VI inequívoco enquadramento, muito embora não seja de excluir que o mesmo possa ter-se iniciado um pouco antes dos alvores da centúria ou prolongado ligeiramente além do seu término.

[1348] SILVA, carta de 27/8/1964 *apud* WOLFRAM, 2011: 167.

[1349] SILVA, carta de 31/8/1964 *apud* WOLFRAM, 2011: 168.

[1350] De acordo com informação veiculada pelo Portal do Arqueólogo para o sítio do Sampão (PORTAL DO ARQUEÓLOGO, CNS: 24138), não é de excluir que estes numismas integrassem um tesouro monetário, cuja cronologia, segundo John Huffstot, estará balizada entre os séculos IV e V.

[1351] MACHADO, 1964: 169. Convém notar que os materiais oriundos do Sampão e que, além das moedas acima mencionadas, se encontram conservados no M.N.A., não são propriamente abundantes: no Catálogo incluímos apenas uma fivela de aro ovalado, um fuzilhão (?), um anel, um alfinete de cabelo e três contas de colar. É certo que os elementos elencados não totalizam a globalidade do espólio resgatado no sítio: outros artefactos, caso de um mascarão de sítula, de argolas supostamente destinadas ao arreio de equídeos ou de duas fíbulas em ómega, figuram na Sala Seca do Museu. Porém, por motivos de vária ordem, que passam pela cronologia (não consonante com a do âmbito do nosso estudo), pela indefinição tipológica ou pela falta de contextos, optámos por não os incluir na presente dissertação.

[1352] WOLFRAM, 2011: 168.

[1353] PORTAL DO ARQUEÓLOGO, CNS: 24138.

[1354] Ver nota prévia, referente aos demais artefactos do Sampão, não analisados.

Consideremos agora **Torre de Palma** ou, mais concretamente, a necrópole situada a noroeste da basílica, conhecida pelo nome de «Cemitério ao pé das Ermidas». Trata-se de um dos espaços de enterramento associados à *villa*[1355], e que apesar de há muito escavado, permaneceu várias décadas na obscuridade, com os resultados por publicar. No entanto, já mais recentemente, Mélanie Wolfram teve oportunidade de examinar e interpretar um conjunto de elementos inéditos, conservados no Arquivo de Manuel Heleno (M.N.A.), e que importa aqui relevar. Concernem, fundamentalmente, a cartas, a «relatórios» e a cadernos manuscritos, a que se somam alguns desenhos e fotografias. Tal material, ainda que inquestionavelmente interessante, não deixa, contudo, de refletir o facto de as intervenções terem sido conduzidas na ausência de uma metodologia precisa e rigorosa: a abordagem ao terreno parece ter sido feita ao sabor da abertura de «talhões», em cujo trabalho se persistia (ou que se abandonava), dependendo da «relevância» que ia sendo atribuída aos achados que proporcionavam[1356].

Mas vejamos, então, quais os dados compilados para o «Cemitério ao pé das Ermidas», escavado ao longo de alguns dias do mês de agosto de 1960 e, num segundo momento, em finais de setembro do mesmo ano[1357]. Ora, os elementos conhecidos a respeito da orgânica deste espaço resumem-se aos veiculados numa planta da autoria de Lino da Silva, e às descrições integradas em cinco cartas que enviou para o Museu. Porém, e convém desde já sublinhá-lo, nenhum dos mencionados suportes inclui a designação, em numeração romana, então conferida à totalidade das sepulturas[1358] ou a posição específica ocupada por cada uma delas no terreno[1359]. Ainda assim, o plano de Lino da Silva permite contabilizar vinte e dois dispositivos sepulcrais[1360], quatro dos quais patentes no interior de uma estrutura pétrea de reduzida dimensão e configuração retangular, a que M. Wolfram se refere como «mausoléu oeste», denominação aventada em razão das respetivas características construtivas[1361]. Outros nove túmulos apresentavam-se a leste do suposto mausoléu, por seu turno delimi-

[1355] Ao todo, há três áreas distintas a destacar: o designado «cemitério sul», implantado nas cercanias da *villa*; o conjunto de sepulcros patentes no interior e exterior da basílica e do baptistério e, por último, o cemitério a norte da basílica (WOLFRAM, 2011: 208-209), aquele em que nos iremos debruçar.

[1356] WOLFRAM, 2011: 207-209.

[1357] Terá sido nesta fase dos trabalhos que se identificaram, nas proximidades da estrada, várias sepulturas de incineração providas de *terra sigillata* (WOLFRAM, 2011: 231), denunciando a implementação diacrónica de dois rituais funerários distintos na área abarcada pelo «Cemitério ao pé das Ermidas».

[1358] A numeração em caracteres árabes a que por vezes nos reportaremos foi preconizada por M. Wolfram, com o objetivo de ordenar a informação e de facilitar a sua análise (WOLFRAM, 2011: 230).

[1359] WOLFRAM, 2011: 229; 311, fig. 16.

[1360] De acordo com o relatório produzido pela equipa luso-americana que, em 1985, desenvolveu nova intervenção no local, os túmulos abertos por Lino da Silva em 1960 seriam, afinal, trinta e cinco, pelo que se deduz que nem todos tenham sido registados (WOLFRAM, 2011: 247).

[1361] «[…] Graças à carta datada de 18.08.1960, sabemos que este edifício era cavado dentro da rocha ("dentro dela era toda em rocha"), tinha alicerces de pedra e cal e as paredes internas eram provavelmente decoradas por placas de mármore ("creio que as paredes eram forradas de pedra de mármore"). […]» (WOLFRAM, 2011: 230).

tados por uma segunda estrutura. Segundo Lino da Silva, esta era constituída por pedra e terra, sendo de difícil interpretação; de qualquer modo, não deixou de equacionar a possibilidade de a mesma ter sido preparada no intuito de «[…] segurar as paredes das sepulturas […]». Quanto à implantação das restantes nove, há que notar que todas se dispunham em redor da supracitada construção. Já relativamente à orientação adotada, constatou-se que a opção generalizada foi a de alinhar os sepulcros de acordo com o eixo este-oeste, sendo que apenas três mostravam direcionamento dissonante, no sentido norte-sul[1362].

E que dizer acerca dos vestígios detetados?

Atendendo ao desenho esboçado por Lino da Silva, haveria restos osteológicos em, pelo menos, dezasseis dos dispositivos. E, é importante registá-lo, nove deles comportavam inumações múltiplas[1363], atestando a prática da reutilização das câmaras. Já ao nível da componente artefactual, foi sinalizada a presença de um jarro algo assimétrico e de perfil em *S* no túmulo VI, colocado junto do ombro direito do indivíduo ali sepultado; no VII, de um pote produzido manualmente e com decoração ondeada, depositado desta feita sob o ombro esquerdo de um dos dois defuntos que ali jaziam; já no interior do VIII[1364], entre as ossadas de três inumados (no mínimo), figurava novo recipiente de contenção de líquidos, um pequeno jarro de pança ovoide. É provável que houvesse outras peças cerâmicas, tendencialmente intactas, a acrescentar às elencadas. A estas somavam-se adereços metálicos vocacionados para a aplicação sobre o vestuário[1365], em concreto, três fivelas, das quais apenas uma mantinha o fuzilhão[1366]; em paralelo, também alguns adornos do corpo: uma argola (?), um alfinete dobrado e dois anéis, um deles provido de mesa circular, sendo a do segundo tendencialmente oblonga[1367].

Ora, a proveniência destes objetos, conservados nas reservas do Museu Nacional de Arqueologia, surge associada a duas designações: «Cemitério ao pé das Ermidas» e «cemitério noroeste». Assim, a inexistência de um critério único de referência, aliada à imprecisão de muitos dos dados, leva a que persistam dúvidas em torno da origem dos mencionados materiais. E a tal ponto que M. Wolfram não rejeita a hipótese de parte

[1362] WOLFRAM, 2011: 230. A equipa luso americana viria a estabelecer uma ligeira alteração a este panorama, definindo uma orientação geral nordeste-sudoeste (WOLFRAM, 2011: 247).

[1363] «[…] No recinto são visíveis pelo menos seis sepulturas com inumações colectivas e/ou múltiplas: uma com clara redução de dois esqueletos aos pés do último inumado (n.º 9), duas com um esqueleto em conexão anatómica e um crânio ao lado da cabeça deste (n.º 11, n.º 12), e três com osso(s) longo(s) ao lado da última pessoa enterrada (n.º 5, n.º 9 e n.º 21). […] Nas sepulturas isoladas, […] três apresentam ossos desorganizados de vários esqueletos (n.º 17, n.º 20 e n.º 22) […]» (WOLFRAM, 2011: 230).

[1364] O túmulo VI poderá corresponder ao 6 de M. Wolfram; o VII, eventualmente ao 12, e o VIII, ao 11 (WOLFRAM, 2011: 232-233).

[1365] WOLFRAM, 2011: 230-233; 311.

[1366] Note-se que esta classificação tipológica diverge da avançada por M. Wolfram: a investigadora alude a dois fechos de cinturão e a uma argola (WOLFRAM, 2011: 317); todavia, a «argola» consta, na verdade, de um aro de fivela, se bem que destituído da agulha que deveria articular-se no eixo da charneira.

[1367] WOLFRAM, 2011: 245-246; 317, fig. 34 e 35.

deles serem, afinal, procedentes de sepulturas da basílica[1368]. É certo, pois, que os problemas apontados redundam em inevitáveis lacunas e fragilidades; ainda assim, a abordagem a este núcleo sepulcral não deixa de se nos afigurar pertinente, até pela natureza e cronologia proposta para os artefactos acima discriminados, que rondará, no caso das formas cerâmicas e dos adornos do corpo, a VI ou VII centúrias[1369], enquanto, para o âmbito dos metais relacionados com a indumentária, talvez a VI se assuma como mais ajustada. De qualquer modo, será este o enquadramento geral a ter em consideração para os materiais exumados, pelo que poderá naturalmente servir de indicador para as inumações deste espaço funerário.

Datação aproximadamente coincidente terá a necrópole do **Monte do Pombal**, também localizada na freguesia de Vaiamonte. É Manuel Heleno quem primeiro lhe dedica algumas linhas, num texto que se debruça sobre a investigação arqueológica em Portugal, e onde desde logo estabelece uma relação cronológica e cultural entre este sítio e Silveirona. No entanto, praticamente nenhuma informação adicional é fornecida, dando-se apenas conta do facto de o Monte do Pombal se inscrever num terreno conhecido pelos vestígios «eneolíticos» nele disseminados[1370].

Mas a história das intervenções no Monte do Pombal remontará a 1947, conforme se depreende de uma carta que Lino da Silva remete para Manuel Heleno dois anos volvidos[1371]. Posteriormente, já em março de 1952, será o próprio Lino da Silva – e já não Manuel Heleno – a conduzir escavações naquele local, porém, sem obter resultados de monta. Estes chegariam apenas no ano subsequente, altura em que se exploraram dezasseis sepulcros visigóticos. Todavia, são parcas as explanações concedidas acerca das estruturas. No relatório então produzido alude-se sobretudo, e em termos genéricos, ao estado de preservação em que se achavam os restos osteológicos nelas contidos. A exceção a este vago panorama recai numa única passagem, em que se pormenoriza o posicionamento das ossadas: «[…] dois crânios à cabeça, um monte de ossos a meio e aos pés […]»[1372], descrição que permite constatar que o túmulo em causa teria sido reutilizado. Em paralelo e apesar do vazio quase sistemático de espólio funerário, é registada a identificação, numa das sepulturas, de «[…] uma jarra, mas com as duas asas partidas»[1373]. Sucintamente, era então este o cenário traçado para o Monte do Pombal.

[1368] WOLFRAM, 2011: 232; 245-246; 317.

[1369] WOLFRAM, 2011: 233-234; 245-246.

[1370] HELENO, 1956: 232.

[1371] SILVA, carta de 2/10/1949 *apud* WOLFRAM, 2011: 166.

[1372] SILVA, 1953 *apud* WOLFRAM, 2011: 166.

[1373] SILVA, 1953 *apud* WOLFRAM, 2011: 166. Hesitamos em estabelecer correspondência entre o recipiente em causa e a bilha que tivemos oportunidade de observar no M.N.A. (n.º de inv. 2010.35.1). Com efeito, o vaso estudado possuía uma asa, atualmente desaparecida, mas não duas. Como tal, ou a avaliação desta especificidade da peça, por parte de Lino da Silva, foi menos conseguida ou, em alternativa, do Monte do Pombal procede mais do que uma forma cerâmica asada, sendo que no M.N.A. se encontra depositado apenas um desses exemplares.

Contudo, em 1954, no quadro da realização de trabalhos de campo adicionais e, mais propriamente, nos derradeiros dias da campanha, Lino da Silva coloca a descoberto mais três estruturas de inumação. A particularidade a ressaltar neste caso recaía no facto de cada uma delas conter um adereço de vestuário, classificado como fíbula[1374]. E, em 1955, dois outros sepulcros concediam mais materiais, desta feita, um anel de ferro, num deles, enquanto no segundo, cerâmica (de tipo não discriminado) e nova fíbula[1375].

Anos mais tarde, em texto já citado e focalizado na história do Museu Etnológico, Saavedra Machado recorda a execução de sondagens na Herdade do Palmeiro e no Monte do Pombal, ambos implantados nas imediações de Torre de Palma[1376], *villa* de vulto onde, à altura, haviam já sido identificados uma necrópole romana, o batistério e a basílica de tipo africano. E, a propósito do Monte do Pombal, acrescenta que se trata de um cemitério visigótico, em cujos túmulos figuravam adornos metálicos, concretamente, fechos de cinturão[1377] e anéis[1378]. Ora, a respeito desta observação e de outras que a precederam, relativas ao achado de elementos metálicos nas sepulturas da necrópole, não poderíamos deixar de referir que os materiais conservados no M.N.A. se restringem a cerâmicas: alguns fragmentos incaracterísticos, a par de outros, como asas e pegas, tipologicamente classificáveis, mas de cronologia difícil de precisar, pelo que nos abstivemos de os integrar no Catálogo em anexo. Assim sendo, acabámos por limitar a análise detalhada a um único recipiente, destinado a conter líquidos: uma pequena bilha destituída da asa que, originalmente, possuía, mas, de resto, praticamente completa.

Em suma, entre 1947 e 1955 escavaram-se no Monte do Pombal mais de duas dezenas de estruturas tumulares, das quais, efetivamente, pouco se sabe. Não há qualquer informação relativa à orientação vigente, à tipologia dos sepulcros ou aos recursos usados na construção. Também o modo de deposição dos cadáveres configura um vazio de conhecimento, se bem que se possa admitir que nem sempre os restos esqueletizados estariam suficientemente preservados, para ilustrar inequivocamente qual a prática seguida. Neste sentido, são muitas e profundas as lacunas e interrogações que ficam por explicar, sendo que só com o desencadear de nova intervenção se poderia, eventualmente, fazer com que algumas delas se dissipassem.

[1374] SILVA, 1954 *apud* WOLFRAM, 2011: 166-167.

[1375] SILVA, 1955 *apud* WOLFRAM, 2011: 167.

[1376] Mais precisamente, a necrópole do Monte do Pombal posiciona-se cerca de 300 m a noroeste de Torre de Palma (WOLFRAM, 2011: 166).

[1377] É curioso notar que os relatórios de Lino da Silva abordam apenas a exumação de «fíbulas», mas Saavedra Machado alude a «fechos de cinturão». Estarão os dois autores a evocar os mesmos objetos, se bem que adotando terminologia diferente? Ou terá a necrópole do Monte Pombal gerado os dois tipos de adereço de vestuário, sendo que nenhum deles se conserva? O mais provável é que, efetivamente, as «fíbulas» constem antes de «fechos de cinturão», pois, se um lado, a confusão entre estes tipos é comum em alguma bibliografia, por outro, Manuel Heleno, em breve menção ao sítio, indica apenas a ocorrência destes últimos (HELENO, 1962: 314).

[1378] MACHADO, 1964: 167; 170.

Avançamos agora para o concelho de Elvas, onde começamos por nos deter na Tapada da **Herdade da Chaminé**, freguesia de Vila Fernando. Nesta estação encontram-se documentados significativos e abundantes testemunhos antrópicos, inseríveis numa diacronia longa, que remonta, pelo menos, ao megalitismo[1379]. Mas também uma necrópole da Idade do Ferro[1380], a par de uma mais tardia, a n.º 2, que Abel Viana interpretou como «romano-visigótica»[1381], foram, já há décadas, descobertas naqueles terrenos[1382]. Em 1948, ao escavar em torno de um bloco pétreo que se destacava numa elevação pouco pronunciada, António Dias revelou um núcleo constituído por vinte e cinco sepulturas, alinhadas segundo o eixo norte-sul[1383], que se supõe totalizariam cerca de metade das estruturas de inumação comportadas pelo conjunto funerário. Apresentando configuração trapezoidal, eram não só delimitadas lateralmente, mas também cobertas por lajes de granito ou xisto. A exceção a este quadro recaía apenas em dois túmulos, nos quais o grauvaque negro foi usado como suporte para a composição das tampas, espessas e irregulares. E, ao que se sabe, o grosso das coberturas estava preservado, salvo se demasiado próximas da superfície. Por seu turno, para a preparação dos fundos recorreu-se igualmente ao emprego de lajes ou, em alternativa, deixou-se exposto o solo natural, sendo que, nos casos em que se optou por esta última solução, eram invariavelmente observáveis escórias de ferro sobre ele depostas[1384]. Não são evidentes as circunstâncias que estarão na origem da formação de tais contextos. Contudo e atendendo ao facto de a frequência dos restos metálicos sobre os fundos ser reiterada, cremos que deverá ter obedecido a um propósito consciente.

Quanto ao modo como se posicionavam os defuntos na câmara nada é avançado. A única indicação colhida diz-nos que os esqueletos eram visíveis imediatamente sob as pedras que compunham a cobertura[1385]. Em contrapartida, é sinalizada uma interessante singularidade, que se prende com a sobreposição de enterramentos, percecionada em pelo menos duas situações. Em conformidade com a descrição fornecida, os sepulcros localizados a cota inferior possuíam dimensão mais avultada e, em paralelo, indiciavam uma cons-

[1379] Há notícia de uma sondagem efetuada sobre o que restava de uma anta ali situada (VIANA, 1950: 307-308; 1955: 25, nota 3).

[1380] O reconhecimento deste vasto «campo de urnas», que ocupa cerca de 1200 metros quadrados, decorreu da abertura de cavidades para o plantio de oliveiras, processo em que, fortuitamente, os jornaleiros se depararam com ossos humanos, dando então conta do sucedido a A. Dias de Deus (VIANA, 1950: 308; HELENO, 1951: 85).

[1381] Na Chaminé terá subsistido uma área «empedrada», fisicamente circunscrita, que se mantinha recoberta por um nível de cinzas, tendo sido interpretada como *ustrinum*, ponto de incineração dos cadáveres (VIANA, 1955: 10). Assim sendo, tudo indica que na necrópole romana se tenha praticado, numa primeira fase, o ritual de incineração, só posteriormente se verificando a transição para a inumação dos defuntos.

[1382] VIANA, 1955: 25, nota 3.

[1383] Manuel Heleno assinala uma orientação diferente, consonante com o eixo este-oeste (HELENO, 1951: 89).

[1384] VIANA, 1950: 306-307.

[1385] Só na legenda concernente às contas de âmbar desenhadas na fig. 4 se salienta que o túmulo que as continha encerrava um total de sete crânios (VIANA, 1950: fig. 4), atestando a reutilização da câmara em causa. Seria caso único?

trução cuidada, patenteada na proporção e regularidade do aparelho. Por sua vez, os mais recentes, trapezoidais, seriam menos bem conseguidos[1386].

No que respeita ao mobiliário fúnebre exumado naquela intervenção dos finais dos anos 40, há registo de recipientes cerâmicos grosseiros em três túmulos, ao que se somam dois numismas cunhados no Baixo Império e alfinetes de osso já quebrados[1387]. Mas, devemos notá-lo, os dados facultados por Manuel Heleno relativamente aos elementos contidos nas sepulturas não são absolutamente coincidentes com os transmitidos por Abel Viana: por um lado, Heleno cita a ocorrência de uma única vasilha, e, por outro, arrola uma série de adornos do corpo e do vestuário a que Viana não faz, inicialmente, qualquer menção concreta no texto, remetendo a apresentação de alguns deles apenas para representações gráficas esparsas[1388]. Entre esses materiais há a assinalar contas de colar, brincos, anéis e fivelas[1389], dos quais tivemos oportunidade de analisar, no M.N.A., uma pequena amostra[1390]. Com efeito, desconhecemos o paradeiro de parte dos exemplares listados, entre os quais, um anel decorado com *SSS* sequenciais, similar aos recuperados em Cascais ou Caldas de Monchique[1391].

Não poderíamos dar por terminada esta breve abordagem em torno da Herdade da Chaminé sem realçar a presença, nas imediações da necrópole, de estruturas que se presume de cronologia romana, referentes a um poço com paramento em alvenaria e a restos de um pavimento musivo, provavelmente pertencentes a uma habitação. A perspetiva granjeada acerca destes vestígios assumiu-se parcelar e condicionada, tendo sido desde logo apreendido que só com a concretização de ampla escavação se tornaria possível clarificar a sua natureza e real extensão. Ainda assim, os indícios de alicerces que assomavam à superfície levaram a que se intuísse a existência de todo um complexo de dispositivos, inclusive, termais[1392]. E, efetivamente, quando Manuel Heleno alude à Herdade da Chaminé, a propósito dos trabalhos que A. Luís Agostinho e A. Dias de Deus levaram a cabo na região de Elvas, não deixa de evocar a *villa* romana que em tempos se fixara naquela propriedade, contígua à do Carrão[1393]. Mas só posteriormente, com H. Frade e J. Caetano, se equaciona uma relação clara entre a *villa* do Carrão e a necrópole da Chaminé, propondo estes autores a associação dos dois espaços[1394].

[1386] VIANA, 1950: 306-307.

[1387] VIANA, 1950: 307.

[1388] Vejam-se, por exemplo, as seguintes imagens e legendas correspondentes: fig. 2, n.º 10; fig. 4; fig. 16, n.º 10 (VIANA, 1950).

[1389] HELENO, 1951: 89.

[1390] No Catálogo inclui-se somente a descrição dos objetos examinados no M.N.A.: dois brincos anelares e uma fivela de aro ovalado, todos sem n.º de inventário atribuído. Não é de excluir que outros artefactos se encontrem conservados no Museu Arqueológico de Vila Viçosa; no entanto, dado que não obtivemos autorização para nos deslocarmos às suas instalações e aferirmos da existência de materiais integráveis no nosso âmbito de estudo, nada podemos acrescentar a este respeito.

[1391] VIANA, 1950: fig. 2, n.º 10; VIANA, 1960: 8.

[1392] VIANA, 1950: 307.

[1393] HELENO, 1951: 83-84.

[1394] FRADE & CAETANO, 1993: 860-861.

Mantendo-nos no mesmo concelho, transitamos agora para a necrópole da **Terrugem**. A história da descoberta fortuita de enterramentos naquele local, a norte da aldeia epónima e em terreno algo inclinado[1395] remonta a 1946, tendo decorrido da abertura de uma vala para a circulação de águas, que revelou um primeiro sepulcro. Ao ter conhecimento de tal ocorrência, Dias de Deus promoveu a escavação da área adjacente, desvelando uma série de estruturas de inumação, vinte e duas no total, todas com configuração trapezoidal. Mas, se a tipologia era idêntica, o mesmo não se pode dizer das opções construtivas ou das matérias-primas empregues na sua preparação. Utilizaram-se tijolos, *tegulae*, lajes de xisto e mesmo mármore branco, sendo que a cobertura de um dos túmulos em cuja constituição foi integrado este último material se apresentava sustida por barras de ferro transversais[1396], solução também encontrada numa das sepulturas da necrópole do Cerrado das Torres, em Casal de Pianos, na qual já tivemos oportunidade de nos deter previamente[1397]. O sepulcro que mereceu maior destaque no núcleo da Terrugem tinha fundo e paredes em tijolo e exibia dimensão reduzida. A importância que lhe é conferida não advém, pois, do tamanho ou da excecionalidade da construção. Funda-se antes no objeto que figurava no seu interior: uma colher de prata provida de inscrição, *ÆLIAS VIVAS IN* ☧[1398], que confirma o carácter cristão da invocação citada. Além desta peça, cujo atual paradeiro desconhecemos[1399], a mesma sepultura, que se presume teria servido para depositar uma criança[1400], encerrava ainda um vaso vítreo, entretanto destruído.

Mas, o espólio então detetado não se restringiu aos artefactos mencionados. Em dois túmulos recuperaram-se numismas romanos e, num outro, dois brincos de liga de cobre. A estes elementos há apenas que acrescentar uma conta vítrea que, muito embora não tendo sido recolhida em associação com um enterramento[1401], certamente faria parte dos adornos do corpo levados a acompanhar algum indivíduo. Não é de excluir, pois, que à prática agrícola ou a demais trabalhos intrusivos levados a cabo naquela propriedade possa ficar a

---

[1395] DEUS *et al.*, 1955: 571.

[1396] DEUS *et al.*, 1955: 571-572. Note-se que este sepulcro continha um recipiente de cobre, classificado por Abel Viana como «bacia» (VIANA, 1950: 300-301).

[1397] RIBEIRO, 1980: continuação 5, 1.

[1398] VIANA, 1950: 301; fig. 19, e. Registe-se que a inscrição foi sendo publicada ao longo dos anos com pequenas variantes. Vejam-se alguns exemplos: «[…] AELIAS.VIVASIN.(crismon) […]» (VIANA, 1950: 301; DEUS *et al.*, 1955: 572); «[…] AELIAS VIVAS IN CHRISTO […]» (ALMEIDA, 1962: 235) ou «[…] AELIAS VIVA IN crismon […]» (WOLFRAM, 2011: 115).

[1399] Segundo Abel Viana, a chamada «colher litúrgica» da Terrugem estaria guardada no Museu de Elvas (VIANA, 1960: 7), mais tarde batizado como Museu Arqueológico e Etnológico Dr. Thomás Pirez. Uma vez que esta instituição foi extinta, procurámos estabelecer contacto, por diversos meios, com o Município elvense, de forma a averiguar qual o presente local de depósito. No entanto, não tendo nunca conseguido chegar à fala com os responsáveis pelo novo Museu cuja abertura se prepara e que, supostamente, reunirá todas as coleções, nem obtido resposta aos pedidos de estudo enviados por escrito, mantemos esta questão em aberto, não só para a «colher» propriamente dita, mas igualmente para os restantes materiais oriundos desta necrópole.

[1400] WOLFRAM, 2011: 115.

[1401] VIANA, 1950: 301; DEUS *et al.*, 1955: 572; est. IV.

dever-se o revolvimento das terras, com a consequente alteração ou mesmo aniquilação de contextos fúnebres.

Abel Viana classificou o sítio da Terrugem como «romano-visigótico». E, na verdade, alguns indícios que ressaltam entre as informações fornecidas parecem apontar no sentido da existência de mais do que uma fase no conjunto funerário. Mesmo ao nível da disposição dos túmulos e, conforme atestado pela planta disponibilizada[1402], essa impressão dá mostras de se confirmar. Afigura-se que a necrópole se organizava em pequenos «núcleos», sendo que o ponto de aproximação entre cada um deles radicava no facto de, aparentemente, o seu desenvolvimento e progressão irradiar a partir de uma estrutura pétrea quadrangular que subsistiu longas centúrias no terreno.

De qualquer modo, convém assinalar que os ditos núcleos são discerníveis não só em razão das orientações adotadas pelos túmulos, variáveis, mas também através de outras características que denunciam práticas não transversais a toda a necrópole. Referimo-nos, por exemplo, à reutilização das câmaras, documentada em parte dos sepulcros, mas não em todos[1403].

Mas retornemos então à estrutura pétrea. Abel Viana descreve-a como uma construção feita à base de blocos graníticos, acrescentando que, sob um deles, se encontraram três moedas romanas de bronze providas de perfuração e, como tal, passíveis de terem servido como adereços ou mesmo como talismãs[1404]. São escassas as informações transmitidas acerca deste dispositivo, daí que a sua natureza não tenha ficado esclarecida. Todavia e atendendo à identificação, em contexto de enterramento, da colher litúrgica acima mencionada, há que considerar a possibilidade de ter funcionado como edifício religioso, eventual mausoléu ou igreja, à semelhança do que se verifica em Silveirona[1405]. Em contrapartida, uma sondagem realizada a norte da área tumular desvelou as fundações de uma estrutura de grande dimensão e restos de canalizações, a par de elementos arquitetónicos avulsos, caso de uma coluna lisa e de uma «rosácea»[1406], ambas talhadas em mármore branco. Em paralelo, note-se que casas e propriedades dos arredores da Terrugem abrigavam à altura colunelos e capitéis[1407], pelo que tudo indica que naquela herdade se tenha estabelecido, em época romana, uma possível *villa*. Desconhece-se, porém, não só se estaria ainda ocupada em fase tardia, como também se essa ocupação se mantivera sempre em continuidade ou sofrera algum hiato, se

[1402] Veja-se o esboço da necrópole apresentado por Abel Viana (VIANA, 1950: fig. 19).

[1403] VIANA, 1950: 301; fig. 19.

[1404] VIANA, 1950: 301. Tal hipótese vai de encontro à opinião veiculada por Leite de Vasconcelos no III volume da obra *Religiões da Lusitânia*: «[…] ha motivos para crer que certas moedas da epoca romana, que por vezes aparecem no nosso país […] serviam de amuletos ou de medalhas religiosas: em verdade essas moedas apresentam um orifício […]. Já se entende que fallo de moedas correntes ao tempo, e que o orifício é posterior ao fabrico. […]» (VASCONCELOS, 1913: 530-531).

[1405] WOLFRAM, 2011: 26; 31.

[1406] A respeito da «rosácea», mais tarde chamada de «sexifólio vasado», diz-nos Abel Viana que possuía «[…] lavores de estilo visigótico […]» (VIANA, 1950: 302; DEUS *et al.*, 1955: 572).

[1407] VIANA, 1950: 302.

bem que M. J. Almeida, refletindo a propósito da justaposição de sepulturas a construções mais antigas, atribua a necrópole a um período em que a *villa* já deixara a sua vocação primordial[1408].

Sem que tal assunto esteja clarificado, registe-se que, entre as estruturas que a compunham e que, na sequência do abandono, terão começado a ser sujeitas a um processo de desmantelamento, estaria incluído um complexo termal. Com efeito, assim parece indiciá-lo a presença de várias arcadas formadas por tijolos sobrepostos, compatíveis com um *caldarium*. Estes vestígios, a que se somam muitos outros, de cariz diverso, e acrescidos da profusa variedade de artefactos recolhidos em toda a extensão da Terrugem[1409], congregam-se para demonstrar a permanência de uma comunidade humana bem sedimentada, sendo que, se alguns membros terão sido canalizados para a concretização de uma série de atividades, designadamente, produtivas, outros, em paralelo, auferiam de recursos suficientes para possuírem materiais importados, nomeadamente *terra sigillata*[1410].

Antes de deixar o concelho de Elvas, importa aludir a um sítio que, muito embora reúna determinadas especificidades que poderiam levar a que sobre ele nos detivéssemos de forma mais aprofundada, não nos oferece dados suficientemente consistentes para que o arrolemos neste capítulo com grande margem de segurança. Trata-se da necrópole da **Torre das Arcas**, localizada na freguesia de São Bráz e São Lourenço.

Ali se concentra avultado número de sepulturas, parte delas ainda de incineração, tendo a inumação começado a praticar-se posteriormente. Ao todo, foram exploradas setenta e nove, quase sistematicamente orientadas no sentido este-oeste[1411], mas as breves indicações obtidas esclarecem que tal cômputo se refere não à extensão total do campo mortuário, mas apenas à parcela abarcada pelas intervenções levadas a cabo[1412]. E, apesar de avançada a proporção entre os enterramentos concernentes a cada um dos ritos[1413], desconhecemos igualmente se haveria áreas fisicamente delimitadas onde devessem ser implementados[1414].

[1408] ALMEIDA, 2000: 151.

[1409] VIANA, 1950: 302-303.

[1410] Se, por um lado, se tornaria fastidioso alongarmo-nos na enumeração do vasto conjunto artefactual recuperado na Terrugem, por outro, tal não enriqueceria propriamente as questões que aqui nos importaria debater, nomeadamente, a articulação entre estruturas habitacionais, termais e produtivas (?) com as sepulcrais; com efeito, não é fornecida cartografia ou dados estratigráficos geradores de hipóteses de entendimento relativamente aos moldes em que se terá desenrolado a organização daquele espaço ao longo do tempo.

[1411] VIANA, 1955: 9; 12.

[1412] Diz-nos Abel Viana: «Devemos acentuar que nenhuma das necrópoles aqui tratadas foi explorada em toda a área primitiva. […] é preciso ter em conta que muitas haviam já sido destruídas, não se sabendo em que extensão. Por outro lado, em todos esses cemitérios há terreno por escavar, não sendo de surpreender que novas sepulturas venham revelar materiais até agora não encontrados» (VIANA, 1955: 24).

[1413] Segundo o mesmo autor: «[…] Das 79 sepulturas exploradas, 45 eram de inumação, 16 de incineração e 18 incertas, porquanto não tinham sinais de cinzas nem de ossadas» (VIANA, 1955: 12).

[1414] Este ponto, na nossa perspetiva, não ficou suficientemente clarificado; todavia e na opinião de H. Frade e J. Caetano: «[…] Os túmulos dos diferentes ritos (incineração, inumação e indeterminados) foram construídos lado a lado, não havendo zonas

São muitas, pois, as dúvidas em torno desta necrópole e mais poderiam ser desde já elencadas.

Ora, Abel Viana descreve os túmulos que a integravam como genericamente bem construídos, se bem que obedecendo a uma multiplicidade de soluções arquitetónicas e recorrendo a diferentes matérias-primas na sua preparação: lajes (em suporte não discriminado), tijolos e *tegulae*. E, pormenor que nos interessa aqui salientar, pondera a hipótese de a seis deles poder ser imputada filiação visigótica[1415]. Contudo, não explica por que motivo equaciona tal possibilidade. Em que estará sustentada? Na tipologia das sepulturas[1416]? Na reutilização de algumas delas, atestada através do aparecimento de vários crânios[1417]? Ou na deteção de certos artefactos? Na verdade, menciona-se a ocorrência de objetos metálicos[1418] no interior de doze estruturas[1419], sem, porém, se estabelecer qualquer espécie de conexão entre essas recolhas e a questão da atribuição ao grupo étnico acima evocado. De qualquer modo e ainda que destituídos de ferramentas que nos permitam corroborar ou refutar o pressuposto enunciado[1420], não poderíamos deixar de nos interrogar a seu respeito.

Transitando para o distrito de Évora, penetramos no concelho de Estremoz, onde nos deteremos num único, mas importante, sítio: **Silveirona**[1421]. A história da descoberta desta estação, implantada em terrenos pertencentes ao Sr. André de Brito Tavares[1422], a quem se deve, aliás, a comunicação dos achados[1423], remonta à década de 30 do século passado. Corria, pois, o mês de maio de 1934, quando o desenrolar de trabalhos agrícolas na herdade de que era proprietário Brito Tavares trouxe à luz ampla panóplia de vestígios: desde elementos arquitetónicos, como colunas e capitéis, a testemunhos de uma ambiência sepulcral, bem ilustrados nos restos humanos esqueletizados, nos sarcófagos e lajes com inscrições.

---

determinadas para cada um deles. As sete sepulturas de inumação, consideradas mais tardias, foram construídas afastadas do núcleo central da necrópole, a NE […]» (FRADE & CAETANO, 1993: 862).

[1415] VIANA, 1955: 11-12.

[1416] A maior parte dos túmulos denotava configuração retangular; outros, por seu turno, eram trapezoidais, mas, embora conservassem restos humanos, não possuíam qualquer tipo de mobiliário fúnebre (DEUS *et al.*, 1955: 575).

[1417] Em nove sepulcros repousavam ossadas pertencentes a diversos indivíduos. Em três deles identificou-se um esqueleto e dois crânios, enquanto num outro, com cobertura de *tegulae*, o número de caixas cranianas agregadas ascendia a quatro (DEUS *et al.*, 1955: 575).

[1418] Registam-se, a título de exemplo, «[…] dois brincos do tipo de alfinete encurvado, […]» e «[…] uma pulseirazita de bronze, desprovida de adorno […]» (VIANA, 1955: 13). No entanto, nada se explica acerca da procedência concreta destes e de outros metais recuperados na necrópole, apenas se salienta que os brincos foram encontrados juntos (DEUS *et al.*, 1955: 575).

[1419] VIANA, 1955: 12.

[1420] Relembramos o facto de não termos obtido autorização para estudar materiais depositados no Museu de Vila Viçosa, circunstância que obstou a uma melhor compreensão das realidades inerentes a algumas necrópoles de Elvas, nomeadamente, a n.º 2 da Herdade da Chaminé e a da Torre das Arcas.

[1421] Com a reorganização administrativa, Silveirona passou a integrar a União das freguesias de Santo Estêvão e São Bento do Cortiço.

[1422] SERRA *et al.*, 1952: 201.

[1423] Segundo Manuel Heleno, a participação foi feita por «[…] Brito Tavares, de Extremoz, dono da herdade, ao Dr. Leite de Vasconcelos que por sua vez me avisou. […]» (HELENO, 1934: Caderno n.º 1).

Com a chegada de Manuel Heleno ao local, também conhecido por «Curralinho da Mina», foi então avaliada a relevância do conjunto que começava a desvelar-se e decidido proceder a escavações arqueológicas, sob a sua direta responsabilidade[1424]. Estava dado o mote para a intervenção sobre o denominado cemitério «romano-visigótico»[1425]. Alguns dias após o arranque dos trabalhos, concretamente já nos inícios de junho, era percecionada a existência de um segundo núcleo funerário, implantado a cerca de 300 metros do primeiro e de onde provém o grosso dos artefactos recuperados, atualmente conservados no Museu Nacional de Arqueologia. Por sua vez, no espaço que se estendia entre estes dois núcleos, observaram-se estruturas, desta feita de cariz provavelmente habitacional, havendo inclusive registos, fotográficos e textuais (estes publicados em periódico coevo) relativos à identificação de um suposto piso de lagar. Ainda nas imediações de Silveirona, sondagens levadas a cabo no Monte da Coelha revelaram os alicerces de uma construção provida de pavimentos musivos, que Manuel Heleno interpretou como parte do que teria sido uma *villa* romana[1426]. Assim emergia uma série de indicações que permitiram delinear os primeiros e promissores traços de uma ocupação humana bem sedimentada.

No entanto, e decorridos alguns meses, a imprensa local começou a fazer eco da incerteza e indefinição reinantes. Sem que, concretamente, se soubesse se a investigação iria avançar ou quedar-se interrompida, dada a constante ausência do responsável, Manuel Heleno, criticava-se o estado em que a necrópole fora deixada, sem proteção e sem que se previssem medidas de conservação, situação que demonstrava o pouco respeito pelo sítio e, em última instância, pelos mortos que nele haviam repousado[1427].

Com efeito, e apesar das potencialidades de estudo que se congregavam na Herdade de Silveirona, firmadas quer no grau de preservação das ossadas exumadas, quer na quantidade de materiais, sepulturas e epígrafes associadas, o certo é que muitas das expectativas criadas, até pela eminência dos colaboradores anunciados, entre os quais se contava o próprio Leite Vasconcelos, ficaram aquém do que era esperado.

Na verdade, não era apenas entre a comunidade científica nacional que se aguardavam resultados. Em junho de 1934, ao abordar as descobertas arqueológicas concretizadas em Estremoz, o Diário de Notícias mencionava o interesse com que personalidades estrangeiras de renome iam acompanhando a evolução da escavação[1428]. As referências centravam-se em Martínez Santa-Olalla, em Hugo Obermaier e no incontornável Hans Zeiss. Por essa altura, estaria já publicada uma das obras fundacionais da Arqueologia visi-

---

[1424] CUNHA, 2008: 27.

[1425] «[…] O cemitério abrange uma área em forma de ovalo com os eixos de 33 e 30 m, respetivamente orientados, o primeiro (maior) de SW para NE, o menor de NW para SE. Toda a metade limitada pelo eixo maior SW-NW, isto é, a metade para NW foi destruída […]» (HELENO, 1934: Caderno n.º 1).

[1426] CUNHA, 2008: 28.

[1427] CUNHA, 2008: 29.

[1428] CUNHA, 2008: 29-30.

gótica peninsular, *Die Grabfunde aus dem spanische Westgotenreich*, pelo que não espanta que ao seu autor, Hans Zeiss, a perspetiva do achado de uma nova necrópole despertasse viva curiosidade[1429]. Já Santa-Olalla, germanófilo assumido, sobre quem Bosch Gimpera e o próprio Obermaier exerceram forte ascendente, dera nesse mesmo ano à estampa um artigo em que procurava sistematizar os conhecimentos acerca da presença de godos e visigodos no seu país[1430].

Não obstante o interesse suscitado, as informações sobre as necrópoles e os seus materiais permaneceriam na obscuridade largas décadas. A única exceção a este quadro decorreu dos estudos que o Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra consagrou aos vestígios osteológicos[1431] há muito deslocados para aquela cidade e que, na espera, se foram progressivamente deteriorando. Em paralelo, só recentemente, em 2004, foi apresentada uma dissertação de mestrado que se propôs reunir e interpretar todos os dados e fontes disponíveis, no intuito de definir um cenário coerente para o universo funerário de Silveirona[1432]. É, pois, sobre as especificidades e problemáticas inerentes aos dois espaços mortuários, que, doravante, nos debruçaremos.

Comecemos por retomar a questão da implantação dos dois conjuntos. De acordo com Manuel Heleno, a necrópole visigótica estaria localizada cerca de 300 metros a oeste da romana, a qual, por sua vez, confrontaria com os terrenos da Várzea da Coelha, onde persistiam as estruturas e os materiais a que previamente aludimos, indiciadores da sobrevivência de uma *villa* no local. A proximidade física entre estas duas realidades, sepulcral e habitacional, reforça a hipótese de se ter verificado uma correlação entre ambas[1433]. Não é de excluir, por outro lado, que inicialmente os habitantes da *villa* fossem incinerados e as suas cinzas depositadas em urnas, como as encontradas pelo rendeiro Bernardino Rebola num outro ponto da Herdade de Silveirona[1434]. A confirmarem-se os pressupostos enunciados, poderia talvez equacionar-se que a ocupação das duas áreas mortuárias romanas se fez em associação com a *villa* da Várzea da Coelha, muito embora desconhecendo-se se de modo

---

[1429] M. Wolfram Cunha, que acedeu a documentação epistolar no âmbito da investigação que dedicou a Silveirona, diz-nos que, em junho de 1934, Hans Zeiss remeteu para Manuel Heleno um exemplar da publicação acima citada; todavia, só mais tarde, em carta datada de outubro desse mesmo ano, o alemão se refere explicitamente à necrópole alentejana e ao seu desejo de, se possível, aceder aos elementos entretanto recolhidos (CUNHA, 2008: 30).

[1430] MARTÍNEZ SANTA-OLALLA, 1934.

[1431] Veja-se, por exemplo, o artigo da autoria de J. Serra, R. Albuquerque e M. A. Neto (SERRA *et al.*, 1952) ou o de A. Cunha e, novamente, M. A. Neto (CUNHA & NETO, 1955), onde, a partir das análises aos restos esqueletizados de Silveirona, se intentou contrariar a escassez de trabalhos votados à comparação entre restos ósseos das populações ditas visigóticas e dos «portugueses atuais».

[1432] CUNHA, 2004. Na presente dissertação optámos por seguir a versão revista e atualizada, publicada como suplemento da revista *O Arqueólogo Português*, em 2008.

[1433] CUNHA, 2008: 34; 37.

[1434] As descrições fornecidas por Manuel Heleno, certamente colhidas junto do rendeiro, dão conta da existência de um núcleo de incineração, caracterizado pela presença de cavidades ou fossas circulares, no interior das quais figuravam tigelas tapadas com tijolos pejados de cinzas, a par de «pucarinhos» com ossos consumidos pelo fogo (CUNHA, 2008: 37).

diacrónico ou, eventualmente, coetâneo[1435]. Todavia, de momento não é possível garantir essa suposta articulação entre os espaços nem, consequentemente, assegurar a validade de tal tese[1436].

Ora, atendendo ao âmbito da presente dissertação, a nossa atenção deveria concentrar-se na necrópole tardia, a primeira a ser escavada por Manuel Heleno e acerca da qual o arqueólogo produziu registos fotográficos e escritos, estes cristalizados em quatro cadernos de campo[1437]. No entanto, a análise do catálogo dos materiais entretanto publicada[1438] levou-nos a tomar algumas opções diferenciadas das que ali foram seguidas e a repensar alguns pontos. Por um lado, descartámos do estudo alguns artefactos cerâmicos que, não obstante serem atribuídos a Silveirona II, designação adotada por M. Cunha para aludir ao cemitério paleocristão, não só não possuíam contexto definido como, por outro lado, apresentavam cronologias que escapavam quer ao tempo de vigência da necrópole, quer aos limites temporais que norteiam a nossa pesquisa. Excluímos também elementos não diagnósticos, muito fragmentados ou demasiado incaracterísticos para permitir aventar propostas de datação razoavelmente seguras[1439]. Aliás, sabendo-se da dispersão de vestígios romanos, cerâmicas incluídas, nos terrenos da herdade e lembrando que a abertura dos «talhões» mencionados nos cadernos não parece ter sido sujeita a um controle rigoroso, suscetível de facultar o posicionamento das recolhas, não nos espantaria que alguns desses materiais, ainda que recuperados na zona afeta a Silveirona II, proviessem da superfície ou, pelo menos, que não tivessem nunca chegado a repousar em ambiente sepulcral. Em contrapartida, não hesitámos em integrar no nosso Catálogo três recipientes cerâmicos agrupados no conjunto classificado como «provavelmente oriundo de Silveirona I», na medida em que as tipologias que exibiam e as datações que lhes caberia imputar, se coadunam perfeitamente com as evidenciadas por peças oriundas de outras realidades funerárias, cuja inserção em

[1435] Há que esclarecer as afirmações produzidas. Por um lado, não se pode asseverar que, entre os romanos, as incinerações fossem necessariamente anteriores no tempo e as inumações, mais recentes, pois, muito embora essa fosse a «regra» dominante, há casos documentados de contemporaneidade entre as duas práticas (GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 75), daí a interrogação em torno da coetaneidade ou diacronia das ocupações. Por outro lado, o facto de as «[…]…incinerações com depósito em urna…[…]» (FABIÃO *et al.*, 1998: 216), como as descritas (ver nota prévia) dificilmente transporem o século II, faz pressupor que os enterramentos na necrópole de incineração fossem, efetivamente, mais antigos. De qualquer forma, e a acreditar nas afirmações de Manuel Heleno, há que salientar a possibilidade de, em Silveirona I, onde a inumação se assumiu como largamente predominante, terem também sido efetuadas incinerações. Assim teria sucedido, por exemplo, na sepultura I, onde jaziam ossos queimados (CUNHA, 2008: 55).

[1436] CUNHA, 2008: 37.

[1437] Para uma perspetiva mais pormenorizada da organização e informações constantes dos Cadernos, ver CUNHA, 2008: 49.

[1438] CUNHA, 2008: 131-188.

[1439] Num total de dezassete materiais cerâmicos imputados a Silveirona II, incorporámos no estudo apenas três (n.º de inv. 2002.112.1; 2002.113.7 e 2002.113.19), correspondentes aos n. º 128, 131 e 138, do catálogo de M. Cunha (CUNHA, 2008: 172-175). O recipiente cerâmico tido como provavelmente originário de Silveirona II foi igualmente inserido (CUNHA, 2008: 178), a par da totalidade dos metais de adorno, parte dos quais considerados como Silveirona II e parte, como «provavelmente Silveirona II» (CUNHA, 2008: 176-180).

período tardio se encontra plenamente atestada[1440]. Finalmente, não excluímos a hipótese, admitimos que problemática, de certas formas cerâmicas contextualizadas e procedentes de Silveirona I poderem, também elas, remeter para cronologias mais avançadas e não propriamente consentâneas com as balizas estabelecidas para o referido núcleo[1441]. A confirmar-se esta suposição, cabe-nos interrogar a que se ficará a dever tal circunstância. Ter-se-iam ali realizado enterramentos em momento extemporâneo ao da esmagadora generalidade das deposições? Ou haverá motivo mais «prosaico» a equacionar, como seja uma troca de registos no campo, um «esquecimento» em torno da origem precisa dos recipientes ou um problema de inventariação? Não logramos destrinçá-lo. Todavia, as dúvidas suscitadas não nos consentiriam deixar passar estas questões em branco.

Justificada a seleção efetuada e as razões que nos levaram a restringir as inclusões no arrolamento elaborado, centremo-nos enfim nas áreas funerárias propriamente ditas. Como dizíamos acima, a intervenção inicial focalizou-se no conjunto paleocristão, onde, de acordo com o método preconizado, à medida que as sepulturas eram colocadas a descoberto, recebiam numeração romana sequencial, mediante a qual passavam a ser identificadas. Processo idêntico foi adotado aquando da escavação do romano, apenas com alteração do critério de reconhecimento, ali baseado em caracteres alfabéticos: isolados e em sucessão, numa primeira fase, sendo que, depois de utilizada cada uma das letras, se passou à combinação de duas delas, com o intuito de fixar a requerida diferenciação dos túmulos. Aludir ao método particular de seriação não é uma questão de somenos importância, visto que, conforme notado por M. Cunha, acabou por facilitar o cálculo do número de sepulcros intervencionados na necrópole romana (rondaria as oitenta e seis unidades), assim suprindo lacunas de informação derivadas da ausência de um dos cadernos de campo. De qualquer modo, e não obstante a avultada quantidade de cerâmicas ali exumadas, nomeadamente se cotejada com a das recolhas efetuadas no núcleo mais tardio, as carências de dados não são despiciendas[1442].

[1440] Constam de dois jarros (n.º de inv. 2002.26.40 e 2002.26.41) e de um pote (n.º de inv. 2002.26.42), respetivamente correspondentes aos n.º de catálogo 109, 110 e 111 de M. Cunha (CUNHA, 2008: 165-166).

[1441] Aludimos, concretamente, a dois jarros (n.º de inv. 2002.45.1 e 2002.49.1), concernentes aos n.º de catálogo 13 e 51 de M. Cunha, para os quais a autora, atendendo às especificidades e paralelos discerníveis para tais recipientes, não deixa de propor datações passíveis de alcançar o século VII ou mesmo os alvores do VIII (CUNHA, 2008: 135; 148-149). Ressalvamos, porém, que os jarros mencionados não representam a totalidade das «peças tardias» de Silveirona I (CUNHA, 2008: 61; 66); todavia, hesitamos em considerar que algumas dessas outras formas se coadunem com o âmbito do nosso trabalho, atendendo sobretudo à tipologia por elas patenteada. No caso do copo (?) de vidro (n.º de inv. 2002.26.62), que M. Cunha supõe ser provavelmente oriundo de Silveirona I, e ao qual atribui cronologia balizada entre os século III e VII (CUNHA, 2008: 171), após confrontação com a tipologia e comentários de Hayes (HAYES, 1975: 39; 172, n.º 149) e sustentando-nos também na opinião amavelmente transmitida por Danièle Foy, através de Rui Morais, a quem muito agradecemos a ajuda, acabámos por optar pela não incorporação no Catálogo. Com efeito e segundo D. Foy, este tipo de recipiente, com ocorrências documentadas em necrópoles do norte da França e da Bélgica, tem vindo a ser datado fundamentalmente dos finais do século IV, pelo que não se concilia propriamente com os parâmetros desta dissertação.

[1442] CUNHA, 2008: 49-50.

Mas atentemos nos materiais coligidos, pois, à reduzida expressividade artefactual assinalada para o cemitério dito visigótico não terá sido alheia a conjugação de diversos fatores: se, por um lado, a inclusão de elementos no interior das câmaras certamente não primaria pela profusão, por outro, há que lembrar que parte da área abrangida pela necrópole e alguns dos túmulos por ela abarcados, terão sofrido forte devastação ou sido mesmo aniquilados, fruto de reiterada prática agrícola e de ações de vandalismo [1443]. Ainda assim, Manuel Heleno conseguiu reunir elementos a respeito das estruturas de inumação arrasadas, desta forma logrando delinear um esboço das arquiteturas funerárias que ali teriam tomado lugar. Seriam quatro os tipos existentes: sarcófagos; fossas simples escavadas no solo, providas de lajes somente na zona superior; sepulturas com paredes de tijolo e cobertura de lajes e, por último, sepulcros «[…] com lages de cutelo, outras a cobrir, por vezes com inscrições»[1444]. Estes configurariam a tipologia com maior prevalência, representada por mais de quarenta exemplares.

Relativamente à organização do espaço preservado e às opções tomadas para o ordenamento dos túmulos, é na planta da autoria de Francisco Valença, desenhador do Museu[1445], que se encontram plasmadas as mais preciosas indicações disponíveis. Com efeito, as fotografias que tivemos oportunidade de ver reproduzidas[1446] focalizam-se essencialmente nos sepulcros (observados antes e depois da remoção das respetivas coberturas), muito embora outro género de imagens tenha igualmente sido captado: registaram-se elementos arquitetónicos isolados, epígrafes, espólio funerário (sem origem precisa discriminada), tendo-se também eternizado a equipa envolvida nos trabalhos. Assim, e salvo escassos exemplos pautados por visões mais amplas, que potenciam o alcance de trechos mais alargados do terreno[1447], falta uma perspetiva geral da estação, suscetível de proporcionar um melhor entendimento da «estratégia» de adaptação dos sepulcros ao espaço necropolizado. É, pois, ao colmatar esta ausência e também ao forçar a matização de afirmações veiculadas por Manuel Heleno acerca da orientação dos enterramentos, que o desenho de Francisco Valença granjeia papel incontornável no estudo da necrópole tardia de Silveirona.

De facto, a análise da planta sugere algumas impressões relevantes. Por um lado, parece notório que o dispositivo pétreo A e, em menor medida, o C, terão funcionado como estruturas polarizadoras, daí que, aparentemente, os túmulos tenham sido erigidos de forma

[1443] «[…] Tendo visitado o local, que é designado pelo nome […] especial de "Curralinho", verifiquei […] vandalismo […] com grandes prejuízos scientíficos. Tinha destruído metade do cemitério, com mais de 50 sepulturas e com desenas de craneos que foram quebrados e enterrados. […] a metade para NW foi destruída e nela se encontraram as sepulturas citadas, cobertas por vezes ou constituídas por inscrições romanas ou visigóticas […]» (HELENO, 1934: Caderno n.º 1).

[1444] HELENO, 1934: Caderno n.º 1.

[1445] CUNHA, 2008: 69; 104, fig. 9.

[1446] Referimo-nos às fig. 10 a 82, selecionadas por M. Cunha no Arquivo Fotográfico do M.N.A. e publicadas na obra dedicada às necrópoles de Silveirona, que tem por base a sua dissertação de mestrado (CUNHA, 2008: 27; 105-123).

[1447] Vejam-se as fig. 65 e 66. A primeira fotografia permite a visualização do muro B em plano de destaque e, ao fundo, de quatro sepulturas; a segunda, por seu turno, concerne a uma vista direcionada para sul (CUNHA, 2008: 118-119).

a encostar-se a eles ou a posicionar-se na sua envolvente, mais ou menos direta[1448]. Neste sentido, é nítido que as sepulturas lhes são posteriores. Por outro lado, a implantação em moldes similares e a contiguidade verificada entre alguns dos enterramentos prenunciam a possibilidade de se verificar uma relação entre os mesmos: terão sido concretizados em tempo aproximadamente coevo? Ou poderá essa proximidade decorrer de algum vínculo entre os defuntos, de natureza geracional ou mesmo familiar? É certo que mesmo entre «grupos» de estruturas que obedecem à mesma orientação geral se percecionam desvios, uns ligeiros, outros mais pronunciados[1449]. Mas tais variáveis não impedem que se discirnam alguns nexos e conexões por demais evidentes[1450].

No que toca à configuração dos túmulos, dominam os formatos de tendência trapezoidal, em regra, pouco regulares. Por seu turno, e em termos de conceção, afastam-se de soluções excessivamente simplistas: apenas dois, num universo de trinta e cinco, constam de covas abertas no solo, destituídas de qualquer tipo de revestimento. Já quanto às coberturas e apesar de sete sepulturas surgirem desguarnecidas, o mais provável é que todas tivessem, originalmente, possuído tampa. Não é de excluir, aliás, que epígrafes fracionadas que se achavam fora de contexto tenham servido esse fim, muito embora outras opções possam ter sido tomadas. Com efeito, grande parte das câmaras surgiu coberta por blocos pétreos ou lajes, dispostas transversalmente. Mas, em três dos sepulcros, bastou uma única laje, depositada em extensão e na horizontal, para resguardar o respetivo interior. Um dos casos evocados radica na singular estrutura em cuja delimitação lateral participaram três placas funerárias romanas[1451], sendo que, numa primeira fase, coube à epígrafe que continha a dupla dedicação a *Veranianus* e *Savinianus* assumir a função de cobertura. Mais tarde, esse papel transitou para a epígrafe de *Talassa*, que se sobrepôs à primeira e, com o seu peso, a

[1448] M. Cunha interpreta a estrutura A como provável mausoléu ou cenotáfio, em razão da configuração quadrangular que apresenta; a confirmar-se tal pressuposto, a proximidade física entre o alinhamento pétreo e os sepulcros seria explicável à luz do modelo de enterramento *ad sanctos* (CUNHA, 2008: 81-82).

[1449] M. Cunha chama a atenção para as variações da posição do sol ao longo do ano, suscetíveis de influenciar a disposição dos sepulcros. Acrescenta também que não há completa concordância entre as indicações colhidas na planta de Francisco Valença e as produzidas por M. Heleno a respeito das direções vigentes (CUNHA, 2008: 69; 71).

[1450] Os túmulos I (de *Sabinus*), IX, XIV, XV, XXV, XXVI, XXVII, XXVIII e XXIX implantam-se em redor da estrutura A e encontram-se orientados segundo o eixo sudoeste-nordeste. É a mesma direção seguida pelos n.º XVI, XXII, XXIII e pela sepultura de *Talassa*, desta feita, na envolvente da estrutura C. Por sua vez, os sepulcros II, IV, V, VI, VII, VIII, XI, XXIV e XXXI dispõem-se sensivelmente no sentido oeste-este e algo afastados da estrutura A, se bem que, aparentemente, continuando a articular-se com ela em termos espaciais; também o III e XII, entrosadas no seio deste «grupo», se aproximam dessa linha, todavia, de forma não rigorosa. Finalmente, na área adjacente à estrutura C, os n.º XVII, XVIII, XIX, XX, XXI e XXII seguem globalmente o eixo noroeste-sudeste, apenas se discernindo ligeira alteração no alinhamento do XXI; direção idêntica é observada pela sepultura XIII, de reduzida dimensão, onde porventura se terá concretizado uma inumação infantil, e pelo sarcófago 1, ambos situados em zona contígua à estrutura A (CUNHA, 2008: 104, fig. 9).

[1451] Com cronologias balizadas entre os séculos I e III, evocam, respetivamente, *Laberia Catulla, L. Valerius Maxumus* e *Q. Fabius Tryphon Argyrius*. Inequivocamente reutilizadas, é provável que tenham sido detetadas na necrópole romana de Silveirona e transitado para a tardia, onde foram empregues na composição de uma nova estrutura (CUNHA, 2008: 83; 86-87; 183-184).

quebrou. E, convém salientá-lo, muito embora o reaproveitamento de elementos arquitetónicos e materiais de construção romanos na constituição de túmulos tardios enforme um costume bastante comum, a verdade é que a utilização exclusiva de epígrafes na preparação das caixas está longe de se afirmar como uma situação sistematicamente reiterada: em Silveirona, não foi detetada outra igual[1452]. Por último e antes de concluir a exposição sumária dos traços caracterizantes gerais das sepulturas que subsistiram na necrópole, há que fazer uma breve alusão aos fundos. De acordo com os dados recolhidos, na maior parte das estruturas os mortos eram depositados sobre o terreno natural, xistoso; na IX, porém, a base era revestida com lajes e tijolos. Acerca das especificidades das XIII e XXX, por seu turno, M. Heleno nada adianta. Todavia, M. Cunha aventa a hipótese de tijolos ou pedras ali poderem ter sido apostos para recobrir o geológico[1453]. Em suma, ressalta uma forte variabilidade ao nível das escolhas cristalizadas no sítio, quer no que se refere à organização geral patenteada, quer aos moldes a que obedeceu a preparação das unidades tumulares. Na realidade e para além da diversidade de materiais usados, também as orientações adotadas escaparam a uma norma única ou inflexível. Não sendo exequível justificar este cenário através da carência de espaço livre e da consequente necessidade de adequar os enterramentos ao terreno disponível, impõe-se que outras vias sejam equacionadas. Ora, a falta de uniformidade desvelada pelas necrópoles tardias tem vindo a ser amplamente documentada em toda a geografia peninsular. No caso de Silveirona e, sem dados estratigráficos que nos permitam estabelecer relações concretas de anterioridade/posteridade entre «grupos» de túmulos, resta-nos ponderar a eventualidade de pequenos intervalos temporais, talvez conotados com laços geracionais, poderem explicar algumas das peculiaridades reveladas pelas sepulturas.

Outra questão a realçar prende-se com a natureza do ritual seguido. A inumação foi, indubitavelmente, a prática em vigor, se bem que a possibilidade de ter havido incinerações não tenha sido completamente afastada[1454]. Pela nossa parte, e apesar da convivência entre os dois ritos se encontrar firmemente atestada em múltiplos contextos tardo-romanos, hesitamos em corroborar esta linha de interpretação para a Silveirona tardia, não só devido ao avançado da cronologia, mas sobretudo em razão da tipologia exibida pelos dois sepulcros que motivaram esta conjetura. Efetivamente, ao analisar a planta de Francisco Valença,

---

[1452] Note-se que M. Cunha supõe que a estrutura em causa deverá ter albergado, no mínimo, três sepultamentos, correspondentes a cada um dos indivíduos mencionadas nas epígrafes da cobertura: *Talassa*, inscrito na placa marmórea que figurava no topo; *Veranianus* e *Savinianus*, patentes naquela a que a de *Talassa* se justapôs e quebrou (CUNHA, 2008: 74; 81; 83). No entanto, ressalvamos a probabilidade de não se verificar uma conexão tão direta entre os nomes mencionados e o número (e identidade) das pessoas inumadas. De qualquer modo e a comprovar-se essa ligação, haveria que, necessariamente, aceitar que a estrutura foi especialmente preparada para receber os três mortos, quiçá pertencentes à mesma família.

[1453] CUNHA, 2008: 71-72.

[1454] Atendendo à descrição produzida por M. Heleno a propósito do túmulo XIII, que dá conta do seu reduzido tamanho e da presença de cinzas e de uma pequena urna no seu interior, M. Cunha considera poder tratar-se de uma sepultura de incineração; também para a XXX, igualmente pequena e na qual foram recuperados «dois ossinhos», a par de fragmentos cerâmicos, a autora pressupõe classificação análoga (CUNHA, 2008: 73-74).

constata-se que as particularidades arquitetónicas genéricas de ambos se coadunam plenamente com as evidenciadas pelas demais estruturas providas de cobertura de lajes. Apenas as dimensões se mostram mais reduzidas, mas tal circunstância é passível de se harmonizar perfeitamente com a concretização de enterramentos infantis. É certo que, a respeito do XIII, é mencionada a ocorrência de cinzas no seu interior. Mas, dada a ausência de um controle estratigráfico rigoroso à altura da intervenção e à falta de elementos mais seguros, preferimos eximir-nos de proferir apreciações nesse sentido. De qualquer modo, convém notar que, em algumas necrópoles merovíngias com ocupação atribuída aos séculos VI e VII, foi documentada a prática de «fogos superficiais», plasmada na presença de cinzas e carvões, cujo intuito não seria propriamente o de carbonizar ossadas, antes o de promover algum tipo de purificação[1455].

Ainda a propósito da observância da inumação, há que destacar o facto de, à semelhança do que sucede noutros sítios coevos, ser usual um só túmulo conservar restos esqueletizados pertencentes a mais do que um indivíduo. Assim se verificou, por exemplo, no sarcófago 2, onde repousavam cinco crânios. Não obstante, a repetida reutilização de algumas câmaras não invalidou que, num conjunto de outras, se depositasse um único defunto: na área preservada do cemitério tardio de Silveirona, terão sido onze as sepulturas em que tal condição de suposta «individualidade» na morte foi apurada. Contudo, nem sempre os vestígios osteológicos recuperados se achavam completos, daí que se equacione que ao estado de truncamento em que alguns se apresentavam possam não ser alheias ações de profanação[1456]. No entanto, o próprio processo de redução e removimento das ossadas remanescentes, para dar lugar a nova inumação, pode também ser apontado como causa de danos e mutilações. Mas, se a aniquilação atingiu certos esqueletos e os tornou parcelares, outros, em contrapartida, aparentavam ter-se mantido incólumes, pelo que se presume que constassem de enterramentos primários. E, conforme confirmado através do posicionamento das ossadas, o decúbito dorsal foi invariavelmente reproduzido, apenas com ligeiras alterações na disposição dos membros superiores e da cabeça. É plausível, porém, que determinadas modificações se fiquem a dever a fenómenos decorrentes da decomposição dos cadáveres e não tanto a uma intenção previamente formulada[1457].

Retornando, por outro lado, a um ponto acima abordado, o da reutilização dos sepulcros, registe-se que as soluções encontradas para o fazer não se restringiram à redução dos restos de anteriores inumados, situação em que a generalidade dos ossos era apartada sem responder a «padrões» ou a um planeamento específicos, enquanto os crânios tendiam a ser

---

[1455] «[…] Les archéologues affirment avoir la preuve d'un feu superficiel, qui n'a pas abîmé les os ou laissé de réel foyer […]» ; «[…] Les feux étaient assez fréquents à Villey-Saint-Étienne et Pompey, en Lorraine. Deux petits cimetières de l'Yonne, tout deux datées du VIIe siècle témoignent des feux superficiels […]» (YOUNG, 1977: 32).

[1456] CUNHA, 2008: 74.

[1457] Vejam-se os exemplos fornecidos por M. Cunha, relativos a reações químicas suscetíveis de provocar mutações face à posição original (CUNHA, 2008: 74-75).

deslocados para junto da cabeça do novo defunto ou, em alternativa, colocados aos seus pés. Mas, como dizíamos, nem sempre o reaproveitamento da câmara se desenrolou nestes moldes. Com efeito, foi detetado um outro tipo de sepultura: múltipla, compartilhada por dois esqueletos que se justapunham, em decúbito dorsal[1458]. Ao que se sabe, tal procedimento, revelado no túmulo XII, não foi reiterado em mais nenhum dos sepulcros da necrópole, daí que talvez traduza uma circunstância excecional ou a tentativa de perpetuar o vínculo «indissolúvel» que unia aqueles que ali foram tumulados.

Relativamente aos indivíduos exumados e no que toca às singularidades que os estudos antropológicos lograram discernir, há dados pertinentes a salientar. Na verdade, as condições em que os vestígios osteológicos aguardaram os exames devidos levou a que se deteriorassem, deformassem ou acabassem mesmo por quebrar, daí que diversas limitações se tenham imposto a quem se propôs realizar tal tarefa. Ainda assim e apesar também da descontextualização de vários materiais, partindo da análise dos restos de dezanove esqueletos[1459] masculinos e sete femininos[1460], foi possível elaborar um «diagnóstico» dos traços caracterizadores gerais daquele grupo[1461]. Ora, ao nível da estatura e robustez, os resultados obtidos através dos cálculos que incidiram na amostra designada não divergem substancialmente dos valores conhecidos para as «populações humanas atuais». O mesmo não se pode afirmar para as secções da diáfise, concretamente, de úmeros e tíbias, cujos índices acusam discordâncias em termos de conformação óssea, se bem que, estatisticamente, não muito expressivos[1462]. Já se retomadas as mensurações efetuadas por Paula e Oliveira sobre os indivíduos que jaziam nas necrópoles de Alcoitão e Abuxarda[1463] e reconstituindo-as mediante a aplicação do método de Pearson, também usado em Silveirona para estimar as estaturas,

---

[1458] CUNHA, 2008: 75.

[1459] Inicialmente, totalizavam vinte e oito esqueletos; todavia, dois deles acabaram por ser excluídos: um, por ser infantil e outro, por «[…] se tratar manifestamente dum indivíduo anormal […]» (SERRA *et al.*, 1952: 204). O crânio deste último, aliás, representou o cerne de um trabalho da autoria de Barros e Cunha, datado de 1942, sendo que a exagerada espessura que possuía levou a que se confundisse patologia com especificidades supostamente «notáveis», as quais chegaram a ser tidas como apanágio da população visigótica (SERRA *et al.*, 1952: 204).

[1460] Em relação à desproporção entre esqueletos masculinos e femininos, igualmente assinalada noutras necrópoles cujos restos osteológicos foram sujeitos a estudo, coloca-se a hipótese de se dever não propriamente a um real desiquilíbrio entre géneros, nem à exclusão parcial das mulheres das áreas de enterramento, mas antes às deficientes condições das jazidas, suscetíveis de influir na preservação das ossadas femininas (SERRA *et al.*, 1952: 204; 222-223).

[1461] SERRA *et al.*, 1952: 201-204.

[1462] Segundo os investigadores, «[…] fazendo fé sobretudo pelas médias masculinas, baseadas em maior número de casos, sugerem uma diferente conformação óssea, tendo os antigos habitantes de Silveirona ossos longos de secção menos achatada, portanto de forma menos diferenciada. […] Pode concluir-se que a população de Silveirona possuía tíbias com diáfise de forma aproximando-se mais da cilíndrica do que os Portugueses atuais. Pela observação direta, constata-se que os ossos longos recolhidos na Silveirona têm diáfises com secção do meio menos achatada do que a população atual do nosso País, embora a circunferência mínima venha a ser praticamente a mesma nos dois casos» (SERRA *et al.*, 1952: 217-218).

[1463] Note-se que Paula e Oliveira limitou essas mensurações aos comprimentos dos ossos longos, incontornáveis para calcular a estatura; uma vez que não é mencionado qualquer outro tipo de medição, obstou-se a que, posteriormente, viessem a apreciar-se mais atributos das ossadas (CUNHA & NETO, 1955: 5).

regista-se ligeira superioridade nos valores alcançados para o conjunto recuperado em Cascais. E, ao estabelecer comparação entre estes dados e os publicados por F. Barras de Aragón e J. Pérez de Barradas para os enterramentos de Herrera de Pisuerga, constata-se que a altura estimada para os esqueletos sepultados na necrópole castelhana surge em posição sensivelmente intermédia face à dos inumados de Alcoitão e Abuxarda, por um lado, e à dos de Silveirona, por outro. Segundo opinião veiculada pelos autores, a explicação para esta «volubilidade» poderá recair em dissemelhanças intrínsecas aos grupos humanos que comungam de uma origem visigótica[1464], sendo que, ao avançar esta possibilidade, chamam desde logo a atenção para a necessidade de evitar conceber cenários demasiado imediatos e simplistas. Pela mesma ordem de ideias, lembram o quão natural seria partir de convicções enraizadas a propósito de especificidades inerentes a populações do passado e deixá-las, mesmo que involuntariamente, contaminar o método de estudo, ao condicionar a escolha de material osteológico a analisar[1465].

Escassos anos mais tarde e, desta feita, ao abordar tronco e membros dos inumados em Silveirona, é realçada, a propósito das imprescindíveis tentativas de cotejar informações, não só a insuficiência de elementos sólidos acerca de outras populações visigóticas peninsulares, como, em paralelo, a reduzida fiabilidade dos cálculos apresentados para os indivíduos de Herrera de Pisuerga, motivada por falhas na discriminação das técnicas utilizadas. Não obstante e apesar das dificuldades elencadas, não deixam de ser salientadas as similitudes atestadas entre particularidades cranianas dos esqueletos recuperados em Silveirona e noutras necrópoles espanholas, indiciando a pertença a uma mesma «raça»[1466]. Mas, em contrapartida, é lançada uma pista para discussões a desenvolver futuramente e no âmbito das quais haveria que debater a autêntica natureza desses grupos e a viabilidade de os mesmos abarcarem (ou não) exclusivamente, visigodos[1467].

Descritos alguns dos traços que se nos afiguram primordiais para o entendimento possível deste sítio, no atual estado de conhecimentos, cabe-nos enfim, debruçar sobre a esfera cronológica. Ora, um dos pilares tidos como essenciais para a datação da necrópole radica nas epígrafes marmóreas inventariadas, que remontarão à primeira metade do século VI, período que M. Cunha designa de «hispano-cristão» (ou romano-cristão), como contraponto ao «hispano-visigótico», iniciado a partir da celebração do III Concílio de

---

[1464] SERRA *et al.*, 1952: 217-223.

[1465] Para ilustrar esta afirmação, evoca-se o cômputo produzido por Barros e Cunha para estimar a estatura de sete esqueletos masculinos tidos como representativos da população visigótica de Silveirona. Os resultados conseguidos demonstrariam que o referido grupo humano possuía altura superior à dos portugueses atuais; todavia, ao examinar a série completa e não apenas uma parcela, para mais, restringida a um género, verificou-se, pelo contrário, uma expressiva equivalência entre valores (SERRA *et al.*, 1952: 223).

[1466] Para uma confrontação com os problemas suscitados pela aplicação deste e de outros conceitos, como «tribo» ou «etnia», veja-se a publicação coordenada por Stephen Shennan (SHENNAN, 2003), amplamente citada no presente trabalho.

[1467] CUNHA & NETO, 1955: 61. Para uma visão da controvérsia efervescente em torno deste ponto, em concreto, e da temática da etnicidade, em geral, ver capítulo 3.

Toledo, de 589[1468]. Sem pretender questionar o conceito de «hispano-visigótico» nem, muito menos, minimizar as consequências que, a prazo, terão advindo da celebração do concílio toledano e da abjuração do arianismo, não poderíamos deixar de assinalar que nos parece algo limitador conceber o tempo anterior a 589 na supracitada acepção (hispano-cristã ou romano-cristã), dado que «exclui» os influxos que penetraram no território e matizaram esse substrato romano, sem porém, o abalar profunda ou inexoravelmente. Com efeito, os vestígios mais marcadamente «germânicos», ou onde a força desse ascendente se mostra mais vincada, reportam-se, efetivamente, à fase que precedeu a «unificação» na fé.

Feita esta ressalva, retornemos então à cronologia. Como indicadores, as epígrafes de Silveirona granjeiam uma importância incontornável. E, note-se, apesar de parte das placas ter sido descoberta em estado por vezes fragmentário, dispersas e já afastadas da posição original, em dois dos túmulos intervencionados permaneciam em contexto primário. Um dos casos concerne à chamada sepultura de *Talassa*[1469]; a segunda, à de *Sabinus*, a qual, incólume, figurava *in situ*, recobrindo a câmara[1470]. Mas, sendo evidente a relevância destes materiais enquanto elementos datantes, é igualmente manifesto que se destacam também noutros domínios, na medida em que veiculam opções artísticas[1471], transmitem a sobrevivência do legado hispano-romano, muito embora pontuado por certas «evoluções», como a do tipo de caracteres exibidos, e constituem símbolo da cristianização de um espaço que, se bem que eminentemente rural, se implantava na esfera de influência direta de Torre de Palma e, a uma outra escala, de *Emerita Augusta*[1472], capital da *Lusitania* no tempo da romanização e sede episcopal em pleno século VI[1473]. Todavia e em paralelo a tais testemunhos conotados com a «nova» religiosidade, não poderíamos deixar de realçar a coexistência de outro conjunto de indícios, que remetem, desta feita, para o hábito da inumação vestida, por vezes complementada com adornos do corpo, enformando a perpetuação de um enquadramento cultural de matriz «germânica». Tudo leva a crer, pois, que numa mesma área funerária se conjugaram e interconectaram inspirações e tradições de carácter diverso. Daí que esta questão ilustre de modo premente a necessidade de articular as informações produzidas pela epigrafia com as indicações geradas pelos restantes materiais exumados na necrópole. Ora, atendendo ao facto de as cronologias sugeridas quer pelos adereços metá-

[1468] CUNHA, 2008: 80.

[1469] Na tampa inicialmente colocada era observável uma dupla inscrição: a de *Veranianus*, datada de 531 e a de *Savinianus*, de 543, ambas plenamente ajustadas à onomástica tardo-romana. Por seu turno, a placa de *Talassa* propriamente dita, nome de origem grega, remontaria ao ano 544 (CUNHA, 2008: 83; 94; 184-185).

[1470] CUNHA, 2008: 83-84.

[1471] Um aspeto a salientar prende-se com o facto de, a vários níveis, se percecionar um menor investimento no aperfeiçoamento escultórico: as placas denotam configuração algo irregular; a única face alisada coincide com a epigrafada, sendo que, por outro lado, não se procede à delimitação objetiva do campo epigráfico. Já no que à decoração diz respeito, registe-se a sobriedade e debilidade dos elementos adotados (CUNHA, 2008: 92).

[1472] M. Cunha reconhece uma relação indiscutível entre as inscrições de Silveirona e as de Mérida, a qual surge plasmada, salvo algumas nuances, em termos epigráficos, onomásticos e decorativos (CUNHA, 2008: 97).

[1473] CUNHA, 2008: 89; 91-92.

licos quer por alguns dos recipientes cerâmicos recuperados ultrapassarem o século VI, estendendo-se seguramente pelo menos até meados do VII ou, eventualmente, até aos finais da referida centúria, consideramos que o abandono da necrópole tardia deverá inscrever-se em momento mais adiantado e consonante com as datações desse corpo artefactual. Numa outra vertente, e pelas razões já evocadas a propósito dos materiais selecionados para inclusão no Catálogo, não excluímos a hipótese de, em período avançado, se terem concretizado enterramentos, ainda que pontuais, na área funerária romana. Não seria uma situação excecional: exemplos bem documentados no território peninsular dão conta da construção de sepulturas tardias em espaços cemiteriais previamente existentes. Mais complexo é tentar compreender os motivos que justificariam a implantação diferenciada de sepulcros supostamente coevos: uns, junto dos túmulos romanos; outros (a maioria) num campo mortuário próprio. Teria havido uma opção inicial a favor da deposição dos mortos numa área que era já utilizada para tais fins, sendo que, posteriormente, e talvez devido a uma fixação que acabou por ser revelar de longo prazo (reocupando casais ou alguma *villa* das imediações?), se percecionou a necessidade de estruturar um novo e mais amplo espaço vocacionado para receber defuntos? Por ora, é uma interrogação sem resposta. E não é a única.

Findo este percurso, constatamos que são muitos os pormenores que permanecem na sombra e que seria interessante ver esclarecidos. Prendem-se estes, por exemplo, com a incerteza acerca da «fronteira» física que, efetivamente, circunscreveria a necrópole dita «visigótica». Na verdade e mesmo apesar de saber-se que Manuel Heleno a subdividiu em «talhões»[1474], talvez por razões de ordem metodológica, apenas a localização de um deles, o primeiro, assume contornos razoavelmente seguros[1475], daí que, quando os dados relativos à procedência de um determinado artefacto se restringem a indicações tão pouco precisas, são fundas as dúvidas que ficam a pairar. A proveniência dos materiais reveste-se, por conseguinte, de muitos problemas e, necessariamente, as lacunas acabam por, de algum modo, «contaminar» a compreensão de uma série de variáveis que se impunha clarificar, para melhor perspetivar as dinâmicas do sítio e as cambiantes inerentes à teia de ocupação das suas necrópoles.

Prosseguimos agora para o concelho de Arraiolos, onde nos deteremos na freguesia de Igrejinha e, concretamente, no **Cortiçal**. É no periódico *Folha da Tarde*, datado de 30 de setembro de 1901, que se encontra a primeira notícia alusiva à exploração de um cemitério romano em «Egrejinha», dirigida por Almeida Carvalhais, funcionário do Museu Etnológico. De acordo com o que então ali foi publicado, a descoberta teria decorrido casualmente, numa altura em que se prospetava «minério»[1476]. Mas, sobre a eventual natureza fortuita da identificação do sítio, nada mais se sabe.

[1474] HELENO, 1934: Caderno n.º 2.

[1475] CUNHA, 2008: 69-70.

[1476] Este dado foi recolhido numa nota que consta do processo do Cortiçal, conservado no M.N.A. Todavia, não nos foi possível encontrar qualquer informação adicional acerca da publicação evocada.

Anos mais tarde, ao passar em revista a atividade desenvolvida no quadro da instituição que tutelava, Leite de Vasconcelos recorda as escavações na necrópole, realizadas entre os meses de outubro e dezembro de 1901. No contexto desta intervenção, em que Júlio César Garcia colaborou com Almeida Carvalhais, o «achador», foi trazido a lume abundante material: metálico[1477], cerâmico[1478], vítreo[1479] e osteológico[1480]. Aliás, a propósito da organização do Museu, o autor explicita que, num dos armários da Secção de Antropologia, repousam restos ósseos oriundos daquela necrópole[1481]. Quanto às cerâmicas, foi num pratel que desde logo recaiu maior interesse, visto ser provido de uma inscrição[1482], *CALANTANI*, entretanto associada à *civitas Calanticensium*[1483]. Já no terceiro volume da obra *Religiões da Lusitânia*, ao enumerar os distintos tipos de sepulturas indicados para receber defuntos inumados, Leite de Vasconcelos abordara a necrópole do Cortiçal, por nele se terem detetado três das tipologias conhecidas. Ao mesmo tempo, aproveitou o ensejo para mencionar que, no interior de um dos sepulcros, repousava o emblemático prato[1484].

Mas veja-se o que é dito acerca dos túmulos abarcados pela necrópole. No terreno pertencente a Manoel Prates, ocorriam «[…] covas simples, […] covas forradas de paredes de pedra e de tijolos […]», a par de «[…] verdadeiras caixas feitas de lages, de tijolos e de tegulas, a pino […]»[1485]. Quanto aos fundos, afirma-se que, por vezes, coincidiam com o terreno natural, sendo que, noutras situações, eram recobertos por ladrilhos. Já no que concerne à preparação das coberturas, recorreu-se fundamentalmente à utilização de lajes e *tegulae*. Todavia, num dos casos, que supomos, excecional, a tampa foi estruturada com

---

[1477] Entre os metais recuperados contam-se pregos, entendidos como testemunhos da existência de caixões (VASCONCELOS, 1913: 378), argolas (?) não diagnósticas, pontas de lança e escassos elementos de adorno, do corpo e vestuário, que integrámos no Catálogo. Optámos por não incorporar um aro provavelmente procedente de um brinco anelar (n.º de inv. 15.873 / 2010.18.3) pois, em razão do estado de preservação em que se encontrava, não poderíamos garantir a validade da classificação que intuímos.

[1478] Corresponde ao conjunto mais profuso: abarca lucernas, pesos de tear, recipientes de contenção de líquidos e, fundamentalmente, potes. Tratámos apenas quatro peças, as únicas que, em razão das suas especificidades, se enquadram no âmbito do nosso estudo: uma bilha, um jarro, um pote e um peso de tear.

[1479] Entre os vários fragmentos avulso, alguns dos quais pertencentes a bordos de pequenas formas, talvez taças, avulta um jarro parcialmente reconstruído (n.º de inv. 2010.21.1).

[1480]VASCONCELOS, 1915: 321. Na obra *Religiões da Lusitânia*, o mesmo autor cita «[…] alguns ossos, dentes […]» (VASCONCELOS, 1913: 378). Não seriam os únicos vestígios: conforme se verá adiante no texto, nos seus apontamentos, Almeida Carvalhais alude a um esqueleto praticamente completo (processo do sítio – arquivo do M.N.A.).

[1481] VASCONCELOS, 1915: 259.

[1482] À semelhança dos restantes materiais originários da necrópole, também este objeto se encontra depositado no M.N.A. (n.º de inv. 16.854 / 2010.27.3).

[1483] VASCONCELOS, 1915: 190. O arqueólogo começou por interpretar *Calantani* como genitivo de *Calantanus*, nome próprio que deriva de uma denominação étnica, relacionável com *Calanticensis*; Vasconcelos considerou, em paralelo, a ligação a uma *civitas*, chamada *Calatum* ou *Calanta* (VASCONCELOS, 1913: 377-378). Já Jorge de Alarcão, ao reportar-se ao grafito, colocou a hipótese de, naquela área de Arraiolos, mais precisamente, em Santana do Campo, se localizar antes um *vicus*, *Calanta* ou *Calantica* (ALARCÃO, 1988b: 158).

[1484] VASCONCELOS, 1913: 377.

[1485] VASCONCELOS, 1913: 377-378.

base em tijolos dispostos em camadas e suportados por quatro barras de ferro[1486]. Ora, de acordo com as preciosas notas tomadas por Almeida Carvalhais e atualmente constantes do processo do sítio, conservado no M.N.A., nesta sepultura de lajes, designada como 18759, e onde figuravam os referidos ferros de sustentação, encontrava-se depositado o esqueleto praticamente completo de um indivíduo do sexo masculino, que se julgou ser já idoso e que surgia acompanhado de um recipiente cerâmico, um pote[1487]. Este género de apontamento, de relevância ímpar, para mais atendendo à data em que foi produzido, não se repete em moldes similares para o pequeno leque de artefactos que selecionámos, entre o conjunto de materiais analisados no Museu. Por outro lado, e convém realçar este ponto, o grosso dos objetos que tivemos oportunidade de observar coaduna-se, efetivamente, com o que seria expectável para uma realidade funerária de cronologia romana, conforme classificada na bibliografia[1488]. No entanto, o Cortiçal terá sido também palco de um pequeno (?) número de enterramentos concretizados em período tardio. Assim o indiciam algumas das peças reunidas, cuja datação e enquadramento cultural destoam do universo que se afigura predominante na necrópole.

É certo que as lacunas em torno dos mais diversos aspetos que permitiriam caracterizá-la são incontornáveis: desconhece-se a «organização» subjacente, qual a orientação das estruturas de inumação, de que modo se posicionavam os defuntos no seu interior ou se as câmaras teriam sido sujeitas a reutilização. Não obstante, não deixa de ser interessante considerar este sítio e a perspetiva de «aproveitamento» de uma área cuja vocação enquanto campo mortuário estava já assumida, não sabemos se em reiterada continuidade, se no seguimento de algum momento de abandono.

Posto isto, avançamos para o concelho de Montemor-o-Novo, onde nos debruçaremos sobre a necrópole de **São Geraldo**. As primeiras referências chegam-nos em nota breve, saída das mãos de Leite de Vasconcelos. Na verdade, ao reclassificar como visigóticos os vestígios resgatados em Cascais, contrapondo a sua interpretação à veiculada em trabalho póstumo de Paula e Oliveira, datado dos finais do século XIX e onde eram dados como romanos, Vasconcelos acaba por salientar o facto de os testemunhos daquele período serem, afinal, mais profusos do que se poderia supor. É neste contexto que faz alusão à sepultura de Beja, ao conjunto «christiano-visigótico» de Mértola, bem como a um cemitério localizado em Montemor-o-Novo. Muito embora sem especificar qual a necrópole em causa, tudo leva a crer que corresponderá a São Geraldo. À semelhança do que sucedeu com a do Cortiçal, também esta foi explorada por Almeida Carvalhais[1489]. No entanto, as lacunas e vazios mostram-se ainda mais avultados em São Geraldo. Com efeito e apesar de serem destacadas as analogias que, em certa medida, aproximam o espólio das estações dos arredores de Cascais do

[1486] VASCONCELOS, 1913: 378.

[1487] O pote (n.º de inv. 18.759 / 2010.28.1) é pormenorizadamente descrito no Catálogo.

[1488] VASCONCELOS, 1915: 259; HELENO, 1956: 222.

[1489] VASCONCELOS, 1906: 325-326.

recuperado na necrópole alentejana, não é acrescentado qualquer tipo de elemento suscetível de propiciar a descrição deste último. E, mesmo relativamente aos materiais, as informações são parcas. Numa primeira fase, Leite de Vasconcelos qualifica-os de «modestos», mas não chega a individualizá-los[1490]. Só posteriormente o faz, mencionando então dois vasos cerâmicos e uma fivela de cinturão[1491]. Todavia, a única peça que se conserva nas reservas do M.N.A. é uma bilha, incompleta e fragmentada (n.º de inv. 16.815). É certo que os ficheiros manuscritos do Museu dão conta da entrada na instituição de um outro vaso, baixo e algo regular, produzido manualmente, bem como de um fragmento metálico, «[…] da forma de argola de fivela […]»[1492]. O rasto de ambos, porém, ter-se-á perdido com o passar dos anos[1493].

Décadas transcorridas e a bibliografia onde se referenciava a necrópole de São Geraldo permanecia exígua. Em meados dos anos 50, e a propósito do arrolamento das estações intervencionadas por funcionários do Museu Etnológico ou pelo próprio Leite de Vasconcelos, Manuel Heleno evoca-a, a par de uma outra, supostamente congénere, o chamado «cemitério visigótico de Mértola»[1494]. Nos anos 60, D. Fernando de Almeida e Pere de Palol i Salellas, mantiveram a classificação vigente para São Geraldo, e a sua integração na esfera dos sítios peninsulares tardios[1495]. Já perto dos finais dos 80, em trabalho dedicado às sepulturas medievais, Mário Barroca chamava a atenção para a escassez de dados para várias das necrópoles deste período, fornecendo o exemplo de São Geraldo como um dos casos em que, além da vaga indicação respeitante à sua implantação geográfica, muito pouco é conhecido[1496]. E, efetivamente, assim é: de São Geraldo resta-nos, fundamentalmente, a bilha que estudámos no M.N.A., a qual, malgrado o estado mutilado em que atualmente se apresenta, não deixa, ainda assim, de permitir que se discirna a sua tipologia e, consequentemente, se lhe atribua uma cronologia com consonância.

É tempo agora de nos determos num sepulcro isolado localizado em Mourão, nas imediações da fronteira com Espanha, da qual dista apenas algumas centenas de metros. Foram as lavras levadas a cabo num terreno de pendente suave, de matriz xisto-grauváquica e regularmente votado ao cultivo de cereais, sito na Coutada dos Pinheiros e, mais precisamente, numa zona denominada como **Poço da Marra**, que o colocaram a descoberto. Contudo, na sequência do achado, em outubro de 1987, a estrutura foi sujeita a violação e

---

[1490] VASCONCELOS, 1913: 583.

[1491] VASCONCELOS, 1915: 193.

[1492] Vaso e fragmento de bronze foram inventariados, respetivamente, através dos n.º 16.814 e 16.816.

[1493] Em 1953, Abel Viana alude sumariamente aos dois vasos e à fivela (VIANA, 1953: 184). Por seu turno, em 1962, D. Fernando de Almeida já se refere apenas à fivela. No entanto, não se verifica correspondência entre o n.º da figura que D. Fernando aponta no texto e a legenda da representação patente nas estampas, na qual se afirma ser o objeto oriundo de Portimão (ALMEIDA, 1962: 246; est. LXVIII, fig. 371). Neste sentido, não é possível garantir que nos tenha ficado sequer a imagem real do objeto em causa.

[1494] HELENO, 1956: 222.

[1495] ALMEIDA, 1962: 246; PALOL I SALELLAS, 1966: 34.

[1496] BARROCA, 1987: 77.

quase que aniquilada. Não obstante e ainda no final desse mesmo mês, procedeu-se à escavação de emergência de uma área circunscrita de não mais de quatro metros, marcada de forma a ladear a sepultura. E, a despeito das depredações que praticamente o destruíram, foi possível percecionar algumas das características construtivas originais. Orientado segundo o eixo nascente-poente, conservava as lajes de xisto que definiam a caixa tumular, de contorno trapezoidal: talhadas de modo regular, surgiam fincadas no substrato, e reforçadas por pedras de reduzido tamanho. Sobre o fundo dispunha-se, na horizontal, uma outra laje, provida de um orifício, aberto sensivelmente em posição central. Quanto à cobertura, fora igualmente preparada com recurso a lajes de xisto. No entanto, tendo estas sido deslocadas do seu contexto, provavelmente devido à ação do arado, jaziam, aquando da intervenção, abandonadas nas proximidades do sepulcro[1497].

No seio da câmara, além de raras esquírolas ósseas não diagnósticas e de algum xisto fracionado, subsistiam seis fragmentos procedentes de um recipiente de contenção de líquidos, um jarro, feito a torno e de perfil tendencialmente sinuoso. Cremos que esta peça, apesar de mal preservada, configura um indicador razoavelmente seguro para sustentar uma proposta de cronologia. Teresa Fernandes e Rui Parreira consideram que a sua morfologia se coaduna com a de outros vasos recuperados em necrópoles peninsulares, com datação balizada entre os séculos V e VIII[1498]. Pela nossa parte, julgamos que, sendo inquestionáveis os paralelos com outras formas detetadas na Península, a primeira das centúrias será demasiado recuada, pelo que avançaríamos a cronologia. Aliás, e a confirmar-se a equivalência entre a forma exumada na sepultura do Poço da Marra e a variante B do tipo 3 estabelecido por A. Flörchinger a partir da análise de achados concretizados no sul do atual território espanhol[1499], então haveria que inscrever o recipiente já no século VII, preferencialmente na segunda metade, ponderando a perduração até aos alvores do VIII.

Constata-se, pois, que são bastante escassos os elementos disponíveis para aventar interpretações acerca da presença deste túmulo no Poço da Marra, supostamente apartado de qualquer outro tipo de vestígio. Não obstante e se bem que uma outra sondagem realizada, a sul daquela que comportava o sepulcro, não tenha revelado a presença de estruturas ou materiais e de a prospeção da envolvente ter redundado em idêntico resultado[1500], não cremos que seja de excluir a hipótese de mais restos arqueológicos permanecerem ocultos nas imediações.

Antes de deixar para trás o distrito de Évora, há que encaminhar os nossos passos até ao concelho de Portel e, mais concretamente, até à freguesia de Monte do Trigo[1501], onde se

---

[1497] FERNANDES & PARREIRA, 1990-91: 155.

[1498] FERNANDES & PARREIRA, 1990-91: 157.

[1499] FLÖRCHINGER, 1998: 10.

[1500] FERNANDES & PARREIRA, 1990-91: 155.

[1501] Este dado não coincide com o com que é transmitido pelo Portal do Arqueólogo, segundo o qual Monte Musgos 7 se inscreve na freguesia de Alqueva (PORTAL DO ARQUEÓLOGO, CNS: 16329), denominação entretanto alterada com a reforma administrativa, que a converteu em União das freguesias de Amieira e Alqueva.

implantava a necrópole de **Monte Musgos 7**. A história da identificação do sítio remonta a 1986, altura em que se noticiou a observação de materiais de construção cerâmicos num espaço circunscrito, que se perspetivou como *habitat* romano[1502]. Posteriormente, em 1995, a prospeção do terreno, executada no âmbito do Levantamento do Património Arquitectónico e Arqueológico do Alqueva, saldou-se na observação de mais cerâmicas, novamente de construção e também comuns, disseminadas ao longo de extensa mancha[1503]. Mas só em 2000 e, desta feita, no quadro do Plano de Minimização de Impactes sobre o Património Arqueológico, elaborado pela EDIA para a área do regolfo da barragem, se procedeu a escavações.

Foquemo-nos então nas informações reunidas em torno de Monte Musgos 7: integrada no chamado Bloco 11, cujos limites coincidiam com os curso das Ribeiras do Álamo e do Degebe[1504], localizava-se numa elevação pouco vultuosa, onde se efetuou um total de onze sondagens de diagnóstico. Todavia, apenas numa se registou uma estrutura funerária. De acordo com a descrição fornecida, a sepultura foi aberta no geológico e no seu interior repousava ainda um indivíduo de sexo masculino, que terá sido inumado com a sua indumentária. É o que sugere a ocorrência, no seio da câmara, de um adereço metálico conotado com o vestuário: uma fivela de ferro, que se classificou como reniforme e à qual se atribuiu uma cronologia compreendida entre os séculos V e VII[1505]. Porém, em conformidade com impressão previamente veiculada e ressalvando, como limitação, o facto de não conhecermos qualquer imagem associada ao referido objeto, não poderíamos deixar de notar que a tipologia evocada remete para datações algo mais tardias[1506]. Com efeito, as peças com configuração reniforme denotam influxos de cariz mediterrânico e bizantino, que se disseminam pela Península fundamentalmente no século VII[1507]. Neste sentido e se atestada a morfologia indicada, consideraríamos mais ajustado que se avançasse no tempo o enquadramento definido para a fivela.

Não obstante a nossa hesitação quanto à aceitação deste ponto, concordamos com a relevância concedida pelo autor ao adorno de vestuário exumado, sendo que, em paralelo, também nos parece válido equacionar a probabilidade de o sepulcro de Monte Musgos configurar apenas um dos túmulos de uma necrópole[1508]. Contudo, carecemos de dados que permitam avalizar a extensão que poderia auferir, daí que pensemos que, só com a realização de mais trabalhos de campo, se poderia acrescentar algo mais sobre o sítio.

Completado o rol de estações que nos propusemos tratar no distrito de Évora e antes de progredir para sul, infletimos até ao litoral alentejano, onde se impõe que nos detenhamos no concelho de Grândola, freguesia de Carvalhal. Ali, entre o estuário do Sado e o oceano Atlântico

---

[1502] SILVA, 1999: 312.
[1503] PORTAL DO ARQUEÓLOGO, CNS: 16329.
[1504] FARIA, 2002: 139.
[1505] FARIA, 2002: 143.
[1506] AREZES, 2011: 80-81.
[1507] RIPOLL LÓPEZ, 1998: 129.
[1508] FARIA, 2002: 143-144.

e com a serra da Arrábida ao fundo, inscreve-se a península de **Troia**, em que, de seguida, nos focaremos. No entanto, há que explicitar desde já que o nosso intuito é aludir a um pequeno conjunto de artefactos recuperados, concretamente, em «Troia Praia», designação vaga com que nos confrontámos no M.N.A., mas que pela especificidade dos elementos metálicos de vestuário que com ela surgiam conectados, nos impeliram a dedicar-lhe alguma atenção.

A fundação de Troia remontará aos inícios século I, sendo provável que desde logo tenha assumido uma vocação industrial, centrada na salga e produção de preparados de peixe. Ainda que sem nunca ter desempenhado o papel de capital de *civitas*, antes integrando a de *Salacia*, a vastidão das estruturas que comportava e o manancial de materiais cuja recuperação proporcionou e que testemunham a longa ocupação que ali teve lugar, indiciam a importância incontornável que Troia terá granjeado e prenunciam, além do mais, a vigência de uma administração local no período de domínio romano[1509].

Referenciada na bibliografia desde o século XVI, por Gaspar Barreiros[1510] e André de Resende[1511], foi por diversas vezes escavada, inclusive às ordens da infanta D. Maria, mais tarde elevada a rainha, sendo que, da intervenção por si determinada resultou a descoberta do arruamento que dá pelo nome de Rua da Princesa[1512]. Posteriormente, já em meados do século XIX, também a *Sociedade Archaeologica Lusitana* teve oportunidade de desenvolver trabalhos de campo em Troia e, desta feita, mais aprofundados. Contudo, algumas das estruturas que as descrições produzidas ilustram como particularmente bem preservadas, não aguentaram a perda de estabilidade decorrente da remoção das areias e, sem que tenham sido equacionadas medidas que favorecessem a sua sustentação, acabaram por desmoronar[1513]. E se as dunas entretanto recobriram parte não despicienda das ruínas anteriormente desveladas, eram substanciais os vestígios que permaneciam visíveis na segunda década do século XIX, altura em que foram dados à estampa artigos que não só os arrolavam sumariamente no texto, como incluíam também algumas plantas e esboços daquilo que era então observável na Troia romana. Na verdade, o panorama traçado por Marques da Costa reflete a manutenção de um complexo termal, de numerosas cetárias, patentes numa grande extensão de terreno e de diferentes edifícios, entre os quais um columbário e um batistério, a par de uma incrível profusão de materiais, designadamente cerâmicos e vítreos[1514].

[1509] ALARCÃO, 1988a: 128.

[1510] Gaspar Barreiros, na obra *Corographia*, menciona os vestígios então conhecidos, respeitantes a estruturas destinadas à salga de peixe e a restos de construções imersas em água. Alude também à problemática da identificação entre Troia e *Salacia*, sendo que, ao apoiar-se na contagem das milhas discriminada no Itinerário de Antonino, recusa a hipótese de correspondência (BARREIROS, 1561: 64).

[1511] No tomo I de *Antiquitatibus Lusitanae*, André de Resende faz referência a *Cetobriga* e à sua posição geográfica, nomeadamente face a *Salacia,* a atual Alcácer do Sal, salientando a presença de cetárias destinadas à salga de peixe (RESENDE, 1790: 253-254); também no livro quarto a ocorrência destas estruturas é igualmente indicada (RESENDE, 1593: fol. 196).

[1512] COSTA, 1923-24: 317.

[1513] ALARCÃO, 1988a: 129.

[1514] COSTA, 1923-24: 314-318; COSTA, 1925-26: 165-181.

Com a passagem dos anos, e à medida que outros investigadores iam perscrutando o sítio, muitos mais artefactos e estruturas acabaram por ser revelados. Sem pretender trazer à colação todas as personalidade e equipas que se debruçaram sobre Troia, não poderíamos deixar de mencionar Manuel Heleno e D. Fernando de Almeida que, a seu tempo, desempenharam também o papel de diretores do Museu sediado em Belém. Foi, aliás, Manuel Heleno quem, entre 1948 e meados da década de 60, tomou a seu cargo a responsabilidade pelas escavações no complexo, num processo que abarcou áreas ainda inexploradas e que acabou por propiciar o reconhecimento da necrópole da Caldeira, subsequentemente intervencionada. Todavia e sem que daí resultassem publicações, foi através do cruzamento dos dados colhidos nos Cadernos de Campo de Manuel Heleno e na confrontação dos mesmos com a coleção conservada no M.N.A, que se preparou o caminho para deslindar a origem precisa de alguns dos materiais recuperados na Caldeira e avançar na interpretação em torno daquele espaço funerário que, ao que se sabe, configura o maior entre todos os que, de vocação mortuária, até ao momento se conhecem em Troia[1515].

Com os estudos e ação integrada que vêm sendo concretizados no âmbito do programa de salvaguarda e valorização das ruínas, e com a renovada investigação que tem sido dedicada ao sítio, novas informações são trazidas a lume. E se parte encontra nos trabalhos metódicos conduzidos pela equipa atualmente responsável, liderada por Inês Vaz Pinto, o meio para ser desvelada, outra, a que permanecia como que oculta nas reservas do M.N.A., começa também a emergir, mormente por meio de trabalhos académicos, já concluídos ou ainda em fase de preparação[1516].

Escusando-nos, pois, a alongar este introito e retomando a ideia acima transmitida, que se prende com o facto de desconhecermos não só a procedência concreta dos elementos metálicos inventariados no M.N.A. como provenientes de «Troia Praia», mas a própria implantação da área assim denominada, procuremos então aclarar as motivações que nos levaram a optar por incluí-los no catálogo anexo.

Os materiais em causa são adereços de vestuário: três fivelas de aro ovalado e fuzilhão escutiforme, a que se soma um quarto exemplar, com funcionalidade semelhante, mas mais singular, posto que exibe decoração à base de molduras duplas salientes e denota, além do mais, uma morfologia diversa, patente sobretudo na configuração da agulha. A primeira das tipologias evocadas tem vindo a ser documentada em múltiplos contextos peninsulares, sendo que, além Pirenéus, encontra paralelos evidentes em peças merovíngias, frequentemente recolhidas em associação com apliques de cinturão escutiformes[1517]. É certo, porém, que muito embora estas fivelas surjam em necrópoles tradicionalmente conotadas com a

[1515] ALMEIDA, 2008: 8; 23-24.

[1516] João Almeida é autor da tese de mestrado intitulada: *A necrópole romana da Caldeira, Tróia de Setúbal. Escavações de Manuel Heleno nas décadas de 40-60 do século XX* (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa). Presentemente, desenvolve uma dissertação de doutoramento que certamente irá esclarecer problemáticas inerentes a esta complexa estação.

[1517] RIPOLL LÓPEZ, 1985: 39.

presença de visigodos, tal não configura uma situação exclusiva. Com efeito, ocorrem também em túmulos não relacionáveis com o referido grupo «étnico», daí as dificuldades em qualifica-las como caracteristicamente «germânicas»[1518]. Já no que respeita ao objeto ornado com nervuras, é bem menos recorrente o seu aparecimento, pelo menos no território atualmente definido como português. De facto e entre os adornos destinados à utilização sobre a indumentária que tivemos oportunidade de analisar, apenas o aro de uma das fivelas recuperadas num dos sepulcros da necrópole do Cine Teatro Marques Duque, em Mértola[1519], poderá ser apontado como análogo ao de «Troia Praia». Contudo, se alargada a procura de paralelos a outros pontos da geografia europeia, torna-se possível identificar similitudes noutros elementos metálicos, nomeadamente na peça damasquinada exumada na sepultura merovíngia de Ouerre (Eure-et-Loir, França), com cronologia atribuída ao século VI[1520]. Parcialmente equivalente será a datação imputada às restantes fivelas de aro ovalado, pois, se bem que possa recuar pelo menos ao derradeiro quartel do século V, dificilmente ultrapassará a barreira dos finais do VI[1521]. Neste sentido, atendendo à natureza bastante específica destes adornos originários de «Troia Praia», e a despeito de todas as limitações inerentes a qualquer tentativa de interpretação que tenha como base um conjunto artefactual escasso e descontextualizado, cremos ser relevante a introdução deste contributo num panorama que permanece em constante construção e reavaliação. Assim sendo, parece-nos razoável equacionar a passagem de grupos de ascendência forânea em Troia, os quais, ainda que «em trânsito» e não fixados numa ocupação sedimentada, poderiam, ao perder para a morte alguns (?) dos seus membros, ali os ter feito inumar, acompanhados de adereços aplicáveis sobre o vestuário que envergavam. Aliás, outras pistas poderão ser aventadas, no intuito de sustentar a hipótese dessa presença na península. Na verdade, e mesmo na necrópole da Caldeira, regista-se um pequeno leque de materiais metálicos que poderá indiciar a efetiva «intrusão» de enterramentos mais tardios naquele espaço[1522]. A estes acrescentam-se outros adornos metálicos avulsos, destituídos de qualquer indicação de recolha e entre os quais avulta uma

[1518] RIPOLL LÓPEZ, 1989a: 467.

[1519] Adiante, neste capítulo, trataremos os dados reunidos a propósito do Cine Teatro de Mértola; por sua vez, no Catálogo, figura a descrição detalhada do objeto mencionado (n.º de inv. BR-FV2-47).

[1520] LEBEDYNSKY, 1991: 134.

[1521] RIPOLL LÓPEZ, 1998: 49; 51.

[1522] Vejam-se os dois brincos anelares recuperados na sepultura 16 (n.º de inv. 50.098 / 983.26.1 e 50.097 / 983.26.2), a par de um terceiro objeto, com funcionalidade análoga, procedente do sepulcro 77 (n.º de inv. 983.35.2). João Almeida propõe para estes elementos uma cronologia que ronda os séculos IV ou V (ALMEIDA, 2008: 58; estampa XLVII, n.º 218 e 219); todavia, apoiando-nos em paralelos contextualizados e associados a outros materiais datantes, julgamos que seria adequado avançar o enquadramento temporal indicado, centrando-o no século VI, com possibilidade de avançar até ao VII. Ainda na Caldeira, o enterramento 9 (ou 9 superior) facultou a exumação de um outro brinco anelar e de um anel (ALMEIDA, 2008: 62; estampa XLVIII, n.º 225 e 226); por idênticos motivos aos acima explanados, pensamos que, também neste caso, a cronologia poderá ser balizada entre os séculos VI ou VII.

fíbula fragmentada[1523] e um anel de liga de cobre, cujos ornatos oculados da mesa e especificidades decorativas das zonas laterais do aro permitem comparações com exemplares congéneres recuperados nas necrópoles de Cascais[1524], datáveis dos século VI ou VII.

Posto isto, afigura-se que todas estas ocorrências, ainda que esparsas e omissas, porque isentas do enquadramento necessário a uma reflexão mais profunda e sustentada, nos impelem a considerar a existência de uma realidade que não tem sido propriamente explorada, mas que, esperamos, ulteriores intervenções possam contribuir para, de algum modo, a clarificar.

Concluídos estes breves apontamentos em torno de Troia, regressamos agora ao interior alentejano e penetramos no distrito de Beja. Começamos por nos deter na freguesia de Selmes, concelho da Vidigueira, onde iremos abordar o sítio da **Horta de João Lopes**. Implantado na encosta poente de uma elevação de declive suave, mas proeminente e estrategicamente destacada na paisagem, dado o amplo alcance visual que proporciona sobre a peneplanície, é marcado pela proximidade do curso das ribeiras de Selmes e Alcaria, que fluem também a oeste.

O terreno, brando e de matriz calcária, enformando o vulgarmente apelidado caliço», oferece condições favoráveis ao labor, encontrando-se nele escavada uma série de estruturas em negativo, que não só respondem a vocações diferenciadas como, por outro lado, se inserem numa diacronia longa[1525].

Mas é sobre a ocupação tardia, de cariz claramente funerário, que nos cabe debruçar neste capítulo. A intervenção levada a cabo no âmbito da execução do Circuito Hidráulico do Pedrógão, concretamente, no sub-bloco de Rega de Selmes[1526] colocou a descoberto uma série de sepulcros abertos no substrato, denotando particularidades que se mostraram sistematicamente recorrentes. Principiamos por notar que a orientação adotada se revelou quase que invariável, sendo o eixo noroeste-sudeste seguido por quase todas, exceção feita a duas delas, a 1 e a 19, pautadas por certo desvio, ainda que pouco pronunciado e que não foi possível perceber se terá decorrido, ou não, de um propósito intencional. Já no que concerne à configuração apresentada pelas sepulturas, é evidente que se optou por privilegiar três formatos: o retangular, o ovalado e o antropomórfico[1527].

[1523] A fíbula de Troia (n.º de inv. 983.3.3378) possui um paralelo bastante próximo num adereço oriundo de *Conimbriga* (n.º de inv. A. 710, do M.M.C.), provavelmente datável do século V, e cujos ascendentes radicam em objetos detetados em diferentes pontos da Europa de Leste (AREZES, 2011: 191-192).

[1524] Trata-se de um anel fundido em molde (n.º de inv. 983.3.30), razoavelmente bem conservado, apesar de algo incompleto. Com efeito, apresenta similitudes, ao nível da mesa, face a um dos adornos da Abuxarda (n.º de inv. 20.802 / 2003.4.1), sendo que o aro se assemelha ao exemplar de Alcoitão (n.º de inv. 20.800).

[1525] A escavação levada a cabo na Horta de João Lopes saldou-se também no reconhecimento de estruturas em negativo, em «fossa» e em «osso», com datação pré-histórica. Porém, a parca quantidade de materiais antrópicos contidos no interior das mesmas não favorece a interpretação em torno da «funcionalidade» de que se revestiriam, tendo sido concluído que a sua razão de ser se funda no facto de surgirem agrupadas em número significativo e não isoladas (FIGUEIREDO & ALVES, 2013: 1968; 1970; 1973).

[1526] FIGUEIREDO, 2012: 2.

[1527] FIGUEIREDO & ALVES, 2013: 1973-1974.

Dadas as condicionantes da intervenção, a organização do espaço da necrópole não ficou perfeitamente esclarecida[1528]; contudo, parecem ter sido percecionadas duas das «fronteiras» que a delimitavam. Foi ainda ensaiada uma tentativa de compreensão do modo como os túmulos se aglomeravam, procurando estabelecer conjuntos, sobretudo em função da planta, dimensões e «monumentalidade» granjeada pelos dispositivos sepulcrais. E, com efeito, afigura-se plausível a existência de alguns «núcleos» no seio da necrópole, providos de características que, aparentemente, os individualizam[1529].

Relativamente ao esquema construtivo patenteado pelas sepulturas, saliente-se que em parte das câmaras foram ocasionalmente colocados tijolos ou lajes xistosas, reforçando os limites definidos pelos negativos. No entanto, convém realçar que tal balizamento não chegou a ser promovido em termos rigorosos, com marcação perfeita das caixas: somente seis exibiam lajes dispostas na vertical, se bem que em parco número e nunca em continuidade. Em contrapartida, a implementação de coberturas deverá ter sido prevista para a totalidade das estruturas funerárias: num universo de dezoito túmulos escavados, eram apenas três os que surgiam destituídos de qualquer vestígio de tampa; por seu turno, no interior de um quarto sepulcro, acumulavam-se fragmentos de xisto e cerâmica, prováveis resquícios de uma cobertura entretanto destruída. Acresce ainda sublinhar que, conforme observado nas sepulturas melhor preservadas, um nível desagregado composto por uma mescla de terras e geológico, completamente desprovido de artefactos e restos ósseos, foi sistematicamente depositado sobre todos os enterramentos primários e ossários contidos em cada um dos túmulos. Só na sequência deste ato se consumaria o assentamento das tampas, posteriormente recobertas por sedimentos, desta feita já pautados por uma maior heterogeneidade e dotados de inclusões diversas. Neste sentido, tudo leva a crer que as estruturas tenderiam a permanecer dissimuladas no terreno[1530]. Mas, neste ponto, questionamos: haveria algum indício, de natureza perecível, que funcionasse como sinalizador da presença subterrânea destas sepulturas, assumindo-se inclusive, como «marcador de paisagem» e facilitando a «relocalização», caso se impusesse a necessidade de concretizar novo enterramento numa determinada câmara? Ou o intento subjacente à cuidadosa (?) colmatação seria, precisamente, o de as manter incógnitas? De momento e em face das informações disponíveis, não cremos que possam ser conferidas respostas assertivas a tais interrogações.

[1528] Atente-se na planta geral publicada, com a implantação das valas impostas pela empreitada e os túmulos em plano, assomando ao longo de parte considerável da extensão das áreas abertas (FIGUEIREDO & ALVES, 2013: 1974, fig. 6).

[1529] «[…] no limite Norte tínhamos as Seps. 3 e 7 […], de morfologia antropomórfica. Um segundo núcleo enquadrava as Seps. 2, 5 e 8 […], de grandes dimensões, plano rectangular ovalado, mais largas que as primeiras e mais profundas, com um espaçamento entre si de cerca de um metro. Estas eram mais monumentais, nos tamanhos, como na cobertura e na presença de uma 'caixa' mais completa. A descer a encosta registou-se um novo núcleo de mais cinco sepulturas, três das quais escavadas (Seps. 15, 16 e 18) estreitas e antropomórficas de cariz muito irregular […]. Mais espaçadas entre si eram as Seps. 10, 11, 13, 17 e 14, com dois ressaltos interiores nas paredes laterais, onde assentavam as lajes das tampas […]» (FIGUEIREDO & ALVES, 2013: 1974).

[1530] FIGUEIREDO & ALVES, 2013: 1974-1975.

Atentemos agora nos materiais recuperados. Começamos por notar que procedem exclusivamente de sete túmulos, circunstância que atesta uma prevalência não muito significativa de achados. As cerâmicas resumiam-se a três recipientes de fabrico frustre, prováveis produções locais, que jaziam à cabeceira dos sepulcros 7, 12 e 15[1531]. E se um deles denota uma tipologia razoavelmente reproduzida entre o repertório de formas conhecidas para a Península Ibérica, a vasilha recolhida no túmulo 7 configura um caso mais raro entre os elementos que tivemos oportunidade de inventariar[1532].

Mas os materiais funerários da Horta de João Lopes não se restringiram a cerâmicas, tendo igualmente sido identificados adereços metálicos, quer vocacionados para a ornamentação do corpo (destaque-se a ocorrência de brincos anelares, de argolas e de um anel), quer para a aplicação sobre a indumentária, esta traduzida no aparecimento de duas fivelas[1533], uma de ferro, mais alongada e uma outra, de liga de cobre e aro ovalado, a que falta fuzilhão, de contorno presumivelmente escutiforme.

Constata-se, portanto, que entre os indivíduos sepultados na necrópole, apenas alguns se faziam acompanhar de adornos relacionáveis com a prática da inumação vestida. Mas todos terão sido depositados diretamente sobre o substrato e em decúbito dorsal, ainda que manifestando certas variáveis ao nível da colocação dos membros superiores[1534]; já no que aos inferiores diz respeito, a «regra» concernia em deixar as pernas distendidas e os pés mais ou menos próximos, consoante a área livre da estrutura. Veja-se, em paralelo, o posicionamento dos ossários. Na Horta de João Lopes, estes tendiam a ser dispostos sobre os enterramentos primários ou, em alternativa, remetidos para o recanto sudeste do sepulcro. Só esporadicamente os restos ósseos de outros inumados terão sido desordenadamente dispersos no interior das câmaras[1535]. Esta realidade contraria situações documentadas noutros espaços funerários, onde as reduções parecem ter sido efetivadas em moldes caóticos. De qualquer modo, há que reter que na necrópole em análise a reutilização configurou uma prática recorrente e expressiva: com efeito, nos dezoito túmulos escavados exumaram-se vestígios osteológicos pertencentes a quarenta e cinco indivíduos, em geral bem conservados. E, aliás, o grau de preservação das ossadas permitiu avaliar aquele grupo do ponto de vista paleobiológico, tendo-se concluído que haveria preponderância de adultos e, prin-

[1531] FIGUEIREDO & ALVES, 2013: 1976.

[1532] As imagens publicadas referem-se ao unguentário (?) oriundo da sepultura 13 e a um outro recipiente, classificado como jarro, exumado na 7. Do vaso proveniente da 12, conhecemos duas fotografias, gentilmente enviadas pela arqueóloga responsável, Margarida Figueiredo, feitas com ele, muito fragmentado, ainda *in situ*. A tais registos acresce a descrição veiculada pelas autoras do artigo que temos vindo a seguir: «[…] A pasta beije mais clara e depurada do jarrinho da Sep. 12, faz lembrar algumas peças de cerâmica comum do Baixo-Império (séculos III a IV), o que não é de estranhar neste enquadramento de continuidade material/tipológica dos séculos posteriores» (FIGUEIREDO & ALVES, 2013: 1978).

[1533] FIGUEIREDO & ALVES, 2013: 1978; 1982-1983.

[1534] «[…] o mais comum […] duas mãos sobre a bacia, ou a mão esquerda sobre a bacia e a mão direita sobre o tórax» (FIGUEIREDO & ALVES, 2013: 1978).

[1535] FIGUEIREDO & ALVES, 2013: 1978.

cipalmente, de indivíduos do sexo feminino. Todavia, só três esqueletos teriam alcançado idade superior a cinquenta anos[1536].

Ora, conjugando todos os dados reunidos e atendendo quer às especificidades construtivas granjeadas pelas estruturas sepulcrais, quer ao tipo de práticas mortuárias vigentes, quer ainda à morfologia e inserção cronológica denunciada pelos materiais exumados, cremos estar perante uma necrópole que terá sido ocupada fundamentalmente entre os séculos VI e VII.

Mas não deixa de ser interessante constatar que, no seio da freguesia de Selmes e não obstante o topónimo *sale*, supostamente de origem árabe, que estará na raiz do nome atual, são sobretudo os vestígios romanos aqueles que encontram veículo privilegiado na tradição oral e que, em paralelo, vão emergindo no discurso arqueológico. Na verdade, são vários os sítios onde restos arqueológicos têm permitido identificar casais rústicos ou mesmo *villae*; mas há também registo da deteção de necrópoles, quer plenamente romanas, quer já mais tardias, caso do Zangarilho[1537], que Jorge de Alarcão inventaria, muito embora acrescentando ter sido este espaço aniquilado com a implementação de trabalhos agrícolas[1538]. Uma vez mais, parece observar-se aqui um fenómeno assinalado noutros pontos de Alentejo e que se prende com a propensão para que novos contextos funerários se implantem nas imediações de pontos onde, previamente, vigoraram outras ocupações, mormente romanas.

Avançamos agora para a necrópole de **São Matias**, situada na freguesia epónima. Foi aquando da abertura de valas destinadas à instalação de uma conduta, no âmbito da empreitada de execução do Aproveitamento Hidroagrícola de Alvito / Pisão, no sub-bloco Cuba Este, que alguns materiais, cerâmicos e osteológicos, a par de negativos de estruturas, foram colocados a descoberto[1539].

Estes vestígios surgiram numa freguesia onde já se encontrava documentado um conjunto de seis *villae*[1540]. Em conformidade com a interpretação veiculada por Conceição Lopes, que as tratou na sua dissertação de doutoramento, integravam a rede de *villae* romanas incumbidas de produzir os géneros a fornecer a *Pax Iulia*, afirmando-se, neste sentido, como unidades de exploração agrícola de importância incontornável no funcionamento da estrutura agrária do território da cidade romana[1541]. A elas acrescentem-se outros testemunhos da mesma cronologia, detetados naquela freguesia, como é o caso do Monte das Ses-

---

[1536] Para mais informações, nomeadamente, acerca das patologias detetadas entre os inumados da Horta de João Lopes, veja-se: FIGUEIREDO & ALVES, 2013: 1979; 1981.

[1537] FIGUEIREDO & ALVES, 2013: 1968-1969. Apesar de classificada como necrópole altimediévica, as informações recolhidas acerca do Zangarilho (C.N.S. 5960), não permitem aventar uma integração cultural e/ou cronológica segura, daí que não seja tratada no presente capítulo.

[1538] ALARCÃO, 1988b: 191.

[1539] COSME, 2008: 3.

[1540] Note-se que, além das *villae*, também um «pequeno sítio», denominado Monte das Covas, que se presume estaria provavelmente relacionado com a Herdade dos Alfares, foi inventariado neste freguesia (LOPES, 2003b: 40-42).

[1541] LOPES, 2003a: 254; 257; COSME, 2008: 4.

marias ou da Herdade de Mesão Frio, onde foi localizada uma necrópole que compreendia, pelo menos, dezanove sepulcros[1542].

Concentremo-nos então no sítio de São Matias propriamente dito. Tendo sido preconizada a realização de sondagens de avaliação, no intuito de explicar a natureza dos elementos antrópicos identificados no quadro da ação invasiva acima evocada, acabou por se assumir como um espaço de diacronia longa, onde se plasmavam diversas modalidades de ocupação, inclusive, a funerária. Mas passemos então à análise das informações disponíveis.

Logo na primeira das sondagens efetuadas, foram reveladas três sepulturas de inumação, ainda com enterramentos primários *in situ*, a par de dois supostos ossários. O primeiro dos túmulos, incompleto, devido à afetação decorrente dos trabalhos intrusivos da empreitada, fora escavado diretamente no caulino, preparado com recurso a tijolo e argamassa, apresentando-se orientado em consonância com o eixo oeste-este. Perdida a cobertura, que certamente possuíra, tendo em conta o rebordo observável no topo, onde se apoiaria, apenas os sedimentos comportados pelo enchimento do sepulcro recobriam o indivíduo em decúbito dorsal que repousava no seu interior[1543]. A segunda sepultura, por seu turno, era análoga à primeira em múltiplos aspetos, já que se mostrava destituída de tampa e igualmente truncada, pelo que se tornava impossível a avaliação precisa do seu comprimento original. Por outro lado e à semelhança da 1, encerrava uma camada de enchimento, onde pontuavam cerâmicas comuns e de construção fragmentadas, a par de fauna malacológica e de restos ósseos humanos disseminados. A nota dissonante na composição do estrato referia-se, neste caso, à sua matriz arenosa e à ocorrência de carvão. Relativamente à estruturação do túmulo, a parte conservada denunciava, uma vez mais, o recurso à utilização de tijolos e argamassa, embora, desta feita, tais materiais tivessem sido coadjuvados por alguma pedra. Já no interior, figuravam as ossadas de um indivíduo, depositado em decúbito dorsal e alinhado na direção oeste-este[1544].

O terceiro sepulcro descoberto na sondagem 1 reiterava, em termos genéricos, as características construtivas e de preservação dos dois primeiros. Não obstante, e ainda que mutilado, mantinha alguns vestígios do *opus* da cobertura. Em paralelo, na camada patente no seio da câmara, além de uma componente artefactual globalmente congénere à descrita a propósito dos demais enchimentos, destacava-se um jarro fragmentado, incompleto e com bocal parcialmente ausente, mas que se supõe teria contorno trilobado. Acompanhando o esqueleto do indivíduo ali inumado, representa o único exemplo de espólio votivo recuperado na área escavada da necrópole de São Matias[1545].

[1542] ALARCÃO, 1988b: 194.

[1543] COSME, 2008: 11-12.

[1544] COSME, 2008: 12.

[1545] COSME, 2008: 13-14; 90. Refere-se a uma forma cerâmica cujos fragmentos foram entretanto sujeitos a colagem e que tivemos oportunidade de analisar na sede da Archeoestudos, em Vila Nova de Gaia. A descrição detalhada está incluída no Catálogo (n.º de inv. S.M.T.08.35).

Mas, como dizíamos acima, na sondagem 1 foram também reconhecidos alguns níveis inicialmente interpretados como ossários. Contudo, e tendo começado por se classificar nestes moldes a U.E.-032, visto que, apesar de agregar alguns elementos ósseos em aparente articulação, parecia incorporar restos potencialmente pertencentes a mais do que um indivíduo, acabou por se demonstrar que correspondia, afinal, ao enterramento de um adulto, depositado diretamente sobre o solo, fletido e em decúbito lateral direito, com a perna direita sob a esquerda[1546]. Por sua vez, uma segunda unidade (U.E.-067), parecia constar, efetivamente, de um ossário, composto por múltiplos restos osteológicos[1547], associados a um vaso com engobe vermelho, produzido manualmente[1548]. Mas todo este conjunto, encontrado na Fossa 1, datará da Idade do Bronze ou, eventualmente, do Ferro[1549], pelo que desde logo se constata que São Matias albergou um mundo funerário complexo e inserível em diferentes cronologias.

Transitemos agora para a sondagem 2. Antes de mais, convém realçar que também na zona assim denominada se detetaram ossários e que, similarmente ao verificado na 1, se percecionou um caso de pretensa associação entre restos esqueletizados e um tipo de artefacto arqueológico, se bem que, desta feita, remetendo para um tempo e realidade diversas. Mas passemos a explicitar. Logo aquando da abertura da vala da sondagem, registou-se a ocorrência, no corte oeste, de material abarcado pelos ossários 2 e 3, pelo que se impôs o alargamento da área a escavar em mais 3 m^2, precisamente na direção poente, de forma a aferir a natureza dos vestígios visíveis. Foi, pois, na sequência dessa ampliação e da remoção de alguns estratos que se identificou a U.E.-142, a qual, eivada de fauna malacológica e de outras ossadas, se sobrepunha à tampa do quarto sepulcro. Da sua cobertura (U.E.-143), incompleta, conservavam-se somente ladrilhos e blocos xistosos. Já no interior da câmara subsistia uma camada de enchimento (U.E.-144) e, sob ela, concretamente, no campo nascente do túmulo, novo ossário (2 A = U.E. 145). Foi entre esta amálgama, que comportava restos humanos, faunísticos e malacológicos, a par de dois fragmentos de um bojo de cerâmica comum, que se reconheceu o único adorno do corpo recolhido no espaço escavado da necrópole, interpretado como alfinete ou fíbula[1550]. Dada a suposta manutenção do vín-

[1546] POMBAL & SIMÃO, 2008: 16-17; COSME, 2008: 15; 96.

[1547] De acordo com o relatório antropológico, a situação observada com a unidade em causa era algo dúbia: «Na unidade 067 foi encontrada uma vasta quantidade de ossos (aparentemente desconectados), depositados sobre e em redor de um esqueleto incompleto. Os ossos desarticulados estavam espalhados pela unidade, aparentemente revolvidos. No entanto, após nova análise, constatou-se que parte desse material pertencia ao esqueleto, que se encontrava depositado diretamente sobre o solo, em decúbito lateral […]. Este indivíduo adulto encontrava-se orientado a S-N, depositado sobre o lado esquerdo do corpo, em posição fetal, com os membros direitos sobre os esquerdos […]» (POMBAL & SIMÃO, 2008: 18).

[1548] Note-se que este recipiente, pelo facto de conter alguns vestígios osteológicos, foi entretanto encaminhado para o Laboratório de Antropologia da Universidade de Coimbra, a fim de ser estudado (COSME, 2008: 16; 91).

[1549] COSME, 2008: 16; 90; 96. A U.E-067 começou por ser atribuída à Idade do Ferro (COSME, 2008: 90); todavia, nas conclusões, o vaso que lhe estava associado (U.E.-068) surge enquadrado na Idade do Bronze (COSME, 2008: 97), pelo que tal dissonância poderá ter decorrido da reformulação de uma primeira impressão, que acabou por não ser validada.

[1550] COSME, 2008: 47; 90; 96; POMBAL & SIMÃO, 2008: 11). Na verdade, trata-se de um brinco anelar fragmentado, inventariado com a designação S.M.T.08.145 e, à semelhança do jarro a que previamente aludimos, integrado no Catálogo.

culo estabelecido entre o material osteológico e o referido adereço, embora num contexto secundário, não seria de excluir que o ossário em causa tivesse resultado da redução de um inumado, seguindo o objetivo de libertar superfície útil para a realização de novos sepultamentos, sem que, todavia, se tivesse quebrado a ligação entre o morto e o espólio com que fora enterrado. No entanto, e ainda que atrativa, esta hipótese carece de comprovação sustentada.

Mas, há que notá-lo, os vestígios osteológicos exumados na sepultura 4 não se restringiam aos já elencados. Com efeito, um ladrilho marcava a separação entre o primeiro ossário (2 A = U.E.-145) e um segundo (2 B = U.E.-139)[1551], por seu turno posterior ao(s) indivíduo(s) deposto(s) em decúbito dorsal (U.E.-148) no fundo do túmulo, em conformidade com o alinhamento oeste-este. Hesitamos neste ponto quanto à descrição a fornecer, visto que, de facto, não ficou claro se os restos ósseos observados em extensão pertenceriam a um só adulto ou a vários indivíduos[1552]. Não obstante e ainda que carecendo de indicações seguras para esclarecer esta questão em particular, tudo leva a crer que, pelo menos na sepultura 4, idêntica às demais, visto ter sido construída com recurso às mesmas matérias primas (lajes de xisto, ladrilhos e *tegulae*), a câmara foi reiteradamente reutilizada.

De qualquer modo, e atendendo à imagem parcelar gerada em torno do sítio, decorrente do carácter limitado da escavação, em termos de área explorada, não é possível aventar se as práticas funerárias desenvolvidas em São Matias implicaram, pontual ou antes sistematicamente, que inumações reiteradas se concretizassem numa mesma estrutura. Pelos mesmos motivos, também a extensão e esquemas de organização inerentes à necrópole permanecem desconhecidos. Ainda assim, os testemunhos reunidos prenunciam um enquadramento tardio, que deverá rondar os séculos VI ou VII.

Porém, a ocupação altimediévica documentada não se circunscreve ao universo funerário: também alguns silos e fossas, a par de um buraco de poste, foram ali identificados, sendo que, na globalidade, o conjunto assimilado a este intervalo temporal se localiza na zona norte do espaço intervencionado[1553].

Mas, há que ressalvá-lo, os dados arqueológicos que tratámos em pormenor e os que interessam ao âmbito deste trabalho relacionam-se apenas com uma das vertentes da ocupação que teve lugar em São Matias. Na verdade, e não sendo esta a sede própria para nos alongarmos a propósito de manifestações inseríveis em cronologias tão recuadas, não poderíamos deixar de aludir aos níveis da Idade do Bronze ali reconhecidos e plasmados

[1551] «[…] observou-se […] a presença de vários restos ósseos humanos. Não se encontravam em articulação e estavam depositados somente no fundo da sepultura […]. Detetou-se a presença de um crânio, ossos longos, chatos, das mãos e dos pés, bem como de vértebras e costelas. O único osso coxal presente encontrava-se depositado sobre um ladrilho. Aparentemente este tinha a função de dividir a sepultura em dois, visto que acima dele se encontrou mais um conjunto de ossos desconectados […]» (POMBAL & SIMÃO, 2008: 11).

[1552] COSME, 2008: 48.

[1553] COSME, 2008: 96.

quer em fossas e lareiras, propiciadoras da recolha de uma série de fragmentos cerâmicos de produção manual e quase integralmente destituídos de decoração, quer em enterramentos em fossas e silos[1554].

Em paralelo, o achado de algumas cerâmicas romanas, nomeadamente, de *tegulae*, fundos de ânfora e sigillata[1555] atestam uma presença tardo-romana em São Matias, se bem que de natureza não claramente definida. Além do mais, a implantação da estação, sensivelmente entre a *villa* do Monte da Apariça e a da Herdade dos Alfares, levam a que se considere a vigência de algum tipo de conexão entre todos estes sítios, significativamente próximos no terreno.

Posto isto, cremos haver elementos suficientes para equacionar uma ocupação amplamente prolongada no tempo, se bem que os indícios colhidos não permitam traçar um diagnóstico preciso das continuidades e interrupções ali cristalizadas. Ainda assim, os materiais e estruturas colocadas a descoberto, quer para a Idade do Bronze quer para o universo tardo-romano e altimedieval parecem configurar uma certa dualidade entre mundo funerário e doméstico. Contudo, só uma escavação em área poderia vir a aclarar as interrogações por ora insolúveis.

É tempo agora de passar à análise de uma outra necrópole, desta feita, localizada em pleno concelho de Ferreira do Alentejo, freguesia de Figueira dos Cavaleiros. Foi em 2002, aquando da realização de trabalhos de cariz preventivo, no âmbito do plano de minimização de impactes da Infraestrutura 12 e, concretamente, ao promover o desvio 2 da Estrada Nacional 259, que se desvelaram vestígios antrópicos na **Herdade do Marmelo**. Em termos topográficos, inscreviam-se sobretudo no topo de uma elevação suave, pouco destacada na paisagem e nas imediações da qual corriam pequenos cursos de água que confluíam no Ribeiro do Vale do Ouro e no Ribeiro do Carvalhosinho[1556].

Logo à superfície era percetível uma mancha de dispersão de materiais cerâmicos, comuns e de construção, supostamente romanos. E, na sequência da decapagem inicial dos solos, compactos e acastanhados, pôde então preparar-se o terreno para a escavação das três sondagens que pretendiam avaliar a existência de estruturas relacionadas com os fragmentos visíveis. Duas delas (n.º 2 e 3) revelaram-se arqueologicamente estéreis, mas na primeira das áreas de intervenção e após remover a camada inicial, registaram-se duas sepulturas[1557]. No interior do sepulcro 1 acumulavam-se dois níveis estratigráficos. O superior constava de um derrube essencialmente composto por alguma pedra, mesclada com restos de *dolium*, *tegulae* e tijolo, tudo envolvido em terra argilosa; o inferior, por seu turno, referia-se ao nível de enterramento propriamente dito, que abarcava o esqueleto de um indivíduo *in situ*, em decúbito dorsal e com as mãos cruzadas sobre o abdómen, acompanhado do espólio com

[1554] COSME, 2008: 86; 90; 96-97.
[1555] COSME, 2008: 78.
[1556] CANHÃO & RIBEIRO, 2002: 3.
[1557] CANHÃO & RIBEIRO, 2002: 4; 6.

que fora depositado: um vaso de vidro[1558] quebrado, colocado de modo adjacente ao crânio, no campo nordeste da sepultura e dois adereços produzidos em liga de cobre. Um deles, o anel[1559], destinava-se a ornamentar o corpo e permanecia enfiado numa das falanges da mão esquerda; o outro, uma fivela[1560], mantinha-se posicionada na zona do ventre. Vocacionada para ser usada sobre a indumentária, testemunhava a prática da inumação vestida. Em paralelo e dado que se entreviam, nas proximidades da cintura, resquícios de ferro, há que depreender que, pelo menos, um quarto objeto integrasse o conjunto levado a enterrar com o defunto, sendo que, em razão do formato do negativo patente no solo, não é de excluir que pudesse tratar-se de um punhal. Por outro lado, convém também realçar que as ossadas do enterramento primário não eram as únicas a figurar naquele túmulo. Na verdade, na extremidade noroeste era observável um ossário, o qual traduz, portanto, a reutilização da câmara[1561].

No que toca à segunda sepultura, sem delimitação física e, como tal, discernível apenas através da terra escura contida na parte superior da vala, apresentava-se destituída de espólio funerário plenamente identificável. No entanto, ao remover o estrato em causa, assinalou-se um fragmento de bordo de pote, a par de resquícios de bronze, não diagnósticos, daí a probabilidade de, também nesta estrutura, a deposição do cadáver ter sido concretizada juntamente com artefactos. Outro pormenor a reter prende-se com o facto de, na camada inferior, subsistirem unicamente dois ossos, talvez procedentes do fémur, a que se somaram cinco parcelas de pregos de ferro, com cabeça discoide e de reduzido tamanho, patentes no limite SSE do sepulcro[1562]. Poder-se-iam aventar várias hipóteses no intuito de explicar a ocorrência desses pregos ou cravos, se bem que dificilmente haja como atestá-las. Vulgarmente, considera-se que este tipo de vestígio poderá indiciar que os enterramentos eram efetuados em caixões de madeira e que, tendo a matéria perecível desaparecido, somente os elementos metálicos persistiam. Mas há também a possibilidade de procederem de determinada componente do vestuário ou do calçado do inumado. É nesta última linha interpretativa que se funda a proposta assumida pelos autores do relatório da intervenção, para a qual contribui, aliás, a própria localização dos pequenos pregos na câmara[1563].

[1558] De acordo com a descrição elaborada, concerne a um recipiente provido de: «[…] reservatório bulbiforme com fundo côncavo, gargalo cilíndrico, ligeiramente estrangulado no topo. Bordo ligeiramente voltado para o exterior e lábio espessado. Possui também uma asa que liga o lábio ao gargalo […]» (CANHÃO & RIBEIRO, 2002: 8).

[1559] «[…] Peça de forma simples, com aro circular e de secção semicircular, possui um maciço rectangular na zona frontal, apresentando vestígios de decoração ponteada […]» (CANHÃO & RIBEIRO, 2002: 9).

[1560] «Fivela de cinto em bronze: constituída por uma placa sub-rectangular com estrangulamento central, com quatro rebites (um em cada ângulo) e articulada com uma argola ovalada de secção semicircular e fuzilhão […]» (CANHÃO & RIBEIRO, 2002: 9).

[1561] CANHÃO & RIBEIRO, 2002: 5; 7.

[1562] CANHÃO & RIBEIRO, 2002: 5-8.

[1563] CANHÃO & RIBEIRO, 2002: 8.

Passemos, pois, a acrescentar alguns detalhes ainda não abordados a propósito dos dois túmulos. Comecemos por salientar que ambas as fossas, orientadas segundo o eixo NNO-SSE, foram escavadas na transição entre terrenos argilosos e o chamado «caliço». Nenhuma delas conservava a cobertura; contudo, alguns dos elementos englobados pelo derrube identificado na sepultura 1, caso da *tegulae*, poderão ter pertencido à tampa, entretanto destruída. Quanto à caixa, possuía configuração retangular, tendo sido construída fundamentalmente com recurso a tijolos, material utilizado também no embasamento da estrutura, onde surgiam inteiros e obedecendo a uma disposição particularmente regular. A parte superior mostrava-se mais heterogénea, dado que aí os tijolos alternavam com blocos pétreos, nem sempre facetados, fragmentos de *dolium* e *tegulae*. O fundo, por seu turno, coincidia com o solo argiloso e compacto[1564].

Atentemos, agora, na sepultura 2. Embora confinando espacialmente com a 1, denotava grau de preservação muito distinto, apresentando-se bastante degradada. Com efeito, foi apenas através do traçado da vala de fundação, preenchida com uma bolsa de terra de coloração escura, e da presença de escassos tijolos remanescentes, que se tornou possível reconstituir os limites laterais do alinhamento. Já os topos, apesar de igualmente danificados, exibiam na base um aparelho idêntico ao descrito para o primeiro dos sepulcros, composto por fileiras de tijolos completos. Pelo facto de as fiadas perfazerem ângulos retos nas extremidades, percebe-se que também este túmulo teria formato retangular, pelo que, ao que tudo indica, seria tipologicamente semelhante ao n.º 1. Não obstante, o desencadeamento de algum tipo de ação invasiva, no âmbito da execução de trabalhos agrícolas ou, mais plausivelmente, de uma eventual violação e consequente depredação da câmara, terá acabado por afetar não só a estrutura como a sobrevivência quer do grosso dos vestígios osteológicos, quer dos materiais que lhe haviam sido associados na morte[1565].

Relativamente à datação do conjunto, parece-nos bastante credível a hipótese de enquadramento veiculada pelos autores e centrada nos séculos VI e VII[1566]. Na verdade, uma série de fatores tende a sustentá-la. Pensamos, por um lado, no modo de construção das sepulturas, com recurso a materiais reaproveitados e sem unidade ao nível da composição arquitetónica evidenciada; por outro, na posição do defunto do túmulo 1, em decúbito dorsal, mas «acompanhado», no seio da câmara, pelos restos de um outro indivíduo, porventura o primeiro a ser ali sepultado, mas entretanto sujeito a redução, no sentido de ganhar área útil para concretizar nova inumação. Porém, é sobretudo na natureza e especificidades dos objetos recolhidos que, cremos, radica o argumento mais forte para apoiar a supracitada cronologia. Ainda assim, não poderíamos deixar de notar que se nos afigura perfeitamente válido equacionar que a fivela, exemplar significativo, já que representa um dos testemunhos inequívocos da prática da inumação vestida, ao ser dotada de aro ovalado

[1564] CANHÃO & RIBEIRO, 2002: 6-7.
[1565] CANHÃO & RIBEIRO, 2002: 7-8.
[1566] CANHÃO & RIBEIRO, 2002: 11.

e fuzilhão escutiforme, prenuncie que a ocupação não tenha avançado muito para além do limiar da VI centúria ou dos alvores do século VII. E, na verdade, a placa rígida provida de espinha dorsal que com ela se articulava, possui paralelos numa peça recuperada no sepulcro 79 da necrópole pirenaica de Estagel, cujos enterramentos dificilmente remontarão a um período anterior ao primeiro quartel do século VI[1567]. Ressalve-se, por outro lado, que de acordo com Ripoll López, este tipo de adereço de vestuário começa a difundir-se sobretudo a partir de 560/80, continuando em uso até cerca de 600/640[1568], daí que a conjugação destes indicadores propicie um balizamento temporal consideravelmente delimitado para a Herdade do Marmelo.

Avançamos agora para a cidade de **Beja**, onde é forçoso que nos detenhamos num espaço que, em época medieval, se estabelecia extramuros, distando da cidade algumas centenas de metros, na direção noroeste[1569]. Na primeira metade do século XIV, reinando D. Afonso IV, foi ali fundado o convento de Santa Clara. Porém, centúrias decorridas, por volta de 1840, o edifício achava-se em estado de profunda degradação, circunstância facilitadora de episódios de insegurança, como o que, nessa data, decorreu da investida de ladrões ao local. Transferidas as poucas religiosas que nele se mantinham, acabou por ser demolido[1570], prevendo-se que o terreno que abarcava, conjugado com o da respetiva cerca, pudesse então dar lugar a um cemitério público[1571], o atual, ainda em funcionamento[1572]. E foi precisamente nessa área que, fortuitamente, se encontrou uma sepultura provida de espólio funerário excecional.

A primeira e breve referência bibliográfica em que é dada conta da existência de objetos valiosos provenientes de Beja chega-nos através de Manoel Joaquim de Campos, numa nota relativa a aquisições efetuadas por parte do Museu Ethnologico Português. Reportava-se essa compra às duas placas áureas com granadas incrustadas[1573], às quais é desde logo atribuída cronologia visigótica[1574]. Escassos anos mais tarde, ao tratar, nas *Religiões da Lusitânia*, os vestígios imputados ao período das invasões, Leite de Vasconcelos retoma a informação dos achados de Beja, registando, desta feita, a descoberta da espada, já na altura incompleta nas guardas. Todavia e ainda que novos dados tenham sido então acrescentados, pode afirmar-se que, globalmente, as indicações alusivas ao sepulcro e contexto associado permaneceram bastante parcas.

[1567] Para uma confrontação com os materiais exumados na necrópole e, inclusive, com a placa a que aludimos, veja-se um dos artigos da autoria de Raymond Lantier (LANTIER, 1943: 159, fig. 5; 185).

[1568] A cronologia apresentada corresponde à proposta da autora para o que definiu como nível IV (RIPOLL LÓPEZ, 1998: 57).

[1569] VIANA, 1953: 186.

[1570] *O BEJENSE*, 1896: 1860.

[1571] VIANA, 1953: 186.

[1572] LOPES, 2003: 135.

[1573] As duas peças conservam-se naquela instituição, entretanto renomeada como Museu Nacional de Arqueologia (M.N.A.). Classificadas como de Interesse Nacional, figuram na Sala do Tesouro e estão inventariadas, respetivamente, com as designações Au124 e Au125.

[1574] CAMPOS, 1906: 285.

Com efeito, da estrutura de inumação geradora dos materiais apenas se sabe o que foi transmitido a Leite de Vasconcelos pelo conservador do Museu daquela cidade alentejana, local de depósito da espada[1575]. De acordo com a descrição veiculada, a sepultura seria construída em tijolo ou, eventualmente, em *tegulae* e possuiria secção triangular[1576]. Posteriormente, Abel Viana reinterpreta estas vagas informações, sugerindo a hipótese de o túmulo ser constituído por duas fileiras de *tegulae* dispostas de modo paralelo entre si e de a parte superior assumir a forma de telhado de duas-águas[1577]. Mas, se bem que este esquema seja plenamente viável, até se atendermos à cronologia em que o sepulcro e depósito funerário nele contido deverão enquadrar-se, o certo é que dificilmente haverá possibilidade de asseverar que esta teria sido a solução construtiva adotada.

De qualquer modo, Abel Viana acabou por introduzir outros pormenores, enriquecendo o panorama pouco consistente já delineado. Com efeito, e se bem que desconhecendo, em concreto, o momento em que a sepultura terá sido desvelada, não exclui que tal possa ter sucedido por volta de 1895. Supostamente nesse ano, o *Bejense*[1578] anunciava que, aquando da abertura de uma cova reservada à preparação de um jazigo se detetou, a três metros da superfície, um sepulcro romano delimitado por *tegulae*. E, em conformidade com o mesmo periódico, quer as telhas que o definiam quer os materiais que figuravam no seu interior terão sido confiados ao Museu da cidade[1579]. Já no respeita à sepultura de onde procediam os adornos áureos e a espada, não se conhecem indicadores tão precisos. A data do achado configura uma incógnita. Porém e, de acordo com o inventário manuscrito daquela instituição museológica, iniciado por Joaquim António Vargas (que em 1898 desempenhava as funções de conservador), as condições em que se processou terão sido idênticas às que subjacentes à revelação do túmulo romano[1580], pelo que talvez seja de admitir que, efetivamente, a identificação de ambas as estruturas de inumação e, porventura, mesmo de outras acerca das quais não nos chegou qualquer eco, tenha decorrido sensivelmente nesta fase.

Por razões que ficam por esclarecer e não obstante o clima de excitação que rodeou não só estas ocorrências, mas a própria criação do Museu de Beja, o conjunto exumado

---

[1575] Ainda hoje se mantém no Museu Rainha D. Leonor (n.º de inv. M.R.B.1.31), contudo, em reserva, em razão da grande fragilidade do seu estado.

[1576] VASCONCELOS, 1913: 577.

[1577] VIANA, 1953: 185.

[1578] Segundo Abel Viana, tal notícia teria sido dada à estampa no n.º 1789, de 20 de março (VIANA, 1953: 186). Contudo, ao consultar *O Bejense*, constatámos que o n.º 1789 datava de 20 de abril de 1895, sendo que, por outro lado, não detetámos nesse número qualquer referência que se coadunasse com a veiculada por A. Viana. Os únicos dados que acabámos por identificar a propósito de Santa Clara, entre as folhas compiladas na Biblioteca Pública do Porto, figuravam no n.º 1860, de 25 de julho de 1896, já citado.

[1579] As peças em causa constavam de «[…] uma taça de prata e [de] uma garrafa de vidro preto, com asa e um desenho esquisito» (*O BEJENSE apud* Viana 1953: 186). No entanto, à altura em que Abel Viana elaborava o artigo que dedicou à espada de Beja, já não encontrou no Museu nenhuma delas (VIANA, 1953: 186).

[1580] Segundo transcrição efetuada por A. Viana: «Espada encontrada no cemitério público de Beja quando procediam à abertura de um cabouco para um jazigo» (VIANA, 1953: 186-187).

no túmulo dito «visigótico», e que abrangia as duas placas de cinturão, o adorno ou cabuchão e a espada, acabou por, num primeiro momento, entrar na posse de colecionador privado[1581]. E, com a compra posteriormente realizada por Leite de Vasconcelos e noticiada por Manoel Joaquim de Campos, consoante acima mencionado, resgatou-se para Lisboa uma parte, referente, concretamente, aos elementos produzidos em ouro e granadas[1582]. A espada, acaso devido ao mau estado de preservação que já então indiciava, permaneceu em Beja, sendo que, na sequência da aquisição promovida pela Câmara integrou, enfim, o Museu da cidade[1583].

Estes artefactos, que surgem apelidados na bibliografia como «joias»[1584], representam, de facto, um caso ímpar no panorama arqueológico do território português: pelas suas características intrínsecas, pela implantação geográfica dos paralelos discernidos e até pelo tipo de associação descortinada, entre adornos de cariz «principesco» e um elemento de vocação ofensiva. Relativamente à espada, não poderíamos deixar de evocar os comentários tecidos a seu respeito por Iaroslav Lebedynsky. O autor começa por notar que determinadas armas coetâneas das invasões hunas, ainda que achadas em contextos do ocidente europeu, não só não se coadunam com os modelos de espadas que acabaram por se desenvolver nessa geografia, como, por outro lado, possuem relações incontornáveis com as chamadas «modas danubianas», pelo que, neste sentido, deverão corresponder a importações. Mas, se por um lado reconhece na decoração *cloisonné* patente nas guardas do objeto de Beja evidentes analogias com certas armas pôntico-danubianas, por outro, a configuração do seu punho, segundo reconstituição difundida por G. Koenig, aproxima-se sobretudo de exemplares ocidentais, daí as muitas interrogações e incertezas instaladas em torno da sua real proveniência[1585]. Já quanto às placas ou fivelas áureas, as dúvidas que subsistam prendem-se, fundamentalmente, com a sua funcionalidade, pois se, tradicionalmente, exemplares congéneres são interpretados como adereços de vestuário, criados para ser postos sobre a cintura, Pérez Rodríguez-Aragón avança a hipótese de este tipo de elemento com ornamentação policroma se destinar a suster as correias do calçado usado pelos cavaleiros nómadas. Todavia, esta explicação só se aplicaria quando descoberto um par por sepulcro. Se aparecendo num túmulo uma única peça, então o mais provável seria que este albergasse um enterramento feminino e que a utilização do objeto se tenha conciliado, precisamente, com a de fecho de cinturão[1586]. De qualquer modo e independentemente da validade deste pres-

[1581] VIANA, 1953: 187.

[1582] CAMPOS, 1906: 285.

[1583] VIANA, 1953: 188.

[1584] Veja-se a legenda do esboço da espada, conforme publicado nas *Religiões da Lusitânia*: «[…] Espada de ferro […] encontrada em *Pax Iulia* em uma sepultura em que havia jóias de ouro visigóticas» (VASCONCELOS, 1913: 577). A mesma classificação é retomada por Abel Viana: «[…] Tais jóias são duas fivelas de oiro, ornadas com pedras semi-preciosas […]» (VIANA, 1953: 188).

[1585] LEBEDYNSKY, 2001: 123. Acerca desta questão, ver também as informações fornecidas no Catálogo.

[1586] PÉREZ RODRÍGUEZ-ARAGÓN, 1997: 637.

suposto, são incontestáveis as similitudes encontradas entre os materiais oriundos de Beja e o universo do designado horizonte *Untersiebenbrunn Gospital' Naja*, semelhanças das quais Michel Kazanski concede uma leitura reveladora, através do agrupamento de elementos que preconiza[1587]. Ora, o «horizonte» conhecido pela denominação *Untersiebenbrunn* foi definido em função da presença, em contextos funerários detetados nas zonas submetidas aos hunos e datáveis do período que se estende entre o derradeiro quartel do século IV e, sensivelmente, a primeira metade do V, de peças opulentas, produzidas em ouro e com engaste de pedras preciosas, semipreciosas ou vidros, respondendo às técnicas de decoração da ourivesaria policroma[1588]. E é justamente neste esquema ornamental que se inserem os objetos áureos de Beja, com paralelos diretos em artefactos recuperados na Hungria, Áustria, Alemanha e na região da Crimeia, junto ao Mar Negro[1589]. Já no que concerne à cronologia, tudo leva a crer que os meados da V centúria enformem o enquadramento adequado à integração do conjunto sepulcral alentejano.

Prosseguimos agora até ao concelho de Serpa, onde iremos analisar os espaços de morte de três estações: Montinhos 6, localizada na freguesia de Brinches; Loja 5 e Torre Velha 3, em São Salvador.

Quer a identificação de Montinhos 6 quer a de Loja 5 ocorreu no âmbito dos trabalhos preventivos e de minimização de impactes implementados aquando da construção do Bloco de Rega de Brinches-Enxoé[1590]. Mas comecemos por nos debruçar sobre **Montinhos 6**, sítio colocado a descoberto na sequência da decapagem levada a cabo em duas suaves elevações de terreno que se erguiam na margem norte da Ribeira de Enxoé, intervencionadas com o intuito de ali criar o reservatório previsto no projeto de execução da empreitada. Ora, com as remoções dos solos emergiu um complexo de estruturas em negativo: com planta em osso, de tipo fossa e ainda hipogeus, a esmagadora maioria das quais atribuíveis à Pré-história Recente e, nomeadamente, à Idade do Bronze. Já aquelas que, cronologicamente, aqui importa abordar perfaziam o escasso número de seis; destas, cinco constavam de estruturas de tipo fossa, e uma outra, de um sepulcro de inumação[1591]. Escavado no geológico, o túmulo exibia uma cobertura constituída por lajes de xisto e *tegulae*. No interior, alinhado segundo o eixo noroeste-sudeste, figurava um enterramento primário, relativo a um indivíduo adulto do sexo feminino, depositado em decúbito dorsal, com o crânio levemente pendente para o lado esquerdo[1592]. No que respeita aos membros, o superior direito mostrava-se ligeiramente fletido sobre a bacia, enquanto o oposto se apresentava disten-

[1587] KAZANSKI, 1991a: 126.

[1588] PÉREZ RODRÍGUEZ-ARAGÓN, 1997: 634.

[1589] Remetemos para o Catálogo mais pormenores em torno dos paralelos reconhecidos para estas peças.

[1590] AREZES *et al.*, 2013: 1914.

[1591] AREZES *et al.*, 2013: 1916-1919.

[1592] Foi junto do crânio, mais precisamente, dos ossos cranianos temporais, que se recuperaram os dois brincos anelares integrados no Catálogo (AREZES *et al.*, 2013: 1920).

dido junto ao corpo; os inferiores, por seu turno, achavam-se simplesmente estendidos e paralelos entre si. Acresce realçar que um ossário, cujos restos procediam igualmente de um adulto, se sobrepunha ao esqueleto. Mas, convém notá-lo, a câmara agregava ainda vestígios osteológicos pertencentes a um terceiro inumado. Com efeito, ao exumar o defunto que surgia em decúbito dorsal, percecionou-se, na zona dos pés, peças ósseas, também de pés, relacionáveis com um enterramento anterior[1593], circunstâncias que demonstram, de modo inequívoco, que a sepultura foi sujeita a mais do que um episódio de reutilização.

Transitamos agora para **Loja 5** que, à semelhança do que sucede com Montinhos 6, se inscreve na margem norte da Ribeira de Enxoé, mas, neste caso, na base de um outeiro, contíguo ao referido curso de água. A intervenção ali desencadeada implicou a escavação manual de seis sondagens de avaliação. E se as bolsas de terra escura observáveis no substrato das áreas n.º 1 e 4 traduziam apenas a incidência de perturbações resultantes da efetuação de trabalhos agrícolas, as n.º 6 e 7 acabaram por desvelar quatro sepulcros de inumação. Na generalidade, todos denotavam traços arquitetónicos bastante idênticos, salvo pontuais variações, plasmadas nomeadamente em certos pormenores construtivos, como o tipo de materiais empregues na preparação das coberturas. Com efeito, cada uma das cistas destinadas à inumação de cadáveres foi aberta no geológico, e posteriormente revestida por blocos pétreos ou *tegulae*; em contrapartida, houve alguma oscilação ao nível das escolhas feitas para a proteção dos túmulos, com recurso a pedras, de xisto ou granito, a *tegulae* ou combinando ambas as soluções.

Consideremos agora os sepultamentos. No sepulcro 1 repousava um indivíduo adulto de sexo feminino, colocado em decúbito dorsal e orientado no sentido oeste-este, ao passo que no 2 não se registou a presença de qualquer indício passível de ser conectado com um enterramento primário. Contudo, numa zona da estrutura, cuja parede aparentava ter sido sujeita a uma eventual remodelação, pontuava um ossário formado pelos restos esqueletizados de um indivíduo adulto, que terá sido adornado com um brinco anelar, que analisamos no Catálogo. No túmulo 3, a ausência de sinais de inumações prévias era completa. Mas no 4 foi sinalizado um enterramento que abarcava novo adulto, de sexo feminino, a par de um sub-adulto, «abraçado» pelo primeiro e sobre o seu peito deitado[1594], configurando um cenário análogo a um outro anteriormente descrito, a propósito da necrópole de Alter do Chão[1595].

Ora, um dos pontos de contacto a assinalar entre Montinhos 6 e Loja 5 radica precisamente no aparecimento, em contexto sepulcral, de brincos anelares, elementos metálicos que, ainda que entroncando numa «herança» romana, veem a sua utilização especialmente difundida ao longo dos séculos VI e VII. Atendendo à inexistência de outros materiais asso-

[1593] AREZES *et al.*, 2013: 1920.

[1594] AREZES *et al.*, 2013: 1915-1916.

[1595] Note-se que, em Alter, a situação concernia a um quadro similar, mas sendo o adulto de sexo masculino (ANTÓNIO & REIS, 2008a: 338).

ciados, que nos permitam afinar este balizamento cronológico lato, cremos não ser possível circunscrever mais o intervalo proposto para a respetiva inserção.

Avançamos para o sítio de **Torre Velha 3**, revelado no âmbito da execução das medidas de minimização que precederam a construção da Barragem da Laje, em Serpa. Desta estação, vasta e com ocupações diversas, integráveis numa extensa diacronia, ainda que não em continuidade, antes marcada por interrupções, iremos destacar os dados coligidos em torno de um conjunto de estruturas funerárias atribuídas à Antiguidade Tardia.

Começamos por evidenciar o facto de Torre Velha 3 se implantar nas imediações de cursos de água e, concretamente, numa elevação de pendente suave, portanto, pouco vincada na paisagem[1596], em consonância com o que se verifica noutros espaços onde têm vindo a ser detetados sepultamentos coevos[1597]. Mas, apesar das recorrências que teremos oportunidade de apontar e que tocam, pois, domínios como a topografia do lugar ou a adoção de determinadas soluções arquitetónicas na composição dos sepulcros, há que realçar que Torre Velha 3 encerra também um cunho de «novidade» a certos níveis, pelo menos, no que toca à realidade até ao momento arrolada para o atual território português.

São 23 os contextos classificados como tardios, os quais, em razão das características que exibem, foram subdivididos em três grandes grupos tipológicos, definidos nos seguintes moldes: covas simples; túmulos providos de caixas delimitadas por elementos pétreos ou cerâmicos; e, por último, fossas[1598].

O primeiro comporta cinco estruturas de formato tendencialmente retangular, escavadas no substrato, a pouca profundidade da superfície, apenas a requerida para depositar os inumados, daí a propensão para que todo o género de intrusões subsequentes tenha redundado na deterioração das valas e das ossadas nelas contidas. Os defuntos preservados, independentemente da idade auferida à morte, e tratando-se de indivíduos infantis, juvenis ou adultos, surgiam sem materiais a acompanhá-los e posicionados em decúbito dorsal, com os membros superiores fletidos e as mãos pousadas no púbis. Mas, convém lembrá-lo, além dos enterramentos primários, duas das sepulturas incluíam reduções[1599], circunstância que comprova a sua reutilização.

Ainda a respeito destes túmulos, note-se um pormenor interessante: a abertura no geológico de um deles cortou uma fossa detrítica, ação que afetou também o seu primeiro nível de enchimento, imputado à Antiguidade Tardia. Esta situação, estratigraficamente

---

[1596] ALVES *et al.*, 2013: 1930-1932.

[1597] Vejam-se, a título de exemplo, os casos do sítio 6 do Vale da Bexiga, em Castelo de Vide (RODRIGUES, 1975: 155), da Herdade do Marmelo, em Ferreira do Alentejo (RIBEIRO & CANHÃO, 2002: 3) ou o da Horta de João Lopes, na Vidigueira (FIGUEIREDO & ALVES, 2013: 1968).

[1598] ALVES *et al.*, 2013: 1932.

[1599] ALVES *et al.*, 2013: 1934-1935. Os autores equacionam que a implementação desta prática nos covachos possa ser interpretada em função da necessidade de perpetuar ligações familiares, da manutenção de limitações de ordem social ou económica ou ainda, atendendo à persistência do direcionamento patenteado, no sentido noroeste/sudeste, à utilização continuada dos sepulcros (ALVES *et al.*, 2013: 1937).

demonstrativa de uma relação de anterioridade/posterioridade, constitui um indicador da vigência de uma ocupação prévia, integrável numa cronologia que se supõe consonante com a dos enterramentos, mas com vocação provavelmente doméstica[1600], o que não deixa de se afirmar como potencial sintoma de um renovado enquadramento mental, na medida em que não é de excluir que traduza o estabelecimento de vínculos de uma outra natureza, talvez de maior proximidade, na conexão entre mundo dos vivos e mortos. De qualquer modo, há que ressalvar que, mediando a fase de uso dos silos e a ulterior «reconversão» (?) do espaço, com a adequação a uma vertente funerária, poderá ter discorrido um lapso de tempo nada despiciendo.

Passemos à análise das informações fornecidas a propósito da segunda categoria de sepulcros, ditos «estruturados», sem esquecer que, no seu seio, assomam variantes diversas. Em termos gerais, distinguem-se pelo maior «investimento» colocado na preparação das câmaras: por vezes, com o revestimento das paredes; ocasionalmente, também dos fundos, e com a proteção do interior das caixas mediante o aparelhamento de coberturas, sempre com recurso a materiais reaproveitados, blocos pétreos ou cerâmicas de construção, isolados ou combinados entre si. No que toca à configuração destas sepulturas, genericamente retangular, ainda que com algumas variáveis, há uma, em losango, que merece ser aqui relevada. Aliás, não é somente o contorno da vala que escapa aos modelos mais vulgarizados, pois a própria disposição do indivíduo de sexo feminino ali inumado assume foros identicamente ímpares: o crânio levemente lateralizado, as mãos cruzando-se na zona do pescoço e os joelhos completamente apartados[1601]. Dada a ausência de paralelos para opções tão singulares, cremos, na esteira dos autores que elaboraram o artigo que temos vindo a seguir, que a formulação de hipóteses para esclarecê-las carecerá, por ora, de possibilidade de confirmação assertiva.

Um outro ponto que se nos afigura importante evidenciar prende-se com o facto de alguns dos sepulcros «estruturados» cortarem negativos de fossas detríticas, cujos enchimentos foram atribuídos ao período tardo-antigo, ilustrando uma realidade já apurada para os «covachos» simples e que se repetirá também nos enterramentos em fossa[1602], representando testemunho adicional da sobreposição de dispositivos com funcionalidades diferenciadas em Torre Velha 3.

Posto isto, resta-nos precisamente abordar os enterramentos em fossa, concretizados em valas escavadas no geológico que, originalmente, poderão ter sido criadas para responder a algum tipo de aproveitamento doméstico, eventualmente relacionável com o armazenamento de alimentos. Contudo, pelo menos sete acabaram por ser transformadas e destinadas à inumação. No total, foram dez os indivíduos sepultados nestas estruturas de formato tendencialmente circular, o que obrigou não só à sua reutilização, como a uma inevitável

[1600] ALVES *et al.*, 2013: 1936-1937.
[1601] ALVES *et al.*, 2013: 1938-1944.
[1602] ALVES *et al.*, 2013: 1945; 1949.

adaptação às dimensões apresentadas pelos negativos: os esqueletos identificados surgiam em decúbito lateral, dorsal ou mesmo ventral, com os membros inferiores fletidos. E, ainda que sem se regerem por uma orientação específica, a generalidade dos defuntos aparentava ter sido depositada com todo o desvelo. Mas nem sempre. Veja-se o caso do indivíduo de sexo masculino apoiado sobre o ventre, cujos braços, dispostos, ao que tudo indica, desarticuladamente, levam a que se suponha ter sido arrojado para o interior da vala. Mas, mais curioso ainda, é o exemplo da fossa que continha enterramentos múltiplos, concernentes não apenas a humanos, mas também a um equídeo, apartado das demais inumações por um estrato orgânico; jazia em decúbito ventral, junto da parede sul, como que circunscrevendo-se a essa área limitada. Igualmente interessante é o posicionamento que lhe foi conferido: uma pedra sustinha-lhe o pescoço, evitando o potencial deslocamento e resvalar das respetivas ossadas. Em contrapartida, os vestígios osteológicos humanos, sobre os quais se acumulavam cerâmicas de construção fragmentadas, pareciam ter recebido um tratamento menos esmerado e, similarmente à situação acima descrita, ter sido simplesmente lançados para a estrutura[1603]. Como, pois, explicar esta realidade? As interrogações multiplicam-se. Por um lado, a serem contemporâneos os enterramentos, (quer os que se executaram em singelos covachos, quer em túmulos mais complexos, quer em fossas «requalificadas» para novos fins), fica por clarificar que leque de circunstâncias determinaria a escolha do local de sepultamento apropriado a cada indivíduo. Estaremos perante níveis díspares de estratificação económica ou social, passíveis de condicionar o estatuto auferido pelo defunto e, consequentemente, o esforço colocado na preparação da câmara que o irá albergar na morte? Por esta ordem de ideias, como perspetivar a opção de instalar certos cadáveres em fossas, antigos silos (?), ainda que cuidadosamente? E, então, que dizer acerca de uma estrutura onde o esqueleto que denota ter atraído mais atenção consta de um equídeo, enquanto os humanos aparentam ter sido atirados? Presumir-se-ia que, sobretudo estes, estariam no limiar inferior da «sociedade». Todavia, os dois únicos adereços tardo-antigos da necrópole foram recuperados justamente em fossas: dois objetos metálicos, ainda que não diretamente associados a qualquer dos indivíduos. Não haverá aqui alguma contradição? Ou terá o arremessamento decorrido de alguma situação calamitosa, talvez uma peste, que o tenha justificado?

Estas questões, que julgamos absolutamente pertinentes, carecem de uma base sólida que permita deslindá-las. A título de exemplo, a hipótese de uma epidemia se encontrar na raiz da ocorrência supra mencionada, poderia ser sustentada se a Antropologia a confirmasse[1604]. Em compensação, o avanço na compreensão de outros pontos revela-se bem mais problemático. A sincronia das inumações de Torre Velha 3 levanta dificuldades, ainda que a diversidade tipológica das estruturas tumulares num mesmo espaço funerário ou a inclusão de materiais (votivos ou de adorno) em parte delas, a par da rigorosa ausência noutras, configure uma

[1603] ALVES *et al.*, 2013: 1945-1949.

[1604] ALVES *et al.*, 2013: 1949.

constante. É fundamentalmente na existência de enterramentos em fossas detríticas e na natureza pouco ortodoxa dos mesmos que residem, na nossa opinião, as mais fortes incógnitas.

Atentemos, então, nos dois artefactos exumados, cada um dos quais oriundo de uma estrutura distinta. Um deles, um brinco anelar produzido em liga de cobre, incompleto e provido de apêndice decorado na extremidade conservada, procede de um estrato a que se sobrepõem as ossadas de uma mulher[1605]. O segundo, uma placa, igualmente de cobre, foi detetado no interface entre uma camada sedimentar e os restos do equídeo, numa fase em que começavam a assomar o crânio e alguns ossos longos de um dos quatro indivíduos ali depositados[1606]. Tendo sido interpretada como fecho de cinturão, foram-lhe indicados alguns paralelos, relativos a achados efetuados em território peninsular, entre os quais, o de um objeto com figuração de um zoomorfo, proveniente de Silveirona[1607]. Mas, se bem que concordando com as analogias evocadas entre ambas as peças, fragmentadas, entendemos que nenhuma delas equivale a uma verdadeira placa, antes a uma espécie de aplique: demasiado finas e sem indícios da presença de um único apêndice no verso por onde passar os fios de tecido ou couro, dificilmente poderiam assumir tal função[1608]. Contudo e independentemente da clarificação da sua tipologia, cremos que deverá ser atribuída, preferencialmente, aos séculos VI ou VII, cronologia que, outrossim, se adequa perfeitamente ao brinco anelar. No entanto, se a ocupação funerária de Torre Velha poderá, em termos gerais, ser consonante com tal datação e, além do mais, afirmar-se como posterior a uma primeira utilização do sítio, supostamente, com carácter doméstico, não deixam de ser muitas as dúvidas suscitadas pelas singularidades registadas. A articulação entre espaços, de vida e morte, constitui apenas uma delas. Uma outra prende-se com a eventual diferenciação económica ou social dos múltiplos inumados e com o modo como a variabilidade e complexidade construtiva dos sepulcros que a cada um dos defuntos terá sido intencionalmente destinado, aliadas às escolhas preconizadas para a disposição dos cadáveres, serão ou não suscetíveis de ilustrar essa estratificação.

É tempo agora de penetrar no concelho de Mértola. Aqui, principiamos por nos deter num sítio que se localiza na área norte da freguesia com o mesmo nome, distando cerca de 25 quilómetros da vila. Trata-se do **Mosteiro**, designação herdada de um edifício, provável templo, que sobressai assim que termina o casario de Monte Mosteiro, aglomerado implantado nas imediações da Ribeira de Terges e Cobre e da velha estrada que liga Beja a Mértola, cruzando as terras do Pulo do Lobo. O templo é mencionado em documentação datada dos

[1605] O esqueleto foi identificado como [2049], sendo que a fossa em causa corresponde à estrutura [2224] (ALVES *et al.*, 2013: 1955).

[1606] Neste caso, a estrutura coincide com unidade [2579] e o esqueleto juvenil, por seu turno, com a [2493] (ALVES *et al.*, 2013: 1955).

[1607] ALVES *et al.*, 2013: 1954-1956.

[1608] A placa de Silveirona (n.º de inv. 2003.55.1) foi analisada no M.N.A., pelo que a descrição elaborada, a par das fotografias captadas, se encontram disponíveis para consulta no Catálogo. Quanto ao objeto congénere recolhido em Torre Velha 3, a par do brinco anelar, as nossas fontes constam das fotografias publicadas no artigo que temos vindo a citar (ALVES *et al.*, 2013: 1954, fig. 12; 1955, fig. 13).

anos 40 do século XVII, onde se explica que, se bem que correspondendo à igreja de São Salvador, era habitualmente chamado de «Mosteyro», até porque, segundo então se dizia entre a população, ali teriam existido vultuosas instalações beneditinas. Posteriormente, as *Memórias Paroquiais* de 1758 acabariam por atestar que a ermida de São Salvador se encontrava, de facto, associada a um mosteiro. Mas, por ora, e ainda que se conjeture que, na aproximação aos finais do século XIX, estaria já desocupada, fica por conhecer o momento em que o abandono terá, efetivamente, sucedido[1609].

Ora, a motivação para abordar o sítio do Mosteiro decorre dos resultados obtidos no âmbito de escavações ali realizadas recentemente. Estas, numa primeira fase, incidiram no interior do espaço de culto, em particular, na zona da abside. Só ulteriormente, findos os trabalhos de recuperação do referido edifício, cuja arquitetura terá começado por responder às exigências do cristianismo primitivo, arrancou uma nova etapa, centrada, desta feita, no terreno circundante[1610]. É sobre essa intervenção exterior que nos importa debruçar, uma vez que culminou na identificação de uma necrópole tardia. No entanto, não poderíamos deixar de salientar que certos indícios, patentes, nomeadamente, em especificidades desveladas por algumas estruturas, aliadas à ocorrência de pavimentos musivos, apontam no sentido de a ocupação inicial no Mosteiro se poder coadunar com a vigência de uma *villa* romana, que remontaria pelo menos, aos finais do século III ou alvores da centúria subsequente, havendo que equacionar, por outro lado, que no século V o conjunto tenha sido sujeito a reformulações, no intuito de o cristianizar[1611], à semelhança do verificado em muitas outras *villae* coetâneas.

Atentemos, então, na área cemiterial que torneia o templo, não sem antes notar que, também no interior deste se detetaram alguns sepulcros, oito no total[1612]. Já na envolvente contabilizaram-se dezasseis túmulos, dos quais doze surgiam alinhados defronte da ermida; dois na lateral direita, outro, na esquerda e um último, na parte posterior. Tipologicamente, era parca a variabilidade percetível nas soluções construtivas adotadas, sendo que, além do mais, todas as sepulturas possuíam um ponto em comum: a preparação de cada uma delas implicou a abertura de uma fossa simples. Quanto às coberturas, eram apenas três os dispositivos intervencionados que as conservavam, sendo duas das tampas compostas por lajes de xisto, e uma terceira, apenas parcialmente preservada, por *tegulae*[1613].

[1609] LOPES *et al.*, 2011: 6-8.

[1610] LOPES *et al.*, 2011: 9-12.

[1611] LOPES *et al.*, 2011: 9; 21.

[1612] Supõe-se que os enterramentos infantis aí documentados possam ser atribuídos a meados do século XVII, altura em que o edifício terá assumido novo papel religioso, enquanto ermida de São Salvador do Mosteiro. Esta teoria assenta, por um lado, no bom estado dos vestígios osteológicos exumados; por outro, no tipo de artefactos que com eles se conectavam nas sepulturas (LOPES *et al.*, 2011: 22).

[1613] Na verdade, foram vinte e dois os túmulos revelados, se bem que seis tenham ficado por escavar: coincidem com as estruturas que mantinham integralmente a cobertura de lajes de xisto, oferecendo, por conseguinte, melhores condições e menos riscos de destruição (LOPES *et al.*, 2011: 21).

Considerando agora o ritual, registe-se que os defuntos das estruturas estudadas foram depositados diretamente na cova. Todavia, ao passo que os indivíduos infantis apareciam dispostos em decúbito dorsal, com os membros inferiores fletidos e as mãos reiteradamente colocadas sobre o peito (exceção feita ao inumado do túmulo 6, que as apresentava a cobrir o púbis), o posicionamento dos adultos denotava algumas variantes, patentes sobretudo ao nível dos membros superiores[1614].

Outro dado a realçar a propósito destes enterramentos prende-se com o facto de nalgumas situações se ter demonstrado, através da presença de reduções, que as sepulturas foram reutilizadas[1615], no que configura uma prática muito reproduzida na Antiguidade Tardia. Mas, naturalmente, os indicadores mais fiáveis para o estabelecimento de propostas cronológicas radicam nos materiais recuperados em contexto. No caso do Mosteiro, ainda que sem atingir uma proporção quantitativa propriamente abundante, os elementos recolhidos não deixam de se mostrar suficientemente elucidativos, ao atestar que uma parte dos indivíduos ali inumados foi a enterrar acompanhada de adereços destinados a ataviar o corpo. Concerniam estes a um suposto anel e a dois pares de brincos anelares, produzidos em liga de cobre; a três contas de colar, duas de âmbar e uma de vidro; e, por último, a um bracelete fragmentado, fundido em ferro. Note-se, porém, que estes adornos não surgiam isolados, antes concentrados em três dos túmulos, onde se associaram de modo particular. Dos sepulcros 10 e 15 procederam, respetivamente, dois pares de brincos, sendo que o 15 continha ainda o anel; já o 13 acolhia as contas e o bracelete. Numa quarta estrutura de inumação assinalou-se uma tessela de vidro, ocorrência interpretada como possível indício do recurso a mosaicos para recobrir algumas sepulturas, circunstância que, a confirmar-se, permitiria conjeturar uma inserção cronológica em torno dos séculos V ou VI[1616]. Já no que respeita aos demais materiais e, atendendo aos paralelos apurados, designadamente para os brincos anelares, bracelete e contas, afigura-se que a datação deveria rondar o século VI, com probabilidade de atingir a centúria subsequente.

Prosseguimos agora até à vila de Mértola, onde se impõe que nos debrucemos sobre duas outras necrópoles, por seu turno relacionadas, ao que tudo indica, com duas basílicas: a do Cine Teatro Marques Duque e a do Rossio do Carmo.

Começamos por nos deter na necrópole do **Cine Teatro**, implantada em pleno cerne da atual povoação, nas imediações do local onde antes se erguia a ermida de Santo António dos Pescadores, fundada no século XVII[1617] e não muito distante de uma outra, a da Senhora do Carmo.

[1614] «[…] os indivíduos pertencentes às sepulturas 10, 14, 18, 23 apresentam as mãos sobre o púbis. Os indivíduos pertencentes às sepulturas 6, 20, 21 têm os membros superiores estendidos ao longo do corpo, com as mãos junto ao fémur. O indivíduo da sepultura n.º 19 apresenta os braços cruzados sobre o abdómen. Na sepultura n.º 20, o braço direito está sobre o abdómen e o esquerdo estendido ao longo do corpo. Nas sepulturas 11, 12, 13, 15 e 17 não foi possível determinar a posição dos membros superiores devido ao mau estado de conservação que estes ossos apresentavam. […]» (LOPES *et al.*, 2011: 14).

[1615] LOPES *et al.*, 2011: 13-14).

[1616] LOPES *et al.*, 2011: 16-17; 37.

[1617] LOPES, 2003: 66; 139.

Na obra *Memória das Antiguidades de Mértola*, dada à estampa em 1880, Estácio da Veiga afirmava ter descoberto um «[…] extenso campo mortuario […]»[1618], que se espraiava pela extensão que mediava entre as duas pequenas igrejas. Nas lápides marmóreas reutilizadas, parte das quais quebradas, que então detetou, julgou desde logo reconhecer testemunho do «[…] elemento wisigothico […]», a que Idácio de Chaves, primeiro e, André de Resende, centúrias mais tarde, haviam feito referência[1619].

Ora, praticamente defronte da capela de Santo António, numa zona delimitada, contígua à sarjeta da via que ligava a Beja, Estácio da Veiga teve oportunidade de explorar seis sepulcros, cinco dos quais direcionados no sentido noroeste-sudeste. Escavados no solo, chegavam a afetar o substrato xistoso. Dois deles (n.º 3 e 4), os únicos incólumes, mantinham as coberturas de alvenaria, tendencialmente convexas, e exibiam revestimento pétreo interno, mesclado com terra amassada. Um outro (n.º 5), idêntico em termos construtivos, distinguia-se daqueles apenas pelo formato da tampa, desta feita, abobadada. Por sua vez, o n.º 6 carecia quer de guarnecimento quer de cobertura e apresentava orientação divergente dos demais, seguindo o eixo NNE-SSO. Quanto aos n.os 1 e 2, eram os mais deteriorados, tendo o segundo sido inclusive truncado pela valeta, pelo que os vestígios osteológicos neles contidos se mostravam dispostos de modo mais desordenado e os crânios esmagados. Mas nem sempre as ossadas surgiam neste estado caótico: nos túmulos melhor preservados os restos esqueletizados, ainda que degradados, permaneciam na posição em que haviam sido depositados. No n.º 5, aliás, associavam-se a uma presa de capríneo, que jazia aos pés, interpretada como manifestação de superstições em voga. Independentemente da sua tradução simbólica, configurava uma exceção, num cenário de aparente vazio artefactual[1620].

Seria necessário aguardar até 2001 para que, no âmbito da requalificação prevista para o edifício do Cine Teatro e respetiva área envolvente, uma intervenção arqueológica clarificasse a sequência plasmada na estratigrafia. Assim se percebeu que a fase de ocupação mais recente se correlacionava com a ermida entretanto demolida; que a anterior abarcava alinhamentos e níveis de habitação do período islâmico; e que, sob este conjunto, emergia um espaço mortuário, composto por treze sepulturas paralelas entre si que, malgrado o grau de destruição que incidiu sobre algumas delas, pareciam coadunar-se tipologicamente com os dispositivos descritos por Estácio da Veiga nos finais do século XIX. Não obstante, constatou-se que, consoante as especificidades do terreno ou a profundidade a que foram preparadas, ter-se-á optado por circunscrevê-los por muretes ou, em alternativa, por aproveitar os afloramentos para neles suster as coberturas[1621]. Já no interior, os defuntos eram

[1618] VEIGA, 1880: 21.

[1619] VEIGA, 1880: 21.

[1620] VEIGA, 1880: 119-121.

[1621] Na do túmulo 2, o melhor conservado, eram visíveis resquícios de *opus signinum*, pormenor que evoca similitudes com situações verificadas no Rossio do Carmo. Esta mesma estrutura foi a única onde se exumou um esqueleto praticamente completo, concernente a um indivíduo adulto de sexo feminino (LOPES, 2003: 140-141).

colocados em decúbito dorsal, com variações ao nível do arranjo dos membros superiores: distendidos ao longo do corpo ou apoiados sobre o púbis.

Apesar de a escavação não ter revelado provas irrefutáveis que o comprovem[1622], admitiu-se que, naquele lugar, próximo do rio, tenha sido erigido um templo algures no século V, em uso pelo menos ao longo da centúria subsequente[1623] e ao qual caberia não só responder ao culto, mas igualmente estabelecer os limites da área mortuária de *Myrtillis*, a poente. Assim se explicariam as lápides supracitadas, uma das quais provida de uma inscrição em língua grega, sugerindo a presença de indivíduos eventualmente integrados numa comunidade detentora de práticas diferentes das veiculadas na basílica do Rossio do Carmo, porventura maior e mais monumental[1624]. Mas, note-se, a epígrafe de *Zózimo* não é a única a merecer destaque. Nas proximidades do atual Cine Teatro, Estácio da Veiga identificou a lápide da pequena *Orania*, a par de uma outra, também pertencente a um túmulo feminino: a de *Donata*. A estas soma-se ainda parte de uma laje, fragmentada, onde avultava a representação de uma palmeira, ladeada por um arco ou moldura exterior, conjugação de motivos que justificaria atribuí-la a um tempo balizado entre os séculos V e VII[1625].

Resta-nos agora tecer alguns comentários a propósito dos escassos materiais recuperados no seio das estruturas funerárias. À presa de cabra, a que foi já feita referência, somava-se um anel de cobre que acabou por ser rejeitado em razão do suporte não precioso em que fora produzido[1626]. A estes artefactos acresciam duas fivelas, elementos significativos, na medida em que atestam a inumação vestida do indivíduo que ali foi depositado[1627]. E, é importante registá-lo, os elementos constituintes desses dois adornos metálicos denotam incontornáveis analogias com peças fundamentalmente datáveis do século VI, uma das quais exumada, a título de exemplo, num contexto de enterramento merovíngio, além Pirenéus, outra em ambiência sepulcral conotada com filiação visigótica[1628], daí que se nos afigure que a necrópole em causa poderá ser encarada como um «mosaico» de influências distintas, que ali confluíram, talvez pela índole «cosmopolita» de que Mértola continuava a revestir-se no período da Antiguidade Tardia e para a qual certamente não foi alheio o seu estratégico posicionamento geográfico, propiciador da manutenção de intensas trocas comerciais.

Avancemos até ao **Rossio do Carmo**, já próximo da saída de *Myrtillis* e da velha estrada que a ligava a *Pax Iulia*, local onde, em meados do século V, sobre antigas necrópoles da

---

[1622] LOPES, 2003: 139-141.

[1623] TORRES, 1993b: 25; LOPES, 2003: 143.

[1624] MACIAS, 2006a: 266-267.

[1625] LOPES, 2003: 142-143; MACIAS, 2006a: 267-268; 2006c: 43, V.58.

[1626] VEIGA, 1880: 98; 120.

[1627] Uma das fivelas figurava sobre o osso ilíaco direito e outra, na parte exterior do tornozelo do mesmo lado. Ambas procedem da UE-1175, removida da sepultura 17, a qual se localizava na Rua Dr. Afonso Costa (LOPES, 2014: 468; 481-482).

[1628] Para uma confrontação detalhada com os paralelos apontados para as duas fivelas, vejam-se as informações elencadas no Catálogo.

Idade do Ferro e período romano, se ergueu a basílica que ficou conhecida pela designação epónima[1629].

A história das explorações arqueológicas no Rossio do Carmo remonta ao século XIX, mais concretamente, a 1877, aquando da já mencionada passagem de Estácio da Veiga por *Myrtillis*[1630]. Já então o arqueólogo considerou ter ali identificado a igreja cristã primitiva, lamentando não ter prosseguido nas suas investigações naquela zona, que percebeu ser particularmente rica e profusa em vestígios[1631]. De qualquer modo, e entre os achados concretizados à altura, arrolou materiais osteológicos, nomeadamente maxilares e demais ossadas humanas, provenientes dos túmulos colocados a descoberto quer junto da ermida de Santo António, quer no Rossio do Carmo e que atribuiu ao intervalo compreendido entre o século V e VIII[1632].

Mas as ações levadas a cabo no Rossio do Carmo não se limitaram aos trabalhos desencadeados por Estácio da Veiga. Em artigo de 1896, assinado por Leite de Vasconcelos e que cita como fonte uma edição de maio desse mesmo ano do jornal *O Bejense*, é noticiado o aparecimento de uma série de sepulcros, decorrente de procedimentos relacionados com a extração de saibro. É interessante notar-se a apreciação então feita dos enterramentos desvelados, que se afirma divergirem, em termos construtivos, de outros previamente encontrados. De acordo com a descrição fornecida, as caixas eram escavadas no substrato, com as cabeceiras direcionadas para nascente, sendo que, no seu interior, se acumulavam os esqueletos de múltiplos indivíduos, se bem que apartados entre si por tijolos. Quanto à presença de materiais nos túmulos, apenas se alude à ocorrência de um único vaso cerâmico, junto do rosto de um defunto[1633]. Já nas *Religiões da Lusitânia*, o autor evoca intervenção que ele próprio ali conduziu e cujos resultados permaneciam, à data da publicação, inéditos. Contudo, não deixa de reiterar a ideia de que os dispositivos tumulares se pautavam por uma forte variabilidade tipológica[1634] e, por outro lado, de chamar a atenção para o facto de algumas das lápides ostentarem inscrições coadjuvadas por símbolos cristãos, como o *crismon*[1635].

O carácter paleocristão das inscrições estava confirmado, tal como a avultada dimensão da necrópole. Na verdade, já numa planta que, durante largo tempo se julgou ter sido

---

[1629] LOPES, 2003: 66

[1630] VEIGA, 1880: 14-15. Anteriormente, nessa mesma área e ao remexer o terreno, um proprietário revelara túmulos paleocristãos, cujas epígrafes foram ulteriormente reunidas e estudadas, numa primeira fase, pelo próprio Estácio da Veiga (FERREIRA, 1965: 59).

[1631] VEIGA, 1880: 21.

[1632] VEIGA, 1880: 33-34.

[1633] VASCONCELOS, 1896: 174.

[1634] Segundo Leite de Vasconcelos, havia: «[…] sepulturas de diversos tvpos, umas d'ellas feitas de pedra, outras abertas em fragas, outras na terra simples: os cadaveres eram postos em decúbito dorsal, geralmente sem objectos ao pé […]» (VASCONCELOS, 1915: 583).

[1635] VASCONCELOS, 1915: 582-584.

elaborada por volta de 1890, pela mão de Estácio da Veiga, ou a seu pedido[1636], e que figurava no então Museu Etnológico entre os materiais a incluir no V volume da obra *Antiguidades Monumentaes do Algarve*, encontram-se assinaladas mais de cinquenta estruturas de inumação[1637]. Mas, especialmente relevante não será o número em causa, que aliás, agora se sabe, não corresponde ao total dos sepulcros[1638], antes a leitura gerada pelo plano, uma vez que permite não só observar a diversidade de orientações e formatos[1639] como, em paralelo, verificar a adoção de opções distintas no que respeita à implantação dos túmulos, a maior parte dos quais se articulava com os alinhamentos do edifício da basílica paleocristã[1640]. Mas a carência de legendas e de outros dados documentais complementares redundava na persistência de interrogações.

Já no âmbito das escavações programadas que o Campo Arqueológico de Mértola ali desenvolveu a partir dos anos 80 do século XX, obtiveram-se importantes resultados: reconstituiu-se e completou-se o traçado da basílica, provida de duas absides contrapostas – reflexo de influências norte-africanas –, e cujas similitudes com a de Torre de Palma (Monforte) ou Casa Herrera (Mérida) puderam, enfim, emergir; constatou-se a continuidade, em extensão, da necrópole que lhe estava associada e registaram-se dinâmicas de ocupação subjacentes, até então desconhecidas[1641].

A propósito deste ponto, é de realçar que o estudo das epígrafes que se conservavam *in situ* veio aclarar o facto de, no interior da basílica, o grosso dos enterramentos ter sido concretizado no século VI, mais de metade dos quais, na primeira metade da centúria. Ora, apesar de o cânone XVIII do II Concílio de Braga, celebrado em 561, interditar a inumação no seio dos locais de culto[1642], na basílica do Rossio do Carmo, à semelhança do apurado para outros contextos congéneres, a proibição oficial não ditou propriamente o fim desta prática. Com efeito, pelo menos duas lápides, datadas dos séculos VII e VIII, comprovam a

---

[1636] Opinião discordante é a manifestada por João Luís Cardoso: «[…] ao contrário do que até agora unanimemente se referiu, é de concluir que a planta da basílica de Mértola não deve ter resultado de trabalhos arqueológicos conduzidos por Estácio da Veiga […];[…] planta e fotografias correspondem a uma mesma escavação, realizada num dado momento, e sob a orientação de alguém que não teria sido Estácio da Veiga. A resposta à autoria das escavações surgiu, quando em duas das fotografias se observou mais atentamente uma figura que sugeria ser José Leite de Vasconcellos […]» (CARDOSO, 2006: 332).

[1637] FERREIRA, 1965: 64-65; PEREIRA, 1993: 14-15.

[1638] «[…] surgimento dos pavimentos da basílica cheios de sepulturas […] na nave norte e 12 na central […]» (MACIAS, 1993: 48).

[1639] Independentemente das variáveis percetíveis em termos de configuração, Santiago Macias considera que os túmulos se integram num único tipo: «fossas escavadas na rocha e cobertas por simples lages de xisto […]. Possuíam, frequentemente, pequenos muros em pedra interiores […]. Noutros casos, a sepultura era revestida interior e exteriormente por uma camada de *opus*, sendo os enterramentos mais importantes completados por uma inscrição gravada sobre uma lage de mármore. […]» (MACIAS, 1993: 51).

[1640] Veja-se a representação dada à estampa por Bandeira Ferreira (FERREIRA, 1965: 66-67) e os comentários tecidos em torno da planta por M. Luísa Estácio da Veiga Pereira (PEREIRA, 1993: 14-18).

[1641] MACIAS, 1993: 34; 37; PEREIRA, 1993: 18.

[1642] «[…] De los cuerpos de los difuntos. Que en modo alguno se dé sepultura a los cadáveres en el interior de las basílicas de los santos. […]» (VIVES, 1963: 75).

sua manutenção. Em contrapartida, a área disponível para constituir novos túmulos, a partir dos finais do século VI, seria já reduzida, daí que não seja de excluir que uma das explicações basilares para a delimitação cronológica das epígrafes possa radicar nesta conjuntura mais prosaica. Ressalve-se, porém, que a situação descrita não implica, naturalmente, que o número de enterramentos efetuados nas centúrias mais avançadas se circunscreva aos escassos exemplos mencionados, até porque parte das estruturas funerárias albergava restos osteológicos pertencentes a mais do que um indivíduo[1643], traduzindo a persistência das inumações múltiplas[1644], passíveis de serem realizadas ao longo de um espectro temporal mais ou menos amplo.

No que toca aos materiais recuperados e malgrado as dificuldades de interpretação geradas pela ausência de contextos seguros[1645], foi possível, ainda assim, reunir um conjunto relativamente representativo, que inclui uma única forma vítrea[1646], três recipientes cerâmicos vocacionados para a contenção de líquidos[1647], a par de alguns elementos metálicos de adorno. Entre estes conta-se uma placa de cinturão incompleta, de tipologia liriforme, destinada à aplicação sobre a indumentária, correspondendo os restantes, um anel e vários brincos anelares[1648], a adereços destinados a ornamentar o corpo. E, note-se, o que desde logo sobressai da avaliação das cronologias atribuíveis à generalidade dos referidos artefactos, é a consonância com os dados fornecidos pela epigrafia. Na verdade, as datações que propomos surgem fundamentalmente balizadas entre os séculos VI e VII, sendo complexo procurar afiná-las ou reduzir o intervalo em questão, até pela utilização distendida que a maior parte dos objetos prenuncia. A exceção a apontar a este quadro funda-se exclusivamente na placa de cinturão, cujo tipo começa a disseminar-se pelo território peninsular nos princípios do século VII, permanecendo em uso ainda nos alvores do VIII[1649]. Contudo, a descontextualização desta peça impede-nos de concretizar quaisquer explanações adicionais.

[1643] Segundo V. Lopes: «[…] Das trinta sepulturas estudadas pela equipa de antropologia verificou-se que 14 têm ossadas de apenas um esqueleto, detectando-se nos restantes 16 casos um uso sucessivo que pode ir até oito indivíduos […]» (LOPES, 2003: 150).

[1644] MACIAS, 1993: 50.

[1645] MACIAS, 1993: 53.

[1646] Trata-se de um lacrimário de perfil algo assimétrico, recolhido *in situ*, no lado direito da sepultura n.º 149, concretamente, debaixo das ossadas do rosto do inumado (LOPES, 1993: 82, n.º de catálogo 13; 2003: 150-151; 153). Não foi incluído no Catálogo, uma vez que, em razão do estado de grande fragilidade em que se encontra, não pôde ser manipulado ou analisado presencialmente.

[1647] Convém registar que, além do púcaro asado (n.º de inv. 2006.31.14), do cantil exumado no sepulcro F (n.º de inv. 2006.329.1) e da bilha procedente de «sepultura cristã» (n.º de inv. 12.755/2006.330.1), formas por nós estudadas no M.N.A., a instituição possui em depósito uma segunda bilha que se supõe provir de Mértola (n.º de inv. 15.981/2006.58.9). No entanto e atendendo às incertezas veiculadas quanto ao local de origem, optámos por não a inserir no Catálogo.

[1648] Também no caso dos brincos decidimos apartar três dos exemplares inicialmente examinados no M.N.A. (n.º de inv. 16.022/983.274.7; 983.287.1 e 983.287.5), uma vez que apenas conseguimos confirmar serem oriundos de Mértola e, não propriamente, do Rossio do Carmo.

[1649] De acordo com G. Ripoll López, os adornos liriformes inscrevem-se no nível V, que se inicia em torno dos anos 600/640, prolongando-se até cerca de 710/720 (RIPOLL LÓPEZ, 1998: 61).

De qualquer modo, a ocupação deste sítio não termina com o eclodir desta última centúria, nem com as mudanças que com ela sobrevieram, pois, conforme plenamente atestado, a realidade funerária dos terrenos em volta do Rossio do Carmo extravasa a cronologia sobre a qual nos debruçámos, sendo que a diacronia dos sepultamentos ali efetivados se estendeu ao longo de toda a época islâmica[1650].

6.3.2. O Algarve

Neste périplo pelo Algarve começamos por nos deter na zona do Barlavento e, concretamente, em **Odeceixe**, concelho de Aljezur. Em ponto não especificado da freguesia foi assinalada a existência de uma sepultura, aniquilada nos finais da década de quarenta do século passado. Nada é avançado acerca da construção ou tipologia que a caracterizava ou da orientação a que a sua implantação respondia. Apenas se conhecem referências aos materiais preservados no seu interior: um recipiente de cerâmica comum, interpretado como «urna», dois anéis de bronze e uma espécie de vaso destinado a uso ritual, produzido no mesmo suporte metálico[1651]. Mário Varela Gomes, que faz menção a este último artefacto, designando-o como caço ou *simpulum*, chama a atenção para as semelhanças que denota face a dois outros exemplares congéneres, igualmente recuperados em estações algarvias, nas quais adiante nos concentraremos: o da necrópole de Alcaria, em Caldas de Monchique, e o da Bica Alta, em São Bartolomeu de Messines[1652]. A mesma analogia, entre a «sertã» de Odeceixe e a de Alcaria, havia já sido realçada por D. Fernando de Almeida, que as arrola na obra que dedica à arte visigótica em Portugal[1653].

Mantendo-nos no mesmo concelho, progredimos até alcançar um outro espaço de enterramento, que dá também pelo nome de **Alcaria**. As primeiras alusões a esta necrópole chegam-nos através de Leite de Vasconcelos, que, tendo sido informado dos vestígios que ali subsistiam, foi encaminhado até ao local, conseguindo desde logo que o proprietário não só lhe concedesse autorização para proceder a uma intervenção no terreno, como, em paralelo, que lhe oferecesse dois objetos que se encontravam na sua posse: uma forma cerâmica incompleta, provável bilha, e um elemento metálico, de natureza não discriminada.

Tendo a escavação sido então iniciada, rapidamente Leite de Vasconcelos detetou mais materiais: um bracelete de bronze e dois outros vasos cerâmicos que, atendendo aos desenhos publicados, julgamos tratar-se de jarros. A este conjunto artefactual somavam-se restos osteológicos humanos[1654]. Todavia, nada é acrescentado a respeito das ossadas, pelo que se desconhece se à altura permaneceriam *in situ* ou já descontextualizadas e dispersas.

[1650] MACIAS, 1993: 31; 34.

[1651] VIANA *et al.*, 1953: 119, lâm. IV, n.º 47 e 48; PEREIRA, 2014: 398-399.

[1652] GOMES, 2010: 383

[1653] ALMEIDA, 1962: 236.

[1654] VASCONCELOS, 1904: 181.

Posteriormente, foi Bernardo de Sá quem, ao serviço do Museu e por indicação de Leite de Vasconcelos, deu seguimento aos trabalhos em Alcaria, na sequência de outras ações que foi levando a cabo em terras algarvias. E a partir das suas notas foi possível perceber que a necrópole se espraiava por uma elevação de pendente suave e que, em razão da faina agrícola que ali se vinha desenvolvendo, se apresentava já parcialmente destruída. Os sepulcros que se conservavam, ainda que violados e em mau estado de preservação, pareciam integrar-se em duas tipologias basilares. A primeira incluía os túmulos providos de coberturas de contorno retangular e integralmente delimitados por lajes de xisto, de espessura variável. A segunda, por seu turno, abarcava as fossas simples, abertas no caliço de forma a harmonizarem-se com a configuração dos corpos e, neste sentido, adquirindo tendência arredondada à cabeceira e estreitando com a aproximação aos pés. Note-se, porém, que à semelhança das que possuíam limites pétreos, também estas estruturas em negativo eram dotadas de tampa.

Entre as sepulturas que se mantinham visíveis no terreno, Bernardo de Sá discerniu uma que continha ainda, à cabeceira, um recipiente cerâmico. Aliás e como confirmou junto do proprietário, o mesmo se verificava em todas as que haviam já sido arrasadas. Um outro dado interessante e que vem lançar luz sobre o tratamento conferido aos vestígios osteológicos, prende-se com o facto de ter sido atestada a reutilização dos túmulos. Na verdade, o autor constatou a presença recorrente de ossadas pertencentes a mais do que um indivíduo no seio da mesma câmara funerária[1655], no que representa uma prática sistematicamente reproduzida na Antiguidade Tardia. Assim sendo e malgrado as lacunas que ficam por esclarecer e que passam, nomeadamente, pelas incógnitas em torno da extensão da necrópole ou da orientação adotada pelos sepulcros, afigura-se que a ocupação mortuária em Alcaria se deverá ter prolongado, pelo menos, ao longo dos séculos VI e VII.

Transitamos agora para o concelho de Vila do Bispo, onde nos cabe debruçar sobre o sítio do **Padrão**[1656]. Entre o conjunto de túmulos revelado no local, o alto de uma colina que se estendia de norte para sul e se situava nas proximidades de uma linha de água[1657], parte permanecia aparentemente dissimulada na paisagem. Mário Varela Gomes, que ali conduziu uma intervenção em agosto de 1994, descreve-os como recobertos por «[…] pequenos *tumuli* […]», salientando o quão incomum se afirma tal opção no universo das arquiteturas preconizadas em necrópoles visigóticas[1658]. Ora, esses *tumuli*[1659] concerniam a montículos compostos por terra e pedras mescladas, erguidos sobre algumas das estruturas de inumação, invariavel-

[1655] SÁ, 1904: 178-179. «[…] 1.ª Sepultura […] – Profanada, sem tampa, ossos misturados de dois indivíduos pelo menos; á cabeceira uma asa de vaso […]; 2.ª Sepultura […] – Profanada, só ossos em confusão, sem tampa. 3.ª Sepultura […] – Profanada, ossos em pequena quantidade e dispersos; a meio uma caveira […]» (SÁ, 1904: 178).

[1656] Com a reforma administrativa implementada a de 30 de maio de 2013, o Padrão passou a integrar a freguesia de Vila do Bispo e Raposeira.

[1657] GOMES & PAULO, 2011: 594.

[1658] GOMES, 2002: 385; GOMES & PAULO, 2011: 595.

[1659] «[…] Estas estruturas, não muito comuns em outras necrópoles contemporâneas, não só protegiam os enterramentos como os assinalavam, dando-lhes visibilidade e expressão acima do nível do solo […]» (GOMES & PAULO, 2011: 642).

mente orientadas segundo o eixo norte-sul[1660], escavadas no geológico em fileiras paralelas, e ulteriormente demarcadas e tapadas por lajes. Quanto aos materiais arqueológicos recuperados, é feita menção somente a brincos anelares[1661], produzidos em liga de cobre, e a uma série de contas de colar de vidro e cores diversas, atribuíveis ao século VI[1662]. Contudo, nas primeiras referências à necrópole[1663], não encontramos qualquer indicação relativa aos moldes em que estas ocorrências se processavam: os adornos surgiam isolados ou em associação? Apareciam com frequência, distribuindo-se por várias câmaras, ou apenas pontualmente?

As respostas a estas e outras interrogações, que cremos absolutamente pertinentes para aclarar o entendimento a respeito desta área funerária, foram fornecidas em artigo posterior[1664]. Na verdade, até à data da sua publicação carecia-se de informações acerca das particularidades e dimensões de cada uma das sepulturas[1665], da posição em que se achavam os restos esqueletizados no seu interior[1666] ou, em paralelo, se teriam sido percecionados indícios que apontassem no sentido de as câmaras albergarem mais do que um indivíduo. Efetivamente, assim se verificava. No sepulcro 1, por exemplo, começou por se depositar um indivíduo com idade compreendida entre os quatro e os cinco anos e, em momento subsequente, um segundo, já com sete ou oito que, atendendo à presença de contas de colar de vidro em volta do pescoço, se aventou pertencer ao sexo feminino[1667]. Já no 4, foram recolhidos vestígios de, pelo menos, três inumações de adultos, duas das quais compatíveis com indivíduos de sexo masculino[1668]. Em contrapartida, no 3 figurava uma única inumação cujos restos osteológicos se apresentavam bastante deteriorados; todavia, as análises antropológicas efetuadas, designadamente sobre o fragmento do temporal esquerdo e os dois fémures, permitiu considerar a hipótese de procederem de um indivíduo do sexo feminino. Acresce mencionar que, associado, se detetou um brinco anelar de liga de cobre[1669], provido de apêndice moldurado numa das extremidades.

[1660] Note-se que esta informação viria a ser reformulada: os sepulcros 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 estariam antes alinhados segundo o eixo poente-nascente e o 3, por seu turno, disposto de noroeste a sudeste (GOMES & PAULO, 2011: 602; 609; 617; 630; 632-633).

[1661] Em conformidade com o que virá a ser precisado, afinal foi exumado um único brinco anelar, concretamente, na sepultura 3 (GOMES & PAULO, 2011: 616).

[1662] GOMES, 2002: 386; 2010: 382; GOMES & PAULO, 2011: 639; 642.

[1663] GOMES, 2002; 2010.

[1664] GOMES & PAULO, 2011: 591-656.

[1665] Veja-se o caso do túmulo 2: encontrava-se danificado, provavelmente em razão de depredações antigas; não obstante, comprovou-se que fora cavado no substrato e revestido por *tegulae* de dimensão avultada, das quais restavam somente as do lado oeste (GOMES & PAULO, 2011: 602).

[1666] A propósito do estado geral dos restos ósseos recuperados, atente-se nas afirmações enunciadas por M. Varela Gomes e Luís C. Paulo: «[…] A maior parte do material antropológico apresentava-se em avançado estado de destruição, sobretudo ao nível do periósteo e das superfícies externas das raízes e esmalte dos dentes, oferecendo múltiplas fracturas cominutivas por esmagamento post-mortem, devido à compressão das terras e a outros processos tafonómicos. Por outro lado, muitos ossos e dentes, igualmente dadas as condições da jazida, sofreram processo de «fossilização», isto é, a substituição da matéria orgânica por compostos minerais, fragilizando a textura dos tecidos e tornando-os muito deterioráveis […]» (GOMES & PAULO, 2011: 597).

[1667] GOMES & PAULO, 2011: 600-601.

[1668] GOMES & PAULO, 2011: 628-629.

[1669] GOMES & PAULO, 2011: 616-617.

Finalmente, há que realçar o facto de, em articulação com a zona mortuária, terem sido reconhecidas estruturas imputadas aos séculos IV e V[1670], o que prenuncia a possibilidade de ter havido uma ocupação prévia no Padrão, eventualmente, de carácter doméstico, tendo o espaço acabado por ser posteriormente reconvertido e direcionado para assumir uma outra vocação, desta feita funerária. Relativamente à cronologia proposta para a necrópole propriamente dita, há que sublinhar o facto de terem sido realizadas datações por radiocarbono para duas amostras de material osteológico, cujos resultados apontam, no caso da sepultura 3, para um enquadramento que se estende entre os séculos VII e IX e, para a primeira inumação do túmulo 4, entre os século VIII e X[1671]. No entanto, devemos ressalvar que o tipo de material de adorno identificado em contexto sepulcral é atribuível à VI ou VII centúrias, pelo que apenas poderia ser relacionado de modo coerente com as datações obtidas para os restos humanos do sepulcro 3. Por conseguinte, e a confirmar-se a validade das duas datações promovidas em laboratório, poderá equacionar-se a eventualidade de ter havido duas fases de enterramentos no Padrão, não sendo de excluir que a mais tardia seja potencialmente correlacionável com o sepultamento de indivíduos integrados na comunidade moçárabe local[1672].

É tempo agora de penetrar no concelho de Lagos e de nos determos em **Bensafrim**[1673], palco da implantação de diferentes estações. Numa delas, a Fonte Velha, está documentada uma diacronia longa de enterramentos, que se terá iniciado na Idade do Ferro, prolongado em período romano e, presumivelmente, também na Antiguidade Tardia.

Coube a Estácio da Veiga, em 1878, a descoberta fortuita da necrópole[1674], onde, a um nível de tumulações proto-históricas se sobrepunha um mais recente, que o arqueólogo assinalou na obra *Antiguidades Monumentaes do Algarve* como «[…] cemitério de incinerações da ephoca romana»[1675] e no qual escavou dezasseis sepulturas[1676].

Anos mais tarde, Santos Rocha levou a cabo nova intervenção no local, dedicando-se então a desvelar a área que, numa primeira fase, Estácio da Veiga deixara por explorar.

[1670] GOMES & SILVA, 1987: 52 *apud* INÁCIO 2005: 49.

[1671] GOMES & PAULO, 2011: 635.

[1672] Veja-se a conexão aventada por M. V. Gomes e Luís C. Paulo: «[…] atribuindo-se o enterramento a comunidade moçárabe, ali activa em pleno século VIII ou IX. Não esqueçamos que bem perto do sítio do Padrão existiu importante santuário dedicado ao mártir São Vicente, mantido e frequentado por cristãos, moçárabes, e até por muçulmanos, desde o século VIII, sendo referido, no século XII, pelo geógrafo Edrisi. […]» (GOMES & PAULO, 2011: 636).

[1673] A mesma reforma administrativa ditou a reorganização da freguesia de Bensafrim, entretanto unida à de Barão de São João, circunstância que determinou a aplicação, a ambas, de uma nova denominação: União das freguesias de Bensafrim e Barão de São João.

[1674] SANTOS, 1971: 329.

[1675] VEIGA, 1887: 320. Estácio da Veiga considerou que a necrópole estaria associada a uma «colónia guerreira», chamando a atenção para o facto de os sedimentos e entulhos removidos do interior das estruturas que apelidou de «celleiros» (talvez correspondentes a silos ou a outro tipo de dispositivos em negativo), conterem «[…] fragmentos de louças prehistoricas e romanas, acompanhadas de muitos vidros, wisigothicas e arabes, em grande quantidade, assim como numerosas conchas de molluscos maritimos […]» (VEIGA, 1887: 320).

[1676] SANTOS, 1971: 329.

Todavia, não se conhecem grandes pormenores acerca dos resultados obtidos nem descrições relativas à tipologia e organização dos sepulcros. De qualquer modo e na sequência dos trabalhos que desenvolveu, deram entrada no Museu da Figueira da Foz três pontas de lança e uma suposta espada, a par de fíbulas e de um conjunto de recipientes vítreos que permitiram delinear uma cronologia genericamente balizada entre a I e II centúrias. Outros vidros, porém, e de acordo com opinião formulada por Jorge de Alarcão e Adília Alarcão, pareciam sugerir uma inserção mais tardia, que remeteria já para o século IV. Assim sendo, poderia equacionar-se a hipótese de, mesmo em período romano, terem vigorado na Fonte Velha dois momentos funerários distintos[1677].

Ignoramos se o fragmento de placa de cinturão liriforme sistematicamente publicado como oriundo de Bensafrim terá sido incorporado no Museu da Figueira na mesma altura[1678] e se porventura terá sido, efetivamente, recuperado em contexto tumular. A confirmar-se tal pressuposto, estaríamos perante uma realidade com cronologia ainda mais avançada, nunca anterior aos finais do século VI e com probabilidade de atingir os alvores do VIII. Não obstante e, independentemente de toda a indefinição e incógnitas a este respeito, registamos que D. Fernando de Almeida dá como certo ter sido Santos Rocha a detetar o objeto em questão[1679].

Uma segunda possibilidade levantada a propósito da proveniência daquele exemplar liriforme aponta para uma zona próxima, que coincide com a abarcada pelo topónimo Monte do Cágado ou Selões / Solões da Mina. Foi igualmente Santos Rocha quem primeiro ali escavou, por volta de 1896 ou 97[1680], escassos anos após a intervenção que conduziu na Fonte Velha. Posteriormente, já em plena década de 30 da centúria subsequente, José Formosinho desencadeou nova ação, no quadro da qual foram reveladas quatro sepulturas, uma das quais já arrasada. Entre as três melhor preservadas avultava uma, alinhada de acordo com o eixo poente-nascente[1681] e de configuração trapezoidal, no interior da qual jaziam, em mau estado, em razão da queda das lajes laterais, os restos esqueletizados de um indivíduo que ali fora inumado.

Mas o total de estruturas não se circunscrevia, pois, ao número de quatro acima indicado. Em 1935, José Formosinho promoveu renovadas pesquisas e, desta feita, realizou investigações em mais dois sepulcros, que se apresentavam justapostos. O que surgia em

---

[1677] SANTOS, 1971: 329; 339-340.

[1678] Note-se, contudo, que o auto de depósito do atual Museu Municipal Dr. Santos Rocha, alude ao sítio da Oliveirinha, nas imediações do povoado da Brenha, na Figueira, como local de origem da placa de cinturão. No entanto, a marcação observável no verso do artefacto remete para Bensafrim, daí as dúvidas que persistem quanto à real procedência do mesmo (AREZES, 2011: 87-88).

[1679] ALMEIDA, 1962: 245.

[1680] INÁCIO, 2005: 59.

[1681] A planta dada à estampa em artigo da autoria de A. Viana, J. Formosinho e Veiga Ferreira mostra que apenas um dos dispositivos (eram oito, ao todo) estava direcionado no sentido oeste-este. Seis deles dispunham-se de sudoeste para nordeste e um outro, de noroeste para sudeste (VIANA *et al.*, 1953: 115, fig. 1).

posição superior, apesar de manter as lajes da cobertura, acusava sinais de espoliação prévia; o anterior, por seu turno, aberto a maior profundidade, permanecia incólume. Quanto aos materiais exumados, as referências dão conta de algumas recolhas, se bem que concretizadas não propriamente no seio da câmara, antes entre as lajes que compunham a tampa ou já praticamente fora da área afeta à sepultura. Constavam esses materiais de um recipiente cerâmico de contenção de líquidos e de fragmentos vários de uma outra peça, produzida no mesmo suporte, mas sem imagem associada, elementos aos quais se somava um anel de cobre provido de motivos incisos, triangulares e semicirculares[1682]. Em suma e atendendo às características evidenciadas pelo conjunto artefactual em causa, julgamos plausível que lhe seja imputada uma datação centrada na VI ou VII centúrias.

Ainda no concelho de Lagos, mas sensivelmente a sudeste de Bensafrim, cabe-nos abordar a necrópole da **Marateca**, implantada na vertente oeste de uma elevação suave, a cerca de 300 metros da ermida de São Pedro. Quando, nos finais do século XIX, Santos Rocha visitou o local, já a construção de uma casa de habitação e o plantio de figueiras haviam provocado estragos e danificado alguns dos túmulos que comportava. De um deles, aliás, sabia-se que procediam objetos de bronze, de natureza não especificada, a par de um vaso modelado manualmente, que se encontrava associados aos metais[1683], circunstância que desde logo suscitou o interesse do arqueólogo.

Meses mais tarde e estando já na posse da necessária autorização do proprietário, pôde Santos Rocha encetar, juntamente com o reverendo Joaquim Nunes, explorações no terreno. Colocaram-se então a descoberto seis sepulcros intactos, em torno dos quais pontuavam resquícios de *opus signinum*, material que aparecia também mesclado com blocos pétreos avulsos e ossadas dispersas, numa massa caótica de entulho que se sobrepunha às coberturas[1684]. Na generalidade, estas eram constituídas por duas ou três lajes dispostas na horizontal, sendo que, sobre uma delas figurava uma primeira camada protetora, composta por argamassa de cal e areia.

Com a remoção das tampas, verificou-se que os túmulos se orientavam no sentido és-nordeste/oés-sudoeste, tendo sido cavados diretamente no substrato calcário, de maneira a criar dois níveis de vala: um, mais superficial, de contorno retangular, e um segundo, a maior profundidade[1685], com configuração tendencialmente trapezoidal[1686].

[1682] VIANA *et al.*, 1953: 114-116; PEREIRA, 2014: est. 95.

[1683] Não foi publicada qualquer imagem relativa aos elementos mencionados, daí que a funcionalidade e tipologia dos mesmos tenham ficado por esclarecer.

[1684] Santos Rocha aponta a possibilidade de o *opus signinum* provir do piso de um edifício (ROCHA, 1896: 69). Porém e atentando nas descrições do autor, parece mais provável que o *opus* integrasse as estruturas de inumação, servindo quer como revestimento interno, quer como potencial garante da resistência das coberturas, no que enformaria uma realidade similar à atestada em diversos contextos sepulcrais. Vejam-se, por exemplo, os casos documentados em sepulturas do Rossio do Carmo e da necrópole do Cine Teatro Marques Duque, ambos situados em Mértola (LOPES, 2003: 140-141).

[1685] Esta opção vigora também em algumas das sepulturas identificadas no sítio de Torre Velha 3 (ALVES *et al.*, 2013: 1940, fig. 6, a).

[1686] ROCHA, 1896: 68-70.

Ora, no interior do sepulcro n.º 1, que corresponde à estrutura cuja cobertura surgia guarnecida com o estrato argamassado, repousavam os restos esqueletizados de um indivíduo em posição primária. Junto do crânio era observável, *in situ*, uma forma cerâmica incompleta, destituída de parte do colo e já sem asa[1687], enquanto aos pés se acumulavam reduções de enterramentos prévios, no que representa um testemunho inequívoco da reutilização da câmara. Não era caso único: também a sepultura n.º 3 albergava vestígios osteológicos pertencentes a mais do que um inumado; concretamente, ali jaziam dois esqueletos justapostos[1688]. Em contrapartida, as restantes receberam um único defunto. De qualquer modo, convém salientá-lo, a deposição horizontal processada em cada um dos dispositivos terá obedecido a um mesmo rito: o cadáver era pousado de costas, com a cabeça levemente alteada, apoiada sobre alguma protuberância rochosa, e voltada para oés-sudoeste[1689].

São vários os traços gerais evocados a propósito da necrópole da Marateca que nos permitem enquadrá-la sem dificuldades na Antiguidade Tardia: situada a meia encosta, com dispositivos tumulares em fossa e paralelos entre si, parte dos quais reaproveitados, oferece um cenário com características recorrentes naquele período. Por outro lado, e ainda que dispondo de um único vaso para análise, visto não se conhecer o paradeiro dos demais materiais exumados, a morfologia que exibe não deixa dúvidas quanto à sua inserção numa cronologia avançada, que deverá rondar o século VII ou atingir, eventualmente, o VIII.

Transitando de concelho, penetramos no de Portimão e prosseguimos até à freguesia da Mexilhoeira Grande, onde nos deteremos no **Serro do Algarve**.

Neste monte, que se ergue a poente da *Várzea do Farello*, planura que se espraia pelas profundezas de um vale próximo da Mexilhoeira, estava há muito assinalada a existência de uma gruta, publicada em primeira mão por Estácio da Veiga na obra *Antiguidades Monumentaes do Algarve*[1690] e posteriormente intervencionada por Santos Rocha. E é a este último que se fica a dever, anos mais tarde, a notícia acerca das inumações identificadas num terreno a norte dessa mesma caverna, por entre o plantio de figueiras.

Praticamente no topo da elevação, eram visíveis alguns sepulcros constituídos por blocos de grés enfileirados e fincados no solo, em regra, mal conservados, sendo que aquele se apresentava em melhores condições mantinha as lajes pétreas laterais, demonstrando auferir extensão suficiente para albergar um indivíduo adulto no seu seio.

Em paralelo e assomando entre os destroços das referidas construções tumulares, ocorriam ossadas dispersas. Seriam numerosas, talvez, até porque o próprio responsável

---

[1687] Trata-se do recipiente inventariado com o n.º 2929, por nós estudado no Museu Municipal Dr. Santos Rocha (Figueira da Foz).

[1688] Pelo facto de os ossos se apresentarem «[…] separados por uma camada de poeira […]», Santos Rocha entendeu que as duas inumações não foram concretizadas em simultâneo (ROCHA, 1896: 71), interpretação da qual nos distanciamos.

[1689] ROCHA, 1896: 71.

[1690] VEIGA, 1886: 62-64.

pela deteção do núcleo, Dr. Joaquim Jardim, guardava consigo uma falange circundada pelo anel de cobre que fora a enterrar ataviando um defunto[1691], provavelmente, uma mulher.

Foi, aliás, seguindo indicação do achador, que Santos Rocha definiu a implantação das sondagens que então levou a cabo, sensivelmente a nascente dos vestígios, e que culminaram no desvelar de duas novas sepulturas direcionadas no sentido norte-sul, uma das quais ainda provida de tampa. Composta por quatro lajes que indiciavam resquícios de talhe grosseiro, sobrepunha-se a uma caixa delimitada por pedras de grés vermelho, idêntica à acima descrita. No seu interior figuravam os restos mortais de um adulto em decúbito dorsal, com o crânio voltado para norte, junto do qual apareceu uma pequena argola de prata. O braço esquerdo mostrava-se distendido e o direito, por seu turno, cobria a zona ilíaca. Porém, o estado periclitante do esqueleto acabou por ditar a sua fragmentação irreversível aquando do transporte a que foi submetido na sequência da remoção.

Mais deteriorado ainda estava o indivíduo depositado no segundo dispositivo. À semelhança do primeiro, também este se encontrava em decúbito dorsal, mas, desta feita, com os dois membros superiores alinhados ao longo do corpo e sem artefactos associados. Note-se, contudo, que atendendo ao facto de o sepulcro surgir destituído de cobertura[1692], não é de excluir que, originalmente, o inumado tenha sido acompanhado de algum elemento votivo ou de adorno, que entretanto sucumbiu à passagem do tempo ou a depredações.

Em suma e apesar de as informações reunidas a propósito da necrópole do Serro do Algarve serem parcas e pouco desenvolvidas, cremos que, não obstante, nos permitem enquadrar a ambiência funerária que ali se sedimentou algures entre a VI e VII centúrias.

Afastando-nos agora da orla litoral, dirigimo-nos para um concelho mais serrano, Caldas de Monchique, a fim de abordar o sítio de **Alcaria**. Com uma ocupação pautada por enterramentos em cista que remontam à Idade do Bronze, foi igualmente palco de um conjunto de tumulações mais tardias, que numa primeira fase, se hesitou em atribuir à época final de domínio romano ou já ao período visigótico. Todavia, as especificidades dos materiais exumados resolveram as dúvidas suscitadas, determinando a integração dos mesmos na segunda das fases sugeridas.

No entanto, as lacunas de conhecimento a respeito da necrópole e dos moldes em que se terá processado a diacronia do lugar, são amplas e dificilmente clarificáveis, decorrendo sobretudo das circunstâncias em que se verificou a sua descoberta. Na verdade, foi no âmbito das labutas agrícolas que os trabalhadores encarregados de as executar detetaram as cistas, que desde logo espoliaram e destruíram[1693], certamente em busca de algum bem precioso.

[1691] ROCHA, 1908: 221. O anel e a falange integram o acervo do Museu Municipal Dr. Santos Rocha (n.º de inv. 8634).

[1692] ROCHA, 1908: 221-223.

[1693] VIANA *et al.*, 1949: 1.

Na opinião de A. Viana, J. Formosinho e O. da Veiga Ferreira, ficou por esclarecer se teria sido prática recorrente reutilizar como ossários os dispositivos da Idade do Bronze, conforme supostamente atestado num dos poucos que se mantiveram incólumes[1694] ou, em alternativa, se os objetos de cronologia visigótica recuperados no seu interior ou nas terras adjacentes procederiam de sepulturas largamente ulteriores, mas das quais, em razão da aniquilação a que foram sujeitas, não sobrevieram testemunhos[1695].

Atentemos, então, nos materiais. Constam estes de dois metais de adorno, um anel e uma fivela, de um recipiente metálico, classificado como «sertã», e de uma ponta de lança. Acerca do anel, produzido em liga de cobre, são evocadas as analogias que denota face a exemplares recolhidos noutras estações de filiação visigótica. E, nitidamente, ao cotejá-lo com peças congéneres das necrópoles de Alcoitão e Abuxarda, constatam-se essas similitudes, apenas se registando variantes ao nível do contorno da mesa e dos ornatos por ela exibidos: sob a capa de oxidação, adivinham-se não incisões decorativas simbólicas, mas prováveis caracteres alfabéticos[1696]. A fivela, por sua vez, detentora de aro ovalado e fuzilhão escutiforme, responde a uma tipologia muito comum, com abundantes paralelos em múltiplos pontos da geografia peninsular e, inclusive, em contextos merovíngios, além Pirenéus[1697], sendo que, concretamente para o território atualmente português, são-lhe apontadas, entre outras, incontornáveis afinidades morfológicas com elementos provenientes, novamente, das necrópoles de Cascais[1698], bem como do Castro de Cendufe, nos Arcos de Valdevez[1699].

Quanto à «sertã», forma metálica algo fragmentada e em estado de grande fragilidade, que decerto se revestiria de uma vocação votiva, possuía, à altura da elaboração do artigo que vimos seguindo, escassos termos de comparação. De qualquer modo e malgrado algumas diferenças, fundamentalmente patentes na configuração da calote, foram-lhe equiparados dois objetos identificados no Castro de Yecla, em Burgos[1700]. Entretanto em texto dado à estampa em 1953, os mesmos autores apresentam o recipiente exumado na sepultura de Odeceixe, inquestionavelmente semelhante ao de Alcaria[1701]. Aliás, os notórios paralelismos entre

---

[1694] «Só no caso de uma dessas cistas, na qual achamos, sem que antes os trabalhadores a houvessem destroçado ou remexido, os ossos longos do esqueleto, colocados no centro da caixa de lajes, e o crânio, depositado em um pequeno compartimento feito em um dos ângulos da cista, nos dão elementos para afirmar tratar-se realmente de um ossário» (VIANA *et al.*, 1949: 1).

[1695] VIANA *et al.*, 1949: 1.

[1696] VIANA *et al.*, 1949: 2; 7.

[1697] RIPOLL LÓPEZ, 1985: 39.

[1698] No Catálogo estão incluídas duas fivelas procedentes da Abuxarda (n.º de inv. 20.805 / 2003.9.2 e 20.806 / 2003.9.3), efetivamente idênticas à de Alcaria (VIANA *et al.*, 1949: estampa II).

[1699] VIANA *et al.*, 1949: 3-4. Félix Alves Pereira publicou um fuzilhão escutiforme originário de Cendufe e assinalou o nexo evidente que o aproxima de uma fivela oriunda da necrópole franca da zona de Eure, na Normandia (PEREIRA, 1908: 204).

[1700] VIANA *et al.*, 1949: 2. A confrontação com as fotografias compiladas por Gonzalez Salas (GONZALEZ SALAS, 1945: lâm. XXXI) confirma a impressão veiculada por A. Viana, J. Formosinho e Veiga Ferreira (VIANA *et al.*, 1949: 2); na realidade e apesar de os artefactos de Yecla não serem rigorosamente iguais aos de Alcaria, integram uma mesma categoria tipológica, com óbvios pontos de contacto.

[1701] VIANA *et al.*, 1953: 119; lâm. IV, n.º 47 e 48.

ambos foram posteriormente realçados por D. Fernando de Almeida[1702]. Já mais recentemente, o túmulo da Bica Alta, em que adiante nos debruçaremos, gerou um terceiro artefacto, igualmente idêntico[1703] e que assim veio acrescer o conjunto residual de peças conhecidas.

Finalmente e no que concerne à ponta de lança, provida de uma nervura ou «espinha dorsal» longitudinal e com alvado cónico para encaixe na haste[1704], consideramos tratar-se de um tipo de material de datação mais problemática, sobretudo na ausência de contextos seguros. Na verdade, tem vindo a ser documentado quer em ambiências declaradamente romanas[1705], quer já mais tardias[1706], daí que a atribuição de uma cronologia nos suscite as maiores hesitações. Em contrapartida, o anel e a fivela já abordados permitem-nos estabelecer um balizamento mais assertivo, fundamentalmente centrado no século VI, mas com possibilidade não só de recuar aos finais do V, como de avançar até aos alvores da centúria subsequente.

Deixando para trás o concelho de Caldas de Monchique, prosseguimos até ao de Silves, onde submeteremos a análise três espaços de enterramento: Vale dos Corgos e Bica Alta, em São Bartolomeu de Messines, e Poço dos Mouros, em Alcantarilha.

O reconhecimento inicial dos dois primeiros ocorreu em 1988, no quadro das prospeções levadas a cabo no âmbito do projeto de minimização de impactes que precedeu a implementação das obras de construção da barragem do Funcho – Alto Arade. Mas só em 1993 seriam desencadeadas as ações de estudo que incidiriam sobre os dois sítios[1707].

Vale dos Corgos, que surge mencionado na bibliografia também como Torre Vã, encontra-se implantado aproximadamente a 100 metros a sul do monte com o mesmo nome. Foi no decorrer de trabalhos agrícolas que ali se colocou a descoberto uma estrutura funerária de inumação, logo explorada por familiar do proprietário do terreno, que dela retirou um vaso cerâmico. O recipiente, bastante fraturado, foi reconstituído pelo próprio achador, que é, aliás, quem ainda hoje o conserva.

Em conformidade com a representação gráfica que lhe corresponde, consta de um jarro de boca levemente esvasada e colo reentrante, decorado por caneluras sequenciais, dispostas na horizontal e paralelas entre si, seguido de um bojo tendencialmente piriforme[1708].

[1702] ALMEIDA, 1962: 236.

[1703] GOMES, 2010: 379.

[1704] VIANA *et al.*, 1949: 2-3.

[1705] Veja-se o caso das pontas de lança exumadas num sepulcro de Fontalva (Barbacena, Elvas), onde supostamente figuravam a par de duas bilhas, uma de tipo 1-d e outra, de tipo 5-c (NOLEN, 1995-97: 386, n.º 23; 388, n.º 94), e de um púcaro de tipo 2-b (NOLEN, 1995-97: 389, n.º 172), conjunto cuja inserção temporal não ultrapassa os meados do século III.

[1706] Os diversos exemplares registados por Iaroslav Lebedynsky, com origem em sítios «germânicos», alanos, francos e anglo-saxões, ilustram perfeitamente a utilização transversal e continuada no tempo deste género de pontas de lança (LEBEDYNSKY, 2001: 162-163).

[1707] GOMES, 2010: 375.

[1708] Este vaso reúne especificidades morfológicas parcialmente conciliáveis com as definidas para a variante B dos tipos 3 e 7 estipulados por A. Flörchinger (FLÖRCHINGER, 1998: 10; 13), cuja utilização se estende ao longo do século VII, podendo mesmo alcançar o VIII.

M. Varela Gomes, que o observou, acrescenta que foi modelado numa pasta compacta e homogénea, apesar de pontuada por inclusões não plásticas, e que as superfícies, de tonalidade laranja, denotam terem sido alisadas[1709].

Já acerca do sepulcro que o albergava, não são muitas as informações arroladas. Apenas se sabe que, visivelmente deteriorado, se apresentava alinhado segundo o eixo norte-sul e que, para o preparar, foi aberta no solo uma vala de contorno paralelepipédico, que acabou por atingir o geológico. A fossa assim criada foi depois delimitada por lajes de xisto, matéria prima aproveitada também para a composição da cobertura.

A limpeza realizada não forneceu resultados particularmente relevantes. Não obstante, verificou-se que alguns dos esteios originais, a noroeste, a par de três blocos, a sudeste, permaneciam *in situ*. De resto, removeram-se as terras que compunham o enchimento do túmulo, procedimento que se saldou na deteção das ossadas pertencentes ao indivíduo ali depositado. Estas, malgrado o deficiente grau de preservação que as caracterizava, revelaram, ainda assim, o modo como o cadáver teria sido posicionado: em decúbito dorsal, com a cabeça voltada para norte.

Naturalmente, há que registar a hipótese de esta sepultura não configurar um caso isolado, antes parte de uma realidade mais ampla. Com efeito, certos indícios, como a presença de lajes de xisto assomando nas imediações, parecem prenunciar a existência de mais dispositivos tumulares. Por outro lado, na área onde se eleva o monte do Vale dos Corgos, são percetíveis fragmentos cerâmicos de cronologia tardo-romana e medieval, possíveis indicadores de uma ocupação de carácter doméstico que, em articulação com a necrópole, ali se terá prolongado no tempo[1710].

Atentemos agora no sítio da **Bica Alta**, localizado a noroeste de São Bartolomeu de Messines, no cimo de uma colina ladeada por dois cursos de água. Em 1988, o afloramento de blocos pétreos à superfície havia permitido sinalizar dois sepulcros naquele lugar. Posteriormente, talvez ao rasgar-se um caminho de acesso ao cume, os vestígios em causa acabaram por ser afetados e por ficar mais expostos. E, à semelhança do sucedido em Vale de Corgos, também na Bica Alta tal circunstância redundou na «escavação» não profissional e sem método de um dos túmulos, perpetrada por um familiar do proprietário do terreno, com as inevitáveis consequências que advêm deste género de ações e que aqui passaram, fundamentalmente, pela descontextualização dos objetos contidos no seio da câmara[1711].

Na verdade, a sepultura intervencionada nestes moldes encerrava vários elementos, alguns dos quais, metálicos: um caço ou *simpulum* de liga de cobre, algo incompleto e oxi-

[1709] GOMES, 2010: 376-377.

[1710] GOMES, 2010: 376-377.

[1711] O espólio assim obtido foi entretanto encaminhado para o Museu Municipal de Arqueologia de Silves, graças à intercessão de M. V. Gomes (GOMES, 2010: 376-377).

dado, o arco semicircular e parte da cabeça de uma fíbula em *P*[1712], fundida no mesmo suporte, e ferros de natureza indeterminada. A estas peças somava-se um pequeno púcaro de cerâmica comum, com bojo esférico e paredes engobadas, que provavelmente se revestia de função votiva[1713], e uma conta de colar de cor verde, produzida em vidro opaco. Era este, pois, o conjunto funerário que acompanhava o esqueleto deteriorado do indivíduo inumado naquela caixa, em decúbito dorsal, com a cabeça direcionada para oeste[1714].

Curiosamente e contrariando a relativa «abundância» de materiais gerados pela primeira estrutura, a segunda, que se mantinha intacta, sem sinais de depredações, pautava-se por um total vazio artefactual. Não mais do que parcos restos ósseos foram trazidos a lume[1715].

Em contrapartida, eram inequívocas as analogias que os dois dispositivos denunciavam ao nível das opções construtivas neles plasmadas. Ambas as fossas haviam sido cavadas no solo, alcançando o substrato natural. Quanto ao revestimento da vala, foi concretizado através do recurso a lajes de arenito, tipo de rocha sedimentar, que serviu igualmente para preparar a cobertura da sepultura n.º 2. A da n.º 1, por seu turno, ausente, poderá ter sido desmantelada, daí que, muito embora se presuma que revelasse parecenças com a tampa conservada, não foi possível confirmá-lo. Já no que respeita à orientação vigente registou-se óbvia concordância: os dois túmulos, espacialmente adjacentes, surgiam alinhados, praticamente sem variações, no sentido este-oeste[1716].

Em suma, afigura-se que, tal como em Vale de Corgos, também os testemunhos sepulcrais descobertos na Bica Alta, cuja cronologia deverá estender-se sensivelmente entre o derradeiro quartel do século V e a primeira metade do VI, constituam apenas uma fração de uma realidade mais profunda e vasta, que pode inclusive passar pela existência de outros enterramentos coevos nas imediações. Além do mais, há que salientar que, em zona razoavelmente próxima, foram identificados múltiplos dormentes de mó manual imputados à época pré-histórica, situação que talvez ilustre a hipótese de a ocupação do lugar ter sido iniciada muito antes de lhe ter sido conferida vocação mortuária.

Cabe-nos agora abordar a necrópole do **Poço dos Mouros**, a terceira entre as abarcadas pelo concelho de Silves, cujos traços distintivos e materiais gerados justificam plenamente a sua integração neste capítulo. É a M. Elisa Gomes que se fica a dever o seu reconhecimento; ao Padre Semedo Azevedo, por sua vez, pertence a autoria e responsabilidade pela primeira

---

[1712] A representação gráfica do fragmento de fíbula (GOMES, 2010: 379, fig. 6) leva-nos a apontar a possibilidade de o mesmo se coadunar com o tipo Estagel; contudo e ainda que tal hipótese não se encontre validada, cremos ser seguro afirmar que participa do grupo das *Armbrustfibeln* (NUÑO GONZÁLEZ, 1989: 199, fig. IV; 201, fig. VI; 203, fig. 8).

[1713] M. V. Gomes aponta as similitudes que esta peça evidencia face um púcaro recuperado na necrópole da Valdoca, em Aljustrel, onde surgia associado a um prato de *terra sigillata* clara, correspondente à forma Hayes 58B, com cronologia atribuída ao século IV (GOMES, 2010: 379). Notamos, porém, que não foi publicada qualquer imagem do referido recipiente cerâmico, pelo que não tivemos oportunidade de cotejar esta proposta.

[1714] GOMES, 2010: 377-379.

[1715] GOMES, 2010: 379-381.

[1716] GOMES, 2010: 377-379.

exploração ali desenvolvida[1717]. De qualquer modo e apesar de a escavação ter sido conduzida em 1958, os dados granjeados permaneceriam inéditos por largas décadas.

A estação do Poço dos Mouros, também designada como Terras Velhas, topónimo a que certamente não serão alheios os indícios de presença antrópica que, ao longo dos anos, ali foram documentados, abrange ampla extensão da freguesia de Alcantarilha. Já a área que nos merece atenção inscreve-se a meia encosta, na vertente nordeste de uma elevação pouco pronunciada, espraiando-se por um afloramento de rocha calcária, delimitado por duas linhas de água que confluem na margem direita da Ribeira de Alcantarilha[1718].

É precisamente desse afloramento do Poço dos Mouros que procedem duas sepulturas extirpadas do seu contexto[1719] e transportadas, nos finais da década de 50 do século passado, para o «Museu Arqueológico-Histórico de Albufeira», pequeno núcleo criado na igreja de São Sebastião pelo já mencionado Padre Semedo Azevedo e que recentemente deu lugar ao moderno Museu Municipal de Arqueologia, fruto de um projeto que preconizou uma montagem de raiz e, desta feita, com um discurso museológico subjacente.

A mesma origem é atribuída a três formas cerâmicas destinadas à contenção de líquidos, das quais apenas uma se mantém completa e sem sinais de restauro[1720], a fragmentos de um quarto vaso, de tipologia não definida, e ainda a um dente fóssil de tubarão[1721]. Na verdade, antes de serem tratados e de incorporarem a instituição entretanto reformulada, estes artefactos acumulavam-se no interior dos sepulcros deslocados, mesclados com detritos e com as ossadas humanas que haviam logrado sobreviver ao tempo e às más condições de preservação[1722].

Seguindo o intuito de publicar os materiais e de, ao mesmo tempo, procurar reconstituir os contextos de proveniência dos mesmos, foi desencadeado um processo de limpeza e registo, gráfico e fotográfico, das sepulturas que se conservavam no Poço dos Mouros. E foi no âmbito destas ações que acabaram por ser percecionados e, consequentemente,

---

[1717] GOMES, 2002: 341; 2010: 381. No I Congresso Nacional de Arqueologia, M. Elisa Gomes noticiou a escavação de um silo no Poço dos Mouros, estrutura em negativo que se achava implantada nas cercanias de uma série de sepulturas abertas no geológico e ordenadas em fileiras mais ou menos regulares, das quais removeu alguns ossos e cerâmica fracionada. Acrescentou ainda que, tendo informado o Padre Semedo Azevedo acerca dos vestígios, este desencadeou naquele lugar proveitosa intervenção. Porém, ao arrancar as parcelas de rocha onde se haviam efetuado as fossas, a área afetada acabou por se descaracterizar e por adquirir um aspeto bem diverso do primordial (GOMES, 1970: 85-86).

[1718] GOMES, 2002: 339; 343.

[1719] Só uma dessas estruturas, que se supõe ter sido preparada para albergar um enterramento infantil, pode atualmente ser observada numa das salas de exposição permanente do Museu Municipal de Arqueologia de Albufeira; a outra, quebrada em pedaços (GOMES, 2002: 341; 346), não ofereceria condições para ser reconstruída e convenientemente apresentada ao público.

[1720] Na obra *Arqueologia Romana do Algarve*, M. Luísa Estácio da Veiga refere-se a estes recipientes como «[…] bilhas e vasilhinhas […]» (SANTOS, 1972: 87).

[1721] Estudámos presencialmente os artefactos do Poço dos Mouros, exceção feita às parcelas do quarto vaso e ao dente de tubarão, que não tivemos oportunidade de examinar. Note-se, a propósito, que as marcações efetuadas nos fundos dos três recipientes cerâmicos dão-nos, erroneamente, como oriundos da Retorta, necrópole em que adiante nos debruçaremos.

[1722] GOMES, 2002: 340-341.

exumados, os vestígios osteológicos que, surpreendentemente, subsistiam em dois dos dispositivos, gerando-se assim a oportunidade de desenvolver o estudo de restos ósseos que, apesar de deteriorados e quantitativamente não muito representativos, se achavam, presumivelmente, *in situ*[1723].

A necrópole, observada no verão do ano 2000, congregava um total de oito fossas de inumação, uma das quais em tão mau estado, que a atribuição de tal classificação se revelou problemática. Não é de excluir, contudo, que o número de estruturas seja mais elevado e que outras continuem ocultas, nomeadamente nos pontos onde a potência estratigráfica é avultada ou a densidade do revestimento vegetal mais intensa.

As que eram visíveis no afloramento, porventura aplainado em momento anterior à abertura das valas, surgiam alinhadas em duas fileiras. Numa terceira, mais a sul, estariam implantadas as que o Pe. Semedo de Azevedo encaminhou para o Museu que fundara[1724]. Neste sentido, parece evidente que a disposição das câmaras no terreno respondeu a um planeamento prévio.

Em termos tipológicos, pode afirmar-se que as estruturas se pautavam por uma considerável simplicidade morfológica, muito embora as plantas denotassem algumas variações de contorno: uma era ovalada, outra retangular, três sub-retangulares e três outras subtrapezoidais. Os cantos, por seu turno, eram tendencialmente abaulados. Há que notar, porém, que cinco delas exibiam uma particularidade construtiva, plasmada num campo nivelado onde assentaria a cobertura: a chamada «gola», termo aplicado pelo autor para denominar essa orla ou debrum que ladeava, em maior ou menor extensão, as fossas escavadas no afloramento[1725].

Um dado interessante a acrescentar prende-se com o facto de um dos sepulcros removidos, concretamente o n.º 2, ter sido interpretado pelo Pe. Semedo de Azevedo como «ossário», provavelmente por conter elementos esqueletizados nitidamente pertencentes a múltiplos indivíduos[1726]. Mas, de acordo com a análise antropológica ulteriormente levada a cabo por Luís Campos Paulo, não terá sido o único onde a prática da reutilização foi consumada. Veja-se, por exemplo, o caso do túmulo n.º 3, que congregava restos de, pelo menos, três inumados[1727].

Quanto à distribuição do espólio votivo recuperado, convém assinalar que os materiais mais significativos e melhor preservados se concentravam precisamente na sepultura n.º 1, a qual, dotada de configuração sub-retangular e tendo pouco mais do que um metro de extensão, integraria a garrafa e o copo cerâmicos. Já na n.º 2, que tinha maior dimensão,

---

[1723] GOMES, 2002: 344; 361.

[1724] GOMES, 2002: 344-345. Constam estas das sepulturas n.º 1 e 2, sendo que a 1 corresponde à que se encontra exposta no atual Museu Municipal (GOMES, 2002: 346).

[1725] GOMES, 2002: 346-353.

[1726] GOMES, 2002: 347.

[1727] GOMES, 2002: 362.

figuraria o dente fossilizado de tubarão, já mutilado, a par de uma bilha incompleta, mas presentemente restaurada, e de um fragmento de colo, com arranque de bojo, certamente oriundo de recipiente de contenção de líquidos. Na n.º 6, por sua vez, recolheu-se, aquando das limpezas recentemente realizadas, parte do fundo de uma panela.

Finalmente e no que respeita às orientações adotadas, é de realçar a prevalência de sepulcros ordenados segundo o eixo sudoeste-nordeste. Com efeito, documentaram-se apenas duas situações dissonantes, em túmulos que se apresentavam direcionados de poente para nascente[1728].

Atendendo, pois, à organização cristalizada no espaço de enterramento em estudo, à tipologia das câmaras funerárias, comprovadamente reutilizadas[1729], e à natureza dos artefactos nelas contidos, cremos que a ocupação mortuária no Poço dos Mouros poderá ser enquadrada algures na VI ou VII centúrias.

É tempo agora de penetrar no concelho de Albufeira, onde nos deteremos em duas necrópoles: a da Ponte, localizada na freguesia de Paderne, e a de Vale de Carro, na de Albufeira e Olhos de Água.

Comecemos então pela da **Ponte**, cuja identificação terá ficado a dever-se a Estácio da Veiga. Em conformidade com as informações veiculadas no II volume da obra *Antiguidades Monumentaes do Algarve*, o referido arqueólogo explorou nas ruas de Paderne diversas estruturas em negativo, que entendeu corresponderem a «celleiros», unidades de armazenamento atulhadas com enchimentos onde pontuavam materiais atribuídos a cronologias díspares[1730]. Terá sido igualmente Estácio da Veiga a exumar os vasos cerâmicos atualmente depositados no Museu Nacional de Arqueologia, cujos contextos de origem não são conhecidos. Presume-se, todavia, que estariam relacionados com enterramentos concretizados em período tardio.

Na verdade, porém, são muitas as incógnitas em torno desta suposta área funerária; aliás, nem mesmo a sua exata implantação foi possível averiguar. Sabe-se apenas que deverá situar-se nas imediações da fortificação islâmica que dá nome à povoação e de uma ponte que cruza a Ribeira da Quarteira, inicialmente classificada como romana[1731], mas que, afinal, terá sido erguida já em plena época moderna[1732].

De qualquer modo e malgrado todas as incertezas e lacunas que toldam eventuais esforços de interpretação e que, necessariamente, importaria esclarecer, há que lembrar que as tipologias evidenciadas pela bilha de duas asas e pela garrafa provenientes de Paderne se

---

[1728] GOMES, 2002: 346-347; 351; 356-357; 359.

[1729] Num universo de oito estruturas de inumação foram sepultados, no mínimo, onze indivíduos (GOMES, 2002: 382).

[1730] «[…] Os subterraneos que explorei nas ruas de Paderne estavam entulhados, e os entulhos manifestaram fragmentos de louças neolithicas, de louças e vidros romanos e de louças arabes. Podem portanto, haver sido utilisados como celleiros na epocha romana e na mahometana, e terem sido inutilisados após a conquista portugueza. […]» (VEIGA, 1887: 380).

[1731] SANTOS, 1972: 131; INÁCIO, 2005: 53.

[1732] GOMES *et al.*, 2003: 38-39.

assumem como indicadores cronológicos razoavelmente seguros. Na realidade, estes dois recipientes, relativamente bem conservados, encontram paralelos em formas cerâmicas imputadas ao século VI, nomeadamente, em peças procedentes de duas necrópoles inscritas no território espanhol, uma na Meseta central e outra na região andaluza.

Deixando para trás a faixa mais interior do concelho de Albufeira, prosseguimos até à orla litoral, onde nos cabe debruçar sobre o sítio de **Vale de Carro**. A deteção de vestígios sepulcrais naquele lugar, abarcado pela chamada Quinta de Pavia, nas proximidades da Ribeira de Quarteira e não longe da Retorta, remonta aos anos quarenta do século XX, tendo sido noticiada por Octávio da Veiga Ferreira e Luís de Albuquerque e Castro[1733]. As descrições então formuladas pelos dois autores, a partir dos dados transmitidos pelo proprietário do terreno, dão conta do aparecimento de avultado número de sepulturas, geradoras de três braceletes, de uma suposta agulha ou alfinete de bronze e de dentes fósseis de tubarão. Pelo facto de a zona em causa ter proporcionado a recolha de instrumentos líticos que remetem quer para o Paleolítico quer para o Neolítico, julgou-se que os dispositivos tumulares colocados a descoberto, bem como os artefactos neles contidos, datariam da Idade do Bronze. Contudo, M. Varela Gomes considera que os mencionados braceletes serão antes brincos anelares, similares a um dos exemplares oriundos da Abuxarda, em Cascais, ou aos recuperados em Dehesa de la Casa, em Cuenca[1734], cuja cronologia poderá avançar até ao século VII[1735].

Quanto aos moldes em que se processava a organização do espaço, os vazios são avassaladores, sendo que as parcas informações compiladas se reportam quase que exclusivamente às características construtivas plasmadas nos túmulos. Com efeito e apesar de, *grosso modo*, se apresentarem arrasados, fruto da implementação de trabalhos agrícolas, dois deles puderem ser reconstruídos. Percebeu-se que seriam constituídos por blocos pétreos fincados no solo, certamente delimitando uma vala, e que a cobertura deveria concernir a lajes dispostas sequencialmente. Além do mais, constatou-se que cada uma das fossas albergava restos esqueletizados pertencentes a dois indivíduos, inumados em decúbito dorsal[1736], circunstância ilustrativa da reutilização das câmaras.

Acerca da distribuição dos materiais acima elencados, note-se que a ocorrência do alfinete ou agulha foi assinalada no sepulcro n.º 1; no n.º 2, por seu turno, figurariam os três braceletes[1737], que M. V. Gomes designa como brincos ou pendentes[1738]. Já a propósito do contexto do anel de bronze e dos dentes de tubarão, passíveis de terem servido como

[1733] GOMES *et al.*, 2003: 52; INÁCIO, 2005: 49.

[1734] Para confrontação com a proposta de M. V. Gomes, veja-se o brinco da Abuxarda (AREZES, 2011: 327-328) e alguns dos objetos dados à estampa por López Requena e Barroso Cabrera (LÓPEZ REQUENA & BARROSO CABRERA, 1994: 82, lâm. 34; 83, lâm. 32).

[1735] GOMES, 2002: 382; 385.

[1736] INÁCIO, 2005: 49.

[1737] INÁCIO, 2005: 49.

[1738] GOMES, 2002: 385.

adereços[1739] ou antes como elementos apotropaicos ou propiciatórios, nada de muito concreto se sabe. O único pormenor arrolado prende-se com a indicação de que integrariam as chamadas «sepulturas grandes»[1740], daí que se equacione a hipótese de este tipo de fóssil ser tendencialmente incluído nas estruturas de maior dimensão. Em suma, atendendo, ao cenário delineado e não obstante as interrogações que subsistem em vários domínios, tudo leva a crer que em Vale de Carro tenha havido uma ocupação funerária imputável à Antiguidade Tardia.

Seguimos agora para o concelho de Loulé, onde analisaremos quatro sítios que abarcam áreas de enterramento: o de Morgado de Alte, localizado na freguesia de Alte; o da Retorta, na de Boliqueime; o de Cerro da Vila, na de Quarteira e o de Torres de Apra, na de Loulé – São Clemente.

Para o primeiro dos casos, o de **Morgado de Alte**, é particularmente limitado o que conseguimos aferir. Na verdade, restringe-se às escassas linhas que Isilda Martins lhe dedicou na obra *Arqueologia do Concelho de Loulé*, e que complementou com a imagem de um recipiente cerâmico de contenção de líquidos que classifica como *lagoena*. Ora, este vaso, que a reprodução fotográfica mostra inteiro e aparentemente bem preservado, a despeito da presença de sedimentos agregados à superfície, terá sido exumado de um túmulo, onde surgia a par de um anel de bronze, que já à altura da publicação citada se encontrava em paradeiro desconhecido[1741].

A associação, em meio sepulcral, entre tal categoria de adorno do corpo e a referida forma cerâmica reveste-se, naturalmente, de contornos reveladores e significativos. Todavia, carecemos de registos que nos permitam avaliar as especificidades denotadas pelo anel. Em contrapartida, a observação do vaso facultou-nos, ainda que com limitações, decorrentes da perspetiva indireta adotada, possibilidade de avaliar a tipologia que lhe corresponde. E, ao cotejar a foto e medidas veiculadas por I. Martins com os dados sistematizados por A. Flörchinger para o sul do atual território espanhol, comprovámos que o recipiente de Alte se coaduna perfeitamente com a variante A do tipo 4 estipulado pela autora alemã[1742], com cronologia atribuída ao período compreendido entre os finais do século VI e os meados da centúria subsequente[1743].

É tempo agora de nos debruçarmos sobre a estação da **Retorta**, implantada numa elevação que se ergue entre a Ribeira de Quarteira e as terras de Morgado conhecidas por igual topónimo, e em cujo lado poente avulta a ponte romana do Barão[1744]. A mais antiga

[1739] INÁCIO, 2005: 49.

[1740] GOMES, 2002: 385.

[1741] MARTINS, 1988: 172.

[1742] FLÖRCHINGER, 1998: 11. Acrescente-se que um dos paralelos mais evidentes que tivemos oportunidade de reconhecer radica numa peça recuperada na sepultura 7 da necrópole de Gerena, província de Sevilha (FLÖRCHINGER, 1998: lâm. 9, n.º 3).

[1743] Segundo opinião de I. Inácio, o vaso deverá ser integrado no século VII (INÁCIO, 2005: 64).

[1744] AZEVEDO, 1970: 116.

menção a respeito da ocorrência de vestígios no sítio chega-nos através de Ataíde de Oliveira, que em 1905 noticia alguns achados na *Monografia do concelho de Loulé*[1745], não sem evocar a tradição difundida acerca da existência de uma urbe romana naquele lugar[1746]. Posteriormente, ao conduzir explorações nos terrenos da Retorta, o Padre Semedo Azevedo alude a essa mesma «cidade» enquanto realidade plenamente atestada pelos testemunhos arqueológicos entretanto colocados a descoberto e recolhidos[1747], e nos quais pretende possa fundar-se prova da sua identificação com uma das *Carteias* peninsulares[1748].

Já a propósito da necrópole propriamente dita, descreve um conjunto de estruturas de inumação, parte das quais se apresentava arrasada, em virtude do plantio de árvores. Outras, porém, permaneceriam resguardadas, ainda ocultas pelos solos. As que apareciam expostas superficialmente estavam alinhadas e bastante próximas, tendo seis sido escavadas pelo próprio Padre Semedo e duas por José Formosinho. E é interessante notar que a sua variabilidade tipológica, aliada à parca inclusão de materiais no seu interior, foi interpretada pelo pároco como confirmação da vigência de enterramentos concretizados em diferentes épocas[1749].

Ora, no intuito de demonstrar a diversidade de arquiteturas funerárias plasmadas na Retorta, o Padre Semedo fornece algumas indicações esparsas: a vala do túmulo n.º 2 carecia de delimitação pétrea, mas possuía cobertura de lajes; o n.º 6, por seu turno, era tapado por tijolos, sendo a fossa definida através da alternância entre esse mesmo material e blocos rochosos; já o n.º 8 teria cobertura idêntica à do n.º 2, enquanto a caixa, composta por tijolos, parecia adequar-se à configuração do cadáver que lhe fora destinado[1750].

Novos e mais pormenorizados esclarecimentos chegariam anos mais tarde, às mãos de Isilda Martins, que acedeu ao manuscrito produzido pelo Pe. Semedo de Azevedo aquando da intervenção desenvolvida na necrópole, e que se mantivera inédito, sem que tivesse dado origem a estudo mais aprofundado, devido ao falecimento que entretanto sobreviera. E é com base no manuscrito que ficamos assim a saber que, no total, Semedo de Azevedo teria registado dezassete sepulturas. No entanto, no rascunho da planta está por sinalizar

[1745] «[…] Em um sítio, o da Arretorta, na freguezia de Boliqueime, em propriedade pertencente ao Visconde da Ourada, teem sido encontradas algumas moedas romanas, jazigos e artigos de ceramica. Diz a tradição que existira naquele sítio uma cidade romana. […]» (OLIVEIRA, 1998 [1905]: 148).

[1746] OLIVEIRA, 1998 [1905]: 148.

[1747] Veja-se, como exemplo, esta passagem: «[…] onde dizem os antigos que era o centro principal da cidade, todo o solo está cheio de bocados de tégula, tijolos romanos, ânforas e vasos de qualidades diversas […]. Não falta mesmo […] alicerces de construções antigas com pavimentos de habitações, uns em '*Opus Signinum*', outros em '*Opus Tesselatum*'. Mais para o lado da ribeira […] ficavam os balneários assinalados por um grande monte de pedras, restos de edificações […]» (AZEVEDO, 1970: 116).

[1748] AZEVEDO, 1970: 116-117. A posição do Padre Semedo de Azevedo é consonante com a defendida por outros autores, segundo a qual: «[…] haviam várias Carteias, visto esta palavra significar 'cidade, fortaleza ou ilha do litoral' […]» (AZEVEDO, 1970: 114).

[1749] AZEVEDO, 1970: 119.

[1750] AZEVEDO, 1970: 119-120.

o posicionamento das n.º 3, 7, 8 e 9[1751], o que poderá talvez a ficar a dever-se ao facto de a numeração ter sido conferida sequencialmente, à medida que as estruturas iam sendo detetadas, sendo que aquelas que estão em falta poderiam integrar um outro núcleo, algo deslocado e destituído de relação espacial com a área representada. Ou, em alternativa, poderia ter havido algum erro de avaliação inicial, supondo-se que determinados indícios traduziriam a presença de túmulos, desde logo numerados, mas que acabaram por não se afirmar enquanto tal. Não obstante, esta segunda hipótese, deixaria por explicar a descrição do n.º 8, efetuada no quadro da comunicação proferida no I Congresso Nacional de Arqueologia, à qual tivemos já oportunidade de nos reportar previamente.

De qualquer modo e independentemente destas e de demais lacunas, dificilmente resolúveis, estes escritos vieram aclarar não só as características dos sepulcros patentes na Retorta, como a natureza das associações de artefactos que neles se revelou possível documentar. Vejam-se então as soluções construtivas adotadas: os dispositivos n.º 1, 2, 4, 11, 14 e 16 mantinham as suas coberturas, quase integralmente preparadas com lajes pétreas; as exceções a este cenário recaíam apenas no n.º 4, com tampa de tijolo, e no 14, protegida por «[…] louças bem afeiçoadas»[1752]. Por outro lado, o revestimento das paredes estava absolutamente ausente dos n.º 1 e 2; já os n.º 4, 10, 11, 14, 16 e 17 surgiam delimitados[1753]; acerca dos restantes (5, 6, 12, 13 e 15), contudo, nada é adiantado, daí que não tenha sido averiguado se efetivamente careciam de guarnecimento ou se, simplesmente, essa informação ficou por fornecer. Quanto aos contornos das câmaras, a planta mostra-nos, uma vez mais, inequívoca variabilidade: às sepulturas retangulares e trapezoidais, prevalentes, somava-se uma ovalada e duas outras, bastante singulares, denotando, respetivamente, formato subtriangular e cruciforme. Também ao nível das orientações implementadas no terreno, está longe de se verificar uniformidade. E muito embora se afigure notório o predomínio do alinhamento conforme ao eixo este-oeste, se confirmada a indicação concedida para o túmulo n.º 15, as afirmações contidas no manuscrito e a sua articulação com as representações gráficas são de tal ordem contraditórias, que hesitamos em pronunciar-nos mais sobre a questão[1754].

Finalmente, atente-se nos materiais exumados. Concernem, fundamentalmente, a elementos vocacionados para o adorno do corpo[1755], mas respeitam igualmente a supostas

---

[1751] MARTINS, 1988: 149-150.

[1752] Desconhecemos, em rigor, qual a intenção do Padre Semedo ao utilizar estas palavras (MARTINS, 1988: 143) e qual a realidade que procurava ilustrar.

[1753] Na sepultura n.º 4 era visível aparelho de alvenaria, similar ao utilizado na n.º 11; na n.º 10, recorreu-se a esteios de pedra; na n.º 14, a «[…] pedras e tijolos […]»; na n.º 16, a «[…] tijolos simples em forma de esteios […]»; na n.º 17, a «[…] tijolos inteiros […]» (MARTINS, 1988: 150-154).

[1754] Vejam-se os desenhos da autoria do Padre Semedo de Azevedo e confrontem-se as imagens com os dados arrolados (MARTINS, 1988: 150-154).

[1755] No sepulcro n.º 1 figuravam dois brincos, a par de um anel e um bracelete, ainda *in situ*; no n.º 2, uma argola e novo bracelete, mas desta feita, na perna do defunto; no n.º 10, apenas um alfinete; no n.º 11, duas argolas, colocadas junto do crânio

«armas»[1756] e a um adereço de vestuário, em concreto, uma placa de cinturão rígida[1757], cujo intervalo de datação é consideravelmente restrito e seguro. Na verdade, e atendendo à cronologia proposta por Ripoll López, a produção e circulação destes objetos estende-se por um período que se inicia por volta da segunda metade do século VI e prolonga até cerca de 600/640[1758]. Já relativamente aos demais artefactos, dificilmente a datação poderá ser particularizada nos mesmos termos, ainda que, globalmente, o enquadramento temporal dos mesmos deva inscrever-se entre a VI e VII centúrias.

Prosseguimos agora sensivelmente para sudeste, até ao **Cerro da Vila**. Localizada na freguesia da Quarteira, junto da embocadura da ribeira que assume este mesmo nome e auferindo de uma implantação privilegiada, há muito que ali se vêm desvelando vestígios antrópicos. Nos inícios da segunda metade do século XIX, Vilhena Barbosa identificou no Cerro da Vila ruínas de velhos edifícios[1759]. Também Estácio da Veiga lhe fez referência na *Carta Archeologica do Algarve*, apelidando o Cerro da Vila de «[…] povoação extinta ou arrazada»[1760].

Com o passar dos anos, aquele mesmo espaço continuou a proporcionar a recuperação de abundantes materiais: cerâmicas diversas, inclusive *sigillatas*, moedas, elementos arquitetónicos, fragmentos musivos e de construção. Parte desses testemunhos foram recolhidos em escavação sistemática dirigida José Martins Farrajota e Afonso do Paço e mais tarde divulgados em comunicação proferida perante a Associação dos Arqueólogos Portugueses, daí que os indícios que apontavam no sentido da existência de uma *villa* romana naquele lugar se tenham então sedimentado e granjeado maior consistência[1761].

Na realidade, o Cerro da Vila abarca um complexo notável, que agrega inclusive tanques retangulares destinados à produção de preparados de peixe, certamente erguidos em fase ulterior à fundação da *villa*[1762]. De qualquer modo, a reutilização das suas áreas e dispositivos pétreos parece enformar uma situação recorrente. Jorge de Alarcão menciona a reconversão de estruturas prévias e a ocorrência de materiais visigóticos e árabes, com cro-

(MARTINS, 1988: 150-152). Já o n.º 13 correspondia ao que continha maior profusão de adereços: «[…] o braço esquerdo com uma pulseira de ferro […]; num dedo dois anéis, um largo em forma de anilha, o outro fino e de fio redondo; são de bronze; além disso, colados ao crânio, nu lugar das orelhas, dois brincos de bronze […] trabalhados numa das extremidades mas diferentes. Foi encontrado também um adorno de ferro, na altura do peito. Tem a forma de prego, com a ponta revirada e, na cabeça, uma argola de suspensão. […]» (MARTINS, 1988: 153).

[1756] A sua ocorrência foi atestada apenas no túmulo n.º 5: «[…] Armas de ferro […] encontradas aos pés do esqueleto: uma espada quebrada na ponta (comprimento 43 cm […]); punhal (comprimento 36 cm […])» (MARTINS, 1988: 151). É provável que estes dois objetos se reportem às lâminas de ferro que analisámos no Museu Municipal de Albufeira (n.º de inv. M.A. 29/02 e M.A. 78/02).

[1757] Trata-se da placa depositada no M.N.A. (n.º de inv. 16.844 / 983.1223.1), à qual o manuscrito do Padre Semedo Azevedo não faz qualquer referência.

[1758] RIPOLL LÓPEZ, 1998: 57.

[1759] MARTINS, 1988: 122.

[1760] SANTOS, 1971: 142.

[1761] SANTOS, 1971: 143; MARTINS, 1988: 122-125.

[1762] «[…] A sua construção deve ser posterior à da '*villa*' devido ao aparecimento da canalização dos tanques sobre o solo da casa romana […]» (SANTOS, 1971: 143).

nologias que avançam, pelo menos, até ao século X, circunstância que, aliada às aniquilações preconizadas na década de 60 do século passado, redunda em incontornáveis problemas de interpretação[1763].

Associada à *villa* romana encontra-se uma necrópole. Na altura da descoberta dos sepulcros e aquando da primeira intervenção ali levada a cabo, o recurso a uma retroescavadora para apoio dos trabalhos acabou por infligir alguns danos às coberturas e, consequentemente, às ossadas que se conservavam nas câmaras. Estes estragos, somados a outros prévios, decorrentes da ação das alfaias e dos procedimentos agrícolas a que o terreno foi sendo sujeito ao longo do tempo, culminaram no estado de degradação e afetação confirmado no quadro da realização de novas escavações, em 1990 e 1991[1764].

No Cerro da Vila efetuaram-se enterramentos quer em mausoléus, quer em estruturas de inumação. E é, pois, o universo destas últimas o que aqui nos interessa focar. Com efeito e apesar de apenas parte delas ter sido estudada[1765], há indícios que apontam no sentido de uma diacronia de sepultamentos. Mas passemos à análise dos resultados obtidos.

Neste âmbito, começamos por salientar o facto de, num conjunto de treze túmulos, nove escavados pelos profissionais do Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra e quatro pelas equipas que os precederam no campo, terem sido exumados dezoito indivíduos[1766], o que atesta a reutilização dos sepulcros[1767].

Foram múltiplas as soluções adotadas na sua constituição, sendo que essa diversidade surgiu plasmada ao nível das tipologias, dos materiais empregues e das combinações entre eles forjadas[1768]. E também no que respeita às orientações vigentes se seguiram diferentes opções, ainda que com prevalência da que se regeu pela colocação da cabeça a poente e os pés para nascente[1769]. Mas, independentemente da direção cristalizada no terreno, importa relevar que os inumados jaziam em decúbito dorsal[1770].

Quanto ao espólio, pouco abundante, detetado no interior dos dispositivos, há que realçar a presença de um numisma do século IV na boca de um dos defuntos que com-

---

[1763] ALARCÃO, 1988b: 298.

[1764] SANTOS, 1997: 396.

[1765] SANTOS, 1997: 396.

[1766] SANTOS, 1997: 396; 400.

[1767] Note-se que na Retorta (Boliqueime) se documentou idêntico fenómeno: «[…] Sepultura n.º 15 – […] A 15 cm do lado leste apareceram dois crânios, um grande. Do lado leste a 18 cm apareceu um osso. […] Ao fundo do lado mais estreito foram encontrados vários crânios, além de grandes ossos de pernas; na altura das mãos tirámos grande peça de ferro. […]» (MARTINS, 1988: 154). No caso do Cerro da Vila, eram cinco os túmulos que albergavam dois indivíduos (SANTOS, 1997: 400).

[1768] «[…] vários tipos de sepulturas como sejam com *tegulae* na cobertura, em 'tenda', com ou sem *tegulae* no fundo; somente com *tegulae* horizontais na parte superior; com tijolos laterais e *tegulae* ao fundo; unicamente com cobertura de xisto ou mistas, de xisto e *tegulae*; com *tegulae* de fundo e enterramentos não individualizados. […]» (SANTOS, 1997: 400).

[1769] «[…] dos dezasseis esqueletos, os restantes dois são um feto e um crânio isolado, nove foram sepultados com a cabeça para Oeste (O) e os pés para Este (E), quatro de NO para SE, dois de SO para NE e um de Norte para Sul. […]» (SANTOS, 1997: 401-402).

[1770] SANTOS, 1997: 400-402.

partilhava a câmara funerária com os restos esqueletizados de um segundo[1771], no que configura, inequivocamente, a reprodução da prática pagã de oferta do óbolo a Caronte. Já em torno do pulso de um indivíduo depositado numa outra sepultura eram observáveis dez contas produzidas em vidro[1772], seguramente pertencentes a uma pulseira, um adorno do corpo.

Na zona dos pés de uma terceira acumulavam-se largas dezenas de pregos e um recipiente cerâmico, enquanto num quarto, onde repousava um indivíduo do sexo masculino, avultava um jarro[1773], posicionado junto do crânio, a par de uma série de objetos metálicos, dos quais é nomeado apenas um machado[1774], conjunto que prenuncia um balizamento cronológico avançado e que poderá rondar a VI ou VII centúrias. Esta hipótese de enquadramento será, talvez, igualmente imputável ao túmulo onde foi identificada a pulseira de contas, ou mesmo a outros dispositivos. De qualquer modo, os dados que manipulamos deixam por esclarecer muitas questões. Carecendo de uma representação da necrópole em planta, não temos como aferir se haveria algum tipo de organização espacial subjacente e se porventura existiria mais do que um núcleo de sepultamentos, criados em função de critérios familiares, sociais, culturais, ou da periodização em que foram levados a cabo.

Cabe-nos agora, antes de deixar o concelho de Loulé, prosseguir para noroeste e debruçarmo-nos sobre o sítio de **Torres de Apra**[1775]. A história dos achados arrolados na propriedade que o abarca remonta ao século XIX e, em concreto, à altura em que Estácio da Veiga calcorreava o Algarve em investigações. Um desses achados reporta-se a uma inscrição votiva fragmentada, que se encontrava integrada na parede de uma casa e que desde então vem sendo reiteradamente estudada. Mas, e é este o ponto que nos importa destacar, também por ali o mesmo arqueólogo teve oportunidade de recuperar, em contexto sepulcral, diversos materiais, inicialmente transportados para o Museu do Algarve, mas atualmente preservados no Museu Nacional de Arqueologia[1776]. E, há que salientá-lo desde já, é possível que o pequeno conjunto de peças em causa não se inscreva num único horizonte cultural e cronológico. Alguns dos artefactos impõem dúvidas e reservas, daí que tenhamos optado por circunscrever a análise aos que se revestem de especificidades claramente mais sólidas e consonantes com o âmbito do presente trabalho.

[1771] SANTOS, 1997: 400.

[1772] SANTOS, 1997: 400.

[1773] As fotografias apresentadas permitiram-nos constatar que a forma cerâmica mencionada possuía bocal trilobado (SANTOS, 1997: 400-401).

[1774] SANTOS, 1997: 400-401. Ressalvamos, a propósito, que as publicações citadas contêm imagens relativas apenas a dois dos artefactos elencados. Por outro lado, os pedidos de autorização que endereçámos ao Museu do Cerro da Vila não obtiveram resposta, daí que a nossa apreciação dos materiais funerários recolhidos naquela estação seja incontornavelmente parcelar.

[1775] M. Luísa Estácio da Veiga refere-se ao sítio como Aprá (SANTOS, 1972: 155); Isilda Martins, por seu turno, designa-o de Morgado de Apra (MARTINS, 1988: 127). Pela nossa parte, e para evitar equívocos, julgámos mais oportuno seguir a denominação utilizada no Portal do Arqueólogo (PORTAL DO ARQUEÓLOGO, CNS: 961).

[1776] SANTOS, 1972: 155; MARTINS, 1988: 127-131. Foi nesta instituição (M.N.A.) que estudámos as peças oriundas de Torres de Apra, sendo que a respetiva descrição figura no Catálogo.

Na verdade e atendendo à natureza dos elementos exumados[1777], afigura-se bastante provável que na necrópole de Torres de Apra tenha havido mais do que uma fase de enterramentos. Contudo, o vazio de conhecimentos acerca das características daquela área funerária é total. Não há, por exemplo, qualquer indicação sequer a respeito da arquitetura das sepulturas ou do modo como estas se dispunham no terreno. Neste sentido e dada a extensão das incógnitas, cremos que só com a implementação de uma escavação se poderiam aclarar algumas das problemáticas inerentes ao teor e diacronia da ocupação no local. Não obstante, parece-nos indubitável que esta se tenha prolongado, pelo menos, até aos séculos VI ou VII.

Continuando o périplo em curso, que se aproxima já do fim, penetramos no concelho de Faro, onde nos deteremos em **Milreu**[1778]. Foi Estácio da Veiga quem, em 1877, dirigiu as primeiras escavações metódicas no sítio. Mas as ruínas que ali subsistiam e que muitos autores, ao longo do tempo, associaram à velha *Ossonoba*, eram há muito afamadas e citadas na bibliografia[1779]. Na realidade, já André de Resende, no I e III volumes da obra *De Antiquitatibus Lusitaniae*, se empenhara em divulgar a *Crónica* que se acreditava elaborada pelo geógrafo árabe Rasis[1780] e em sustentar a teoria que apontava a coincidência entre a estação e a cidade romana, no que foi seguido, centúrias mais tarde, por Frei Vicente Salgado. Também Estácio da Veiga, ao colocar a descoberto os imponentes vestígios que se conservavam em Milreu, julgou estar na posse de ferramentas que lhe permitiam corroborar essa hipótese[1781]. Todavia, há que notá-lo, já então se levantavam algumas vozes adversas a tal ideia[1782]. Mas só nos finais da década de 30 do século XX, com as intervenções desenvolvidas por Abel Viana no Bairro Letes, em Faro, se reuniriam argumentos suficientemente consistentes para afastar uma convicção tão longamente defendida[1783].

E, conforme veio a constatar-se e a documentar-se amplamente, Milreu consta de uma *villa* romana, uma das maiores do território português, cuja ocupação terá começado a firmar-se no século I ou II. Posteriormente, já na IV centúria, foi sujeita a intensas reformas e transformações, às quais se ficarão a dever as alterações da fisionomia do espaço[1784].

[1777] Vejam-se as fotografias dadas à estampa por Isilda Martins (MARTINS, 1988: 127-131).

[1778] Com a reforma administrativa, Milreu passou a incorporar a União das freguesias de Conceição e Estoi.

[1779] FRANCO, 1943: 5; ALMEIDA, 1962: 193. Mário Lyster Franco alude, em particular, aos escritos de Frei Vicente Salgado que, na obra *Memórias Ecclesiaticas do Reino do Algarve*, publicada originalmente em 1876, tece amplas referências a Milreu (FRANCO, 1943: 6-7).

[1780] «[…] Sabemos hoje que o texto atribuído a al-Râzî, e traduzido para português nos séculos XIII-XIV, conhecido como Crónica do Mouro Rasis, não é do seu punho, tratando-se afinal de uma compilação do século XII, possivelmente a perdida Farhat al-anfusde Ibn Ghâlib, e na qual este último autor usou, como fontes, al-Râzî e al-Bakrî. […]» (REI, 2005: 2, nota 4).

[1781] «[…] Á […] generosidade do nobre cavalheiro sr. Manuel José de Serrea Tavares Garfias e Torres devi as amplas concessões que me permitiram, na sua quinta de Milreu, pôr á vista uma parte assaz importante da grande Ossonoba, cujas ruinas não consentiu o seu espírito patriótico que fossem de novo entulhadas […]» (VEIGA, 1887: 386, nota 1).

[1782] SANTOS, 1971: 166.

[1783] Consulte-se o artigo da autoria da Abel Viana e intitulado *O cemitério luso-romano do Bairro Letes (Faro)*, publicado na *Revista Broteria*, em 1951.

[1784] ALARCÃO, 1988b: 207.

É interessante registar-se que, entre as diferentes estruturas da *villa* avulta um templo, provável ninfeu[1785], comparável ao da Quinta de Marim (Quelfes, Olhão) ou São Cucufate (Vila de Frades, Vidigueira). Erguido nos finais do século III ou alvores do subsequente, para celebrar as divindades aquáticas, acabou por, ainda no IV ou porventura no V, ser reconvertido e cristianizado, perdendo a sua essência pagã primordial. E, na esteira da adaptação à «nova» crença, mas, desta feita, algures no século VI ou VII, construiu-se um batistério no interior do recinto que à altura o delimitava[1786]. É evidente, portanto, que todas estas modificações corporizam um processo idêntico ao cristalizado noutras *villae* romanas que lograram sobreviver na Antiguidade Tardia, mas não isentas de mudanças.

Em articulação com o local de culto em questão identificaram-se diversos enterramentos. Estácio da Veiga e o cónego Pereira Boto haviam já sinalizado a presença de vários túmulos na zona do *porticus*[1787] e da *crypta*[1788]. Ulteriormente, no âmbito de uma intervenção promovida pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e conduzida por M. Lyster Franco nos anos quarenta do século XX, desvelaram-se outras sepulturas, parte das quais continha ainda ossadas pertencentes aos indivíduos nelas depositados[1789]. Além do mais, em duas delas, figuravam vasos cerâmicos, produzidos em pasta grosseira e interpretados como *lagoenae*. Ora, a tipologia e características dos recipientes, aliada à implantação escolhida para os dispositivos sepulcrais, não condizente com a expectável para uma área criada de raiz para necrópole, levou desde logo Lyster Franco a atribuir àquele conjunto cronologia visigótica[1790].

Na verdade, são várias as sepulturas de Milreu e, inclusive, dois os mausoléus, cuja constituição deverá ser imputada ao século VI. É certo, porém, que o posicionamento dos vestígios osteológicos preservados nas câmaras só foi aferido para os casos em que a responsabilidade das escavações coube ao Instituto Arqueológico Alemão. Das explorações prévias não há registo. De qualquer modo, convém desde já salientar que os túmulos mais recentemente intervencionados congregavam indícios de reiterada reutilização[1791]. Por outro lado, há que realçar o facto de aos distintos núcleos de inumação que ladeiam o tem-

---

[1785] SIDARUS & TEICHNER, 1997: 177.

[1786] ALARCÃO, 1988b: 207; HAUSCHILD, 1997: 409.

[1787] M. Lyster Franco utiliza o termo *porticus*: «[…] não na acepção vulgar da palavra portuguesa […], mas da espécie de passeio que por lá se encontra, cuja cobertura era sustentada por colunas de mármore que ainda se vêem em parte derrubadas. […]» (FRANCO, 1943: 10-11).

[1788] Veja-se também o sentido que confere à designação *crypta*: «[…] usando […] esta palavra não no significado que hoje geralmente tem, mas no que tinha em outros tempos, espécie de galeria coberta, construída ao nível do solo e sôbre o que dava, vulgarmente, a colunata do porticus. […]» (FRANCO, 1943: 11).

[1789] «[…] Algumas, na crypta, com os restos ainda conservados dos que nelas foram inhumados e lá se deixaram ficar, interrompendo o menos possível o descanso que desejaram eterno, e ainda mais três no porticus, com os ossos já desfeitos e cujas pequenas paredes ficaram a descoberto para melhor apreciação. […]» (FRANCO, 1943: 12).

[1790] FRANCO, 1943: 13.

[1791] «[…] os ossos mais antigos reunidos num canto da campa ou aos pés do esqueleto mais recente […]» (SIDARUS & TEICHNER, 1997: 184).

plo corresponderem diferentes soluções de orientação. Um primeiro grupo de sepulcros, o mais numeroso, que agregava os abarcados pelos dois mausoléus, foi alinhado no sentido este-oeste, sendo que, na generalidade, os restos ósseos conservados pareciam indicar que os defuntos foram neles colocados em decúbito dorsal, com as cabeças voltadas para nascente. Por seu turno, o corpo que jazia na sepultura de tipo mesa aparentava fixar a direção norte. Mas foi ainda assinalado um terceiro núcleo composto por quatro caixas tumulares que, circunscrito à faixa noroeste do recinto, se dispunha obliquamente e, por último, duas outras, ordenadas em conformidade com o eixo norte-sul[1792].

Finalmente, e no que concerne às recolhas artefactuais concretizadas em contexto funerário, referentes quer a cerâmicas quer a elementos metálicos[1793], é-lhes apontada uma datação centrada nos séculos VI e VII, coincidente com o período de dominação visigótica na Península[1794]. Na realidade, e tendo tido oportunidade de analisar presencialmente diversas categorias de materiais oriundos de Milreu no Museu Nacional de Arqueologia, é precisamente este o intervalo amplo que julgamos adequado sugerir como enquadramento[1795]. As únicas exceções radicam, por um lado, no osculatório, que poderá remontar à V centúria e, por outro, nas placas de cinturão rígidas que, naturalmente balizadas nesse tempo mais lato, permitem contudo, que se lhes delimite um pouco a cronologia, estipulando-a entre cerca de 560/80 a 600/640[1796].

Avançamos agora para o concelho de Olhão e freguesia de Quelfes, onde nos debruçaremos sobre a última estação a incluir no presente capítulo: a **Quinta de Marim**. É, novamente, a Estácio da Veiga que se ficam a dever as primeiras impressões acerca do sítio e da monumentalidade que o caracterizava, traço que, aliado à sua posição geográfica, mediando sensivelmente entre *Ossonoba* e Balsa, levou o arqueólogo a identificar a Quinta de Marim com a *Statio Sacra* citada na obra *Cosmographia*, atribuída ao chamado «Anónimo de Ravena»[1797]. Mas cedo se constatou que esta opinião não acolhia unanimidade. Logo em 1905 Leite de Vasconcelos aventava uma outra localização, desta feita, concordante com a do *Pro-*

[1792] SIDARUS & TEICHNER, 1997: 184.

[1793] Abel Sidarus e Felix Teichner aludem às cerâmicas recuperadas nas campanhas mais recentes, todas em sepulcros direcionados no sentido nascente-poente, e aos metais exumados por Estácio da Veiga (SIDARUS & TEICHNER, 1997: 184).

[1794] SIDARUS & TEICHNER, 1997: 184.

[1795] Note-se que nem todos os objetos recolhidos terão sido por nós observados. M. Luísa Estácio da Veiga menciona: «[…] braceletes, arrecadas e anéis […]» (SANTOS, 1972: 214). Com efeito, estudámos no M.N.A. dois anéis e um bracelete, mas não descortinámos nenhuma peça passível de ser classificada como «arrecada». Estaria a autora a evocar brincos anelares? Não podemos afirmá-lo.

[1796] A nossa base de sustentação a propósito deste ponto assenta na proposta definida por Ripoll López (RIPOLL LÓPEZ, 1998: 57).

[1797] «[…] São importantíssimas as antiguidades monumentaes que dão celebridade á famosa quinta de Marim, pertencente ao sr. João Lucio Pereira. Concedeu-me […] as mais amplas licenças para explorar os numerosos vestígios de grandiosas construções que dão á quinta de Marim a feição do assentamento de uma cidade arrazada, cuja situação, entre Balsa e Ossonoba, corresponde inteiramente á *Statio Sacra* do Anonymo de Ravenna, […] mui similhantes aos de Ossonoba […]» (VEIGA, 1887: 390).

montorium Sacrum, atual Cabo de São Vicente[1798]. E, ainda que outras hipóteses e também problemas tenham sido equacionados, como o sublinhado por Antonio Tovar e recentemente recuperado por Jorge de Alarcão, que lhe conferiu renovada argumentação, e que se prende com a possibilidade de a designação *Statio Sacra* ter sido criada na Antiguidade Tardia ou período bizantino, atendendo ao facto de não surgir referenciado em fontes imperiais, como o Itinerário de Antonino[1799], continua por encontrar uma resposta definitiva a este respeito[1800].

Ora, as estruturas que, na segunda metade do século XIX, Estácio da Veiga escavou e representou na Quinta de Marim, têm vindo a ser entendidas como vestígios de um vultuoso complexo integrado numa *villa* romana[1801], com necrópole(s) associada(s). Do espaço mortuário intervencionado por Estácio da Veiga provêm abundantes epígrafes e lápides. Contudo, durante décadas permaneceram desconhecidos quaisquer registos ou apontamentos relativos ao desenvolvimento dos trabalhos ali conduzidos. Além do mais, parecia que, contrariando os procedimentos habituais, teria mesmo ficado por desenhar um plano com a implantação das sepulturas colocadas a descoberto[1802]. Sabe-se desde há muito, porém, que estas se situavam nas proximidades de um segundo núcleo, parcialmente explorado por Santos Rocha em 1894[1803] e que, supomos, dada a curta distância que separava as duas áreas, cerca de duzentos metros, poderiam, em última instância, compor uma só necrópole.

Na verdade, o mencionado investigador dá conta da análise de quatro sepulcros orientados no sentido noroeste-sudeste, com configuração retangular ou trapezoidal, abertos

---

[1798] «[…] Na Cosmographia do Ravennate, […] cita-se uma Statio Sacra entre as cidades de Balsa e Ossonoba. Se o Ravennate seguisse rigorosamente a ordem geographica na sua exposição, não existe dúvida que a Statio Sacra se havia de buscar pelas vizinhanças de Faro, i. é, no Cabo de Santa Maria, tanto mais que esta denominação data já da idade-média; mas o mais provável ó que o autor da Cosmographia invertesse a posição dos legares, c que Statio Sacra seja synonimo do Promunturium Sacrum […]» (VASCONCELOS, 1905: 198-199).

[1799] «[…] Na hipótese de o nome Statio Sacra ter origem bizantina, poderia corresponder a porto ou acampamento militar, a residência oficial de alto funcionário ou a posto administrativo (com funções fiscais?) dessa época. Poderia ficar entre Balsa e Ossonoba mas não na Quinta do Marim. […]» (ALARCÃO, 2005: 303).

[1800] GRAEN, 2007: 276; 287. Note-se que, em trabalho recente, a identificação entre a Quinta de Marim e a *Statio Sacra*, voltou a ser equacionada (PEREIRA, 2014: 272).

[1801] GRAEN, 2007: 276. Há que ressalvar, a propósito, que mesmo a interpretação do sítio da Quinta de Marim enquanto *villa* levanta algumas dúvidas. Veja-se a opinião formulada por Jorge de Alarcão: «[…] Anotando as particularidades do conjunto epigráfico da Quinta do Marim, temos dificuldade em explicá-las. Se se trata, efectivamente, de villa, seria propriedade privada ou pública? De propriedade privada, teria, a certa altura, passado a pública? Terá sido, nos fins do século II e inícios do III d.C., residência de procuradores? Se não foi villa, terá sido santuário (com vários templos e outras edificações, entre as quais umas termas)? Neste caso, por que razão se recolheu aí apenas uma inscrição votiva? E como explicar inscrições funerárias? A hipótese de uma villa, na qual, em tempos tardo-romanos, se terá estabelecido um mosteiro (ou se terão mesmo instalado vários), não deve ser afastada. […]» (ALARCÃO, 2005: 302).

[1802] Recentemente, Dennis Graen divulgou um esboço da autoria de Estácio da Veiga, identificado com o n.º 30 A, no qual é possível observar, em planta, estruturas de inumação direcionadas no sentido este-oeste, ordenadas em fileiras, por sua vez apartadas por muros, supostas covas funerárias; na mesma planta são também percetíveis alguns alinhamentos passíveis de coadunar-se com o expectável para uma basílica paleocristã (GRAEN, 2007: 280-281; 284).

[1803] SANTOS, 1972: 266.

no terreno calcário. Todos mantinham as respetivas coberturas, muito embora denotando opções diferentes ao nível da preparação das mesmas: em três deles, as tampas resultavam da disposição sequencial de lajes; no quarto, por seu turno, a solução passara pelo assentamento de cipos funerários, removidos de outros túmulos e ali reaproveitados, em conjugação com tijolos e lajes fragmentadas, tudo solidamente agregado por argamassa de cal e areia, talvez *opus signinum*. Quanto às fossas, eram duas as que possuíam delimitação física, constituída por pedra, tijolo e argamassa; não obstante, numa delas, em concreto, a que se apresentava recoberta pelos cipos, a parede noroeste constava, ela própria, de igual tipo de elemento pétreo, fixado no solo, com a inscrição virada para o interior. Já os fundos careciam de qualquer material de revestimento. De qualquer modo, há a realçar a presença, em três dos dispositivos, de uma espécie de ressalto ou proeminência, onde os crânios dos defuntos se deveriam apoiar[1804].

Estes seriam, pois, inumados diretamente sobre o solo, em decúbito dorsal, com as cabeças voltadas para noroeste. Mas, similarmente ao verificado em muitas outras necrópoles coevas, duas das câmaras albergaram mais do que um indivíduo, pois aos pés da deposição primária acumulavam-se caoticamente ossadas pertencentes a enterramentos prévios, atestando, portanto, a reutilização das mesmas[1805]. Note-se, por outro lado, que mesclados com os restos ósseos, em geral mal preservados, pontuavam numa das fossas alguns pregos de ferro oxidados[1806], porventura indiciadores da utilização de um caixão ou, em alternativa, de uma padiola, que poderia ter servido para efetuar o transporte do morto até ao local que o aguardava.

Numa outra jazia caído, junto do lado esquerdo do crânio, um vaso cerâmico de reduzida dimensão, que a imagem nos sugere estaria ainda completo[1807], e que configura a única inclusão de espólio votivo que se revelou possível testemunhar. Assim se explica o facto de Santos Rocha sublinhar a «pobreza» inerente aos túmulos de Marim e de a ter interpretado à luz do estatuto social em que se integrariam os cidadãos a quem caberia ser neles sepultado e que julgou corresponder à plebe[1808].

No entanto, as recolhas artefactuais concretizadas em contexto funerário na Quinta de Marim estão longe de se circunscrever às preconizadas pelo arqueólogo figueirense. Há referências à exumação, por parte de Estácio da Veiga, de diversos adornos metálicos[1809], os

[1804] ROCHA, 1895: 193.

[1805] Santos Rocha fornece como termo de comparação a realidade documentada na necrópole da Idade do Ferro de Ferrestelo, nas imediações do povoado de Santa Olaia, Figueira da Foz (ROCHA, 1895: 194).

[1806] ROCHA, 1895: 194-195.

[1807] ROCHA, 1895: 194-195. Santos Rocha descreve-o nos seguintes termos: «[…] um pequeno vaso alvadio com o typo da ampulla, servindo provavelmente de *unguentarium* ou vaso de perfumes […]» (ROCHA, 1895: 195).

[1808] ROCHA, 1895: 198-199.

[1809] «[…] Estácio da Veiga achou muitos objectos de adorno feminino em metal, braceletes, anéis, argolas ou arrecadas, etc. em enterramentos cristãos. Alguns deles (alfinetes, alguns braceletes e brincos) foram classificados como visigóticos pelo Sr. Prof. Doutor D. Fernando de Almeida […]» (SANTOS, 1972: 275).

quais foram posteriormente publicados e classificados como visigóticos por D. Fernando de Almeida[1810]. Entre os que se conservam no Museu Nacional de Arqueologia e que tivemos oportunidade de analisar, conta-se uma fivela e uma fíbula, dois anéis, alfinetes e algumas contas de colar, fundamentalmente produzidas em vidro. Trata-se de um conjunto fundamentalmente atribuível ao intervalo que medeia entre os séculos VI e VII, plenamente articulado, a nível cultural e cronológico, não só com o vaso cerâmico recuperado por Santos Rocha no núcleo que intervencionou, como, a uma escala mais ampla, com todas as especificidades apuradas quer para o edifício cultual, provável basílica[1811], quer para os sepulcros que a ela se encontravam associados e cuja organização espacial ditou.

[1810] ALMEIDA, 1962: 237.

[1811] Acerca da classificação do edifício como basílica, note-se que é também esta a opinião de Carlos Pereira, manifestada na dissertação de doutoramento que defendeu recentemente (PEREIRA, 2014: 270).

7.
OS MATERIAIS

Um dos grandes objetivos a nortear a realização da presente dissertação prendeu-se com a identificação, arrolamento e descrição de um *corpus* de materiais de proveniência funerária, em que se revelasse possível discernir o cunho da influência «germânica»: mais vincada, para uma fase primordial, ou já esbatida e limitada a reminiscências, em período mais avançado. Impunha-se, portanto, uma abordagem geral aos objetos que tivemos oportunidade de analisar em distintas instituições, e a reflexão em torno de algumas das problemáticas suscetíveis de condicionar a interpretação.

Foi este, pois, o propósito a nortear a elaboração deste capítulo, onde começamos por nos deter nos materiais metálicos, privilegiando os que se destinam à aplicação sobre o vestuário ou ao adorno do corpo. Mas também os elementos vocacionados para uma utilização militar ou cinegética nos irão merecer atenção. Porém, convém desde já ressalvar que nem sempre os artefactos metálicos gerados pelas necrópoles peninsulares fazem eco da suposta opulência «bárbara». Com efeito, o propalado desejo de ostentação de riqueza e luxo imputado aos grupos de origem forânea, bem como o gosto pela combinação artística de pedras e metais preciosos, não parece encontrar tradução evidente[1812] ou, mais precisamente, regular e reiterada, nas recolhas que vêm sendo concretizadas na geografia peninsular. E, concretamente, no que ao território português diz respeito, os elementos que incorporam tais características são mesmo excecionais, num quadro bem menos exuberante do aquele que, à primeira vista, se poderia imaginar.

A generalidade das peças metálicas estudadas foi obtida por fundição em molde e, no que concerne às ligas, as que incluem cobre assumem-se como claramente predominantes. As de latão, por exemplo, foram usadas com alguma frequência, uma vez que, apesar de pouco resistentes e excessivamente suaves para as forjas, eram fáceis de trabalhar[1813] e ideais para a fundição, até porque o seu ponto de fusão é baixo, sobretudo se comparado com o do bronze e mesmo com o do ferro[1814]. Além do mais, e se atentarmos nos resultados das parcas análises laboratoriais não destrutivas promovidas sobre artefactos exumados em contextos sepulcrais portugueses, as indicações colhidas vão exatamente de encontro ao pressuposto mencionado, atestando a presença recorrente de ligas de latão. É precisamente o que se verifica com vários artefactos oriundos da necrópole de Talaíde, em Cascais[1815]. No entanto, tal prevalência não significa que o trabalho de forja tenha ficado por assinalar, uma vez que certos objetos de ferro, como as lâminas, só poderiam ser fabricados com o metal devidamente temperado e endurecido[1816]. Mas, como veremos, o ferro não serviu apenas para a produção das lâminas; foi igualmente utilizado na preparação de alguns dos

---

[1812] MORILLO CÉRDAN, 1989: 238.

[1813] Também o chumbo consta de uma matéria branda e maleável, propiciadora do trabalho do artesão, sobretudo quando é requerido maior trabalho ornamental (CARDOSO *et al.*, 1995: 334; 336).

[1814] MORILLO CÉRDAN, 1989: 239.

[1815] CARDOSO *et al.*, 1995: 337.

[1816] MORILLO CÉRDAN, 1989: 239.

elementos de adorno estudados. O bracelete da Retorta[1817] e o do sítio do Mosteiro[1818], a par de uma fivela de *Conimbriga*, recuperada no âmbito das «Escavações Antigas», ou de duas outras, procedentes de Talaíde[1819], constituem exemplos dessa prática. No mundo merovíngio, a opção pelo emprego de ferro no fabrico de adereços parece ter decorrido da subida de preço de custo de outros metais, circunstância que favoreceu a procura de soluções menos onerosas. De qualquer modo, há que notar que quando as placas de cinturão eram feitas em ferro, recebiam depois ornatos de fio de prata, artifício ideal para dissimular o carácter menos «nobre» da matéria de suporte[1820]. Já em território peninsular, concretamente, em Talaíde, detetou-se um outro «subterfúgio», ainda que aplicado sobre metais não ferrosos: a inclusão de elevadas percentagens de zinco nas ligas de latão, por forma a conferir tonalidade e reflexos dourados aos adereços, criando a ilusão de os mesmos serem produzidos em ouro[1821]. Na verdade, os adornos áureos, e mesmo os argênteos são, em regra, minoritários; no conjunto que examinámos, são até absolutamente residuais. Não admira, pois, que ainda que o acesso a tais bens fosse restrito, se buscassem vias alternativas para se estabelecerem pontes de aproximação face ao patamar mais elevado em que, provavelmente, se posicionavam aqueles que detinham tais elementos de prestígio.

Mas nas páginas que se seguem não iremos circunscrever-nos aos objetos metálicos: haverá igualmente espaço para tecer considerações em torno do material votivo inventariado, fundamentalmente referente a peças cerâmicas e vítreas. E como caraterizar, em moldes genéricos, tal componente artefactual? No que concerne às cerâmicas, há desde logo alguns pontos cruciais a realçar. Por um lado, o facto de a esmagadora maioria dos exemplares corresponder a recipientes vocacionados para a contenção de líquidos. Por outro, o de parte das formas estudadas reproduzirem modelos que se encontravam em uso pelo menos desde o período tardo-romano, traduzindo, portanto, não um ensejo de rutura, mas uma tendência para a perpetuação de certas tipologias. Não obstante, e ainda que se registem continuidades a nível formal, não podemos falar de imutabilidade: a simetria dos recipientes foi, não raro, sacrificada e o aspeto geral, menos conseguido. É provável que a redução da qualidade e resistência das pastas, a par do menor cuidado colocado na depuração, reflitam o incremento dos fabricos locais, menos especializados, em resposta a uma certa diminuição da dinâmica dos circuitos comerciais. Mas se é este o quadro particular em que se inserem as peças analisadas, tal não significa que o cenário seja extensível a todo o lapso de tempo que transcorre entre os inícios do século V e os do VIII. Há realidades coevas bem distintas e que contrariam a noção tradicionalmente instituída acerca da «estagnação» comercial. Basta que pensemos nos dados proporcionados por diversos sítios do litoral centro e sul

[1817] MARTINS, 1988: 149-150.
[1818] LOPES *et al.*, 2011: 16.
[1819] CARDOSO *et al.*, 1995: 322; 329.
[1820] HELLENKEMPER, 1979: 54.
[1821] CARDOSO *et al.*, 1995: 335-336.

português, onde funcionaram complexos de produção de preparados de peixe, para que se imponham ressalvas ao panorama de letargia económica. Tomando o exemplo fornecido pela cidade de *Olysipona*, veja-se como as estruturas correlacionadas, ao invés de terem sido desativadas na sequência das invasões dos alvores do século V, se mantiveram a laborar pelo menos ao longo da VI centúria. Assim o atestam muitas das evidências arqueológicas facultadas pelas intervenções de contrato levadas a cabo nos últimos anos, e cujos resultados permanecem maioritariamente inéditos. Aliás, tais evidências foram recentemente reforçadas por novos achados, como os concretizados na Casa do Governador da Torre de Belém. À semelhança do verificado noutros pontos da cidade, também ali se recuperaram cerâmicas focenses, a par de um *pentanummium* de Justiniano I, recolhas que traduzem a inquestionável manutenção de contactos com a parte oriental do Império Romano, os quais, somados aos que continuavam a ser tecidos com o norte de África[1822], apontam no sentido de um entrelaçamento de relações bem mais ativo e enérgico do que aquele que foi sendo veiculado em muita da bibliografia publicada.

Relativamente aos vidros, note-se que constam dos materiais mais escassamente representados no universo funerário sobre o qual nos debruçamos. Os elementos arrolados no Catálogo anexo repartem-se somente entre dois grupos de formas, o das taças e o dos copos. E, quer ao nível da tipologia, quer da técnica empregue na produção, ambos denotam algumas mudanças, ou certo nível de evolução, face aos vasos atribuídos a cronologias mais recuadas. Por outro lado e também no que respeita à coloração apresentada, há novidades a assinalar, articuláveis com o facto de o século V ser palco do surgimento de uma renovada paleta de tonalidades. As misturas e combinações então preconizadas originaram tons verdes amarelados, verdes acastanhados, castanhos esverdeados e, já para os finais da centúria, amarelos acastanhados[1823]. É precisamente neste contexto que se inscrevem os parcos recipientes vítreos inventariados.

Passemos então à abordagem das grandes linhas definidoras do conjunto.

7.1. Adereços de vestuário

Como afirmou Delphine Pinasa, na introdução de uma obra que dedica à indumentária, «[…] le costume est, par essence, ce qui touche l'homme au plus près […]»[1824]. Não admira, pois, que na forma de trajar e nos adornos aplicados sobre as vestes conflua toda uma panóplia de signos identitários.

Ora, se por um lado, e atendendo à escassez de fontes artísticas e literárias, as dificuldades inerentes ao estudo do vestuário dos grupos «germânicos» poderiam ser esmagadoras, por outro, a Arqueologia vem gerando testemunhos materiais de inestimável valor que

[1822] FABIÃO, 2009: 29-31.
[1823] CRUZ, 2009a: 140.
[1824] PINASA, 1992: 6.

ajudam, em larga medida, a supri-las[1825]. Com efeito, é na prática da inumação vestida, que configurava apanágio daqueles grupos, que reside uma das mais interessantes vias para a compreensão do modo como os indivíduos de origem forânea se trajavam. Todavia, não é claro se os vestígios remanescentes constituem um pálido «reflexo» dos atavios da indumentária quotidiana ou, antes, de uma composição específica para a morte. As opiniões dividem-se.

Em paralelo e, em conformidade com que temos vindo a salientar, os adereços de vestuário são potencialmente representativos das diferenciações étnicas entre grupos. E, se por um lado, são suscetíveis de marcar divisões, por outro proporcionam um vínculo de ligação entre aqueles que fazem uso de determinadas peças, certamente porque essa utilização torna inteligível a pertença a um grupo.

7.1.1. Placas de cinturão

As placas de cinturão correspondem a um tipo de adereço de vestuário particularmente significativo e eloquente. Juntamente com as fíbulas, compunham a base dos adornos da indumentária dos grupos de origem «germânica» ou, pelo menos, do vestuário que os defuntos envergavam quando preparados para a «viagem» da morte, momento em que talvez fosse requerido que o indivíduo se apresentasse especialmente ataviado. Não quer isto dizer que estas duas categorias de peças tivessem que surgir isoladas em contexto sepulcral; na verdade, podiam ser acompanhadas de uma ou mais fivelas e complementadas com elementos de adorno do corpo, tais como brincos, anéis ou braceletes, ou mesmo com objetos providos de uma outra vocação, que não a ornamental[1826].

Ora, as placas de cinturão enformam uma série de potencialidades e valências. Presume-se, por exemplo, que possam fornecer pistas relativamente ao estatuto social ou económico dos indivíduos que as utilizavam. Mas independentemente da validade deste pressuposto, que alguns investigadores colocam em causa, até pelas dificuldades em atestá-lo, é incontornável a importância que tais materiais granjeiam, sobretudo a nível artístico, simbólico, ou enquanto indicadores cronológicos. E para comprovar esta afirmação, começamos por nos debruçar sobre um dos traços tidos como apanágio destes objetos nas fases iniciais da ocupação documentada na geografia peninsular: a decoração policroma, também conhecida por estilo *cloisonné*.

Na opinião de Iaroslav Lebedynsky, há ainda muito por esclarecer a respeito da decoração policroma. As suas raízes têm vindo a ser procuradas na Pérsia, nas estepes ocupadas por alanos e sármatas ou na região danubiana dominada pelos hunos nos tempos de Átila. Mais recentemente, alguns autores ensaiaram até uma inversão do fluxo de influência,

[1825] PINASA, 1992: 47.

[1826] MORILLO CERDÁN, 1989: 242; 244.

considerando que a decoração policroma se generalizou no século IV no seio do Império Romano, tendo sido posteriormente imitada e reproduzida por grupos «bárbaros». Contudo, esta hipótese carece de confirmação fundamentada[1827].

Ora, de acordo com Lebedynsky, esta decoração pode decorrer do recurso a duas técnicas distintas. No quadro de uma delas, concretamente, a predileta dos hunos, as pedras ou vidros, tendencialmente irregulares e com diversos tamanhos e configurações, eram colocados de forma a ficarem salientes nas cavidades ou molduras. Na sua opinião, este estilo em particular assume-se como o prolongamento de um outro, difundido nas estepes desde os alvores da era, muito embora configurando uma versão simplificada do original. Com efeito, não só o trabalho de engaste das peças usadas pelos hunos parecia menos cuidado e algo mais rude como, em paralelo, a policromia que vingou entre alanos e sármatas se converteu em monocromia, privilegiando a cor vermelha. E, de acordo com o mesmo autor, esta técnica não conheceu grande divulgação no ocidente europeu, salvo algumas exceções.

É, pois, na aplicação da segunda das técnicas que reside a chave para obter o estilo *cloisonné* propiamente dito. Pauta-se este pelo engaste de elementos coloridos nas cavidades abertas na base do objeto e separadas por divisórias metálicas, deste modo perfazendo uma espécie de mosaico que aflora à superfície, granjeando maior fulgor que o alcançado com a técnica previamente descrita. Fortemente disseminado nas armas de luxo dos séculos IV e V, possui a sua génese numa ampla área oriental, onde confluíram influxos múltiplos, advindos do mundo iraniano, do helenístico ou do romano. E ainda que prenunciando as chamadas «modas danubianas», a imposição desta técnica precede o arranque dos fluxos migratórios de maior vulto, tendo sido identificada em enterramentos atribuídos a cronologias mais recuadas[1828].

No território português, os artefactos relacionáveis com este universo resumem-se a escassos exemplares. Entre os elementos de cinturão, são dois aqueles que, entroncando claramente na filiação oriental acima descrita, possuem datação centrada no século V. Ambos foram detetados num contexto funerário, em Beja[1829], sendo que um (n.º de inv. Au 125, do M.N.A.) é rigorosamente idêntico a uma das peças recuperadas numa sepultura de Lébény (Hungria), que Michel Kazanski insere no quadro dos túmulos danubianos ocupados por chefes militares durante o período das «Grandes Migrações». E é interessante mencionar que o referido sepulcro húngaro integrava igualmente a lâmina de uma espada, porém já

[1827] LEBEDYNSKY, 2001: 81-82.

[1828] «[…] Les décors qui annoncent clairement les modes «danubiennes» apparaissent en tout cas, antérieurement aux invasions, sur des objets géorgiens (dans le contexte assez iranisé de la nécropole d'Armaziskhévi, IIe-IIIe siècles), sarmato-alains (Nedvigovka près d'Azov, Russie, fin IIIe-début IVe siècle), et perse sassanides (ornement au nom d'*Ardachîr* trouvé à Wolfsheim, Allemagne, IIIe-IVe siècles). […]» (LEBEDYNSKY, 2001: 83).

[1829] Esta sepultura proporcionou igualmente a recolha de uma espada (n.º de inv. MRB.1.31, do Museu Regional de Beja), a que adiante aludiremos, e de um cabuchão (Au 126, do M.N.A.), cuja função não se encontra completamente clarificada. A descrição pormenorizada de ambos figura no Catálogo.

sem guardas nem punho[1830]. Já relativamente ao segundo dos objetos de Beja (Au 124, do M.N.A.), há que fazer menção às semelhanças que denota face a duas placas de Kertch, localidade da Crimeia que dá o nome ao estreito que liga o Mar de Azov ao Mar Negro; por seu turno, o fuzilhão com remate zoomórfico e granadas incrustadas encontra paralelo claro na agulha de uma peça oriunda da cidade húngara de Regöly[1831]. Confirma-se, portanto, que os dois exemplares de Beja, produto de execução exímia, e reveladores de uma combinação notável entre o ouro e as granadas, se relacionam diretamente com artefactos exumados em contextos orientais. Na esteira de M. Kazanski, Pérez Rodríguez-Aragón enquadra-os no chamado «horizonte» *Untersiebenbrunn-Gospital'naja*, identificado com os «túmulos principescos» que pontuavam em posição isolada na região norte-danubiana, onde os príncipes vassalos do império huno no tempo de Átila eram inumados, juntamente com os elementos que remetiam simbolicamente para a sua investidura[1832].

A terceira peça a exibir este tipo de decoração, embora já mais tardia, é procedente de *Conimbriga* (n.º de inv. A.74.6, do M.M.C.). Mas não é apenas a cronologia a marcar a diferenciação, pois também os materiais utilizados são distintos. Na placa de *Conimbriga* recorreu-se a uma liga de cobre para compor a caixa, provida de pequenas cavidades destinadas à incrustação; em paralelo, em vez de granadas, embutiram-se vidros coloridos. Além do mais, o paralelo mais próximo detetado para este objeto radica num elemento de cinturão proveniente de uma necrópole de «tradição» visigótica, Tinto Juan de la Cruz, em Pinto (Madrid), com cronologia atribuída ao século VI[1833]. Mas é interessante notar que a placa de *Conimbriga*, ainda que produzida sem recurso a materiais «nobres», não deixa de evidenciar-se, sobretudo em razão da policromia dos vidros, e do desenho das células destinadas ao engaste. Tal como realçado a propósito das placas de cinturão de Herrera de Pisuerga, algumas das quais com aspeto exuberante e esquemas decorativos complexos, é provável que se tenha procurado transpor a «ostentação» inerente ao uso de peças áureas e providas de incrustações preciosas para objetos mais acessíveis, produzidos com base em materiais menos onerosos e até de menor qualidade[1834].

Atentemos agora nas placas rígidas. Pere de Palol i Salellas, que reconheceu nestas peças analogias com adereços recolhidos em França e Itália, classificou-as como «germânicas tardias». Na sua opinião, a difusão destes elementos iniciou-se nos finais do século VI, perspetiva que se afasta da enunciada por Hans Zeiss. Com efeito, o autor alemão, que estudou os achados de filiação visigótica na Península Ibérica e que em 1934 publicou uma obra de síntese, *Die Grabfunde aus dem spanische Westgotenreich*, avançou uma cronologia centrada na primeira metade do século VI, a qual, na opinião de Ripoll López, peca por

[1830] KAZANSKI, 1991a: 126, fig. 1, n.º 16; 2013a: 505, n.º 33 e 34.
[1831] KAZANSKI, 1991a: 126, n.º 5, 6 e 7.
[1832] PÉREZ RODRÍGUEZ-ARAGÓN, 1997: 634.
[1833] BARROSO CABRERA & MORÍN DE PABLOS, 2006b: 720; 725, fig. 9.
[1834] MORILLO CERDÁN, 1989: 238-239.

ser demasiado recuada[1835]. Mais recentemente, esta autora estipulou uma nova proposta de enquadramento temporal, balizada entre os finais do século VI e as primeiras décadas do VII. Coincide, pois, com os derradeiros anos do reinado de Leovigildo e inícios do de Recaredo, interpretados como determinantes para a afirmação do poder de Toledo, para o incremento das trocas comerciais com o Mediterrâneo e, em suma, para o arranque de um novo capítulo: o do progressivo abandono das «[…] tradiciones más visigotistas […]»[1836].

As placas rígidas, produzidas em liga de cobre e fundidas com a fivela numa só peça, podem ser simples e apresentar-se isentas de ornatos – como no caso da peça da Abuxarda ou no das de Milreu – ou, em alternativa, mostrar-se decoradas com motivos incisos (como a da Retorta). Na verdade e no que toca a soluções decorativas, a incisão assume-se como a técnica prevalente e mais recorrentemente utilizada na torêutica do período em estudo, privilegiando em larga medida o desenho geométrico[1837].

As placas rígidas podem também ser vazadas, cortadas com recurso a uma pequena serra, e logo limadas, de forma a anular as rebarbas[1838]. Há três variáveis do tipo em causa conservadas em instituições museológicas do território português mas só uma figura no Catálogo. Trata-se de um objeto de tipo *Palazuelos*, provavelmente recolhido em *Conimbriga*, mas integrado nas coleções do M.N.A.: patenteando um recorte algo assimétrico, é pontuado por círculos oculados incisos e, junto ao limite exterior, por uma sequência de sulcos dispostos na oblíqua[1839]. As restantes duas variáveis concernem, por um lado, a uma placa epigráfica, recuperada na *villa* do Paço Velho da Facha, associada à necrópole da Bouça da Gateira[1840], e a uma placa de proveniência desconhecida. Esta última, bastante singular, combina a decoração vazada com a disposição ordenada de carateres alfabéticos e com a representação de uma cena em que participam uma figura humana e um zoomorfo, que presumimos ser um equídeo[1841]. Contudo, o facto de não nos ser possível validar a articulação de nenhuma delas com um contexto funerário levou-nos a deixá-las de fora da presente dissertação.

Debrucemo-nos agora sobre as placas liriformes. De acordo com Ripoll López, estes objetos começaram a circular por volta de 600/640 e, neste sentido, regista-se alguma coincidência temporal entre o estertor da utilização das placas rígidas e o arranque da aplicação das que respondem à nova tipologia. Imbuída de influxos mediterrânicos, constitui como que o reflexo da progressiva «uniformização» da sociedade hispano-visigótica, quer em termos artísticos quer culturais[1842]. Palol i Salellas refere-se a esta etapa enquanto «[…] fase

[1835] RIPOLL LÓPEZ, 1985: 42.
[1836] RIPOLL LÓPEZ, 1998: 56-58.
[1837] MORILLO CERDÁN, 1989: 239.
[1838] RIPOLL LÓPEZ, 1985: 59.
[1839] AREZES, 2011: 153-154.
[1840] ALMEIDA, 2003: 373-374.
[1841] AREZES, no prelo: a.
[1842] RIPOLL LÓPEZ, 1998: 60-61.

isidoriana de paz y fusión étnica y religiosa, de identificación política entre el Estado militar visigodo y la Iglesia Hispanorromana […]». E, em termos artísticos, sublinha o aparecimento de «[…] un arte único donde, en arquitectura y escultura, la tendencia hispanorromana anterior tiene una plena y graciosa evolución y desarrollo y en las artes del metal, conservando los talleres godos de origen, adaptan y funden tipos plenamente mediterráneos en cuanto se refiere a los objetos de ajuar personal o litúrgico en bronce. […]»[1843]. Na verdade, o mundo peninsular do século VII configurava uma realidade bem distinta da prevalente na centúria anterior. Com efeito, na segunda metade da VI anexara-se o *regnum* suévico, consolidara-se o poder central de *Toletum* e a conversão oficial ao catolicismo marcara um ponto de viragem, com implicações a diversos níveis. Agora, resultado paulatino de um processo longo, os traços da identidade «germânica» apresentavam-se enfim diluídos, talvez porque tivesse deixado de se assumir como um imperativo estabelecer uma diferenciação entre grupos: o minoritário e detentor do controlo político, por um lado, e o culturalmente dominante, por outro.

Segundo Ripoll López, e na esteira do pensamento enunciado por Palol i Salellas, as chamadas «artes menores» peninsulares do século VII encontraram inspiração num conjunto de elementos orientais comerciados em torno do Mediterrâneo. E terá sido com base nos modelos de grande qualidade que chegavam aos portos daquele mar que as oficinas locais, porventura localizadas em centros urbanos com alguma importância, procuraram reproduzir tipos e esquemas decorativos, procedendo depois à distribuição das peças, inclusive para áreas onde a ocupação visigótica pouco se sedimentara. Um dos centros mais ativos estaria situado nas proximidades de *Hispalis*, sendo que a maior parte das placas liriformes conhecidas na Península, além de outras, detetadas já além Pirenéus, são dele originárias. Tal não invalida, naturalmente, que outros centros tivessem laborado e produzido os seus exemplares[1844], que na generalidade continuaram em uso alguns anos após a invasão árabe e subsequente queda da monarquia visigótica[1845].

Em Portugal estão documentados vários objetos liriformes. Num total de vinte placas que inventariámos em trabalho prévio, treze correspondiam ao referido tipo[1846]. Entretanto, tivemos oportunidade de acrescentar ao rol de peças liriformes alguns elementos, entre os quais se contam dois fragmentos distais recuperados no quadro das «Escavações Antigas» de *Conimbriga*, cuja descrição figura no Catálogo[1847]. Por incluir ficou um conjunto de outros seis, conservados no M.N.A., pois apesar de aferida a respetiva tipologia e cronolo-

[1843] PALOL I SALELLAS, 1956: 75.

[1844] RIPOLL LÓPEZ, 1998: 60.

[1845] RIPOLL LÓPEZ, 1985: 61.

[1846] AREZES, 2011: 141-182. Note-se que nem todas as placas arroladas se encontram no Catálogo: nele apenas figuram aquelas que se assumem como potencialmente articuláveis com uma origem funerária.

[1847] Um deles está inventariado com a seguinte designação: A.19; o segundo, por seu turno, surge identificado com o n.º de entrada no laboratório: 4894.

gia, o facto de terem sido comprados em leilão e não ser possível rastrear a sua proveniência, deixou-as de fora do âmbito de análise da presente dissertação.

7.1.2. Fivelas e fuzilhões isolados

As fivelas enformam um tipo de adereço que se reveste de contornos especialmente relevantes, na medida em que quando aparecem em contexto sepulcral, traduzem uma relação com a indumentária e, neste sentido, a prática da inumação vestida. Se preservadas *in situ*, surgem colocadas na zona do abdómen do defunto[1848]. No entanto, e ainda que exumadas no interior de uma sepultura, não é certo que se mantenham na posição original: basta que se verifique a ocorrência de algum fenómeno pós-deposicional ou mesmo uma reutilização tumular, para que o arranjo e composição inicialmente preparados sejam alterados.

As fivelas que analisámos pertencem a diversas tipologias, mas têm uma particularidade em comum: constituem produto de fundição. De resto, foram predominantemente elaboradas em liga de cobre e, mais raramente, em ferro. Há que notar, porém, que algumas das fivelas com aro de liga de cobre possuíam fuzilhão de ferro, numa solução compósita, que poderá eventualmente indiciar o reaproveitamento a que alguns exemplares foram sujeitos. Uma outra hipótese explicativa para esta situação, avançada por Morillo Cerdán, prende-se com a possibilidade de as agulhas em causa serem intencionalmente produzidas em ferro, dado que, pelo facto de permanecerem dissimuladas nas dobras ou pregas das vestes, ficavam fora do alcance da visão, assim se anulando potenciais «inconvenientes» sociais. Contudo e, uma vez que facilmente se desfazem, nomeadamente se expostas a ambientes com grande humidade, é comum que, nos casos em que esta opção foi tomada, subsistam somente os aros de liga de cobre e não os fuzilhões de ferro[1849].

Entre as fivelas inventariadas para o território português, há objetos com configuração quadrangular ou retangular, como os recolhidos em Patalou (Nisa) e Milreu (Faro). Trata-se de um tipo que possui as suas raízes no mundo romano, daí que não seja de excluir que traduzam a reutilização de elementos pré-existentes e não produções coetâneas de outros materiais a que se associam no interior das estruturas tumulares[1850]. Porém, e ainda que tal pressuposto se comprove, é sabido que se encontram atestadas em necrópoles com uma componente artefactual tradicionalmente classificada como «visigótica»[1851]. É o que sucede, por exemplo, na de Estagel, localizada nos Pirenéus orientais[1852], ou na de Tinto Juan de la Cruz, na Meseta castelhana[1853].

[1848] MORILLO CERDÁN, 1989: 242.
[1849] MORILLO CERDÁN, 1989: 238.
[1850] RIPOLL LÓPEZ, 1985: 39.
[1851] BARROSO CABRERA *et al.*, 2006b: 559.
[1852] LANTIER, 1949: 65,, fig. 8.
[1853] BARROSO CABRERA *et al.*, 2006b: 545, fig. 8, n.º 593; 559.

Mais preponderantes são as fivelas de contorno ovalado, providas de fuzilhão escutiforme. Largamente utilizadas pelos merovíngios, foram recorrentemente incorporadas nas suas sepulturas, onde podiam surgir em correlação com apliques de cinturão, de formato igualmente escutiforme. Todavia, e muito embora se presuma que os apliques eram produzidos num único centro, situado na Europa central, e a partir dele exportados, os dados coligidos não indiciam um panorama análogo para as fivelas; o mais provável, aliás, é que adviessem de distintos locais de fabrico, que laboravam por imitação. Ao longo de um período lato, que se iniciou nos finais do século V, teve forte incidência no VI, e prolongou até atingir os inícios do VII, marcaram presença em múltiplas necrópoles peninsulares[1854]. Em Portugal, concretamente, estão documentadas em diversas espaços de enterramento, nomeadamente, em Castro de Avelãs (Bragança), Abuxarda (Cascais), Aneirão (Abrantes), Curral do Sampão (Vaiamonte) ou Alcaria (Caldas de Monchique)[1855]. No entanto, e salvo o caso de Aneirão, em que há informações precisas a respeito do contexto de recolha[1856], para os restantes sítios sobejam as incógnitas, resultantes, sobretudo, das condições e metodologia subjacentes às intervenções que proporcionaram a exumação. De qualquer modo, sabe-se que nem sempre as fivelas se conjugavam com apliques. Na necrópole de Pla de l'Horta (Girona) foram identificadas junto de um segundo adereço congénere, bem como a par de botões, ou até isoladas[1857], reproduzindo esquemas similares aos verificados noutros pontos da geografia peninsular. E, a propósito, lembremos que Morillo Cerdán sublinha o facto de as fivelas raramente ataviarem um defunto que foi a enterrar acompanhado de fíbulas e de uma placa de cinturão, quedando portanto à margem de uma das associações mais características e paradigmáticas do universo funerário do século V e primeira metade do VI. Neste sentido, avança a hipótese de a inclusão de fivelas em meio funerário poder remeter para uma significação concreta, eventualmente denunciadora do estatuto social e económico, ou mesmo do género do indivíduo inumado[1858].

Finalmente, e porque não poderíamos dar por terminadas as considerações acerca das fivelas sem fazer menção a um último tipo, votemos um olhar às peças reniformes. Em regra articuladas com as placas liriformes, integram um conjunto artefactual bastante homogéneo e plenamente imbuído de influências mediterrânicas e bizantinas[1859], que suplantaram o cunho da ascendência «germânica», entretanto tornada difícil de rastrear. Entre os exemplares portugueses, cuja datação deverá arrancar sensivelmente nos alvores da VII centúria, e estender alguns anos para lá da barreira da VIII, destacamos dois objetos recuperados em

[1854] RIPOLL LÓPEZ, 1985: 39.

[1855] As descrições dos objetos elencados figuram no Catálogo em anexo, à exceção da que se reportaria à fivela de Alcaria, atualmente em paradeiro desconhecido.

[1856] De acordo com Filomena Gaspar e Álvaro Batista, a fivela procede da sepultura 2, onde jazia a par de uma conta de colar de vidro (GASPAR & BATISTA, 2003: 35)

[1857] LLINÀS POL *et al.*, 2008: 293.

[1858] MORILLO CERDÁN, 1989: 342.

[1859] RIPOLL LÓPEZ, 1998: 60-61.

Cascais: um, na área cemiterial da *villa* de Casais Velhos (n.º de inv. CV.696) e um segundo, na necrópole de Talaíde (n.º de inv. TA.28.75), ambos depositados no Museu dos Condes de Castro Guimarães. Talvez a proximidade do litoral tenha favorecido o acesso aos novos produtos, que circulavam por via marítima, e que facilmente poderiam ter afluído às imediações das referidas estações de origem.

7.1.3. Fíbulas

As fíbulas constam de adereços de vestuário bastante específicos e diferenciadores. Usadas para suspender as vestes à altura dos ombros, é essa a posição em que se apresentam quando ocorrem em contextos sepulcrais e permanecem *in situ*. À semelhança das placas de cinturão e das fivelas, também as fíbulas são indiciadoras da prática da inumação vestida. Contudo, há que registar que, na opinião de alguns investigadores, os vestígios materiais plasmados nos enterramentos e correlacionados com a indumentária decorrem de composições especialmente formuladas para o cenário mortuário, daí a forte possibilidade de serem mais ostensivos que os usados no quotidiano[1860]. Mas quais as tipologias a evocar no âmbito deste estudo?

Uma delas concerne às chamadas fíbulas de placas e arco de técnica trilaminar: enformando testemunho do vestuário típico dos visigodos, parecem consubstanciar um dos traços mais evidentes da «moda» que era tida como seu apanágio[1861]. Na perspetiva de Ripoll López, a introdução destes objetos em território peninsular é indissociável do fenómeno de assentamento do «povo» visigodo naquela geografia, remontando, portanto, aos finais do século V. No entanto, a génese destes adornos radica em produções do leste europeu, desenvolvidas nos alvores da centúria. Por conseguinte, a autora entende que os exemplares documentados na *Hispania* e na generalidade dos sítios ocidentais constam de importações promovidas por grupos germânicos que, no seu percurso migratório, trouxeram consigo artesãos que participavam da mesma filiação «étnica» e que continuaram a laborar nos mesmos produtos[1862].

Outro tipo muito em voga centra-se nas fíbulas aquiliformes. Martínez Santa-Olalla, personagem sobre a qual tivemos já oportunidade de nos debruçar, assinou em 1940 um dos artigos que acabariam por lhe valer descrédito entre os pares, por ter vindo a lume que parte dos objetos neles elencados constavam de falsificações[1863]. A respeito dos exemplares aquiliformes, escreveu então: «[…] Acaso no exista en toda la orfebrería germánica ninguna pieza que aventaje en majestad a los imperdibles visigodos en forma de águila. Hay, sí, en toda esa orfebrería piezas más ricas, más perfectas, con las cuales se adornaron las damas

[1860] MORILLO CERDÁN, 1989: 242.
[1861] NUÑO GONZÁLEZ, 1989: 179.
[1862] RIPOLL LÓPEZ, 1985: 51-52.
[1863] MEDEROS MARTÍN, 2003-2004: 18.

germánicas de la época de las invasiones, pero ninguna responde a una concepción tan solemne como la de imitar esas águilas de aspecto heráldico que veremos perpetuarse a través de toda la joyería posterior […]»[1864]. Definiu, pois, estas fíbulas como um tipo declaradamente gótico e invariavelmente aplicado sobre as vestes dos visigodos no período que precedeu a celebração do III concílio de Toledo, à semelhança do que se verificava com os objetos lameliformes e com as placas de cinturão retangulares onde avultavam as cavidades com incrustações[1865]. A propósito, não deixa de ser interessante lembrar o que Jorge de Alarcão registou acerca do uso destes adereços por parte dos visigodos. Refletindo no facto de a águia configurar um símbolo de poder para os imperadores romanos, colocou a hipótese de, através do recurso a tal elemento estilizado, os visigodos procurarem não só imitar a autoridade máxima do Império como, por outro lado, patentear a boa natureza das relações que com ele mantinham[1866].

Em Portugal não se conhecem, até ao momento, fíbulas de placas e arco de técnica trilaminar ou peças aquiliformes a que possa atribuir-se proveniência segura. Com efeito e no que se refere, por exemplo, à fíbula zoomórfica que integra a coleção António Olmos[1867], o facto de se tratar de um objeto que carece de indicações precisas quanto à origem da recolha, exclui-o, naturalmente, do âmbito deste trabalho. Mas, se quanto a tais categorias de artefactos, o atual panorama é incerto, em contrapartida *Conimbriga* proporcionou um conjunto relevante de um outro tipo de fíbulas, nove no total, oito das quais tivemos oportunidade de tratar previamente[1868]. Destas, quatro remetem para o universo das variantes do grupo das *Armbrustfibeln* e uma para o das *Bügelknopffibeln*[1869]. Por seu turno, as três restantes[1870] não se coadunam propriamente com as especificidades que se esperaria ver plasmadas nas *Armbrustfibeln* fundidas, daí as dificuldades em classificá-las adequadamente[1871]. No Catálogo que figura em anexo, além dos elementos mencionados, incluímos o nono

[1864] MARTÍNEZ SANTA-OLALLA, 1940: 33.

[1865] MARTÍNEZ SANTA-OLALLA, 1940: 34-35.

[1866] ALARCÃO, 1996: 22.

[1867] FERNANDES *et al.*, 2009: 48-49. Note-se que também a coleção Estrada, cujo amplo acervo servirá de base ao futuro Museu Ibérico de Arqueologia e Arte de Abrantes, abarca materiais tidos como visigóticos, designadamente, fíbulas de arco e técnica trilaminar, a par de placas de cinturão (PORTOCARRERO, 2010: 120-125; PORTOCARRERO & DELFINO, 2010: 56-57). No entanto, o facto de tais artefactos, adquiridos em antiquários, serem de origem não apenas desconhecida, mas além do mais controversa, leva-nos a apartá-los da análise da presente dissertação.

[1868] Além das peças de *Conimbriga*, estudámos a fíbula recolhida em Falperra (Braga), um exemplar de tipo Desana, do grupo das *Bügelknopffibeln* (AREZES, 2011: 199-200). Todavia, o facto de o contexto de procedência não ser funerário, afastou a estação e os materiais nela recuperados do quadro da presente dissertação.

[1869] Nuño González descreve as *Armbrustfibeln* como «[…] fibulas de arco con resorte de ballesta […]» e as *Bügelknopffibeln* como «[…] modelos similares a estos [*Armbrustfibeln*] pero que incorporan una pequeña cabeza en el extremo del arco […]» (NUÑO GONZÁLEZ, 1989: 183).

[1870] Trata-se das peças inventariadas com as seguintes designações: A. 710, A. 3424 e 69.293 (AREZES, 2011: 189-192; 197-198).

[1871] AREZES, 2011: 183-198. Pérez Rodríguez-Aragón define-as como «[…] fíbulas de ballesta con resorte vuelto hacia arriba, pie largo aplanado y mortaja corta […]», acrescentando que procedem da região da Eslováquia e Morávia (PÉREZ RODRÍGUEZ-ARAGÓN, 1997: 633-634).

objeto (n.º de inv. A. 390, do M.M.C.). Porém, e tal como que sucede com os demais exemplares, também as propostas tecidas a propósito desta peça estão longe de se revelar consensuais[1872]. Neste, como noutros casos, há posições divergentes, que refletem diferenças de entendimento, não apenas ao nível do enquadramento tipológico, mas igualmente no que concerne à cronologia avançada.

Na verdade, são vários os problemas suscitados por estas fíbulas, sendo que até a questão da distribuição geográfica dos diversos tipos se afigura complexa[1873]. Alguns autores consideram que os padrões de ocorrência coincidem com os trajetos percorridos no quadro das movimentações dos grupos de origem germânica na geografia europeia, salvaguardando a possibilidade de os elementos em análise incorporarem influências colhidas em distintas paragens, inclusive nas estepes russas[1874]. Na realidade, as variantes identificadas entre as *Armbrustfibeln* e *Bügelknopffibeln* conhecidas[1875] constituem uma evidência das diferenças atestadas nos objetos e, consequentemente, da heterogeneidade veiculada pelas produções. Contudo, há um ponto a sublinhar: não obstante a falta de uniformidade que as pauta e as dificuldades inerentes à definição dos tipos, todos parecem radicar na chamada *Germania libera*, sendo que a aceitação que obtiveram talvez explique a forte dispersão documentada, «[…] con éxito manifiesto en Turingia, entre alamanes y germanos, en Escandinavia y también en el Este de Europa, con proyección hasta los territorios provinciales romanos […]»[1876].

Em termos cronológicos e se atentarmos na cartografia de distribuição proposta por Schulze-Dörrlamm, é notória a concentração dos tipos mais antigos sensivelmente a norte do Reno e do Danúbio, ainda que, pontualmente, alguns achados sobrevenham a sul do curso dos dois rios. Já os exemplares cuja datação ultrapassa o terceiro quartel do século V surgem preferencialmente nas áreas mais romanizadas, sem que, contudo, estejam ausentes de sítios localizados no exterior desse aro, inclusive, no norte da Europa[1877]. Nuño González acrescenta, em paralelo, que as variantes de *Armbrustfibeln* e *Bügelknopffibeln* assinaladas na geografia peninsular são fundamentalmente atribuíveis ao período que se inicia no derradeiro quartel do século V e se estende ao longo das duas primeiras décadas da centúria

[1872] Nuño González, que opta por inclui-la no seu estudo, ressalva «[…] nos parece que hay que tomarla con bastante precauciones […]» (NUÑO GONZÁLEZ, 1989: 182). No entanto, e ainda que com reservas, integra-a no tipo Duratón, do grupo das *Armbrustfibeln* (NUÑO GONZÁLEZ, 1989: 205, fig. X, n.º 46).

[1873] Segundo Nuño González «[…] las fíbulas de ballesta genéricamente presentan una clara dispersión por toda a Europa, desde las regiones de Lituania o las riberas del Mar Negro hasta Portugal o Inglaterra y desde el Báltico hasta el Mediterráneo, alcanzando incluso el norte de África […]» (NUÑO GONZÁLEZ, 1989: 184).

[1874] NUÑO GONZÁLEZ, 1989: 183.

[1875] «[…] [Shulze-Dörrlamn] llega a diferenciar hasta treinta tipos, veinte de ellos de *Armbrustfibeln*, ocho *Bügelknopffibeln* y dos de modelos directamente relacionados con estas últimas […]» (NUÑO GONZÁLEZ, 1989: 183).

[1876] NUÑO GONZÁLEZ, 1989: 184.

[1877] Note-se que, segundo Nuño González, nos tipos com datação mais recuada, imputada aos século III e IV, o pé e o arco possuem sensivelmente o mesmo comprimento, enquanto nos exemplares do século V, o pé é longo e o arco, curto. O autor entende, pois, que tal «[…] marcaría la diferencia entre las fíbulas características de la *Germania libera*, que se divulgan a partir de los siglos III e IV, y las que predominan en época de las migraciones […]» (NUÑO GONZÁLEZ, 1989: 184).

subsequente. Ressalva, contudo, a possibilidade de as três peças de *Conimbriga* a que atrás aludimos, tidas como atípicas por não congregarem as singularidades expectáveis para as *Armbrustfibeln* fundidas, possuírem uma cronologia mais recuada, centrada nos decénios iniciais do século V. E lembra que H. Schlunk relaciona o seu aparecimento com a chegada dos suevos[1878]. É provável, portanto, que exista uma conexão a equacionar entre a presença destas fíbulas em *Conimbriga*, e o facto de a cidade ter sido alvo de ataques e pilhagens por parte do referido grupo, em 465 e 468[1879]. Em suma, e apesar de reconhecermos que, aquando da penetração dos grupos exógenos no território peninsular, já o processo de «exposição» à cultura romana era longo e a «aculturação» uma evidência, concordamos com Nuño González quando sublinha que as fíbulas que analisou expressam um carácter vincadamente «germânico»[1880].

Resta-nos abordar as fíbulas discoides. Ainda que sinalizadas em diversos pontos da geografia ocidental, a sua ocorrência é pouco frequente na *Hispania*. Palol i Salellas considerou-as características dos conjuntos funerários visigóticos do século VI, enquanto Hans Zeiss circunscreveu a sua proposta de datação a meados da centúria. Mas se em termos cronológicos se regista acordo substancial, há dúvidas acerca da proveniência dos achados peninsulares, dado que alguns autores entendem que, muito embora reproduzindo modelos importados, foram fabricados localmente[1881]. Em Portugal é conhecido um único exemplar (n.º de inv. 16.847.2 / 983.1016.3) que, segundo informação integrada no processo do sítio no M.N.A., foi recolhido na sepultura 4 da Quinta de Marim, em Olhão[1882]. Se isolado ou em articulação com algum outro artefacto, fica por esclarecer.

7.1.4. Botões

Em artigo dedicado especificamente aos botões e apliques, J. Aurrecoechea Fernández chamou a atenção para a necessidade de estabelecer critérios válidos para determinar qual a função desempenhada por cada tipo de peça. E se um dos vetores que então se lhe afigurou crucial apreciar remete para a configuração dos objetos, outro concerne às dimensões auferidas. Com efeito, e na sua opinião, um elemento com tamanho superior a 5 cm não seria próprio para a utilização como adereço de vestuário humano, antes se adequaria à utilização no equipamento de equídeos. Ressalva, porém, que é importante ter igualmente em conta que nem sempre estes objetos se revestiriam de uma vocação utilitária, na medida em que podiam servir um propósito meramente decorativo[1883].

[1878] NUÑO GONZÁLEZ, 1989: 184-185.
[1879] AREZES, 2012: 231-232.
[1880] NUÑO GONZÁLEZ, 1989: 184-186.
[1881] RIPOLL LÓPEZ, 1985: 57.
[1882] AREZES, 2011: 201.
[1883] AURRECOECHEA FERNÁNDEZ, 1994: 163.

Na datação radica outro dos problemas de fundo suscitados pelos botões. Na verdade, as questões relativas ao enquadramento temporal mantiveram-se longamente envoltas em incógnitas. Na década de setenta do século passado registava-se, nas *Fouilles de Conimbriga*, que só na sequência da descoberta de dois contextos sepulcrais selados se tornou possível avançar neste campo e formular as primeiras propostas de integração cronológica. Um desses contextos constava do túmulo de Planig, em Mainz (Alemanha), onde se achou um botão de ouro em associação com uma moeda de Zenão[1884]. Mas também na necrópole de Duratón, em Segóvia, se encontraram múltiplos exemplares, circunstância que permitiu a Molinero Pérez definir dezoito tipos de botões, alguns dos quais inquestionavelmente relacionados com a aplicação sobre o vestuário feminino. Todavia, achados concretizados no cemitério de Bâle-Bernerring (Suíça) demonstraram, por um lado, que a utilização destes elementos não representa apanágio exclusivo de um género e, por outro, que participavam da indumentária militar masculina[1885].

Em trabalho anterior, já citado, reunimos somente dois deste objetos: um, procedente da necrópole de Talaíde e o outro, de *Conimbriga*[1886]. E foi precisamente esta última estação a proporcionar-nos a oportunidade de arrolar dois outros botões que haviam ficado à margem do estudo prévio. Ambos têm em comum o facto de terem sido recuperados no âmbito das «Escavações Antigas», sendo que um deles (n.º de inv. A. 193, do M.M.C.) apresenta fortes semelhanças com um exemplar recolhido por Molinero Pérez na sepultura 47 da necrópole de Duratón[1887]. Já o segundo (n.º de ent. laboratório 4560), é idêntico aos apêndices de sujeição que encaixam na placa articulável com a fivela detetada no sepulcro n.º 2 da necrópole de Aneirão[1888]. De qualquer modo, há que notar que, mesmo considerando os novos elementos, o pequeno conjunto inventariado para o território português continua a ser tendencialmente inserível no século VI, ainda que não excluamos a possibilidade de a datação recuar ou avançar ligeiramente em torno da referida centúria. No entanto, e reiterando o que dizíamos acima, as associações que vêm sendo documentadas e que, em última instância, constituem o meio mais recorrentemente utilizado para aventar propostas de enquadramento cronológico para os botões, têm permitido validar esta hipótese.

7.1.5. Apliques

Entre os parcos apliques que analisámos, há dois grupos distintos a sinalizar: o dos elementos zoomórficos e o dos objetos escutiformes.

[1884] HÜBENER, 1974: 371 *apud* ALARCÃO *et al.*, 1979: 97.
[1885] ALARCÃO *et al.*, 1979: 97.
[1886] AREZES, 2011: 315-318.
[1887] MOLINERO PÉREZ, 1948: 143; lâm. XXVI, fig. 2.
[1888] GASPAR & BATISTA, 2003: 35.

Os artefactos abarcados pelo primeiro grupo destacam-se não só pelo formato, mas igualmente, pelos ornatos. Na opinião de Klavs Randsborg, o facto de a decoração observável em muitas peças classificadas como germânicas ter evoluído a partir de arquétipos romanos, não impediu que acabasse por granjear uma natureza assertiva e, nesta medida, por consubstanciar uma forma de expressão característica daquelas sociedades. Com efeito, e conforme sublinhado pelo mesmo autor, este esforço de reprodução dos modelos romanos não se limitou a promover meras imitações e, portanto, a adotar elementos ou práticas culturais como um todo coerente[1889], antes fomentou criações próprias e diferenciadas daquelas em que se inspirou. Mas, convém dizê-lo, os apliques zoomórficos, cuja funcionalidade não foi ainda completamente esclarecida[1890], estão longe de compor um conjunto propriamente avultado. Em Portugal, identificámos, até ao momento, quatro objetos: dois deles, profusamente ornados, e concernentes, respetivamente, a um elefante e a um leão (n.º de inv. TA.14.75 e TA.17.15, do M.C.C.G.), são oriundos de Talaíde; os dois restantes, por seu turno, são provenientes da necrópole da *villa* de Casais Velhos. Destes, um (n.º de inv. CV.695.45) talvez corresponda a uma figura mitológica, tendo recebido abundante decoração; o segundo (n.º de inv. CV.776.), bem mais singelo, distingue-se somente pelo recorte da chapa metálica, que o aproxima de um canídeo. Já para o território espanhol, impõe-se que concedamos relevância aos exemplares de Herrera de Pisuerga[1891], mormente pelo facto de se afirmarem como paralelos válidos para os portugueses.

Constatámos que estes materiais zoomórficos são, na generalidade, raros; mas, em contrapartida, os apliques geométricos escutiformes aparecem em muitas das necrópoles visigóticas peninsulares, nomeadamente nas da Meseta castelhana. Contudo, não se encontram circunscritos ao referido âmbito cultural e geográfico, uma vez que ocorrem também em diversos países europeus, da Hungria à Inglaterra, passando pela Alemanha e França, onde surgem nas necrópoles merovíngias, em associação com fivelas de aro ovalado e fuzilhão identicamente escutiforme[1892]. W. Hübner, que se empenhou no estudo destes exemplares, em regra de reduzida dimensão, realçou as dificuldades em atribuir-lhes uma cronologia precisa, na medida em que os ensaios de datação relativa efetuados para diversos contextos funerários pecavam por pouco conclusivos. O mesmo autor considerou a forte possibilidade de os apliques em análise não serem comerciados isoladamente, antes juntamente com os cinturões de couro com os quais se articulavam. W. Hübner julgava, além do mais, que em razão do número pouco representativo de elementos detetados, haveria um único

[1889] RANDSBORG, 1992: 17.

[1890] Segundo opinião dos autores que se debruçaram, em primeira mão, sobre os materiais metálicos de Talaíde, o pequeno objeto em forma de elefante a que adiante é feita alusão, consta da aplicação da aljava das facas recolhidas naquela necrópole (CARDOSO *et al.*, 1995: 324).

[1891] MARTÍNEZ SANTA-OLALLA, 1933: lâm. XXIII e XL.

[1892] RIPOLL LÓPEZ, 1985: 37; 39.

centro produtor a laborar, onde os apliques eram fundidos, sendo posteriormente canalizados para outras geografias, hipótese que Ripoll López, atendendo à realidade delineada para a Península Ibérica, entende como francamente aceitável[1893]. Em Portugal, os apliques arrolados resumem-se aos achados de Casais Velhos (n.º de inv. CV.775), daí que se nos afigure importante frisar que, num universo de materiais tão pouco vultuoso, todos procedem de áreas de enterramento localizadas no atual concelho de Cascais.

7.2. Adornos do corpo

Parafraseando Marcel Mauss, o corpo é o primeiro e mais natural instrumento do homem, um palco onde se cruzam múltiplas técnicas[1894] e onde confluem atitudes e hábitos[1895]. O ato de o adornar ou de o utilizar para transmitir mensagens simbólicas é passível de ser condicionado por uma série de fatores, que passam pelo género, idade, poder económico ou estatuto social. Mas, se por um lado essas variáveis influenciam as soluções escolhidas para o apresentar, por outro, ele próprio é suscetível de as refletir: uma combinação que se torna visível e inteligível perante o outro e que constitui um incontornável veículo de identificação, uma forma de assumir uma identidade.

7.2.1. Anéis

Nos tempos do Império e sobretudo se o destino previsto para o defunto fosse a incineração, uma das primeiras obrigações a cumprir, ainda que sem enformar uma norma, prendia-se com a remoção dos anéis que possuía, no que configurava um costume conhecido como *anulos detrahere*[1896].

Posteriormente, os anéis passaram a incorporar os contextos funerários de inumação, e a associar-se tanto a enterramentos de indivíduos do sexo masculino como feminino. Assim sucede na necrópole de Carpio de Tajo (Toledo), se bem que com maior prevalência nos sepulcros que incluem também brincos anelares, tradicionalmente vinculados à presença de mulheres[1897]. E, há que registá-lo, estes adornos são especialmente frequentes nos enterramentos com cronologias centradas nos séculos VI e VII[1898].

[1893] RIPOLL LÓPEZ, 1985: 37.

[1894] «[…] Tous ces modes d'agir étaient des techniques, ce sont les techniques du corps. […] J'appelle technique un acte traditionnel efficace (et vous voyez qu'en ceci il n'est pas différent de l'acte magique, religieux, symbolique). Il faut qu'il soit traditionnel et efficace. Il n'y a pas de technique et pas de transmission, s'il n'y a pas de tradition. C'est en quoi l'homme se distingue avant tout des animaux: par la transmission de ses techniques et très probablement par leur transmission orale. […]» (MAUSS, 1934: 9).

[1895] MAUSS, 1934: 6; 10.

[1896] GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 72.

[1897] RIPOLL LÓPEZ, 1985: 33.

[1898] GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 72.

Entre os achados portugueses encontramos anéis de diversas tipologias. Em *Conimbriga* e nas necrópoles da Abuxarda e Talaíde (Cascais) são vários os que correspondem ao vulgarmente chamado «anel de fita», tipo que ocorre igualmente no Rossio do Carmo (Mértola), na necrópole da Retorta (Loulé) ou em Milreu (Faro)[1899]. Ripoll López sublinha que, à semelhança do que sucede com os brincos anelares, que adiante trataremos, estes anéis entroncam na tradição romana, muito embora com perduração comprovada na torêutica do período visigótico e ao longo de toda a Alta Idade Média[1900].

Por seu turno, noutros adornos, o aro alarga progressivamente até à mesa central, habitualmente decorada: com carateres alfabéticos incisos; com uma conjugação de letras e símbolos; com motivos geométricos ou mesmo com zoomorfos. Há-os também com incrustações: o da Quinta de Marim (Olhão), onde foi engastado um elemento de vidro, entretanto danificado e quebrado, é disso exemplo, tal como um outro, de proveniência desconhecida e atualmente conservado no Museu Nacional Soares dos Reis, na cidade do Porto, em cujo cerne avulta uma granada embutida[1901]. Mas o mais notável, pela raridade e pela ascendência que veicula é, sem dúvida, o de Beiral do Lima. Produzido em ouro maciço, exibe uma invulgar e interessante composição de granadas coloridas, encaixadas nas pequenas cavidades preparadas para o efeito. A peça data do século V e, tal como o «diadema» áureo oriundo da mesma necrópole[1902], encontra paralelo em materiais de exceção recuperados em túmulos «principescos» da região danubiana[1903]. É provável, pois, que entre os indivíduos inumados em Beiral, houvesse uma mulher de condição social elevada, que foi a enterrar envergando o tradicional *costume princier* danubiano e ornada em moldes similares aos que caberiam a uma aristocrata. López Quiroga presume que pudesse tratar-se da esposa de um «chefe» de origem bárbara, porventura ao serviço do Império[1904]. No entanto, e como facilmente se depreende, não só se revela problemático confirmar tal hipótese, como uma miríade de outras poderiam ser apontada em alternativa. Além do mais, também a vinculação do objeto e, consequentemente, da mulher a quem pertencia, a uma unidade étnica precisa, se assume como impraticável. Como afirmar, com segurança, que seria sueva, vândala ou mesmo alana? O carácter fluido e heterogéneo das entidades que penetraram no território peninsular a partir de 409, não concede margem de manobra suficientemente sólida para o aventarmos.

[1899] As descrições e pormenores relativos aos anéis de fita estudados figuram no catálogo em anexo.

[1900] RIPOLL LÓPEZ, 1985: 33.

[1901] AREZES, 2011: 267-310.

[1902] Concordamos com López Quiroga quando indica o colar recuperado numa sepultura feminina da necrópole de Hochfelden (Alsácia – região do Baixo Reno), como o paralelo mais próximo para a singular peça de Beiral (LÓPEZ QUIROGA, 2001: 117-118).

[1903] «[…] la civilisation de Tchernjahov de l´époque hunnique est marquée par l'apparition d'objets relevant de la mode dite 'danubienne'. Cette mode qui […] se forme dans la région du Danube moyen, se diffuse largement parmi l'aristocratie de l'Europe barbare à la fin du IVe et pendant la première moitié du Ve s. […]» (KAZANSKI, 1991b: 72).

[1904] LÓPEZ QUIROGA, 2001: 117-118; 122.

7.2.2. Braceletes

Atendendo à situação documentada no mundo merovíngio, François Boucher considerou a possibilidade de os braceletes constarem de adereços exclusivamente usados por mulheres e crianças[1905]. Mais recentemente, porém, os historiadores começaram a fazer eco de uma mudança de perspetiva a este nível, aludindo a uma utilização comum aos dois géneros[1906]. Contudo, o facto de os braceletes, peças supostamente simples e sóbrias[1907], se encontrarem tendencialmente associados a conjuntos menos opulentos, levou alguns arqueólogos, caso de Morillo Cerdán, a equacionarem a hipótese de estes elementos serem diferenciadores, próprios do sexo masculino, enquanto os brincos, por sua vez, se restringiriam ao universo feminino[1908]. É certo, porém, que a identificação de restos esqueletizados que conservavam *in situ* braceletes e brincos anelares, conforme atestado em dois dos sepulcros da Retorta, em Loulé[1909], não permite generalizações. Situação análoga à da Retorta foi, aliás, comprovada na necrópole de Talaíde, uma vez que a sepultura 12 não só incluía um brinco anelar, mas igualmente um bracelete de liga de cobre com remates serpentiformes, solução decorativa interpretada como reflexo da permanência de cultos orientais, de invocação a Ísis e Serápis[1910]. Talvez, pois, algumas leituras sejam adequadas à realidade concreta de uma necrópole, mas dificilmente aplicáveis à totalidade dos enterramentos coevos, mesmo que localizados na geografia peninsular.

Chamamos ainda a atenção para uma outra possibilidade avançada, se bem que com reservas: a de os braceletes escaparem a uma utilização preferencial por parte das camadas mais privilegiadas da sociedade. Tal pressuposto seria articulável com a indicação previamente fornecida e que aponta as associações sepulcrais em que o referido objeto participa como as mais pobres da necrópole de Herrera de Pisuerga[1911]. Porém, também neste caso nos parece complexo firmar propostas generalizadas a partir das observações concretizadas num só espaço funerário. Aliás, supomos que, em determinadas situações, nomeadamente quando a totalidade da componente artefactual proporcionada por uma dada área mortuária é reduzida, dificilmente será possível estabelecer que um indivíduo inumado, a título de exemplo, com uma fivela ou um par de brincos, deverá necessariamente posicionar-se num patamar social e/ou económico mais elevado que aquele a que «pertence» um defunto acompanhado de um bracelete. Talvez em circunstâncias como a descrita e, atendendo ao facto de haver enterramentos destituídos de qualquer adorno ou material votivo, esta ques-

[1905] BOUCHER, 1965: 162.

[1906] PINASA, 1992: 64.

[1907] Note-se que nem todos os braceletes primam pela sobriedade. Basta citar o objeto recolhido em local não especificado de Mértola ou o da sepultura de Milreu (AREZES, 2011: 321-324) para facilmente constatarmos que a profusão decorativa podia constituir uma opção.

[1908] MORILLO CERDÁN, 1989: 242; 244.

[1909] MARTINS, 1988: 150; 153.

[1910] CARDOSO *et al.*, 1995: 322; 334.

[1911] MORILLO CERDÁN, 1989: 242.

tão deva ser entendida a partir de um outro prisma. Afinal, a colocação de objetos em alguns dos sepulcros de uma necrópole onde a escassez e/ou ausência de materiais é predominante, pode consubstanciar um indício revelador. Se mais ou menos significativo que o assumido por outras especificidades, seja o posicionamento conferido ao túmulo ou os moldes em que o mesmo foi construído, será difícil aventar.

Atentemos agora no panorama português. Ao pequeno *corpus* de braceletes que arrolámos aquando da elaboração de um trabalho prévio[1912], acrescentamos agora outros exemplares de liga de cobre, muito embora convenha desde já salvaguardar que o conjunto continua a não auferir de dimensão quantitativamente significativa. De qualquer modo, há que registar que as pesquisas levadas a cabo entre os materiais recolhidos no quadro das «Escavações Antigas» de *Conimbriga* se saldou na identificação de mais três objetos: dois deles providos de decoração incisa e puncionada (n.º de inv. A. 740 e n.º de entrada de laboratório 628) e um terceiro, com aro liso, mas cujos remates culminam sob a forma de ofídios estilizados (n.º de ent. laboratório 4573), pormenor que o aproxima quer da peça incompleta de Torres de Apra, Loulé (n.º de inv. 15.080 / 983.1049.1, do M.N.A.), quer da supramencionada, oriunda de Talaíde (n.º de inv. TA.22.75). Particularmente idêntica a esta última é da necrópole de Aneirão (n.º de inv. 03.AN.012.1.14, da C.M. de Abrantes), ainda que se apresente em pior estado de conservação, pois aguarda consolidação. E, dado significativo, o objeto de Aneirão figurava no interior da sepultura n.º 1, a par do que restava de um anel de liga de cobre e de contas circulares de prata, patentes na zona da cabeceira[1913], associação ilustrativa do tipo de materiais passíveis de incorporar um contexto funerário atribuível aos séculos VI ou VII.

Aos braceletes referidos somam-se outros, desta feita produzidos em ferro, e sempre fragmentados, sendo que a tal circunstância não serão certamente alheios os problemas decorrentes das condições inerentes à deposição, suscetíveis de provocar sérios danos ao metal em causa, facilmente alterável com a humidade[1914]. Um deles (n.º de inv. 20.813 / 2003.9.8), publicado por Paula e Oliveira[1915], foi recuperado na necrópole da Abuxarda (Cascais), sítio que proporcionou igualmente a exumação de um exemplar serpentiforme de liga de cobre[1916]. Um segundo, muito segmentado, foi recolhido na sepultura 13 do sítio do Mosteiro, em Mértola, onde jazia a par de três contas de colar, duas de âmbar e uma de vidro[1917], tendo a particularidade de exibir, num dos fragmentos, duas partes do aro em sobreposição, pelo que se deduz que este esquema «ornamental» (?) teria sido adotado pelo menos em parte da superfície do adorno ferroso. Já o bracelete da Retorta, Loulé (n.º de inv.

[1912] AREZES, 2011: 319-326.
[1913] GASPAR & BATISTA, 2009: 35.
[1914] MORILLO CERDÁN, 1989: 238.
[1915] OLIVEIRA, 1988-1892: 89.
[1916] AREZES, 2011: 319-320.
[1917] LOPES *et al.*, 2011: 16.

M.A. 76/02), igualmente fragmentado, não revela qualquer indício que aponte no sentido de ter possuído decoração ou de o aro ter sido justaposto.

Neste ponto, impõe-se questionar se o uso de braceletes de ferro, em detrimento do de objetos de liga de cobre, traduziria eventuais diferenciações sociais ou económicas. Poderia o estatuto ou riqueza do indivíduo condicionar o acesso a adornos fabricados em distintos suportes? Sem base de sustentação para responder a tal interrogação, somos forçados a deixá-la, por ora, em aberto.

7.2.3. Brincos anelares

Os brincos anelares que, com alguma regularidade, ocorrem em contextos sepulcrais peninsulares classificados como visigóticos, são facilmente identificáveis e, em regra, apresentam morfologia simples. A maior parte dos exemplares possui, numa das extremidades, um remate decorativo, cuja configuração pode admitir soluções diversas, sendo a oposta fina e apontada. O aro, por seu turno, é tendencialmente liso, com espessura mais avultada junto do apêndice, e redução progressiva à medida que avança no sentido do limite afiado.

Produzidos maioritariamente em liga de cobre, mas por vezes dourados ao fogo, técnica que confere aos objetos tonalidade amarelada, estes brincos começam a pontuar em enterramentos romanos no século IV. Mas é sobretudo no VI que conhecem maior difusão[1918], continuando a ser amplamente utilizados na centúria subsequente. É este, precisamente, o intervalo cronológico imputado à generalidade dos brincos anelares recuperados um pouco por todo o território em análise na presente dissertação. Destacamos, pela prevalência numérica, os onze recolhidos em *Conimbriga*, e os sete exumados, respetivamente, na necrópole da Abuxarda e no Rossio do Carmo. Sublinhamos ainda um pormenor pertinente, que se prende com o facto de entre os achados metálicos inventariados para o espaço português, os brincos enformarem o conjunto de peças mais numeroso. E acrescentamos que, entre eles, avultam os que possuem extremidade moldurada e os que são providos de apêndices cúbicos facetados, recorrentemente decorados.

A maior parte dos investigadores concorda que este tipo de adereço se encontrava vinculado ao género feminino[1919]. E, com efeito, até ao momento, não fomos confrontados com nenhuma indicação que nos autorize a refutar este pressuposto.

7.3. Armamento ou elementos com vocação cinegética

Nas centúrias sobre as quais nos debruçamos, e um pouco por toda a geografia ocidental, a ligação ao mundo militar constituía um dos veículos por excelência da exteriorização

[1918] RIPOLL LÓPEZ, 1985: 33.

[1919] RIPOLL LÓPEZ, 1985: 33; MORILLO CERDÁN, 1989: 242.

de distinções entre grupos[1920]. E, no quadro das «culturas de guerra» que grassavam entre os diferentes grupos «bárbaros», as armas assumiam-se certamente como bens preciosos[1921].

As espadas, pela sua raridade e valor intrínseco, afiguram-se elementos de exceção. No universo do armamento característico dos séculos IV e VI, não seriam os mais usados em combate; mas correspondiam indubitavelmente aos que congregavam maior prestígio e poder simbólico[1922]. Neste sentido, é natural que a inclusão deste tipo de peça no interior de um sepulcro não decorresse de um «gesto gratuito»[1923]. Pelo contrário, haveria decerto uma motivação cultural subjacente, sendo admissível que a prática em causa se revestisse de forte relevância social[1924]. Michel Kazanski, partindo da análise do armamento revelado na sepultura de Childerico, imputa à espada um papel de vulto nas composições integradas em túmulos de guerreiros com estatuto elevado. O mesmo investigador sublinha a probabilidade de algumas espadas do século V com decoração *cloisonné* terem sido especialmente concebidas para uso cerimonial, sendo a peça de Beja indicada como exemplo[1925]. Por seu turno, López Quiroga e Catalán Ramos registam a escassez de objetos congéneres aparecidos em território europeu. E colocam a hipótese de a espada de Beja ter pertencido a uma figura de elite, com posicionamento social eminente e poderio económico de destaque. Acrescentam ainda que os paralelos que lhe são mais próximos radicam em achados concretizados na região húngara[1926] e em necrópoles localizadas em torno do Mar Negro, ocupadas por populações alano-sármatas. De acordo com os dois autores e na esteira da opinião forjada por outros investigadores, há que equacionar a possibilidade de a espada de Beja ter, pois, ascendência iraniana, até porque constava do único elemento de *militaria* exumado na sepultura, particularidade que se articula com o costume alano de integrar no sepulcro uma só espada, em representação do restante equipamento militar, e como símbolo do estatuto de guerreiro[1927].

[1920] LÓPEZ QUIROGA & CATALÁN RAMOS, 2010: 428.

[1921] LEBEDYNSKY, 2001: 26.

[1922] LEBEDYNSKY, 2001: 109.

[1923] Note-se que os sepulcros munidos de armas são perspetivados por muitos investigadores europeus como «túmulos de guerreiros» e, como tal, encarados enquanto importantes e incontornáveis fontes de estudo para a História militar. Todavia, e apesar de, não raro, as associações de elementos ofensivos nas sepulturas terem sido interpretadas como reflexo do armamento dos vivos, e as alterações que iam sendo documentadas como indício de mudanças, designadamente ao nível das práticas de combate e táticas militares, o que é certo é que nem sempre será lícito retirar ilações tão lineares da realidade funerária: «[…] Les associations d'armes déposées dans les sépultures ne semblent pas être le meilleur des guides pour la reconstitution des types d'armement en usage courant parmi les vivants: elles représentent une sélection non basée sur l'emploi des armes au combat. Il est possible que, d'un point de vue statistique, le pourcentage total des *types* d'armes dans les tombes soit le reflet de l'armement des vivants et que, d'autre part, les différences régionales ainsi que les variations, dans le temps, de leurs fréquences soient le reflet de changement intervenus dans l'armement. […]» (HÄRKE, 1993: 425).

[1924] LÓPEZ QUIROGA & CATALÁN RAMOS, 2010: 429.

[1925] KAZANSKI, 2013a: 502-504.

[1926] Na opinião de Pérez Rodríguez-Aragón, um dos paralelos mais evidentes para a espada de Beja radica num dos objetos do «depósito cerimonial huno» detetado, precisamente, na região da *Pannonia*, mais concretamente, em Györ-Sopron (PÉREZ RODRÍGUEZ-ARAGÓN, 1997: 637-638).

[1927] LÓPEZ QUIROGA & CATALÁN RAMOS, 2010: 420; 428.

Lebedynsky, contudo, hesitou quanto à determinação da procedência da espada: se por um lado lhe reconheceu similitudes face a exemplares pôntico-danubianos, sobretudo ao nível da ornamentação das guardas, por outro, e atendendo à reconstituição proposta por G. Koenig, discerniu no formato do punho, algo alongado, maior proximidade relativamente a objetos ocidentais[1928].

Mas se há dúvidas a respeito da proveniência da peça de Beja, a cronologia parece quedar-se à margem da controvérsia, surgindo fixada no século V. Já a datação da espada de *Conimbriga* poderá remeter para período mais tardio, centrado na VI ou VII centúrias[1929]. Um dos pontos a realçar a propósito da sua ocorrência prende-se com o facto de ter sido detetada na zona do *forum*, concretamente, nas imediações de uma espora que exibia o mesmo tipo de decoração, elaborada com fios de prata, daí que, plausivelmente, ambas as peças fizessem parte do mesmo conjunto, pertença de um cavaleiro[1930]. Mas, também neste caso, ficam por responder muitas das questões que só um conhecimento mais aprofundado das condições de recolha poderiam ajudar a esclarecer.

Ora, além das espadas de Beja e *Conimbriga*, poucos mais foram os artefactos com vocação militar – ou eventualmente cinegética – que tivemos oportunidade de analisar: apenas duas possíveis lanças, recolhidas em contexto sepulcral na necrópole associada à *villa* de Casais Velhos (Cascais), e uma ponta de lança, oriunda de Silveirona (Estremoz). De acordo com López Quiroga e Catalán Ramos, a área de dispersão peninsular destas peças é mais dilatada que a das espadas, circunstância que os autores atribuem ao facto de as mesmas participarem da componente ofensiva de base dos exércitos[1931]. Por outro lado, a correlação que mantêm com a atividade venatória desde os tempos tardo-romanos e que foi já sobejamente demonstrada a partir da análise preconizada sobre as «necrópoles do Douro», impede que sejam interpretadas, necessariamente, como armamento. E, há que notá-lo, os diversos tipos de lanças inventariados no território peninsular não só possuem paralelos em objetos romanos do Baixo Império, cujos modelos tendem, em alguns casos, a perpetuar, como em peças vinculadas a grupos de origem «germânica», nomeadamente, a francos, saxões e lombardos[1932].

A escassa presença de armas em enterramentos visigóticos encontra-se, de momento, razoavelmente firmada na bibliografia europeia. Com efeito e se atentarmos nos dados

---

[1928] LEBEDYNSKY, 2001: 123. Note-se que a explanação mais detalhada das problemáticas suscitadas acerca da origem da espada de Beja foi incluída no Catálogo em anexo.

[1929] LÓPEZ QUIROGA & CATALÁN RAMOS, 2010: 421.

[1930] ALARCÃO *et al.*, 1979: 91-92. Segundo López Quiroga e Catalán Ramos: «[…] Esto implicaría la presencia en la ciudad de un cuerpo de caballería con un estatus social y económico elevado, y hasta el momento sería la única prueba arqueológica de la existencia de tropas de caballería para el periodo comprendido entre los siglos VI y VIII. […]» (LÓPEZ QUIROGA & CATALÁN RAMOS, 2010: 421).

[1931] «[…] no debieron de existir diferencias entre la punta de una lanza de acometida, empleada para luchar a pie, y la de una lanza larga de caballería o *contuus* diseñada para ser empleada a caballo. Por ello es difícil hacerse una idea del peso real que la caballería pudo tener en los ejércitos hispanos de los siglos V y VI. […]» (LÓPEZ QUIROGA & CATALÁN RAMOS, 2010: 430).

[1932] LÓPEZ QUIROGA & CATALÁN RAMOS, 2010: 421; 430.

recolhidos em algumas das mais significativas necrópoles da Meseta castelhana, constata-se que, em conjuntos compostos por avultado número de sepulturas, são parcas as ocorrências a assinalar: a sul do Douro, duas espadas em Castiltierra, uma ponta de lança e quatro dardos[1933] em Duratón (Segóvia), a par de uma espada e duas lanças em Daganzo de Arriba (Madrid)[1934]. A situação é extensível a Herrera de Pisuerga, a norte do mesmo rio, daí que Morillo Cerdán aponte o «paradoxo» traduzido por uma tão reduzida quantidade de achados ofensivos para um «povo» tido como «guerreiro»[1935].

Mas esta é uma temática que continua a suscitar discussão. López Quiroga e Catalán Ramos consideram que a ausência de armamento em contextos sepulcrais imputados a grupos de «germânicos» orientais constitui uma das «constantes» culturais que tem permitido definir esses grupos, até porque configura um dos traços primordiais das «culturas» de *Wielbark* e *Cernjachov*[1936]. E, de facto, muitos investigadores concordam que nestes «horizontes» radica o substrato que acabou por originar a formação de visigodos e ostrogodos[1937]. Todavia e apesar de, genericamente, a inexistência de armas consubstanciar a «regra», mesmo no espaço peninsular, o certo é que algumas descobertas recentes impõem ressalvas a este panorama de suposta homogeneidade. Registem-se, a título de exemplo, os contributos fornecidos pelo conjunto funerário detetado na gruta de Las Penas, na Cantábria, que importa valorizar, uma vez que contraria esse cenário[1938].

Ora, são vários os materiais ofensivos passíveis de integrar enterramentos. Mas, antes de mais, convém salientar que o carácter militar de alguns deles está longe de poder ser imediatamente assumido[1939]. Na verdade, há dúvidas quanto ao papel desempenhado por certos objetos, como as lâminas: procedentes de facas, ou de outros elementos cortantes, não é

[1933] López Quiroga e Catalán Ramos realçam as dificuldades inerentes à distinção entre dardos e pontas de seta, colocando a hipótese de as peças de Duratón mencionadas constarem, afinal, de pontas de seta e não de dardos, conforme vêm sendo classificadas (LÓPEZ QUIROGA & CATALÁN RAMOS, 2010: 425).

[1934] AZKARATE GARAI-OLAUN, 2004: 391.

[1935] MORILLO CERDÁN, 1989: 243-244.

[1936] LÓPEZ QUIROGA & CATALÁN RAMOS, 2010: 429.

[1937] «[…] La 'cultura de Chernajov', que como hemos dicho pasa por ser la expresión arqueológica de la 'federación gótica' a la que pertenecieron los Visigodos, es en si misma un conjunto heterogéneo de gentes y aportaciones culturales, tanto 'germanas' como de otros tipos, entre ellas, de una forma indiscutible, también la cultura greco-romana. La enorme influencia de la cultura iranófona alano-sármata esta atestiguada en los diversos periodos por los que atraviesa la 'cultura de Chernajov' y por el posterior 'horizonte póntico-danubiano' en el que hay que buscar los orígenes de buena parte del mundo funerario peninsular […]» (LÓPEZ QUIROGA & CATALÁN RAMOS, 2010: 429).

[1938] «[…] En primer lugar hay que mencionar la presencia de una pequeña hacha que, aunque en un principio fue publicada como una francisca, pertenece en realidad a la clase de las barbadas. Se trata de un útil de hierro, de pequeño tamaño, para el que se ha propuesto un uso estrictamente bélico, aunque no se puede descartar, debido a la polivalencia de este tipo de objetos, una utilización no exclusiva como herramienta […] Además del hacha también contamos con un regatón – posiblemente de lanza de hierro que indicaría la presencia de otra arma. Una hoja de cuchillo de hierro, del Tipo 2 […] y algunos posibles fragmentos de otras completan el conjunto de objetos que pudieran haberse usado como armas, aunque sobre este tipo de utensilios existe una gran indefinición acerca de su carácter […]» (HIERRO GARATE, 2011: 357-358).

[1939] GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 83.

claro se seriam usadas na guerra ou no quotidiano, destinando-se à atividade venatória ou a servir como ferramentas[1940]. De qualquer modo e independentemente da funcionalidade de que se revestiam, a sua presença em contextos funerários é relativamente comum, sobretudo em associação com cinturões[1941]. E que dizer acerca da eventual vinculação a um género? No estado atual da investigação, presume-se que acompanhariam, indistintamente, homens e mulheres[1942]. Com efeito, I. Lebedynsky sublinha que estes elementos aparecem frequentemente em contextos correlacionáveis com enterramentos de guerreiros bárbaros, numa geografia vasta, que se estende da Europa ocidental à Sibéria e Ásia central[1943], circunstância que poderá ficar a dever-se ao facto de serem utilizados como objeto complementar do equipamento militar[1944]. Em contrapartida, López Quiroga e Catalán Ramos afirmam que, na necrópole de Carpio de Tajo (Toledo) surgiram associados a materiais destinados à aplicação sobre a indumentária feminina[1945]. Todavia, Ripoll López, que destacou os problemas de conservação daquelas peças, dado o facto de serem produzidas em ferro e, logo, facilmente oxidáveis[1946], não propôs uma leitura nada consonante com a aventada pelos dois autores. Com efeito, as conexões documentadas nos sepulcros onde as facas foram assinaladas não são conclusivas, na medida em que se verifica uma articulação recorrente com fivelas, por vezes de aro ovalado e providas de fuzilhão escutiforme. Assim sucede na sepultura 45[1947], na 141 ou na 149, enquanto na 196, por exemplo, a faca exumada se encontra associada a uma placa liriforme[1948]. Portanto, e atendendo à impossibilidade de estabelecer um nexo entre as fivelas ou placas de cinturão e um género em particular, não nos parece que Carpio de Tajo forneça dados seguros para atestar a premissa enunciada. Só mediante a concretização de análises antropológicas se poderiam obter confirmações válidas.

E quais as ilações a retirar da introdução de lâminas em sepulturas? López Quiroga e Catalán Ramos colocam a hipótese de estes objetos, essencialmente (mas não exclusivamente) documentados em contextos rurais atribuíveis ao século VI, configurarem indicadores da pertença a um grupo social privilegiado[1949]. Ripoll López, por seu turno, sublinha que

---

[1940] GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 83; HIERRO GARATE, 2011: 380.

[1941] HIERRO GARATE, 2011: 367.

[1942] VIZCAÍNO SÁNCHEZ, 2007 [Ed. 2009]: 565.

[1943] LEBEDYNSKY, 2001: 144-147.

[1944] GARCÍA JIMÉNEZ & VIVÓ I CODINA, 2003: 164.

[1945] «[…] Este hecho también se ha documentado en las necrópolis de otras regiones europeas, especialmente en las necrópolis merovingias, donde se ha podido constatar que los cuchillos de pequeño tamaño suelen formar parte de la indumentaria femenina. […]» (LÓPEZ QUIROGA & CATALÁN RAMOS, 2010: 424).

[1946] RIPOLL LÓPEZ, 1985: 59. Também Morillo Cerdán aludiu aos problemas de conservação das lâminas de faca, fundamentalmente decorrentes da humidade do solo. Consequentemente, presume que a quantidade destes objetos originalmente integrada na necrópole de Herrera de Pisuerga pudesse ser mais elevada do que aquela que acabou por ser detetada (MORILLO CERDÁN, 1989: 244).

[1947] Além da fivela, o túmulo em causa integrava igualmente uma placa rígida vazada (RIPOLL LÓPEZ, 1985: 73, fig. 12).

[1948] RIPOLL LÓPEZ, 1985: 73; 114; 117; 133.

[1949] LÓPEZ QUIROGA & CATALÁN RAMOS, 2010: 424.

a ocorrência daqueles elementos noutras necrópoles visigóticas, caso de Herrera de Pisuerga ou Duratón, constitui um fenómeno não muito habitual e acrescenta, em paralelo, que contrariamente ao que sucede no mundo funerário merovíngio, o seu aparecimento na *Hispania* tende a surgir desvinculado de outros materiais relacionáveis com o equipamento militar[1950].

Entre os objetos arrolados em instituições museológicas portuguesas, destacamos a lâmina oriunda da necrópole de Beiral do Lima (n.º de inv. 1994.0017, do M.D.D.S.) e as duas da Retorta (n.º de inv. M.A. 29/02 e M.A. 78/02, do M.M.A.A.). Não poderíamos também deixar de registar a existência de um conjunto expressivo destes artefactos no Museu Monográfico de *Conimbriga*, recolhidos no quadro das «Escavações Antigas»; todavia, o carácter descontextualizado de que se revestem, aliado aos problemas cronológicos e de classificação inerentes a estas peças, levou-nos a optar por não as incluir no Catálogo anexo, receando incorrer em imprecisões.

Em suma e, não obstante as ressalvas que tivemos oportunidade de apontar, a quantidade de armas exumadas em enterramentos no território peninsular é não só pouco relevante, como propensa à redução com o avanço da cronologia[1951], sendo que, em regra, o ritual funerário na referida geografia não contempla, a integração deste tipo de objeto nos depósitos funerários[1952].

7.4. Outros materiais metálicos

Para este ponto reservámos os artefactos que não lográmos inserir noutros campos, e dos quais começamos por destacar as camas de freio e as esporas. Malogradamente, apenas um dos elementos que analisámos, todos identificados em *Conimbriga*, possui um contexto preciso: a guarnição inventariada com a designação A. 301[1953] (M.M.C.), na qual adiante nos debruçaremos. Em paralelo, e acerca de outro deles, concretamente, a espora que exibe decoração com fios de prata, sabe-se que foi recuperado na zona do *forum*, nas proximidades da espada[1954] a que tivemos oportunidade de fazer menção previamente. Segundo López Quiroga e Catalán Ramos, esta e outras esporas congéneres de *Conimbriga* remetem para um período tardio e correspondem a um tipo também presente em contextos merovíngios, sobretudo entre o primeiro e terceiro terços do século VII[1955].

Já no concerne às camas de freio, e tendo estudado diversos exemplares, selecionámos somente um para o Catálogo. Trata-se da peça acima mencionada (n.º de inv. A. 301) que,

---

[1950] RIPOLL LÓPEZ, 1985: 59.
[1951] HIERRO GARATE, 2011: 380.
[1952] LÓPEZ QUIROGA & CATALÁN RAMOS, 2010: 419.
[1953] Foi recolhida no nível H6, no ângulo nordeste do edifício das termas (PEREIRA, 1970: 14; AREZES, 2015b: 66; 70; 76, fig. 21 e 22).
[1954] ALARCÃO *et al.*, 1979: 91; 99; ALARCÃO, 1994: 49.
[1955] LÓPEZ QUIROGA & CATALÁN RAMOS, 2010: 427.

muito embora indiciando semelhanças gerais face a duas outras camas igualmente provenientes de *Conimbriga*, parte do mesmo freio e eventualmente fundidas no mesmo molde (A. 511 e A.512, do M.M.C.), se diferencia por uma certa assimetria, pela estilização tosca dos traços e pela característica decoração incisa que recobre profusamente os dois zoomorfos que ladeiam o *cantharus* central.

Além destes materiais, relacionados com a utensilagem vocacionada para a aplicação em equídeos, há outras categorias de objetos a que se impõe aludir, como a dos elementos de suposta utilização quotidiana, entre os quais avulta a agulha de Casais Velhos (CV.690.45), cuja recolha mereceu referência específica de Fausto Figueiredo e Afonso do Paço[1956]. E, há que notá-lo, o achado de agulhas em áreas de enterramento, apesar de pontual, está documentado em alguns sítios, como na necrópole de Herrera de Pisuerga[1957]. Mas como interpretar a introdução deste tipo de artefacto em contexto sepulcral? A confirmar-se a hipótese de um dos intentos subjacentes à inserção de objetos no túmulo se fundar no ensejo de refletir o ofício ou função que o indivíduo inumado exercia em vida[1958], então poderíamos equacionar a possibilidade de o/a defunto(a) desempenhar uma atividade que o obrigasse a recorrer a tal artefacto, talvez a costura de vestuário. Contudo, não há como comprová-lo, daí que, naturalmente, a interrogação permaneça sem resposta.

7.5. Vasilhas cerâmicas

A maior parte dos recipientes analisados destina-se à contenção de líquidos, sendo o estado de conservação que apresentam genericamente razoável a bom. De qualquer modo, as condições da jazida influíram, não raro, na aparência das peças ou mesmo no respetivo grau de preservação. A acumulação de sedimentos sobre as superfícies, ou a deterioração das pastas, decorrente da conjugação de circunstâncias adversas são, em alguns casos, bem notórias[1959]. É o que se verifica com a bilha (n.º de inv. BMII 1, da S.A.C.M.C.V.) depositada no interior de uma das sepulturas do núcleo da Boa Morte II, descoberta após anos de imersão no regolfo da barragem de Póvoa e Meadas, em Castelo de Vide[1960], e que atualmente se mostra ligeiramente desgastada.

Por outro lado, há que sublinhar que, em regra, estas formas não denotam sinais evidentes de uso. Na verdade, e mesmo que exibindo resquícios de fuligem, tal não significa que tenham sido levadas ao lume, até porque tal não se coadunaria com a vocação para a qual foram concebidos; além do mais e, em regra, os vestígios de fuligem são residuais e encontram-se patentes ao longo dos bojos, colos e até nos bordos (não necessariamente nos

[1956] FIGUEIREDO & PAÇO 2007 [1950]: 310.
[1957] MORILLO CERDÁN, 1989: 241.
[1958] ROUCHE, 1989: 486.
[1959] AREZES, 2015a: 237.
[1960] CAEIRO 1984b: 4.

fundos)[1961]. Com efeito, e no nosso entender, parece haver uma outra explicação, mais plausível, para justificar a tonalidade enegrecida de algumas superfícies: a exposição ou proximidade relativamente ao foco de combustão, num processo de cozedura menos controlado. Não é imperativo, portanto, que estes recipientes tenham sofrido uma reiterada utilização no quotidiano, antes de serem «convertidos» em material funerário e encaminhados para o interior de sepulturas. Porém, não cremos que esta hipótese de trabalho deva ser completamente afastada, até porque, em conformidade com o que tivemos oportunidade de salientar, alguns vasos indiciam uso prévio. Em contrapartida, afigura-se-nos perfeitamente válido que parte destas formas tenha sido especificamente produzida no intuito de dar resposta a uma função votiva. E, neste campo, a vasilha da necrópole de São Miguel, Caldas de Vizela assume-se como um exemplo eloquente. Objeto ímpar, recolhido *in situ* num dos sepulcros da necrópole, possui um grafito estelar no exterior de uma das asas, que certamente enformará um elemento indicativo de uma «mensagem» a transmitir, ainda que de tradução inacessível[1962].

Um outro ponto que se revela imprescindível destacar a propósito dos vasos estudados prende-se com o facto de todos eles serem produzidos em cerâmica «comum». Não pretendemos, através do recurso a esta designação, erguer fronteiras excessivamente estanques, mas apenas estabelecer a diferenciação entre a natureza geral dos recipientes analisados e os fabricos de exceção, sobretudo os importados de outras paragens. Na verdade, e se bem que as pastas de alguns dos vasos possam até ser consideradas razoavelmente cuidadas, não se adequam ao que se esperaria de um bem de «luxo». A presença de abundantes elementos não plásticos, por vezes de calibre avultado, é reiterada e até ostensiva. Não é claro se teriam sido incluídos para servir como desengordurante ou se já integravam as argilas usadas como matéria-prima. De qualquer modo e, independentemente da origem dos minerais, não há como contornar a questão essencial: as pastas são pouco depuradas. Mas se este é um dado evidente, as razões que o explicam não estão totalmente esclarecidas. É provável que na raiz do problema se encontrem dificuldades técnicas; ou talvez possa apontar-se o desconhecimento relativamente aos procedimentos a adotar para alcançar melhores resultados. Com efeito, julgamos que o incremento dos fabricos locais, menos especializados, constitui um vetor indissociável dos «padrões» de qualidade em que se inserem os recipientes analisados. Na realidade, tudo indica que, no período em estudo, se tenha experienciado uma certa «ruralização» do território. Em diversos pontos da geografia peninsular parece ter-se registado a tendência para que a produção e consumo de determinados bens se enquadrasse numa escala de autossuficiência. Contudo, e apesar deste cenário, são vários os sítios que

[1961] Há, todavia, exceções a assinalar: a mais óbvia centra-se numa peça (n.º de inv. MB 1) que se encontrava integrada na coleção privada Dr. Martins Barata, tendo sido recentemente adquirida pela Câmara Municipal de Castelo de Vide. Presumivelmente recuperada num dos túmulos da Boa Morte, terá indubitavelmente sido usada diretamente sobre o fogo, até porque a base surge totalmente calcinada.

[1962] AREZES, 2015a: 237.

apresentam materiais forâneos, atestando a sobrevivência de uma rede comercial de âmbito regional e, nalguns casos, mesmo suprarregional[1963], no que contraria a ideia de estagnação profunda tão longamente enraizada.

Para a presente dissertação inventariámos um conjunto expressivo de recipientes. E, apesar de haver exemplares sinalizados em distintas áreas cemiteriais, não há dúvida que é do espaço abarcado pela velha *Lusitania* que nos chega a quantidade mais avultada de peças, as quais se referem, fundamentalmente, a jarros e bilhas. Entre os jarros, concedemos relevo aos de bocal trilobado, como os achados na necrópole da *villa* de Casais Velhos e na de Murches, em Cascais, na de Santo Amarinho, em Castelo de Vide, ou na de Silveirona, em Estremoz. O do Cortiçal (Arraiolos), por seu turno, poderia ter possuído um bocal idêntico; todavia, o atual estado de fragmentação e incompletude não nos permitem asseverá-lo. Também proveniente do Cortiçal é uma bilha de perfil assimétrico, que originalmente seria provida de duas asas, tal como uma outra, recuperada na necrópole da Ponte, em Paderne (Albufeira), porém bem mais regular e cuidada. Já entre as de asa única, poderiam apontar-se as bilhas de São Geraldo (Montemor-o-Velho) e Monte do Pombal (Monforte).

Outras formas foram igualmente arroladas, embora com ocorrência menos prevalente, caso de púcaros, garrafas, cantis, ou copos. Estes últimos provêm essencialmente do noroeste do território, concretamente, da necrópole da Bouça da Gateira, associada à *villa* da Quinta do Paço Velho da Facha, e do núcleo da Quinta do Paço Novo (Ponte de Lima). Não obstante, há que notar que também do Poço dos Mouros, em Silves, é oriundo um copo, ainda que substancialmente diferente dos recipientes da região limiana.

Ainda a propósito destas cerâmicas, convém sublinhar um pormenor, que se prende com a quase sistemática ausência de decoração nas superfícies. Na verdade, o panorama geral reflete uma absoluta simplicidade. Mas há exceções. A somar à representada pela vasilha de Caldas de Vizela, já mencionada, há que realçar outras, como a que se encontra plasmada numa das faces do reservatório do cantil de Milreu (Estoi, Faro). Mas a mais curiosa e singular radica num dos jarros da necrópole dos Pombais (Marvão), que exibe, ao nível do colo e arranque da pança bojuda, uma interessante composição de estampilhas, para a qual não identificámos, até ao momento, qualquer paralelo válido.

7.6. Vidros

A incorporação de vidros em contextos de enterramento atribuíveis ao período em análise assume-se como quantitativamente pouco significativa quando comparada com a documentada para outros artefactos, circunstância a que poderá não ser alheia a fragilidade da matéria-prima, delicada e facilmente quebrável, sobretudo se as recolhas não forem devidamente controladas ou se a intenção das «explorações», muitas das quais conduzidas

[1963] BLANCO GARCÍA, 2003: 152.

fortuitamente, se resumir à obtenção de objetos «preciosos». Neste sentido, ressalvamos a eventualidade de, originalmente, os vidros auferirem de um peso maior do que aquele de que aparenta revestir-se, ou melhor, do que aquele nos é possível conceber, com base nos vestígios coligidos. De qualquer modo, basta votar um olhar aos materiais arrolados no Catálogo em anexo para perceber que é bem nítida a desproporção entre achados. Com efeito, na listagem figuram não mais que quatro peças, sendo três oriundas da necrópole de Beiral do Lima (Ponte de Lima) e uma de *Conimbriga*. Têm em comum a cronologia, centrada no século V, bem como o facto de, em razão da natureza das associações com outros materiais, no primeiro caso, ou do posicionamento estratigráfico, no segundo, serem potencialmente correlacionáveis com algum dos grupos de «bárbaros» que penetraram na geografia peninsular a partir de 409.

É certo que, de acordo com Vizcaíno Sánchez, é sobretudo nos finais do século VI que a inclusão de formas vítreas em contexto funerário se vulgariza. Contudo, até ao momento, carecemos de indicações seguras que atestem a reprodução dessa mesma realidade para o território português. Acresce assinalar que, em conformidade com o mesmo autor, entre as várias tipologias detetáveis, os copos e pratos destacam-se como os objetos mais diretamente relacionáveis com entidades de origem forânea[1964]. Pela nossa parte e no âmbito do presente trabalho, os recipientes arrolados constam somente de copos e taças, sendo estas de configuração tendencialmente campanulada. Todavia, enquanto a de Beiral (n.º de inv. 1994.0418, do M.D.D.S.), melhor conservada, exibe caneluras dilatadas verticais, a de *Conimbriga* (n.º de inv. 67.769, do M.M.C.), muito fragmentada, mas restaurada, apresenta uma pequena sequência de estrias horizontais pouco abaixo da linha do bordo, provavelmente espessado ao fogo. Já os copos, ambos recuperados em Beiral, constam de peças sopradas, com bordo em aresta. Contudo, e apesar de tipologicamente próximas, uma possui configuração cilíndrica (n.º de inv. 1994.0420) e a outra parece quedar-se a meio caminho entre esse mesmo formato e o troncocónico (n.º de inv. 1994.0419). De acordo com Mário Cruz, estes copos tendem a rarear com o avanço da cronologia, e a dar lugar a recipientes mais abertos, designadamente, às taças[1965].

Note-se que, à semelhança do que sucede com as formas cerâmicas, também no caso dos elementos vítreos não é clara a motivação subjacente à sua integração no interior de sepulturas. Alguns autores entendem que os recipientes de vidro podem ser considerados elementos de prestígio[1966], daí que lhes seja imputada a capacidade de transmitir informações relativas ao posicionamento social do indivíduo que surgia acompanhado no túmulo

---

[1964] VIZCAÍNO SÁNCHEZ, 2007 [Ed. 2009]: 582-583.

[1965] CRUZ 2009a: 140.

[1966] QUIRÓS CASTILLO *et al.*, 2013: 222. Veja-se o exemplo prodigalizado pelos sepulcros da fase 4 de Dulantzi (Álava, País Basco), datados entre a segunda metade do século VI e século VII, e que «[…] combinan las armas, objetos de adorno personal, […] cuencos de vidrio o de bronce, un cubo y otro tipo de elementos como son dos cucharillas metálicas o piezas cerámicas […]» (QUIRÓS CASTILLO *et al.*, 2013: 219; 222).

deste tipo de material. No entanto, e no estado atual dos conhecimentos, parece complexo aventar propostas definitivas a este respeito.

7.7. Outros materiais

Tivemos já oportunidade de elencar artefactos produzidos em distintos suportes materiais, mas fundamentalmente concernentes a três grandes grupos: o dos metais, o das cerâmicas e o dos vidros, este quantitativamente menos prevalente. Resta-nos aludir a um outro conjunto de elementos, cuja ocorrência tem vindo a ser recorrentemente documentada em contextos funerários: as contas. Naturalmente, participam no universo dos adornos do corpo; todavia, o facto de o material de base em que foram preparadas não se coadunar com o que compõe cada um dos grupos supramencionados levou-nos a optar por relega-las para um ponto à parte, o último da análise deste capítulo.

7.7.1. Contas

As contas incorporam, com alguma regularidade e um pouco por toda a geografia europeia, os espólios funerários atribuíveis ao intervalo que se estende entre os séculos V e VII, servindo sobretudo para a composição de colares. Nem sempre, porém, estes são detetados completos, revelando a apresentação original. Na verdade, quando o elemento de ligação se degrada, as contas podem tender a dispersar-se pela câmara. Contudo, em algumas situações, como a registada numa das sepulturas da Fonte do Sapo (Abrantes), estas lograram manter-se *in situ*, «[…] dispostas à volta do pescoço [de uma criança] […]»[1967].

São diversas as matérias-primas empregues na produção das contas. Uma delas, reiteradamente usada, é o âmbar, uma resina fóssil a que são atribuídas propriedades mágicas e propiciatórias do descanso dos mortos[1968]. Com tonalidade variável, que oscila entre o avermelhado, o amarelo e o alaranjado, serviu para a preparação destes adornos nos mais variados formatos[1969], modelados por aquecimento ou polimento[1970]. Na necrópole de Beiral do Lima, por exemplo, avultam as de âmbar avermelhado, algumas das quais auferindo de dimensão considerável[1971]. Mas este não é o único sítio do território português onde a sua presença foi sinalizada. Também na necrópole de Talaíde, em Cascais[1972], na de Alter do Chão[1973] e nos

[1967] BATISTA & GASPAR, 2000: 639.
[1968] VIZCAÍNO SÁNCHEZ, 2007 [Ed. 2009]: 568.
[1969] «[…] Estas cuentas responden a formas esféricas, poliédricas y cúbicas irregulares, existiendo también de formas alargadas e cilíndricas. […]» (RIPOLL LÓPEZ, 1985: 32).
[1970] RIPOLL LÓPEZ, 1985: 32.
[1971] VIANA, 1961: 10; SOUSA, 1979: 296.
[1972] CARDOSO *et al.*, 1995: 322.
[1973] ANTÓNIO & REIS, 2008b: 358.

enterramentos do sítio do Mosteiro, em Mértola[1974], se recuperaram contas de âmbar, por vezes a par de contas de vidro, cuja ocorrência é igualmente frequente e significativa.

Segundo Ripoll López, a utilização da pasta de vidro, que remonta à época romana e se prolonga durante o período visigótico, fez-se sobretudo no intuito de «substituir» ou imitar a aparência das pedras preciosas[1975]. Já para Morillo Cerdán, não existe uma razão específica que justifique o recurso a vidro, muito embora reconheça que o acesso ao material e a respetiva maleabilidade, propiciadora de facilidades no trabalho de moldagem, possam ter sido determinantes[1976]. Com efeito, e à semelhança do que sucede com o âmbar, o vidro possibilita a modelação de tipos e formas diferenciados[1977]. Mas entre os achados portugueses, destacam-se sobretudo as contas circulares ou de contorno gomado e destituídas de decoração; arrolámos, contudo, um objeto alongado e provido de ornatos (n.º de inv. 03.AN.012.1.8), recolhido numa das sepulturas do sítio de Aneirão, em correlação com uma fivela de fuzilhão escutiforme[1978]. A área de dispersão destes elementos é alargada, ainda que de momento pareça incidir sobretudo no centro e sul do território. Encontram-se assinalados na necrópole da Abuxarda, em Cascais[1979], na Herdade dos Pombais, em Marvão[1980] ou no Curral do Sampão, em Vaiamonte, apenas para citar algumas ocorrências.

Além das contas de âmbar e vidro, prevalentes, inventariámos outras, mais raras, de variscite. Em Beiral do Lima, um dos poucos sítios onde nos foi possível documentar a sua presença[1981], perfazem um total de sete elementos: inicialmente classificados como contas de «serpentina»[1982], só mais tarde, através de análises mineralógicas, pôde clarificar-se qual a matéria-prima em que haviam sido produzidas e identificá-la em definitivo[1983].

A maior parte dos autores tende a imputar o uso das contas ao universo feminino. É esta a interpretação de Morillo Cerdán, que inventariou um conjunto substancial deste tipo de elemento em câmaras sepulcrais supostamente destinadas à inumação de mulheres, na necrópole de Herrera de Pisuerga. Numa delas, aliás, e além das contas, figurava igualmente um pente de osso, situação pouco habitual e para a qual os paralelos são escassos. O autor

---

[1974] LOPES *et al.*, 2011: 16; 37.

[1975] RIPOLL LÓPEZ, 1985: 32.

[1976] MORILLO CERDÁN, 1989: 238.

[1977] «[…] Tipológicamente son muy abundantes las siguientes: cilíndricas, poligeminadas, esteliformes, usiformes, troncocónicas dobles, alargadas, esféricas, hexagonales, poliédricas y discoidales. […]» (RIPOLL LÓPEZ, 1985: 32).

[1978] GASPAR & BATISTA, 2003: 35. Note-se, a propósito, que a única conta que, até ao momento, tivemos oportunidade de identificar como especialmente similar ao mencionado exemplar de Aneirão, procede do Cerro da Vila, Quarteira – Loulé (AREZES, no prelo: b).

[1979] CARDOSO, 1991: 45, fig. 15.

[1980] FERNANDES, 1985a: 103-104, n.º 17 e 18.

[1981] O Museu D. Diogo de Sousa conserva duas contas de variscite (n.º de inv. 2000.0692 e 2004.932), oriundas, respetivamente, da Rua de São Sebastião e do Teatro Romano, ambos localizados em Braga. Porém, o facto de, ao que tudo indica, os contextos em causa não se coadunarem com o âmbito do nosso trabalho, levou-nos a deixá-los à margem do estudo.

[1982] VIANA, 1961: 8-9.

[1983] GONÇALVES & REIS, 1981-82: 157.

ressalva, contudo, a necessidade de reequacionar a vinculação obrigatória de determinados materiais a um género em particular[1984]. Na verdade, é sabido que só mediante a análise dos vestígios osteológicos remanescentes será possível aferir, com rigor, quais as associações a considerar, daí que, como naturalmente se depreende, as generalizações possam redundar em erros ou imprecisões.

7.8. Em suma

Ao longo deste capítulo tivemos oportunidade de constatar que algumas suposições tradicionalmente tidas como inquestionáveis carecem, afinal, de validação efetiva. Na verdade, nem sempre as deduções mais imediatistas encontram justificação segura na realidade observada, ou resistem a uma confrontação mais aturada, que invariavelmente acaba por colocar a descoberto algumas fragilidades intrínsecas.

Por outro lado, continuam por resolver as dificuldades que subjazem ao estabelecimento de vínculos claros entre o género e/ou idade dos indivíduos inumados e o leque de materiais que se julgava fundamental destinar à incorporação nos túmulos. Na opinião de alguns investigadores, somente as placas de cinturão e as fíbulas poderiam ser integrados em contextos de enterramento correlacionados com ambos os sexos, sendo que os restantes elementos se revestiriam de uma função diferenciadora. Contudo, e tal como demonstrado, algumas das propostas aventadas são facilmente desmontadas, daí que se aguarde que novas e meticulosas intervenções arqueológicas de campo, coadjuvadas dos imprescindíveis estudos antropológicos, sejam implementadas, de modo a fomentar o esclarecimento das muitas e insistentes dúvidas que teimam em toldar o conhecimento neste âmbito de investigação. Mas, convém notá-lo, o panorama não é incerto apenas nos domínios que concernem aos adornos do corpo ou vestuário. Também no que respeita ao material votivo, carecemos de respostas conclusivas, e a vários níveis. Não só a interpretação em torno das motivações que explicam a introdução de peças cerâmicas e vítreas nos sepulcros continua imersa em problemáticas, como as hipóteses formuladas se acumulam e direcionam, não raro, em direções opostas e, por vezes, até contraditórios. As dinâmicas do universo funerário cristalizado entre os séculos V e VIII são, afinal, tão heterogéneas e fluidas, que nos obrigam a deixar uma imensa panóplia de interrogações em aberto.

[1984] MORILLO CERDÁN, 1989: 241-242.

8.
CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso que nos propusemos levar a cabo e a que agora colocamos termo foi, sem dúvida, aliciante: olhámo-lo como a uma viagem que poderia ser continuada, sempre perpassada por zonas de sombra e questões permanentes, que não cessou de nos suscitar admiração, mas também de impor recuos e reformulações, mesmo em momentos em que julgávamos ter já atingido importantes desenvolvimentos. E se algumas interrogações puderam, a breve trecho, ser resolvidas e suplantadas, outras emergiram, mostrando-se dificilmente contornáveis, ou mesmo insolúveis, sobretudo em razão de alguns condicionalismos inerentes à investigação e ao vazio de informações que afetou determinados pontos da pesquisa.

Conforme demonstrado ao longo das páginas deste trabalho, são muitos os focos de discussão em efervescência e as perspetivas contraditórias que presentemente se digladiam, sendo que os temas da etnicidade e identidade merecem aqui uma incontornável menção. Envoltos numa imbricada e profusa teia de problemáticas, em parte decorrentes do peso longamente auferido por conceções biológicas e antropológicas evidentemente questionáveis (e, efetivamente, desmontáveis), configuram, não obstante, um campo de relevância ímpar e que, na nossa perspetiva, urge continuar a explorar, até pelos preciosos indicadores e vias de leitura que proporciona, indispensáveis aos esforços de compreensão de um conjunto de materialidades.

Em paralelo, também o debate promovido a respeito dos paradigmas sedimentados em torno das chamadas «grandes migrações» e das «invasões» se vem revelando fulcral, na medida em que tem permitido apontar as inconsistências e debilidades de certas posições teóricas, designadamente, das que se apoiam e alicerçam em interpretações acríticas e literais das fontes coevas. Nem sempre, porém, a afirmação de renovados pressupostos, como os que, sem atender aos dados arqueológicos, recusam a própria ideia das movimentações de grupos humanos na cronologia em análise, ou as que defendem um panorama de simples «acomodação» pacífica entre «bárbaros» e romanos, parece consubstanciar resposta operativa adequada à necessária reconstrução da narrativa. Acresce observar que, ao impasse e falta de concordância experienciados não serão alheias a complexidade e fluidez das características do período de «transição» que constitui o cerne desta dissertação, ou as próprias especificidades da arqueologia do mundo funerário que, longe de permitirem a confluência de ideias num patamar de consonância, favorecem a controvérsia e a ambivalência.

Por outro lado, o facto de a realidade em estudo se assumir como limitada face à amplitude do substrato pré-existente, ou a tendência dos artefactos para perderem os traços mais vincadamente «germânicos» e, portanto, claramente diferenciadores, acompanhando o desenrolar da cronologia e a evolução sociopolítica, não deixaram de influir no volume e natureza dos vestígios rastreáveis. De qualquer modo, e independentemente das lacunas identificadas, da maior ou menor qualidade das informações reunidas, e da profundidade (ou fragilidade) das marcas deixadas, houve que destrinçar quais as vias passíveis de serem trilhadas, no sentido de avançar para além do atual estado de conhecimentos. Foi, pois, na combinação entre uma aturada pesquisa bibliográfica, entre as leituras que nos abriram

portas para a confrontação de linhas interpretativas díspares, e a análise e reclassificação de materiais de proveniência funerária, que encontrámos a base de sustentação para fazer crescer este trabalho.

E, a propósito, é fundamental apontar a discrepância notada ao nível da mancha de sítios que tivemos oportunidade de inventariar. Com efeito, o mapeamento elaborado ilustrou um nítido desequilíbrio, que nos cabe aqui destacar, até pela disparidade de explicações que poderá suscitar. O Tejo surge-nos como uma eloquente linha demarcadora: a norte, são quinzes os espaços de enterramento sinalizados, enquanto a sul se espraiam os restantes cinquenta e quatro, denotando concentrações importantes nas faldas da Serra de São Mamede (nomeadamente, na área abarcada pelo concelho de Castelo de Vide), ao longo do curso do Guadiana e no extremo meridional do território. No entanto, de momento não é possível afirmar que estes resultados traduzem uma efetiva realidade arqueológica: os dados disponíveis são insuficientes para garantir que a faixa a norte do Tejo foi, de facto, menos ocupada nesta fase, não sendo obviamente de excluir que a escassez patenteada derive da conjugação de outros fatores, entre os quais avultariam a falta de investigações sistemáticas, as dificuldades em enquadrar devidamente os vestígios, ou o menor investimento colocado na sua divulgação.

É sabido que a conjuntura da geografia peninsular nas centúrias abarcadas pelo presente estudo não se coaduna com uma imagem de estabilidade, isenta de conflitos. Pelo contrário: as diversas entidades em palco mantiveram um equilíbrio de forças essencialmente inconstante e sujeito a contínuos reveses. E basta evocar alguns dos fenómenos que tiveram lugar entre os alvores do século V e os do VIII, para reconhecer a voragem de ocorrências e a implausibilidade de o registo arqueológico ter passado incólume a todas elas, refletindo não mais que a perenidade de um mesmo quadro. A penetração de grupos de origem forânea na Península, as incursões e pilhagens que protagonizaram e a fixação, mais ou menos duradoura, que lograram implementar, enformam eventos tidos como basilares. Mas, sob este pano de fundo amplo, há que sublinhar todas as movimentações políticas tecidas, as alianças firmadas, as lutas pelo poder e pelo acesso a terras e riquezas, ou os embates militares travados: sucessos que não só expressam a volatilidade do tempo, como as implicações necessariamente sentidas em múltiplos domínios. Na verdade, o entrelaçamento de todas estas dinâmicas motivou a inevitável alteração das circunstâncias vigentes, fossem elas referentes ao âmbito político, económico ou social. E se pensarmos que o cristianismo mantinha em curso o processo de paulatina consolidação previamente iniciado, ainda que desdobrado entre a linha da ortodoxia e a dos «desvios» heréticos, então facilmente se compreende que também os vetores inerentes à dimensão religiosa tenham assumido um peso incontornável na construção do período em análise. De qualquer modo, com a abjuração do arianismo e a conversão ao catolicismo no III Concílio de Toledo, foi às instituições religiosas correlacionadas com a fé tornada «oficial» que coube auferir de crescente preponderância e desempenhar um papel de inquestionável relevo, até na reorganização do território.

As novidades e as transformações, a par das ineludíveis persistências, se bem que por vezes eivadas de novas roupagens, surgem plasmadas em várias esferas. E a que concerne ao mundo dos mortos é, no nosso entender, privilegiada. A certos níveis, consubstancia mesmo um cenário especialmente ilustrativo do leque de possibilidades em cena, revelando quer a incorporação de novos e diferenciadores influxos, quer a manutenção das continuidades que entroncam no legado já cristalizado, quer mesmo a interpenetração de distintos ascendentes. No entanto, as materialidades que subsistiram configuram apenas uma parte da mundividência funerária, concretamente, aquela que nos é «acessível». Efetivamente, e muito embora podendo descrever a orgânica percetível numa necrópole, ou definir qual a tipologia das sepulturas, o ritual preconizado, ou a componente artefactual integrada nas câmaras, existe um mar de incógnitas subjacente, que decorre quer dos gestos que se perderam – deixando irremediavelmente por explicar determinadas contexturas –, quer de lacunas em torno do alcance e significado das crenças e superstições que figuram na raiz de um conjunto de práticas. Há, neste sentido, opções que surgem atestadas, mas que ficam aquém de uma tradução inteligível. Porém, há igualmente recorrências e indícios a considerar, e que fornecem contributos valiosos. A investigação desenvolvida permitiu-nos delinear propostas de leitura para o universo de charneira em estudo, que se fez de continuidades, mas também de ruturas; que se firmou na forte herança civilizacional romana, mas que não a deixou intacta e à margem das mudanças; que de algum modo teve que se adaptar às alterações sobrevindas e a uma outra conceção do poder, mais fragmentado e transitório, e portanto, propiciador da emergência e consolidação da autoridade dos senhores locais. Para trás ficavam os tempos em que as complexas instituições e estruturas romanas funcionavam na plenitude; aliás, a progressiva desagregação que foram sofrendo viria a culminar na destituição de Rómulo Augusto, num momento que marca, simbolicamente, o colapso formal da parte ocidental do Império. Posteriormente, também o reino visigótico, que em período «áureo» chegou a estender o seu domínio (até que ponto efetivo?) à quase totalidade da geografia peninsular, se achou demasiado enfraquecido e sem capacidade de resposta para afrontar as tropas árabes e berberes chegadas àquele mesmo território, tendo acabado por se desmoronar no embate, sem resistência de monta. Era chegada a altura de um outro equilíbrio de poderes começar a estabelecer-se.

A Arqueologia, contudo, não repercute de modo linear uma sucessão de acontecimentos, nem reflete de forma imediatista os episódios que ditam a criação das grandes balizas historiográficas. Os modelos e procedimentos seguidos na vida e na morte e que pautam o quotidiano de um dado tempo e espaço, ajustam-se e transformam-se a um ritmo próprio, e ao sabor de uma imensa panóplia de variáveis que, como vimos, não autorizam nem legitimam excessivas generalizações.

As temáticas tratadas nesta dissertação apresentam, naturalmente, áreas em branco, linhas por escrever. O traçado que nos propusemos cumprir, e que deixa, por ora, interrogações em aberto, é apenas um entre vários que continuam por explorar. Talvez com o desen-

volvimento de futuros trabalhos as propostas aventadas se cruzem com outras entretanto arquitetadas, bem como com novos dados contextualizados, podendo então ser redefinidas e aprofundadas, e tornando possível a clarificação de pontos que atualmente permanecem na obscuridade…Quanto aos contributos gerados, esperamos não só que corporizem pistas e desafios, mas também que possam ser úteis aos investigadores que doravante se debrucem sobre as complexas problemáticas em análise. Afinal, e ainda que sem se distenderem por uma amplitude cronológica especialmente dilatada, enformam campos de interesse vastos, prenhes de matizes e cambiantes, e que aguardam perscrutação rigorosa.

FONTES E BIBLIOGRAFIA CITADAS

Fontes

AMMIANUS MARCELINUS (1894) – *The Roman History during the reigns of the emperors Constantius, Julian, Jovianus, Valentinian, and Valens.* Preface and Translation by C. D. YONGE. London: Bohns Classical Library.

BARREIROS, Gaspar (1561) – *Chorographia de alguns lugares que stam em hum caminho, que fez Gaspar Barreiros ó anno de M.D.XXXXVI. começãdo na cidade de Badajoz em Castella, te á de Milan em Italia, con alguas outras obras, cujo catalogo vai scripto com os nomes dos dictos lugares na folha seguinte.* Coimbra: Ioã Aluarez.

FÉROTIN, Marius (1996) – *Le Liber Ordinum en usage dans l'eglise wisigothique et mozarabe d'Espagne du cinquième au onzième siècle.* Réimpression de l'édition de 1904, et supplément de bibliographie générale de la liturgie hispanique, préparés et présentés par Anthony WARD et Cuthbert JOHNSON. Bibliotheca «Ephemerides Liturgicae» Subsidia. Roma: Edizioni Liturgiche.

IDÁCIO (1974) – *Hydatii Gallaeciae Episcopi Chronicon.* Introduction, texte critique, traduction par Alain TRANOY. Paris: Éditions du Cerf.

JORDANES (1915) – *Getica.* English version by Charles Christopher MIEROW. Princeton: Princeton University Press.

PLINII SECUNDI (1969) – *Naturalis Historiae.* Edited by E. PAGE and E. CAPPS. The Loeb Classical Library. Harvard: Harvard University Press.

PMH, DC (1867 e ss) – *Portugaliae Monumenta Historica, A saeculo octavo post Christum usque ad quintundecimum. Diplomata et Chartae*, Ivssu Academiae Scientiarum Olisiponsensis. Olisipone: Typis Academicis.

PROCOPIUS (1916) – *History of the wars* II. *The Vandalic War.* English translation by H. B. DEWING. The Loeb Classical Library. Harvard: Harvard University Press.

RESENDE, André de (1593) – *De Antiquitatibus Lusitanae.* Libri Quatuor. Ebora: excudebat Martinus Burgensis.

____ (1790) – *De Antiquitatibus Lusitanae.* Tomus I. Conimbricae: Typographia Academico-Regia.

TACITUS (1916) – *The Germania.* With introduction and notes by Duane Reed STUART. New York: The Macmillan Company.

____ (2011) – *A Germânia.* Introdução, tradução do latim, notas e glossário por Maria Isabel Rebelo GONÇALVES. Lisboa: Nova Vega.

TERTULLIANUS (1922) – *Concerning the resurrection of flesh.* Translations of Christian Literature. Series II. Latin Texts. New York: The Macmillan Company.

VIVES, José (1963) – *Concilios Visigóticos e Hispano-Romanos.* Col. «España Cristiana», vol. 1. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto Enrique Flórez.

Bibliografia

ABÁSOLO ALVAREZ, J. A.; PÉREZ RODRÍGUEZ-ARAGÓN, F. (1995) – *Arqueología Funeraria en Hispania durante el Bajo Imperio y la Época Visigoda.* In FÁBREGAS VALCARCE, R.; PÉREZ LOSADA, F.; FERNANDÉZ IBÁÑEZ, C., *coord. – Arqueoloxía da Morte. Arqueoloxía da Morte na Península Ibérica desde as Orixes ata o Medievo.* Xinzo de Limia: Concello de Xinzo de Limia, p. 291-306.

ALAPONT MARTINS, Llorenç; RIBERA I LACOMBA, Albert Vicent (2006) – *Cementerios tardoantiguos de Valencia: Arqueología y Antropología.* «Anales de Arqueología Cordobesa», n.º 17, vol. 2. Córdoba: Ayuntamiento de Córdoba, p. 161-194.

ALARCÃO, Adília (1994) – *Museu Monográfico de Conimbriga. Colecções.* Lisboa: Instituto Português dos Museus.

ALARCÃO, Adília; PONTE, Salete (1984) – *Colecções do Museu Monográfico de Conimbriga. Catálogo.* Conimbriga: Museu Monográfico.

ALARCÃO, Jorge de (1988a) – *Roman Portugal.* Vol. II, fasc. 2, Coimbra & Lisboa. Warminster: Aris & Phillips.

____ (1988b) – *Roman Portugal.* Vol. II, fasc. 3, Évora, Faro & Lagos. Warminster: Aris & Phillips.

____ (1996) – *Para uma conciliação das arqueologias.* Porto: Edições Afrontamento.

____ (1999) – *Conimbriga: o chão escutado.* Funchal: Edicarte.

____ (2001) – *As paróquias suévicas do território actualmente português.* In VILLAR, F.; FERNANDÉZ ÁLVAREZ, M. P., *coord. – Religión, Lengua y Cultura Prerromanas de Hispania.* Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, p. 29-60.

____ (2004a) – *Conimbriga, 20 anos depois.* In CORREIA, V. Hipólito, *coord.* – *Perspectivas sobre Conimbriga.* Conimbriga: Âncora Editora, p. 96-114.

____ (2004b) – *Notas de Arqueologia, Epigrafia e Toponímia* – II. «Revista Portuguesa de Arqueologia», vol. 7, n.º 2. Lisboa: DGPC, p. 193-216.

____ (2005) – *Notas de Arqueologia, Epigrafia e Toponímia* – III. «Revista Portuguesa de Arqueologia», vol. 8, n.º 2. Lisboa: DGPC, p. 293-311.

ALARCÃO, Jorge de; BARROCA, Mário [Coord.] (2012) – *Dicionário de Arqueologia Portuguesa.* Porto: Figueirinhas.

ALARCÃO, Jorge de; DELGADO, Manuela; MAYET, Françoise; ALARCÃO, Adília M.; PONTE, Salete da (1976) – *Fouilles de Conimbriga. Céramiques diverses et verres.* vol. 6. Paris: Diffusion E. de Boccard.

ALARCÃO, Jorge de; ETIENNE, Robert (1977) – *Fouilles de Conimbriga. L'Architecture.* vol. 1. Paris: Diffusion E. de Boccard.

ALARCÃO, Jorge de; ETIENNE, Robert; MOUTINHO ALARCÃO, Adília; PONTE, Salete da (1979) – *Fouilles de Conimbriga. Trouvailles diverses, conclusions générales.* vol. 7. Paris: Diffusion E. de Boccard.

ALFARO ARREGUI, M.; MARTÍN BAÑON, A. (2006) – *La Vega: un modelo de asentamiento rural visigodo en la provincia de Madrid.* In MORÍN DE PABLOS, Jorge, *coord.* – *Zona Arqueológica,* n.º 8, vol. 2 (Exemplar dedicado a: La Investigación Arqueológica de la Época Visigoda en la Comunidad de Madrid). Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional, p. 402-417.

ALMAGRO BASCH, Martin (1975) – *La Necrópolis Hispano-Visigoda de Segóbriga, Saelices (Cuenca).* In *Excavaciones Arqueológicas en España,* vol. 84. Madrid: Ministerio de Educación y Ciencia.

ALMEIDA, C. Alberto Brochado de (1990) – *Proto-história e romanização da bacia inferior do Lima.* Viana do Castelo: Centro de Estudos Regionais.

____ (1996a) – *Povoamento romano do litoral minhoto entre o Cávado e o Minho, Vol. I – Inventário Arqueológico do Concelho de Ponte de Lima.* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de doutoramento.

____ (1996b) – *Povoamento romano do Litoral Minhoto entre o Cávado e o Minho. Vol. III – Inventário Arqueológico do Concelho de Barcelos.* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de doutoramento.

____ (2003) – *Povoamento Romano do Litoral Minhoto entre o Cávado e o Minho*, Vol. VII. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de Doutoramento.

ALMEIDA, C. Alberto Ferreira de (1972a) – *Cerâmica romana de Fiães.* «Revista da Faculdade de Letras – História», I série, vol. 3. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 191-205.

____ (1972b) – *Notas sobre a Alta Idade Média.* «Revista da Faculdade de Letras – História», I série, vol. 3. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 113-136.

____ (1979) – *A propósito da Galícia Sueva de Casimiro Torres.* «GALLAECIA», vol. 5. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, p. 305-316.

____ (1986a) – *Arte da época visigótica.* In *História da Arte em Portugal. Arte da Alta Idade Média,* vol. 2. Lisboa: Publicações Alfa, p. 37-71.

____ (1986b) – *Arte paleocristã da época das invasões.* In *História da Arte em Portugal. Arte da Alta Idade Média,* vol. 2. Lisboa: Publicações Alfa, p. 9-36.

ALMEIDA, C. A. F. de; ALMEIDA, C. A. B. de; SOEIRO, T.; BAPTISTA, A. J. (1981) – Escavações arqueológicas em Santo Estevão da Facha. Separata do «Arquivo de Ponte de Lima», n.º 3. Ponte de Lima: Câmara Municipal de Ponte de Lima.

ALMEIDA, C. A. F.; SANTOS, Eugénio dos (1971) – *O Castro de Fiães.* «Revista da Faculdade de Letras – História», I série, vol. 2. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 147-168.

ALMEIDA, D. Fernando de (1962) – *Arte Visigótica em Portugal.* «O Arqueólogo Português», nova série, vol. 4. Lisboa: Museu Etnográfico Português, p. 5-278.

ALMEIDA, João Ferreira Annes de (2006) – *Mateus – Actos dos Apóstolos. Bíblia ilustrada*, vol. VII. Lisboa: Círculo de Leitores.

ALMEIDA, João Pedro Lopes (2008) – *A necrópole romana da Caldeira, Tróia de Setúbal. Escavações de Manuel Heleno nas décadas de 40-60 do século XX.* Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de mestrado.

ALMEIDA, M. José de Melo Henriques de (2000) – *Ocupação rural romana no actual concelho de Elvas.* Coimbra: Faculdade de Letras de Universidade de Coimbra. Tese de mestrado.

ALVES, C.; COSTEIRA, C.; ESTRELA, S.; SERRA, M.; PORFÍRIO, E. (2013) – *Necrópole tardo-antiga da Torre Velha 3, Serpa (Baixo-Alentejo, Portugal)*. In JIMÉNEZ ÁVILA, J.; BUSTAMANTE, M.; GARCÍA CABEZAS, M., *coord.* – *VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Villafranca de los Barros: Ayuntamiento de Villafranca de los Barros, p. 1929--1966.

ANTÓNIO, J.; ENCARNAÇÃO, José d' (2009) – *Grafito identifica Alter do Chão como* Abelterium. «Revista Portuguesa de Arqueologia», vol. 12, n.º 1, p. 197-200.

ANTÓNIO, J.; REIS, M. P. (2008a) – *Legados da Antiguidade Tardia na Vila de Alter do Chão: abordagem Antropológica (primeiros resultados)*. In BERNARDES, J. P., *coord.* – *Hispania Romana. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular. Promontoria Monografica*, 10. Faro: Universidade do Algarve, p. 335-351.

____ (2008b) – *Necrópole Tardo-Antiga de Alter do Chão: resultados preliminares*. In BERNARDES, J. P., *coord.* – *Hispania Romana. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular. Promontoria Monografica*, 10. Faro: Universidade do Algarve, p. 353-366.

ANTÓNIO, Jorge; RODRIGUES, Zélia (2012) – *Os contextos funerários tardo-antigos da Villa Romana da Quinta do Pião*. In *Posters. Resumos*. Évora: I Congresso Internacional sobre Arqueologia de Transição «Entre o Mundo Romano e a Idade Média».

ARENDT, Hanna (1963) – *Eichmann in Jerusalem. A report on the banality of evil.* New York: The Viking Press, Revised and enlarged edition.

AREZES, Andreia C. M. (2006) – *Relatório Final de Trabalhos Arqueológicos. Escavação na Paróquia de São Miguel – Caldas de Vizela.* Vila Nova de Famalicão: texto policopiado.

____ (2010-2011) – *Materiais de adorno visigóticos de Patalou – Nisa.* «Portugália», nova série, vol. 31-32. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 65-82.

____ (2011) – *Elementos de Adorno Altimediévicos em Portugal (Séculos V a VIII)*. Serie Trivium, vol. 41. Noia: Editorial Toxosoutos.

____ (2012) – *Early metallic artefacts of adornment in Portugal*. In ANNAERT, R.; DE GROOTE, K.; HOLLEVOET, Y.; THEUWS, F.; TYS, D.; VERSLYPE, L., *coord.* – *Relicta Monografieën*, vol. 7. Brussels: Onroerend Erfgoed, p. 227-236.

____ (2015a) – *Formas cerâmicas e seu significado simbólico na Alta Idade Média*. In GONÇALVES, M. J.; GÓMEZ-MARTÍNEZ, S., *coord.* – *Actas do* X *Congresso Internacional – A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo* (Silves, 2012). Silves e Mértola: Câmara Municipal de Silves e Campo Arqueológico de Mértola, p. 236-241.

____ (2015b) – *Guarnições de Freio de Equídeos: perspectivas sobre um conjunto de materiais da Antiguidade Tardia no Território Português*. «Portugália», nova série, vol. 36 (Homenagem a Fernando Acuña Castroviejo). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 63-76.

____ (2017) – *Comparison as an approach to study decontextualized artefacts: a perspective over its potentialities and limits*. In VALE, A.; ALVES-FERREIRA, J; GARCIA ROVIRA, I., *coord.* – *Rethinking Comparison in Archaeology.* Cambridge: Cambridge Archaeology Publishing, p. 138-156.

____ (no prelo: a) – *Do* cloisonné *ao liriforme. Diacronias de um adorno de vestuário na Alta Idade Média*. In *Actas do I Congresso Internacional de Arqueologia de Transição* (Évora, 2012).

____ (no prelo: b) – *O mundo funerário visigótico no território louletano: sítios, práticas e materiais*. In *Loulé: Território, Memória e Identidade – Catálogo da Exposição*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.

AREZES, A.; PINHEIRO, R.; RODRIGUES, Z.; BAPTISTA, L.; GOMES, S. (2013) – *Contextos funerários da Antiguidade Tardia do concelho de Serpa: Loja 5 e Montinhos 6*. In JIMÉNEZ ÁVILA, J.; BUSTAMANTE, M.; GARCÍA CABEZAS, M., *coord.* – *VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Villafranca de los Barros: Ayuntamiento de Villafranca de los Barros, p. 1911-1927.

ARIÈS, Philippe (1988a) – *O homem perante a morte*. Mem Martins: Publicações Europa-América, vol. 1.

____ (1988b) – *Sobre a História da morte no Ocidente desde a Idade Média*. Lisboa: Editorial Teorema.

ARNOLD, Bettina (1997-1998) – *The power of the past: nationalism and archaeology in 20th century Germany*. «Archaeologia Polona», vol. 35-36. Wrocław: Institute of Archaeology and Ethnology of the Polish Academy of Sciences, p. 237-253.

____ (2004) – *Dealing with the Devil: the Faustian Bargain of archaeology under dictatorship*. In GALATAY, M. L.; WATKINSON, C., *coord.* – *Archaeology under Dictatorship*. New York: Kluwer Academic – Plenum Publishers, p. 191-212.

ARRUDA, A. M. (1988-89) – *Conímbriga: escavações de 1988-89. 1. Algumas precisões sobre o bairro indígena.* «Portugália», nova série, vol. 9-10. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 93-100.

____ (1994) – *Lisboa Subterrânea. Catálogo da Exposição*. Lisboa: Lisboa Capital Europeia da Cultura 94.

AURRECOECHEA FERNÁNDEZ, Joaquín (1994) – *Los botones de bronce en la Hispania romana.* «Archivo Español de Arqueología», vol. 67 [169/170]. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, p. 157-178.

AZEVEDO, Pe. J. M. Semedo (1970) – *Retorta. Antiga Carteia?* In *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia* (Lisboa, 1958), vol. 2. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, p. 113-124.

AZKARATE GARAI-OLAUN, A. (2002) – De la Tardoantigüedad al medievo cristiano. Una mirada a los estudios arqueológicos sobre el mundo funerario. In VAQUERIZO, D., *coord. – Espacios y usos funerarios en El Occidente Romano*. Actas del Congreso Internacional celebrado en la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Córdoba (5-9 junio, 2001). Córdoba: Universidad de Córdoba, p. 115-140.

____ (2004) – *¿Reihengräberfelder al sur de los Pirineos occidentales?* In BLÁZQUEZ MARTÍNEZ; GONZÁLEZ BLANCO, A., *coord. – Sacralidad y Arqueología. Antigüedad y Cristianismo. Monografías Históricas sobre la Antigüedad Tardía,* vol. 21. Murcia: Universidad de Murcia, p. 389-413.

____ (2005) – *Sobre los orígines cronológicos de los cementerios cispirenaicos de época tardoantiga.* «Munibe Antropologia-Arkeologia», vol. 57. Donostia – San Sebastián: Aranzadi, p. 405-417.

BÁLINT, Csanád (2003) – *Some ethnospecific features in central and eastern European archaeology during the early Middle Ages: the case of Avars and Hungarians.* In SHENNAN, Stephen, *coord. – Archaeological approaches to cultural identity*. London: Routledge, p. 185-194.

BALMASEDA MUNCHARAZ, Luis J. (2006) – *La orfebrería de época visigoda en la Comunidad de Madrid.* In MORÍN DE PABLOS, J., *coord. – Zona Arqueológica,* n.º 8, vol. 3 (Exemplar dedicado a: La Investigación Arqueológica de la Época Visigoda en la Comunidad de Madrid). Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional, p. 753-765.

BAPTISTA, Pe. A. José (1974) – *A necrópole de Gondim.* In *A minha terra: Boletim Paroquial da Freguesia da Facha*, n.º 46, ano VIII. Ponte de Lima: Escola Tipográfica da Oficina de S. José.

BARRAL I ALTET, Xavier (1976) – *La Circulation des Monnaies Suèves et Visigotiques. Contribution à l'Histoire Économique du Royaume Visigot.* München: Artemis Verlag.

BARROSO CABRERA, R. (2006) – *Panorama da arqueología visigoda en la provincia de Cuenca.* In MORÍN DE PABLOS, Jorge, *coord. – Zona Arqueológica,* n.º 8, vol. 1 (Exemplar dedicado a: La Investigación Arqueológica de la Época Visigoda en la Comunidad de Madrid). Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional, p. 118-137.

BARROSO CABRERA, R.; MORÍN DE PABLOS, J. (2006a) – *Armas en la arqueología madrileña de la Antigüedad tardía.* In MORÍN DE PABLOS, Jorge, *coord. – Zona Arqueológica,* n.º 8, vol. 3 (Exemplar dedicado a: La Investigación Arqueológica de la Época Visigoda en la Comunidad de Madrid). Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional, p. 734-745.

____ (2006b) – *Arqueología funeraria de época visigoda en la Comunidad de Madrid: la toréutica.* In MORÍN DE PABLOS, Jorge, *coord. – Zona Arqueológica,* n.º 8, vol. 3 (Exemplar dedicado a: La Investigación Arqueológica de la Época Visigoda en la Comunidad de Madrid). Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional, p. 716-732.

BARROSO CABRERA, R.; LÓPEZ QUIROGA, J.; MORÍN DE PABLOS, J. (2006a) – *Mundo funerario y la presencia 'germánica' en Hispania (ss. V-VI d.C.).* In LÓPEZ QUIROGA, J.; MARTÍNEZ TEJERA, M.; MORÍN DE PABLOS, Jorge, *coord. – Gallia e Hispania en el contexto de la presencia 'germánica' (ss.V-VII): balances y perspectivas.* Oxford: BAR International Series 1534, p. 213-224.

BARROSO CABRERA, R.; MORÍN DE PABLOS, J.; PENEDO COBO, E.; OÑATE BAZTAN, P.; SANGUINO VÁSQUEZ, J. (2006b) – *La necropolis visigoda de Tinto Juan de la Cruz (Pinto, Madrid).* In MORÍN DE PABLOS, Jorge, *coord. – Zona Arqueológica,* n.º 8, vol. 2 (Exemplar dedicado a: La Investigación Arqueológica de la Época Visigoda en la Comunidad de Madrid). Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional, p. 536-564.

BARROCA, Mário Jorge (1987) – *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minho (Século V a XV).* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Texto policopiado. Trabalho apresentado no âmbito das Provas Públicas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica.

____ (2000) – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Tese de Doutoramento.

BARTH, Fredrik (1969) – *Introduction*. In BARTH, F., *coord.* – *Ethnic groups and boundaries. The social organization of culture difference*. Oslo: Universitetsforlaget, p. 9-38.

BASTOS, Maria do Rosário (1996) – *Testemunhos hispânicos sobre o mundo dos mortos nos séculos IV a VIII*. In MATTOSO, J., *coord.* – *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, p. 45-53.

BATISTA, Álvaro; GASPAR, Filomena (2000) – *A Necrópole Visigótica da Fonte Sapo*. In *Arqueologia da Antiguidade na Península Ibérica. Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular,* vol. 6. Porto: ADECAP, p. 633-640.

BENITO DÍEZ, L. (2013) – *El cementerio medieval de la* domus tancinus. In LÓPEZ QUIROGA, J., *coord.* – Conimbriga *tardo-antigua y medieval. Excavaciones arqueológicas en la* domus tancinus *(2004-2008) (Condeixa-a-Velha, Portugal)*. Oxford: Bar International Series 2466, p. 133-160.

BIERBRAUER, Volker (1997) – *Les Wisigoths dans le royaume franc*. «Antiquités Nationales», vol. 29. Saint-Germain-en-Laye: Société des Amis du Musée d'Archéologie Nationale, p. 167-200.

BLANCO GARCÍA, J. F. (2003) – *Cerámica histórica en la Provincia de Segovia. I. Del Neolítico a época visigoda (V milenio – 711 d.C.)*. Segovia: NRT Ediciones.

BOUCHER, François (1965) – *Le costume en France sous les mérovingiens (481-572) et les carolingiens (752-987)*. In *Histoire du Costume en Occident, de l'Antiquité a nos jours*. Paris: Flammarion.

BOURDIEU, Pierre (1998) – *Practical reason*. Stanford: Stanford University Press.

BRAGA, Teófilo (1909) – *Historia da Litteratura Portugueza. I. A Edade Média*. Porto: Livraria Chardron.

BROCHADO, Cláudio R. L. (2004) – *Povoamento Tardo-Romano e Altimedieval na Bacia Terminal do Rio Lima (século IV-XI)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de mestrado.

BROTÓNS YAGÜE, Francisco (1997) – *La necrópolis tardoantigua de Casa Noguera de Archivel (Caravaca de la Cruz, Murcia)*. «Memorias de Arqueología», vol. 12. Murcia: Región de Murcia, Consejeria de Educación y Cultura, p. 397-408.

CABRÉ DE MORÁN, Encarnación (1951) – *La mas bella espada de tipo Alcacer do Sal de la necrópolis de La Osera*. «Revista de Guimarães», vol. 61, 3-4. Guimarães: Casa de Sarmento, p. 249-262.

CABROL, F.; LECLERCQ, H. (1924) – *Dictionnaire d'Archéologie Chrétienne et de liturgie*. Tome premier, première partie. Paris: Librairie Letouzey.

CAEIRO, José Olívio (1984a) – *A necrópole I da Azinhaga da Boa Morte – Castelo de Vide*. Portalegre: Junta Distrital de Portalegre.

____ (1984b) – *A necrópole II da Azinhaga da Boa Morte – Castelo de Vide*. Portalegre: Edição da Assembleia Distrital de Portalegre

CALAFATE, Pedro (2006) – *Portugal como problema: século XIX – a decadência*. Lisboa: Fundação Luso-Americana.

CAMPOS, Manoel Joaquim de (1906) – *Acquisições do Museu Ethnologico Português*. «O Archeologo Português», I série, vol. 11, n.º 9-12. Lisboa: Museu Ethnologico Português, p. 284-295.

CANHÃO, Valdemar; RIBEIRO, Ricardo (2002) – *Sondagens arqueológicas. Relatório Final – Herdade do Marmelo (Ferreira do Alentejo)*. Texto policopiado.

CARDOSO, Guilherme (1991) – *Carta Arqueológica do Concelho de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.

CARDOSO, Guilherme; CARDOSO, João Luís (1995) – *A necrópole tardo-romana e medieval de Talaíde (Cascais). Estudo preliminar*. In *IV Reunió d' Arqueologia Cristiana Hispánica*. Barcelona: Universitat de Barcelona, p. 407-414.

CARDOSO, Guilherme; ENCARNAÇÃO, José d' (1987) – *O Povoado Romano dos Casais Velhos*. [Desdobrável]. Cascais: Associação Cultural de Cascais.

____ (1989) – *Ruínas Romanas, Casais Velhos*. [Desdobrável]. Cascais: Associação Cultural de Cascais.

CARDOSO, Guilherme; ENCARNAÇÃO, José d'; TRINDADE, Lurdes (2001) – *Cemitério Visigótico de Alcoitão*. «al-madan», II série, vol. 10. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, p. 192.

CARDOSO, João Luís (2006) – *Estácio da Veiga e a Arqueologia: um percurso científico no Portugal oitocentista*. «Estudos Arqueológicos de Oeiras», vol. 14. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, p. 293-520.

____ (2013) – *Prólogo*. In CARDOSO, J. L.; RAPOSO, L.; BICHO, N.; FABIÃO, C., *coord.* – *Manuel Heleno. Pioneiro do ensino e*

da investigação arqueológica em Portugal (1923-1964). «O Arqueólogo Português», suplemento 8. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Imprensa Nacional Casa da Moeda, p. 11-15.

CARDOSO, João Luís; CARDOSO, Guilherme; GUERRA, M. F. (1995) – *A necrópole tardo-romana e medieval de Talaíde (Cascais). Caracterização e integração cultural. Análises não destrutivas do espólio metálico*. «Estudos Arqueológicos de Oeiras», vol. 5. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, p. 315-339.

CARDOZO, Mário (1942) – *Uma estação visigótica (?) no concelho de Chaves (S. Caetano – Freguesia de Couto de Ervededo)*. «Revista de Guimarães», vol. 52. Guimarães: Casa de Sarmento, p. 237-256.

____ (1967) – *Elementos bibliográficos para o estudo da joalharia arcaica luso-espanhola*. «Revista de Guimarães», vol. 77. Guimarães: Casa de Sarmento, p. 329-376.

CARMONA BERENGUER, Sílvia (1991) – *Estudio tipológico de la cerámica funeraria de la necrópolis de El Ruedo. Almedinilla. Córdoba*. «Anales de Arqueología Cordobesa», vol. 2. Córdoba: Universidad de Córdoba, p. 371-394.

CARNEIRO, André (2011) – *Povoamento rural no Alto Alentejo em Época Romana. Lugares, tempos e pessoas. Vectores estruturantes durante o Império e a Antiguidade Tardia*. Évora: Universidade de Évora. Tese de doutoramento.

CARVALHO, Helena Paula de Abreu (2008) – *O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus Bracarensis*. Braga: Universidade do Minho. Tese de doutoramento, vol. 2.

CASAL GARCÍA, Raquel; PAZ LOBEIRAS, Rosa (1996) – *Un collar de ámbar suévico en Vigo*. «GALLAECIA», vol. 16. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, p. 315-322.

CATALÁN RAMOS, Raúl (2013) – *Estudio de materiales de la Domus Tancinus (campañas 2004 a 2008)*. In LÓPEZ QUIROGA, Jorge, *coord.* – Conimbriga *tardo-antigua y medieval. Excavaciones arqueológicas en la* domus tancinus *(2004-2008) (Condeixa-a-Velha, Portugal)*. Oxford: Bar International Series 2466, p. 37-120.

CATARINO, Helena (2005-2006) – *Formas de ocupação rural em Alcoutim (séculos V-X)*. «CuPAUAM», vol. 31-32. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, p. 117-136.

____ (2007) – *Arqueologia da Antiguidade Tardia e do período islâmico do Algarve na época de Estácio da Veiga*. In *Actas do 4.º Encontro de Arqueologia do Algarve – Percurso de Estácio da Veiga*. «Xelb», vol. 7. Silves: Câmara Municipal de Silves, p. 179-194.

CHAVARRÍA ARNAU, Alexandra (2012) – *Reflexiones sobre los cementerios tardoantiguos de la villa de la Olmeda*. In FERNÁNDEZ IBÁÑEZ, C; BOHIGAS ROLDÁN, R., *coord.* – *In Durii Regione Romanitas. Homenaje a Javier Cortes*. Palencia: Instituto de Prehistoria y Arqueología Sautuola, p. 147-154.

CONTRERAS MARTÍNEZ, Miguel; FÉRNANDEZ UGALDE, Antonio (2006) – *El espacio funerario en el poblado de época visigoda de Gózquez de Arriba (San Martín de la Vega, Madrid)*. In MORÍN DE PABLOS, Jorge, *coord.* – *Zona Arqueológica*, n.º 8, vol. 2 (Exemplar dedicado a: La Investigación Arqueológica de la Época Visigoda en la Comunidad de Madrid). Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional, p. 516-534.

CORREIA, Vergílio (1916) – *Conimbriga. A camada pre-romana da cidade (Notas de uma exploração de dez dias em Condeixa-a-Velha*. «O Archeologo Português», I série, vol. 21. Lisboa: Museu Ethnologico Português, p. 252-264.

____ (1928) – *Arte Visigótica*. In PERES, Damião, *coord.* – *História de Portugal*, vol. 1. Porto-Barcelos: Edição Monumental da Portucalense Editora, p. 363-389.

CORTEZ, Fernando Russell (1950) – *Objectos de liturgia visigótica encontrados em Portugal. Séculos V a VII (Alguns elementos para a sua cronologia)*. «O Instituto, Revista Científica e Literária», vol. 114. Coimbra: Instituto de Coimbra, p. 52-92.

COSME, Susana (2008) – *Relatório Final da Intervenção Arqueológica em S. Matias, Beja*. Texto policopiado.

COSTA, António Carvalho da (1868) [1708] – *Corografia Portugueza e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem; varões illustres, gealogias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*. Tomo primeiro. Braga: Typographia de Domingos Gonçalves Gouvea, 2ª edição.

COSTA, A. Inácio Marques da (1923/24) – *Estudos sobre algumas estações da época luso-romana nos arredores de Setúbal*. «O Archeologo Português», I série, vol. 26. Lisboa: Museu Ethnologico Português, p. 314-328.

COSTA, António Inácio Marques da (1925-26) – *Estudos sobre algumas estações da época luso-romana nos arredores de Setúbal*. «O Archeologo Português», I série, vol. 27, p. 165-181.

CRUZ, Mário Rui Mendes Dias da (2009a) – *O Vidro Romano no Noroeste Peninsular. Um olhar a partir de Bracara Augusta.* Braga: Universidade do Minho. Tese de doutoramento.

____ (2009b) – *Vita Vitri. O vidro antigo em Portugal. Catálogo da exposição.* Lisboa: Instituto dos Museus e de Conservação.

CUMONT, Franz (1929) – *Les Religions Orientales dans le Paganisme Romain.* Conférences faites au Collège de France en 1905. Paris: Librairie Orientaliste Paul Geuthner.

____ (1945) – *Virgile et les morts prématurées.* In *Conférences de Franz Cumont, Jean Pommier*. Paris: E. Droz.

CUNHA, A. Xavier; NETO, M. Augusta M. (1955) – *Características da população da época visigótica de Silveirona (Estremoz). III. Esqueleto do tronco e dos membros.* Separata de «Contribuições para o Estudo da Antropologia Portuguesa», vol. 6, fasc. 1º. Coimbra: Tipografia da Atlântida.

CUNHA, Mélanie Wolfram Espanha da (2004) – *Silveirona: Do mundo funerário romano à Antiguidade Tardia sete décadas depois.* Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de mestrado.

____ (2008) – *As necrópoles de Silveirona (Santo Estêvão, Estremoz). Do mundo funerário à Antiguidade Tardia.* «O Arqueólogo Português», suplemento 4. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
Vd. tb. WOLFRAM (Mélanie)

DAVID, Pierre (1947) – *Études Historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIe siècle.* Collection Portugaise, vol. 7. Lisbonne-Paris: Institut Français au Portugal.

DE MAN, Adriaan; SOARES, António M. Monge (2013) – *Elementos para uma definição dos horizontes tardios.* In LÓPEZ QUIROGA, Jorge, *coord.* – Conimbriga *tardo-antigua y medieval. Excavaciones arqueológicas en la* domus tancinus *(2004-2008) (Condeixa-a-Velha, Portugal)*. Bar International Series 2466, p. 209-220.

DEUS, António Dias de; LOURO, P. Henrique da Silva; VIANA, Abel (1955) – *Apontamento de Estações romanas e visigóticas da região de Elvas.* Separata de «La Crónica». Zaragoza: Edición de la Sección de Arqueología de la Institución Fernando el Católico y la Secretaria General de los Congresos Nacionales, p. 568-578.

DÍAZ-ANDREU, M. (2003) – *Arqueología y dictaduras: Italia, Alemania y España.* In WULFF, F.; ALVAREZ MARTÍ-AGUILAR, M., *coord.* – *Antigüedad y franquismo (1936-1975)*. Málaga: Diputación Provincial de Málaga, p. 33-74.

DÍAZ-ANDREU, M.; M. RAMÍREZ SÁNCHEZ (2004) – *Archaeological Resource Management under Franco's Spain. The Comisaría General de Excavaciones Arqueológicas.* In GALATY, M. L.; WATKINSON, C., *coord.* – *Archaeology under Dictatorship*. New York: Kluwer Academic – Plenum Publishers, p. 109-130.

DUPLÁ, Antonio (2002) – *El franquismo e el mundo antiguo. Una revisión historiográfica.* In FORCADELL ÁLVAREZ, C.; PEIRÓ MARTIN, I., *coord.* – *Lecturas de la historia: nueve reflexiones sobre historia de la historiografía.* Zaragoza: Cuadernos de Historia Contemporánea, p. 167-190

EFFROS, Bonnie (1997) – *Beyond cemetery walls: early medieval funerary topography and Christian salvation.* «Early Medieval Europe», vol. 6. Oxford: Blackwell Publishers, p. 1-23.

ETIENNE, Robert; BAIRRÃO OLEIRO, J. M. (1966) – *Resultados da primeira campanha de escavações luso-francesas em Conimbriga. Conimbriga*: Museu Monográfico de *Conimbriga*

ETIENNE, Robert; FABRE, Georges; LÉVÊQUE, Pierre; LÉVÊQUE, Monique (1976) – *Fouilles de Conimbriga. Épigraphie et sculpture*, vol. 2. Paris: Diffusion E. de Boccard.

FABIÃO, Carlos (2009) – *O ocidente da Península Ibérica no século VI: sobre o Pentanummium de Justiniano I encontrado na unidade de produção de preparados de peixe da Casa do Governador da Casa do Governador da Torre de Belém, Lisboa.* «Apontamentos de Arqueologia e Património», vol. 4. Lisboa: NIA – Era Arqueologia, p. 25-50.

FABIÃO, C.; GUERRA, A.; LAÇO, T.; MELRO, S.; RAMOS, A.C. (1998) – *Necrópole romana do Monte Novo do Castelinho (Almodôvar).* «Revista Portuguesa de Arqueologia», vol. 1, n.º 1. Lisboa: DGPC, p. 199-220.

FARIA, António Marques de (1988) – *On finds of Suevic and Visigothic coins in the Iberian Peninsula and their interpretation.* In MARQUES, M. G.; METCALF, D. M., *coord.* – *Problems of Medieval Coinage in the Iberian Area.* Instituto Politécnico: Santarém, p. 71-88.

FARIA, João Carlos (2002) – *Ocupações romanas e tardo-romanas afectadas pelo regolfo de Alqueva. Bloco 11: do afluente do Álamo ao rio Degebe.* «al-madan», II série, vol. 11. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, p. 139-144.

FERNANDES, A. de Almeida (1968) – *Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas.* Viana do Castelo.

____ (1997) – *Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas.* Arouca.

FERNANDES, Isabel Cristina F. (1985a) – *Espólio da necrópole dos Pombais (I).* In *Actas das I Jornadas de Arqueologia do Norte Alentejano.* Castelo de Vide, p. 101-116.

____ (1985b) – *Necrópole do Monte da Herdade dos Pombais.* «Informação Arqueológica», n.º 5. Lisboa: IPPC, p. 96-97.

____ (1987) – *Monte da Herdade dos Pombais.* «Informação Arqueológica», n.º 8. Lisboa: IPPC, p. 63.

____ (2005) – *Arqueologia Medieval em Portugal: 25 anos de investigação.* «Portugália», nova série, vol. 26. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 149-173.

FERNANDES, P. Almeida; FERNANDES, C. Varela (2009) – *Arte Medieval (séculos VI-XVI).* In CARVALHO, A.; FERNANDES, C. V.; BRANDÃO, I. F., *coord. – Colecção António Olmos (Catálogo da exposição).* Cascais: Câmara Municipal de Cascais, p. 47-65.

FERNANDES, Teresa Matos; PARREIRA, Rui (1990-91) – *Sepultura alto-medieval do Poço do Marra (Coutada dos Pinheiros, Mourão).* «Portugália», nova série, vol. 11 12. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 155-157.

FERNÁNDEZ, Adolfo Fernández (2013) – *O comercio tardoantigo no noroeste peninsular.* Serie Trivium, vol. 48. Noia: Editorial Toxosoutos.

FERNANDEZ-GALIANO RUIZ, Dimas (1976) – *Excavaciones en la necrópolis hispano-visigoda del Camino de los Afligidos.* «Noticiario Arqueológico Hispánico», vol. 4. Madrid: Ministerio de Cultura, p. 5-90.

FERREIRA, Carlos J. Alves (1992) – *A necrópole tardo-romana e visigótica da Pedreira. Rio de Moinhos – Abrantes.* «Arqueologia Medieval», vol. 1. Porto: Edições Afrontamento, p. 91-110.

FERREIRA, Fernando Bandeira (1965) – *Uma planta arqueológica do Rossio do Carmo em Mértola.* «Revista de Guimarães», vol 75. Guimarães: Casa de Sarmento, p. 59-72.

FIGUEIREDO, Fausto J. A. de; PAÇO, Afonso do (1947) – *Placa de Cinturão Visigótica das Grutas de Cascais.* In *Actas y Memorias de la Sociedad Española de Antropología, Etnografía e Prehistoria. Homenaje a Julio Martínez Santa-Olalla*, vol. 2, tomo XXII, cuadernos 1-4. Madrid, p. 14-20.

____ (2007) [1950] – *Vestígios Romanos dos Casais Velhos (Areia – Cascais).* In ABASCAL PALAZÓN, J. M.; NOGUERA CELDRÁN, J. M.; NAVARRO SUÁREZ, F. J., *coord. – Crónica del V Congreso Arqueológico del Sudeste Español y del I Congreso Nacional de Arqueología*, Edición facsimilar, vol. 5. Murcia: Monografías del Museo Arqueológico de Murcia, I, p. 306-312.

FIGUEIREDO, Margarida (2012) – *Horta de João Lopes. Núcleo A. Minimização de Impactes sobre o território decorrentes da construção do Circuito Hidráulico do Pedrógão (Vidigueira).* Texto policopiado.

FIGUEIREDO, Margarida; ALVES, Catarina (2013) – Intervenção arqueológica na Horta de João Lopes, Selmes (Vidigueira) In JIMÉNEZ ÁVILA, J.; BUSTAMANTE, M.; GARCÍA CABEZAS, M., *coord. – VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular.* Villafranca de los Barros: Ayuntamiento de Villafranca de los Barros, p. 1967-1987.

FLÖRCHINGER, Astrid (1998) – *Romanische Gräber in Südspanien: Beigaben und Bestattungssitte in westgotenzeitlichen Kirchennekropolen.* Marburg: Marburger Studien zur und vor Frühgeschichte, 19.

FONTES, Luís (2006) – *A basílica sueva de Dume e o túmulo dito de São Martinho.* Braga: Núcleo de Arqueologia da Universidade do Minho.

FOY, Danièle; NENNA, Marie-Dominique (2001) – *Tout feu tout sable. Mille ans de verre antique dans le Midi de la France.* Marseille: Musée de Marseille.

FRANÇA, Elsa Ávila (1969) – Anéis, braceletes e brincos de *Conimbriga.* «Conimbriga», vol. 8. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 17-64.

FRANCO, Mário Lyster (1943) – *As ruínas romanas do Milreu e os últimos trabalhos nelas realizados por intermédio da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.* Separata do «Boletim da Junta de Provincia do Algarve», vol. 1. Faro: Junta de Província.

FUENTES DOMÍNGUEZ, A. (1986-87) – Sobre los denominados 'osculatorios': a propósito de dos ejemplares conquenses. «CuPAUAM», vol. 13-14. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, p. 205-217.

GAMO PARRAS, Blanca (2006) – *Arqueología de época visigoda en la provincia de Albacete.* In MORÍN DE PABLOS, Jorge,

coord. – Zona Arqueológica, n.º 8, vol. 1 (Exemplar dedicado a: La Investigación Arqueológica de la Época Visigoda en la Comunidad de Madrid). Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional, p. 138-157.

GARCÍA JIMÉNEZ, Gustavo; VIVÓ I CODINA, David (2003) – Sant Julià de Ramis y Puig Rom: dos ejemplos de yacimientos con armamento y equipamiento militar visigodo en el noreste peninsular. «Gladius», vol. 23. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, p. 161-190.

GARCÍA MORENO, Luís A. (1991) – *Las invasiones, la ocupación de la Península y las etapas hasta la unificación territorial.* In MENÉNDEZ PIDAL, Ramón, *coord. – Historia de España III. España visigoda,* vol. I. Madrid: Espasa-Calpe, p. 59-280.

____ (2008) – *Leovigildo. Unidad y diversidad de un reinado.* Madrid: Real Academia de la Historia.

GASPAR, Filomena (1995) – *Relatório preliminar das sondagens de emergência da Fonte do Sapo (Mouriscas).* Texto policopiado.

GASPAR, Filomena; BATISTA, Álvaro (2003) – *O Sítio Arqueológico do Aneirão, Alvega.* «Zahara», vol. 2. Abrantes: Centro de Estudos de História Local, p. 33-36.

GEARY, Patrick (1994) – *Living with the Dead in the Middle Ages.* Ithaca: Cornell University Press.

GIBBON, Edward (1872) – *The decline and fall of the Roman Empire*, vol. 3. London: The Chandos Classics, Verbatim reprint.

GOFFART, Walter (1981) – *Rome, Constantinople, and the Barbarians.* «The American Historical Review», vol. 86, n.º 2. Bloomington: American Historical Association, p. 275-306.

GOMES, Mário Varela (2002) – A necrópole visigótica do Poço dos Mouros (Silves). «Revista Portuguesa de Arqueologia», vol. 5, n.º 2. Lisboa: DGPC, p. 339-391.

____ (2010) – *Testemunhos de duas necrópoles tardo-romanas de São Bartolomeu de Messines, Silves.* In *Actas do 7.º Encontro de Arqueologia do Algarve.* «Xelb», vol. 10. Silves: Câmara Municipal de Silves, p. 373-383.

GOMES, Mário Varela; DIAS, M. Manuela Alves (1995) – *Jarro litúrgico, visigótico, de Bobadela (Coimbra).* In *IV Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica.* Barcelona: Universitat de Barcelona, p. 91-98.

GOMES, Mário Varela; PAULO, Luís Campos (2011) – *A necrópole visigótica do Padrão (Raposeira, Vila do Bispo).* «O Arqueólogo Português», V série, vol. 1. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Imprensa Nacional Casa da Moeda, p. 591-656.

GOMES, M. V.; PAULO, L. C.; FERREIRA, S. D. (2003) – *Levantamento Arqueológico do Algarve. Concelho de Albufeira.* Albufeira: Câmara Municipal de Albufeira.

GOMES, Sérgio A. da Rocha (2011) – *O passado, a identidade e as teias do Governo. Estudos sobre os entrelaçamentos das práticas de produção do conhecimento arqueológico e de construção da identidade nacional salazarista.* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de doutoramento.

GONÇALVES, António A. Huet de Bacelar; REIS, M. de Lurdes (1981-1982) – Estudo mineralógico de elementos de adorno de cor verde provenientes de estações arqueológicas portuguesas. «Portugalia», nova série, vol. 2-3. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 153-166.

GONZÁLEZ SALAS, Saturio (1945) – *El Castro de Yecla, en Santo Domingo de Silos (Burgos).* «Informes y Memorias», vol. 7. Madrid: Comisaria General de Excavaciones Arqueológicas.

GONZÁLEZ VILLAESCUSA, Ricardo (2001) – *El mundo funerario romano en el País Valenciano. Monumentos funerarios y sepulturas entre los siglos I a. de C. – VII d. C.* Madrid-Alicante: Casa de Velázquez, Instituto Alicantino de Cultura «Juan Gil-Albert».

GOPKALO, Oksana (2011) – *Male and female dress accessories in the Chernyakhiv culture.* «Ukrainian Archaeology». Kyiv: National Academy of Sciences of Ukraine, p. 65-80.

GRAEN, Dennis (2007) – *O sítio da Quinta de Marim (Olhão) na época tardo-romana e o problema da localização da* Statio Sacra. «Revista Portuguesa de Arqueologia», vol. 10, n.º 1. Lisboa: DGPC, 275-288.

GRACIA ALONSO, Francisco (2009) – *La arqueología durante el primer franquismo (1939-1956).* Barcelona: Edicions Bellaterra.

GRAHAME, Mark (1998) – *Material culture and roman identity: the spatial layout of Pompeian houses and the problem of ethnicity.* In LAURENCE, R.; BERRY, J., *coord. – Cultural identity in the Roman Empire.* London: Routledge, p. 156-178.

GURT I ESPARRAGUERA, Josep M.; SÁNCHEZ RAMOS, Isabel (2011) – *Topografía funeraria de las ciudades hispanas en los siglos IV-VII.* «Madrider Mitteilungen», vol. 52. Madrid: Deutsches Archäologisches Institut, p. 457-513.

GUTIÉRREZ LLORET, Sonia (1986) – *Cerámicas comunes altomedievales: contribución al estudio del tránsito de la Antigüedad al mundo paleoislámico en las comarcas meridionales del país valenciano.* «Lucentum», vol. 5. Alicante: Universidad de Alicante, p. 147-168.

HALSALL, Guy (1995) – *Settlement and social organization. The Merovingian region of Metz.* Cambridge: Cambridge University Press.

HÄRKE, Henrich (1993) – *Tombes à armes anglo-saxonnes: sépultures des guerriers ou symbolisme rituel.* In VALLET, Françoise; KAZANSKI, Michel, *coord.* – *L'armée romaine et les barbares du IIIe au VIIe siècle.* Saint-Germain-en-Laye: Association Française d'Archéologie Merovingienne et Musée des Antiquités Nationales, p. 424-432.

HAUSCHILD, Theodor (1986) – *Arte Visigótica.* In ALARCÃO, J. de, *coord.* – *História da Arte em Portugal. Do Paleolítico à Arte Visigótica*, vol. 1. Lisboa: Publicações Alfa, p. 149-169.

____ (1997) – *Milreu, Estói (Faro).* Villa *romana e santuário.* In *Noventa Séculos Entre a Serra e o Mar.* Lisboa: Ministério da Cultura, Instituto Português do Património Arquitectónico, p. 407-413.

HAYES, John W. (1975) – *Roman and Pre-Roman Glass in the Royal Ontario Museum. A Catalogue.* Toronto: Royal Ontario Museum.

HEATHER, Peter (2009) – *Empires and Barbarians. Migration, Development and the Birth of Europe.* Macmillan.

HELENO, Manuel (1934) – *Cadernos de Campo. Escavações metódicas no cemitério romano visigótico da Silveirona (Santo Estevão de Estremoz).* Lisboa: Arquivos do Museu Nacional de Arqueologia.

____ (1951) – *Arqueologia de Elvas. Notícia preliminar. Parecer apresentado na sessão da 2.ª Sub-Secção da 6.ª Secção da J. N. E. de 17 de Dezembro de 1949.* «O Arqueólogo Português», II série, vol. 1. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 83-94.

____ (1956) – *Um quarto de século de investigação arqueológica.* «O Arqueólogo Português», II série, vol. 3. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 221-237.

____ (1962) – *A 'villa' lusitana-romana de Torre de Palma (Monforte).* «O Arqueólogo Português», II Série, vol. 4. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 313-338.

HELLENKEMPER, Hansgerd (1979) – *Trésors romains – Trésors barbares. Industrie d'art à la fin de l'Antiquité et au début du Moyen Age: une exposition des musées d'histoire, le Römisch-Germanisches Museum de la ville de Cologne et du Crédit communal de Belgique.* Bruxelles: Crédit communal de Belgique.

HERCULANO, Alexandre (1859) – *Eurico o Presbytero.* Lisboa: Imprensa Nacional.

____ (2010) [1842] – *Carta II [sobre a História de Portugal].* In GODINHO, V. M.; DIAS, E. G., *coord.* – *Alexandre Herculano. O cidadão e o historiador. Antologia.* Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, p. 103-109.

HIERRO GARATE, José Ángel (2011) – *La utilización sepulcral de las cuevas en Época Visigoda: los casos de las Penas, La Garma y el Portillo del Arenal (Cantabria).* «Munibe (Antropologia-Arkeologia)», vol. 62. Donostia: Sociedad de Ciencias Aranzadi, p. 351-402.

HINES, John (2007) – *Fit for a King? Regalia and Weaponry in Early Anglo-Saxon Royal Graves.* «Archaeologia Baltica», vol. 8. Klaipėda: Institute of Baltic Region History and Archaeology, p. 223-230.

HODDER, Ian (1982) – *Symbols in action. Ethnoarchaeological studies of material culture.* Cambridge: Cambridge University Press.

INÁCIO, Isabel Maria B. (2005) – *A necrópole de Vale de Condes, Alcoutim no contexto da Antiguidade Tardia do Algarve.* Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de mestrado.

ISINGS, Clasina (1957) – *Roman glass from dated finds.* Groningen-Djakarta: Wolters.

JAMES, Edward (1989) – *Burial and Status in the Early Medieval West.* «Transactions of the Royal Historical Society», V series, vol. 39. London: The Royal Historical Society, p. 23-40.

JONES, Siân (1997) – *The Archaeology of Ethnicity. Constructing identities in the past and present.* London: Routledge.

JORGE, Ana Maria C. M. (2000-2001) – *Priscilianismo.* In AZEVEDO, C. M., *coord.* – *Dicionário de História Religiosa de Portugal.* Lisboa: Círculo de Leitores, p. 63-66.

____ (2002) – *L'Épiscopat de Lusitanie pendant l'Antiquité tardive (III – VIIe siècles).* «Trabalhos de Arqueologia», vol. 21. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

KARCZEWSKA, M.; KARCZEWSKI, M.; GREZAK, A. (2009) – *The role of horse burials in the Bogaczewo culture. Key studies of Paprotki kolonia site 1 cemetery, northeast Poland.* «Archaeologia Baltica», vol. 11. Klaipėda: Institute of Baltic Region History and Archaeology, p. 56-88.

KARS, Mirjam (2011) – *A cultural perspective on Merovingian burial chronology and the grave goods from the Vrijthof and Pandholf cemeteries in Maastricht.* Amsterdam: Universiteit van Amsterdam. Academisch Proefschrift ter verkrijging van de graad van doctor.

KAZANSKI, Michel (1991a) – *A propos des armes et des éléments de harnachement 'orientaux' en Occident à l´époque des Grandes Migrations (IVe-Ve s.).* «Journal of Roman Archaeology», vol. 4. Cambridge: Cambridge University Press, p. 123-139.

KAZANSKI, Michel (1991b) – *Les Goths (Ier-VIIe après J.-C).* Paris: Editions Errance.

____ (1997) – *La Gaule et le Danube a l'époque des Grandes Migrations.* In TEJRAL, J.; FRIESINGER, H.; KAZANSKI, M., *coord. – Neue Beiträge zur Erforschung der Spätantike im mittleren Donauraum.* Brno: Archäologisches Institut der Akademie der Wissenschaften der Tschechischen Republik Brno, p. 285-302.

____ (2013a) – *Barbarian military equipment and its evolution in the Late Roman and Great Migration Periods (3rd-5th a. A.D.).* In SARANTIS, A.; CHRISTIE, N., *coord. – War and Warfare in Late Antiquity.* Leiden-Boston: Brill, p. 493-521.

____ (2013b) – *Les Alains et les Sarmates en Occident romain à l´époque des Grandes Migrations: donnés archéologiques.* «Bulletin de la Liaison de l' Association française d'archéologie mérovingienne», vol. 37. Saint-Germain-en-Laye: Association française d'archéologie mérovingienne p. 102-124.

KAZANSKI, Michel; PÉRIN, Patrick (1997) – *Les Barbares 'orientaux' dans l'armée romaine en Gaule.* «Antiquités Nationales», vol. 29. Saint-Germain-en-Laye: Société des Amis du Musée d'Archéologie Nationale, p. 201-217.

____ (2008) – *Identité ethnique en Gaule à l'époque des Grandes Migrations et des Royaumes barbares: étude de cas archéologiques.* «Antiquités Nationales», vol. 39. Saint-Germain-en-Laye: Société des Amis du Musée d'Archéologie Nationale, p. 181-216.

KOBYLÍNSKI, Zbigniew (2003) – *An ethnic change or a socio-economic one? The 5th and 6th centuries AD in the Polish lands.* In SHENNAN, Stephen, *coord. – Archaeological approaches to cultural identity.* London: Routledge, p. 303-312.

KUBITSCHEK, W. (1911) – *Grabfunde in Untersiebenbrunn (auf dem Marchfelde).* «Jarbuch für Alterumskunde», vol. 5. Wien: Zentral-Kommission für Kunst-und Historische Denkmale, p. 32-73.

KULIKOWSKI, Michael (2007) – *Rome's Gothic Wars. From the third century to Alaric.* Cambridge: Cambridge University Press.

LANHAS, Fernando (1969) – *O valioso espólio de Beiral integrado nas colecções do Museu de Etnografia e História.* «Revista de Etnografia», vol. 12, tomo 1. Porto: Junta Distrital do Porto, p. 249-260.

LANTIER, Raymond (1943) – *Le cimetière wisigothique d'Estagel.* «Gallia», tome 1, fascicule 1. Paris: Centre Nationale de Recherche Scientifique, p. 153-188.

____ (1947) – *Nouvelles fouilles dans le cimetière wisigothique d'Estagel (Pyrénées-Orientales).* «Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres», 91e année, vol. 1. Paris: Diffusion E. de Boccard, p. 226-235.

____ (1949) – *Le cimetière wisigothique d'Estagel (Pyrénées-Orientales) [Fouilles en 1946, 1947 et 1948].* «Gallia», tome 7, fascicule 1. Paris: Centre Nationale de Recherche Scientifique, p. 55-80.

LEAL, A. Soares de Azevedo Barbosa de Pinho (1874) – *Portugal Antigo e Moderno. Diccionario Geographico, Estatistico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as Cidades, Villas e Freguezias de Portugal e de grande numero de Aldeias*, vol. II. Lisboa: Livraria Editora.

____ (1875) – *Portugal Antigo e Moderno. Diccionario Geographico, Estatistico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as Cidades, Villas e Freguezias de Portugal e de grande numero de Aldeias*, vol. VI. Lisboa: Livraria Editora.

LEBEDYNSKY, Iaroslav (2001) – *Armes et guerriers barbares au temps des grandes invasions. IV au VI siècle après J.-C.* Paris: Editions Errance.

LEGUAY, Jean-Pierre (1993) – O Portugal Germânico. In MARQUES, A. H. de Oliveira, *coord. – Nova História de Portugal. Das Invasões Germânicas à «Reconquista»,* vol. II. Lisboa: Editorial Presença, p. 11-115.

LEMOS, Francisco Sande (1987) – *A Necrópole Medieval de S. Caetano, Chaves.* «Cadernos de Arqueologia», II série, n.º 4. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, p. 149-176.

LLINÀS POL, Joan; TARRÉS FARRÉS, Anna; MONTALBÁN MARTÍNEZ, Carme; FRIGOLA TRIOLA, Josep; MERINO SERRA, Jordi; AGUSTÍ FARJAS, Bibiana (2008) – *Pla de l'Horta (Sarrià de Ter, Girona): una necrópolis con inhumaciones visigodas en la Tarraconense oriental.* «Archivo Español de Arqueología», vol. 81. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, p. 289-304.

LOPES, M. da Conceição (2003a) – *A cidade romana de Beja. Percursos e debates acerca da 'civitas' de Pax Iulia.* Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

____ (2003b) – *A cidade romana de Beja. Percursos e debates acerca da 'civitas' de Pax Iulia. Catálogo de sítios.* Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

LOPES, Virgílio (1993) – *Materiais arqueológicos.* In TORRES, C.; MACIAS, S., *coord.* – *Museu de Mértola – Basílica Paleocristã.* Campo Arqueológico de Mértola, p. 66-100.

____ (2003) – *Mértola na Antiguidade Tardia. A topografia histórica da cidade e do seu território nos alvores do cristianismo.* Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.

____ (2014) – *Mértola e o seu território na antiguidade tardia (séculos IV a VIII).* Huelva: Universidad de Huelva. Tesis doctoral.

LOPES, V.; TORRES, C.; RODRIGUES, C.; RAFAEL, L. (2011) – *O Mosteiro de Monte Mosteiro.* Mértola: Câmara Municipal de Mértola.

LÓPEZ QUIROGA, Jorge (2001) – *Elementos «foráneos» en las necrópolis tardorromanas de Beiral (Ponte de Lima, Portugal) y Vigo (Pontevedra, España): de nuevo la cuestión del siglo V d.C. en la Península Ibérica.* «CuPAUAM», vol. 27. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, p. 115-124.

____ (2004a) – *El Final de la Antigüedad en la Gallaecia, La Transformación de las estructuras de Poblamiento entre Miño e Duero (siglos V al X).* A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza.

____ (2004b) – *La presencia «Germánica» en Hispania en el siglo V d.C.* «CuPAUAM», vol. 30. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, p. 213-223.

____ (2013) – *De* Conimbriga *a Condeixa: Evolución y transformación de una ciuitas romana en una 'aldea' medieval.* In LÓPEZ QUIROGA, Jorge, *coord.* – Conimbriga *tardo-antigua y medieval. Excavaciones arqueológicas en la* domus tancinus *(2004-2008) (Condeixa-a-Velha, Portugal).* Oxford: Bar International Series 2466, p. 319-341.

LÓPEZ QUIROGA, Jorge; BENITO DÍEZ, Laura (2009) – *Un cementerio medieval en la 'domus tancinus' de* 'Conimbriga' *(Condeixa-a-Velha, Portugal).* In LÓPEZ QUIROGA, J.; MARTÍNEZ TERRERA, A. M. *coord.* – *Morir en el Mediterráneo Medieval – Conference Proceedings 3.* Oxford: Bar International Series – Archaeological Studies on Late Antiquity and Early Medieval Europe, 400-1000 A.D., p. 199-233.

LÓPEZ QUIROGA, Jorge; CATALÁN RAMOS, Raúl (2010) – *El registro arqueológico del «equipamiento militar» en Hispania durante la Antigüedad Tardía.* In *Zona Arqueológica*, vol. 11 (Exemplar dedicado a: El Tiempo de los «Bárbaros». Pervivencia y transformación en Galia e Hispania (ss. V-VI d.C.). Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional, p. 418-432.

LÓPEZ QUIROGA, Jorge; LOVELLE, Mónica R. (1999) – *Topografía funeraria rural entre el Miño y el Duero durante la antigüedad tardía (s. V-VII); aproximación a un marco cronológico y tipológico.* «Madrider Mitteilungen», vol. 40. Madrid: Deutsches Archäologisches Institut, p. 228-253.

LOPEZ REQUENA, M.; BARROSO CABRERA, R. (1994) – *La necrópolis de la Dehesa de la Casa. Una aproximación al estudio de la época visigoda en la provincia de Cuenca.* «Arqueología Conquense», vol. 12. Cuenca: Diputación Provincial de Cuenca.

MACEDO, F. Newton (1928) – *O Domínio Germânico.* In PERES, Damião, *coord.* – *História de Portugal*, vol. 1. Porto-Barcelos: Edição Monumental da Portucalense Editora, p. 291-361.

MACIAS, Santiago (1992) – *Resenha dos factos políticos.* In MATTOSO, José, *coord.* – *História de Portugal. Antes de Portugal*, vol. 1. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 416-429.

____ (1993) – *Um espaço funerário.* In TORRES, C.; MACIAS, S., *coord.* – *Museu de Mértola – Basílica Paleocristã.* Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, p. 30-62.

____ (2006a) – *Mértola. O último porto do Mediterrâneo*, vol. 1. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.

____ (2006b) – *Mértola. O último porto do Mediterrâneo*, vol. 2. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.

____ (2006c) – *Mértola. O último porto do Mediterrâneo*, vol. 3. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.

MACHADO, J. Luís Saavedra (1964) – *Subsídios para a História do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcellos.* «O Arqueólogo Português», nova série, vol. 5. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 51-448.

MACZYNSKA, Magdalena (1992) – *Westgotische perlen: funde vom gräberfeld Carpio de Tajo und aus den sammlungen in Barcelona und Nürnberg.* «Madrider Mitteilungen», vol. 33. Madrid: Deutsches Archäologisches Institut, p. 145-183.

MARQUES, A. H. de Oliveira (2002) – *Portugal e a instauração do Liberalismo.* In SERRÃO, J.; MARQUES, A. H. de Oliveira, *coord.* – *Nova História de Portugal*, vol. 9. Lisboa: Editorial Presença.

MARTENS, Jes (2003) – *The Vandals: myths and facts about a Germanic tribe of the first half of the 1st millennium AD.* In SHENNAN, Stephen, *coord.* – *Archaeological approaches to cultural identity.* London: Routledge, p. 57-75.

MARTÍN VISO, Iñaki (2012) – *Un mundo en transformación: los espacios rurales en la Hispania post-romana (siglos V-VII).* In CABALLERO ZOREDA, L.; MATEOS CRUZ, P.; CORDERO RUIZ, T., *coord.* – *Visigodos y Omeyas. El territorio.* «Anejos de Archivo Español de Arqueología», vol. 61. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, p. 31-63.

MARTÍNEZ SANTA-OLALLA, J. (1933) – *Necrópolis visigoda de Herrera de Pisuerga (Palencia).* Madrid: Tipografía de Archivos.

____ (1934) – *Notas para un ensayo de sistematización de la arqueología visigoda en España, Períodos Godo e Visigodo.* «Archivo Español de Arqueología», vol. [10]:29. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, p. 139-176.

____ (1940) – *Nuevas Fíbulas Aquiliformes Hispanovisigodas.* «Archivo Español de Arqueología», vol. [14]:40. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, p. 33-54.

____ (1946) – *Esquema Paletnológico de la Península Hispánica.* Madrid: Publicaciones del Seminario de Historia Primitiva del Hombre.

MARTINS, Isilda M. Pires (1988) – *Arqueologia do Concelho de Loulé.* Loulé: Câmara Municipal de Loulé.

MARTINS, Manuela (1992) – *As vilas do Norte de Portugal, de Alberto Sampaio.* «Revista de Guimarães», vol. 102. Guimarães: Casa de Sarmento, p. 389-409.

MARTINS, Manuela; DELGADO, Manuela (1989-90) – *As necrópoles de* Bracara Augusta. *Os dados arqueológicos.* «Cadernos de Arqueologia», II série, vol. 6-7. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, p. 41-186.

MATEOS CRUZ, Pedro (2000) – Augusta Emerita*, de capital de la* Diocesis Hispaniarum *a sede temporal visigoda.* In RIPOLL, Gisela; GURT, Josep M., *coord.* – Sedes Regiae *(ann. 400-800).* Barcelona: Reial Acadèmia de Bones Lletres, n.º 25, p. 491-520.

MATHISEN, Ralph W.; SHANZER, Danuta [Coord.] (2011) – *Romans, Barbarians and the Transformation of the Roman World: cultural interaction and the creation of identity in Late Antiquity.* Burlington: Ashgate.

MATTOSO, José (1992) – *A Época Sueva e Visigótica.* In MATTOSO, J., *coord.* – *História de Portugal. Antes de Portugal*, vol. 1. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 302-359.

____ (1996) – *Os rituais da morte na liturgia hispânica (séculos VI a XI).* In MATTOSO, J., *coord.* – *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular.* Lisboa: Edições João Sá da Costa, p. 55-74.

MAUSS, Marcel (1934) – *Les techniques du corps.* In TREMBLAY, J.-M., *coord.* – *Les classiques des sciences sociales.* Chicoutimi: Université du Québec à Chicoutimi.

____ (1988) – *Ensaio sobre a dádiva.* Lisboa: Edições 70.

MEDEROS MARTÍN, A. (2003-2004) – *Julio Martínez Santa-Olalla y la Interpretación Aria de la Prehistoria de España (1939--1945).* «Boletín del Seminario de Arte y Arqueología», vol. 69-70. Valladolid: Universidad de Valladolid, p. 13-56.

MELO, M. de Fátima Matos (1967) – *Arqueologia do Concelho de Ponte de Lima.* Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de Licenciatura.

MÉNDEZ MADARIAGA, A.; RASCÓN MARQUÉS, S. (1989) – *Los Visigodos en Alcalá de Henares.* «Cuadernos del Juncal», vol. 1. Alcalá de Henares: Banco del Comercio.

MOLINERO PEREZ, Antonio (1948) – *La Necrópolis Visigoda de Duratón (Segovia). Excavaciones del Plan Nacional de 1942 y 1943.* «Acta Arqueológica Hispánica», vol. 4. Madrid: Ministerio de Educación Nacional e Comisaría General de Excavaciones Arqueológicas.

MONTEIRO, Margarida (2003) – *A necrópole romana de Casal de Pianos (S. João de Lampas, Sintra)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de mestrado.

MORAIS, Rui (2010) – *Bracara Augusta*. Braga: Câmara Municipal de Braga.

MORILLO CERDÁN, Ángel (1989) – *Nueva aproximación a los ajuares metálicos de la necrópolis visigoda de Herrera de Pisuerga (Palencia)*. In MINGORANCE I RICART, F. X., *coord.* – *I Curso de Cultura Medieval. Actas.* Aguilar de Campoo: Fundación Santa María la Real; Centro de Estudios del Románico, p. 233-251.

MORIN, Edgar (1988) – *O Homem e a Morte*. Mem Martins: Publicações Europa-América.

MORÍN DE PABLOS, Jorge (2006) – *Arqueología del poblamiento visigodo en el occidente de la Meseta Norte (Siglos V-VII)*. In MORÍN DE PABLOS, Jorge, *coord.* – *Zona Arqueológica,* n.º 8, vol. 1 (Exemplar dedicado a: La Investigación Arqueológica de la Época Visigoda en la Comunidad de Madrid). Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional, p. 174-215.

MORÍN DE PABLOS, J.; BARROSO CABRERA, R.; LÓPEZ FRAILE, F. J.; LÓPEZ RECIO, M.; SÁNCHEZ HIDALGO, F. (2006) – *Repertorio de yacimientos de época visigoda en la Comunidad de Madrid (ss. V al VIII d.C.)*. In MORÍN DE PABLOS, Jorge, *coord.* – *Zona Arqueológica,* n.º 8, vol. 1 (Exemplar dedicado a: La Investigación Arqueológica de la Época Visigoda en la Comunidad de Madrid). Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional, p. 54-91.

MUNSELL (1975) – *Munsell Soil Color Charts*. Baltimore: Munsell Color.

NOLEN, Jeannette U. S. (1985) – *Cerâmica comum de necrópoles do Alto Alentejo*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança.

____ (1995-1997) – *Acerca da cronologia da cerâmica comum das necrópoles do Alto Alentejo: novos elementos*. «O Arqueólogo Português», IV série, vol. 13/15. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 347-392.

NUÑO GONZÁLEZ, Jaime (1989) – *A propósito de dos fíbulas visigodas procedentes de Los Santos de La Humosa (Madrid)*. Armbrustfibeln *y* Bügelknopffibeln *en la Península Ibérica*. In MINGORANCE I RICART, F. X., *coord.* – *I Curso de Cultura Medieval. Actas.* Aguilar de Campoo: Fundación Santa María la Real; Centro de Estudios del Románico, p. 177-217.

OLIVEIRA, Francisco Ataíde de (1998) [1905] – *Monografia do concelho de Loulé*. Faro: Algarve em foco editora.

OLIVEIRA, F. de Paula e (1888-1892) – *Antiquités préhistoriques et romaines des environs de Cascais*. «Comunicações da Comissão dos Trabalhos Geológicos», vol. 2. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, p. 82-108

OLMO ENCISO, Lauro (2008) – *Fuentes escritas y primeras investigaciones sobre Recópolis*. In OLMO ENCISO, L., *coord.* – *Zona Arqueológica,* n.º 9 (Exemplar dedicado a: Recópolis y la ciudad en la época visigoda). Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional, p. 22-39.

OOSTERBEEK, Luiz (2010) – *Abrantes, o sudoeste, e o mundo mediterrânico. O tempo, o espaço e os intercâmbios nas colecções do miaa*. In *Museu Ibérico de arqueologia e arte de Abrantes. Antevisão III*. Abrantes: Câmara Municipal de Abrantes, p. 10-31.

ORLANDIS, José (2006) – *Historia del Reino Visigodo Español*. Madrid: Ediciones Rialp.

OSTOIA, Vera K. (1953) – *A Ponto-Gothic Fibula*. «The Metropolitan Museum of Art Bulletin», new series, vol. 11, n.º 5. New York: The Metropolitan Museum of Art, p. 146-152.

PAÇO, Afonso (1953) – *Carta arqueológica do concelho de Marvão*. Separata de «Ciências Históricas e Filológicas», tomo 8.

____ (1960) – *Vestígios de influência germânica no Concelho de Cascais*. Separata de «Bracara Augusta», vol. 9. Braga: Câmara Municipal de Braga, p. 1-15.

PAÇO, Afonso do; FERREIRA, Octávio da Veiga (1951) – *Antiguidades de Fontalva (Elvas). I. Fivela Visigótica*. «Revista de Guimarães», vol. 61. Guimarães: Casa de Sarmento, p. 416-425.

PAÇO, Afonso do; FIGUEIREDO, Fausto J. A. (1971) [1943] – *Esboço arqueológico do concelho de Cascais*. «Trabalhos de Arqueologia de Afonso do Paço (1929-1968)», vol. 2. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 281-295.

PALOL I SALELLAS, Pere de (1950) – *Bronces Hispanovisigodos de Origen Mediterráneo – I, Jarritos e Patenas Litúrgicos*. Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

____ (1956) – *Esencia del Arte Hispánico de Época Visigoda: Romanismo y Germanismo*. In *I Goti in occidente, problemi*. «Settimane di Studio del Centro Italiano di Studi Sull'Alto Medioevo», vol. 3. Spoleto: Centro Italiano di Studi Sull'Alto Medioevo, p. 65-126.

____ (1966) – *Demografía y Arqueología Hispánicas de los siglos IV al VIII*. «Boletín del Seminario de Arte y Arqueología», vol. 32. Valladolid: Universidad de Valladolid, p. 5-66.

____ (1967) – *Arqueología Cristiana de la España Romana. Siglos IV-V.* Madrid-Valladolid: Instituto Enrique Flórez.

____ (1969) – *La necrópolis de San Miguel del Arroyo y los Broches Hispanorromanos del siglo IV*. «Boletín del Seminario de Arte y Arqueología», vol. 34-35. Valladolid: Universidad de Valladolid, p. 93-160.

____ (1972) – *Una tumba romana de Toledo y los frenos de caballo hispanorromanos del Bajo Imperio.* «Pyrenae», vol. 8. Barcelona: Universitat de Barcelona, p. 133-146.

PALOL I SALELLAS, Pere de; FONTANEDA, E.; CORTÉS, J. (1967) – *Varia. Nuevos hallazgos arqueológicos de la zona de Valladolid.* «Boletín del Seminario de Arte y Arqueología», vol. 33. Valladolid: Universidad de Valladolid, p. 221-240.

PALOL I SALELLAS, Pere de; RIPOLL LÓPEZ, Gisela (1988) – *Los Godos en el occidente europeo. Ostrogodos y Visigodos en les siglos V-VIII.* Madrid: Ediciones Encuentro.

PENHASCO, José (2008) – *Inventário Geral. Barragem de Póvoa e Meadas. Sítios e não sítios arqueológicos localizados na bacia de enchimento e nas áreas envolventes.* Castelo de Vide: Secção de Arqueologia da Câmara Municipal de Castelo de Vide. Texto policopiado.

PEREIRA, Carlos (2014) – *As necrópoles romanas do Algarve. Acerca dos espaços da morte no extremo sul da Lusitânia.* Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de doutoramento.

PEREIRA, Félix Alves (1905) – *Antiguidades de Vianna do Alemtejo.* «O Archeologo Português», I série, vol. 10. Lisboa: Museu Ethnologico Português, p. 16-28.

____ (1908) – *Novo material para o estudo da estatuaria e architetura dos castros do Alto-Minho.* «O Archeologo Português», I série, vol. 13. Lisboa: Museu Ethnologico Português, p. 202-244.

PEREIRA, Isabel (1970) – *Elementos de freios tardo-romanos de* Conimbriga. «Conimbriga», vol. 9. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 7-14.

PEREIRA, Maria Luísa Estácio da Veiga Affonso dos Santos Silva (1993) – *Prefácio.* In TORRES, C.; MACIAS, S., *coord.* – *Museu de Mértola – Basílica Paleocristã.* Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, p. 6-19.
Vd. tb. SANTOS (Maria Luísa Estácio da Veiga Affonso dos)

PÉREZ RODRÍGUEZ-ARAGÓN, Fernando (1996) – *La cultura de Tchernjahov, la diaspora gotica e el peine de Cacabelos.* «Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología», vol. 62. Valladolid: Universidad de Valladolid, p. 173-184.

____ (1997) – *Elementos de tipo bárbaro oriental y danubiano de época bajo-imperial en Hispania.* In TEJA, R.; PÉREZ GONZÁLEZ, C., *coord.* – *Congreso Internacional La Hispania de Teodosio: actas,* vol. 2. Valladolid: Junta de Castilla y León, p. 629-647.

____ (2008) – *Testimonios materiales de la presencia de tropas «bárbaras» en la Hispania romana del siglo V*. «Sautuola», vol. 14. Santander: Institución Cultural de Cantabria, p. 241-266.

PINAR GIL, Joan (2006-2007) – *El collaret tardoantic de la Valleta del Valero (Soses, Lleida): noves dades per al seu estudi.* «Revista d'Arqueologia de Ponent», vol. 16-17. Lleida: Departament d'Història de la Universitat de Lleida, p. 211-222.

PINAR GIL, Joan; RIPOLL LÓPEZ, Gisela (2008) – *The so-called Vandal objects of* Hispania. In BERNDT, Guido M.; STEINACHER, Roland, *coord.* – *Das Reich der Vandalen und seine (Vor-)Geschichten.* Wien: Österreichische Akademie der Wissenschaften, p. 105-130.

PINASA, Delphine (1992) – *Costumes. Modes et manières d'être.* Paris: Desclèe de Brouwer.

PINHEIRO, José Henriques (1888) – *Relatório sobre as ruínas romanas descobertas junto da povoação do Castro de Avelãs, no mês de Fevereiro de 1887 e sobre o reconhecimento que nas ruinas fez José Henriques Pinheiro por conta da Sociedade Martins Sarmento.* «Revista de Guimarães», vol. 5 (2). Guimarães: Casa de Sarmento, p. 71-96.

PINTO, António José Nunes (2002) – *Bronzes figurativos romanos de Portugal.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

PIPONNIER, Françoise; MANE, Perrine (1995) – *Se vêtir au Moyen Âge.* Paris: Adam Biro.

PITA, António (1993) – *Levantamento arqueológico do Cangão aos Lavradores.* Castelo de Vide: Câmara Municipal de Castelo de Vide.

PITTS, Martin (2007) – The emperor's new clothes? The utility of identity in Roman Archaeology. «American Journal of Archaeology», vol. 111, n.º 4. Boston: Archaeological Institute of America, p. 693-713.

POHL, Walter (1991) – *Conceptions of ethnicity in Early Medieval studies.* «Archaeologia Polona», vol. 29. Wrocław: Institute of Archaeology and Ethnology of the Polish Academy of Sciences, p. 39-49.

____ (1998a) – *Introduction: strategies of distinction.* In POHL, W.; REIMITZ, H., *coord.* – *Strategies of distinction. The Construction of Ethnic Communities, 300-800.* Leiden: Brill, p. 1-15.

____ (1998b) – *Telling the difference: signs of ethnic identity*. In POHL, W.; REIMITZ, H., *coord.* – *Strategies of distinction. The Construction of Ethnic Communities, 300-800.* Leiden: Brill, p. 17-69.

POMBAL, Cristina M.; SIMÃO, P. I. P. (2008) – *Trabalhos antropológicos realizados em S. Matias (Beja)*. Texto policopiado.

PONTE, Salete da (2006) – *Corpus Signorum das Fíbulas Proto-Históricas e Romanas de Portugal.* Coimbra: Caleidoscópio.

PORTAL DO ARQUEÓLOGO (http://arqueologia.igespar.pt/?sid=sitios)

PORTOCARRERO, Gustavo (2010) – *Paleo-cristão, islão e idade média cristã*. In *Museu Ibérico de arqueologia e arte de Abrantes. Antevisão I*. Abrantes: Câmara Municipal de Abrantes, p. 116-135.

PORTOCARRERO, Gustavo; DELFINO, David (2010) – Mais que um elemento funcional. Fíbulas da Península Ibérica desde a proto-história à alta idade media. In *Museu Ibérico de arqueologia e arte de Abrantes. Antevisão III*. Abrantes: Câmara Municipal de Abrantes, p. 44-57.

PRATA, Sara Maria Sena Esteves (2012) – *As necrópoles alto-medievais da Serra de São Mamede (Concelhos de Castelo de Vide e Marvão)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Tese de mestrado.

QUIRÓS CASTILLO, J. A.; LOZA URIARTE, M.; NISO LORENZO, J. (2013) – *Identidades y ajuares en las necrópolis altomedievales. Estudios isotópicos del cementerio de San Martín de Dulantzi, Álava (siglos VI-X)*. «Archivo Español de Arqueología», vol. 86. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, p. 215-232.

RAMALHO, Maria M. B. de Magalhães (1997) – *Síntese dos trabalhos arqueológicos realizados no IP6, na Quinta da Pedreira (Rio de Moinhos/Abrantes)*. «Em busca do passado: 1994/1997». Lisboa: Junta Autónoma de Estradas.

RANDSBORG, Klavs (1992) – *Barbarians, Classical Antiquity and the Rise of Western Europe: an Archaeological Essay*. «Past and Present», vol. 137. Oxford: Oxford University Press, p. 8-24.

RAPIN, A.; ZURFLUH, H. (1998) – *Le cimetière celtique de Cortrat (Loiret)*. «Revue archéologique du Centre de la France», vol. 37. Vichy: R.A.C.F., p. 33-79.

REAL, Manuel (2014) – *A dinâmica cultural em* «Portucale» *e* «Colimbrie» *nos séculos VIII-XI*. In De MAN, A. de; TENTE, C., *coord.* – *Cerâmica Medieval. O norte e o centro de Portugal – séculos XI a XII*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, p. 13-36.

REI, António (2005) – *O Gharb al-Andalus em dois geógrafos árabes do século VII / XIII: Yâqût al-Hamâw î e Ibn Sa'îd al-Maghribî*. «Medievalista», vol. 1. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa, p. 1-22.

REINHART, Wilhelm (1942) – *As moedas suevas e visigodas como documentos históricos e culturais*. Coimbra: Instituto Alemão da Universidade de Coimbra.

REIS, António P. Matos (1978) – *A Romanização no Concelho de Ponte de Lima*. Ponte de Lima: Câmara Municipal de Ponte de Lima.

RIBEIRO, J. Cardim (1980-81) – *A Plataforma de Pianos (S. João de Lampas). Notas Histórico-Toponímicas: Património Histórico-Cultural Concelhio (Notas Avulsas X)*. Sintra: Jornal de Sintra (17 de Outubro de 1980 a 24 de Abril de 1981).

RIPOLL LÓPEZ, Gisela (1985) – *La Necrópolis Visigoda de el Carpio de Tajo (Toledo)*. In «Excavaciones Arqueológicas en España», vol. 142. Madrid: Ministerio de Educación y Ciencia.

____ (1986) – *Bronces Romanos, Visigodos y Medievales en el M.A.N.* «Boletín del Museo Arqueológico Nacional», vol. IV. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, p. 55-82.

____ (1989a) – *Acerca de «Los visigodos» en Alcalá de Henares.* «Espacio, Tiempo y Forma, Serie I, Prehistoria e Arqueología», vol. 2. Madrid: UNED, Facultad de Geografía e Historia, p. 453-471.

____ (1989b) – *Características generales del poblamiento y la arqueología funeraria visigoda de* Hispania. «Espacio, Tiempo y Forma, Serie I, Prehistoria e Arqueología», vol. 2. Madrid: UNED, Facultad de Geografía e Historia, p. 389-418.

____ (1998) – *Toréutica de la Bética (siglos VI y VII D.C.)*. Barcelona: Reial Academia de Bonnes Lletres.

RIPOLL LÓPEZ, Gisela; DARDER LISSON, Marta (1994) – *Frena equorum. Guarniciones de frenos de caballhos en la antigüedad tardía hispánica*«Espacio, Tiempo y Forma, Serie I, Prehistoria e Arqueología», vol. 7. Madrid: UNED, Facultad de Geografía e Historia, p. 277-356.

ROCHA, António dos Santos (1895) – *Notícia de algumas estações romanas e arabes do Algarve*. «O Archeologo Português», I série, vol. 1, n.º 8. Lisboa: Museu Ethnologico Português, p. 193-212.

____ (1896) – *Notícia de algumas estações romanas e arabes do Algarve.* «O Archeologo Português», I série, vol. 2, n.º 3. Lisboa: Museu Ethnologico Português, p. 65-79.

____ (1905) – *O Museu Municipal da Figueira da Foz: Catálogo Geral: com indicação dos escriptos e desenhos que se têm publicado sobre muitos dos objectos catalogados.* Figueira da Foz: Imprensa Lusitana.

____ (1906) – *Velho bronze dos arredores da Brenha.* «Boletim da Sociedade Archaeologica Santos Rocha», tomo 1, n.º 3. Figueira da Foz: Imprensa Lusitana, p. 99-100.

____ (1908) – *Necropole visigotica do Serro do Algarve.* «Boletim da Sociedade Archaeologica Santos Rocha», tomo I, n.º 8. Figueira da Foz: Imprensa Lusitana, p. 221-225.

RODRIGUES, Maria da Conceição Monteiro (1975) – *Carta Arqueológica do Concelho de Castelo de Vide.* Lisboa: Junta Distrital de Portalegre.

____ (1978) – *Sepulturas Medievais no Concelho de Castelo de Vide.* Lisboa: Junta Distrital de Portalegre.

RODRÍGUEZ RESINO, Álvaro (2003) – *Aproximación á caracterización arqueolóxica da presencia xermánica na Gallaecia (S. V-VIII): os axuares funerarios.* «GALLAECIA», vol. 22. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, p. 281-296.

____ (2005) – *Do Imperio Romano á Alta Idade Media. Arqueoloxía da Tardoantiguidade en Galicia (séculos V-VIII).* Serie Trivium, vol. 14. Noia: Editorial Toxoutos.

ROUCHE, Michel (1989) – *Haut Moyen Age occidental.* In ARIÈS, P.; DUBY, G., *coord.* – *Histoire de la vie privée. De l'Empire romain à l'an mil*, vol. 1. Paris: Édition du Seuil, p. 398-529.

SÁ, Bernardo (1904) – *Explorações archeologicas no Algarve em Março de 1904.* «O Archeologo Português», I série, vol. 9, n.º 7-10. Lisboa: Museu Ethnologico Português, p. 173-149.

SÁNCHEZ DE PRADO, M. Dolores (2001) – *Piezas singulares de vidrio.* In CARRERAS, T.; DOMÈNECH, I., *coord.* – *I Jornades Hispàniques d'Històries del Vidre. Actes. Monografies*, 1. Barcelona: Museu d'Arqueologia de Catalunya, p. 73-81.

SÁNCHEZ RAMOS, Isabel (2007) – *La cristianización de las necrópolis de* Cordvba. *Fuentes escritas y testimonios arqueológicos.* «Archivo Español de Arqueología», vol. 80, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, p. 191-206.

SÁNCHEZ SÁNCHEZ-MORENO, V. M.; SAN JOSÉ, L. G.; RECIO MARTIN, Rebeca (2006) – Trabajos arqueológicos en el yacimiento «El Prado de los Galápagos». In MORÍN DE PABLOS, Jorge, *coord.* – *Zona Arqueológica,* n.º 8, vol. 2 (Exemplar dedicado a: La Investigación Arqueológica de la Época Visigoda en la Comunidad de Madrid). Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional, p. 446-469.

SANTOS, Ana Isabel Palma (2008) – *The Visigothic tomb of Beja.* In AILLAGON, Jean-Jacques, *coord.* – *Rome and the Barbarians: the birth of a new World.* Milano: Skira, p. 364-365.

SANTOS, Ana Luísa (1997) – *Antropologia de campo e paleodemografia em necrópoles romanas algarvias.* In *Noventa Séculos Entre a Serra e o Mar.* Lisboa: Ministério da Cultura, Instituto Português do Património Arquitectónico, p. 395-405.

SANTOS, Maria Luísa Estácio da Veiga Affonso dos (1971) – *Arqueologia Romana do Algarve. Subsídios.* Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. Tese de licenciatura, vol. 1.

____ (1972) – *Arqueologia Romana do Algarve. Subsídios.* Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. Tese de licenciatura, vol. 2.

Vd. tb. PEREIRA (Maria Luísa Estácio da Veiga Silva)

SARMENTO, Francisco Martins (1884a) – *Materiaes para a Archeologia do concelho de Guimarães.* «Revista de Guimarães», vol. 1 (4). Guimarães: Casa de Sarmento, p. 161-189.

____ (1884b) – *O Deus Bormânico. Subsídio para o estudo da mitologia dos lusitanos.* «Revista de Guimarães», vol. 1 (2). Guimarães: Casa de Sarmento, p. 57-67.

SARNADAS, Hernâni (1996) – *Levantamento arqueológico da área da bacia de enchimento da barragem de Póvoa e Meadas.* In *Actas do 2º Encontro de História Regional e Local do Distrito de Portalegre.* Lisboa: Associação dos Professores de História, p. 52-62.

SERRA, J. A.; ALBUQUERQUE, R.; NETO, M. A. (1952) – *Características da população da época visigótica de Silveirona (Estremoz). I. Estatura e robustez dos ossos longos.* Separata de «Contribuições para o Estudo da Antropologia Portuguesa», vol. 4, fasc. 4º. Coimbra: Tipografia da Atlântida, p. 201-232.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1977) – *Herculano e a consciência do Liberalismo Português*. Lisboa: Bertrand.

SHANKS, Michael (2002) – *Culture/archaeology: the dispersion of a discipline and its objects*. In HODDER, Ian, *coord.* – *Archaeological theory today*. Cambridge: Polity Press.

SHENNAN, Stephen (2003) – *Introduction: archaeological approaches to cultural identity*. In SHENNAN, Stephen, *coord.* – *Archaeological approaches to cultural identity*. London: Routledge, p. 1-32.

SIDARUS, A.; TEICHNER, F. (1997) – *Termas romanas no Gahrb Al-Ândaluz*. «Arqueologia Medieval», vol. 5. Porto: Edições Afrontamento, p. 177-189.

SILVA, António Carlos (1995) – *Salvamento arqueológico no Guadiana*. «Memórias d'Odiana: Estudos Arqueológicos do Alqueva», vol. 1. Beja: EDIA.

SOEIRO, Teresa (1981-82) – *Monte Mozinho: cerâmica cinzenta fina*. «Portugália», nova série, vol. 2-3. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 97-108.

SOUSA, J. J. Rigaud de (1979) – *Novas considerações sobre a necrópole do Beiral (Ponte de Lima)*. «GALLAECIA», vol. 5. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, p. 293-304.

STUTZ, Françoise (2000) – *L'inhumation habillé à l'époque mérovingienne au sud de la Loire*. «Mémoires de la Société Archéologique du Midi de la France», vol. 60. Toulouse: Société archéologique du Midi de la France, p. 33-47.

SUPIOT, J. (1934) – *Papeletas sobre orfebrería bárbara*. «Boletín del Seminario de Arte y Arqueología», vol. 4. Valladolid: Universidad de Valladolid, p. 43-59.

TAINTER, Joseph A. (1978) – *Mortuary practices and the study of prehistoric social systems*. «Advances in archaeological method and theory», vol. 1. London: Academic Press, p. 105-141.

TEJERIZO GARCÍA, Carlos (2011) – Ethnicity in early middle ages cemeteries. The case of the «visigothic» burials. «Arqueología y Territorio Medieval», vol. 18. Jaén: Universidad de Jaén, p. 29-43.

____ (2012) – *Más allá de la etnia. Arqueología funeraria en la Meseta (ss. VI-VIII d.C.)*. In *Actas del II Congreso de Arqueología de Chamartín de la Sierra*. Madrid: La Ergástula, p. 37-49.

TENTE, Catarina (2007) – *A ocupação alto-medieval da encosta noroeste da serra da Estrela*. «Trabalhos de Arqueologia», vol. 47. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

____ (2010) – *Arqueologia Medieval Cristã no Alto Mondego. Ocupação e exploração do território nos séculos V a XI*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Tese de doutoramento.

THOMPSON, E. A. (1971) – *Los Godos en España*. Madrid: Alianza Editorial.

TORRES, Cláudio (1992) – *O Al Andaluz. A terra e os homens*. In MATTOSO, J., *coord.* – *História de Portugal. Antes de Portugal*, vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 362-383.

____ (1993a) – *Núcleo Visigótico*. Beja: Museu Regional de Beja.

____ (1993b) – *Um tempo religioso*. In TORRES, C.; MACIAS, S., *coord.* – *Museu de Mértola – Basílica Paleocristã*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, p. 24-28.

UCKO, P. J. (1969) – *Ethnography and archaeological interpretation of funerary remains*. «World Archaeology», vol. 1, n.º 2. Oxfordshire: Taylor & Francis, p. 262-280.

____ (2003) – *Foreword*. SHENNAN, Stephen, *coord.* – *Archaeological approaches to cultural identity*. London: Routledge, p. ix-xx.

VALDEZ, Joana; PINTO, Filipa; NISA, João (2008) – *Carta Arqueológica do Concelho de Nisa. Fase II. Relatório Final*, 2 vol. Texto policopiado.

VASCONCELOS, José Leite de (1896) – *Notícias várias*. «O Archeologo Português», I série, vol. 2, n.º 6-7. Lisboa: Museu Ethnologico Português, p. 174-175.

____ (1897) – *Religiões da Lusitânia*, vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional.

____ (1904) – *Notas ao artigo precedente*. «O Archeologo Português», I série, vol. 9, n.º 7-10. Lisboa: Museu Ethnologico Português, p. 180-181.

____ (1905) – *Religiões da Lusitânia*, vol. II: Lisboa: Imprensa Nacional.

____ (1906) – *Bibliographia*. «O Archeologo Português», I série, vol. 11. Lisboa: Museu Ethnologico Português, p. 321-382.

____ (1913) – *Religiões da Lusitânia*, vol. III. Lisboa: Imprensa Nacional.

____ (1915) – *História do Museu Etnológico Português*. Lisboa: Imprensa Nacional.

____ (1927-29) – *Antiguidades do Alentejo*. «O Archeologo Português», I série, vol. 28. Lisboa: Museu Ethnologico Português, p. 158-200.

____ (1932-34) – *Antigualhas do Museu Etnológico*. «Revista de Arqueologia», vol. 1. Lisboa: Imprensa Moderna, p. 4-5.

VEIGA, Sebastião Philippe M. Estácio da (1880) – *Memórias das Antiguidades de Mértola*. Lisboa: Imprensa Nacional.

____ (1886) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos Prehistoricos*, vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional.

____ (1887) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos Prehistoricos*, vol. II. Lisboa: Imprensa Nacional.

VEIT, Ulrich (2003) – *Ethnic concepts in German prehistory: a case study on the relationship between cultural identity and archaeological objectivity*. SHENNAN, Stephen, *coord.* – *Archaeological approaches to cultural identity*. London: Routledge, p. 35-56.

VIANA, Abel (1950) – *Contribuição para a arqueologia dos arredores de Elvas*. «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», vol. XII, fasc. 3-4. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, p. 288-322.

____ (1953) – *A propósito de uma espada do Museu de Beja*. «Revista de Guimarães», vol. 63. Guimarães: Casa de Sarmento, p. 183-191.

____ (1955) – *Notas de Arqueologia Alto Alentejana (Materiais do Museu Arqueológico do Paço Ducal de Vila Viçosa)*. Separata do Boletim «A Cidade de Évora», vol. 33-34. Vila Viçosa: Fundação da Casa de Bragança.

____ (1960) – *Suevos e Visigodos no Baixo Alentejo*. Separata de «Bracara Augusta», vol. 9-10. Braga: Câmara Municipal de Braga, p. 1-15.

____ (1961) – *Necrópole romano-suévica (?) de Beiral: Ponte de Lima – Viana do Castelo*. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo.

VIANA, A.; FORMOSINHO, J.; FERREIRA, O. da Veiga (1949) – *O conjunto visigótico de Alcaria (Caldas de Monchique)*. Separata dos n.º 33-34 da «Revista do Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares e Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores». Lisboa: Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores, p. 1-7.

____ (1953) – *De lo Prerromano a lo Arabe en el Museo Regional de Lagos*. «Archivo Español de Arqueología», vol. 26 [87]. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, p. 113-138.

VICO MONTEOLIVA, Jesús; CORES GOMENDIO, M. Cruz; CORES URÍA, Gonzalo (2006) – *Corpus Nummorum Visigothorum. Ca 575-714 Leovigildus – Achila*. Madrid.

VIGIL-ESCALERA GUIRADO, Alfonso (2000) – *Cabañas de época visigoda: evidencias arqueológicas del sur de Madrid. Tipología, elementos de datación y discusión*. «Archivo Español de Arqueología», vol. 73. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, p. 223-252.

____ (2006) – *La cerámica del período visigodo en Madrid*. In MORÍN DE PABLOS, Jorge, *coord.* – *Zona Arqueológica*, n.º 8, vol. 3 (Exemplar dedicado a: La Investigación Arqueológica de la Época Visigoda en la Comunidad de Madrid). Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional, p. 704-713.

VIZCAÍNO SÁNCHEZ, Jaime (2007) [Ed. 2009] – *La presencia bizantina en Hispania (siglos VI-VII). La documentación arqueológica*. In *Antigüedad y Cristianismo: Monografías Históricas sobre la Antigüedad Tardía*, vol. 24. Murcia: Universidad de Murcia.

WARD-PERKINS, Bryan (2006) – *The fall of Rome and the end of a Civilization*. Oxford: Oxford University Press.

WIESSNER, Polly (1983) – *Style and social information in Kalahari San projectile points*. «American Antiquity», vol. 48, n.º 2. Washington: Society for American Archaeology, p. 253-276.

WIWJORRA, Ingo (1996) – *German archaeology and its relation to nationalism and racism*. In DIÁZ-ANDREU, M.; CHAMPION, T., *coord.* – *Nationalism and Archaeology in Europe*. Boulder and San Francisco: Westview Press, p. 164-188.

WOLFRAM, Mélanie (2011) – *Uma síntese sobre a Cristianização do Mundo Rural no sul da Lusitania. Arqueologia – Arquitectura – Epigrafia*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de doutoramento.
Vd. tb. CUNHA (Mélanie Wolfram Espanha da)

YOUNG, Bailey (1977) – *Paganisme, christianisation et rites funéraires mérovingiens*. «Archéologie Médiévale», tome 7. Caen: Centre de Recherches Archéologiques Médiévales, p. 5-81.

ZILHÃO, João (1992) – *Gruta do Caldeirão. O Neolítico Antigo*. «Trabalhos de Arqueologia», vol. 6. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.

ZUCKERMAN, Constantin (1993) – *Les «Barbares» romains: au sujet de l'origine des auxilia tétrarchiques*. In VALLET, F.; KAZANSKI, M., *coord.* – *L'armée romaine et les barbares du IIIe au VIIe siècle*. Saint-Germain-en-Laye: Association Française d'Archéologie Merovingienne et Musée des Antiquités Nationales, p. 17-20.

www.edicoesafrontamento.pt
9 789723 615838

COLECÇÃO «TESES UNIVERSITÁRIAS», N.º 9
PRÉMIO CITCEM / AFRONTAMENTO 2016

O MUNDO FUNERÁRIO NA ANTIGUIDADE TARDIA EM PORTUGAL:

AS NECRÓPOLES DOS SÉCULOS V A VIII

ANDREIA AREZES

CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

U.PORTO
FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

COMPETE 2020

PORTUGAL 2020

UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional